

ORGANIZADORES
Ana Frega Novales
Fábio Kühn
Maria Celia Bravo
Maria Medianeira Padoin

HISTÓRIA, REGIÕES E FRONTEIRAS

Santa Maria/RS
FACOS – UFSM
2012



©Copyright FACOS - UFSM, 2012
Todos os direitos reservados e protegidos pela lei 9.610/98. É proibida a
reprodução total ou parcial sem autorização por escrito da editora.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Créditos da ficha
(Universidade Federal de Santa Maria)

H673 História, regiões e fronteiras / organizadores: Ana
Frega Novales ... [et al.]. – Santa Maria :
FACOS-UFSM, 2012.
544 p. ; 16 x 23 cm

Realização do Programa de Pós-Graduação em
História da UFSM, com a parceria do Programa de
Pós-Graduação em Humanidades da UNT, do
Doutorado em História da UNC e da UNLP

1. História 2. Política 3. Sociologia 4. Regiões
5. Fronteiras I. Novales, Ana Frega II. UFSM.
Programa de Pós-Graduação em História III. UNT.
Programa de Pós-Graduação em Humanidades
IV. UNC. Doutorado em História V. UNLP

CDU 94(100)

ISBN 978-85-98031-77-4

Ficha catalográfica elaborada por Maristela Eckhardt CRB-10/737
Biblioteca Central - UFSM

FACOS – UFSM

Cidade Universitária - Prédio 21
Camobi, Santa Maria - RS - Brasil
Fone/fax: +55 55 3220 8491
CEP 97 105-900

Sumário

- 7 Apresentação**
- 9 La Antigua Constitución Luego de las Independencias, 1808-1852**
José Carlos Chiaramonte
- 49 La Construcción del Estado y la Nación en Iberoamérica: Algunos Trayectos, Perspectivas y Proyecciones de la Problemática en el Seno del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras (AUGM)**
Sonia Rosa Tedeschi
- 61 Um Conteúdo Inferior: a Luta Pela História Regional do e no Rio Grande do Sul**
Luiz Alberto Grijó
- 75 La Tierra y el Mar en la “Imaginación Nacionalitaria” del Reciente Ensayo Latinoamericano**
Claudio Maíz
- 91 História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional**
Susana Bleil de Souza
- 105 A Gibraltar do Prata: o Contrabando de Escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)**
Fábio Kühn
- 123 Dos Paisajes Agrários no Pampeanos del Período Colonial: Misioneros y Montevideanos**
María Inés Moraes
- 149 Os Conceitos de República na Revolução Farroupilha (1835-45) no Contexto do Processo de Construção dos Estados Nacionais e da Nação na Região Fronteiriça Platina**
Maria Medianeira Padoin
Alessandro de Almeida Pereira

165 Biografia e Nação: o Problema das Dominações Portuguesa e Brasileira nas Biografias de Dámaso Antonio Larrañaga

Lauro Manzoni Bidinoto

179 Señores de la Guerra, Hombres de Revolución: los Oficiales del Ejército Auxiliar al Perú

Virginia Macchi

199 Resistencias al Orden. Las Formas del Poder Local en Épocas de Transición. La Rioja, 1812-1816

Valentina Ayrolo

217 La Formación de una Política-Militar y la Inserción de los Oficiales del Ejército Auxiliar del Perú en las Provincias Unidas del Río de La Plata a Partir de 1820

Alejandro Morea

235 Tras la Trama Político-Institucional de la ‘Confederación’ Argentina (1852-1862). Perfiles, Relaciones, Prácticas y Representaciones en la conformación de un nuevo orden

Ana Laura Lanteri

255 Atuação política de Gaspar Silveira Martins no Império: um estudo sobre seu projeto federalista para a província do Rio Grande do Sul

Maria Medianeira Padoin

Monica Rossato

273 La conciliación de partidos de Nicolás Avellaneda y su impacto en la dinámica de funcionamiento de los grupos políticos en Tucumán, Argentina, 1878-1880

Diana Verónica Ferullo

287 La industria y la nación. Los dilemas del progreso argentino (1880-1914)

María Celia Bravo

307 Os imigrantes alemães em Santa Maria: Estratégias econômico-sociais e inserção política em tempos imperiais

Jorge Luiz da Cunha

Fabício Rigo Nicoloso

325 Vargas e a Igreja: As Relações de Poder na Ressignificação da Romaria do Caaró a partir das Mídias

Diosen Marin
Júlio Riardo Quevedo dos Santos

339 Disciplina y Valor (Es). Educación Universitaria y Proyectos de Nación en la Argentina de los Sesenta y Setenta

Laura Valdemarca

359 O Imaginário Midiático e a Construção do Estado e da Nação

Ada Cristina Machado Silveira
Isabel Padilha Guimarães

373 A Organização Televisiva em Espaços de Fronteira (Brasil-Argentina) e as Construções Identitárias

Flavi Ferreira Lisboa Filho

389 Missioneirismo: a Produção de uma Identidade Regional

Roselene Moreira Gomes Pommer

407 Estado Novo no Rio Grande do Sul e os Mundos do Trabalho: Ausência da Resistência dos Trabalhadores Apenas na Historiografia

Glauca Vieira Ramos Konrad

423 O Contexto Histórico de Instalação do Distrito Industrial de Santa Maria

Bruna Lima (UFSM)
Diorge Alceno Konrad (UFSM)

439 La Crisis del Carbón: Conflicto Laboral y Estado en la Transición Chilena

Cristina Moyano Barahona
Francisco Del Campo Cerda

457 Políticas Públicas, Cuestión Social y Trabajo Agrario en la Región Pampeana Durante los Años del Primer Peronismo, 1946-1955

Silvia B. Lázaro

481 La Huelga Larga de 1960 y los Inicios de la Crisis Terminal de la Sociedad Carbonífera en el Golfo de Arauco, Chile

Hernán Venegas Valdebenito

501 Debates en Torno a la Cuestión Social. La Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1882-1904

Daniel Campi
Marcela Vignoli

523 A “Questão Social” no Brasil e no Rio Grande do Sul na Década de 1930: Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais

Diorge Alceno Konrad

541 A Intervenção do Clero católico Sul Rio-Grandense no Mundo do Trabalho

Marta Rosa Borin

Apresentação

O Comitê História, Regiões e Fronteiras (CHRF) da Associação de Universidades do Grupo Montevideú (AUGM), criado em 2004, vem ano a ano consolidando sua atuação enquanto um Comitê Acadêmico que engloba grupos de pesquisa e investigadores do Brasil, Uruguai, Argentina e Chile.

Em 2010, na Reunião Acadêmica do Comitê, em Montevideú, Uruguai, foram definidas linhas de pesquisa, entre as quais: “O Processo de Construção do Estado e da Nação”, “História dos Indígenas e dos Afro-descendentes” e “Mundo do Trabalho e Movimentos Sociais”. Deste então, um dos objetivos traçados pelo Comitê foi divulgar as pesquisas que vem sendo desenvolvidas, especialmente integradas aos Programas de Pós-Graduação das Universidades partícipes do CHRF/AUGM.

Assim sendo, a presente publicação, que conta com o apoio financeiro da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), é realização deste objetivo concretizado pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), com a parceria especial do Programa de Pós-Graduação em Humanidades da Universidade Nacional de Tucuman (UNT), do Doutorado em História da Universidade Nacional de Córdoba (UNC) da Universidade Nacional de La Plata (UNLP).

O livro foi dividido em duas Partes. Na primeira estão os capítulos com os trabalhos vinculados às linhas de pesquisa do CHRF/AUGM “O Processo de Construção do Estado e da Nação” e “História dos Indígenas e dos Afro-descendentes”. Nesta Parte, o caráter interdisciplinar das abordagens propicia ao leitor, uma aprofundada discussão crítica, especialmente relacionada às áreas da História, Antropologia, Filosofia e Literatura. Entre os problemas abordados estão: estado-nação, fronteiras, regiões, regionalismo, espaço, diplomacia, cultura, intelectuais, tradicionalismos, imigração, identidades, federalismos, neocolonialismo, nacionalismo, legitimidade política, escravidão e experiência indígena.

Assim, a partir de tais preocupações os capítulos abrangem discussões sobre:

- O processo de construção do Estado-nação, o papel neste contexto do exército e da guerra, como a constituição de redes sociais que permitem construir uma base de poder local.
- As formas de construção do poder judicial e as vias de transição até um direito mais acessível e aberto aos setores populares como resultado da revolução da independência e nas experiências políticas posteriores.
- As formas de interpretar a imigração e as vias de exclusão e inclusão em relação às potencialidades de acesso social. A descrição religiosa dos imigrantes e aqueles indivíduos que interagem em vários espaços, hoje nacionais, verdadeiros mediadores e agentes inter-regionais.
- A fronteira e seus significados.
- Questões sobre trabalho escravo e o contrabando de escravos, como portos, modalidades, relações de poder.

Na segunda Parte encontram-se trabalhos relacionados com as linhas de investigação “O Processo de Construção do Estado e da Nação” (com problemáticas relacionadas principalmente ao século XX) e “Mundo do Trabalho e Movimentos Sociais”. Dentre os temas e problemáticas tratadas estão: a) A fronteira e seus significados: se ressalta o uso e a manipulação por parte dos meios televisivos de imagens e textos que depreciam os espaços fronteiriços e seus habitantes, vinculando questões de violência e perigo a um contexto que se pretende a integração regional. A estas aproximações se somam outras que propiciam ao leitor uma discussão sobre o papel dos Estados no âmbito da economia, diplomacia, construção de identidades e das imagens dadas acerca da cidadania. b) A construção de identidades indígenas, como os elementos constitutivos, intercâmbios e influências e também a análise das experiências indígenas nas Missões. c) A questão social e aproximações metodológicas; conflito e controle social. As discussões apresentadas se centraram em problemas de fontes, métodos, conceitos e questões interpretativas pontuais, que estão atravessadas transversalmente por quatro dimensões: Estado e instituições, atores e representações, a cultura e a política e o político. Assim, os trabalhos incorporam uma gama de aproximações metodológicas que incluem análise de discursos, aspectos quantitativos, biografias e estudos micro-analíticos, entre outros.

Os textos apresentados neste livro encontram-se na língua original de seus autores, pois por decisão dos organizadores, com o apoio do Comitê, tal fato vem demonstrar que as línguas espanhola e portuguesa são fatores de integração e estímulo ao diálogo, a produção conjunta e a aproximação acadêmica que deve ser aprofundada e fomentada. Nesse sentido, acredita-se que a integração acadêmico-cultural são os fundamentos da integração política regional.

Neste livro publicamos como primeiro capítulo, como forma de homenagearmos o autor Prof. José Carlos Chiaramonte, então Diretor do Instituto de História Argentina e da América Dr. Emilio Ravignani, da Universidade de Buenos Aires/CONICET. José Carlos Chiaramonte é um dos maiores pesquisadores contemporâneos de História da América e que muito influenciou nas investigações e problemáticas levantadas pelos Programas de Pós-Graduações em História e dos investigadores deste Comitê História, Regiões e Fronteiras da AUGM.

Para finalizar agradecemos ao apoio efetivo da CAPES, entidade do Governo Brasileiro voltada para a formação de recursos humanos, pois foi por meio de seu financiamento que foi possível publicar o presente livro: “História, Regiões e Fronteiras”. Também agradecemos a parceria da FAPERGS, dos órgãos administrativos da UFSM, do Instituto de Filosofia da UFRGS, da Secretaria Executiva da AUGM e das demais Universidades participantes do CHRF da AUGM.

Os organizadores

La Antigua Constitución Luego de las Independencias, 1808-1852

Jose Carlos Chiaramonte

Historiador e professor de Filosofia da Universidad de Buenos Aires. É atualmente Investigador Superior do Consejo de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) da Argentina, professor honorário da Universidad de Buenos Aires e até outubro de 2012 diretor do Instituto de História Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” dessa mesma universidade. Também é doutor Honoris Causa da Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires e da Universidad Nacional de Salta. Atualmente dirige a coleção de “Historia Argentina e Americana” da Editorial Sudamericana. É autor, entre outros trabalhos, de “Nacionalismo e Liberalismo económicos en Argentina, 1860-1880” (1970), “Formas de sociedad y economía en Hispanoamérica” (1983), “La Ilustración en el Río de la Plata, Cultura eclesiástica y cultura laica durante el Virreinato” (1989; 2ª ed. 2007), “Mercadores del Litoral (1991) e “Nación y Estado en Iberoamérica”, “El lenguaje político en tiempos de las independencias”, Buenos Aires, Sudamericana, 2004.

La Antigua Constitución Luego de las Independencias, 1808-1852*

José Carlos Chiamonte

En el mundo español e hispanoamericano la expresión “nuestra antigua constitución” fue el equivalente más utilizado, desde la segunda mitad del siglo XVIII, de lo que en tierras británicas se mencionaba como *ancient constitution* o *fundamental law*. Hacia fines del siglo XVIII y comienzos del XIX, como examinamos más adelante, tanto en España como en Hispano América, los intentos de establecer el contenido de esa constitución carente de un texto escrito global no fueron convincentes. Las referencias a la antigua constitución, cuando no eran un simple argumento polémico, aludían en forma no precisa a la legislación hispano india. Y posteriormente, entre los historiadores el concepto de antigua constitución dejaría lugar al de “legados”, “continuidades”, “resabios”, que referían a un conjunto de rasgos del período pre independentista, que podían ir de la política a la economía.

Lo que este trabajo se propone mostrar es que algunas de esas pautas conformaban un conjunto normativo acorde con el concepto de antigua constitución y que por lo común, la persistencia de la constitución antigua ha sido descuidada por las historiografías nacionales, más atentas a la búsqueda de las innovaciones modernizadoras que a explicar las formas predominantes de vida

* Este texto es una versión en español, ligeramente modificada, del siguiente artículo: “The ‘Ancient Constitution’ after the Independences (1808-1852)”, *The Hispanic American Historical Review*, Volume 90, Number 3, August 2010. Agradezco la invaluable ayuda de los profesores Nora Souto y Julián Giglio en la búsqueda de información y sus sugerencias al borrador de este artículo. También las estimulantes observaciones de Carlos Marichal. Foi publicado también na revista Desarrollo Económico do Instituto de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires, Argentina. 2010, Vol.50, nº 199, 483 p.

social. En el escenario político abierto por las independencias, frecuentemente considerado como el ámbito de la anarquía, carente de reglas políticas ordenadoras de la sociedad, las entidades soberanas emergentes poseyeron en realidad normas constitucionales que, entre otras cosas, justificaban sus diversas posturas ante el proyecto de un posible Estado nacional. Pero el carácter frecuentemente informal de las normas constitucionales por las que se regían amparaba la coexistencia de instituciones que no eran todas de la misma naturaleza. Junto a innovaciones tendientes a implantar regímenes representativos subsistían normas acordes con la “antigua constitución”, como las Ordenanzas de Intendentes o las leyes de Indias.

En el Río de la Plata, por ejemplo, a partir del proceso de la independencia, la tensión estuvo dada por los intentos fracasados de imponer una dictadura revolucionaria entre 1810 y 1813, y luego un sistema político representativo constitucional, de 1813 en adelante, pero especialmente después de 1820. La realidad mostró en cambio, junto al escaso éxito de esos intentos constitucionales, la persistencia de la antigua constitución con modificaciones de diversa magnitud, pero acordes con la constitución antigua, como las “facultades extraordinarias”. Consideradas tradicionalmente como una de las principales muestras de la ausencia de legalidad, esas facultades eran en cambio una forma de la antigua institución de la dictadura, establecida mediante las normas propias del derecho de gentes, por consentimiento de quienes las otorgaban y con limitaciones de tiempo y de atribuciones.

En síntesis, la visión de la historia de la crisis de la independencia y del proceso abierto por ella, si bien no está ya ceñida a la dicotomía de civilización y barbarie, persiste en priorizar la atención a las innovaciones modernizadoras, frecuentemente fracasadas, y a deformar la imagen de las prácticas y concepciones políticas mediante conceptos como caudillismo u otros similares que ocultan la existencia de un universo político e intelectual coherente, fundado en un conjunto de doctrinas buena parte de ellas provenientes del derecho natural y de gentes.¹

I. El concepto de “antigua constitución”

En diversos textos relativos a Hispano América publicados en la primera mitad del siglo XX no se ignoraba la persistencia de pautas sociales y políticas anteriores a las independencias,² así como en trabajos más recientes, la continuidad de rasgos antiguos se percibe en pasajes como el siguiente -que generaliza lo observado en diversas regiones además de las americanas: “...debemos también reconocer que detrás de muchas de esas nuevas asociaciones estaban las viejas redes de propiedad, parentesco, religión y localidad. El mundo no siempre fue tan nuevo como parece y es preciso comprender los caminos por los cuales residuos del pasado imperial perduraron en la vida pública de las nuevas naciones.”³

Con otra perspectiva, Francois-Xavier Guerra registró el fenómeno como perduración de rasgos “tradicionales” opuestos a otros “modernos”, dicotomía que ahondó en una obra posterior dominada por el rastreo de la irrupción de la “modernidad” y en la que concilia los rasgos “modernos” y “tradicionales” en el concepto de “heterogeneidad”.⁴ Respecto de México, Charles Hale abordó el problema a través del análisis de las iniciativas de Mora y otros liberales para erradicar resabios coloniales,⁵ mientras Antonio Annino utiliza el concepto de “constitución material” para el México del siglo XIX, en la cual confluirían una tradición hispano colonial de “gobierno moderado” y nuevos principios liberales amparados inicialmente en la constitución de Cádiz.⁶

Tulio Halperín hizo referencia a “supervivencias” y “arcaísmos” en el Río de la Plata,⁷ así como en el difundido texto de Stanley J. y Barbara H. Stein los conceptos predominantes, no privativos de estos autores, son los de “herencia”, “supervivencias” y “resabios”.⁸ Asimismo, en un texto anterior, Richard Morse había advertido la persistencia en América Latina de antiguas doctrinas políticas hispanas y de viejas estructuras y prácticas, que juzgó negativamente como fundamentos de un proceso de anarquía y tiranías personalistas.⁹ Mientras utilizando el concepto de “legado”, Mario Góngora lo había descrito de esta manera: “Si partimos, por lo tanto, del legado español, podríamos recapitular ese acervo así: la religión católica; el idioma y literatura castellanos; el Derecho español y su inspiración romana; el Estado de tipo medieval y después moderno acuñado en la península; la jerarquía social aristocrática y el modelo social del ‘caballero’; en fin, el espíritu militar del pueblo, forjado en la Conquista y en la Guerra de Arauco.”¹⁰

Por otra parte, la historia intelectual y política hispano americana -de particular importancia para el discernimiento de las normas y prácticas constitucionales - se ha visto limitada por la preferente atención concedida a la influencia de las grandes figuras del pensamiento político occidental - Locke, Montesquieu, Rousseau, Constant, por un lado, Santo Tomás, Suárez, por otro - en desmedro del rastreo de las estructuras intelectuales de más profunda y larga incidencia.¹¹ En éstas jugaban un papel fundamental las concepciones propias de lo que podríamos llamar la ciencia social de la época, transmitida por los estudios superiores de derecho canónico, derecho civil y derecho natural, fuese éste en sus versiones escolásticas o iusnaturalistas, y propaladas por medios de difusión que en la época solían ser frecuentemente orales. Se ha descuidado así la función del derecho natural en su condicionamiento de las concepciones y prácticas políticas, a veces por omisión y otras por limitarlo unilateralmente a sus expresiones escolásticas.¹² Consecuentemente, se han interpretado mal las prácticas políticas de aquellos sectores que resistían las reformas políticas derivadas de las independencias, al no advertir que esas resistencias no eran manifestaciones de anarquía sino que provenían de un universo conceptual coherente, si bien no uniforme, en el que primaban las

normas derivadas de lo que en lenguaje de época se denominaba *la antigua constitución*. Esta perspectiva, que examinaremos más adelante en el caso rioplatense, nos induce a reinterpretar gran parte de la accidentada vida social y política de la época, viéndola no como el ámbito de la ilegalidad o de lo irracional, sino como una realidad con sentido propio proveniente de una legalidad distinta a la de la implicada en los intentos de reformas modernizadoras de las primeras décadas de vida independiente.

2. El concepto de “antigua constitución”

Advirtamos previamente que el término “constitucionalismo” puede padecer un malentendido vinculado a la distinción entre constituciones escritas y no escritas. Ese malentendido consiste en limitar su referencia al auge de los textos constitucionales comenzado a fines del siglo XVIII, a partir de las constituciones de los nuevos Estados angloamericanos, desde la del Estado de Virginia de 1776 en adelante. Pero además de esa forma de entender el concepto se encuentra otra, en la que el término constitucionalismo designa al proceso que durante los siglos XVII y XVIII tendió a poner límites al poder mediante un conjunto de normas de diverso origen y distinta datación.¹³ Esa limitación comprendía también la del poder derivado del principio de la soberanía del pueblo cuando ésta era ejercido sin restricciones. Un ejemplo de esto último puede darlo la reacción, a partir de 1775, contra el constitucionalismo de los Estados norteamericanos que se habían confederado, reacción que, entre otros factores, condujo a gestar la constitución de Filadelfia.¹⁴

Señalábamos en un trabajo anterior que en el uso del concepto de “antigua constitución” convendría distinguir, por una parte, la referencia a un conjunto preciso de normas constitucionales vigentes en un momento dado y, por otra, la invocación de un supuesto o real derecho antiguo utilizada como arma discursiva por quienes se oponían a innovaciones consideradas ilegítimas.¹⁵ Este último uso del concepto de constitución antigua puede ser entendido más bien como un entramado de argumentos para el debate, tal como se ha sugerido en el caso de la literatura política inglesa que influiría en la independencia norteamericana, en la que el derecho de resistencia contra los gobiernos tiránicos era remitido a la antigua constitución.¹⁶ Asimismo, en los años previos a la independencia, era generalizada en las colonias anglosajonas la idea de una “unwritten constitutional law” o una “fundamental law” no escrita.¹⁷

En este uso de los términos constitución y constitucionalismo, la referencia es a un conjunto de textos y costumbres de imprecisa determinación, comúnmente aludidos mediante expresiones como “antigua constitución”, “constitución consuetudinaria”, “constitución histórica” o “leyes fundamentales”. En

la variada comprensión de este concepto -costumbres, normas prescriptas por el poder legislativo, o un cuerpo de principios inmutables más allá del alcance de alguna institución gubernamental-, sobresalía su también variada relación con el *common law* y, de mayor importancia, con el derecho natural. Se trataría, se ha observado, de una *customary law*, expresión en la que no debe confundirse *customary* con *unwritten*, pues, además de que la costumbre y la práctica eran fuentes centrales de autoridad para la *fundamental law* en los siglos XVII y XVIII, existían también una variedad de materiales escritos, incluyendo la Magna Carta, la Biblia, leyes claves como la *Declaration of Rights* de 1689 y el *Act of Settlement* de 1701, tratados prominentes, particularmente los de “Vattel, Pufendorf, and Grotius” y trabajos filosóficos, entre los cuales los de Locke eran probablemente los más importantes.¹⁸

Ilustraciones de este criterio se encuentran también frecuentemente en los debates políticos hispanoamericanos. Por ejemplo, al discutirse en Buenos Aires un proyecto relativo a los poderes dictatoriales denominados *facultades extraordinarias*, que analizamos más abajo, uno de los opositores a esos poderes manifestó que

...nuestras instituciones están real y firmemente establecidas. Pregunta Watel [sic: Vattel] si el P [oder] L [egislativo] puede derogar las leyes fundamentales, y resueltamente dice que no [...] no puede sobreponerse a ellas, ni revocarlas.”. [...]”Las leyes primordiales de la sociedad pública, están fundadas en el derecho natural del hombre: ellas se hallan impresas en el corazón de todos, y por consiguiente son inalienables¹⁹

Sin embargo, en lo relativo al concepto de antigua constitución, las perspectivas que acabamos de resumir comparten una restringida aproximación al problema, en cuanto ponen el acento en la conformación de un imaginario constitucional y no en la indagación de las normas constitucionales vigentes. Pese a que éste es el enfoque que más nos interesa en este trabajo -la indagación de la vigencia de la constitución antigua durante la mayor parte de la primera mitad del siglo XIX por medio de algunos indicadores que otorgan verosimilitud a este enfoque- examinaremos en primer lugar dos formas de la utilización retórica del concepto de constitución antigua, y sus equivalentes, en Hispanoamérica. Una de ellas, condenatoria, porque la juzgaba fundamento de la dominación colonial, fue predominante en los primeros momentos de los procesos de independencia, cuando los alegatos contra la metrópolis eran más frecuentes. La otra expresaba una visión opuesta, ya fuese antes de la independencia, cuando se consideraba necesario apoyar en la antigua constitución los derechos de los súbditos americanos de la monarquía a ser tratados en igualdad de condiciones con los peninsulares o, más tarde, caducado el poder de la metrópolis, cuando la inexistencia de una nueva constitución hizo necesario recurrir a la antigua - pese a su origen colonial - para defender los reclamos de algunas de las partes en conflicto.

3. La antigua constitución en documentos políticos hispano americanos

Precisar el contenido de esa constitución carente de un texto escrito global - es decir, por ejemplo, anterior a la constitución de Cádiz de 1812, en el caso español, o a las hispanoamericanas de 1811 en adelante-, no es algo fácil de lograr.

En España, la afición al derecho natural y de gentes y el estudio de la historia española contribuyeron a formar la idea de que existía una constitución antigua que respaldaba la limitación popular del poder real mediante las Cortes representativas.²⁰ Una expresión de ese criterio fue la del autor de la *Teoría de las cortes* (1813), Francisco Martínez Marina, del que observaba Maravall:

Para Martínez Marina, Constitución equivale a estructura política de un país, como podemos observar en los casos en que escribe 'el antiguo gobierno y constitución de España', o también cuando alude, no refiriéndose a un texto, sino a una estructura de poder, 'nuestra Constitución actual'. Esta constitución puede ser producto de la historia, recogido en las costumbres o en el derecho escrito, puede contenerse en una o en varias leyes, que, en todo caso serán consideradas como Constitución por referirse al ámbito de esa estructura. [...] En consecuencia, Constitución equivale a 'condiciones del pacto', las cuales son 'como las leyes fundamentales de la Constitución del Estado'. Entre Constitución, ley fundamental y pacto hay una íntima correlación, lo que nos muestra que M. Marina, en este concepto, depende de la escuela del Derecho natural y del estamentalismo iusnaturalista del siglo XVIII, más que del constitucionalismo moderno."²¹

En el curso de las independencias hispanoamericanas, como indicamos más arriba, la constitución antigua no siempre fue invocada con sentido favorable. Documentos de los tramos previos o inmediatamente posteriores al surgimiento de los movimientos de independencia pueden proveernos testimonios de ambos usos de aquel concepto. Cuando las demandas en pro de los derechos de los americanos se formulaban sin desmedro de la pertenencia a la monarquía, se apelaba a las leyes fundamentales del reino para legitimar esas demandas. Mientras que en los casos en que esos documentos expresaban una decidida intención independentista y en los que la afirmación de los derechos de los americanos se traducían en la demanda de una constitución que los amparase, esa constitución nueva era concebida como cancelatoria de la antigua, denunciada ésta como cimiento de la injusticia.

Como ejemplo de un uso del concepto con intención de condena, podemos considerar las referencias que apenas comenzado el proceso que llevaría a la independencia se encuentran en los escritos de Mariano Moreno. En noviembre de 1810, escribía el secretario de la Primera Junta:

¿Pretendería el Rey, que continuásemos en nuestra antigua constitución? Le responderíamos justamente, que no conocemos ninguna; y que las leyes arbitrarias dictadas por la codicia para esclavos y colonos, no pueden reglar la suerte de unos hombres que desean ser libres...²²

Evidentemente, en esa ambigua referencia a la antigua constitución - que primero la invoca y luego la niega - Moreno quería reservar el término constitución para un documento emanado de una asamblea constituyente. Por lo tanto, negaba ese carácter a la legislación indiana cuando pedía no incurrir "...en el error de creer, que esos cuatro tomos [de las leyes de Indias] contienen una constitución; sus reglas han sido [Y] inútiles para regir un estadoY" "No tenemos una constitución", añadía, y se preguntaba si "la América" podría darse una "constitución firme" por medio de legítimos representantes.²³

Con criterio similar, el Acta de Independencia de Venezuela proclamaba, en julio de 1811, el derecho imprescriptible de los pueblos para "destruir todo pacto, convenio o asociación que no llena los fines para que fueron instituidos los gobiernos" y declaraba que ya era tiempo, de proveer a "nuestra conservación, seguridad y felicidad, variando esencialmente todas las formas de nuestra anterior Constitución." Repudio que anticipaba, en junio del mismo año, uno de los líderes venezolanos, Fernando de Peñalver, cuando atribuía al "sistema de la antigua Constitución" la falta de ilustración en los pueblos del interior venezolano.²⁴

La necesidad de sustituir la constitución antigua por otra concebida como limitadora del poder de los gobernantes, estaba presente en el primer texto de naturaleza constitucional del Río de la Plata, el Reglamento de la división de poderes de setiembre de 1811, en cuya presentación la Junta Conservadora declaraba que el documento buscaba "...poner los cimientos de una constitución liberal y equitativa", que pusiese "trabas a la arbitrariedad de los depositarios del poder."²⁵

Pero frente a estos testimonios de repudio, explícito o no, del sistema político hispano colonial, la necesidad de amparar los conatos autonomistas surgidos luego de 1808 presentándolos como acordes con la constitución de la monarquía, se refleja también en numerosos textos de la época. Así ocurre, por ejemplo, en las invocaciones que hacía el "Memorial de agravios" del neogranadino Camilo Torres, fuese a "una ley fundamental del reino", fuese a las "bases primitivas y constitucionales" del mismo, para intentar establecer las relaciones de la metrópolis con sus colonias sobre una base de justicia. Se trata de un documento fundado en el derecho natural, que expresa la voluntad de los americanos de rescatar esos derechos que les han sido negados, entre ellos, uno de los más sensibles en toda América, el de no aceptar "contribuciones que no hayan concedido por medio de diputados que puedan constituir una verdadera representación"²⁶

Asimismo, en el Cuzco, José Angulo, líder de la sublevación de 1814,

invocaba la constitución monárquica española y el derecho natural y de gentes - en particular, el derecho de rebelión- para justificar la insurgencia provocada, según su alegato, por las infracciones a esa constitución por parte de autoridades.²⁷ Mientras en Santiago de Chile, en julio de 1811, en un sermón pronunciado en la catedral, Camilo Henríquez, con lenguaje moderado por las circunstancias del evento, intentaba conciliar los nuevos proyectos constitucionales con el reconocimiento de la soberanía de Fernando VII y “los pactos fundamentales de nuestra Constitución [española].”²⁸

Con similar propósito, la constitución antigua fue también invocada en la Nueva España en 1808, cuando los criollos buscaron ampararse en ella para legitimar su intento de formar junta. El Congreso que se proponía convocar, escribió Fray Melchor de Talamantes, “sostiene y ampara todas las leyes fundamentales del reino”. Y mucho más explícito había sido el Licenciado Primo y Verdad al invocar la “constitución monárquica” española para apoyar la iniciativa criolla de tomar en sus manos la constitución de un gobierno en el que depositar la soberanía del monarca ausente mientras durase ese “interregno”.²⁹

Un caso más elaborado de referencia a la constitución antigua como medio de apoyar un alegato, es el de otro novohispano, Fray Servando Teresa de Mier, en 1813, al defender el derecho de los americanos a la independencia. En ese año, Fray Servando publicó en Londres su *Historia de la revolución de Nueva España...*, en la que mostraba poco aprecio por las constituciones escritas y encarecía a los americanos tomar como ejemplo la constitución británica y no la norteamericana: “Me parece que vuestro modelo, en cuanto lo permitan las circunstancias, debe ser la constitución de esta nación dichosa donde escribo, y donde se halla la verdadera libertad, seguridad y propiedad...” Y proseguía irónicamente: “No la hallaréis escrita como comedia por escenas: éstas pertenecen al genio ligero y cómico de los franceses...”³⁰

A lo largo de la cuarta parte de su *Historia...*, Fray Servando hizo una detallada exposición de las antiguas leyes que habrían regido a los americanos desde la conquista en adelante. Consecuentemente con su postura, al desarrollar la tan difundida tesis de que los americanos no habían pactado con la nación española sino con la corona de Castilla, se remite a ese pacto como fundamento de las leyes que los regían, con un criterio similar al de Martínez Marina. “Los europeos intentan abolir el pacto social que los americanos celebraron con los reyes de España y sustituirles otro a su pesar que los ponga en absoluta dependencia de ellos...”, escribe refiriéndose a la constitución de Cádiz. Y agrega más adelante que para cimentar su argumentación quiere recurrir “...al pacto solemne y explícito que celebraron los americanos con los reyes de España, que más claro no lo hizo jamás nación alguna y está autenticado en el mismo código de sus leyes. Esta es nuestra *magna carta*.”³¹

Se trata de lo que en otro lugar llamaría la “Constitución Americana”.³² Esas leyes antiguas eran “la constitución que dieron los reyes a la América, fundada en convenios con los conquistadores y los indígenas, igual en su constitución monárquica a la de España, pero independiente de ella”; constitución antigua en la que Fray Servando hacía reposar el derecho de los americanos a no aceptar la de Cádiz. Nuestro pacto social, alegaba, no puede modificarse sin nuestro consentimiento, consentimiento que no hemos prestado ni por nuestros diputados ni personalmente. Según ese pacto el único soberano es el rey, cuya falta hace que la soberanía retrovierta al pueblo americano, el que por las leyes que lo rigen no es súbdito del de España sino su igual y que por lo tanto puede hacer lo que garantice mejor su conservación y felicidad, “suprema ley imprescriptible” y “fin de toda sociedad política.”³³ Más adelante aclara que no pedía que se modificase “...la antigua constitución de la monarquía” sino que se mejorase, ni que se destruyesen “las leyes fundamentales” sino que se aplicaran las buenas y que la conducta de los gobernantes se concordara con esas leyes, “o éstas con la constitución en que los reyes concordaron con nuestros padres.”³⁴ En suma, agrega, es en virtud de esas leyes que la Nueva España se independizó de la monarquía y es por ellas que “no sólo las naciones respetarán así en nuestra separación el derecho de gentes, sino que todos los americanos seguirán unidos, porque los conduce la misma costumbre de obedecer al imperio del ejemplo antiguo y de las leyes.”³⁵

Respecto del Río de la Plata, mientras lo que surge de los comentados textos de Moreno es un concepto negativo de la constitución antigua, en cuanto la concibe como manifestación condenable del dominio español, pocos meses después, en una disputa entre dos integrantes de la Junta Grande - que sucedió a la Primera Junta luego de la renuncia de Moreno-, uno de los contendientes, el Pbro. Juan Ignacio Gorriti, la repudia, mientras el otro, el Deán Gregorio Funes, consideraba aún vigente aspectos sustanciales de la antigua constitución hispano india. La disputa surgió por la promulgación, en febrero de 1811, de un Reglamento de juntas provinciales -acorde con la Ordenanza de Intendentes (1782)-, que creaba juntas principales y juntas subordinadas, según la importancia relativa de cada ciudad. En uno de sus artículos sobre la prohibición para los miembros del clero secular o regular de integrar las juntas en calidad de vocales se invocaba también la constitución antigua: “...considerándose en ellos el mismo impedimento con que la antigua Constitución los ha separado de los cargos concejiles en los Cabildos y Ayuntamientos.”³⁶

La Ordenanza de Intendentes, cabe agregar, también había sido invocada como norma constitucional por el Cabildo de Mendoza cuando reclamó, al igual que el de Jujuy, contra el Reglamento y su distinción de juntas principales y subalternas. El Cabildo mendocino, cumpliendo con “los deberes de su repre-

sentación”, había solicitado entonces reintegrar “los derechos de que se le despojó” a Mendoza “cuando se le hizo dependiente de la Capital de Córdoba”, entre otros motivos, por alterarse lo dispuesto en la Ordenanza de Intendentes.³⁷

Es indudable entonces que en Ibero América, como en Europa y Anglo América, la invocación de las leyes fundamentales o de la antigua constitución solía ser un recurso retórico que cumplía la misma función de defensa de intereses afectados o amenazados por la acción de un gobierno. Su validez como indicador de la vigencia real de esa constitución es por lo tanto relativo. En tal sentido, un comentario de Lucas Alamán exhibe una crítica despiadada de la consistencia de los argumentos de Fray Servando que hemos transcripto más arriba:

El Dr. Mier, que escribió en Inglaterra su historia de la revolución de la Nueva España, conociendo que en un pueblo donde las leyes son tan respetadas como el inglés, era menester fundar la revolución de las posesiones españolas de América en la infracción de un pacto, para darle el mismo origen que tuvo la de las colonias inglesas, que hoy son los Estados-Unidos, extractó del código de Indias todo lo que podía parecer pacto fundamental, y pretendió hacer pasar por tal los contratos que se hacían con los conquistadores [Y] formando con todo esto una especie de constitución de la América española, que nunca llegó a existir, ó que estaba olvidada largos años hacía, y en la infracción de ésta funda el derecho de la independencia.³⁸

Se podría argüir que la crítica de Alamán descuidaba una faz de los argumentos de Fray Servando, su calidad de ficción política, calidad que comparte con muchos otros casos de ficciones políticas o jurídicas que están en el cimiento de las naciones contemporáneas, eficaces pese a su posible falsedad histórica.

Pero un problema distinto es el que implican las normas constitucionales de antigua raigambre que, a diferencia del uso retórico del concepto, regían efectivamente, como veremos, la vida social y política luego de las independencias. En el mismo México, y en tiempos de Lucas Alamán, la referencia a la constitución antigua resultó ser mucho más que un elemento retórico cuando los intentos de reformas desgranados a lo largo de la primera mitad del siglo XIX chocaran con diversas facetas de la misma, enraizadas en la sociedad y en la actividad política. No otra realidad era la que enfrentó el líder liberal José María Luis Mora en el terreno de las disputas constitucionales mexicanas. Al referirse a los sucesos que en 1834 lo obligaron a exiliarse en París, Mora sostuvo que se trató de un combate para sostener la Constitución de 1824 frente a los embates del espíritu de cuerpo propio de “la antigua constitución del país”, encarnada en las corporaciones que resistían las reformas liberales y que no eran, a su juicio, otra cosa que privilegios jurídicos y económicos de un Estado patriarcal que subsistía pese a la

desaparición de su cúspide monárquica.³⁹ Así como, en el caso de Yucatán, donde las reformas borbónicas afectaron sólo superficialmente la antigua constitución del país, ésta “se mostrará viva a lo largo de las sucesivas experiencias liberales en la primera parte del siglo XIX” pues “la anterior multiplicidad de poderes -característica de una particular constitución histórica que se consideraba legítima- se había mantenido sólidamente.”⁴⁰

El estudio del problema tropieza con la falta de investigaciones conducidas con el criterio que hemos expuesto. En lo que sigue, nos concentraremos en el caso del Río de la Plata analizando tres cuestiones que permiten verificar la persistencia de pautas constitucionales antiguas. En uno de ellos, la continuidad del derecho privado y público hispano indiano, nos ocuparemos de reinterpretar informaciones ya disponibles. En los otros, la naturaleza de las facultades extraordinarias que anularon los regímenes representativos u obstaculizaron su afianzamiento, utilizaremos viejas y nuevas evidencias que permiten arribar a similares resultados.⁴¹

4. La Subsistencia del Derecho Español y la Vigencia de la Antigua Constitución

Como es sabido, uno de los rasgos definitorios de la naturaleza de las sociedades hispanoamericanas luego de la independencia, aparentemente contradictorio del carácter revolucionario de la misma, fue la perduración de gran parte del ordenamiento jurídico español.⁴² Se trata de algo no ignorado en la historiografía latinoamericanista pero que considerado aisladamente, sin atender a su nexos con la constitución antigua, resulta incomprensible.

La persistencia de la legislación española es, efectivamente, un dato inseparable de la constitución antigua y una prueba de que ésta era mucho más que una figura retórica. Porque, en primer lugar, como lo recordó Juan Bautista Alberdi en 1853, no sólo lo que se consideraba propio del derecho privado sino también lo que correspondería al derecho público.⁴³ Al ocuparse de “las cartas o leyes fundamentales que forman el derecho constitucional de Inglaterra” como ejemplo de continuidad jurídica, Alberdi comentaba que

...nosotros mismos tenemos leyes de derecho público y privado que cuentan siglos de existencia. En el siglo XIV promulgáronse las Leyes de Partidas, que han regido nuestros pueblos americanos desde su fundación, y son seculares también nuestras Leyes de Indias y nuestras Ordenanzas de comercio y de navegación. Recordemos que, a nuestro modo, hemos tenido un derecho público antiguo. [...] Durante la revolución hemos cambiado mil veces los gobiernos, porque las leyes no eran observadas. Pero no por eso hemos dado por insubsistentes y nulas las Siete Partidas, las

Leyes de Indias, las Ordenanzas de Bilbao, etc. Hemos confirmado implícitamente esas leyes, pidiendo a los nuevos gobiernos que las cumplan.⁴⁴

Al estallar los movimientos de independencia, la necesidad de asegurar el orden social se había traducido en la decisión de mantener la continuidad jurídica mediante la vigencia del antiguo derecho español e indiano. Esa vigencia fue confirmada por decisiones posteriores, las que exceptuaban sólo lo que pudiese contradecir disposiciones adoptadas por los nuevos gobiernos. De manera que la inicial aspiración de eliminar la mayor parte del derecho público y privado proveniente de la colonia, como lo expresaba en 1818 un periódico de Buenos Aires, para “no ver envueltos nuestros derechos y acciones civiles en una multitud de instituciones añejas y repugnantes” propias del “antiguo sistema”, quedaría sin realización.⁴⁵

Dada la diversidad y complejidad del entramado jurídico hispano indiano, se solía repetir la antigua costumbre de adoptar un orden de prelación, tal como el que se encuentra en el libro de Álvarez recién citado, una de las obras más utilizadas en la enseñanza superior en la primera mitad del siglo XIX, - editado por primera vez en Guatemala en 1818, reeditado en México en 1826 y en Buenos Aires en 1834, entre otras ediciones americanas y también españolas. El orden de prelación indicado por Álvarez es el siguiente: Disposiciones reales recientes, Recopilación de Indias, Recopilación de Castilla, Fuero Real y Fuero Juzgo, Estatutos y fueros municipales, Leyes de las siete partidas. Todo esto, en cuanto refería al derecho escrito, al cual había que añadir el derecho consuetudinario.⁴⁶

Por otra parte, la vigencia de la legislación española era congruente con la de la constitución antigua, por una parte y, por otra, con la orientación de los estudios de derecho y con la concepción de la sociedad que ellos transmitían. Un testimonio destacado de esto es la reedición de la obra de Álvarez en Buenos Aires en 1834 que tuvo por objeto sustituir al benthamista curso de derecho civil de Andrés Somellera, profesor de la cátedra durante el período rivadaviano, exiliado luego de la caída de Rivadavia. Esa edición fue no sólo un resultado del giro político implicado por la derrota del partido unitario sino también todo un símbolo de la realidad constitucional del Estado de Buenos Aires, habitualmente considerado el más “modernizado” de los rioplatenses. El editor, Dalma- cío Vélez Sársfield, que mucho más tarde sería autor del Código Civil argentino (1871), advertía -en un párrafo que testimonia además la perduración del derecho indiano- que el libro de Álvarez era “el curso más completo de derecho que hasta el día se ha publicado, y sin duda alguna es el más científico de cuantos se han escrito sobre la jurisprudencia española; teniendo también el mérito, si no me engaño, de estar arreglado al derecho de Indias, y al de nuestra República en todas las materias en que ha habido algunas innovaciones desde 1810 hasta el presente.”⁴⁷

Pero lo más significativo de la reedición de esta obra es que implica que

los abogados de Buenos Aires se formaban con una concepción de una sociedad regida por derechos desiguales. En derecho, advertía Álvarez siguiendo pautas del derecho romano, no todo individuo es persona. Persona jurídica es todo aquel que posee *estado*.

Por estado entendemos una calidad o circunstancia por razón de la cual los hombres usan de distinto derecho, porque de un derecho usa el hombre libre, de otro el siervo, de uno el ciudadano y de otro el peregrino; de ahí nace que la libertad y la ciudad se llaman *estados*...⁴⁸

Esta orientación de los estudios, acordes con la vigencia de la antigua constitución, provenía de las universidades coloniales y había sido modificada sólo parcialmente por iniciativas consideradas de naturaleza ilustrada. En Hispano América, antes de las independencias, las universidades poseían uno o dos de los estudios propios de las universidades españolas, Teología y Derecho. Los de derecho incluían la cátedra de Instituta como materia central. En casos como el de la Universidad de Córdoba, mientras ésa fue la única cátedra de los estudios de jurisprudencia creados en 1791, sus alumnos debían asistir también a las de derecho canónico y de moral de la facultad de teología. Pero más tarde, se incorporaron a esos estudios las cátedras de derecho canónico y derecho real (1793) y derecho natural y de gentes (1815)

Derecho romano y derecho canónico fueron estudios básicos en la formación de los graduados de las universidades hispanoamericanas. La cátedra de Instituta consistía en el estudio de las Instituciones de Justiniano - cuyo segundo capítulo trataba de la preeminencia del derecho natural - , más parte del Digesto y del Código. Luego de la expulsión de los jesuitas y de la proscripción de autores partidarios del suarismo, para su estudio se prescribía la obra de Arnaldo Vinnius, que había sido editado por Heineccio, otro de los autores difundidos por disposiciones reales luego de la expulsión, indudablemente por sus criterios favorables al regalismo. De Heineccio se utilizó la traducción de un manual de derecho natural y de gentes al crearse la cátedra respectiva en 1771 - traducción expurgada de los trozos inconvenientes para la monarquía y la Iglesia - y desde entonces esta obra fue de amplia difusión y varias reediciones en la España de fines del XVIII y comienzos del XIX.⁴⁹

Añadamos, además, que el derecho canónico fue desde el Medioevo el principal vehículo transmisor del derecho natural, el que, tanto en la Escolástica como en el Iusnaturalismo, concurría a regular las relaciones sociales pues proporcionaba un preciso código de reglas que regían las instituciones sociales y políticas, como matrimonio, propiedad, autoridad civil y demás.⁵⁰

5. El Derecho Natural y la Antigua Constitución

Como hemos señalado en otros trabajos, la función del derecho natural ha sido tradicionalmente mal interpretada por considerarse al mismo como sólo una forma del derecho sin advertir su carácter de fundamento de las concepciones sociales y políticas de la época.⁵¹

En Hispanoamérica, la enseñanza del derecho natural, como disciplina central de los estudios de jurisprudencia, continuó luego de las independencias. En la Universidad de Buenos Aires, creada en 1821, el Departamento de jurisprudencia "...vivió sus primeros treinta años completamente entregado al derecho natural...", el que convivió por breve lapso con la influencia benthamista en la enseñanza del derecho civil.⁵² El primer año de los estudios de derecho de la recién creada universidad incluía junto a las cátedras de Instituciones de Derecho Natural y de Gentes e Instituciones de Derecho Civil, la de Instituciones de Derecho Público Eclesiástico, destinada a las cuestiones del derecho canónico correspondientes a los asuntos públicos. La Universidad de Buenos Aires, y también la de Córdoba, siguieron manteniendo los estudios de derecho canónico a través de sus varias reformas de planes hasta fines del siglo. En 1834 se decidió editar en Buenos Aires la obra de un autor adepto al josefinismo, Javier Gmeiner, que ya había sido utilizado por el profesor de Instituciones de Derecho Público Eclesiástico, Eusebio Agüero, en sus clases de la década anterior que adherían a los criterios regalistas propios de aquella tendencia. La edición en lengua latina, aparecida en 1835, estuvo a cargo del mismo Vélez Sársfield.⁵³

En 1850, en una "Carta sobre los estudios convenientes para formar un abogado con arreglo a las necesidades de la sociedad actual en Sud-América", Juan Bautista Alberdi seguía recomendando el estudio del derecho romano y del canónico, a los que consideraba fuentes del derecho español, pues, afirmaba, "el derecho romano es al nuestro lo que un original es a una traducción. Las Siete Partidas de don Alfonso, que nos rigen hasta hoy, son una traducción discreta y sabia de los Pandectas y el Código romanos."⁵⁴

La persistencia del derecho hispano indiano era inseparable de la del derecho natural. El criterio que se había convertido en predominante a lo largo del siglo XVIII y que aún regía en tiempos de las independencias lo colocaba por encima de toda legislación positiva. Esa prioridad sería enfáticamente resaltada por el Estado de Buenos Aires todavía en fechas tan tardías como 1852 y 1860.⁵⁵ En ocasión del debate de 1852 en el que Bartolomé Mitre, en representación de Buenos Aires, impugnó el Acuerdo de San Nicolás, el líder porteño expresó en varias oportunidades la preeminencia del derecho natural que fundaba la decisión de Buenos Aires de no aceptar las bases del Acuerdo, tal como surge de esta cita:

He dicho que el acuerdo [de San Nicolás] creaba una dictadura irresponsable; y que esa dictadura constituía lo que se llama un poder despótico. Voy a probarlo permitiéndome recordar a V.H. los principios generales de buen gobierno, las reglas de nuestro derecho escrito, y las bases fundamentales del derecho natural.

Asimismo, tanto el repudio de Buenos Aires de la constitución de 1853 como su posterior acuerdo de ingresar a la nación argentina, fue explícitamente fundado en uno de los principios básicos del derecho natural, el del consentimiento. Además de su frecuente mención en el seno de los debates de la convención de Buenos Aires de 1860 -convocada para proponer las reformas a la constitución de 1853-, lo expresaba el Informe de la Comisión Examinadora de esa constitución al declarar que “la incorporación de Buenos Aires se efectuaba por el libre consentimiento, y no por la presión de circunstancias pasajeras.” El informe hacía más explícito este fundamento de esa postura:

Los derechos de los hombres que nacen de su propia naturaleza, como los derechos de los pueblos que conservando su independencia se federan con otros, [...] forman el derecho natural de los individuos y de las sociedades, porque fluyen de la razón del género humano [...] El objeto primordial de los gobiernos es asegurar y garantizar esos derechos naturales de los hombres y de los pueblos; y toda ley que los quebrantase, destruiría los fundamentos de la sociedad misma, porque iría contra el principio fundamental de la soberanía...

Y asimismo, declaraba en forma taxativa: “El derecho civil, el derecho constitucional, todos los derechos creados por las leyes, la soberanía misma de los pueblos, puede variar, modificarse, acabar también, para reaparecer en otro derecho civil ó en otro derecho político, o por el tácito consentimiento de la nación ó por las leyes positivas; pero los derechos naturales, tanto de los hombres como de los pueblos constituidos por la Divina Providencia (según las palabras de la ley romana) siempre deben quedar firmes e inmutables.”⁵⁶

6. Las Normas Constitucionales Vigentes en la Primera Mitad del Siglo XIX

Los estudios jurídicos que hemos reseñado estaban en correspondencia con las normas constitucionales que continuaron rigiendo luego de 1810 en las provincias rioplatenses, en las que seguía en vigor la Real Ordenanza de Intendentes de 1782, con las modificaciones de 1783. Ella perduraría en la primera mitad del siglo, junto al Reglamento Provisorio de diciembre de 1817, anticipo

de la luego fracasada constitución de 1819 pero que, en su defecto, en los años posteriores conservaría su validez. Gran parte de las disposiciones de la Ordenanza rigieron no sólo durante la primera década revolucionaria, cuando existieron gobiernos pretendidamente nacionales -Primer y Segundo Triunvirato, Directorio-, sino también con posterioridad a ese lapso. Las gobernaciones de intendencia existentes en el actual territorio argentino no habían desaparecido y subsistieron hasta 1820 -Intendencias de Buenos Aires, Salta de Tucumán y Córdoba del Tucumán. Asimismo, distintas medidas de las autoridades residentes en Buenos Aires efectuaron modificaciones territoriales, como la desmembración de esas Intendencias para crear nuevas provincias, pero haciéndolo según el ordenamiento dispuesto por la Ordenanza.⁵⁷

El Reglamento Provisorio de 1817 fijó una pauta que se habría de mostrar mucho más duradera de lo previsto:

Hasta que la constitución determine lo conveniente, subsistirán todos los códigos legislativos, cédulas, reglamentos y demás disposiciones generales y particulares del antiguo gobierno Español, que no estén en oposición directa o indirecta con la libertad e independencia de estas Provincias ni con este Reglamento, y demás disposiciones que no sean contrarias a él, libradas desde veinte y cinco de Mayo de mil ochocientos diez.

Este texto repetía con mínima variación el contenido de un artículo del Estatuto Provisional de 1816.⁵⁸ Pero también puede considerarse de naturaleza similar lo dispuesto en el citado Reglamento de 1811:

Los diputados de las provincias unidas que existen en esta capital, componen una Junta con el título de Conservadora de la soberanía del Sr. D. Fernando VII, y de las leyes nacionales, en cuanto no se oponen al derecho supremo de la libertad civil de los pueblos americanos.⁵⁹

Se trata de un texto que requiere dos observaciones. Una, que las leyes “nacionales” son las españolas y otra, que esa disposición no es mera consecuencia de la todavía, fingida o real, sujeción a la corona de Castilla, sino inevitable secuela de la falta de normas que suplantarán las peninsulares.

Luego de 1820 comenzaron ensayos de regímenes representativos en las provincias. Las Intendencias no subsistieron luego de esa crisis, y asimismo todos los cabildos existentes en el territorio del ex Virreinato serían suprimidos, entre 1822 y 1834, y sustituidos por las legislaturas. La constitución antigua sería sólo parcialmente modificada por las medidas de carácter constitucional adoptadas en las distintas entidades soberanas que, con el nombre de “provincias”, reemplazaron la soberanía de la corona de Castilla.⁶⁰ Luego de los fracasados intentos de imponer un texto constitucional a las Provincias Unidas del Río de la

Plata -1813, 1819, 1826, 1828-, hasta el logro de la constitución de 1853 la realidad en materia constitucional fue la de la vigencia de sistemas informales en cada uno de los Estados provinciales. Unos se dieron constituciones escritas que en ocasiones se reconocían, explícitamente, como complementarias de la antigua legislación española y de algunos de los documentos de naturaleza constitucional emanados de los gobiernos criollos desde 1810 en adelante, como el muy invocado Reglamento Provisorio de 1817. Por ejemplo, la constitución de Córdoba de 1821, reiterando la citada norma del Reglamento, declaraba en vigencia todas las leyes y demás disposiciones del “antiguo gobierno español” que no estuviesen en contradicción con “...la libertad e independencia de Sud América, ni con este reglamento y demás disposiciones que no sean contrarias a él libradas por el gobierno general de las provincias desde 25 de Mayo de 1810”.⁶¹

Posteriormente los Estados rioplatenses que comenzaban ya a considerarse “argentinos”, reconocieron en el Pacto Federal de 1831 otro de los elementos integrantes de esa constitución informal. Pero casi todos, asimismo, vivieron un proceso en que los intentos de instauración del régimen representativo dieron lugar a variadas combinaciones de la antigua constitución con innovaciones posteriores a 1810. Por lo general, las legislaturas no llegarían a afirmarse como tales y persistirían en algunos casos como meros órganos destinados a refrendar las disposiciones gubernamentales y en otros limitadas por las facultades extraordinarias concedidas a los gobernadores.

En el caso de Buenos Aires, el de mayor impulso reformista, en lugar de adoptarse un texto constitucional se modificó la antigua constitución con un conjunto de leyes que disponían innovaciones tendientes a establecer un régimen representativo -tales como las del sistema electoral, la extinción del fuero eclesiástico o la supresión de los cabildos y su reemplazo por una legislatura-, cuya vigencia comenzaría a ser prontamente falseada a partir del primer gobierno de Juan Manuel de Rosas (1830-1832) y especialmente en su segundo gobierno, luego de 1835.⁶² Si bien ese impulso reformista tuvo un éxito transitorio pero importante al crear el poder legislativo, no logró lo mismo en el campo de la justicia.

De hecho, durante toda la primera mitad del siglo XIX, los intentos por crear una esfera de la justicia separada de los otros poderes se dio sólo de manera fragmentada. [...] Los ensayos implementados durante la llamada *feliz experiencia rivadaviana*, si bien fueron exitosos en orden a crear un poder legislativo en la provincia capaz de mantener la iniciativa respecto al ejecutivo -iniciativa definitivamente perdida al asumir Rosas con la suma del poder público-, no lo fueron en el terreno de la justicia.⁶³

7. Inconsistencia del Concepto de “Caudillismo”

Decíamos al comienzo que la conducta política de los sectores que resistían las reformas subsiguientes a las independencias resulta mal interpretada al no percibirse que las mismas correspondían a un universo conceptual en el que regían normas atribuibles a la vigencia de una constitución antigua.

Uno de los más sensible efectos de aquella limitación es el que afecta al fenómeno que hemos denominado “caudillismo”. Al respecto, la clásica dicotomía forjada por Sarmiento en el *Facundo* –“civilización y barbarie”- había ofrecido una imagen distorsionada de la realidad social y política de su época por efecto de las influencias conjugadas del romanticismo -del cual tomó Sarmiento el esquema de un mundo rural sometido a la gran propiedad de tipo feudal-, y de la literatura de viajeros europeos, con cuya descripción de paisajes y de tipos humanos sustituyó su desconocimiento personal de esas realidades.⁶⁴ Si bien nuestra imagen de la crisis de la independencia y del desarrollo histórico abierto por ella no está ya ceñida a aquella dicotomía, persiste en priorizar la atención a los intentos de innovaciones modernizadoras y a deformar la imagen de las prácticas y concepciones políticas entonces predominantes mediante conceptos como “caudillismo” u otros con él vinculados, generalmente restringidos a enfocar el fenómeno sobre la base de criterios tales como los basados en el concepto de clientelismo o en la categoría weberiana de carisma.⁶⁵

El “caudillismo” aparece entonces como la otra cara del proceso histórico, ajeno a la obra civilizadora y enfrentado al reino de la legalidad: “La paz perpetuó las estructuras de la guerra y condujo a la aparición de un proceso dual en Hispanoamérica: por un lado, se dio el constitucionalismo y por otro, el caudillismo.”⁶⁶ En esta perspectiva está ausente la percepción de la existencia de pautas constitucionales anteriores a los intentos de reformas políticas luego de las independencias. Tulio Halperín señaló hace tiempo que el término “caudillismo”, fue “...un calificativo denigratorio, aplicado muy liberalmente por ciertos políticos a sus rivales.” El caudillo era aquél que aspiraba a lograr el poder por medio de la violencia, o el que lo ejercía al margen de la organización legal, o el que lo obtenía de forma ilegítima.” Y agregaba: “la expresión cubre un conjunto de significaciones semejantes al que un siglo antes cubría la de tirano.” Halperín no se propuso definir el “régimen de caudillos”, una etiqueta que consideraba cubría “realidades irreductiblemente diversas”, sino sólo describir las condiciones sociales y económicas en que surgieron cuatro de los más famosos caudillos rioplatenses: Güemes, Ramírez, Ibarra y Quiroga, aunque sin atender a las facetas intelectuales de la formación de esos líderes políticos.⁶⁷

Pero lo más frecuente es considerar al caudillismo desde una perspectiva psicológica, tal como lo hacía el historiador chileno Mario Góngora para quien los hombres portadores del carisma ejercían “un tipo de dominación basado

eminentemente en la psicología colectiva, no en la desaparecida o dudosa legalidad racional o tradicional” sino en “un derecho ad hoc propio de bandas.” Un enfoque similar, aún más explícitamente fundado en los conceptos weberianos de tipo ideal y carisma, fue aplicado por Fernando Díaz Díaz al caso mexicano.⁶⁸

8. Formación Intelectual de dos Principales Protagonistas de la Época: Clero y Jefes Militares

La imagen según la cual, ante el constitucionalismo que las élites modernizadoras habrían tratado de imponer se habría alzado la arbitrariedad del “caudillismo”, desconoce o desatiende, en los líderes rurales o urbanos de la época, la existencia de normas de conducta política apoyada en criterios constitucionales de otra naturaleza. Sin embargo, existen evidencias que alientan a enfocar la historia de la primera mitad del siglo XIX con distinta perspectiva. Ellas nos inducen a preguntarnos por la visión del mundo portada por los protagonistas de aquella historia.

El enfoque de la conducta de los llamados caudillos, que omite conocer su formación intelectual, afecta también, de manera similar, a la forma en que es considerada la actuación política del clero, un ejemplo en el que es útil detenerse brevemente pues contribuye a la comprensión del asunto. Sucede que, al registrarse los datos concernientes al clero que participó en los acontecimientos de la época, la interpretación habitual es la de ver a los hombres de iglesia sólo como representantes de un culto religioso. Pero tanto o más importante para la historia intelectual y política es advertir su calidad de portadores de criterios provenientes de lo que entonces era la ciencia de la sociedad, es decir, el conjunto de doctrinas transmitidas por la enseñanza del derecho natural y del derecho canónico, en el curso de los estudios que debieron realizar.

Es por eso que para el propósito de comprender los móviles de los actores políticos, carece de relevancia el hecho de que muchos de esos hombres de Iglesia lo fueran sin vocación religiosa, al haber sido destinados a la carrera eclesiástica por cálculos de conveniencia, según normas familiares propias de la época. Con auténtica fe o sin ella, todos habían recibido similares fundamentos de la concepción del mundo en las aulas y tertulias, y, además de las versiones escolásticas de aquellas disciplinas que persistían en la enseñanza colonial, algunos las habían modificado críticamente por la consulta de obras provenientes de los autores no escolásticos del derecho natural -Grocio, Pufendorf, Vattel entre otros-, y de las versiones regalistas del derecho canónico.⁶⁹

Desde análoga perspectiva, de los llamados *caudillos* se han destacado los rasgos militares y político-gubernamentales sin reparar en las características de su formación intelectual o la de los asesores que los acompañaban. Por

eso, puede sorprendernos advertir que algunos de esos jefes político-militares tenían estudios superiores o medios, lo que significa que en su transcurso habían recibido, como los hombres de Iglesia, las nociones básicas de lo que solía llamarse la “ciencia de la moral y de las costumbres”, las que se correspondían con las pautas de vida social y política de su tiempo. A este tipo de comprobación debe añadirse que, por lo general, con estudios superiores o sin ellos, los llamados caudillos solían estar rodeados por letrados, que habían recibido esas nociones durante sus estudios, algunos de los cuales eran sus asesores y ejercieron funciones gubernamentales de diverso nivel.

La información sobre los estudios realizados por los líderes políticos de la época es muy escasa y los historiadores que se han detenido en los rasgos biográficos de esos personajes suelen descuidarlas para ocuparse de otras facetas de los mismos. Sin embargo, disponemos de algunas evidencias que apuntan a lo que indicamos, relativas a algunos casos célebres en la historia rioplatense de la primera mitad del siglo XIX. Por ejemplo, dos famosos caudillos, Alejandro Heredia, tucumano, y Pascual Echagüe, santafesino pero de actuación política también en la vecina provincia de Entre Ríos, eran doctores en teología y habían realizado tareas docentes.

Heredia (1788-1838) hizo las primeras letras en escuelas de órdenes religiosas en Tucumán, continuó sus estudios en el Colegio de Nuestra Señora de Loreto, en Córdoba y en 1808 se graduó de licenciado y doctor en teología en la universidad cordobesa. Asimismo había ganado por concurso una cátedra de latín en 1806. Más tarde iniciaría su carrera militar en los ejércitos de la independencia, de los que era ya coronel cuando en 1816 se incorporó al Congreso de Tucumán, el que declararían la independencia del Río de la Plata pero que elaboraría una constitución, fracasada, de fuertes connotaciones conservadoras y, entre otras actividades destacables, fue también diputado al congreso constituyente de 1824-1827.⁷⁰

Pascual Echagüe (1797-1867) realizó primeros estudios de latinidad en la ciudad de Santa Fe y en 1812 ingresó al Colegio de Monserrat en Córdoba. En la universidad de esa ciudad se graduó de Maestro y Licenciado en Teología en 1817 y de Doctor en Teología en 1818, donde luego de doctorarse fue designado para tareas docentes como pasante. Al regresar a Santa Fe en 1820 fue nombrado Maestro de Primeras Letras, Prosecretario de Gobierno en 1821 y Secretario de Gobierno en 1824 y posteriormente fue gobernador de la vecina provincia de Entre Ríos, entre 1832 y 1841 y de Santa Fe, entre 1842 y 1851. Hasta su muerte, en 1867, tuvo activa actuación no sólo militar sino también política, en cargos de gobierno o funciones representativas provinciales y nacionales -luego de 1853-, incluida su designación como ministro del gobierno nacional en 1856 y su participación en la Convención Constituyente de 1860.⁷¹

En otras destacadas figuras políticas de la época se puede verificar algo

similar. Manuel Dorrego (1787-1828), que sería famoso líder del partido federal en los años >20 y gobernador de Buenos Aires al caer Rivadavia en 1827 hasta su ejecución por el general unitario Juan Lavalle en el mismo año, había hecho sus estudios en el Colegio San Carlos desde 1803 y se había trasladado a Santiago de Chile para realizar estudios de jurisprudencia en la Universidad de San Felipe, que interrumpió, poco después de iniciados, por los sucesos de mayo de 1810 en Buenos Aires.⁷² En la misma universidad, Pedro Molina, el más destacado de los gobernadores de Mendoza (1822-1824, 1832-1835 y 1835-1838), hizo estudios de derecho, sin concluirlos.

El Gral. José María Paz (1791-1854), el más famoso jefe militar del partido unitario, ingresó a la Universidad de Córdoba en 1804 y se matriculó en el primer año de Filosofía, cuyo tercer y último año cursó en 1806. En ese mismo año consiguió los títulos de Bachiller en Artes y, luego, el de Maestro. En febrero de 1807 se matriculó en el primer curso de Teología cuyo examen aprobó a fines de ese año. Asimismo siguió el curso de derecho canónico, que aprobó a fines de 1810. Paz estuvo a punto de alcanzar el bachillerato en leyes, para lo cual le faltaba completar un año y rendir un examen, que abandonó como consecuencia de los sucesos políticos de esos años.⁷³

Por otra parte, otros “caudillos” habían realizado estudios secundarios antes de iniciar su carrera militar. Entre ellos, Juan Bautista Bustos, que gobernaría Córdoba entre 1820 y 1829, los hizo en el colegio dominico de esa ciudad. José Vicente Reinafé, el gobernador cordobés juzgado y ejecutado por su presunta participación en el asesinato de Facundo Quiroga, había cursado estudios en el Colegio Monserrat, al que ingresó en 1801. El principal caudillo y gobernador santiagueño, Juan Felipe Ibarra, asistió al Colegio de Monserrat entre 1801, el mismo año que Reinafé, y 1802, el que abandonó en el segundo año por falta de recursos. Martín Güemes, el héroe de la contención de los españoles en el noroeste rioplatense, hizo estudios en el convento salteño de los franciscanos y asistió a la cátedra de Artes dictada por el Dr. Manuel Antonio de Castro. Ricardo López Jordán, el caudillo entrerriano de larga y accidentada actuación, había realizado estudios medios en el colegio San Ignacio de Buenos Aires.⁷⁴

Sería casi innecesario recordar que no sólo los hombres de Buenos Aires -como Mariano Moreno, Bernardo de Monteagudo y Juan José Castelli, entre los asistentes a Charcas- sino también destacados políticos del Interior -como Gregorio Funes, Juan Ignacio Gorriti, Dámaso Larrañaga o Francisco de Laprida, entre otros- habían realizado tales estudios. Asimismo, en el caso de caudillos carentes de ellos, sí los poseían sus asesores, fuese por sus estudios eclesiásticos, como el padre Monterroso, asesor de Artigas, o jurídicos, como José Simón García de Cossio, egresado de Charcas y asesor del gobernador Pedro Ferré en Corrientes. Y, tal era el caso también de la mayoría de los gobernadores que no han sido

considerados como “caudillos”, pues el común de los componentes de las élites políticas de la época habían realizado estudios de Teología o de Derecho, o de ambos derechos, en las universidades de Córdoba, Charcas o Santiago de Chile. La Universidad de San Felipe, en Santiago de Chile, fue una opción a la de Charcas para los rioplatenses que querían hacer estudios de jurisprudencia cuando éstos no existían en la de Córdoba. Como es natural, los mendocinos, por su cercanía, fueron más proclives a inscribirse en ella y así lo hizo parte de la élite mendocina que actuaría en política entre 1828 y 1851.⁷⁵

9. Las Facultades Extraordinarias en la Historia Rioplatense

Las facultades extraordinarias eran en realidad la expresión de un recurso dictatorial, legítimo, universalmente difundido en la época para enfrentar situaciones de emergencia política. Esas facultades fueron empleadas también en otros países de Hispano América como, por ejemplo, México, Colombia y Chile.⁷⁶ Pero sucede que el examen de las mismas ha estado dominado por la preocupación por su incompatibilidad con el liberalismo, en detrimento del examen de su congruencia con la constitución antigua. Es decir, se lo ha enfocado como una anomalía constitucional y no como una natural expresión de las pautas sociales, jurídicas y políticas predominantes.⁷⁷ Porque, como examinaremos a continuación, las facultades extraordinarias consideradas tradicionalmente como una de las principales muestras de la ausencia de legalidad, eran por el contrario una forma de la antigua institución de la dictadura, establecida mediante consentimiento de quienes las otorgaban y con limitaciones de tiempo y de atribuciones. No sería ocioso recordar al respecto que la dictadura era, desde tiempos de la antigüedad clásica, una institución legal, mientras que, en cambio, el abuso del poder por los gobernantes recibía el nombre de *tiranía*.

Poderes de tipo dictatorial estaban ya previstos en documentos rioplatenses producidos poco después de mayo de 1810, destinados a proteger los derechos individuales contra los excesos del poder pero que admitían sin embargo recursos de excepción. El artículo 9 del Decreto de seguridad individual dado por el Primer Triunvirato en noviembre de 1811 establecía que

...en el remoto y extraordinario caso de comprometerse la tranquilidad pública o la seguridad de la patria, podrá el gobierno suspender este decreto mientras dure la necesidad, dando cuenta inmediatamente a la asamblea general con justificación de los motivos, y quedando responsable en todos tiempos de esta medida.⁷⁸

El recurso a las facultades extraordinarias volvió a darse durante el funcionamiento de la Asamblea del año XIII, el primer intento de elaborar una constitución para el Río de la Plata. En la sesión extraordinaria del 8 de setiembre de 1813, en la que se trató un informe del ejecutivo (Segundo Triunvirato) sobre las circunstancias extraordinarias generadas por los acontecimientos del Alto Perú y de la Banda Oriental, se decidió conceder al gobierno facultades extraordinarias y suspender el funcionamiento de la Asamblea mientras estuvieran en vigencia las mismas...

...autorizando entretanto al Supremo Poder para que obre con absoluta independencia, y de cuenta a la primera Sesión de las providencias extraordinarias que hubiese tomado, y por su naturaleza exijan la sanción de la Asamblea.⁷⁹

En noviembre del mismo año, por razones similares, vuelven a suspenderse las sesiones con un reglamento cuyo art. 3° declaraba que el poder ejecutivo "...queda autorizado con las mismas facultades extraordinarias que se le confirieron por el Soberano Decreto de 8 de Setiembre último."⁸⁰

Asimismo, el art. XXI del capítulo sobre seguridad individual del Estatuto de 1815 disponía una previsión similar, aunque presentada con recursos retóricos que no llegan a ocultar su naturaleza. El artículo comienza declarando que todas las disposiciones enumeradas en ese capítulo "jamás podrán suspenderse", pero añade sin solución de continuidad que...

...cuando por un muy remoto y extraordinario acontecimiento, que comprometa la tranquilidad pública, o la seguridad de la Patria, no puede observarse cuanto en él se previene, las Autoridades que se viesen en esta fatal necesidad darán razón de su conducta a la Junta de Observación y Excelentísimo Cabildo que deberán examinar los motivos de la medida, y el tiempo de su duración.⁸¹

El mismo texto, con la variante de reemplazar la mención de la Junta y del Cabildo por la del "Congreso", reaparece en el art. XIV del capítulo sobre seguridad individual del Reglamento de 1817. Y también las constituciones de 1819 y de 1826 incluyen cláusulas similares.⁸²

Las facultades extraordinarias no eran una institución que cancelase las "leyes fundamentales" que regían en cada provincia. Esas facultades no eran usurpadas unilateralmente por el gobernador sino que las concedía el organismo legislativo cumpliendo con la formalidad requerida por el principio del consentimiento: la institución representativa de la soberanía popular consentía en desprenderse transitoriamente de ciertas facultades suyas por motivos atribuidos generalmente a circunstancias de gravedad, internas o

externas, que no podían ser afrontadas adecuadamente mediante los procedimientos propios de la división de poderes. Inclusive la misma formalidad rigió la concesión de la suma del poder público a Juan Manuel de Rosas en 1835, como lo puso de manifiesto su exigencia para aceptarlas, esto es, que debía cumplirse con el requisito del consentimiento por el órgano de la soberanía y aún por el mismo pueblo soberano mediante plebiscito.⁸³

La naturaleza dictatorial de las facultades extraordinarias, y sus antecedentes romanos, no fue ignorada en la época. En 1830, en los debates de la Sala de Representantes de Buenos Aires, uno de los más acérrimos defensores de esas facultades, Ramón Olavarrieta, rechazaba las críticas que se hacían a “unas facultades a que Roma debió su grandeza y poder”. Otro de los representantes, Juan José Cernadas, declaraba que las circunstancias eran similares a las existentes cuando “la antigua Roma procedía al nombramiento de sus dictadores, para salvar la patria, sin más limitación que la del tiempo.” Y Pedro Feliciano Cavia, uno de los políticos más influyentes de esos años, afirmaba que “sólo un poder dictatorio [sic] puede reprimir en el día con mano fuerte las maquinaciones de los genios perversos y tumultuarios”, palabras que hacía más claras poco más adelante al encarecer la concesión de las facultades extraordinarias:

La dictadura, señores, es una de las mayores plagas que han afligido y devastado a los estados libres. Lo sabemos bien. Sin embargo ella es necesaria a las [sic] veces para enfrenar el espíritu anarquizador. Repúblicas antiguas y modernas han recurrido en sus extremos males a esta terrible, pero saludable medicina.⁸⁴

Dos años más tarde, a fines de 1832, ante el proyecto de ley para prolongar esas facultades, que habían sido concedidas al gobernador a raíz de los sucesos de 1828 y renovadas en 1830, se produjo otro intenso debate en la Sala de Representantes porteña que muestra la existencia en ella de una tendencia mayoritaria a suprimirlas en aras de las normas constitucionales vigentes. Sus integrantes apelaron al argumento del respeto a esas normas y para ello sostuvieron que Buenos Aires poseía una constitución pese a la no existencia de un texto escrito de la misma.

La conciencia de que la falta de una constitución escrita no significaba la inexistencia de normas constitucionales tuvo explícita manifestación por parte de un crítico liberal de las mismas, amparado quizás por el prestigio que Benjamín Constant había adquirido en esos años. En una “Correspondencia” publicada en *La Gaceta Mercantil* aludía a las “esperanzas de vivir constitucionalmente” al amparo del sistema representativo republicano hasta entonces vigente. El autor entendía que ese sistema fue adoptado en Buenos Aires mediante la sanción de “las leyes que reglan la elección directa, y que establecen el principio de la inviolabilidad de las propiedades y la publicidad de todos los

actos de la administración pública". La ley en debate, argüía, excede las atribuciones que el pueblo en ejercicio de su soberanía puso en manos de sus representantes, es destructora del sistema representativo republicano y "trastornaría completamente las condiciones del pacto, bajo el cual hemos entrado a formar parte en la sociedad", de manera que, afirma, el proyecto en discusión "mina y destruye por su base nuestras leyes fundamentales."⁸⁵

Pocos días después, otro anónimo colaborador de *La Gaceta Mercantil*, atacaba nuevamente el proyecto de ley, afirmando que "nuestro país" - esto es, Buenos Aires - ...

... no es inconstituido: este es un error. Los que no ven constitución donde no ven *cuaderno* no podrían creer esto, desde que no tienen en sus estantes un folletito de un centenar de páginas, que muy bien encuadernado sirva de adorno, aunque no tenga más uso que ese; pero los amigos de lo positivo, de lo práctico, saben que tenemos leyes constitucionales, que encierran los mejores elementos de una constitución; que por ellas está establecida la división y construcción de los tres poderes; la responsabilidad de los ministros; la seguridad del individuo, y la inviolabilidad de su propiedad; el ejercicio de sus derechos; la facultad de levantar impuestos; el saludable sistema de presupuestos y cien cosas más...

Ellos saben, proseguía, que pese a que todo eso no es perfecto, el mejor medio para no mejorarlo y perder sus beneficios es el de continuar con las facultades extraordinarias. Aludiendo a la función garantista de la constitución agregaba que los defectos de las instituciones en vez de "ceñir al poder ejecutivo" le permiten expandirse. Y añadía poco más adelante:

La provincia tiene, pues, constitución; y aunque la falta del antecedente bien pudiera excusarme de contestar a la pregunta de ¿Puede marchar el Gobierno con las facultades ordinarias que tenía antes del motín de 1828? Diré que sí [...] porque a aquellas facultades ordinarias, pueden añadirse por medios constitucionales, otras que hagan precisas las condiciones que he indicado arriba, sin destruir las bases fundamentales de nuestro sistema...⁸⁶

Pero esa tendencia resultaría a la larga derrotada. Tal fue el resultado del proceso que va de las reformas de los años >20 a la suma del poder público en 1835. Los análisis historiográficos sobre ese desarrollo no logran una versión coherente del mismo. Se ha recurrido a la psicología social para intentar explicar la anuencia de la población a esa entrega del poder total a Rosas, a la existencia de una tendencia a concentrar poder en el ejecutivo, y también a las más antiguas explicaciones basadas en la maldad de los personajes que triunfaron. La explicación no puede ser simple, pero algo fundamental para ella proviene de

comprender lo ya señalado: que las sociedades rioplatenses de la época poseían una conformación basada en normas constitucionales de antigua data, las que se correspondían con formas de conducta social y de acción política congruentes con aquéllas, y que las nuevas reformas de carácter constitucional que se adoptaron luego de 1820, pese a que tuvieron no pocos defensores, carecieron del arraigo necesario para imponerse a largo plazo.

No está de más observar que, en el mismo sentido, es también elocuente lo ocurrido en México, donde pese al rechazo de los diversos intentos de incorporar las facultades extraordinarias en los textos constitucionales, aquéllas se impusieron en la práctica:

...La ausencia de esas provisiones constitucionales no impidió que los gobernantes procedieran discrecionalmente durante situaciones críticas. [...] aunque la Constitución no incluyera las medidas de emergencia, los congresos mexicanos regularmente invistieron al ejecutivo de facultades extraordinarias, que eran, evidentemente anticonstitucionales. [...] Las facultades extraordinarias de los gobiernos se convirtieron en una forma indirecta de cancelar los mecanismos constitucionales de gobierno.⁸⁷

En el caso del Estado de Buenos Aires, la suma del poder público concedida a Rosas, luego de la aniquilación del ala liberal de los federales, se convirtió en una negación del ordenamiento legal por la renuncia de la legislatura a limitarla y controlarla. Pero en otros casos, tal cosa no sucedió, como lo muestra lo ocurrido en Corrientes, donde el uso de ese expediente de gobierno fue mucho menor.⁸⁸

Lo mismo comprobamos en el caso de Mendoza, donde se registran las siguientes concesiones de facultades extraordinarias. En febrero de 1829 se le otorgan al gobernador y cesan en agosto del mismo año. Al concederlas, la Sala lo hizo mediante un reglamento que establecía:

3°. La legislatura reasumirá sus facultades y abrirá las sesiones así que cesen los riesgos que amenazan la Provincia o antes, si una tercera parte de los Sres. representantes pidiesen oficialmente por el conducto que corresponde. 41. Así que la H. legislatura entre al ejercicio de sus funciones, el poder ejecutivo le pasará una noticia de todas las leyes que por la urgencia de las circunstancias se haya obligado a promulgar y mandar cumplir. 51. Para alterar o derogar las leyes dictadas durante el receso de la H. legislatura se observarán los tramites prescriptos en el Reglamento de Debates de la Sala, y términos señalados por las leyes vigentes de la Provincia.⁸⁹

Otros lapsos en que se apeló a las facultades extraordinarias fueron los del 23 de marzo al 17 de diciembre de 1831, del 9 de enero a julio de 1836, del 2 de julio al 6 de diciembre de 1840, de diciembre de 1847 a febrero de 1848 y de noviembre de 1850 a marzo de 1852. En cuanto a la suma del poder público fue otorgada

al gobernador Correa en julio de 1840 y devuelta en diciembre del mismo año, y al gobernador Aldao en mayo de 1842 y devuelta en mayo de 1844. En síntesis, entre 1829 y 1853, Mendoza vivió 190 meses bajo la vigencia de sus normas constitucionales y 90 bajo facultades extraordinarias y suma del poder. Pero solamente en los dos años en que Aldao contó con la suma del poder público, bajo la fuerte presión de del clima político derivado de la crisis generada por los bloqueos a puerto de Buenos Aires, la Sala de Representantes dejó de sesionar.⁹⁰

La utilización de las facultades extraordinarias y de la suma del poder público en Mendoza muestra los rasgos ya comentados. La Sala de Representantes las otorga en situaciones de riesgo para fines determinados y con diversas limitaciones según los casos. Y en todos ellos las facultades fueron devueltas a la Sala al cesar los motivos que las justificaron. Es decir, estamos ante un sistema político representativo que encara las situaciones de crisis mediante la instauración de dictaduras transitorias, con los recaudos propios de las antiguas pautas del derecho político.

* * *

Al juzgar el valor de las ideas en la historia, es necesario distinguir las que provienen de las grandes obras que poseen acogida en un momento dado y que pueden prolongar esa resonancia a través de los siglos - como por ejemplo las de Aristóteles o Platón, o la de Montesquieu, Voltaire y otras figuras del siglo XVIII - , de las nociones consensuadas a lo largo del tiempo que se convierten en sustento de las acciones humanas. Se trata de un fenómeno que es efecto de factores diversos, a veces imperceptibles, aunque puede también incluir ideas que provienen de esas grandes obras, que han pasado a convertirse en patrimonio social frecuentemente con olvido de su origen.

Se trataría entonces no sólo de una historia intelectual o de una historia de las ideas, a secas, sino de algo diferente, de una historia de lo que solemos llamar creencias colectivas, que se convierten en patrones de conductas, colectivas o individuales, privadas o públicas. Algo que podríamos llamar historia intelectual profunda, es decir, una historia de las grandes nociones, desde las que regulan la vida cotidiana hasta las que condiciona los grandes acontecimientos, que además cumplen la función, quizás también imperceptible, de condicionar la acogida de las nuevas ideas y la amplitud de sus efectos.

Una historia entonces, diríamos, del consenso social, o de los consensos de los distintos sectores que pueden componer una sociedad. Pero no solamente en el sentido en que lo destacaba Mosca, al referirse a las nociones consensuadas en que las clases dirigentes necesitan fundar su uso del poder.⁹¹ Si no también, mucho más allá de eso, de las nociones con que los hombres han buscado regu-

lar sus conflictos de intereses o de creencias, individuales o colectivas.

La historia del siglo XIX ibero americano puede parecer un entramado de procesos contradictorios, cuya rebeldía a ajustarse a alguna forma de inteligibilidad hemos cubierto frecuentemente con débiles categorías como las de “anarquía política”, “particularismos”, caudillismo, y otras congruentes con ellas. Lo que hemos buscado en este trabajo es examinar otra forma de dar razón de buena parte de esa historia. Para ello, hemos tratado de comprender los rasgos de la vida política del período tratando de superar, por una parte, un enfoque de la historia intelectual centrado en las influencias de los grandes exponentes del pensamiento europeo y buscando dar prioridad, en cambio, a una historia más atenta a las pautas de antigua data que condicionaban la vida social y política de la época, tales como las concernientes al Río de la Plata que acabamos de examinar. Es en esta perspectiva que el concepto de antigua constitución da cuenta de ese consenso y nos puede hacer comprender la persistente resistencia a las tendencias reformistas desencadenadas por las independencias.

Notas

¹ Una notable ausencia de todo registro del iusnaturalismo puede observarse en Leslie Bethell, ed., *The Cambridge History of Latin America*, Vol. II, *Colonial Latin America* y Vol III, *From Independence to c. 1870* (Cambridge:Cambridge University Press, 1984). Las únicas referencias al derecho natural se encuentran en el Volumen I, y se limitan a los teólogos de la neocolástica española del siglo XVI, Suárez, Mariana y Vitoria: David Brading, “Bourbon Spain and its American Empire”, 393 y 437. Tal omisión se corresponde también con el extenso y tradicional análisis del caudillismo.

² Por ejemplo, Carraciolo Parra-Perez, *Historia de la primera República de Venezuela* (Caracas, 1959) Vol I, 240 y 418 y sigts., vol. II, 188 y sigts.; Carraciolo Parra-Perez, *El régimen español en Venezuela* (Madrid: Javier Morata, 1932) 240 y sigts.; Manuel José Forero, *La primera república*, en *Historia extensa de Colombia* (Bogotá:Lerner, 1966) Vol. V, 213 y sigts.; J. Gabaldón Marquez, *El municipio, raíz de la República* (Caracas, I.P.G.H., 1961) Respecto del Río de la Plata, véanse las obras de Ricardo Levene citadas más adelante. Otras referencias pueden encontrarse en los siguientes trabajos nuestros: José Carlos Chiamonte, “Capítulo 5. Estado y poder regional: constitución y naturaleza de los poderes regionales”, en: Unesco, *Historia General de América Latina*, Vol. VI *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870* (París:Unesco/Trotta, 2003) y José Carlos Chiamonte, “Capítulo 6. Estado y Poder Regional, las expresiones del poder regional: análisis de casos”, en: Unesco, *Historia General de América Latina*, Vol. VI *La construcción de las naciones latinoamericanas, 1820-1870* (París:Unesco/Trotta, 2003)

³ Joseph W. Esherick, Hasan Kayali, and Eric Van Young, “Introduction” a Joseph W. Esherick, Hasan Kayali, and Eric Van Young (Editors), *Empire To Nation: Historical Perspectives On The Making Of The Modern World*. [“...we must also recognize that behind many of these new associations were older networks of estate, kinship, ethnicity, religion, and locality. The world was not always as new as it seemed and we need to understand the ways in which residues of the imperial past lived on in the public life of the new nations”.]

⁴ Francois-Xavier Guerra, México: *Del Antiguo Régimen a la Revolución*, (México DF:Fondo de Cultura Económica, 1988) Tomo I, 157, y *Modernidad e independencias* (México DF:Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 20. ed., 1953) 16.

⁵ Charles Hale, *El liberalismo mexicano en la época de Mora (1821-1853)* (México: Siglo XXI, 1977, 20. ed.) Cap. 4.

⁶ Antonio Annino, “El primer constitucionalismo mexicano, 1810-1830”, en Carmagnani, Marcello; Hernández Chávez, Alicia; Romano, Ruggiero (coords.), *Para una historia de América*. III. Los nudos 2, México, El Colegio de México/FCE, 1999, pp. 140-189.

⁷ Tulio Halperin Donghi, *Revolución y guerra, Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla* (Buenos Aires:Siglo Veintiuno, 1972) 396.

⁸ *La herencia colonial de América Latina* (México:Siglo Veintiuno, 1970), Cap. VI, “Política y Sociedad”. Véase una crítica a esta perspectiva en Jeremy Adelman, “Introduction. The Problem of Persistence in Latin American History”, en Jeremy Adelman (ed.), *Colonial Legacies. The Problem of Persistence in Latin America* (New York & London, Routledge, 1999).

⁹ Richard Morse, “The Heritage of Latin America”, en Louis Hartz, et al. (comps.), *The Founding of New Societies*, (New York:Harcourt, Brace & World, 1964) 162 y 163.

¹⁰ Mario Góngora, *Ensayo Histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, (Santiago de Chile:Ed. Universitaria, 1986) 286.

¹¹ Nos hemos ocupado de estas características en diversos trabajos: *La Ilustración en el Río de la Plata, Cultura eclesíástica y cultura laica durante el Virreinato* (20. ed., Buenos Aires:Sudamericana, 2007); “El pensamiento político y la reformulación de los modelos”, Cap. 21 de: UNESCO, *Historia General de América Latina*. Volumen IV: *Procesos americanos hacia la redefinición colonial* (París:Trotta, 2000); *Nación y Estado en Iberoamérica, El lenguaje político en tiempos de las independencias* (Buenos Aires:Sudamericana, 2004); “La historia intelectual y el riesgo de las periodizaciones”, *Prismas, Revista de Historia Intelectual* (Universidad Nacional de Quilmes, Argentina) N° 11, 2007.

¹² Sobre la función del derecho natural en la historia ibero americana, véase nuestro libro *Nación y Estado en Iberoamérica, El lenguaje político en tiempos de las independencias* (Buenos Aires: Sudamericana, 2004). Asimismo nuestro artículo: “The Principle of Consent in Latin and Anglo-American Independence”, *Journal of Latin American Studies* 36 (2004): 563-586.

¹³ Sobre el “constitucionalismo” de los siglos XVII y XVIII, véase Otto von Gierke, *Giovanni Althusius e lo sviluppo storico delle teorie politiche giusnaturalistiche, Contributo alla storia della sistematica del diritto* (Torino: Einaudi, 1974), 147. Véase una excelente síntesis de los inicios del proceso constitucional norteamericano en Gordon S. Wood, “Foreword: State Constitution-making in the American Revolution”, *Rutgers Law Journal* 24:4 (Summer 1993)

¹⁴ Gordon S. Wood, *Ibid.*, 923 y ss.

¹⁵ José Carlos Chiaramonte, *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846)* (Buenos Aires: Ariel, 1997), 159 y ss. Tal uso del concepto constituiría una especie de “argumento político que se ha esgrimido en situaciones históricas sumamente diversas.”: M. I. Finley, “La Constitución Ancestral”, en *Uso y abuso de la Historia* (Barcelona: Crítica, 1979), 46. Véase el análisis comparativo del uso del argumento en la Atenas del siglo IV a. C., en la Inglaterra del siglo XVII, y en los Estados Unidos de Norteamérica del siglo XX, en págs. 45 y sigts. Un resumen de tal uso del concepto en la Europa moderna: Rafael D. García Pérez, *Antes leyes que Reyes. Cultura jurídica y constitución política en la edad moderna (Navarra, 1512-1808)* (Milano: Giuffrè, 2008), 60.

¹⁶ Ronald Hamowy, “Introduction”, en John Trenchard and Thomas Gordon, *Cato's Letters, or Essays on Liberty, Civil and Religious, And other Important Subjects* (Indianapolis: Liberty Fund, 1995), vol. I, xxii. Pocock muestra otro criterio respecto de la relación entre ese concepto y el derecho natural en los siglos XVI y XVII: “Los teólogos y los filósofos tratarían de acordar esos derechos con la razón y la naturaleza, que debían estar por encima de toda voluntad; pero un argumento diferente y no menos elocuente consistía en demostrar que tales derechos eran parte de una costumbre inmemorial y sagrada. De esta manera, crecía –o más bien se intensificaba y renovaba- el hábito en muchos países de apelar a “la antigua constitución”, de buscar y probar que los derechos que se deseaba defender eran inmemoriales y por lo tanto, estaban fuera del alcance del poder regio para alterarlos o anularlos.” Traducción Del autor [“Theologians and philosophers might try to equate these rights with reason and nature, which should be above all wills; but another and no less telling argument was to demonstrate that they partook of the nature of immemorial, sacred custom. In this way there grew up Bor rather, there was intensified and renewed- a habit in many countries of appealing to ‘the ancient constitution’, of seeking to prove that the rights it was desired to defend were imme-

morial and therefore beyond the king's power to alter or annul."] Cfr. J. G. A. Pocock, *The Ancient Constitution and the Feudal Law. A Study of English Historical Thought in the Seventeenth Century* (New York: The Norton Library, 1967), 16.

¹⁷ Thomas C. Grey, "Origins of the Unwritten Constitution: Fundamental Law in American Revolutionary Thought", en *Stanford Law Review*, 30: 843 (May 1978), 852-853; A. P. d'Entrèves, *Natural Law, An Introduction to Legal Philosophy* (London: Hutchinson's University Library, 1970, 20 ed.), 62.

¹⁸ Larry D. Kramer, "In Substance and in Principle, the Same as It Was Heretofore. The Customary Constitution", en Larry D. Kramer, *The People Themselves. Popular Constitutionalism and Judicial Review* (Oxford: Oxford University Press, 2004), 10-13.

¹⁹ *Diario de Sesiones de la H. Junta de Representantes de la provincia de Buenos Aires*, Tomo 141, Núm. 283, Sesión de 5 de noviembre 1832.

²⁰ Richard Herr, *España y la revolución del siglo XVIII* (Madrid: Aguilar, 1979), 369.

²¹ José Antonio Maravall, "Estudio Preliminar" a Francisco Martínez Marina, *Discurso sobre el origen de la monarquía y sobre la naturaleza del gobierno español* (Madrid: Centro de Estudios Constitucionales, 1988), 76.

²² Mariano Moreno, "Sobre el Congreso convocado y Constitución del Estado...", citado en Noemí Goldman, *Historia y Lenguaje, Los discursos de la Revolución de Mayo, con un apéndice documental de Mariano Moreno, Juan José Castelli, Bernardo de Monteagudo* (Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1992), 103. Se trata de un artículo que Ricardo Levene no incluyó en su edición de los escritos de Moreno: Mariano Moreno, *Escritos*, ed. Ricardo Levene (Buenos Aires: Estrada, 1956), vol. II.

²³ Mariano Moreno, "[Sobre el Congreso convocado y Constitución del Estado. Octubre y noviembre de 1810]", artículo del 2 de noviembre de 1810, en Mariano Moreno, *Escritos*, ed. Ricardo Levene (Buenos Aires: Estrada, 1956), 229 y ss.

²⁴ "Acta de Independencia de Venezuela (5 de julio de 1811)" y "Fernando de Peñalver: Memoria sobre el problema constitucional venezolano (1811)", en *Pensamiento político de la emancipación*, ed. José Luis Romero y Luis Alberto Romero (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977), vol. I, 108 y 127.

²⁵ "[Reglamento de la división de poderes sancionado por la Junta conservadora, precedido de documentos oficiales que lo explican] [30 de septiembre a 29 de octubre de 1811]", en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937), vol. VI, segunda parte, 599-602.

²⁶ "Camilo Torres: Memorial de Agravios (1809)", en *Pensamiento político de la emancipación*, ed. José Luis Romero y Luis Alberto Romero (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977), 37.

²⁷ "José Angulo: Manifiesto al pueblo de Cuzco (1814)", en *Pensamiento político de la emancipación*, ed. José Luis Romero y Luis Alberto Romero (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977), 204 y ss.

²⁸ "Camilo Henríquez: Sermón (1811)", en *Pensamiento político de la emancipación*, ed. José Luis Romero y Luis Alberto Romero (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977), 226.

²⁹ "Fray Melchor de Talamantes: Idea del Congreso Nacional de Nueva España. Conclusión (1808)" y "Licenciado Francisco Verdad: Memoria póstuma (1809)", en *Pensamiento político de la emancipación*, ed. José Luis Romero y Luis Alberto Romero (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1977), 89 y ss. Sobre el concepto de "depósito" de la soberanía y su diferencia con el de "retroversión" de la misma, véase José M. Portillo Valdés, *Crisis atlántica, Autonomía e independencia en la crisis de la monarquía hispana* (Madrid: Fundación Carolina, Centro de Estudios Hispánicos e Iberoamericanos, Marcial Pons Historia, 2006) y José Carlos Chiaramonte, "Dos fenómenos de distinta naturaleza: el juntismo peninsular y el hispanoamericano", *Historia Constitucional. Revista Electrónica de Historia Constitucional* 8 (Septiembre de 2007), <http://hc.rediris.es/08/articulos/html/Numero08.html?id=16>.

³⁰ José Guerra [Fray Servando Teresa de Mier], *Historia de la revolución de Nueva España, antiguamente Anáhuac, o verdadero origen y causas de ella, con la relación de sus progresos hasta el presente año de 1813*, Londres, 2 tomos, 1813, Tomo 2, Libro XIV, citado en Fray Servando Teresa de Mier, *Ideario Político*, ed. Edmundo O'Gorman (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978), 162.

³¹ Fray Servando Teresa de Mier, *Ideario Político*, ed. Edmundo O'Gorman (Caracas: Biblioteca Ayacucho, 1978), 78-81.

³² Luis Villoro, *El proceso ideológico de la Revolución de Independencia* (México: UNAM, 1981, 30 ed.), 47 y ss.

³³ Fray Servando Teresa de Mier, *Ideario Político*, ed. Edmundo O'Gorman (Caracas: Biblioteca Aya-cucho, 1978), 97-98.

³⁴ Fray Servando Teresa de Mier, *Ibid.*, 105.

³⁵ Fray Servando Teresa de Mier, *Ibid.*, 163. Casi diez años más tarde, en una Memoria publicada en EE UU en 1821 -en la que abandonaba su anterior admiración por Inglaterra y expresaba su entusiasmo por el progreso de los EE UU, Fray Servando volvía retomar sus referencias a las leyes antiguas que avalaban la independencia. Véase su "Memoria Político-Instructiva", en Fray Servando Teresa de Mier, *Ibid.*, 204.

³⁶ "[Reglamento del 10 de febrero de 1811]" en *Las Provincias Unidas del Sud en 1811 (Consecuencias inmediatas de la Revolución de Mayo)*, ed. Ricardo Levene (Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1940), 12B30. Este Reglamento, atribuido al Deán Gregorio Funes, fue publicado en la *Gazeta de Buenos-Ayres*, 36, 14 de febrero de 1811.

³⁷ "[El Cabildo de Mendoza a la Junta de Buenos Aires pidiendo su separación de la Intendencia de Córdoba]", 10 de julio de 1811, en *Las Provincias Unidas del Sud en 1811 (Consecuencias inmediatas de la Revolución de Mayo)*, ed. Ricardo Levene (Buenos Aires: Imprenta de la Universidad de Buenos Aires, 1940), 256 y ss.

³⁸ Lucas Alamán, *Historia de Méjico* (México: Jus, 1972, 30 ed.), 125. Sin embargo, no se le escapaba la función política de ese tipo de retórica: "La audiencia y los españoles miraban a la Nueva España como una colonia de la antigua, según los principios adoptados durante el gobierno de los Borbones, y el ayuntamiento y los americanos se apoyaban en las leyes primitivas y en la independencia establecida por el código de Indias además de las doctrinas generales de los filósofos del siglo anterior, sobre la soberanía de las naciones", véase Lucas Alamán, *Ibid.*, 127.

³⁹ Charles Hale, *El liberalismo mexicano en la época de Mora (1821-1853)* (México: Siglo XXI, 1977, 20. ed.), 121. Con respecto a esa constitución antigua añade Hale en nota al pie: "El obispo Abad y Queipo defendió en 1799 [*Representación sobre la inmunidad personal del clero*] las inmunidades clericales por considerarlas inherentes a la antigua constitución, originada en el fuero juzgo. [...] Abad llegó inclusive a citar a Montesquieu en su apoyo en contra de lo que, en su opinión, eran ataques despectivos contra la antigua constitución."

⁴⁰ Marco Bellingeri, "De una constitución a otra: conflictos de jurisdicciones y dispersión de poderes en Yucatán (1789-1831)", *Cuadernos de Historia Latinoamericana* 1 (1993), http://ahila.nl/publicaciones/cuaderno1/3_belmar.html

⁴¹ Sobre las vicisitudes de los intentos de implementar la división de poderes, véase Marcela Ternavasio, *Gobernar la revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816* (Buenos Aires: Siglo XXI, 2007).

⁴² Respecto del ordenamiento jurídico posterior a la independencia mexicana, véase el "Estudio Introductorio" de María del Refugio González en *Pandectas Hispano-Mexicanas*, ed. Juan N. Rodríguez de San Miguel (México: U.N.A.M., 1962), vol. I, xviii y ss. La *Pandectas* fue justamente una obra destinada a facilitar la labor de los juristas mediante la recopilación de las normas legales vigentes, en su mayoría provenientes del período colonial. Véase, asimismo, el Estudio Preliminar de Jorge Mario García Laguardia y María del Refugio González a José María Álvarez, *Instituciones de Derecho Real de Castilla y de Indias* (México: U.N.A.M., 1982, ed. facsimilar de la reimpresión mexicana de 1826), vol. I, 58 y ss. La primera edición de la obra de Álvarez se publicó en Guatemala en 1818.

⁴³ Respecto de lo inapropiado de la distinción entre derecho público y privado en cierto contexto histórico, como por ejemplo el del período colonial, se han destacado "...las dificultades que encontraron los juristas formados en el *ius commune* para separar el derecho público del privado, pues bajo cierto punto de vista todo derecho era primaria o secundariamente público en la medida en que miraba a la consecución del bien común, esto es, perseguía intereses públicos. ... El *ius civile* [...] era, pues, un *ius público* y privado al mismo tiempo que se llamaba así por oposición al *ius canonicum*, derecho rector de otro cuerpo, no político sino místico, ... la Iglesia." García Pérez, *Antes leyes que reyes*, 71. Asimismo, respect de su posible prolongación luego de las independencias, véase Víctor M. Uribe-Uran, "The Great Transformation of Law and Legal Culture: 'The Public' and 'the Private'

in the Transition from Empire to Nation in Mexico, Colombia, and Brazil, 1750-1850," in Esherick et al., *Empire to Nation*, 77.

⁴⁴ Juan Bautista Alberdi, *Bases y puntos de partida para la organización política de la República Argentina*, en J. B. Alberdi, *Obras Completas* (Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1886), vol. III, 539.

⁴⁵ *El Abogado Nacional*, 2, Buenos Aires, 1 de noviembre de 1818. Sin embargo, reclamaba conservar del antiguo sistema las verdades eternas y primitivas del derecho natural, aunque podándolo "de muchas ramas inútiles, áridas o corrompidas."

⁴⁶ José María Álvarez, *Instituciones de Derecho Real de Castilla y de Indias* (México: U.N.A.M., 1982, ed. facsimilar de la reimpresión mexicana de 1826), vol. I, 58-65.

⁴⁷ José María Álvarez, *Instituciones de Derecho Real de España, adicionadas con varios apéndices, párrafos, &c. por Dalmacio Vélez*, (Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1834). Véase asimismo Pedro Somellera, *Principios de Derecho Civil* (Buenos Aires: U.B.A., Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1939). Se trata de la reedición facsimilar del curso dictado por Somellera en la Universidad de Buenos Aires en el año 1824.

⁴⁸ José María Álvarez, *Instituciones de Derecho Real de Castilla y de Indias* (México: U.N.A.M., 1982, ed. facsimilar de la reimpresión mexicana de 1826), vol. I, 66.

⁴⁹ Sobre los estudios de derecho en las universidades rioplatenses, véase: Batia B. Siebzenher, *La Universidad americana y la Ilustración* (Madrid: Mapfre, 1994); Juan M. Garro, *Bosquejo histórico de la Universidad de Córdoba* (Buenos Aires: Imprenta de M. Biedma, 1882); Silvano G. A. Benito Moya, *Reformismo e Ilustración. Los Borbones en la Universidad de Córdoba* (Córdoba: Centro de Estudios Históricos "Prof. Carlos S. A. Segreti", 2000); Agustín Pestalardo, *Historia de la enseñanza de las ciencias jurídicas y sociales en la Universidad de Buenos Aires* (Buenos Aires, Imprenta Alsina, 1914); M. C. Mirow, "Chapter 13: Legal Education and Lawyers", en *Latin American Law. A History of Private Law and Institutions in Spanish America* (Austin: University of Texas Press, 2004); Pablo Buchbinder, *Historia de las universidades argentinas* (Buenos Aires: Sudamericana, 2005). Respecto de dichos estudios en España, véase Mariano Peset y José Luis Peset, "Capítulo XII: Leyes y cánones", en *La universidad española (siglos XVIII y XIX)* (Madrid: Taurus, 1974), 283 y ss.

⁵⁰ Alessandro Passerin d'Entrèves, *Ibid.*, 80.

⁵¹ Véase nuestro libro *Nación y Estado en Iberoamérica, El lenguaje político en tiempos de las independencias* (Buenos Aires: Sudamericana, 2004)

⁵² Agustín Pestalardo, *Ibid.*, 86. Sobre la perduración e intensificación de los estudios de derecho natural luego de las independencias, véase nuestro libro *Nación y Estado en Iberoamérica, El lenguaje político en tiempos de las independencias* (Buenos Aires: Sudamericana, 2004)

⁵³ Se trata de las *Instituciones Juris Ecclesiastici. Xmeineri Xaveri. Metodo científica adornatae* (Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1835, 2 vol.). Las clases de Eusebio Agüero fueron publicadas como *Instituciones de derecho público eclesiástico* (Buenos Aires: Imprenta del Estado, 1828). Véase al respecto Roberto Di Stefano, "De la cristiandad colonial a la Iglesia nacional. Perspectivas de investigación en historia religiosa de los siglos XVIII y XIX", *Andes. Antropología e Historia* 11 (2000), 100; Roberto Di Stefano, "Eusebio Agüero", en *Los curas de la Revolución. Vidas de eclesiásticos en los orígenes de la Nación*, ed. Nancy Calvo, Roberto Di Stefano y Klaus Gallo (Buenos Aires: Emecé, 2002), 303 y ss.; José María Mariluz Urquijo, "Libros antiguos de derecho. Las instituciones de derecho eclesiástico de Gmeiner", *Revista del Instituto de Historia del Derecho* 1 (1949)

⁵⁴ Carta de J. B. Alberdi a Lucas González (joven argentino que estudiaba Derecho en la Universidad de Turín), Valparaíso, 16 de abril de 1850, en J. B. Alberdi, *Obras completas* (Buenos Aires: Imprenta de La Tribuna Nacional, 1886), vol. III, 345.

⁵⁵ Respecto de la continua presencia del derecho natural a lo largo de la primera mitad del siglo XIX, véanse nuestros libros *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846)* (Buenos Aires: Ariel, 1997) y *Nación y Estado en Iberoamérica, El lenguaje político en tiempos de las independencias* (Buenos Aires: Sudamericana, 2004).

⁵⁶ "Informe de la Comisión Examinadora de la Constitución Federal", en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937), vol. IV, 766 y ss.

⁵⁷ Respecto de la persistencia de la Ordenanza, véase José María Díaz Couselo, “La Real Ordenanza de Intendentes y la Revolución”, en *Estudios sobre la Real Ordenanza de Intendentes del Río de la Plata*, ed. José M. Mariluz Urquijo (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones de Historia del Derecho, 1995).

⁵⁸ “[Reglamento provisorio dictado por el Congreso de Tucumán para las Provincias Unidas de Sudamérica]”, Sección II, Del poder legislativo, Capítulo I, art. II, en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937) vol. VI, segunda parte, 686; “[Estatuto Provisional dado por la Junta de Observación y aprobado con modificaciones por el Congreso de Tucumán] [22 de noviembre de 1816]”, Sección 20, Del Poder Legislativo, Capítulo Único, Art. 2°, en *Ibid.*, 667 y ss.

⁵⁹ “[Reglamento de la división de poderes sancionado por la Junta conservadora, precedido de documentos oficiales que lo explican] [30 de septiembre a 29 de octubre de 1811]”, Artículo 11, en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937), vol. VI, segunda parte, 600.

⁶⁰ Sobre las constituciones provinciales del período véase nuestro trabajo “Provincias o Estados? Los orígenes del federalismo rioplatense”, en *Las revoluciones hispánicas: independencias americanas y liberalismo español*, ed. François-Xavier Guerra (Madrid: Complutense, 1995).

⁶¹ “Reglamento provisorio de la provincia de Córdoba para el régimen de las autoridades de ella, expedido el 30 de enero de 1821”, Sec.VI, Cap. XII, art. 3, en *El Derecho Público de las provincias argentinas, con el texto de las constituciones sancionadas entre los años 1819 y 1913*, ed. Juan P. Ramos (Buenos Aires: Facultad de Derecho y Ciencias Sociales, 1914), vol. I, 162.

⁶² Véase al respecto José Carlos Chiaramonte, *Ciudades, provincias, Estados: Orígenes de la nación argentina (1800-1846)* (Buenos Aires: Ariel, 1997), 159 y ss. y 183 y ss.

⁶³ Marcela Ternavasio, “Entre el cabildo colonial y el municipio moderno: los juzgados de paz de campaña en el estado de Buenos Aires, 1821-1854”, en *Dinámicas de Antiguo Régimen y orden constitucional. Representación justicia y administración en Iberoamérica, siglos XVIII-XIX*, ed. Marco Bellingeri (Torino: Otto, 2000), 327- 328.

⁶⁴ Adolfo Prieto ha mostrado estas particularidades de la obra del sanjuanino, proporcionándonos un ejemplo del efecto de diversas mediaciones literarias en la aparente visión de la realidad: Adolfo Prieto, *Los viajeros ingleses y la emergencia de la literatura argentina, 1820-1850*, (Buenos Aires: Sudamericana, 1996), 97 y ss. Sobre la visión de los caudillos como barones feudales, véase el capítulo “La Edad Media Argentina” en Ernesto Quesada, *La época de Rosas, su verdadero carácter histórico* (Buenos Aires: Moen, 1898).

⁶⁵ Incluimos esta observación en nuestro artículo “Legalidad constitucional o caudillismo: el problema del orden social en el surgimiento de los estados autónomos del Litoral argentino en la primera mitad del siglo XIX”, *Desarrollo Económico* 26, no. 102 (julio-septiembre de 1986). Una buena revisión de los distintos criterios historiográficos relativos al caudillismo y de los avances que la historiografía reciente ha efectuado para una mejor comprensión de las formas de ejercicio del poder en las décadas posteriores a las independencias se encuentra en *Caudillismos rioplatenses. Nuevas miradas a un viejo problema*, ed. Noemí Goldman y Ricardo Salvatore (Buenos Aires: Eudeba - Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1998). Para un panorama general, véase en esa misma obra la “Introducción” de los compiladores y el capítulo de Pablo Buchbinder, “Caudillos y caudillismo: una perspectiva historiográfica”.

⁶⁶ John Lynch, *Caudillos en Hispanoamérica, 1800-1850* (Madrid: Mapfre, 1993), 119.

⁶⁷ Tulio Halperín Donghi, “El surgimiento de los caudillos en el cuadro de la sociedad rioplatense postrevolucionaria”, *Estudios de Historia Social* 1 (1965).

⁶⁸ Mario Góngora, “Mario Góngora: Un texto y una entrevista. Reflexiones sobre la tradición y el tradicionalismo en la historia de Chile.”, en *Ensayo Histórico sobre la noción de Estado en Chile en los siglos XIX y XX*, (Santiago de Chile: Editorial Universitaria, 1986), anexo 2, 287; Fernando Díaz Díaz, *Caudillos y caciques. Antonio López de Santa Anna y Juan Álvarez* (México: El Colegio de México, 1972)

⁶⁹ Respecto de la formación del clero rioplatense y sus proyecciones sociales, véase Roberto Di Stefano, *El pulpito y la plaza. Clero, sociedad y política de la monarquía católica a la república rosista* (Buenos

Aires: Siglo XXI, 2004), capítulo 3: “La formación clerical y las identidades sacerdotales”, 61 y ss. Asimismo véase Valentina Ayrolo, *Funcionarios de Dios y de la República. Clero y política en la experiencia de las autonomías provinciales* (Buenos Aires: Biblos, 2007), capítulo 3: “Una amalgama difícil de disociar: religión y política”, 209 y ss.

⁷⁰ Jorge Newton, *Alejandro Heredia. El Protector del Norte* (Buenos Aires: Plus Ultra, 1971), 14-15.

⁷¹ *Papeles del General Echagüe (1796-1826)*, ed. Archivo Histórico de la Provincia de Santa Fe (Santa Fe: Ministerio de Justicia y Educación, 1951, 20 ed.), 19 y ss.

⁷² Como señalamos, la información sobre el tema es más que escasa. Respecto de Dorrego, utilizamos los datos contenidos en Gabriel Di Meglio, “Manuel Dorrego y los descamisados. La construcción de un líder popular urbano en la Buenos Aires posrevolucionaria”, *Estudios Sociales* 29, (segundo semestre de 2005) y Lily Sosa de Newton, *Dorrego* (Buenos Aires: Plus Ultra, 1967). El resto de estos datos biográficos, salvo indicación expresa, han sido tomados de Vicente Osvaldo Cutolo, *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino (1750-1930)* (Buenos Aires: Elche, 1971).

⁷³ Aldo Armando Cocca, *Los Estudios Universitarios del General Paz* (Buenos Aires: Centro de Historia “Mitre”, 1946), 18 y ss.

⁷⁴ Valentina Ayrolo, “Juan Bautista Bustos”, en *Historias de caudillos argentinos*, ed. Jorge Lafforgue (Buenos Aires: Alfaguara, 1999); Luis Alén Lascano, “Juan Felipe Ibarra”, en *Ibid.*; Vicente Osvaldo Cutolo, *Nuevo Diccionario Biográfico Argentino (1750-1930)* (Buenos Aires: Elche, 1971).

⁷⁵ Agradecemos esta información al Prof. Hernán Bransboin, proveniente de su tesis doctoral en la Universidad de Buenos Aires sobre “La provincia de Mendoza en la Confederación Argentina (1835-1852)”.

⁷⁶ Para México, véase José Antonio Aguilar Rivera, *En pos de la quimera. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico* (México: CIDE-FCE, 2001), 78 y ss. Del mismo autor, *El manto liberal. Los poderes de emergencia en México. 1821-1876*, (México: U.N.A.M., 2001). Para Colombia, véase el parágrafo “El uso de las autorizaciones extraordinarias”, en David Bushnell, *El régimen de Santander en la Gran Colombia*, (Bogotá: El Áncora, 1985, 30. ed.), 51 y ss. Bushnell describe la frecuencia del uso de las facultades extraordinarias y al hacerlo menciona el requisito del consentimiento del Congreso. Pero las llama poderes “semi-dictatoriales” y las juzga contradictorias en un régimen republicano como el de la Gran Colombia. Consecuentemente con esa falta de percepción de la naturaleza dictatorial de esas facultades y de su compatibilidad con un régimen republicano, las atribuye al artículo 21 de la Constitución de Cúcuta (1821). Para Chile, véanse los diversos casos de vigencia constitucional de las facultades extraordinarias durante el siglo XIX en Humberto Nogueira Alcalá, “La Delegación de Facultades Legislativas en el Ordenamiento Jurídico Chileno”, *Ius et Praxis (on line)* 7, no. 2 (2001), http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-00122001000200005&lng=es&nrm=iso

⁷⁷ Véase al respecto el enfoque de la recién citada obra de J. A. Aguilar Rivera, *El manto liberal. Los poderes de emergencia en México. 1821-1876*, (México: U.N.A.M., 2001). En el caso del Cristóbal Aljovín de Losada, “Una ruptura con el pasado? Santa Cruz y la Constitución”, en *Cultura política en los Andes (1750-1950)*, ed. C. Aljovín de Losada y Nils Jacobsen, (Lima: Fondo de la Universidad Mayor de San Marcos - Instituto Francés de Estudios Andinos, 2007) y Cristóbal Aljovín de Losada, *Caudillos y constituciones. Perú: 1821-1845* (México: FCE, 2000), 84 y ss.

⁷⁸ “Decreto de seguridad individual”, 23 de noviembre de 1811, en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937), 603 y ss.

⁷⁹ “Sesión extraordinaria del Miércoles 8 de Septiembre”, *El Redactor de la Asamblea* 15, Sábado 21 de Agosto de 1813, en *El Redactor de la Asamblea de 1813*, ed. facsimilar (Buenos Aires: La Nación, 1913), 64.

⁸⁰ “Reglamento dado por la Asamblea General Constituyente para la suspensión de sus sesiones”, en *El Redactor de la Asamblea* 18, Sábado 20 de noviembre de 1813, en *Ibid.*, 73.

⁸¹ “[Estatuto Provisional para Dirección y Administración del Estado, dado por la Junta de Observación] [5 de mayo de 1815]”, en pág. 59

⁸² “[Reglamento provisorio dictado por el Congreso de Tucumán para las Provincias Unidas de Sudamérica]”; Constitución de 1819, sección V, cap. 2, art CXXII; Constitución de 1826, art. 174; y Constitución de 1853, art. 23; en *Asambleas Constituyentes Argentinas*, ed. Emilio Ravignani (Buenos

Aires: Instituto de Investigaciones Históricas, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires, 1937), vol. VI, segunda parte, 719, 760 y 800, respectivamente.

⁸³ La suma del poder público concedida a Juan Manuel de Rosas en 1835 equivalía no sólo a la total delegación de las competencias legislativas sino también de las funciones judiciales. Víctor Tau Anzoátegui, "Las facultades extraordinarias y la suma del poder público en el derecho provincial argentino (1820-1853)", *Revista del Instituto de Historia del Derecho* 12 (1961): 93.

⁸⁴ Diario de Sesiones de la H. Junta de Representantes de la provincia de Buenos Aires, vol. 11, Sesiones del 17, 19 y 23 de julio de 1830, respectivamente. De manera similar, Ramos Arizpe y otros diputados mexicanos en el Congreso de 1823-1824, advertían que "pueden ocurrir casos extraordinarios que exijan medidas extraordinarias, como lo manifiesta la razón, y la experiencia de los países libres, como Roma en la Antigüedad, y Colombia en nuestros días", citado en José Antonio Aguilar Rivera, *En pos de la quimera. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico* (México: CIDE-FCE, 2001), 79.

⁸⁵ "Correspondencia. Los Argentinos", *La Gaceta Mercantil, Diario comercial, político y literario*, Buenos Aires, N° 2624, martes 6 y miércoles 14 de noviembre de 1832.

⁸⁶ "El Federal", *La Gaceta Mercantil, Diario comercial, político y literario*, Buenos Aires, N° 2624, lunes 12 de noviembre de 1832. Respecto de la discusión europea en torno a las facultades de emergencia y la crítica liberal a las mismas, véase J. A. Aguilar Rivera, "Cap. II: El manto liberal. Emergencias y constituciones", en *En pos de la quimera. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico* (México: CIDE-FCE, 2001)

⁸⁷ J. A. Aguilar Rivera, *En pos de la quimera. Reflexiones sobre el experimento constitucional atlántico*, (México: CIDE-FCE, 2001), 85-86.

⁸⁸ Para Corrientes, véase nuestro libro *Mercaderes del Litoral, Economía y sociedad en la provincia de Corrientes, primera mitad del siglo XIX* (Buenos Aires: FCE, 1991), 195.

⁸⁹ Registro Ministerial, año 1829, 19 de febrero de 1829, Archivo Histórico de Mendoza, información que corresponde a la tesis doctoral en curso del Prof. Hernán Bransboin, ya citada.

⁹⁰ Reconstrucción realizada por el Prof. Hernán Bransboin sobre la base de informaciones contenidas en el Registro Ministerial y los Diarios de Sesiones de la Sala de Representantes de la provincia de Mendoza, Archivo Legislativo de Mendoza

⁹¹ "en todos los países llegados a un nivel medio de cultura, la clase política justifica su poder apoyándolo en una creencia o en un sentimiento generalmente aceptados en aquella época y en aquel pueblo." Gaetano Mosca, *Storia delle dottrine politiche*, cit. en Norberto Bobbio y Michelangelo Bovero, *Origen y fundamentos del poder político* (México: Grijalbo) 2a. ed., 1966, Primera Parte, Norberto Bobbio, "El Poder y el Derecho", 20.

PARTE I

**La Construcción del Estado y la Nación en
Iberoamérica: Algunos Trayectos, Perspectivas y
Proyecciones de la Problemática en el
Seno del Comité Académico de Historia,
Regiones y Fronteras (AUGM)**

Sonia Rosa Tedeschi

Profesora de Historia da Universidad Nacional del Litoral; Master en Historia Latinoamericana (UIA); Diploma de Estudios Avanzados (DEA), Master en Historia y Doctoranda (UPO, Sevilla). Es Profesional Principal del CONICET. Integrante Programa de Historia Argentina Siglo XIX, Instituto "Dr. E. Ravignani" (FFyL – UBA). Es Profesora Titular Historia Argentina I, Historia Regional y Seminario Orientación de Tesis en Facultad de Humanidades y Ciencias-UNL. Directora Proyecto CAI+D Tipo II PI No. 42-208 "Historia, acción social y construcción disciplinar". Docente Investigadora Cat. III Sistema Nacional. Integra el Programa Interuniversitario de Historial Social Enfoque Regional –PIHSER. Miembro Representante FHUC y UNL ante Comité Historia, Regiones y Fronteras de AUGM. Pasantía de investigación: Proyecto SETCIP/CAPES (BR3/99/OG) UFRGS, NOV/2001. Estancia de Investigación en el Dpto. de Geografía, Historia y Filosofía, UPO. Sevilla, SET/08 y SET/11. Miembro de Número de la Junta Provincial de Estudios Históricos de Santa Fe y Miembro de Número y de la Comisión Directiva del Centro de Estudios Hispánicos. Miembro del Consejo Asesor de la Revista Clío & Asociados (UNL). Integra Comités de referato en publicaciones universitarias argentinas.

La Construcción del Estado y la Nación en Iberoamérica: Algunos Trayectos, Perspectivas y Proyecciones de la Problemática en el Seno del Comité Académico de Historia, Regiones y Fronteras (AUGM)¹

Sonia Rosa Tedeschi

El título es un tanto ambicioso para una breve exposición pero intenta demostrar mi interés en realizar algunos planteos referidos al tratamiento de esa problemática compleja que es la construcción del Estado y la Nación en Iberoamérica en el marco de nuestro Comité, una línea de investigación propiciada desde la I Reunión en Montevideo 2010. Mi intervención no pretende hacer un balance completo e indiscutible sino solo acercar algunas valoraciones propias sobre este tema.

Es oportuno recordar las circunstancias y distintas alternativas que condujeron a la creación del Comité Académico por entonces denominado de *Historia y Fronteras*, la que fuera aprobada durante la XXXIV Reunión del Consejo de Rectores de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo. Recuerdo su instalación en 2004 en la Universidad Federal de Rio Grande del Sur, alentada y favorecida fundamentalmente por la Prof. Susana Bleil de Souza y que formalizaba vínculos ya existentes entre algunos historiadores e historiadoras de Universidades de Buenos Aires (RA), de la República (ROU), de Santa María y de Río Grande del Sul (Brasil); eran investigadores interesados en la problemática fronteriza desde una perspectiva histórica cuyas relaciones se iniciaron y mantuvieron por distintas vías desde 1998. Precisamente, en ese año de 1998, se da un primer antecedente de vinculación a través del Proyecto “El proce-

so histórico argentino y riograndense del sur en el siglo XIX: la construcción de Estados Nacionales y el federalismo” dentro del Programa de intercambio científico y tecnológico entre el Estado de Rio Grande del Sur y la República Argentina (FAPERGS/UFGRS/UBA).

Culminado este Proyecto, las relaciones académicas continuaron en 1999, en el marco del Programa de Cooperación Brasil – Argentina firmado entre sus respectivas Secretarías de Ciencia y Técnica (CAPES/SECyT), con un proyecto más amplio sobre Rio Grande del Sur y las Provincias Argentinas en el siglo XIX, sobre “La construcción de los Estados Nacionales: el Federalismo, la Frontera, los Mercados y la Economía rural”.

Entre 2000 y 2003 se desarrolló la segunda edición de este Programa con una participación ampliada de profesores e investigadores argentinos y brasileños, concretada en misiones de investigación e intercambio, docencia, divulgación, búsqueda en archivos y bibliotecas especializadas. Todas estas actividades fueron realizadas en los ámbitos institucionales correspondientes al Programa de Pos Graduación en Historia de la Universidad Federal de Rio Grande del Sur y al Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” de la Universidad de Buenos Aires. La coordinación por la parte argentina de todos estos proyectos fue ejercida por el Prof. José Carlos Chiaramonte, Director del Instituto “Dr. E. Ravignani” en tanto que, por la parte brasileña, tal función le correspondió a la Prof. Dra. Susana Bleil de Souza, contando con la estrecha colaboración de la Prof. Dra. María Medianeira Padoin.

Ya pasaron casi 8 años de ese acto de creación, desde ese momento inicial bajo el nombre de Comité de Historia y Fronteras hasta esta nutrida III Reunión podemos comprobar un sensible crecimiento inspirado en esa idea rectora en el funcionamiento de la Asociación de Universidades Grupo Montevideo como es el “espacio académico común ampliado”; es de notar que en la actualidad contamos con representantes oficiales de 17 de las 28 Universidades que componen AUGM. Esta III Reunión muestra una destacada presencia de representantes institucionales, un incremento en la participación de investigadores de distintas generaciones, mayor amplitud de líneas de investigación e importantes proyectos a tratar, lo cual hace que se profile como una instancia de fortalecimiento de la red académica en base a densidad, intercambio y producción.

En 2009, se realizó una reconsideración de los alcances temáticos del Comité, luego de la cual su denominación cambió al de “Historia, Regiones y Fronteras” (CAHRF). Los fundamentos del cambio radicarón en que la inclusión de la/s región/es en los estudios, no necesariamente circunscripto a lo fronterizo, permitiría contemplar los procesos al interior de entidades de distinta naturaleza (bloques regionales, estados nacionales, etcétera), con mayor precisión y profundidad. En el caso de Fronteras, el concepto ponderado desde sus posibilidades

de análisis en distintas dimensiones (material, simbólico, cultural) se continúa sosteniendo como eje principal de investigación junto a la nueva incumbencia.

El problema de la construcción del Estado y la Nación en Iberoamérica, central en el debate historiográfico y político contemporáneo ha tenido abordajes diversos a lo largo de nuestras reuniones académicas, tanto las propias del Comité como aquellas organizadas en el marco de encuentros internacionales. En una selección un tanto arbitraria y por cierto incompleta, resaltaré algunos abordajes recurrentes y otros no tan reiterados que pueden constituir cauces para profundizar los ejes estructurantes de las líneas de investigación conjunta y en los que la problemática regional, la problemática fronteriza y la perspectiva comparada e interdisciplinar, en una periodización amplia desde la colonia iberoamericana hasta el siglo XXI, constituyen criterios teórico – metodológicos orientadores.

Esta selección está dividida en dos partes, considerando como materiales de consulta a programas de actividades, temas convocantes, trabajos presentados, relatorías. Por un lado, tuve en cuenta los abordajes en algunos Simposios organizados por el Comité entre 2005 y 2011 como parte de Reuniones Académicas internacionales y la II Reunión en Córdoba 2011.² Por otro lado, consideré las sesiones del Comité en las tres últimas convocatorias de las Jornadas de Jóvenes Investigadores Grupo Montevideo.³ En este punto me guíé por los siguientes interrogantes: ¿cómo piensan los jóvenes el problema que nos ocupa? ¿Qué aspectos les interesa del proceso de construcción del Estado y la Nación en su tránsito decimonónico? ¿Se sienten atraídos por su investigación en el siglo XX y en el siglo actual?

En la primera parte de esta selección, observo un conjunto de problemas y relevantes cuestiones que atienden a la construcción estatal de lo que hoy llamamos Argentina, Brasil, Paraguay, Uruguay. En cuanto a la periodización, existe claramente un peso importante para las problemáticas de siglo XIX y período de entre siglos, en menor medida se encuentran aquellas localizadas desde la década de 1930 en adelante.

La problemática fronteriza es la que muestra importantes avances y resultados, teniendo en cuenta que ya la propiciaba el Comité de la primera denominación.⁴ Por ejemplo, se revisan conceptualizaciones como frontera natural, frontera límite, frontera material, confín. Se observa a las fronteras o áreas de fronteras como espacios complejos donde interactúan pueblos con particularidades culturales, económicas y sociales, como construcción política y con una proyección imaginada del poder territorial en Iberoamérica. La frontera en esos análisis se reconoce como construida social e históricamente, con interacciones variables en su interior, con registros del impacto de la influencia de articulaciones, conflictos y medidas aplicadas por el poder en el orden económico y político en los márgenes de los Imperios coloniales y de los Estados nacionales.

La mirada sobre los procesos desarrollados en las fronteras escoge en

medios geográficos, sociales y culturales diversos, fenómenos que presentan entre sí alguna analogía, describe sus evoluciones, constata evidencias, determinantes y consecuencias tanto de las disparidades como de las semejanzas, establece parámetros de análisis que descentran los procesos históricos y permiten medir realidades concernientes a regiones metropolitanas o macrourbanas, ciudades, villas, pueblos de los confines y vínculos visibles en términos de conflicto, negociación y resistencia. La mayoría de estos estudios, con una fuerte visión comparativa en sí mismos o alentando la comparación en la discusión general, se ha dado principalmente entre fines del XVIII y el XIX sobre el llamado Espacio Platino. A través de ellos se puede constatar la importancia significativa de la ocupación social y política de los espacios fronterizos, la conformación de límites como parte de proyectos políticos y en sus procesos fuertemente litigiosos, la dinámica de las alianzas políticas establecidas entre individuos y/o grupos, la reconstitución de fronteras luego de las independencias y la ocupación de tierras con un desplazamiento indígena violento, la problemática del exilio y la persecución, el contraste entre las normas dictadas por el Imperio o el Estado nación y sus prácticas efectivas, las fronteras móviles, con distinto grado de control estatal y evidentes transformaciones sociales y productivas. Por su parte, las fronteras culturales son examinadas a partir de los contactos e intercambios, desde las producciones discursivas y las representaciones, desde lo étnico, lo cultural y lo simbólico. En el espacio otorgado a los estudios fronterizos en el siglo XX, es importante señalar la preocupación por explicar algunos procesos transfronterizos al interior de bloques regionales, las inversiones extranjeras y su incidencia en reconfiguraciones territoriales, la expansión forzada de fronteras en contextos de autoritarismo militar, las identidades en construcción atravesadas por procesos migratorios.

En esta labor de observación, análisis y clasificación de temas y problemas, puedo agrupar otras cuestiones que concitaron el interés de investigación de la dinámica estatal y nacional:

- Las relaciones entre entidades políticas de distinta naturaleza: provincia, estado provincial, federación, confederación, república, imperio, estado nación; -acuerdos, conflictividad y control social como factores de peso en la construcción del poder político;- fenómenos tales como el caudillismo y el coronelismo;

- Las transformaciones en la cultura política, circulación de ideas, tradiciones políticas comunes, procesos electorales, la importante cuestión de las conexiones entre grupos de intelectuales, modelos de organización político – institucional en discusión, formación y uso de la opinión pública.

- Las relaciones entre economía, ciclos de inestabilidad institucional y estrategias institucionales en torno a la explotación de los bienes productivos, también las que se comprueban entre industria, noción de progreso y represen-

tación de la Región/ de la Nación; -los vínculos entre gobernabilidad y fiscalidad; -estado, corporaciones económicas y proyectos de colonización.

- La dinámica relacional entre poderes centrales y poderes locales, en este punto especialmente las políticas territoriales de los poderes centrales en el siglo XX y las respuestas locales; -el Imperio portugués, luego del Brasil y su imaginario territorial.

- Identidad regional, nacional, iberoamericana en propuestas que desocultan actores sociales; -marginación y desestructuración de sectores subalternos en un contexto de violencia política y social.

- Discursos, imaginarios y construcción de la memoria colectiva a través de la literatura, los cancioneros, el arte, las imágenes, los símbolos; -a nivel de las mentalidades, trabajos sobre conciencia cívico patriótica y sobre conciencia de la diferencia.

- Lo que refiere a la Historiografía, estudios que revisan aspectos del discurso historiográfico tradicional y contemporáneo, los relatos nacionales, su contexto de producción, noción y uso de la memoria histórica en la creación de identidad y el peso del pensamiento nacionalista en las explicaciones históricas.

- La información historiográfica: las fuentes tradicionales han sido leídas y examinadas desde otros enfoques, interrogantes e interpretaciones a fin de conformar nuevos paisajes socio-económicos más ajustados a su realidad histórica y en perspectiva comparada (documentos económicos, fuentes jurídicas, cartografía, testimonios relativos a grupos étnicos, prensa, textos literarios, elementos simbólicos, etcétera).

En el caso de los jóvenes investigadores que han concentrado su atención en la realidad histórica del siglo XIX privilegiaron el tratamiento, por ejemplo, de los modelos político – institucionales en disputa; los sectores subalternos en el proyecto federalista; las conflictivas relaciones entre entidades de distinta naturaleza como el imperio y república; el impacto de la invención de tradiciones en la creación de la Nación; los intelectuales y el estado moderno; discurso republicano; nacionalismos y panamericanismo; rebeliones indígenas en un contexto de construcción estatal; la mirada sobre la frontera en diálogo con la antropología cultural; frontera como franja de producción cultural creativa, como acumulación de experiencias, con propias dinámicas y relaciones territorializadas, con la importante variable del poblamiento, el cautiverio y las migraciones.

Pero estos datos recogidos, que son todavía débiles indicadores, me permiten observar un marcado interés por los problemas del Estado y la Nación en los siglos XX y XXI, incorporando en mayor medida la perspectiva comparada. En esa observación puedo destacar temáticas como la vinculación con la ciudadanía, el poder civil y la esfera pública, enlazando transformaciones territoriales e inclusión social; cosmopolitismo e intercambios culturales; personalismos y distribución del poder; democracia y dictaduras; violencia física y psicológica en contextos dictatoriales; revoluciones e intervenciones federales; las tensiones entre estados nacionales y corporaciones; las estrategias y mediaciones en liti-

gios fronterizos vistas en su historicidad; los procesos de integración y desintegración entre economías provinciales/economía nacional/ economía internacional; agroindustria, avances científicos y diversificación en estados provinciales; redes, instituciones y planificación regional; estado nacional/diplomacia/narcotráfico; además de una preocupación por la identidad nacional en sus nuevas estructuraciones, el poder de lo simbólico y la diversidad cultural.

I. El Lugar de la Teoría y la Metodología en los Debates del CAHRF

La ampliación de las incumbencias del Comité en 2009 incluyendo Regiones nos coloca ante otro tipo de ejercicio intelectual. En el tratamiento que se le está dando al problema de la construcción del Estado y la Nación dentro de esta red académica resulta que el concepto de Región, la noción de Lo Regional están presente en textos, análisis, puesta en común, debates generales y relatorías. Algunos textos se asumen como estudios regionales explícitamente, otros aluden al concepto de manera aleatoria o infiriendo que es parte de un todo no suficientemente definido, sin dejar de reconocer que existen esfuerzos aislados por incorporarlo de modo crítico y escapar de ciertas ambigüedades en su implementación. Ante este estado de la cuestión según mis análisis, creo que estamos en el tiempo de establecer una discusión acerca del concepto, su uso, su lugar en la construcción disciplinar, sin perjuicio de incorporar categorías que atañen a estas preocupaciones como jurisdicción, territorio, paisaje, ambiente, espacio, tiempo histórico y tantas otras. Sugiero esta discusión pensando en una línea de investigación que se consideró prioritaria en la I Reunión en Montevideo 2010, denominada Teoría y Método de la Historia Regional, a la que todavía no le hemos dado espacio en nuestra agenda.

Un intercambio, entonces, que permitiría continuar desmontando ciertas naturalizaciones de su uso, complejizaría más nuestros trabajos dentro de la incumbencia incorporada últimamente al Comité y nos aproximaría en mejores condiciones a una perspectiva comparada de tipo conceptual pero también empírica, quizás desde las propuestas teóricas dentro de los contornos de nuestras propias investigaciones, de nuestras propias prácticas y con posibles aplicaciones transversales en todos los ejes de investigación que se van privilegiando dentro del grupo. Contamos con una masa crítica, si se me permite utilizar el término, al mismo interior del Comité, me refiero a investigadores e investigadoras que se abocaron con fuerza al debate teórico – metodológico en torno a la Región, a la Historia Regional desde hace mucho tiempo en otros ámbitos y en otras circunstancias; propongo aprovechar su experiencia y recuperarlos de manera no excluyente para esa futura discusión, tanto en sus voces como en sus escritos.

El uso del concepto de Región ha tenido ciertos consensos y convalidaciones en términos de opción metodológica, de práctica historiográfica, una herramienta de análisis que permite aprehender la complejidad de los objetos en estudio y sobre todo captar el cambio social, un concepto “bueno para pensar” en palabras de Eric Van Young, que da lugar a la recuperación de realidades locales, localizadas y localizables frente a la consagración de los centros de poder, las metrópolis, los polos de desarrollo, descentrar procesos sin desestimar esos centros y polos y en cambio ponerlos en contacto y entender su dinámica de relación. Pero también están los críticos de ciertos usos historiográficos del concepto de Región, en la Coordinación de esta mesa contamos con uno de ellos justamente, el Prof. José Carlos Chiaramonte, quien según ha manifestado, no pretende abolir los estudios regionales sino intensificar la reflexión y hacer algunas advertencias. Otras posturas se pronuncian sobre la Historia Regional dentro de la construcción disciplinar, planteando un análisis regional interdisciplinario donde confluyan cuerpos teóricos metodológicos variados en vez de una historia regional. Algunas apreciaciones críticas de historiadores y científicos sociales latinoamericanos estriban, generalmente, en la ambigüedad de la cuestión regional como rasgo prevaleciente, en las clasificaciones regionales realizadas de manera anacrónica y deshistorizada, en las nociones estáticas y sujetas excesivamente a la producción teórica de la geografía, en sus prédicas de homogeneidad como rasgo de la región, en la homologación, quizás por comodidad, entre la microhistoria, la historia regional, la llamada “historia subnacional” cuando, de aceptarse estas últimas, se suponen con sus propias especificidades, en que finalmente si existe la historia regional es un género menor dentro de la disciplina histórica (CHIARAMONTE, 2008; MIÑO, 2002).

En el fondo de los cuestionamientos podemos recoger cuestiones de importancia: ¿Las regiones son reales o son construcciones intelectuales? ¿Se estudian los fenómenos con existencia real o la preocupación del historiador raya el regodeo intelectual y no lo trasciende? ¿Es el territorio un instrumento conceptual más adecuado para los recortes analíticos que la Región? ¿La historia regional es solo una cuestión de escala de análisis? ¿La historia regional es simplemente una historia parroquial? ¿Qué es lo singular y qué es lo general? No lo planteo como una cuestión dilemática y tortuosa sino como un desafío positivo para la disciplina histórica en tanto promueve la reflexión sobre una cuestión epistemológica propia y la posibilidad de lograr contactos interdisciplinarios significativos. Es un debate en el que parecen estar situadas otras disciplinas al menos dentro del campo científico argentino como la geografía⁵, la economía⁶, la antropología⁷, en parecida sintonía con la historia, un debate que busca tomar distancia crítica y mayores recaudos metodológicos, una puesta en cuestión de la que se puede salir fortalecidos o con cierto grado de decepción, las posibilidades son amplias pero valdría el esfuerzo.

Obviamente, no se pretende llegar a una mirada única, a un pensamiento único, sino conocer más sobre las investigaciones de este creciente colectivo de investigadores y posibilitar instancias de comparación histórica entre ellas, sin tener como necesario horizonte la elaboración de modelos, esquemas unificadores o tipologías, sin la presión urgente de solucionar problemas metodológicos, ni hallar definiciones que nos lleven tranquilidad mental y aquieten nuestra condición crítica. Incluir estos debates en nuestra agenda historiográfica nos llevará tal vez a otras alternativas, a posicionarnos ante la perspectiva de la historia atlántica, muy discutida por cierto en lo conceptual, la historia mundial que propicia Marcelo Carmagnani, la historia global a la que la historiografía mexicana le recomienda no sucumbir a una mera tentación filosófica sino mantener su conexión con la base empírica y considerar como cantera de problemas a los estudios sobre Regiones (SERRANO, 2005). Un intercambio de posiciones e interpretaciones que nos sumen en la propia polémica alrededor de la llamada globalización, las estructuras supranacionales, los regionalismos, los nacionalismos, los estados nacionales, conectado claramente con las preocupaciones de nuestro presente.

Aprovechemos este espacio académico común ampliado que pone en contacto una diversidad de formaciones académicas, de intereses de investigación, de producciones historiográficas en contextos propios de tipo social, institucional y científico y continuemos generando firmeza en sus bases a través de discusiones profundas y comprometidas. Es de esperar que las conclusiones de esta III Reunión en Santa María den buena cuenta de estas aspiraciones y de estas bases sobre las que se construye nuestra red académica.

Referencias

CHIARAMONTE, José Carlos. Sobre el uso historiográfico del concepto de región. En: *Revista Estudios Sociales*, Santa Fe, Univ. Nac. del Litoral, no. 35, segundo semestre 2008, pp. 7-21.

MIÑO, Grijalba, Manuel. ¿Existe la historia regional? En: *Historia Mexicana*, El Colegio de México, México, abr – jun 2002, Vol. LI, pp. 867-897.

NACUZZI, Lidia; LUCAIOLI, Carina; NESIS, Florencia. *Pueblos nómades en un estado colonial. Chaco, Pampa, Patagonia, siglo XVIII*, Bs. As., Ed. Antropofagia, 2008.

SERRANO, Julio Pérez. Perspectivas para una nueva historia regional en tiempos de globalización. *Revista de Historia*. Univ Nacional de Salta, 2005. En <http://www.unsa.edu.ar/histocat/revista/revista04.htm>

Notas

¹ Exposición realizada en la Mesa Redonda “Proceso de Construcción del Estado y la Nación”, III Reunión del Comité Académico Historia, Regiones y Fronteras – AUGM, Universidad Federal de Santa María, Santa María, Rio Grande del Sur, Brasil, 27 de abril de 2012.

² Análisis sobre programas de sesiones de: II Jornadas de Historia Regional Comparada, Simposio “Fronteras e Historia Platina: Estado, sociedad, poder político, relaciones económicas, siglos XVIII y XIX”, PUCRS, Porto Alegre, 3 al 6/OCT/05. 52º Congreso Internacional de Americanistas, Sevilla, 17 al 21/JUL/06, Simposio “Fronteras en América Latina: nuevas miradas a un viejo problema”. XI Jornadas Interescuelas / Departamentos de Historia, Mesa Temática: 104 – Economía y Poder en Sociedades de Frontera. América Latina (1780 – 1930), Facultad de Filosofía y Letras, UNT, Tucumán, 19 al 22/SET/07. XV Congreso Internacional de AHILA (Asociación de Historiadores Latinoamericanos), Universiteit Leiden, Departamento de Estudios Latinoamericanos, Leiden, Países Bajos, 26 al 29/AGO/08, Simposio “Fronteiras na América Meridional e Construção da idéia de Nação nos séculos XIX y XX”. II Reunión del CAHRF, Universidad Nacional de Córdoba, Complejo Vaquerías, 14 y 15/ABR/11. XVI Congreso Internacional de AHILA, Universidad de Cádiz y Ayuntamiento de San Fernando, 6 al 9/SET/11.

³ Los jóvenes investigadores interesados en problemáticas de Fronteras han tenido su espacio en las Jornadas organizadas por la Asociación de Universidades Grupo Montevideo: en Tucumán (Argentina) 2005, en Campinas (Brasil) 2006, en Asunción (Paraguay) 2007, en Montevideo (ROU) 2008; desde las últimas realizadas en Concepción del Uruguay (Argentina) 2009, se amplió el tema a Regiones. En dichas Jornadas se abrieron mesas organizadas por el Comité con numerosos participantes de distintas universidades del Grupo, en particular alumnos que se inician en la investigación a través de programas formales de Becas y Adscripciones. A propósito de esto, la movilidad estudiantil se está acrecentando entre nuestras unidades académicas y constituye uno de los objetivos a reforzar por parte del CAHRF. Para este análisis se ha contado con información sobre las JJI 2009, Universidad Nacional de Entre Ríos, Argentina (2 exposiciones, no se dispone de información sobre 11 Posters); JJI 2010, Universidad Nacional del Litoral, Argentina (25 Posters/Exposiciones) y JJI 2011, Universidad Nacional del Este, Paraguay (21 Posters/Exposiciones, agradezco la información a la Prof. Andrea Giménez de la UNE). Se prevé en una futura etapa de seguimiento ampliar el universo documental para lograr un mejor balance.

⁴ Tanto en el 52 ICA en Sevilla como en los Congresos de AHILA en Leiden y Cádiz, los simposios organizados por el Comité recibieron trabajos que permitieron ejercicios de comparación con otras realidades históricas fronterizas de México, Puerto Rico, Venezuela, Andes meridionales, Amazonia, Bolivia, Colombia, Guyana, área Caribe, con una notable apertura hacia los enfoques culturales, los procesos identitarios y la historia reciente.

⁵ En el III Congreso de Geografía de Universidades Públicas, Santa Fe, 2011 se trataron temas como la integración regional mediante redes urbanas (Red Mercociudades), bloques regionales y centros hegemónicos, territorios móviles, fragmentación territorial en una región metropolitana con diversidad y exclusión social, espacios urbanos/suburbanos/rurbanos; paisaje urbano y regional; ambiente natural y construido que le dan entidad a una región/ historicidad de la región, impacto de la historia económica reciente en el paisaje humano y material de una ciudad y una región. Persistencia de la regionalización económico-administrativa NOA y NEA. Destacamos el trabajo de Héctor Dupuy y Martín Morgante “Las fronteras en América Latina. una mirada crítica hacia una regionalización político-cultural. Procesos económicos, políticos y demográficos en las redefiniciones territoriales”.

⁶ Las Jornadas de Epistemología de las Ciencias Económicas que se desarrollan desde hace 15 años en la Universidad de Buenos Aires incluyen de manera asidua la problemática regional en sus discusiones.

⁷ Podemos citar los trabajos de Lidia Nacuzzi, Carina Lucaioli y Florencia Nesis desde la antro-

pología y la etnografía histórica constituyen importantes contribuciones para la renovación de la región y los conceptos asociados a ella. Véase por ejemplo el libro de las tres autoras en colaboración *Pueblos nómades en un estado colonial. Chaco, Pampa, Patagonia, siglo XVIII*, Bs. As., Ed. Antropofagia, 2008. Cap. 1 “Algunos conceptos instrumentales para el estudio de los pueblos nómades” Cap. 4 “Territorios y movimientos” Apuntando a las fronteras culturales y a delinear relaciones en territorios móviles.

**Um “Conteúdo Inferior”: a Luta pela História
Regional do e no Rio Grande do Sul**

Luiz Alberto Grijó

Professor do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Realiza pesquisas na área de História Social da Política, Trajetórias Sociais e História e Meios de Comunicação Social (mídia), com ênfase no período republicano brasileiro. É autor, entre outros, de: GRIJÓ, Luiz Alberto. Biografia, para quê? In: CORADINI, Odaci Luiz (org.). Estudo de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul: algumas contribuições recentes. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, pp. 85-102; GRIJÓ, Luiz Alberto; NEUMANN, Eduardo Santos (orgs.). O continente em armas: uma história da guerra no Sul do Brasil. Rio de Janeiro, Apicuri, 2010.

Um “Conteúdo Inferior”: a Luta pela História Regional do e no Rio Grande do Sul

Luiz Alberto Grijó

Em um país das dimensões do Brasil, uma das questões que envolvem a escrita da história é a relação entre a produção de história considerada nacional e aquela tida como regional. As próprias agências fomentadoras de pesquisa incorporam em suas classificações oficiais essas categorias, ficando muitas vezes a avaliação do que possa vir a ser considerado “nacional” ou “regional” a critério de pareceristas *ad hoc*, em sua maioria nativos do próprio centro econômico, político, social e cultural da região Sudeste, na qual se localizam as principais capitais do país, as suas mais bem aquinhoadas instituições de ensino e pesquisa e as grandes empresas editoriais. Como parte do centro, costumam ter como régua classificatória seu próprio lugar, sempre “nacional”, por mais específica e pontual que possa ser alguma temática eventualmente abordada em suas produções, enquanto que o que se vai dele afastando vai se tornando, por um critério quase que exclusivamente de distância geográfica, mais e mais “regional”.

Aqui, porém, não é o lugar para uma reflexão mais aprofundada nesse sentido. O que é preciso reter a respeito do que poderia ser chamado de “questão do regional” é a relatividade e a arbitrariedade que envolvem as definições e indefinições do que possa ser considerado regional ou não. Trata-se, enfim, de um jogo que é também, senão principalmente, político (BOURDIEU, 1989, p. 105-132). Por outro lado, não é essa, igualmente, a oportunidade para uma discussão teórica ou para um aprofundamento maior das questões que envolvem as próprias definições e indefinições a respeito das dimensões micro ou macro nas análises históricas, daquilo que se tem chamado de “escalas” (REVEL, 1998; LEVI, 2000).

A preocupação deste artigo é outra e mais pontual. Trata-se aqui de de-

envolver algumas reflexões sobre os lugares da “história regional” no caso do mais meridional estado brasileiro, o Rio Grande do Sul. Especificamente, o objetivo é explicitar e discutir a respeito de alguns destes lugares de produção de história (CERTEAU, 2006) e de reprodução de concepções e versões de história: desde a academia, basicamente, as universidades e demais centros de pesquisa, até outros espaços sociais mais amplos e mundanos.

Em um depoimento prestado no final década de 1970, o já veterano professor Dante de Laytano, que, entre outras coisas, fora chefe do Departamento de História e diretor do Instituto de Filosofia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), referindo-se à década de 1940, indagava por que, nos cursos universitários de História recentemente criados no estado àquela altura, “não se ensinava História do Rio Grande do Sul?” Constatando e lamentando a ausência dos conteúdos e de uma disciplina específica a respeito, Laytano, segundo ele próprio, teria passado a empreender “uma longa jornada”, composta de enfrentamentos com a “poderosa máquina burocrática” e com “obstáculos medíocres”. Uma “alta autoridade perguntou-me se havia assunto para um programa de um ano de História do Rio Grande do Sul. Não respondi. Voltei à carga de todas as maneiras e forças. E venci” (LAYTANO, 1979, p. 15)

Na década de 1950, por fim, logrou Laytano “incluir a disciplina” de História do Rio Grande do Sul, pelo que, “reivindico para mim este galardão. Faça questão.” Ao final da década de 1970, depois mesmo que outros professores passaram a se responsabilizar pelos seus conteúdos, Helga Piccolo e Moacyr Flores:

a História do Rio Grande do Sul, como ensinança evoluiu de mil maneiras. Mas falo nos idos antigos: quando tive que afrontar a descrença de muitos e a incredulidade da maioria e ouvir o quanto se desprezava o passado da terra natal como uma história de conteúdo inferior, sem importância e de nenhuma validade (LAYTANO, 1979, p. 15).

Embora Mara Rodrigues (2002, p. 98-109) aponte e analise versões um tanto discordantes dessa de Laytano a respeito da criação da cadeira de História do Rio Grande do Sul ou da adoção de conteúdos de história do Rio Grande do Sul em outras cadeiras, o que é oportuno salientar para os objetivos desse artigo é que parece não ter sido muito significativo o reconhecimento da necessidade ou da conveniência de que fossem investidos tempo e outros recursos humanos e materiais em uma cátedra dedicada a um “conteúdo inferior”, segundo alguns.

Essa disputa pela elevação dos aspectos regionais a uma posição de reconhecimento institucional e burocrático que abria, entre outras, a possibilidade de acesso a recursos mais significativos que garantissem posições de autoridade a seus “batalhadores”, permite situar melhor o lugar do regional no mundo cultural, mormente no sentido das disputas que então e ainda agora imperam entre registros

diferentes a respeito do entendimento do que seria ou deveria ser exatamente a história do Rio Grande do Sul. É essa a preocupação central deste trabalho.

Como fica claro na manifestação de Laytano sobre a sua “luta” pelo reconhecimento e institucionalização dos conteúdos de “história regional”, estava em jogo uma disputa de autoridades. Aquele período foi o de criação dos lugares academicamente propícios para tal, as faculdades de filosofia, tendo sido criadas então as duas primeiras no gênero no Rio Grande do Sul, a da Universidade Católica, que seria depois a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS) e da Universidade do Rio Grande do Sul, futura UFRGS. Assim, a autoridade de Laytano como um “homem de letras” – que, inclusive, renunciara ao cargo de procurador do estado para “servir [...] à minha vocação de ensinar história, escrever a respeito deste imenso campo do saber” – se chocava com a de outras “autoridades” burocrático-políticas, não menos letradas que ele, mas mais atreladas aos limites e condicionantes impostos pelo que estava em jogo no plano político-partidário e cultural mais geral. A luta pelo regional no Rio Grande do Sul, que já tivera uma forte manifestação política na década de 1920 (GRIJÓ, 2004, p. 291-320), vinha se estabelecendo “de mala e cuia”, para usar uma expressão tipicamente local, e se fortalecendo no mundo cultural sul-rio-grandense, inclusive com o reforço vindo da organização das faculdades de filosofia no plano do ensino superior (NEDEL, 2005).

Porém, não bastasse esse âmbito de disputas no qual se envolviam Laytano e alguns acadêmicos como ele, outros espaços se abriam. Em 1948 iniciou-se em Porto Alegre o que ao longo do tempo viria a se tornar, institucionalizando-se, o Movimento Tradicionalista Gaúcho (MTG). A partir da ação de alguns estudantes secundaristas do Colégio Júlio de Castilhos, que fundaram o 35 Centro de Tradições Gaúchas (CTG), começou a mobilização de um grupo que pretendia que se “revivesse a tradição, e não que [se] refletisse sobre ela” (OLIVEN, 1991, p. 44).

Desde então, este “movimento” vem ganhando adeptos, admiradores e militantes, ao mesmo tempo em que se torna cada vez mais complexo e passa a apresentar algumas divisões internas. De modo geral, porém, muitos de seus membros mais ou menos ortodoxos lograram conquistar espaços importantes no mercado editorial, em programas próprios de rádio e televisão, em jornais e publicações variadas do “movimento”, na mídia em geral e em instâncias e instituições públicas. Neste último caso, órgãos de gestão cultural, como a Secretaria Estadual de Cultura, sofrem constantemente uma tensão entre os que consideram a cultura como algo mais universal e aqueles “tradicionalistas” ligados ao MTG, chamados notoriamente no meio de “turma do pezinho” – uma referência à “dança do pezinho”, conhecida música folclórica coreografada muito difundida entre os tradicionalistas, cujos versos iniciais são: “Ai, bota aqui/Ai, bota ali o seu pezinho/O seu pezinho/Bem juntinho com o meu”. Os seus ativistas participam ou coman-

dam manifestações artísticas, proferem palestras, organizam shows, editam livros, apoiam ou compõem grupos musicais, festivais de canções, enfim, ganham espaço no mercado editorial e fonográfico.

Sob o ponto de vista acadêmico, porém, o que se torna fundamental nesse contexto é o discernimento de como situar a história produzida nas pesquisas universitárias entre as outras diversas produções de histórias. Não obstante certas origens comuns, o que se tem produzido como história nas universidades em geral tem se afastado do repertório mundano mais geral. Assim, neste contexto cultural amplo, ganha relevância a questão de como situar uma historiografia desvinculada de preocupações laudatórias e apologéticas, independente de objetivos instrumentais e com o reforço de uma identidade regional recentemente fabricada.

Por isso a preocupação em distinguir, em marcar a diferença, principalmente com o que é produzido como história em outros lugares, mas que ganha especial penetração generalizada de modo que dificilmente alguém que viva no Rio Grande do Sul possa escapar de seus absorventes e envolventes tentáculos plenos de certezas, garantias e seguranças.

* * *

Hoje em dia, tem o MTG sede em Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, e congrega em torno de 1.400 “entidades tradicionalistas”, os CTGs e as demais denominações “legalmente constituídas”. Estas são divididas em 30 “regiões tradicionalistas” que agrupam todos os municípios do Rio Grande do Sul. Administrativamente se organiza a partir de um conselho diretor, cujos membros são eleitos por uma assembleia de filiados, e de 30 Coordenadorias Regionais. Tem ainda uma Junta Fiscal. O conselho diretor escolhe, por sua vez, um presidente e vice-presidentes encarregados de áreas como finanças, administração, eventos e afins. Seus componentes não são remunerados para o exercício destas funções. “Todos se dedicam graciosamente para que o MTG tenha condições de atingir seus objetivos”, cuja “filosofia” está expressa em sua “Carta de Princípios” (www.mtg.org.br).

Esse espraiamento do “movimento” teve como efeito correlato a emergência ou o fortalecimento das posições de algumas de suas lideranças como “autoridades” amplamente reconhecidas em “coisas” do Rio Grande do Sul, não só no interior do “movimento” como na sociedade em geral. Neste particular se destaca o papel dos “comunicadores” simpatizantes ou militantes que atuam nos meios de comunicação social. Esse empreendimento coletivo, desde os seus inícios, se colocava como muito agressivo na “conquista” de adeptos. Seus membros eram e continuam sendo vistos por eles próprios como “militantes”, “guerreiros”, “soldados” de uma “causa”, posicionamento nada difícil

para ocuparem, pois que o enaltecimento do “passado militarista”, supostamente “heroico”, “lutador”, “indômito”, “belicoso”, etc. do “gaúcho” era e é um elemento central da constituição da identidade do grupo como tal (MACIEL, 2002; NEDEL, 2005; OLIVEN, 1991).

A respeito da citada “carta de princípios”, cabem algumas considerações. Ela é referida nos textos oficiais do “movimento” como “a primeira e principal diretriz filosófica do Tradicionalismo, é o documento máximo a nortear e a orientar as atividades” do MTG. Escrita por Glaucus Saraiva, foi aprovada em um “congresso” do grupo em 1961 e em 1977 uma “convenção” a ratificou como a compilação dos preceitos centrais para a instituição. Nesta “carta” em forma de artigos, redigida de modo muito semelhante ao que se redigem as leis, interessam aqui principalmente os artigos que dizem respeito à relação entre o “movimento” e a história (esse e outros documentos do MTG podem ser consultados em www.mtg.org.br).

O artigo 2º refere que um dos objetivos do MTG é “cultuar e difundir nossa História, nossa formação social, nosso folclore, enfim, nossa Tradição, como substância basilar da nacionalidade”. Ao buscar “promover, no meio do nosso povo, uma retomada de consciência dos valores morais do gaúcho” (artigo 3º), “criar barreiras aos fatores e ideias que nos vem pelos veículos normais de propaganda e que sejam diametralmente opostos ou antagônicos aos costumes e pendores naturais do nosso povo” (artigo 5º) e “zelar pela pureza e fidelidade dos nossos costumes autênticos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais” (artigo 20), a estratégia recomendada é “incentivar, em todas as formas de divulgação e propaganda, o uso sadio dos autênticos motivos regionais” (artigo 18), “influir na literatura, artes clássicas e populares e outras formas de expressão espiritual de nossa gente, no sentido de que se voltem para os temas nativistas” (artigo 19), “procurar penetrar e atuar nas instituições públicas e privadas, principalmente nos colégios e no seio do povo, buscando conquistar para o Movimento Tradicionalista Gaúcho a boa vontade e a participação dos representantes de todas as classes e profissões dignas” (artigo 22), por fim, o movimento procura:

a conquista de um estágio de força social que lhe dê ressonância nos Poderes Públicos e nas Classes Rio-Grandenses para atuar real, poderosa e eficientemente, no levantamento dos padrões de moral e de vida do nosso Estado, rumando, fortalecido, para o campo e homem rural, suas raízes primordiais, cumprindo, assim, sua alta destinação histórica em nossa Pátria (artigo 29).

Como o texto deixa bastante claro, a militância deve pautar-se pela vigilância e pela ação sobre as instituições privadas e públicas, sendo os meios de

comunicação, ou “meios de propaganda”, e as escolas os lugares privilegiados para tal. Mas, o que exatamente deveria ser proposto a fim de alcançar essa penetração ampla nas mais diferentes “classes rio-grandenses” e no “seio do povo”? Aparece então a “História” – não por acaso com agá maiúsculo –, a “nossa formação social, nosso folclore, [...] nossa Tradição”, os “valores morais do gaúcho”, os seus “costumes autênticos”, enfim, os “pendores naturais do nosso povo”, pelo qual se deve exercer verdadeira atitude policial em prol da “pureza e fidelidade dos nossos, combatendo todas as manifestações individuais ou coletivas, que artificializem ou descaracterizem as nossas coisas tradicionais”.

Evidentemente que a “carta de princípios” não se alonga nas definições do que sejam a “História” a ser cultuada e difundida, o “nosso folclore” e a “nossa Tradição”, etc.. Outros documentos, como regulamentos e depoimentos, mas, principalmente para o que está aqui em pauta, bibliográficos, se encarregariam de definir mais propriamente o que se entendia por estas noções importadas, ao menos algumas delas, do mundo científico da história e das ciências sociais. Um dos fundadores do “movimento”, Barbosa Lessa (apud OLIVEN, 1991, p. 47), escreveu que:

O Tradicionalismo deve ser um movimento nitidamente popular, não simplesmente intelectual. É verdade que o Tradicionalismo continuará sendo compreendido, em sua finalidade última, apenas por uma minoria intelectual. Mas, para vencer, é fundamental que seja entendido e desenvolvido no próprio seio das camadas populares [...]. Para alcançar seus fins, o Tradicionalismo serve-se do Folclore, da Sociologia, da Arte, da Literatura, do Teatro etc.. Tudo isto constitui meios para que o Tradicionalismo alcance seus fins. Não se deve confundir o Tradicionalismo, que é um movimento, com o Folclore, a História, a Sociologia etc., que são ciências. Não se deve confundir o folclorista, por exemplo, com o tradicionalista; aquele é o estudioso de uma ciência, este é o soldado de um movimento. Os tradicionalistas não precisam tratar cientificamente o folclore; estarão agindo eficientemente se servirem dos estudos dos folcloristas, como base de ação, e assim reafirmarem as vivências folclóricas no próprio seio do povo.

A forma explícita como se expressa Barbosa Lessa é sintomática. Não só deixa transparecer, por um lado, o elitismo do movimento, e, por outro e ao mesmo tempo, seu grau de populismo, quanto revela e enaltece a apropriação totalmente utilitária dos bens culturais produzidos no mundo da ciência para os fins expansionistas do grupo. Lessa deixa clara a distinção entre o seu “movimento” e a produção científica e mesmo a artística e a literária. Essa espécie de marca de origem acompanha até hoje o modo como se pode perceber que grande parte dos “tradicionalistas da elite intelectual” se comporta com res-

peito aos mais diversos produtos culturais, e deixa transparecer também uma outra condição, a da dependência que as concepções elaboradas no interior do “movimento” tiveram dos tipos de produtos culturais elaborados em outros lugares e com outros objetivos.

Paulatinamente, porém, os líderes do MTG foram se engajando no trabalho de viabilização no interior mesmo do grupo e sua instituição, que crescia também em quantidade de adeptos, da possibilidade da produção própria de literatura, arte e “ciência”, sendo as vítimas principais, no caso da ciência, possivelmente nessa ordem, a história, a sociologia e a antropologia. Isso quanto à ciência, mas é notório que a literatura e a arte também foram mais ou menos lastimadas. Há agora os “tradicionalistas” que são referidos e reconhecidos amplamente como “historiadores”, “sociólogos”, “antropólogos”, “literatos”, “artistas plásticos”, “poetas”, e assim por diante.

Um dos mais notórios deles, Antônio Augusto Fagundes – vulgo “Nico Fagundes” –, tem um verbete no sítio-enciclopédia *Wikipedia* da internet (pt.wikipedia.org). Aparece ali como “formado em Direito, pós-graduado em História do Rio Grande do Sul e mestre em Antropologia Social. Todos os seus cursos foram realizados na Universidade Federal do Rio Grande do Sul”, instituição acadêmica de grande prestígio no estado, de modo que não parece ser por acaso que a ela se faça referência. Mas há mais: “é pessoa reconhecida na cultura gaúcha, premiado incontáveis vezes como poeta, novelista, compositor, autor e ator de teatro, televisão e cinema.” Além disso “apresenta pela RBS TV (afiliada da TV Globo) o programa Galpão Crioulo, com uma das maiores audiências da televisão gaúcha.” Agora o mais significativo para o que se está desenvolvendo aqui: “Antonio Augusto Fagundes é respeitado como autoridade em folclore gaúcho, história do Rio Grande, antropologia, religiões afro-gaúchas, indumentária do Rio Grande, cozinha gauchesca e danças folclóricas.” Mas não é só, ele “tornou-se, assim, com o tempo e apoiado em uma biblioteca preciosa, um estudioso sério, respeitado e aclamado no Rio Grande do Sul, no Uruguai e na Argentina, conferencista bilíngue e autor de inúmeras obras de consulta obrigatória para estudiosos na área.” Para completar, no verbete ainda consta que “a face menos conhecida deste intelectual brilhante, é também sua face mais antiga, a de poeta”. Publicou, entre outros livros, uma *História do Rio Grande do Sul*, os *Mitos e lendas do Rio Grande do Sul*, uma *Cartilha de História do Rio Grande do Sul* e também *Indumentária gaúcha*.

Os “tradicionalistas”, portanto, acabaram se constituindo em mais um grupo de agentes interessados nas disputas pelo passado e por sua apropriação utilitária visando à consecução de seus fins. Nesse sentido talvez seja esse um dos maiores esteios do “partido conservador” atuante na esfera das disputas políticas no Rio Grande do Sul dos dias de hoje. E isso, sublinhe-se para evitar

mal-entendidos, independentemente das eventuais vinculações político-partidárias que esse ou aquele ativista do “movimento” possa ter, ou não. Ou seja, pelos conteúdos explicitados acima se vê que o “tradicionalismo” opera como um elemento de elaboração e de difusão de uma visão de mundo profundamente conservadora que tem sua tradução político-partidária espalhada pelas mais diferentes siglas, não importando sua situação no espectro normalmente considerado para se medir em política: se mais “de direita” ou “de esquerda”.

A questão é que, não bastassem os problemas que a produção de ciências sociais (CORADINI, 2008) e história enfrentam nas condições atuais no Brasil, ou seja, não bastassem os espaços amplos demais que são franqueados na academia para os trabalhos do tipo “desmitificadores” e/ou de “desconstrução” que nada fazem além de criarem novos mitos e/ou outras obras, ainda há, de fora da academia, quem se arrogue a si mesmo um quase monopólio de autoridade para falar legitimamente de coisas como a história do Rio Grande do Sul. Seria este um enfrentamento equilibrado se as armas fossem a razão e o conhecimento, mas não. O proselitismo “tradicionalista” se arma do sentimentalismo e do populismo cultural, além de formar e conformar agentes ativos e agressivos nas tomadas de posição, que, na maior parte das vezes, vencem e convencem os agentes-chave dos meios de comunicação social, por exemplo, os quais, necessitados que são de ficar bem com seus públicos, preferem muito mais o conforto das certezas petrificadas do que o desconforto da crítica racional.

Por outro lado, os agentes responsáveis pela gerência dos recursos públicos passíveis de aplicação em projetos culturais e educacionais também são presas fáceis das demandas oriundas do “meio tradicionalista” – inclusive contando já em seus quadros com a acima citada “turma do pezinho”. A “cultura tradicionalista” costuma se prestar bastante bem para o “congraçamento das gentes” que, de tempos em tempos, se tornam eleitoras.

Do mesmo modo, e talvez em uma escala mais preocupante ainda, pois é o principal mecanismo de reprodução desse conservadorismo, a influência que esse discurso totalizante exerce sobre os agentes do ensino é muito grande. Desde a incorporação dessa visão de mundo por parte de professores e alunos mais propensos à influência mundanista da esfera midiática, até por aquilo que é inserido nos carimbados livros didáticos e paradidáticos impostos às escolas, a visão “tradicionalista” da história se insinua e se estabelece.

É preciso sublinhar, porém, que não se está propondo ou procurando aqui nenhuma espécie de denúncia ou de caça às bruxas pseudo-científicas do mundo extra-acadêmico que espalha pela sociedade o erro e a ignorância. Trata-se simplesmente da constatação de que é a fraqueza objetiva dos limites entre o que é acadêmico e o que não o é em termos das possibilidades sociais de reconhecimento dessas fronteiras que viabiliza a emergência desses auto-procla-

mados “intelectuais brilhantes”, os quais acabam por se constituir, para efeitos gerais, nos legítimos “senhores do sentido”, especialmente do sentido do passado. Em grande medida é a própria incapacidade dos académicos imporem a si mesmos uma agenda própria que os torna fracos no vasto mundo pelo qual são eventualmente chamados a participar aqui e ali como curiosidades extravagantes, como “aquele pessoal que é sempre do contra”.

Por outro lado, nem é mais preciso que o “tradicionalista” que deseje nutrir-se de instrumentos “científicos” – produzidos em outros lugares, portanto – a fim de buscar seus objetivos práticos o faça fora de seu próprio ambiente. Pode ele agora contar com os “sábios” da própria aldeia. Mas esse efeito não é só “para dentro”. Como no caso do “tradicionalista” e “intelectual brilhante” “Nico” Fagundes, que, além de todos os títulos de reconhecimento cultural que auto-ostenta, é também ele próprio um “comunicador”, “ator”, “autor”, etc., ou seja, um “homem multimídia”, para usar uma expressão a eles da mídia muito cara. Para Fagundes e os seus se abrem palcos bastante amplos para as exposições de si e de seus “saberes”, os quais servem de espaços muito bem aproveitados de fazerem-se conhecer e serem reconhecidos.

Nestas condições, como e onde se situariam as preocupações propriamente académico-científicas? Inicialmente, deve-se evitar a:

confusão dos debates em torno da noção de região e, mais geralmente, de “etnia” ou de ‘etnicidade’ [... que] resulta, em parte, de que a preocupação de submeter à crítica lógica os categoremias do senso comum, emblemas ou estigmas, e de substituir os princípios práticos do juízo quotidiano pelos critérios logicamente controlados e empiricamente fundamentados da ciência, faz esquecer que as classificações práticas estão sempre subordinadas a *funções práticas* e orientadas para a produção de efeitos sociais; e, ainda, que as representações práticas mais expostas à crítica científica [...] podem *contribuir para produzir* aquilo por elas descrito ou designado, quer dizer, a *realidade objetiva* à qual a crítica objetivista as refere para fazer aparecer as ilusões e as incoerências delas (BOURDIEU, 1989, p. 112).

Ou seja, o objetivo é escapar da lógica do jogo para objetivar o próprio jogo. Neste sentido uma primeira preocupação que deve sempre estar presente é a de marcar desde logo a diferença dos registros. Os combates do militante “tradicionalista” terminam por reforçar os conceitos e preconceitos em disputa que acabam apenas por lograr resultados práticos na prática das lutas em si mesmas e dos recursos que os eventuais e pontualmente vitoriosos podem conjunturalmente controlar e acumular. Entrar no jogo da desmitificação/desconstrução como ponto de partida apenas reforça a polarização – do aderir/repudiar – e a centralidade mesma da problemática proposta como

problemática legítima em termos culturais e políticos.

Barbosa Lessa, com efeito, tinha razão ao sublinhar que “ciência” e “tradicionalismo” são coisas diferentes.

* * *

No Rio Grande do Sul praticamente todo mundo compartilha uma visão da história local tal qual produzida no mundanismo tradicionalista e reproduzida pelos meios de comunicação social, pela escola e pelos grupos familiares. É corrente a aceitação tácita dessa história como feita de “façanhas guerreiras”, “estripulias de destemidos ‘centauros dos pampas’” e atos de “bravura e coragem” dos “grandes heróis militares”. E isso com os corolários mais ou menos velados de superioridade moral, ética e mesmo racial dos rio-grandenses frente aos demais “povos” – o conhecido axioma tautológico do “nós, os gaúchos, somos diferentes”, um eufemismo para a afirmação subliminar de que “nós, os gaúchos, somos melhores do que eles, os outros brasileiros”.

Por outro lado, aparece também com alguma frequência uma rejeição raivosa a esta visão da história mais difundida, a qual é normalmente informada por posições político-partidárias de esquerdas mais extremadas, mas que é igualmente oblíqua por operar a partir da crítica simplesmente desmitificadora/desconstrutora. Esta termina por destituir os “heróis do passado”, Bento Gonçalves, por exemplo, do pedestal de grande homem da “História”, acusando-o simplesmente de, ao invés de ter sido um glorioso líder militar, ter sido um ladrão de cavalos oportunista. Isso para em seu lugar alçar algum até então desconhecido e escolhido a dedo “gaúcho a pé”. Enfim, outros “heróis da História” para outras histórias e identidades de outros grupos em “movimento”. É inegável que o que está por trás dessas proposições são posicionamentos que, mais que culturais, são políticos.

Por isso a importância de se propor a reflexão sobre os lugares e modos de produção dessas “Histórias” a fim de possibilitar que fique claro que a alternativa da objetivação científica implica em abandonar as adesões práticas e imediatas em função de uma outra forma de encarar as coisas do mundo da história. O objetivo é trazer a reflexão para fora do que é a problemática em disputa no vasto mundo político e midiático, no qual as constituições e desconstituições dos grupos a partir de referenciais identitários, das palavras mobilizadoras e das conversas cruzadas são a tônica. A possível força acadêmica, a força dessa outra história, está em trazer como objetos para dentro do mundo da produção do conhecimento essas definições plenas de seguranças e certezas e o que e quem em suas realizações e reproduções estão em jogo. Não é jogando o jogo que se poderá propor, inclusive politicamente, uma outra história. É somente na

objetivação do jogo e na autonomia da proposição das próprias problemáticas que algo pode ser superado nesse e em outros sentidos.

Referências:

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a idéia de região. In: BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro, Difel/Bertrand Brasil, 1989. pp. 105-132.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2006.

CORADINI, Odaci Luiz. As elites como objeto de estudos. In: CORADINI, Odaci Luiz (org.) *Estudos de grupos dirigentes no Rio Grande do Sul – algumas contribuições recentes*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 7-18.

GRIJÓ, Luiz Alberto. Uma cena campeira na avenida Central: políticos rio-grandenses e a Revolução de 30. In.: GRIJÓ, Luiz Alberto, KUHN, Fábio, GUAZZELLI, César A. Barcellos, NEUMANN, Eduardo Santos (org.). *Capítulos de história do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2004, p. 291-320.

LAYTANO, Dante de. *Manual de fontes bibliográficas para o estudo da história geral do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Gabinete de Pesquisa de História do Rio Grande do Sul/IFCH/UFRGS, 1979.

LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista do Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2000.

MACIEL, Maria Eunice. A atualização do passado. In: RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti, FÉLIX, Loiva Otero (org.). *RS: 200 anos definindo espaços na história nacional*. Passo Fundo, UPF, 2002, p. 191-205.

NEDEL, Leticia Borges. *Um passado novo para uma história em crise: regionalismo e folcloristas no Rio Grande do Sul (1948-1965)*. Brasília, tese de doutorado no PPG em História da UnB, 2005.

OLIVEN, Ruben George. O movimento tradicionalista gaúcho. In: *Revista brasileira de Ciências Sociais*, ano 6, n. 15, fevereiro de 1991.

REVEL, Jacques (org.). *Jogos de escala: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro, FGV, 1998

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *A institucionalização da formação superior em história: o curso de Geografia e História da UPA/URGS – 1943 a 1950*. Porto Alegre, dissertação de mestrado (PPG em História da UFRGS), 2002.

**La Tierra y el Mar en la “Imaginación Nacionalitaria”
del Reciente Ensayo Latinoamericano**

Claudio Maíz

Doctor en Letras por la Universidad Nacional de Cuyo; posdoctorado en el Instituto de Estudios Avanzados de la Universidad de Santiago de Chile; Profesor Titular Efectivo de la Universidad Nacional de Cuyo; Investigador Independiente del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas de la República Argentina (CONICET); Director de los Cuadernos del CILHA. Revista del Centro Interdisciplinario de Literatura Hispanoamericana; Secretario Ejecutivo del Instituto de Integración Latinoamericana de la Universidad Nacional de Cuyo; profesor invitado por la Universidad de Concepción (Chile), Universidad de Santiago de Chile, Universidad de Cuenca (Ecuador), Universidad Andina Simón Bolívar (Ecuador), Arizona State University (Estados Unidos), Center for Latina America and The Caribbean, University of The West Indies (Trinidad y Tobago), del Instituto Iberoamericano de la Universidad de Salamanca (España); de la Universidad Libre de Bruselas (Bélgica); investigador visitante del Instituto Ibero-Americano de Berlín (Alemania), ha publicado “El ensayo: entre género y discurso. Debate sobre el origen y funciones en Hispanoamérica” (2003), “Imperialismo y cultura de la resistencia. Los ensayos de Manuel Ugarte” (2003), “De París a Salamanca. Trayectorias de la modernidad hispanoamericana” (2004), Constelaciones unamunianas. Enlaces entre España y América, 1898-1920. (2009) Unir lo diverso. Problemas y desafíos de la integración latinoamericana (2010), La creación de grandes espacios (2010), El ensayo latinoamericano. Revisiones, balances y proyecciones de un género fundacional (2011).

La Tierra y el Mar en la “Imaginación Nacionalitaria” del Reciente Ensayo Latinoamericano

Claudio Maíz

I. La Tierra y los “Geosímbolos”

¿Cómo se conforma la imagen de nación? ¿Mediante qué sistemas simbólicos los individuos comienzan a percibirse como pertenecientes a territorios que jamás aprehenderán en su totalidad? ¿Cuáles son las funciones que ejecutan los discursos, por ahora poco importan si son historiográficos, literarios, científicos, periodísticos o icónicos? ¿Cómo se procesan los modos de visualización extranjera sobre los territorios considerados propios y con los cuales el individuo se identifica? Algunos de estos interrogantes se podrían responder desde la perspectiva que ofrecen “los modos de visualidad”. Como explica Martha Penhos, se trata de mecanismos que incluyen elementos históricos y culturales intervinientes en el acto de ver, seleccionar y recortar. (PENHOS, 2005, p. 15) Si bien esta traza se orienta al conocimiento como una manera de dominio, área de estudio transitada por Antonello Gerbi (1993), Tzvetan Todorov (1991), Mary Louis Pratt (1997), Edward Said (2004), entre muchos otros, el desmontaje de los procedimientos de las representaciones como método resulta de gran utilidad para nuestros propósitos. Ahora bien, el escueto abanico de preguntas inicial apenas se asoma a un hecho de gran envergadura: la historia de los dos últimos siglos en occidente es la historia de las naciones. En tal sentido, la capacidad mitopoietica, que subyace en los ‘modos de visualidad’, dio extraordinarios resultados durante el siglo XIX en América Latina, a punto tal de producir un conjunto de tópicos visuales y discursivos capaces de contribuir a la cohesión

comunitaria en torno a ellos. La vida individual se trama con el relato omnicomprendivo que da sustento a la nacionalidad. Pérez Vejo ha introducido una interesante noción para aquellos tiempos, cual es, “se territorializa la historia”. En consecuencia, este historiador arguye que las respuestas a la manera como tratar los componentes de la nacionalidad es prioritario buscar nuevas fuentes “que nos permita ver la forma en que se territorializó la historia hasta convertirse en un relato coherente de cada una de las comunidades nacionales” (PERÉZ TREJO, 2003, p. 300) La conjunción entre nación e historia, por una parte, es promovido por el poder político estatal mientras que la exaltación de la naturaleza, el territorio y la imaginación, por el otro, es obra del romanticismo. (PALTI, 2009) Claro está que ni la “historia es territorio” ni la nación sólo relato. Sin embargo, no es posible negar la importancia de los “sistemas celebratorios”, que junto con los “modos de visualidad” vienen a dar cuerpo a la nación. Fernando Ainsa ha indicado que dichos sistemas llevan a cabo una labor edificante de la identidad nacional que se está forjando. El sistema es un conjunto de rituales que envuelve conmemoraciones, aniversarios, monumentos públicos, libros de texto, imágenes de arte (el paisajismo como veremos) y otros soportes sobre los que se asientan las representaciones de la nacionalidad. (AINSA, 2004, p. 9) A ello Ainsa agrega un “sistema de lugares o topos”, en virtud de que la geografía “depende muchas veces de la historia o, simplemente, no puede ignorarla.” (Id., 2006, p. 222) Del entrecruzamiento histórico y espacial emerge la identidad: de la historia, el sujeto toma los modelos heroicos que diseñan la nacionalidad, del lugar o la geografía, “la autopercepción de la territorialidad y del espacio personal”. (Id., 2004 p. 22)

Así, aparece clara la fecundidad de los enlaces entre historia, naturaleza y ‘modos de visualidad’ para describir los núcleos representativos de la nacionalidad en los textos ensayísticos hispanoamericanos, uno de los propósitos de este trabajo. Sin embargo esta metodología tiene quizás alcances mayores, como el de establecer una tipología de las representaciones e imágenes, que no quedarían en la superficie de su significación sino que nos conducen a percepciones de mayor profundidad sobre las identidades, ya no solamente nacionales sino continentales. También ayudarían a dirimir la complejidad de nuestro imaginario en cuanto a la heterogeneidad que lo compone. Desde luego que ello incluye tanto los restos de las percepciones de los pueblos originarios como de las novedades aportadas por los europeos y africanos. En virtud de lo cual cabe aquí el ejemplo que nos trae el ensayista Germán Arciniegas (1900-1999) sobre el Caribe, aportando una visión muy singular y estimulante para la reflexión. En efecto, el Caribe representó el escenario donde se desarrollaron las mayores gestas durante el siglo XVI, adquiriendo un verdadero carácter de epopeya, en la que la primera avanzada europea de entonces tuvo un papel central. Sin

embargo en tierra firme y a diferencia de los europeos, las concepciones espacio-temporales entre los pueblos originarios eran completamente diferentes:

Para los griegos, cartagineses y romanos –continúa Arciniegas- todo fue el mar. Para aztecas, incas o chibchas, la montaña. Ninguna de nuestras grandes naciones ha tenido un puerto, no ha conocido una flota, los ojos de sus reyes no se han ido en miradas soñadoras tras un trazo volador. Adentro, las tierras, eran suaves, fértiles y acogedoras. La costa del Caribe, ardiente, huracanada. En meseta había que peinar los campos para que rindieran los cereales: nació y prosperó la agricultura. Abajo, en las islas bastaba, para vivir, tirar los anzuelos del mar, coger la fruta del árbol, encender las hojas de tabaco.(ARCINIEGAS, 1973, p. 21)

La síntesis que el ensayista colombiano encuentra para tan diferentes culturas es la de “montaña” de un lado y “mar” del otro. Tiempo después otro ensayista, esta vez mexicano, Ignacio Padilla dirá refiriéndose a la inclinación terrestre y no marítima de América Latina: “Durante años, historiadores, antropólogos y sociólogos se han dado de bruces contra ese museo de agua, y al cabo han optado por no penetrarlo.” (PADILLA, 2010, p. 14) Esta contraposición mar-tierra echa las bases futuras de la identidad novohispana y pos-independentista. Para los tiempos de las Independencias, la historia no fue el factor unitivo, ese tiempo vendría después cuando se llevara a cabo la selección de los hechos a celebrarse, la edificación de los héroes o la remisión a una historia remota de los antepasados indígenas. La verdadera argamasa debe buscarse en los “geosímbolos”, noción en la que el territorio cobra una trascendente significación en virtud de que define la otredad.

Como es fácil percatarse, agua y tierra son parte de los cuatro elementos ancestrales que se completan con el fuego y el aire. Si admitimos el carácter matricial, raigal que poseen estos elementos podremos decir que ninguno como la tierra influye sobre el hombre, puesto que su medio natural, obviamente, es la tierra y no el mar, el aire o el fuego. La definición de estos elementos se la debemos a la cultura antigua (desde Tales de Mileto y los pensadores presocráticos). Aun admitiendo la formidable superación que estos básicos elementos han sufrido a través del tiempo, continúan emanando simbólicamente vinculaciones con ellos. De los dos que más nos interesan: el agua y la tierra. El primero es considerado como fuente de fecundación de la tierra y de sus habitantes pero también como una exposición a los peligros de la vida, se trata de lo que el mito simboliza con los monstruos que surgen de las profundidades. En cuanto a la tierra, es asimilada a la madre, la tierra es un símbolo de fecundidad y de regeneración. Cría a todos los seres, los alimenta y luego de ellos recibe de nuevo el germen fecundo. (CHEVALLER, 1986)

2. “Paisajes Patrios”: Visualización Política del Espacio

Alexandra Kennedy ha estudiado los “paisajes patrios” en el Ecuador, un concepto más constreñido aún que el de “geosímbolos”, por cuanto establece una conexión entre el paisaje y la referencia paisajística propicia para la identificación nacional. Para Kennedy, la sierra ecuatoriana configuró un “escenario de una historia” en el que actuaron diacrónica o sincrónicamente los grupos preincaicos, incas y europeos desde el siglo XVI. Sin embargo el escenario se ve alterado con la introducción de la idea del “progreso” durante el siglo XIX, en virtud de que se podía crear “literal y utópicamente” las selvas tropicales o “recrear” la cuenca del Río Guayas en tanto “nuevos espacios” claves para la constitución de la nación. (KENNEDY. 2008, p. 83) Si la historia no vinculaba, la Naturaleza, en cambio, “podía ser el factor de unidad que afectaba a todos por igual.” (Id. 2008, p. 83) La Naturaleza no presentaba controversias de ahí la percepción de que era una pertenencia de todos y no de pocos. En la Naturaleza estaba la potencial riqueza para el progreso, la ansiosa búsqueda de las élites ilustradas y liberales del siglo XIX. (Id. 2008, p. 85) A que la Naturaleza fuera valorada como fuente y motor de la riqueza futura contribuyó la ponderación que Humbolt hiciera de ella, mediante una internacionalización de sus virtudes en las obras que escribió. En los textos publicados del Simposio “Humbolt e Hispano-América” (2009), Fank Holl afirma:

Resulta interesante constatar que mientras que las *Vues des Cordillères* pasaban casi desapercibidas tras su publicación en Europa, en Hispanoamérica sentaban las bases de una nueva percepción de su propia historia y paisaje. Por ejemplo, en Ecuador es la obra más citada y apreciada de Humboldt, y sirvió como fuente fundamental para los autores de los primeros libros de geografía e historia del recién constituido Estado, durante la primera mitad del siglo XIX. (HOLL, 209, p. 16)

Es verdaderamente llamativo que alguien como Humbolt que se consideraba el “historiador de América” haya sido al mismo tiempo el “revelador” de la Naturaleza americana y además un apasionado cartógrafo. La valoración internacional de la Naturaleza americana nació ligada a la historia. Semejante al caso de Mauricio Rugendas, a la sazón amigo de Domingo Sarmiento quien escribió del pintor: “/.../ un historiador más bien que un paisajista; sus cuadros son documentos, en los que se revelan las transformaciones, imperceptibles para otro que él, /.../ Humbolt con la pluma y Rugendas con el lápiz, son los dos europeos que mas (sic) a lo vivo han descrito la América.” (SARMIENTO, 1996, p. 73-74) Ambos alemanes resultan especiales representantes de los “modos de

visualidad". Ahora bien, volviendo al ejemplo ecuatoriano que estudia Kennedy, los geosímbolos mundialmente reconocidos y por tanto elementos locales de identidad eran: EL Chimborazo, El Cotopaxi y el Río Amazonas, dos volcanes y un río. Nada más lejos de la discordia y el conflicto social, la ponderación de la Naturaleza reduce a proporciones insignificantes o torna invisibles a quienes habitan en ella. Pero no todo es bonanza: de la Arcadia al Infierno se pasa variando el punto de mira. Así por ejemplo en las primeras décadas del siglo XX, el argentino Manuel Ugarte introduce variantes en los modos de visualidad que seguimos. En un largo viaje que realiza por América Latina pone en primer plano la dimensión social y política del continente. (MAÍZ, 2010) No deja de reconocer la magnificencia de la naturaleza que ha dotado al hombre de todo lo que necesita para la felicidad, pero especialmente en América Central se ha reservado "lo más fastuoso y lo más inverosímil". Todo se combina de "la mano de Dios" para constituir "verdaderos paraísos de leyenda", especie de "retiro encantado de serena abundancia y reposo espiritual". Sin embargo, nada es lo que parece, y la denuncia no se hace esperar, puesto que "ninguna región en el mundo ha presenciado una orgía mayor de actos de violencia y exterminio", "ninguna se ha visto agrietada por más vicisitudes". En la mirada de Ugarte, la Naturaleza se vuelve agresiva y envenena las almas de los hombres "para dar alas a la tragedia en el seno mismo del paraíso." (UGARTE, 1923, p. 114)

Si bien la mirada reseñada se ubica en las primeras décadas del siglo XX, en la que se combina la naturaleza con la denuncia social y política, la imagen devastadora de la naturaleza ya no en "las almas de los hombres" -como diría Ugarte- sino como fuerza descontrolada, proviene desde la Ilustración y más intensamente durante el Romanticismo. La pintura se hizo eco de esta dimensión de la naturaleza, tal como lo ha estudiado Esperanza Guillén en los períodos aludidos:

El arte se hace eco de momentos dramáticos de devastación como las erupciones volcánicas, las inundaciones, las avalanchas de nieve o las tempestades marinas, lo que si por un lado sirve para excitar la sentimentalidad elegiaca y actúa como acicate para reflexiones pesimistas e incluso escatológicas sobre la fugacidad de la vida humana, por otra constituye un reflejo de cómo el orden que rige el cosmos encierra lo que, dentro de ese orden, puede llegar a convertirse en caos para el hombre y conducir la experiencia personal hasta los límites de su capacidad de resistencia." (GUILLÉN, 2004, p. 9)

Ciertos ensayos recientes se detienen de manera explícita, implícita o sesgada en la espacialidad latinoamericana. Desde luego que algunas nociones se motivan en los efectos que el impacto de la globalización o mundialización de la economía y el sistema financiero vienen produciendo en el pensamiento latinoamericano, alterando incluso la idea de América Latina y en ciertos casos la exis-

tencia misma de ella, no como una realidad, desde luego, sino como un concepto.

Así las cosas, el tema del territorio no es nuevo, ya que el espacio ha sido una preocupación de larguísima data. Sin exagerar se podría decir que desde el tratado de Tordesillas (1494) hasta nuestros días. No obstante ello, merece la pena atender estos flujos y reflujos conceptuales que el discurso ensayístico ha ido generando desde el periodo de la independencia hasta ahora, ya que como dice el Ignacio Padilla la literatura por su carácter más “aguerrido” suele ser tomada “para comprender ciertos fenómenos históricos y sociales” (PADILLA, 2010, p. 14) Aunque a su juicio, esta vez no haya podido resolver el problema que a él le preocupa: la relación de América con el mar, para decirlo muy sintéticamente. Por ahora, conviene destacar ese carácter cognitivo atribuido a la literatura para captar ciertos fenómenos, por un lado, pero también y en cierto modo, su valor epistemológico, por otro. No por nada Benedict Anderson puso la imaginación como parte constitutiva de la nación al definirla como “una comunidad política imaginada como inherentemente limitada y soberana”. Pueden o no compartirse la intensidad de estos atributos de la literatura en general, pero donde no es posible dudar en cuanto a ellos es en el discurso ensayístico. Paulatinamente y no sin reticencias serias, el ensayo es un género que va siendo recuperado para pensar problemas densos de la realidad americana. Sociólogos, historiadores, escritores descubren en el ensayo herramientas más flexibles para desentrañar aspectos de la realidad en crisis. Género crítico (Theodor Adorno), de la sospecha (Ricardo Forster), moral (Liliana Weinberg) son algunos de sus más notorios rasgos. Tal es la razón por la cual parece atinado prestar atención a lo que dicen con relación a Nación, nacionalidad y nuevas identidades. La relación escritura, territorio, nacionalidad, se ha dicho, compone un núcleo de reflexión teórica poscolonial de extrema problematización. En las primeras décadas del siglo XX, sin embargo, esa relación estaba completamente naturalizada. Tal como se observa en este pasaje de Manuel Ugarte:

Para poseer verdaderamente un territorio, no basta imponerle límites y clavar una bandera. Es indispensable ante todo traer a la superficie las posibilidades de realización que duermen dentro de él; y después de dignificarlo, enriquecerlo y fecundarlo con la inteligencia, darle por fin una fisonomía, imponerle un alma y transformarlo en una especie de ser viviente. *La tierra, como el papel, sólo vale por lo que escribimos encima.* (UGARTE, s/a, p. 17)

Lo que más se aprecia de la relación señalada es la sintaxis compuesta por la “tierra”, el “papel”, que podría verse sin mucho esfuerzo como la literatura y lo “escrito acerca de la tierra”. Estos dos componentes, bases del realismo latinoamericano, se tornan problemáticos en la medida en que se admiten sin reparos, como si el relato acerca del territorio diera materialidad o hiciera realidad

al territorio mismo. Esta sintaxis, diríamos moderna, tuvo una larga vigencia en disciplinas como las relaciones internacionales o la geopolítica. Las ciencias sociales, las humanidades, en su giro posmoderno, han puesto en cuestión la secuencia de territorio-literatura-relato.

3. El Primer Republicanismo y la Organización de la Nación

El ensayo de Rafael Rojas, *Las repúblicas de aire. Utopía y desencanto en la revolución de Hispanoamérica* (2010) es histórico-político y se ocupa del republicanismo hispanoamericano. El autor destaca en su argumentación que los próceres de las independencias hispanoamericanas (como Francisco Miranda, José de San Martín, José Artigas, Bernardo O'Higgins, Miguel Hidalgo y otros) no participaron en la hechura de las nuevas repúblicas. Hacia 1820-1830 o estaban muertos o en el exilio. Por el contrario varios republicanos que tuvieron un papel en los movimientos separatistas o en los intentos reformistas del liberalismo gaditano, luego de la emancipación, se sumergieron en la elaboración de las constituciones y se incorporaron a gobiernos nacionales o locales hispanoamericanos. Esta es la lista que Rojas da: los caraqueños Simón Bolívar (1783-1830) y Andrés Bello (1781-1865), los mexicanos fray Servando Teresa de Mier (1763-1827) Lorenzo Zabala (1788-1836), los cubanos Félix Varela (1788-1853) y José María Heredia (1803-1839), el peruano Lorenzo de Vidaurre (1773-1841) y el guayaquileño Vicente Rocafuerte (1783-1847). Todos ellos pertenecen a la fase del "diseño constitucional" que se distingue de la del liberalismo romántico (1830-1868), de acuerdo a Juan Marichal. Rojas.(ROJAS, 2010, p. 10) El ensayista mexicano se ocupa, entonces, de diversas aristas del primer republicanismo a través de varios tópicos: el discurso sobre la comunidad antes de los nacionalismos, la escritura y la enseñanza de la historia, las relaciones entre literatura y política, la función comunicadora de ciudades portuarias como Filadelfia y Nueva Orleans, entre otros. Rojas resume este conjunto de dilemas en tres ejes: revolución y república, exilio y traducción y utopía y desencanto. (ROAS, 2010, p. 10)

Nuestro autor trabaja sobre la distinción entre el primer republicanismo y el conservadurismo liberal romántico. Para los primeros, la constatación de una heterogeneidad étnica, regional, económica y cultural no constituyó un obstáculo y por lo tanto no propició el enfrentamiento contra el clero, el ejército o los cabildos, tal como sí lo hicieron los liberales. A estos se debe la creación de las historias nacionales y el aprovechamiento en una genealogía *nacional* de los primeros y más renombrados republicanos. Semejante relato iba en sentido contrario de las ideas de aquellos letrados y estadistas (Bolívar, Bello Rocafuerte, Vidaurre, Mier, Zabala, Varela y Heredia) ya que fueron americanistas. "La

idea de la región –escribe Rojas– no estaba asociada a nociones de identidad cultural, religiosa o étnica, como las difundirían el romanticismo y positivismo en la segunda mitad del siglo. De ahí que lo americano, para ellos, no estuviera adjetivado por lo “latino” o lo “hispano”. Rojas recupera o configura una idea continental del republicanismo, que había sido constreñida a los espacios nacionales dentro de las particulares genealogías que se crearon.

Asimismo Rojas relee a estos primeros republicanos para intentar despojarlos de las “capas interpretativas” que pesan sobre ellos. En diversos periodos estos republicanos han sido leídos y reciclados de acuerdo a necesidades presentes. Entre otras lecturas, se pueden consignar aquellas que ven en algunos de ellos –Bolívar, Martí– los fundadores del antiimperialismo latinoamericano o de un nacionalismo continental. Por otro lado, varios de estos republicanos vivieron en el exilio: Londres, Filadelfia o Nueva Orleans y llevaron a cabo una labor de traducción muy importante. Gracias a varios de ellos (Mier, Torres, Rocafuerte, Vidaurre, Varela) que coincidieron en alguna estancia en Londres o Estados Unidos, principalmente, conformando colonias de exiliados hispanoamericanos. En Filadelfia hacia los años 1820, en Nueva Orleans durante los 1840 y 1850. Desde estos lugares, llevaron adelante una importante labor de traducción de los textos republicanos y federalistas del inglés al castellano y del castellano al inglés. Los destinos de estas traducciones: La Habana, Veracruz, Buenos Aires y otros puertos hispanoamericanos y alimentó gran parte del ideario político de los actores de la independencia.

La imagen de la nación que Rojas construye se apoya en la tensión entre esperanza e ilusión, que lo toma a su vez del ensayo de Claudio Magris “Utopía y desencanto”. Escribe allí el ensayista italiano:

El río de la Historia arrastra y sumerge a las pequeñas historias individuales, la ola del olvido las borra de la memoria del mundo; escribir significa también caminar a lo largo del río, remontar la corriente; *repescar existencias naufragadas*, encontrar pecios enredados en las orillas y embarcarlos en una precaria arca de Noé de papel. (MAGRIS, 2001, p. 12)

En su ensayo, Rojas se remonta hacia el pasado para recuperar y reinterpretar hombres y episodios que fueron despojados del contexto americano y sometidos a las genealogías nacionales. Los impulsores de un americanismo continental, como Rocafuerte y Heredia comprendieron hacia 1830 que el republicanismo errante había tocado a su fin y que las políticas nacionales los demandaban. (ROJAS, 2010, p. 71)

4. De Espaldas al Mar

El ensayo de Rafael Rojas recupera una idea federativa de América Latina en clave utópica que impregnó al primer republicanismo. Sin embargo, la tensión existente entre los ideales y la realidad dispar, incomunicada y ganada por los intereses locales trajeron consigo el desencanto. Esta tensión histórica todavía continúa provocando descargas en la realidad latinoamericana actual. Hay otro aspecto que queremos destacar de este ensayo para poder vincularlo con otros más o menos contemporáneos. Por ejemplo, la contraposición existente entre tierra y mar. Rojas ha vuelto a poner en circulación esa contraposición precisamente siguiendo las viejas consideraciones de Carl Schmitt. Rojas retoma aquello que Schmitt estableció como principios diferenciadores de las grandes potencias colonizadoras, esto es, que las de los siglos XV y XVI, como España y Portugal, se especializaron en conquista de grandes extensiones de tierra y dando lugar a culturas telúricas o continentales, mientras que potencias como Francia, Holanda y principalmente Inglaterra se concentraron en el dominio marítimo y autoridad en las costas, promoviendo culturas de litoral. Escritores considerados voces del colonialismo británico, como Joseph Conrad, concebían el mar no como un elemento sino como un escenario. Las derivaciones que estas diferencias poseen no han sido profundizadas en su totalidad, ya que la distinción entre latinos y sajones, tan propio del arielismo (RODÓ, 1900) no toma en cuenta esta variable centrípeta latinoamericana, que sí lo hizo Fray Servando Teresa de Mier en el siglo XIX.: el escaso desarrollo portuario en México, por caso, frente a la revolución espacial española centrada en tierra firme y de esa disparidad buscar las explicaciones a la gravitación de las provincias sobre la ciudad de México. (ROJAS, 2010, p. 324) Claro que el ejemplo puede resultar válido para México pero no es expandible a todas las capitales, menos a Buenos Aires y su puerto.

Con todo, como hemos podido ver con anterioridad la supremacía de lo territorial por sobre lo marítimo encontró en América una predisposición especial entre los pobladores originarios, alejados completamente de todo interés por el mar y las potencialidades que su recorrido prometía, como ya se ha dicho. Cabría agregar entonces que al carácter telúrico de los habitantes originarios se sobreimprime este fuerte interés territorial de las potencias conquistadoras como España y Portugal. Una de las vertientes del telurismo latinoamericano debe buscarse en esta genealogía de la tierra desde los tiempos de la conquista. Esta mirada se condice con una crítica de las fronteras que Fernando Ainsa realiza en su ensayo *Del topos al logos*. Efectivamente, aunque el elemento natural genera en ocasiones diversidades (un río, un lago, una cordillera), nada más eficaz para la profundización divisoria que la frontera política. La demarcación política generadora de diferencias llega al extremo de seccionar antiguas regiones, en ciertos casos, nada más que en pequeños países:

Hay un ejemplo flagrante –dice Ainsa– en el área de la antigua civilización maya, geográfica y culturalmente única, hoy atravesada por las fronteras de tres países: México, Honduras y Guatemala. Paradójicamente, el que fuera un espacio común en el apogeo histórico de los mayas está hoy parcialmente incomunicado entre sí. Lo mismo sucede con el área cultura aymará, repartida entre el norte de Chile, el oeste de Bolivia y el sur del Perú. (Ainsa, *Del topos al logos*, p. 221)

Por otra parte, uno de los ensayos que con más especificidad ha trabajado la relación problemática entre mar y tierra firme ha sido el de Ignacio Padilla, *La isla de las tribus perdidas. La incógnita del mar latinoamericano* (2010). Es verdad que el ensayo no se atiene al análisis de los tópicos de la nación y las discusiones en su entorno, sin embargo, la imagen que Padilla nos devuelve habla a las claras sobre “el ser latinoamericano”, que es otra forma de referirse a la nacionalidad. La tesis de Padilla se desgrana en cinco ideas que él mismo expone en la introducción: 1) disenso del latinoamericano con el mundo natural, 2) su cultura del obstáculo, 3) su propensión al aislamiento, 4) su inclinación a la deriva, 5) su vocación de náufrago. (PADILLA, 2010, p. 22)

De acuerdo con nuestros propósitos nos interesan dos de las ideas desplegadas por Padilla: la indisposición del hombre latinoamericano con el mundo natural y su vocación de naufragio. En cuanto a la primera, el ensayista mexicano afirma que todavía América latina está inmersa en una “visión animista del mundo”, que dota a la naturaleza, por lo tanto, de una voluntad hostil. Enemistados con ella, seríamos incapaces de domesticarla: “Es la naturaleza, con sus huracanes y su ira incontrolable, la que somete al hombre. El puente, la presa, el canal y el barco mismo son, en nuestro caso, armas defensivas e insuficientes.” (PADILLA, 2010, p. 22) Estas construcciones en otras culturas resultan instrumentos para, dice Padilla, “combatir y vencer el agua”, en la nuestra son apenas débiles defensas contra el clima. La imagen de una identidad forjada a la vera del dominio de la naturaleza, especialmente, el agua, puede confrontarse con la que imagina Claudio Campagna en su ensayo *Diario del hombre que piensa el agua* (2010). El ensayista, médico y biólogo a la vez, parece invertir los términos de nuestra relación con el agua, que bien podría extenderse a la naturaleza, en virtud de que la “crisis del agua” es parte de la crisis y no del agua. Campagna aborda el “agua como crisis y como dato”, pero la trata “como crisis del hombre porque, en el fondo, la crisis no es del agua.” Y agrega: “La crisis existe como crisis por decisión y el agua no decide. Quiero decir que la crisis del agua no es indiscutible como la muerte, es debatible como el suicidio.” (Id., 2010, p. 10) Procura ampliar nuestra visión del agua al concebirla como “ambiente” lo cual es “esencialmente mayor al agua como ambiente humano.” ¿Por qué el autor ha elegido el ensayo para discurrir sobre el agua? A su entender, “las especies que

viven del agua no se prestan a la novela, y pocas son de utilidad para la poesía.” (Id., 2010, p. 12) La justificación puede ser discutible, pero no la elección. El ensayo es el género que más se adapta para el tratamiento de la utopía y ocuparse del agua como ambiente lo es. Sin embargo, ella no puede derivar, según sus palabras, en optimismo o pesimismo, porque de hacerlo se está esperando un sermón. (Ibid.) No obstante, en una acción metaforizante, Campagna concibe al agua “como espejo del individuo, la sociedad”. Por eso casi con pesar admite que la decisión de ningún hombre en particular puede hacer algo definitivo para remediar la crisis del agua como ambiente, por desgracia: “Solo hay humanos –escribe que viven con el agua sin saberlo. Otros creen que saben lo que el agua nunca en realidad ha aprobado. Este libro es un intento de develar secretos.” (Id., 2010, p. 13)

Como es posible observar, el contraste es muy marcado, ¿es o no animista nuestra idea sobre la naturaleza? Para Campagna en todo caso es desaprensiva, por lo menos en lo que concierne a la Argentina. De manera rotunda describe la relación del argentino con la naturaleza: “Dios creó al hombre, el agua y la vaca. Allí termina la lista argentina del Génesis para la biodiversidad.” (Id., 2010, p. 44) Una visión utópica, como se dijo, por un lado, y otra apocalíptica, como la que nos devuelve Padilla cuando compara el continente latinoamericano con el infierno, pues “está franqueado -escribe Padilla- por aguas a las que es preciso vencer si se desea llegar a una nueva vida: el balseiro cubano y el emigrante centroamericano huyen de sus naciones a riesgo de ahogarse en su camino al sueño americano.” (PADILLA, 2010, p. 23)

La segunda idea de Padilla que nos importa subrayar es la de la vocación al naufragio del hombre latinoamericano. Sus naufragios no pueden verse únicamente en sentido marítimo, que los hubo y en gran cantidad, sino también Padilla recalca los naufragios en las megalópolis, es decir, el hombre latinoamericano a la deriva en el “océano monstruoso de hormigón que devora al habitante del siglo XXI como antes lo habrían hecho los mares y los ríos y las tormentas.” (Id., 2010, p. 30) El pesimismo de Padilla, como el de una generación mexicana a la que también pertenece un escritor como Jorge Volpi quien escribió *El insomnio de Bolívar* (2009), lo lleva a concebir a América Latina como un lugar aislado y sin mucho destino: “Hoy más que nunca resulta elocuente y adecuado hablar del naufragio latinoamericano, pues nunca antes llegamos a creer que habíamos conseguido sortear las corrientes de la historia y, más aún, vencer nuestras ancestrales diferencias.” Esta presunción del fracaso nos remite al ensayo de Rojas, quien toma las expresiones de Bolívar “repúblicas aéreas” y la Mier “naciones de veleta”, aunque no signifiquen lo mismo aluden a otro de los elementos: el aire, es decir el vacío, la ausencia, la oquedad.

Para concluir, el debate sobre la nación o la nación como debate son dos composiciones críticas diferentes. El primero reúne el corpus teórico compuesto

–sucintamente– por orientaciones sintetizadas en constructivistas y esencialistas, mientras que el segundo, la constatación de que la nación puede ser objeto de controversias y por tanto de estudio en la medida en que su ciclo ha llegado a su fin. Las imágenes de la nación que reflejan los ensayos más recientes se ubican en la perspectiva, dicho esto en términos generales, de la finalización del ciclo de la nacionalidad tal como se la entendió en la Ilustración, el Romanticismo, en el primer republicanismo del siglo XIX (Bolívar, Bello, etc.) o gran parte del siglo XX. La finitud de una manera particular de congregar comunidades, como ha sido la nación, deja a la deriva, en el aire, en un constante naufragio, en suma, en la insularidad a los latinoamericanos que procuran descubrir otros sentidos de la religación. Del soplo pesimista de estos ensayos recientes es probable que salgan las nuevas respuestas.

Referencias

AINSA, Fernando. Construcción y demolición de los sistemas celebratorios de América Latina. En: CHIBÁN, Alicia. *El Archivo de la Independencia y la Ficción Contemporánea*. Salta: Universidad Nacional de Salta, 2004.

AÍNSA, Fernando. *Del topos al logos*. Propuestas de geopoética. Madrid: Iberoamericana, 2006.

ARCINIEGAS, Germán. *Biografía del Caribe*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 1973.

BONNEMAISON, Joel. La géographie culturelle. París: Editions du CTHS, 2000, apud Enrique Rajchenberg S. Catherine Héau-Lambert. *La frontera en la comunidad imaginada del siglo XIX*. Frontera Norte, Vol. 19, Núm. 38, Julio-Diciembre, 2007.

CAMPAGNA, Claudio. *Diario del hombre que piensa el agua*. Buenos Aire: Del Nuevo Extremo, 2010.

Carta Rio-Janeiro, 20 de febrero de 1846. En: SARMIENTO, Domingo Faustino. Viajes. Edición Crítica Javier Fernández (coord.). Madrid: ALLLCA XX, 1996.

CHEVALLER, Lean, GHEEBRANT, Alain. *Diccionario De Los Símbolos*. Barcelona: Editorial Herder. 1986.

ETTE, Omar. Entre mundos - vías de Alexander von Humboldt hacia la conciencia universal. En: Humboldt e Hispano-América Pasado, Presente y Futuro Humboldt und Hispano-Amerika Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft. Hg. von Frank Holl, Eberhard Knobloch, Ottmar Ette. Vol. 1, *HiN X*, 19, 2009.

GERBI, Antonello. *La disputa por el Nuevo Mundo*. Historia de una polémica, 1750-1900. 1º ed. En italiano 1955. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

GUILLÉN, Esperanza. *Naufragio*. Imágenes románticas de la desesperación. Madrid: Ediciones Siruela, 2004.

HOLL, Frank. Prefacio. En: Humboldt e Hispano-América Pasado, Presente y Futuro Humboldt und Hispano-Amerika Vergangenheit, Gegenwart und Zukunft. Hg. von Frank Holl, Eberhard Knobloch, Ottmar Ette. Vol. 1, *HiN X*, 19, 2009.

KENNEDY TROYA, Alexandra. Paisajes Patrios. Arte y la literatura ecuatorianos de los siglos XIX y XX. En: TROYA, Alexandra Kennedy (coord.). *Escenarios para una patria: paisajismo ecuatoriano (1850-1930)*. Serie documentos 12, Quito: Museo de la Ciudad, 2008.

MAGRIS, Claudio. *Utopía y desencanto*. Historias, esperanzas e ilusiones de la modernidad. Trad. J. A. González Sainz. Barcelona: Anagrama, 2001.

MAÍZ, Claudio, Ensayo, viaje y memoria. Lectura de El destino de un continente (1923) de Manuel Ugarte. En: WEINBERG, Liliana. *Estrategias del pensar*. Ensayo y prosa de ideas en el Siglo XX. vol. I, México, UNAM, 2010.

PADILLA, Ignacio. *La isla de las tribus perdidas*. La incógnita del mar latinoamericano. Buenos Aires: Debate, 2010.

PALTI, Elías José. *El momento romántico*. Nación, historia y lenguajes políticos en la Argentina del siglo XIX. Buenos Aires: EUDEBA, 2009.

PENHOS, Marta. *Ver, conocer, dominar*. Imágenes de Sudamérica a fines del siglo XVIII. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005.

PÉREZ VEJO, Tomás. *La construcción de las naciones como problema historiográfico: el caso del mundo hispánico*. Historia Mexicana, LIII: 2, 2003.

PRATT, Mary Louis. *Ojos imperiales*. Literatura de viajes y transculturación. 1 edición en inglés 1992. Buenos Aires: Universidad de Quilmes, 1996.

ROJAS, Rafael. *Las repúblicas de aire*. Utopía y desencanto en la revolución de Hispanoamérica. Buenos Aires: Taurus, 2010.

SAID, Edward W. *Orientalismo*. 1ª edición 1997. Barcelona: Mondadori, 2004.

SCHMITT, Carl. *Tierra y Mar*. Consideraciones sobre la historia universal. Trad. Rafael Fernández Quintanilla. Madrid: Colección Civitas, 1952, apartado 16.

TODOROV, Tzvetan. *La Conquista de América*. La cuestión del otro. 1ª edición en francés, 1982. México: Siglo XXI, 1992.

UGARTE, Manuel. *El destino de un continente*. Madrid, Mundo Latino, 1923.

UGARTE, Manuel. *Las nuevas tendencias literarias*. Valencia: Sempere, s/a.

VOLPI, Jorge. *El insomnio de Bolívar*. Cuatro consideraciones intempestivas sobre América Latina en el siglo XXI. Buenos Aires: Debate, 2009.

História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional

Susana Bleil de Souza

Pesquisadora do CNPq, Professora de História da América do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Porto Alegre – RS – Brasil. Especialização em História da América Latina: (Certificado concedido pela UFRGS, em 1977). Curso realizado no Institut des Hautes Études de l’Amérique Latine – Université de Paris III, de 1972 a 1974. Doutora em História pela “Université de Paris X – Nanterre” – França. Orientador: Frédéric Mauro. Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS, de 2001 a 2003. Coordenadora de setembro de 2004 a maio de 2011 do Comitê Acadêmico Historia, Regiones y Fronteras da Associação de Universidades Grupo Montevideú (AUGM). Membro do Grupo de Pesquisa da EHESS/CNRS - “Les lisières du Brésil dans le monde ibérique. (XVII - XXe siècle)”. Líder do Grupo de Pesquisa, cadastrado no Diretório do Grupo de Pesquisa do CNPq, “História, Cultura e Relações Internacionais no Prata”.

História e Literatura: a Guerra na Construção do Estado Republicano no Brasil Meridional

Susana Bleil de Souza

O espaço econômico historicamente construído das fronteiras uruguaio-brasileiras favorecia o constante fluxo de bens e capitais e a circulação de homens e mercadorias integravam muito mais do que separavam essas fronteiras políticas e jurídicas. Os seus pontos de soldagem estavam situados em cidades bicéfalas no plano administrativo, mas perfeitamente complementares do ponto de vista econômico. Ao se constituírem em cidades eminentemente comerciais, uma grande parte das relações e dos conflitos desta região se vinculava com a regulação dos intercâmbios econômicos. Esta complementaridade, muito marcada pelo contrabando, facilitado e estimulado pela própria situação fronteiriça era um mecanismo de troca estrutural e histórico, pois as funções comerciais nestas cidades eram o resultado de um fenômeno de compensação mais ou menos visível entre as economias regionais e nacionais diferentes.

A construção do Estado Republicano demandava uma significativa mudança na política fiscal e tarifária em relação às fronteiras meridionais do Brasil. O Império outorgara ao Rio Grande do Sul uma série de concessões em função da posição fronteiriça ocupada pela província. A situação peculiar do Rio Grande do Sul, com sua fronteira aberta e dependente do porto de Montevideú, obrigava o governo central a adotar medidas especiais com relação à Província e que nem sempre eram bem aceitas nas esferas políticas. Este foi o caso da tarifa especial integral, adotada no último ano do Império. Neste contexto, Gaspar Silveira Martins, senador do Império, pelo Rio Grande do Sul, tentava convencer os senadores das necessidades específicas da província e de suas diferenças

em relação ao resto do país e, em consequência, ao aplicar à província meridional o regime fiscal do Brasil, esta continuaria tributária de Montevidéu, pelo contrabando. Só havia, segundo ele, duas medidas que, combinadas, poderiam extinguir o contrabando: a redução dos impostos e a fiscalização na fronteira.

Quanto à economia, durante o século XIX, era hegemônica a metade sul da província – a campanha – primordialmente pecuária-charqueadora: as estatísticas apontavam que, em 1861, cerca de 75% das exportações deviam-se há apenas dois produtos: charque e couros (FONSECA, 1993, p. 23). As charqueadas, bem como as atividades paralelas de exploração dos sebos, graxas e couros, sempre enfrentaram dificuldades de expansão no decorrer tanto do período imperial, quanto na República. O gado de melhor qualidade, as taxas mais baixas para a exportação e um melhor acesso aos portos tornava muito difícil vencer a concorrência com as charqueadas platinas.

O charque era o alimento barato consumido pela população escrava durante o período imperial no Rio de Janeiro, Bahia, Nordeste e Norte e, com a chegada da abolição da escravidão e da República, pela população de baixa renda destas áreas. A localização fronteiriça das estâncias gaúchas, “aliada às operações de custo relativamente elevado das estradas de ferro e das instalações portuárias sul-rio-grandenses” (LOVE, 1975, p.104) fizeram com que o porto de Montevidéu fosse, durante todo o século XIX e as primeiras décadas do XX, o principal entreposto de carne gaúcha destinada às cidades do Nordeste brasileiro¹.

Na última década do Império, na campanha e na fronteira havia outro produto ao lado do charque e que com ele competia nas exportações nacionais e estrangeiras da Província: o couro. Durante o século XIX, o couro foi o segundo produto no valor das exportações estaduais, muitas vezes fazendo concorrência ao charque. Ambos, naquele ano, foram responsáveis por 74,9% do valor das exportações estaduais. Já em 1894, ambos perfaziam um total de 42,2%. É que neste período, os principais produtos da lavoura e da pequena criação como a banha, a farinha de mandioca, o feijão e o fumo perfaziam um total de 32,4% do valor das exportações gaúchas (SINGER, 1977, p.163).

Como já foi anteriormente salientado, no final do período Imperial, o senador Silveira Martins procurava defender os interesses da Campanha Gaúcha visando atender às reclamações dos produtores que recaíam sobre as tarifas de exportações e as dificuldades com o escoamento. A campanha, entretanto, permaneceu a região dominante no Estado durante toda a República Velha, mesmo tendo enfrentado uma “posição de perda econômica relativa” frente ao Norte do Estado (FONSECA, 1977, p.26). A região compreendida pela fronteira e pela campanha concentrava a maior parte do gado bovino e a atividade predominante era a criatória.

Este processo de estagnação da economia da campanha ocorreu concomi-

tantemente com o início do povoamento efetivo do norte do estado e se prolongou durante toda a República Velha. É neste período que o Rio Grande do Sul apareceu com destaque na produção agrícola dentro do cenário nacional e esta produção concentrou-se, principalmente, no norte do Estado. A emigração e a agricultura na pequena propriedade, a colonização e sua progressão geográfica em direção ao oeste e em direção ao planalto levaram o Rio Grande do Sul a ter uma “produção agrícola diversificada, o que foi uma das principais características da economia gaúcha desde o final do Império, prolongando-se tal diversificação por toda a República Velha” (FONSECA, 1977, p. 63).

Durante o século XIX, boa parte das exportações sul-rio-grandenses, principalmente, as da fronteira, eram feitas através do porto de Montevidéu, o que acarretava a descapitalização do Estado. O fato do Rio Grande do Sul ter apenas um porto para o comércio exterior, com uma barra baixa e perigosa deixava a província em desvantagem frente ao porto do país vizinho, nos quais ancoravam navios de maior calado. As facilidades do trânsito, o crédito concedido aos comerciantes e pecuaristas brasileiros pelos negociantes uruguaios e o contrabando realizado pela fronteira terrestre e fluvial faziam da fronteira gaúcha uma área de articulação e interdependência com a economia mercantil e pecuarista do Uruguai (SOUZA, 2007, p.57).

O contrabando, que de longa data se realizava na fronteira, estava ligado, portanto, à atividade de intermediação do porto de Montevidéu. A política tributária uruguaia, de baixos direitos de importação, as facilidades concedidas no depósito de mercadorias em trânsito, o pagamento em ouro dos artigos europeus importados, tudo isto aliado às vantagens naturais do porto de Montevidéu faziam deste o porto introdutor e exportador da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Estas condições possibilitavam às mercadorias chegarem mais baratas nas cidades fronteiriças do que as introduzidos pelos portos de Rio Grande e de Porto Alegre, e no rastro desse comércio legal vinha o contrabando, causa dos constantes conflitos entre as praças comerciais da fronteira e as do litoral². A Fronteira era independente das zonas abastecidas pelos mercados de Rio Grande, de Pelotas e, sobretudo, de Porto Alegre, com a qual ela não mantinha praticamente transações comerciais, e a cisão entre este comércio fronteiriço e o do litoral era muito clara. As constantes críticas que os comerciantes das praças litorâneas faziam aos comerciantes da região da campanha, relacionando-os com o contrabando, era uma prova disto³.

O comércio das praças litorâneas via com hostilidade a fronteira cada vez mais integrada na área platina de livre-comércio. Elas consideravam impossível concorrer com as casas comerciais da fronteira e com Montevidéu por inúmeros problemas, como a difícil entrada da barra do Rio Grande, o que elevava os custos de transporte e dos seguros, além da excessiva sobrecarga fiscal que pesava sobre

a importação nacional. Frente a esta situação, as praças do litoral tentaram sensibilizar o governo central a seu favor reclamando rápidas providências.

Os remédios propostos eram o abaixamento das tarifas, substituindo-as por impostos diretos, a conclusão das estradas de ferro, medida ao mesmo tempo estratégica e necessária ao comércio e modificações na tarifa especial para harmonizá-la com os direitos de importação do Uruguai. As casas importadoras britânicas das praças do litoral estavam quase todas fechadas em função das altas taxas e do comércio ilegal⁴. A solução de conciliação entre tantos interesses em jogo seria a tarifa especial que parecia ser a única forma de atender às peculiaridades da fronteira, mercado pelo qual competiam tanto os comerciantes montevidéanos quanto os do litoral.

A situação peculiar do Rio Grande do Sul, com sua fronteira aberta e dependente do porto de Montevidéu, obrigava o governo central a adotar medidas especiais com relação à Província e que nem sempre eram bem aceitas nas esferas políticas como foi o caso da adoção da tarifa especial integral. Em um veemente discurso, em 1888,⁵ o senador Silveira Martins lembrou a descentralização administrativa e a autonomia dos interesses da província, como fundamentais para regular as concorrências e as necessidades das diversas regiões do país. Sua argumentação tentava convencer os senadores das necessidades específicas da província e de suas diferenças em relação ao resto do país e, em consequência, o regime fiscal do Brasil não podia ser aplicado à província meridional, sem torná-la tributária de Montevidéu, pelo contrabando. O fato do Rio Grande do Sul ter apenas um porto para o comércio exterior, com uma barra baixa e perigosa, que raras vezes permitia a entrada de navios com 16 palmos de calado, deixava a Província em desvantagem frente ao porto do país vizinho, onde ancoravam navios de maior calado. Considerava o parlamentar gaúcho que a fiscalização era necessária, mas não suficiente e que era preciso diminuir o interesse dos contrabandistas através da redução dos impostos, pois para ele, o contrabando era uma lei natural! Uma lei natural argumentava o tribuno rio-grandense, que servia de corretivo às exorbitâncias do fisco!

Na sua posição de mediadores entre os grupos dominantes da província e o poder central, os liberais liderados por Silveira Martins conseguiram a tarifa especial que passou a vigorar a partir de março de 1889. A tarifa especial integral para a província atingia a todos os gêneros de importação e suprimia os impostos de exportação sobre os produtos similares aos das republicas platinas, caso lá eles também fossem isentos. Esta era a forma de resolver um duplo problema para a província: o da concorrência platina no nível da produção e o das ligações econômicas - legais e ilegais da fronteira com Montevidéu. A tarifa especial era apenas uma solução temporária e não resolvia os problemas econômicos da província, centrados na crise que atingia a produção do charque e dos couros.

A baixa qualidade dos artigos produzidos, que não podiam concorrer com os vizinhos platinos, as oscilações de preço do charque, que vinha em decréscimo desde 1888, e a estagnação do desenvolvimento das forças produtivas faziam com que a crise do principal produto de exportação atingisse toda a economia da província sulina. A produção de charque estava em crise e com dificuldades de fazer frente à concorrência platina. A melhor qualidade dos campos, a indústria pecuária mais moderna, capitalizada e com oferta de crédito eram os fatores que influenciavam na melhoria do sistema de criação e aprimoramento de raças. A falta de crédito prejudicava a charqueada gaúcha, que não podia concorrer com os modernos processos utilizados pelos platinos, pois os dispêndios seriam muito grandes em construções, máquinas e pessoal.

Da posição de Silveira Martins, líder do partido que possuía grandes simpatizantes na área da fronteira e de sua situação junto ao governo imperial decorria seu poder de negociação. Por esta razão as medidas de provimento ou de proteção à economia dominante na província (charque e couro) não passavam nem pela forma de barreiras tarifárias protecionistas e nem pelo fechamento militar da fronteira. Ambas muito difíceis de serem aplicadas, pois atingiriam não só propriedades brasileiras no outro lado da fronteira, mas também a importação de gado (sobretudo clandestina) do estado oriental para as charqueadas sul-rio-grandenses.

As mudanças radicais impostas pela República recém-instalada contrariavam os interesses das elites pecuaristas e comerciais da fronteira. As novas medidas tributárias impostas pelo governo central, tendo como aliado o Partido Republicano Rio-Grandense, visavam um maior controle sobre os intercâmbios comerciais realizados na região transfronteiriça bem como intimidar o contrabando. Os grupos da campanha, entretanto, consideravam esta aliança, um ataque a sua autonomia.

No final do século XIX, o Partido Liberal que exercia ampla e histórica dominação com o apoio dos comerciantes fronteiriços, fazendeiros e charqueadores que se constituíam nas principais forças econômicas da província, perdia a liderança para o Partido Republicano que incorporava os setores ligados ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria, muitos deles de origem imigrante, ampliando sua base social composta também pelos setores médios urbanos. A tendência dos pecuaristas ligados ao comércio e ao contrabando da fronteira era ser gasparista⁶. Entretanto, a conciliação pela via política e pela via fiscal não era suficiente para resolver os problemas de natureza econômica e os antagonismos de caráter social, político e ideológico. É justamente o conflito entre a aliança gasparista e as propostas centralizadoras do programa do partido republicano rio-grandense que vai gerar a radicalização política.

No plano econômico, a configuração do positivismo dava-se no intervencionismo governamental, julgado necessário por seus técnicos quando a

iniciativa privada sozinha não era capaz de realizar os empreendimentos necessários (FONSECA, 1977, p.83-93).

Em sua obra sobre a economia e os conflitos políticos ocorridos no Estado sulino, durante a República Velha, Pedro Fonseca (1977, p.83-93) considera que para a elite estadual do Partido Republicano que assumiu o poder “a diversificação econômica era necessária para amenizar as crises do setor pecuário-charqueador”. O plano de diversificação econômica do PRR era considerado viável por seus dirigentes na medida em que a economia gaúcha se afastasse daquele modelo proposto pela facção pecuarista durante o Império, que era o de ser um núcleo especializado dentro da economia nacional. Assim, a autonomia política dos estados estava aliada à autonomia econômica, no entender da elite republicana estadual. A ideia de que a diversificação agrícola regional era necessária para a amenização das crises, bem como a defesa do intervencionismo estatal na economia, eram posições defendidas pelos republicanos.

O PRR, sob a liderança de Júlio de Castilhos, se propunha, segundo a sua visão, a instalar uma ordem progressista e modernizadora. O Partido Republicano realizava um alargamento social de sua base política. Os republicanos estavam preocupados “em cooptar setores do complexo colonial imigrante, principalmente seus elementos enriquecidos: comerciantes, industriais, financistas” (PESAVENTO, 1992, p.42). Considera, ainda, a historiadora que “o PRR mantinha uma ligação vantajosa com o exército, o que foi favorecido pela presença forte do componente ideológico positivista entre os militares” (1992, p.42), da jovem República.

No início da década de 90, o partido republicano insistia em monopolizar o poder. Entretanto, em fevereiro de 1892, Silveira Martins regressou do exílio e reagrupou ao seu redor os antigos liberais criando, em Bagé, o Partido Federalista que apresentava um programa favorável a um regime parlamentar. Por volta de 1892, a autoridade de Júlio de Castilhos, presidente do Estado e chefe do Partido Republicano, era completa e para Joseph Love (1995, p.60) “a máquina castilhista controlava o Executivo, o Legislativo, os governos municipais e a organização policial do Estado.” Mas, segundo Love: “os gasparista tinham apenas sido desalojados e não destruídos e nenhum dos dois lados duvidava” desta situação. Concluía o historiador americano “que uma luta sangrenta estava prestes a acontecer”. A força de oposição ao Partido Republicano estava situada na campanha e tinha o apoio dos pecuaristas ligados ao comércio e ao contrabando fronteiriço.

A insistência do PRR em monopolizar o poder levou as duas facções a um confronto pela posse do aparelho estatal e pela colocação em prática de distintos projetos econômicos e políticos na mais meridional das antigas províncias brasileiras levando, em 1893, a eclosão de uma guerra civil, a mais cruenta e séria das contestações ao modelo republicano dos castilhistas. A chamada Revolução de 1893 foi talvez a guerra civil mais sangrenta da história do Brasil;

ela durou 31 meses, e produziu entre dez a doze mil mortes, numa população que na época tinha cerca de um milhão de pessoas (LOVE 1995, p.77). O conflito estendeu-se até agosto de 1895, quando foi lavrada a Ata Final de Pacificação na cidade de Pelotas. Consolidava-se, a partir do final da guerra civil, o domínio do Partido Republicano no Rio Grande do Sul.

* * *

Em uma tentativa de interpretar este conflito, valemo-nos da literatura, mais precisamente, de um conto de Alcides Maya publicado quase duas décadas depois no qual o autor interpreta esta guerra como o embate entre dois projetos para o futuro da sociedade gaúcha: um de manutenção de uma sociedade tradicional e o outro, de transformação econômica e política, através de uma modernização autoritária.

A partir de um conto deste autor, podemos ingressar em uma corrente de abordagem da História Cultural que, segundo Sandra Pesavento (2004, p.82), nos permite o uso da Literatura pela História, que nesta situação pode operar como fonte. Sendo literatura testemunho de si própria, o que importa para o historiador segundo Pesavento (2004, p. 83) “não é o tempo da narrativa, mas sim o da escrita.” A literatura partindo do autor e de sua época nos dá uma série de pistas sobre o que pensavam os homens deste período. Para examinar melhor um determinado período histórico e os seus problemas, podemos nos valer da literatura que nos permite visualizar o clima de uma época, quais os seus anseios e valores, quais os sentimentos, as sensibilidades, as emoções e os receios que perpassavam pela sociedade de um determinado local e em um determinado tempo do passado. Alcides Maya nasceu em São Gabriel, em 1878. Veio adolescente com a família para Porto Alegre, possivelmente em decorrência da Revolução Federalista iniciada em 1893. Foi, portanto, contemporâneo da guerra civil fratricida que ensanguentou o território da antiga Província de São Pedro até 1895.

Léa Masina, quem melhor examinou a obra de Alcides Maya, em um artigo da Revista do Instituto Estadual do Livro, de 1996, caracterizou este autor como um intelectual na passagem do século, considerando Alcides Maya “o escritor que melhor representa essa fase de transição entre os séculos”. Era um “homem de letras do século XIX, que concentrava em si os papéis de jornalista, político e escritor (...)”, sugerindo “(...) a dinâmica de um pensamento que se desloca do Brasil à Europa” (MASINA, 1996, p.87). Eu diria mais, Alcides Maya representava, também, a transição entre o Império e a República e entre os dois distintos projetos político-econômicos: o da campanha sul rio-grandense, do setor pecuário-charqueador, que predominara no Império e o modelo do Partido Republicano Rio-Grandense, ligado ao desenvolvimento da agricultura, do comércio e da indústria.

Afirma Léa Masina (1996, p.89): “Ao aproximar os leitores brasileiros dos centros cultos da Europa, divulgando, como intermediador cultural, os grandes movimentos de ideias - como a Sociologia Evolucionista de Spencer e o positivismo de Comte -” Maya, conclui a autora também exprimia “a necessidade de reforçar a tradição nacional”. Por esta razão, ele apresenta a visão de uma filosofia cientificista do século XIX, o que explica o seu positivismo ao lado de uma originalidade diferenciadora que vem a ser o seu estilo literário, o barroquismo com o qual descreve a campanha sul-rio-grandense, o cenário exclusivo da sua ficção, como veremos no conto escolhido para entrecruzarmos a Literatura e a História. Com a sua linguagem, Maya expressa “(...) pela grandiloquência do verbo, um sentimento de grandeza ameaçada, de vigor reprimido, sentimentos emanados da violenta convulsão social que fora a Revolução de 1893 para os habitantes da campanha sul-rio-grandense”(MASINA, 2005 p. 611). Com frases longas, “vocabulário rebuscado e erudito, feito de palavras hoje em desuso” o que levou o editor de sua obra a explicar os seus significados em notas de rodapé (MASINA, 2005, p. 611), mostram uma campanha ensanguentada, dividida com os seus sofridos e desvalidos habitantes, que participam de uma cruenta guerra, cujo resultado é um mundo material e humano em ruínas. Para Masina, o contato que teve Alcides Maya com as chamadas camadas subalternas, tendo frequentado na infância e adolescência o “rancherio e os boliches da campanha, sugere os temas para a expressão do imaginário regional” (MASINA, 1998, p.83).

Em 1911, aparecia a 1ª ed. de *Tapera: cenários gaúchos*, pela H. Garnier, Livreiro-Editor, do Rio de Janeiro. Uma obra que recolhe uma série de contos que retratam cenas da vida campeira, e o último deles, *Inimigos*, é o que gostaríamos de examinar, à luz do momento histórico vivido pelos personagens deste texto. Este conto é, segundo Luiz Roberto Targa, “a melhor interpretação da Revolução Federalista de 1893” (TARGA, 1998, p.7). O autor apresenta-a “como o conflito entre dois projetos para o futuro da sociedade gaúcha: um de permanência no mundo tal como estava e era e um outro de transformação social”. Para Targa (1998,p.7): “Essa guerra fratricida foi um sangrento rito de passagem da sociedade tradicional para a moderna”.

A referência é a guerra civil de 1893, ponto de inflexão importante, que marca o momento em que o PRR, através da violência política, apodera-se, definitivamente, do aparelho estatal, mostrando à sociedade gaúcha que aquele era um tempo de mudanças e que a nova sociedade a ser construída deveria ser diferente daquela tradicional de então. Conhecida como Revolução Federalista ou como a “revolução da degola”, sobre esta guerra pairou, durante muito tempo, por sua violência e crueldade, um manto de silêncio, compartilhado pelos historiadores e intelectuais do seu tempo. O conto começa quando: “Do galpão, onde, mateando com o seu agregado e amigo Anastácio, assistia Andrezito ao debulhar do milho,

(...)” Ambos “viram aparecer à entrada do arroio o velho Hilário, popular na redondeza pelas suas manhas eleitorais e muito querido do ‘patrãozinho’, como o moço chamava” (MAYA, 2003, p.136). O velho Hilário era o chasque, incumbido de levar a correspondência, o que dava a conhecer à gauchada a iminência da guerra que começava na fronteira. À fisionomia de interrogação do ‘patrãozinho’, responde o velho gaúcho: “que entre meio esses doutores e milicos de hoje fica um home tonto”. Desde que me conheço por gente, venho me matando na política e nunca vi tamanho enredo” (MAYA, 2003, p. 137-8).

Restam os dois velhos gaúchos discutindo a revolução. “Hilário confiava no valor dos chefes, aos quais estava preso ao mesmo tempo pela gratidão e pelo hábito”. Anastácio ‘nem esperava, nem desesperava’, era movido por uma solidariedade de instinto e pela dedicação consagrada ao patrão (MAYA, 2003, p.138).

Mas, realmente opositores em política eram os dois filhos do estancieiro. O pai há muito tempo, deixara o mando da estância para os filhos e preocupava-se, tão somente, com uma disputa de terras. Para o já mencionado historiador norte-americano, Joseph Love (1993, p.16) na guerra civil de 1893: “Uma das grandes tragédias foi que, tal como em outras guerras civis, famílias ficavam amargamente divididas com pai colocado contra filho ou irmão contra irmão”.⁷

Eram os dois filhos do velho proprietário: “Parecidos de físico, ambos claros e ruivos, ambos fortes e ativos, mas adversos de alma,(...) antagonistas em política, (...) repeliam-se quotidianamente no trato dos homens e da fazenda.” E continua a narrativa de Maya (2003, p.139): “Eram inimigos natos, apenas contidos no surto dos temperamentos contrários pelo respeito devido ao pai, que até então mal percebera, (...) a mútua oposição dos filhos.”

Entretanto, os moços ‘se contrapontavam’. João Carlos, o mais moço, estivera nos estudos, viajara, mantinha amizades ilustres, iniciadas no colégio, correspondia-se com alguns centros pastoris, aspirava a uma transformação completa da pecuária. Membro do Conselho Municipal, apresentara o projeto de uma escola agrícola na vila, falava em colonizar as terras devolutas no município, sonhava com a fundação de uma charqueada à moderna, queria estradas e, apesar do imaginário dos seus planos, já o indicavam para candidato à intendência (MAYA, 2003, p.140).

Este personagem representa a modernização proposta pelo Partido Republicano refletindo a posição positivista comtiana, simpática à filosofia cientifista do final do século XIX, apropriada pelo autor.

“Diante do irmão (...) esmerava-se Andrezito em gauchismo, desprezando livros e jornais, ridicularizando os *doutores*, reduzindo aos puros camponeses o círculo das suas relações, (...)” (MAYA, 2003, p.140). Maya o descrevia como partidário dos métodos antigos, na prática do manejo do gado, bem como adepto dos

antigos usos e costumes. Vivia Andrezito, entre capatazes, carreiristas e tropeiros, andava sempre armado se exprimia à gaúcha “e só montava pingos de cola atada e linda prata nos arreios”. Andava com “uma roda suspeita de indivíduos mal-encarados, guedelhudos, rixadores”. No entender de Andrezito, só valia o gado crioulo, pois dava boa cria e boa carne. Irritava o irmão partidário do moderno, retrucando: “Nada de poteiros, nem de bretes, nem de cruzas finas, nem de meios galpões, nem de baias complicadas” (MAYA, 2003, p.140-1).

O irmão mais moço, adepto de uma modernização da estância tentara, com resultados negativos, algumas tímidas experiências de seleção e as tentativas de mestiçar o gado crioulo com as raças europeias não tinham sido bem sucedidas. Enquanto esperava pelo futuro, quando “todos os nossos campos se povoarão de raças finas”, o filho mais jovem “envolvia-se na política, em que era governista exaltado, membro do diretório local e intransigente defensor da ordem.” A rivalidade entre os irmãos, “agora conscientemente cultivada por ambos, explodira mais violenta em matéria de princípios”. Já havendo a expectativa de um grande conflito dizia-se que a “campanha pegava fogo”. Pelas estradas narra o autor, havia “um grande movimento de forças; aumentava, para o Uruguai e a Argentina, o êxodo dos opositores; e em todo o horizonte pampiano flamejavam sinais de guerra” (MAYA, 2003, p.142). Através da literatura, Maya pinta uma imagem da guerra, os sentimentos vêm à tona, são explicitados. A literatura não se ocupa em descrever um determinado contexto econômico, mas nos permite intuir os problemas decorrentes de uma situação de guerra, reforçando o que os documentos nos atestam: “Interrompera-se o plantio; subira o preço dos gados; e grandes tropas, de corte e de cria, atravessavam diariamente a linha divisória, às pressas conduzidas para invernações do outro lado.” (MAYA, 2003, p.142). Este “outro lado” era a fronteira dos países vizinhos, sobretudo a do Uruguai. Eram os problemas do setor produtivo que nos permitiam antever os prejuízos que a guerra acarretava à campanha rio-grandense.

Próximo ao final do conto, a tragédia anunciava-se: “Foi no Cerro da Palma onde os irmãos Pereira se defrontaram em batalha.” João Carlos comandava “um corpo de cavalaria auxiliar”(…) “À testa de um esquadrão galopava Andrezito”. E Maya descreve o sangrento final fratricida: “no ataque sobranceiro da vanguarda, os dois moços tombaram quase ao mesmo tempo, um ferido a bala, o segundo lanceado no ventre (…)” (MAYA, 2003, p.143).

Referências

FONSECA, Pedro C.D. *Rio Grande do Sul: economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

_____. *Revolução Federalista: uma interpretação*. In: ALVES, Francisco das Neves e TORRES, Luiz Henrique (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

LOVE, Joseph L. *O regionalismo gaúcho*. São Paulo: Perspectiva, 1975.

_____. *Reflections on the revolution of 1893*. In: Alves, Francisco das Neves e Torres, Luiz Henrique (org.). *Pensar a Revolução Federalista*. Rio Grande: Editora da Furg, 1993.

MASINA, Léa. *Alcides Maya: um intelectual na passagem do século*. Continente Sul/Sur. Revista do Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre: n.1, setembro 1996.

_____. *O Pampa revisitado: em dia com Alcides Maya*. In: OLIVEIRA, Carlos Machado de (organizador). *Território sem Limites*. Estudos sobre Fronteiras. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

_____. *Alcides Maya: um sátiro da terra do Currupira*. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro; São Leopoldo: Unisinos, 1998.

MAYA, Alcides. *Tapera: cenários gaúchos*, 3ed. Porto Alegre: Movimento; Santa Maria: Ed. UFSM, 2003. 1ª edição, Rio de Janeiro: H. Garnier, Livreiro –Editor, 1911.

PESAVENTO, Sandra J. *A Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul: a trajetória do parlamento gaúcho*. Porto Alegre: Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, 1992.

_____. *História & História Cultural*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. Análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife. 2a ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1977.

SOUZA, Susana Bleil de. *Brasil – Uruguai, uma articulação regional revisitada*. Cadernos do CHDD. (Centro de História e Documentação Diplomática). Brasília, DF: Fundação Alexandre de Gusmão, Ano 6 – Primeiro Semestre – 2007. Número Especial.

TARGA, Luiz Roberto Pecoits (organizador). *Manifesto pelo Sul, à guisa de prefácio*. In: *Breve inventário de temas do sul*. Porto Alegre: UFRGS, FEE, Lageado: UNIVATES, 1998.

Notas

¹ “A maior concentração de gado se encontrava ao longo das fronteiras com a Argentina e o Uruguai. Dos oito municípios que tinham o maior número de reses em 1920, todos se situavam na fronteira ou dela se achavam separados por um município apenas” (LOVE, 1975, p.104).

² Sobre este tema, ver: SOUZA, Susana Bleil de, op.cit.

³ Sobre este tema, ver: SOUZA (2003) 1.

⁴ Informes do Cônsul C. W. BENNETT. Año 1887, vol. LXXXIII, 1888, vol. C, p.255. Parliamentary Command Papers Reports. In: PANIZZA PONS. El puerto de Montevideo y el abastecimiento riograndense. Informes consulares ingleses sobre comercio y contrabando fronterizo. Montevideo, 1970 (xerografado), p.25-26.

⁵ **BRASIL.** Annaes do Senado. Sessão em 14 de novembro de 1888. p. 555 a 560.

⁶ Gasparistas: As grandes famílias de pecuaristas, charqueadores e comerciantes, principalmente os da fronteira, que apoiavam a liderança de Gaspar Silveira Martins, do Partido Liberal.

⁷ “One of the greatest tragedies was that, as in other civil wars, families often became bitterly divided, with father set against son, or brother against brother”. (Tradução livre da autora).

A Gibraltar do Prata: o Contrabando de Escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)

Fábio Kühn

Possui graduação (1992) e mestrado (1996) em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Doutorado em História (2006) pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi investigador visitante junto ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa entre novembro de 2004 e fevereiro de 2005. Atualmente é professor adjunto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil Colônia, atuando principalmente nos seguintes temas: Rio Grande do Sul Colonial, Fronteira, Estratégias Familiares, Elite Local e Administradores Coloniais. É membro do Núcleo de Pesquisa em História a UFRGS como professor associado.

A Gibraltar do Prata: o Contrabando de Escravos na Colônia do Sacramento (1740-1777)

Fábio Kühn

I. Colônia do Sacramento: Uma Praça Mercantil e Escravista

Apesar do seu caráter de fortaleza militar, a Colônia do Sacramento era também – e fundamentalmente – uma praça mercantil, onde desde o princípio estavam presentes os interesses da elite fluminense. Conforme já foi observado, “Sacramento era a corporificação de uma demanda repetida da Câmara carioca pela fundação de uma colônia que incrementasse as tradicionais relações entre o Rio de Janeiro e a região do Rio da Prata”. Assim, tanto a fundação de Sacramento, quanto o recuo baiano na África Central Atlântica representaram o fortalecimento do eixo Rio de Janeiro-Buenos Aires-Angola (SAMPAIO, 2003, p. 146-147). Durante a primeira fase da existência da Colônia do Sacramento (1680-1705) os indícios acerca do comércio de escravos são, quando muito, rarefeitos. No início da década de 1690, o governador Francisco Naper de Lencastre comentava o relativo declínio populacional da povoação, observando que em relação ao decênio anterior, “há muito menos escravos do que então havia, porque só a venda deles em Buenos Aires passou de vinte mil pesos”.¹ Também os registros de arribadas forçadas caíram dramaticamente em Buenos Aires entre 1683 e 1702, quando somente doze embarcações procuraram o seu porto; isto poderia ser explicado talvez pela existência do novo porto da Colônia, para onde esta movimentação parece ter se deslocado, ao menos parcialmente. De fato, ao final do século XVII entravam pelo arquipélago

de São Gabriel – fronteiro à Colônia - entre 14 e 16 embarcações anualmente (MOUTOUKIAS, 1988, p. 128 e 159). Assim, apesar da existência de contingentes de escravos na Colônia, durante esse período inicial, o negócio principal dos portugueses foram mesmo os couros, extraídos do gado existente na Banda Oriental (ALMEIDA, 1973, p.117-146).

Esta situação perduraria até 1705, quando a praça foi novamente tomada pelos castelhanos, por conta dos desdobramentos da Guerra de Sucessão Espanhola (1702-1714). Porém, o Tratado de Utrecht previu a devolução da Colônia aos portugueses, que a retomaram a partir de finais de 1716 e procuraram repovoá-la. As atividades comerciais da praça são bem conhecidas para a primeira metade do século XVIII, especialmente durante o período do governador Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749), que encabeçou uma rede envolvida em negócios ilícitos, onde o prestígio da autoridade régia associava-se à influência dos burocratas e homens de negócio (PRADO, 2002, p. 168-185). Também foram investigadas as atividades da rede mercantil liderada pelo poderoso homem de negócios chamado Francisco Pinheiro, que tinha um agente na Colônia, o comerciante José Meira da Rocha. Todavia, neste período, os ingleses obtiveram como concessão o *asiento* de escravos na América espanhola (1713-1739), tornando-se os principais concorrentes dos portugueses na região platina, já que além dos negros escravizados eram introduzidas mercadorias britânicas (POSSAMAI, 2006, p.352-362 e p. 385-408).

No que se refere ao período pós-Tratado de Madri, ele geralmente é considerado como de decadência inexorável da praça, considerada por contemporâneos como a “Gibraltar do rio da Prata”.² Porém, após o período crítico do cerco espanhol de 1735-1737, quando a praça foi sitiada durante vinte e dois meses e os negócios foram duramente afetados, o comércio sacramentino voltou a florescer, atingindo seu auge na conjuntura compreendida entre 1739 e 1762. Nesses anos, não houve maiores hostilidades entre as Coroas ibéricas, o que permitiu uma maior aproximação oficial entre ambos os governos. Essa situação acabou facilitando o intercâmbio comercial, incrementando as possibilidades de contrabando (PAREDES, 2004, p. 3). Durante a década de 1740, terminado o *asiento* inglês, as relações comerciais entre Colônia e Buenos Aires foram fortemente retomadas, especialmente no que dizia respeito ao trato negroiro.

O jesuíta Florian Paucke, que esteve na Colônia no final de 1748, observou que a cidade era pequena e tinha uma preponderância mercantil, sendo “na sua maior parte habitada por comerciantes portugueses”. Conforme o missionário, as casas eram baixas e edificadas em boa ordem, embora todas fossem “de muralha”. Na sua apreciação, os portugueses viviam confinados e eram mantidos pelos espanhóis “tão entre barreiras como atualmente os judeus em nossos países”. A impressão que lhe ficou era de que a cidade estava continuamente bloqueada,

especialmente pelos acessos terrestres, que eram vigiados pelas sentinelas espanholas (BARROS; LÉMEZ, 1992, p. 75-76). Se por um lado, o cerco ao contrabando por terra parecia ser evidente, nessa mesma altura as relações diretas entre os territórios hispanos e a Colônia do Sacramento se ampliariam a partir de 1749, com a assinatura de um convênio que abriria brechas para o comércio ilícito. O governador português Antônio Pedro de Vasconcelos alegava não ter possibilidades de abastecimento de víveres e lenha para a subsistência da praça. Diante da situação de harmonia que vigorava entre as Coroas ibéricas, os espanhóis autorizaram a obtenção de víveres, porém os únicos portos autorizados seriam os do Riachuelo (Buenos Aires) e o de Montevideú. Para a busca de lenha, o limite seriam as ilhas de Martin Garcia. As embarcações particulares seriam revistadas pelos oficiais espanhóis, mas não seriam inspecionadas as faluas reais. Para tentar coibir o contrabando, a tripulação das embarcações portuguesas não poderia desembarcar no território espanhol (PAREDES, 2004, p. 11-12).

Entre 1744 e 1745, quando governou interinamente a praça, o brigadeiro José da Silva Pais procurou aumentar a arrecadação da Fazenda Real e instituiu uma “contribuição” de sete mil e quinhentos réis por cada escravo adquirido na praça pelos espanhóis. Segundo uma certidão passada no final de 1745 pelo escrivão da Fazenda Real da Colônia do Sacramento, tal taxação havia arrecadado em cerca de um ano o montante de 3:262\$500 réis, o que equivalia à transação de 435 cativos para os domínios espanhóis (PIAZZA, 1988, p. 106). No entanto, em 1746, o governador Antônio Pedro de Vasconcelos, após reasumir o governo, solicitou ao Conselho Ultramarino o fim da taxação, argumentando que ela havia sido criada sem licença régia, sendo assim ilegal. Ele também referiu as desvantagens que os comerciantes sacramentinos sofriam quando vendiam os escravos e tinham que negociar os preços com seus pares de Buenos Aires. O pedido do governador não foi em vão, tendo ele obtido sucesso na sua reivindicação, pois a taxação foi revogada.³

Ao que parece, tal medida teria intensificado os negócios negreiros, pois nos anos de 1748 e 1749 quatro navios desembarcaram diretamente da África 1654 escravos na Colônia do Sacramento, dos quais 205 (12,4%) eram crianças (PRADO, 2009, p. 73 e 75). Estes números podem eventualmente ser ainda maiores, pois conforme os registros angolanos, treze embarcações saíram carregadas de escravos entre 1748 e 1757, com destino à Colônia do Sacramento ou Santos, um destino ao sul do Rio, mas que seria direcionado para a Colônia. Entretanto, cabe ponderar que nem todas essas embarcações enviadas ao porto paulista podem ter seguido efetivamente para o rio da Prata. Seja como for, o autor norte-americano notou ainda que esse profícuo comércio procurasse ser restringido no âmbito das negociações decorrentes do Tratado de Madri. Esse foi o objetivo do alvará de 14 de outubro de 1751, que determinou a exclusão

dos luso-brasileiros das colônias espanholas, mas na prática resultou somente na transição entre o contrabando feito diretamente de Angola para um comércio indireto nominalmente legal feito pelo Rio de Janeiro para a Colônia do Sacramento nos anos 1750 (MILLER, 1988, p. 485).

Sacramento era uma povoação de pequenas dimensões, sem dúvida, porém tinha um porto muito movimentado em função das suas conexões atlânticas. Em 1752, os negociantes espanhóis afirmavam que “é constante que este lugar por sua natureza inútil o mantém os portugueses sem outro objetivo que o comércio”, visto que “anualmente em toda a classe de embarcações passam de cem, e por inspeção ocular consta a alguns dos indivíduos que aqui afirmam que em poucos dias de residência em Montevidéu passaram para a Colônia quinze embarcações de carga” (VILALOBOS, 1965, p. 19). Realmente, a década de 1750 parece ter sido o auge da atividade mercantil na Colônia, muito em função das transformações decorrentes da execução do Tratado de Limites entre Portugal e Espanha. Enquanto os demarcadores permaneceram no território meridional e foram levadas a cabo as operações nas Missões, aumentaram bastante as possibilidades de contrabando, facilitadas ademais pela maior quantidade de navios oficiais, o que aumentava o movimento portuário (PAREDES, 2004, p. 12). Esta movimentação de embarcações envolvidas no comércio ilícito de escravos chegou a gerar preocupação das autoridades régias com a difusão de epidemias, como se depreende da resolução tomada em 1755 pelo governador da praça, Luiz Garcia de Bivar, onde ele ordenava que para “evitar os danos, que resultam à saúde deste povo, ocasionados com os males contagiosos” que “introduziram-se com a chegada das embarcações, vindas de portos de barra fora, com gente [e] escravatura de comércio”, os oficiais da Alfândega fossem inspecionar as embarcações que entravam no porto e levassem consigo o cirurgião José Moreira, que deveria passar uma certidão atestando a inexistência de enfermidades nos tripulantes e demais passageiros dos navios.⁴

Porém, os infortúnios da demarcação dos limites (especialmente a resistência indígena), associados à eclosão da Guerra dos Sete Anos (1756-1763), acabariam revertendo esse quadro favorável ao contrabando generalizado. O Tratado de El Pardo, assinado em 12 de fevereiro de 1761, consistiu em uma admissão tácita pelas Coroas ibéricas do fracasso em obter uma solução pacífica para as disputas territoriais na América meridional. Mas também foi o prelúdio para uma nova guerra, pois na medida em que fez retornar à situação anterior a 1750, o tratado não garantia os direitos lusos sobre as terras ocupadas em Santa Catarina e no Rio Grande. A própria situação da Colônia do Sacramento passou a ficar cada vez mais perigosa. De fato, desde a criação do Real de San Carlos em 1761, tropas da guarnição de Buenos Aires vigiavam com rigor os portugueses, que literalmente ficaram confinados à fortaleza, em tese sem muitas possibilidades de realizar qualquer comércio via terrestre. A atitude do governo de Buenos

Aires modificou-se a partir da anulação do Tratado de Madri. Pedro de Cevallos, seguindo ordens reais, deu por finalizado o convênio que havia facilitado as relações luso-espanholas e as relações oficiais entre os governadores locais praticamente se deram por terminadas, com os preparativos de guerra. Apesar disso, o contrabando particular continuou, apesar do restritivo bloqueio e posterior ataque, que terminou com a fugaz conquista da Colônia (PAREDES, 2004, p. 18).

Para se ter uma idéia do volume deste comércio, sabe-se que a frota do Rio de Janeiro de 1761 teria levado a Portugal cerca de quatro milhões de cruzados em Prata, obtido através dos diversos negócios efetuados na praça platina. Como reconhecia o próprio Conde de Oeiras em 1759, ao referir-se aos carregamentos de prata, “é notório a todos que saíram da América espanhola, porque este metal se não lavra nas minas do Brasil” (ALDEN, 1968, p. 96). Sufocado o comércio, em agosto de 1762, Pedro de Cevallos iniciava os preparativos militares, cercando a cidadela com uma grande força vinda de Buenos Aires. Dois meses depois, após saber da declaração de guerra entre Espanha e Portugal, ele apresentou ao governador da Colônia, Vicente da Silva da Fonseca, um ultimato determinando a rendição da praça. Diante da rejeição do ultimato pelos portugueses, ele determinou o bombardeio da cidadela, que durou vinte e cinco dias até a capitulação lusitana em 29 de outubro de 1762.

2. Los Fondos Vivos de la Contravención

Com o Tratado de Paris, novamente a Colônia do Sacramento foi devolvida aos portugueses, sendo retomada em dezembro de 1763, quando tomou posse da praça o governador Pedro José de Figueiredo Sarmento. A partir de então, ao que parece, além dos gêneros tradicionais (produtos do Brasil e fazendas européias) que faziam parte do comércio da Colônia com Buenos Aires, na segunda metade do século XVIII a praça portuguesa especializou-se no fornecimento de escravos africanos para a região platina. Conforme um autor anônimo, que em 1766 escreveu um manuscrito intitulado *Discursos sobre el comercio legítimo de Buenos Aires con la España y el clandestino de la Colonia del Sacramento*, a média de escravos introduzidos a partir da praça lusitana nunca era inferior a seiscentos por ano. No período entre 1740 a 1760, o comércio clandestino se realizou sem quase nenhuma repressão, sendo que nesse período o número de escravos introduzidos havia sido no mínimo o dobro, ou seja, cerca de mil e duzentos escravos por ano. Esse comércio movimentava anualmente de dez a dezoito navios de 100 a 300 toneladas, além de muitas embarcações menores, sendo que o grosso das cargas era de manufaturados europeus, produtos brasileiros (como açúcar e tabaco) e negros da Guiné. Em troca, os espanhóis levavam à Colônia a desejada prata, além de víveres, carnes, trigo, farinha e couros.⁵

O autor dos *Discursos* procurou identificar as causas do contrabando de escravos, apontando para a ineficácia do ainda vigente sistema de *asientos*. Este alto custo dos escravos trazidos legalmente devia-se a dois motivos principais: em primeiro lugar, os elevados gastos com armamentos e habilitações dos navios em Cádiz, ao que acresciam os soldos dos oficiais e a tripulação abundante das embarcações, necessária “pois os europeus demorando-se algum tempo [na África] se corrompem”. O segundo motivo residia na constatação de que os espanhóis não dispunham na costa da África de nenhum estabelecimento próprio, “que servisse de caixa ou acumulação dos mesmos negros”, o que os obrigava a comprar cativos de segunda ou terceira mão, através dos préstimos dos traficantes ingleses, portugueses, franceses e holandeses. Este processo era demorado, elevava os gastos e nem sempre era garantido, pois muitos navios dos contratadores voltavam para Buenos Aires sem a sua carga humana.

Tirando-se os custos da operação, que incluíam 10% de mortalidade durante a travessia e considerando-se um “navio regular que leve 500 negros”, o valor de um escravo posto em Buenos Aires chegava a no mínimo 250 pesos, dependendo do tempo que demorassem as embarcações na África. Assim, para obter algum lucro, os comerciantes de escravos locais teriam que vendê-los por no mínimo 300 pesos. Enquanto isso, no comércio clandestino, se comprava os mesmos escravos por 100 a 120 pesos na Colônia do Sacramento, sendo revendidos por 180 a 200 pesos na praça buenairense, daí que “se compreenderá que se preferiam estes aos adquiridos legitimamente”. Este comércio ilegal era alimentado pela demanda da América hispânica, pois os escravos comprados a preços atraentes na Colônia do Sacramento, eram introduzidos com “ganhos exorbitantes” no Chile, Tucumán e no Perú, atingindo o valor de 400 a 500 pesos. Exibindo um pragmatismo notável, o autor anônimo do *Discurso* ponderava que o contrato legítimo de escravos para Buenos Aires seria, dadas as condições, sempre desfavorável aos tratantes espanhóis, pela oposição que lhes faziam os traficantes da Colônia do Sacramento. Propunha que “para não perder o todo do lucro que isto faz”, se estabelecesse uma companhia que contratasse a aquisição de escravos na própria Colônia do Sacramento. Assim, se evitaria os danos para a Coroa de tantos escravos entrando ilegalmente nos domínios espanhóis, pois somente em Buenos Aires, Tucumán e Paraguai eram consumidos anualmente 400 cativos e outros 200 que eram internados no Chile e Potosí, todos de forma ilícita. Caso o trato fosse lícito e se permitisse sua livre introdução pelos domínios sul-americanos, poderiam ser vendidos anualmente pelo menos 1000 escravos. Argumentava, por fim, que do jeito que as coisas estavam, o negócio somente beneficiava os tratantes portugueses da Colônia, além dos contrabandistas espanhóis e daqueles que acobertavam os tratos ilícitos.

Nessa altura, quando essas sugestões eram formuladas, a Coroa espa-

nhola buscava alternativas para o problema do contrabando de escravos. Uma das opções foi estimular que comerciantes metropolitanos assumissem os contratos, como no caso daquele que seria administrado por D. Miguel de Uriarte, que obteve por Real Cédula de 14 de junho de 1765 o direito de introduzir escravos nas possessões americanas pelo prazo de dez anos.⁶ Durante a vigência do contrato, chegou a ser proposto a Uriarte um “*asiento de negros para Buenos Ayres*”, provavelmente por homens de negócio buenairenses. Ele propunha que os escravos deveriam preferencialmente ser conduzidos em embarcações portuguesas desde a Costa da África ou desde o Rio de Janeiro até os portos de Montevideu e Maldonado, de onde seriam introduzidos em Buenos Aires. O contratador poderia despachar um ou dois feitores via Colônia do Sacramento ou Rio Grande de São Pedro para o Rio de Janeiro, “para ali fazer as compras dos Negros e demais diligências correspondentes da negociação”. Mais ainda, os escravos introduzidos em Buenos Aires poderiam ser internados até o Chile, Lima, Potosí e todo o Perú, o que tornava o negócio ainda mais atrativo. No final da década de 1760, os proponentes desse *asiento* escreveriam ao contratador Uriarte, chamando-lhe a atenção para a conveniência que havia para o Real Erário em estabelecer o “*Asiento dos Negros tratado com os Portugueses*”. Diziam que seria possível introduzir de quatrocentas a quinhentas peças por ano, mas advertiam que deviam lhe expor como funcionava o “clandestino negocio”, praticado pelos portugueses estabelecidos na Colônia do Sacramento, pois por mais rigor e zelo que se pusesse no combate ao contrabando, nunca havia sido possível evitar a introdução dos escravos africanos em Buenos Aires, “por ser o mais fácil de disfarçar de todos os gêneros que se traficam da Colônia”.

Dada a extensão do contrabando, não surpreende que os dados demográficos disponíveis mostrem que 58% dos habitantes da Colônia eram escravos em 1760, sem que houvesse uma ocupação econômica viável para tantos trabalhadores cativos. Em 14 de abril do referido ano, o governador Vicente da Silva Fonseca enviava ao Conselho Ultramarino um *Mapa do Povo que em si contem a Praça da Colônia de idade de sette anos para cima*, onde constava uma população total de 2693 pessoas (1588 homens e 1105 mulheres), estando incluídos nesse número os brancos livres, pardos e negros forros, além dos escravos. Estes últimos somavam a espantosa quantidade de 1575 indivíduos (941 homens e 634 mulheres). A população havia praticamente duplicado em relação a 1722, quando existiam 1388 habitantes no núcleo urbano, dos quais somente 294 (21%) eram escravos (PRADO, 2002, p. 97). Diante desses números e levando em conta a existência de uma comunidade mercantil fortemente vinculada ao Rio de Janeiro, os dados sugerem – segundo Prado – que este elevado número de cativos eram habitantes temporários, à espera de serem comercializados com os mercados buenairenses. Mais ainda, a quantidade de escravos que chegava à Colônia

via tráfico negreiro não pode ser explicada somente devido à demanda local, se considerarmos a inexistência de um *hinterland* agrário. Não estamos descartando evidentemente a possibilidade de que uma parcela significativa desses cativos – pelo menos a metade deles - estivesse a serviço dos moradores da praça, ocupados em atividades domésticas, na produção agrícola em pequena escala e nas atividades marítimo-portuárias. Mas uma parte deles parece realmente ter sido destinada ao contrabando com o rio da Prata. Dessa forma, percebe-se um duradouro e ativo papel dos comerciantes sacramentinos nos negócios negreiros, com um papel de destaque no complexo portuário platino (PRADO, 2009, p. 72 e 77).

Deve ser lembrado ainda, que o declínio do mercado das Minas Gerais renovou o interesse dos traficantes fluminenses no comércio ilegal no rio da Prata durante a década de 1760 (MILLER, 1988, p. 485). Este renovado interesse coincidiu com o aperto do bloqueio espanhol na região. Bougainville, que esteve no rio da Prata no final dos anos 1760, observou que a praça estava de tal modo fechada, que o contrabando com ela se tornava impossível, “se não há conviências”. Segundo o viajante francês, quase todas as mercadorias mais caras eram enviadas do Rio de Janeiro para as províncias do sul e dali eram contrabandeadas, através de Buenos Aires, para o Chile e para o Perú, sendo que os maiores lucros dos portugueses provinham dessa atividade ilegal e do tráfico negreiro. Acrescentou ainda que era difícil avaliar qual o montante da perda ocasionada pelo encerramento desse canal de contrabando, mas sabia-se que ele ocupava trinta embarcações para a cabotagem da costa do Brasil ao rio da Prata (BOUGAINVILLE, 1943, p. 50 e 87-88).

Essas práticas nos mostram que os conceitos de contrabando e corrupção precisam ser repensados para as sociedades de Antigo Regime, onde a separação da esfera pública e da esfera privada era praticamente inexistente (FERREIRA, 2010, p. 221). A própria distinção entre práticas legais e clandestinas parece ser anacrônica, se nós considerarmos o universo do contrabando não como um mundo delituoso, mas como uma espécie de fronteira social em relação às representações jurídicas, com suas regras bem estabelecidas e aceitas. Assim, as práticas que descrevemos podem revelar uma lógica social global partilhada pelos dois meios que somente nosso olhar contemporâneo dissocia. No mundo português setecentista, os contrabandistas seriam empreendedores que pertenciam ao sistema, com boas conexões com as elites governantes. O comércio ilegal tolerado era um comércio controlado, permitido pelas mesmas pessoas cujas funções oficiais pressupunham exatamente combatê-lo. Mais ainda, “a ideia de que o comércio ilegal era imoral e errado era vista com perplexidade. Se o comércio ilegal era por vezes estimulado pela Coroa portuguesa, como no caso do comércio com o rio da Prata, como poderia ser considerado imoral?” (PIJNING, 2001, p. 398-399 e 407).

3. Os Anos Finais do Contrabando Sacramentino

A Colônia do Sacramento, depois de 1763, constituía-se em um exemplo de anacronismo político, foco de agudas tensões que tornavam sua manutenção quase impossível e que somente subsistiu por mais alguns anos por ser uma rentável realidade comercial (RIVEROS TULA, 1959, p. 205). As “convivências” que permitiram o contrabando de escravos na Colônia do Sacramento parece que se mantiveram bastante ativas ao longo da década de 1760. Mas essa situação se alteraria em seguida, graças a algumas medidas restritivas. Do lado português, em 10 de outubro de 1770, o vice-rei Marquês do Lavradio proibiu o despacho de escravos para o Sul, que constituía um dos fundamentos do contrabando entre a Colônia e Buenos Aires. Da parte dos espanhóis, esse continuado estado de coisas levou a que no final de 1770, o novo governador buenairense, Vértiz y Salcedo (1770-1776), publicasse um bando condenando a persistência do comércio espanhol com a praça portuguesa. O bloqueio espanhol foi apertado, pois o governador determinou que embarcações guardacostas patrulhassem o acesso ao porto e as ilhas próximas ao entreposto, inspecionando todas as embarcações portuguesas e apreendendo as que tivessem mercadorias espanholas. O bloqueio certamente restringiu a quantidade de embarcações que adentravam na praça lusitana. Não existem dados exatos para o período, mas o governador da Colônia, Pedro José de Figueiredo Sarmento (1763-1775), freqüentemente reclamava sobre a escassez de provisões e de lenha, devido à ausência de embarcações que traziam tais produtos de Santa Catarina ou Rio de Janeiro (ALDEN, 1968, p. 117-119).

Todavia, mesmo com o aperto espanhol e proibições, os negócios ilícitos continuavam. Em 1º de maio de 1772, o governador de Buenos Aires, Vértiz y Salcedo escrevia para o governador da Colônia, Pedro José de Figueiredo Sarmento, afirmando que “é notório que nas vastas carregações de efeitos e negros que conduzem a essa Praça, o principal objetivo é introduzi-las nesta Cidade, e demais partes do Reino”. Além de confirmar a persistência do contrabando de escravos, o governador ainda apontava as convivências que envolviam o seu colega português, que era acusado de “facilitar a todos os transgressores os precisos auxílios para resistir a seu apresamento, procedendo-se com tal liberdade, que se lhes permite, que assim armados, entrem e saiam francamente desse Porto”. Diante da manutenção desse quadro, Vértiz estreitaria ainda mais o cerco, não somente por terra, mas também mediante embarcações corsárias encarregadas de interceptar as naves portuguesas, tentando sufocar o movimento portuário sacramentino. Para evitar as apreensões, as embarcações que chegavam do Rio de Janeiro carregadas de mercadorias destinadas ao comércio ilícito, sacavam na Colônia do Sacramento supostos “despachos” com destino as costas do Brasil, para no caso de serem abordadas pelas embarcações corsárias, ter como

persuadi-los que não se dirigiam ao contrabando (STUDER, 1958, p. 260-261).

O militar e geógrafo espanhol Francisco Millau, que esteve na praça em 1772, não fez observações específicas a respeito do contrabando de escravos, mas reparou que “o trato que fazem os vizinhos da Colônia com os de Buenos Aires é agora muito distinto do que era praticado em tempos passados, quando [os portugueses] o executavam com suas embarcações bem armadas, encobrendo suas freqüentes vindas a essa Cidade com vários pretextos”. Ele registrou que essa prática havia deixado de existir, pois agora eram os habitantes de Buenos Aires que vendiam e permutavam os gêneros que levam eles mesmos à Colônia, o que lhes garantia grandes lucros, vendendo pelo dobro ou triplo do preço os produtos que traziam aos portugueses. Mas isso não significava que os contrabandistas sacramentinos tivessem deixado de atuar, apenas que tinham modificado seus procedimentos, visando maior segurança. Saindo da Colônia, para evitar a ação das embarcações corsárias, dirigiam-se ao delta do Paraná, onde faziam os desembarques em qualquer parte da costa. Em seguida, a introdução se fazia passando as mercadorias pouco a pouco, durante a noite, de umas fazendas para outras, utilizando carretas ou cavalos, até chegar em Buenos Aires. Millau ainda observou que, muitas vezes, quando a carga era grande e de consideração, os contrabandistas valiam-se “dos mesmos sujeitos que os deviam impedir” (MILLAU, 1947, p.114-115 e 117).

O contrabando de escravos na década de 1770 aparentemente manteve em parte a sua vitalidade, muito embora perturbado pelas crescentes hostilidades luso-espanholas. Miller (1988, p. 486) minimiza a importância das restrições colocadas ao comércio clandestino na década de 1770, argumentando que prevaleceu a política *bulionista* por parte dos portugueses nesse momento, marcado pelo declínio da produção aurífera no Brasil. Assim, era vantajoso manter o contrabando de escravos através da Colônia, pois assim continuava-se captando a prata espanhola. Seja como for, as medidas restritivas parecem ter surtido pelo menos algum efeito durante os anos finais da Colônia do Sacramento. Tornaram-se comuns as apreensões feitas pelas corsárias espanholas de pequenas embarcações, especialmente canoas com escravos “pescadores”. Além disso, havia o problema das deserções (ou fugas) de escravos para o lado espanhol. Assim, em 20 de dezembro de 1775 foi enviada ao governador Francisco José da Rocha uma “Representação dos moradores da Praça”, onde se queixavam do grave problema do roubo dos escravos, “que daqui se passam para o Campo de Bloqueio, aonde lhes dá o comandante do mesmo Campo liberdade, de sorte que aliciados e atraídos com este injusto indulto, são quotidianos e freqüentes as deserções dos escravos”, o que estaria reduzindo os moradores à extrema pobreza... Teriam sido roubados mais de mil escravos desde 1760.⁷ De todo modo, a presença portuguesa estava com os dias contados na Colônia do Sacramento, que seria

tomada definitivamente pelos espanhóis em 1777 (ALDEN, 1968, p. 238-246).

Mas a perda da “Gibraltar do Prata” pouco afetaria o contrabando de escravos para a região, apenas o deslocaria da Colônia para Montevidéu, que passou a ter uma importância muito significativa, ao lado de Buenos Aires. A recuperação definitiva da Colônia do Sacramento por parte dos espanhóis significou, por um lado, a legitimação da maior parte dos avanços territoriais lusitanos reconhecidos no Tratado de Santo Ildefonso, em particular no Continente do Rio Grande. Mas, por outro lado, a nova conjuntura abriu um novo período de clandestinidade, deslocado agora para o porto de Montevidéu, que se consolidava como o terminal exclusivo do grande centro econômico da região, que era Buenos Aires. No que se refere ao trato negreiro, a situação se tornaria ainda mais favorável aos luso-brasileiros em 1791, quando uma Real Cédula autorizou o livre ingresso de escravos no rio da Prata, fossem em embarcações espanholas ou estrangeiras, acabando, na prática, com o comércio ilegal. Consolidou-se, assim, uma “via brasileira”, que era muito vantajosa para o comércio negreiro montevideano, que nela encontrava uma boa alternativa. Tratava-se de uma viagem simples, que não exigia o uso de embarcações de grande calado, onde era possível comprar números menores de escravos. Também não era necessário dispor dos artigos de troca normalmente exigidos na África, pois os “frutos do país” serviam para pagar as aquisições, o que era bastante vantajoso para os negociantes platinos. Os portos brasileiros ofereciam, ademais, a possibilidade de diversificar as compras com produtos coloniais (aguardente, açúcar) sempre bem-vindos (BENTANCUR, 2003, p. 104-107).

Em uma carta enviada para o Conselho Ultramarino, o vice-rei Luis de Vasconcelos e Sousa, reconhecia em 1780 que da Colônia do Sacramento os escravos sempre foram exportados para os domínios espanhóis sem que nenhuma ação contrária a estas atividades tenha sido empreendida pelas autoridades. Esse seria o motivo pelo qual o alvará de 14 de outubro de 1751 teria sido publicado: para satisfazer os estrangeiros que criticavam o comércio de contrabando de escravos. Mais ainda, longe de ser prejudicial ao Estado, a existência de muitos mercadores de escravos – em um momento de expansão econômica – produziria o crescimento desse ramo de comércio, que não era de pouca importância, na opinião do vice-rei (PRADO, 2009, p. 146).

Segundo os números levantados por Corsino dos Santos (2010, p. 86-96), no período 1779-1810 foram introduzidos 49.176 cativos no Rio da Prata, sendo que a esmagadora maioria veio através do Rio de Janeiro. Já Alex Borucki contabilizou 60.393 escravos remetidos para a região entre 1777 e 1812 (2009, p. 5). Portanto, nas décadas finais do século XVIII, a “trata de negros” introduzia algo em torno de 1600 a 1700 escravos por ano na região, suplantando os ingressos das décadas de 1740 e 1750, quando cerca de 1200 cativos eram contrabandeados anualmente. O que isso representava no conjunto do comércio de escravos

para o Brasil? Sabemos que uma pequena parte dos escravos introduzidos na Colônia vinha da Bahia, mas numericamente ela era muito pouco expressiva. A grande maioria dos escravos que vinha para o Sul entrava pelo Rio de Janeiro, sendo pouquíssimos os desembarques de escravos vindos diretamente da África para Sacramento. Foram enviados somente 211 cativos para a Colônia do Sacramento entre 1760 e 1770, vindos da Bahia (RIBEIRO, 2007, p. 320). Dessa forma, se levamos em conta que a média anual de entrada de escravos novos no porto do Rio foi de pouco mais de 8000 cativos no período entre 1759-1792, o peso relativo do contrabando para o rio da Prata pode ser minimamente dimensionado. Nos melhores anos do contrabando, correspondentes ao período final do governo de Antônio Pedro de Vasconcelos (1722-1749) e a toda o período de Luiz Garcia de Bivar (1749-1760), a Colônia do Sacramento absorvia algo em torno de 15% dos escravos introduzidos através do Rio de Janeiro (CAVALCANTI, 2005, p. 56). Se compararmos com os números disponíveis para o Rio Grande de São Pedro, mais ou menos na mesma época, podemos avaliar melhor o tamanho relativo do contrabando de escravos em Sacramento. Os dados das guias de transporte de escravos para o Rio Grande do Sul para o período 1788-1794 mostram ingressos de somente cerca de trezentos escravos por ano (BERUTE, 2006, p. 40).

Enquanto existiu, a Colônia do Sacramento foi uma localidade singular. Praça forte, marcada pela vida castrense e também “ninho de contrabandistas”, a cidadela platina jamais foi elevada à condição de vila, com a instalação de uma Câmara, símbolo do poder local no Império português. Tampouco se constituiu em uma capitania, visto que seu território foi quase sempre muito circunscrito territorialmente. Situada muito ao sul dos domínios lusos, surgida no final do século XVII como fortaleza militar que marcava a disposição portuguesa em estender seus territórios até o Rio da Prata, ela tornou-se ao longo do século XVIII um importante entreposto comercial. Após o cerco de 1735-1737, com a imposição do Campo de Bloqueio pelos espanhóis, os habitantes de Sacramento ficaram confinados a um espaço vigiado e restrito, com um território muito reduzido, situação que se agravaria a partir da década de 1760, quando o bloqueio terrestre e marítimo foi aumentado e intensificado, especialmente a partir da criação do Real de San Carlos. Cabe lembrar que o casco urbano da Colônia apresentava um tamanho extremamente reduzido na fase final, sendo suas dimensões bastante restritas. O comprimento da muralha era de somente 550 metros, sendo que da muralha até as margens do rio da Prata a extensão alcançava meros 410 metros (MOREIRA, 2009, p. 70). Mas, paradoxalmente, tal cerceamento, ao invés de desestimular o comércio ilícito, foi talvez o catalisador da decidida opção pelo contrabando, fazendo a praça destacar-se no terceiro quartel do século XVIII pela introdução de escravos africanos no Rio da Prata e nos domínios espanhóis na América Meridional.

Referências

- ALDEN, Dauril. *Royal Government in Colonial Brazil*. Berkeley e Los Angeles: University of California Press, 1968.
- ALMEIDA, Luís Ferrand de. *A Colônia do Sacramento na época da Sucessão de Espanha*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1973.
- BARBA, Enrique. *Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento (siglo XVIII)*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia – Separata Investigaciones y ensayos, 1980.
- BARROS-LÉMEZ, Alvaro. *V Centenario en el Río de La Plata – Pioneros, Adelantados, Caminantes, Fundadores*. Montevideu, Monte Sexto Editorial, 1992.
- BENTANCUR, Arturo A. “El proceso de legitimación de las relaciones mercantiles entre la ciudad puerto colonial de Montevideo y el territorio brasileño (1777-1814)” in: (org.) HEINZ, Flávio & HERRLEIN JR., Ronaldo. *Histórias Regionais do Cone Sul*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003, p. 103-119.
- BERUTE, Gabriel. *Dos escravos que partem para os portos do Sul – Características do tráfico negreiro do Rio Grande de São Pedro do Sul, c. 1790 – c.1825*. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em História/UFRGS, dissertação de mestrado, 2006.
- BORUCKI, Alex. *Las rutas brasileñas del tráfico de esclavos hacia el Río de la Plata, 1777-1812*. 4º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional, Curitiba, 2009. In: www.labhstc.ufsc.br/ivencontro/pdfs/.../AlexBorucki.pdf Acessado em 18/02/2011.
- BOUGAINVILLE, Louis-Antoine. *Viaje alrededor del mundo por la fragata del Rey La Boudeuse y la fusta La Estrella en 1767, 1768 y 1769*. Buenos Aires: Espasa-Calpe, 1943.
- CAVALCANTI, Nireu. “O comércio de escravos novos no Rio setecentista” in: FLORENTINO, Manolo (org.) *Tráfico, cativo e liberdade – Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.
- FERREIRA, Roquinaldo. “‘A arte de furtar’: redes de comércio ilegal no mercado imperial ultramarino português (c. 1690-c.1750)” in: FRAGOSO, João & GOUVÊA, Maria de Fátima (orgs.). *Na Trama das Redes – Política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 203-241.
- MILLAU, Francisco. *Descripción de la provincia del Río de la Plata (1772)*. Buenos Aires: Cia. Editora Espasa-Calpe, 1947.
- MILLER, Joseph. *Way of Death – Merchant Capitalism and the Angolan Slave Trade, 1730-1830*. Madison: The University of Wisconsin Press, 1988.

MOREIRA, Cecília P. G. *Colônia do Sacramento – Permanência urbana na demarcação de novas fronteiras latino-americanas*. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, dissertação de mestrado, 2009.

MOUTOUKIAS, Zacharias. *Contrabando y control colonial en el siglo XVII*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1988.

PAREDES, Isabel. “Comercio y contrabando entre Colonia del Sacramento y Buenos Aires en el período 1739-1762” in: *Colóquio Internacional Território e Povoamento*, Lisboa: Instituto Camões, 2004.

PIAZZA, Walter F. *O Brigadeiro José da Silva Paes – Estruturador do Brasil Meridional*. Florianópolis: Ed. da UFSC; Rio Grande: Editora da Furg/Edições FCC, 1988.

PIJNING, Ernst. “Contrabando, ilegalidade e medidas políticas no Rio de Janeiro do século XVIII” in: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, Vol. 21, nº 42, 2001, p. 397-414.

POSSAMAI, Paulo. *A vida quotidiana na Colônia do Sacramento*. Lisboa: Editora Livros do Brasil, 2006.

PRADO, Fabrício P. *Colônia do Sacramento: o extremo sul da América Portuguesa*. Porto Alegre, Fumproarte, 2002.

_____. *In the Shadows of Empires: Trans-Imperial Networks and Colonial Identity in Bourbon Rio de La Plata (c. 1750-c.1813)*. Atlanta: Emory University, tese de doutorado, 2009.

RIBEIRO, Alexandre V. “O comércio de escravos e a elite baiana no período colonial” in: FRAGOSO, João Luís R.; ALMEIDA, Carla Maria C. de; SAMPAIO, Antônio Carlos J. de (orgs.) *Conquistadores e Negociantes – História de elites no Antigo Regime nos trópicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

RIVEROS TULA, Anibal. *Historia de la Colonia Del Sacramento (1680-1830)*. Montevideu: Revista del Instituto Histórico y Geográfico del Uruguay, XXII, 1959.

SAMPAIO, Antônio Carlos Jucá de. *Na encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. *O Tráfico de escravos do Brasil para o Rio da Prata*. Brasília: Edições do Senado Federal, 2010.

STUDER, Elena. *La trata de negros en el Rio de la Plata durante el siglo XVIII*. Buenos Aires: Universidad de Buenos Aires-Departamento Editorial, 1958.

VILLALOBOS, Sergio. *Comercio y contrabando em el Rio de la Plata y Chile*. Buenos Aires: Eudeba, 1965.

Notas

¹ AHU-RJ, nº 1826: Carta do governador Francisco Naper de Lencastre ao Rei Dom Pedro II. Colônia do Sacramento, 06 de dezembro de 1691.

² O paralelo foi originalmente traçado por Bougainville (1943, p. 50), na sua *Voyage autour du monde*, cuja primeira edição francesa foi publicada em 1771: “Este puesto es aquí para España respecto de los portugueses, lo que es en Europa Gibraltar respecto de los ingleses”.

³ AHU-CS. Caixa 4, doc. 409. Carta do governador António Pedro de Vasconcelos ao rei D. João V. Colônia do Sacramento, 18.06.1746.

⁴ ANRJ. Cód. 94, vol. 5. Ordem do governador Luiz Garcia de Bivar. Colônia do Sacramento, 1º de setembro de 1755.

⁵ O texto do *Discurso* foi divulgado em um artigo publicado em 1980 pelo historiador argentino Enrique Barba. O documento original pertence a Colección Ayala da Biblioteca do Palácio Nacional de Madri e foi transcrito pelo referido pesquisador, que depositou uma cópia datilografada na biblioteca da Academia Nacional de la Historia. Consultamos somente a transcrição existente em Buenos Aires.

⁶ O contrato previa a introdução anual de 1500 escravos para Cartagena e Portobelo, 400 para os portos de Honduras e Campeche, 1000 para a ilha de Cuba e de 500 a 600 para os demais portos caribenhos. Ademais, obrigava ao contratador que abastecesse os demais portos americanos que fossem do “Real agrado” (STUDER, 1958, p. 258).

⁷ BIBLIOTECA NACIONAL – LISBOA. Cód 10855: Cartas do governador Francisco José da Rocha, 1776. Agradeço a Fabrício Pereira Prado, do The College of William & Mary, pela disponibilização desta fonte.

**Dos Paisajes Agrarios no Pampeanos del
Período Colonial: Misioneros y Montevideanos**

María Inés Moraes

Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República do Uruguai (UDELAR). Possui Bacharelado em História pela Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (1986), Mestrado em História Econômica pela Universidade da República do Uruguai (2011) e Doutorado em História Econômica pela Universidade Computense de Madrid (2011). Atualmente também é Pesquisadora de História Econômica e Social da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade da República, Uruguai e pesquisadora do Sistema Nacional de Pesquisa do Uruguai.

Dos Paisajes Agrarios no Pampeanos del Período Colonial: Misioneros y Montevideanos

María Inés Moraes

I. Antecedentes

La historiografía económica que se ocupa de los problemas y procesos donde existen Estados nacionales adopta, de manera muy lógica, una unidad de análisis nacional: se estudia el crecimiento económico del país A, los cambios en la estructura productiva del país B, la distribución del ingreso en el país C, la industrialización del país Z. Pero ¿cuál es la unidad de análisis válida para estudiar problemas y procesos económicos ocurridos antes de la formación de los modernos Estados nacionales? De diversas maneras y obviando importantes matices, puede decirse que en líneas generales la caracterización de los espacios económicos del Río de la Plata ha sido tributaria de unas historiografías que se auto-impusieron unos territorios y unos puntos de vista “nacionales” a la hora de abordar unos problemas históricos anteriores a la existencia de las naciones actuales. Sin embargo, a partir de la década de 1980 la historiografía económica argentina encontró una vía de escape a este “nacionalismo” en la obra de Carlos Sempat Assadourian, padre del concepto de “espacio peruano” y creador de un modelo teórico sobre la configuración espacial de las economías regionales de América del Sur desde los Andes hasta el Río de la Plata, que dejaba definitivamente de lado cualquier necesidad de reconocer a las futuras economías nacionales en lo que denominó “espacio peruano – platense” (ASSADOURIAN, 1982) (ASSADOURIAN, 1994). A partir de este giro fundamental, durante los

años de 1980 y 1990 un grupo numeroso de académicos argentinos caracterizados por su activismo y su vocación polémica, puso especial energía en construir una imagen de la campaña bonaerense diferente de la heredada de la historiografía tradicional (GARAVAGLIA y GELMAN, 1995) (FRADKIN y GELMAN, 2004). En este contexto se desarrolló una prolífica línea de investigación sobre las economías regionales que dejó definitivamente de lado las antiguas jurisdicciones administrativas (GARAVAGLIA, 1987-a) (GELMAN, 1989-a) (GARAVAGLIA, 1999-a) (FRADKIN, 2000) (GUERIN, 2000) (DJENDEREDJIAN, 2004) .

La historiografía uruguaya del período colonial y de las guerras de independencia era todavía en 1990 muy tributaria de los enfoques nacionalistas (REAL DE AZÚA, 1991) (MORAES, 2004) (SANSÓN, 2006) (SÁNCHEZ; GÓMEZ, 2007). Pero en el cambio de siglo un conjunto -todavía reducido- de trabajos tomó distancia de la matriz fundadora y ha mostrado la fecundidad de líneas de investigación novedosas, donde la perspectiva regional -nuevamente- aparece como la clave para revisar algunos relatos canónicos (BENTANCUR, 1996-1999) (FREGA, 2000) (FREGA, 2001) (FREGA, 2007) (BORUCKI, 2011) . En este marco, la cuestión de las estructuras agrarias coloniales en los actuales territorios uruguayos ha sido re-introducida por el trabajo de un historiador argentino sobre las regiones de Colonia y Soriano, con hipótesis muy innovadoras, entre otros aspectos, sobre el papel de las unidades campesinas de producción y de la mano de obra esclava (GELMAN, 1998). En contraste con la historiografía colonial de hace cuarenta años atrás, la historiografía uruguaya reciente sobre el período colonial ha prestado insuficiente atención a los sistemas agrarios del período y el desafío de estudiarlos en una perspectiva regional, que tome en cuenta los avances producidos por la historiografía vecina, permanece abierto.

Este trabajo resume resultados de investigación presentados con mayor detalle en otros textos, que forman parte de un esfuerzo de investigación más amplio donde se re-considera los principales procesos económicos y sociales del período 1760-1860 en una perspectiva que da importancia a la región, los ecosistemas y los paisajes agrarios (MORAES, 2008) (MORAES, 2010 - a) (MORAES, 2011-d).

Este trabajo parte del concepto de Litoral rioplatense, una región geo-histórica que comprendía los territorios de la Cuenca del Plata -su costa marítima, las franjas costeras de los grandes ríos de la cuenca, y también las tierras interiores de la misma- y que debe pensarse como el borde atlántico del vasto espacio peruano platense. La mayor parte de los territorios comprendidos en el Litoral rioplatense pertenecen a un mismo ecosistema de pastizales, que sin embargo presenta matices apreciables entre la orilla norte y la orilla sur del Río de la Plata. Tomando en cuenta estas diferencias, así como el mayor conocimiento acumulado en relación a los espacios económicos localizados en la orilla sur del Río,

este trabajo se concentra en dos espacios ubicados del lado de la orilla norte. La caracterización de estos espacios se hace en base al concepto de paisajes agrarios, con el nombre de *paisaje agrario montevideano* y *paisaje agrario pastoril misionero*.

El paisaje pastoril misionero y el montevideano mantuvieron una activa y compleja interacción con otros paisajes agrarios rioplatenses, en particular con el de Buenos Aires, interacción que en sí misma constituye uno de los aspectos más ricos de la historia agraria del período colonial y merece posterior investigación. Por razones de espacio este trabajo no aborda esta cuestión, así como tampoco estudia el desempeño económico comparado de estos tres principales espacios rioplatenses. Ambos temas han sido tratados en otro lado (MORAES, 2007) (MORAES, 2011-d).

2. Los Pastizales del Río de la Plata: Pampas y Campos

Los especialistas han caracterizado a los pastizales del Río de la Plata como un vasto ecosistema de aproximadamente 750.000 Kms², ubicado en la porción Este de América del Sur entre los 28° y 38° de latitud Sur a lo largo de una extensa llanura que cubre el centro- este de Argentina, todo el territorio uruguayo, y el sur de Brasil (SORIANO, 1991). La ausencia generalizada de árboles, el predominio de la vegetación de pastos, y el relieve llano o suavemente ondulado son sus notas fundamentales. La vegetación incluye miles de especies vegetales, entre las cuales más de 1100 especies diferentes de pastos (MIÑARRO, et al. 2008). A pesar de los obstáculos climáticos, dentro del conjunto de pastizales rioplatenses existen algunas formaciones arbóreas, como los bosques-galería a lo largo de ríos y arroyos, montes circulares en áreas pantanosas o incluso en hileras aisladas. Por sus diferentes características, este ecosistema se divide en la eco-región *Pampa*, (que comprende área localizadas en la actual república Argentina), y la eco-región *Campos*, que se ubica sobre los territorios del actual Uruguay y la mitad sur del actual Estado brasileño de Rio Grande do Sul¹. Las diferencias entre *Pampas* y *Campos* son un elemento central para entender los diferentes paisajes agrarios que se formaron dentro del vasto pastizal rioplatense.

En efecto, aunque todo el conjunto de los pastizales puede considerarse asentado sobre una vasta llanura donde nunca se presenta una elevación de más de 500 metros, existen diferencias en el lecho rocoso del suelo, en el tipo de suelo, en el relieve y en su capacidad de drenaje, que influyen sobre la vegetación praterense.

La Pampa se asienta sobre una extensa llanura formada por depósitos sedimentarios sobre un lecho rocoso muy profundo; el suelo está formado por una densa capa de sedimentos *loess* y vastas porciones de la misma presentan un relieve totalmente plano². El suelo de la pampa ondulada es un de un tipo

muy fértil y profundo, cuya alta productividad los sitúa en un orden de suelos de la mayor importancia económica³. En la actualidad, excepto en períodos de sequía la cobertura vegetal en la pampa ondulada es del 90 al 100%. La vegetación predominante está formada por múltiples especies de pastos, la mayoría de ellos de condición mesotérmica, es decir especies tiernas adaptadas a temperaturas ni muy cálidas ni muy frías (SORIANO, 1991).

Entretanto, los *campos* se encuentran sobre lechos rocosos mucho menos profundos, que frecuentemente afloran a la superficie (MIÑARRO et al. 2008). Entre los *campos* se distinguen dos eco-regiones: los campos del Sur, comprendidos entre el Río de la Plata y el Río Negro (exactamente en la mitad de Uruguay actual), y los campos del Norte, desde ese río en dirección norte hasta el territorio sur-brasileño (SORIANO, 1991).

En los *campos del sur* las colinas son suaves y no hay impedimentos para el curso de los ríos tales que obstaculicen el drenaje. Predominan los mismos suelos de la pampa ondulada, pero también se hacen presentes suelos más pesados que los pampeanos, con un alto contenido de arcilla en el horizonte superficial. En períodos de sequía, esta capa de arcilla se contrae, abriendo profundas grietas⁴. Por esta razón, aunque son muy fértiles, estos suelos ofrecen dificultades específicas para el laboreo agrícola. Los pastos de los *campos del sur* básicamente son los mismos que los de la pampa ondulada.

En los *campos del norte* los afloramientos rocosos son más frecuentes que en los del Sur y asoma un relieve quebrado en la zona (hoy brasileña) de las nacientes del Río Negro y del río Camacú⁵. Conviven suelos como los de la pampa y de los campos del sur, pero es muy frecuente un tipo de suelo diferente, caracterizado por su alto contenido ferroso que le da un color rojizo característico. La vegetación comparte los mismos rasgos estructurales de la *pampa* y los *campos del sur*, pero en general predominan especies de pastos más duras, mejor adaptadas a temperaturas subtropicales.

El ecosistema de los pastizales rioplatenses presenta una excepcional aptitud natural para el pastoreo de animales "a campo abierto", es decir, sin estabulación. Los territorios que lo conforman han sido considerados como la *cuenca ganadera* de América meridional en el período colonial (VÁZQUEZ; FRANCO, 1986), y no en vano los sistemas productivos allí organizados presentaron tempranamente un rubro ganadero cuya diversificada producción alcanzaba tanto al Potosí como a Minas Gerais. Pero la diferencia entre *pampas* y *campos*, y entre *campos del sur* y *campos del norte* habilitó la formación de paisajes agrarios también diversos en el vasto territorio de la pradera regional. En este trabajo se intentará rescatar la diversidad sin por ello perder de vista cierto carácter integrado de los paisajes agrarios estudiados. Cada uno de ellos fue asiento de mundos rurales parecidos pero diferentes, integrados pero implicados en pro-

cesos evolutivos autónomos, cuya disparidad de resultados fue muy visible con el paso del tiempo.

2. La Noción de Paisajes Agrarios como Instrumento Analítico

El concepto fundamental de este trabajo es el de “paisajes agrarios”, una herramienta de investigación que tiene amplia difusión en diversos campos de estudio (MEYNIER, 1962) (TELLO, 1999) (MARTÍNEZ DE PISÓN, 2002). Con algunas variantes de detalle según los autores, existe una estrategia modelica para caracterizar los paisajes agrarios que requiere identificar los siguientes componentes: el **territorio**, el **hábitat** de las poblaciones humanas, la **morfología** del parcelario, y el **sistema productivo**.

El territorio de un paisaje agrario se define como aquél sobre el cual los miembros de la comunidad ejercen sus derechos a la explotación de los recursos naturales del caso; es necesario precisar sus características agroclimáticas y sus límites administrativos pero no se define por aquellas ni por éstas. En otras palabras, el territorio de un paisaje agrario viene dado por la existencia de instituciones de propiedad que hacen posible que unos agentes se apropien de los recursos naturales del lugar con fines económicos, y en tal sentido, no es una resultancia de sus atributos físicos – aunque éstos juegan un papel económico fundamental- si no de las relaciones sociales en juego. Así, el territorio de un paisaje agrario no viene determinado en función de un conjunto de invariantes físicas (altitud, latitud, relieve, clima, etc.) sino de relaciones sociales y tecnológicas concretas que sí cambian en el tiempo.

El hábitat se define como el modo de ocupación del espacio que adoptan las comunidades humanas del territorio. Existe una tradición arraigada que distingue entre modalidades de ocupación agrupada y modalidades de ocupación dispersa, dos tipos básicos de distribución de la población en el espacio, en torno a los cuales pueden establecerse diversas variantes. Por lo regular estas diferentes modalidades de ocupación del espacio están muy relacionadas con la estructura del parcelario y con las tecnologías predominantes en los sistemas productivos.

La morfología refiere a la forma y disposición que adoptan las parcelas y las vías de comunicación del paisaje. Entre los diversos paisajes agrarios del mundo es posible observar que las parcelas suelen seguir ciertos trazados, y que éstos son el resultado de la interacción de factores naturales, tecnológicos y jurídicos, específicos de cada paisaje. Al margen de las taxonomías más o menos rígidas que intentan clasificar estos trazados, lo que importa señalar para este trabajo es que existe una relación íntima entre el parcelario de un paisaje y el tipo de derechos de propiedad vigentes al momento de su trazado, las características

del ecosistema y las formas de organizar la producción agraria. Así, el parcelario no es un capricho de la naturaleza (no es el resultado directo de una dotación de recursos naturales) pero tampoco es solo el resultado de las relaciones sociales vigentes; resulta de la interacción concreta de ambos y de las formas concretas de hacer ganadería y/ o agricultura, vigentes en un lugar y un tiempo dados. Junto con las formas de asentamiento de las comunidades humanas, la morfología define el “esqueleto” del paisaje, ya que ambos dibujan sus líneas esenciales, sobre las cuales serán desarrollados diversos sistemas productivos y formas de vida rural.

El sistema productivo o sistema agrario incluye la combinación de plantas y animales que son objeto del trabajo humano, así como las técnicas utilizadas. Al respecto es útil tener en cuenta algunas consideraciones sobre los sistemas agrarios como ecosistemas intervenidos por el hombre, o agro-ecosistemas (GRIGG, 1982). Si se parte del postulado de que todas las sociedades humanas producen y reproducen las bases materiales de su existencia mediante el manejo de algunos recursos naturales, algunos autores distinguen lo que llaman un *modo primario* y un *modo secundario* de manejo de los recursos naturales. El primero de ellos es propio de los pueblos cazadores – recolectores, donde la utilización de los recursos no llega a modificar la estructura y dinámica de los ecosistemas. El segundo es el que produce transformaciones limitadas del ecosistema; las sociedades que históricamente han explotado los recursos de un modo secundario han sido generalmente denominadas sociedades *campesinas* y desde el punto de vista ecológico se caracterizan por la manipulación y domesticación de plantas y animales como convertidores biológicos. El potencial productivo de los sistemas agrarios que hacen un uso de tipo *secundario* de los recursos está determinado por el grado de eficiencia de los animales y las plantas en la captación de energía solar, y por la cantidad de trabajo y tierras que puedan disponer. Estos autores también identifican un *modo terciario* o industrial de uso de los recursos naturales, caracterizado por la utilización generalizada de combustibles fósiles y por producir un elevado grado de artificialización de los ecosistemas (GONZÁLEZ DE MOLINA; HERRERA 2002).

En su versión tradicional la metodología de los paisajes agrarios asume que así como el territorio, la ocupación humana del espacio y la morfología suelen ser los componentes más estables de un paisaje agrario y los que contribuyen a definir su estructura básica, los componentes más expuestos al cambio histórico son las plantas y animales, así como las tecnologías dispuestas para su explotación (LEBEAU, 2000). Las versiones más recientes han subrayado la noción de paisajes agrarios como construcciones históricas, y en tal sentido, son a la vez resultado y base de la interacción de las comunidades humanas con la naturaleza: “(...) *Sin intervención antrópica y fines humanos no habría paisajes. Sólo ecosistemas* (TELLO, 1999)”.

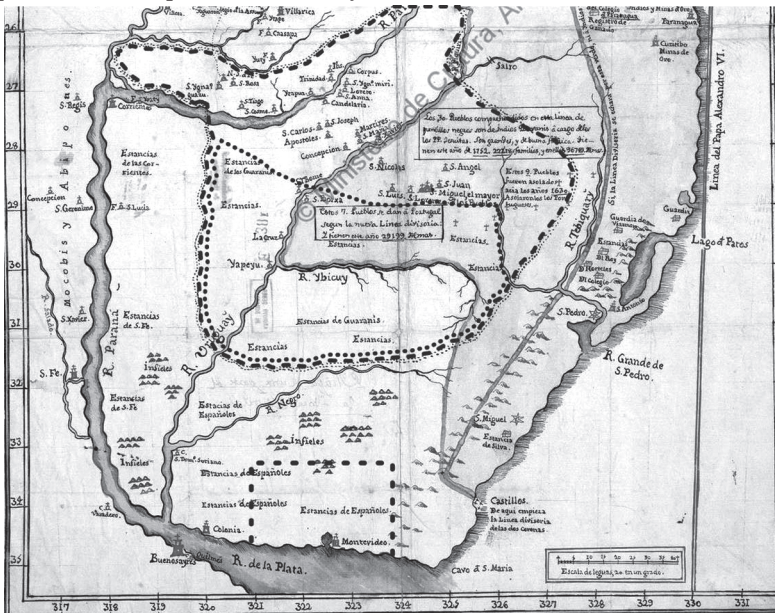
4. Misioneros y Montevideanos: Sus Paisajes Agrarios

4.1. El Territorio

El paisaje pastoril misionero nació como resultado de la necesidad de garantizar un aprovisionamiento regular de carne a las misiones que la Compañía de Jesús fundó a partir de comienzos del XVII. Hasta la década de 1640 las autoridades jesuitas que regían las misiones localizadas en el Alto Plata recurrían al ganado de la jurisdicción de Corrientes para abastecer de carne a sus crecientes contingentes misionados, por medio de un acuerdo con el cabildo de esa ciudad (MAEDER, 1981). Pero diversas circunstancias los llevaron desplazar su radio de acción ganadera al sur-este, creando un foco ganadero propio en torno al pueblo de Yapeyú, en la orilla derecha del Uruguay (CARDIEL, 2002 [1770]). Así, en la segunda mitad del siglo XVII comenzó la formación del paisaje pastoril, cuando los agentes misioneros empezaron a apropiarse de una pradera y unos ganados que técnicamente eran de propiedad real y en los hechos no tenían dueño, para proveerse de carne. El proceso comenzó en la segunda mitad del siglo XVII, alcanzó una cierta configuración característica en la mitad del siglo XVIII y declinó después de 1780. El vasto territorio de pradera que los misioneros lograron poner bajo su control, aunque todavía se mantenía lejos de los apetitos de las ciudades españolas del Litoral, era un espacio que no estaba vacío. Algunas etnias semi-nómades que no se habían integrado formalmente a la sociedad colonial pero que vivían en estrecha relación con ella, lo recorrían y aprovechaban sus ganados y sus pastos. La interacción entre el mundo misionero y el mundo “infiel” fue intensa, y conoció intentos fallidos de catequización por parte de los jesuitas, enfrentamientos violentos y convivencias pacíficas, según la etnia y el período. Hacia 1750 las tribus menos amistosas habían sido desplazadas bien hacia el Sur, contra el Atlántico, y hacia el Oeste, contra el río Paraná⁶.

Los jesuitas organizaron la explotación misionera de la pradera y los ganados en régimen de *tupambaé*, es decir, mediante un régimen de propiedad y trabajo comunales, de la misma forma que, por ejemplo, habían organizado la explotación de sus yerbales (POPESCU, 1967) (GARAVAGLIA, 1982-b). Así, ni la tierra ni los ganados fueron distribuidos en propiedad individual; la explotación de ambos recursos quedó bajo la responsabilidad de las autoridades (cabildos) de los pueblos que habían formado “estancia”. Después de la expulsión de los jesuitas en 1768, las estancias de los pueblos misioneros fueron asimiladas por los administradores reales a las “tierras de propios” que gozaban los pueblos y ciudades “civiles” de la América Hispana, y así conservaron su carácter de propiedad comunal.

Mapa 1. El territorio pastoril misionero y el territorio montevideano, c.1750



Referencias: En línea punteada gruesa irregular: todo el territorio misionero, según el autor del mapa; en línea punteada fina irregular: territorio de estancias misioneras, según las inscripciones del mapa. En línea punteada recta: territorio aproximado de la Jurisdicción de Montevideo. En base a mapa jesuita de 1752 localizado en Archivo General de Simancas; MPD, 06, 32; disponible en: Catálogo Colectivo de la Red de Bibliotecas de los Archivos Estatales; <http://www.mcu.es/ccbae/es>

Existe una abundante cartografía jesuita que señala el territorio de las estancias misioneras: un vasto espacio de pradera que corría aproximadamente desde el río Camacú hasta el río Uruguay en dirección Este-Oeste, y desde el río Ibicuy al Queguay, en dirección Norte-Sur (FERRÉS, 1975 [1919]) (FURLONG, 1936) (VADELL, 1950) (MAEDER, 1992). El Mapa 1 se basa en uno de ellos; casi toda la mitad norte del actual estado uruguayo y la mitad sur del actual estado brasileño de Rio grande do Sul formaban el territorio del paisaje pastoril misionero; prácticamente la totalidad de la eco-región de los campos del norte. Se trataba de una gran porción territorial. Cardiel atribuyó 800 leguas cuadradas sólo a la estancia de San Miguel, nada menos que 2:000.000 de hectáreas⁷. Aún más grande era la estancia de Yapeyú, que comprendía territorios a la izquierda y a la derecha del río Uruguay desde la desembocadura del Ibicuy hasta el Queguay. Este territorio se amplió un poco más hacia el sur y hacia el este durante las primeras dos décadas de administración civil de las misiones, pero empezó a retroceder entre 1780 y 1800 (MAEDER, 1990-b). Los cabildos de

las ciudades de Santo Domingo de Soriano y de Montevideo litigaron contra la administración de los pueblos, en el primer caso por el control institucional del antiguo puesto yapeyano de Paysandú y en el segundo por el control de los ganados cimarrones localizados entre los ríos Yí y Negro, un territorio que no pertenecía ni a los pueblos misioneros ni a los montevideanos (BARRIOS; PINTOS, 1979). Un particular litigó con Yapeyú durante más de una década por el control de una favorecida porción de pradera en la margen izquierda del río Uruguay (BARRIOS PINTOS 1967: 71-74). Afines del siglo XVIII numerosos particulares empezaban a aposentarse en diversas áreas aledañas, y otros tantos pactaban con las autoridades de Yapeyú el usufructo de parcelas de tierras a ambos lados del río Uruguay (TORRE; REVELLO, 1958). La autoridad virreinal fundó en 1801 la villa de Belén en el corazón de la estancia de Yapeyú, en el marco de una política de poblamiento de la zona fronteriza con Portugal, y finalmente, ese mismo año siete pueblos misioneros localizados en la ribera oriental del río Uruguay cayeron bajo el poder militar portugués, entre ellos el polo ganadero de San Miguel. Las estancias de los siete pueblos del Alto Uruguay, comprendidas en territorio de control hispánico pero fuera del alcance de las autoridades virreinales, aunque no fueron formalmente disputadas por los portugueses a la administración misionera, quedaron de hecho fuera del control del distrito misionero español.

El paisaje agrario montevideano es algo más joven que el pasaje pastoril misionero. Comenzó a nacer con la fundación de Montevideo en 1726, cuando le fue adjudicada una jurisdicción territorial delimitada con cierta precisión mediante arroyos, ríos y accidentes geográficos reconocibles; el resultado es el área señalada en el Mapa 1, una superficie de aproximadamente un millón y medio de hectáreas. Por su carácter se dispuso que la nueva ciudad fuera cerrada por una muralla; fuera de ella comenzaba un ejido para el pastoreo común, y unas “tierras de propios” que alcanzarían hasta el arroyo Miguelete. Más allá del mismo comenzaba la verdadera campaña de Montevideo, es decir la zona de chacras repartidas a los vecinos fundadores, enclavada en el seno del ecosistema *campos del sur*. Las chacras fueron entregadas a los vecinos fundadores; cada vecino recibió un predio para chacra con obligación de ponerlo en producción en un término de pocos años, de 200 a 400 varas de frente por una legua de fondo, y un predio para estancia de media legua de frente (3000 varas) por una legua y media de fondo (9000 varas)⁸. Las estancias se localizaban algo más lejos que las chacras, con frente a los arroyos Carrasco, Pando y Solís, y sus tenedores se obligaban a edificar ranchos y poblar con ganado los establecimientos en un plazo de tres años (AZAROLA GIL, s/f: 107-109).

Los repartos de chacras y estancias, aunque iniciados en 1726 con la llegada de los primeros pobladores, siguieron a ritmo muy paulatino hasta 1760, por los continuos enfrentamientos con los pueblos originales (SALA DE TOU-

RON et al. 1967-b: 16-26). A partir de 1771 se oficializó la figura de Jueces Comisionados para actuar en la administración de justicia en distritos de la campaña montevideana identificados como “partidos” o “pagos”, lo cual sugiere cierta densificación de la población sobre ese territorio (BARRIOS; PINTOS, 1971: 366-367). Desde 1769, el ayuntamiento montevideano solicitó ante las autoridades de Buenos Aires y de la Corona la ampliación de su jurisdicción; lo hizo en 1769, 1785 y 1797 (BARRIOS PINTOS 1971: 369). Aunque estas gestiones resultaron formalmente infructuosas, en la década de 1790 los hacendados montevideanos ya desbordaban los límites jurisdiccionales en dirección al Río Negro⁹. Para entonces el cabildo de Montevideo, hegemonizado por un grupo de hacendados de nuevo cuño, estaba enfrascado en un áspero conflicto con la administración de los pueblos misioneros por los ganados del área entre los ríos Yí y Negro. El episodio forma parte de una avanzada montevideana sin pausa sobre los *campos del norte*.

4.2. Morfología y Hábitat

La morfología de estos paisajes era muy diferente, y como es lógico, influyó en la distribución espacial de la población, que adoptó patrones diferenciales en uno y otro caso. Hacia 1750 la morfología del paisaje pastoril misionero estaba definida por un continuo articulado de “estancias”, cada una de ellas con un número variable de “puestos” de cría y engorde del ganado vacuno, equino y ovino, que abarcaba amplios territorios sobre ambos márgenes del río Uruguay, hasta casi el Río Negro. Diversos estudios permiten conocer cómo se organizaban estos vastos espacios de pradera de tamaño variable controlado en régimen de tupambaé por un pueblo (TORRE; REVELLO, 1958) (GARAVAGLIA, 1975) (LA SALVIA, 1988) (MAEDER, 1990) (CAMPAL, 1994) (POENITZ, 1994) (LEVINTON, 2005). Dentro de cada una de estas grandes estancias había “puestos” o “estanzuelas”, “capillas” y en algún caso, “puertos”. Los primeros eran enclaves donde se amansaba, reproducía y engordaba el ganado; la “capilla” era el puesto donde se colocaba la imagen del Santo que tutelaba la estancia –los jesuitas dieron nombres de santos a todas las estancias– y por lo general en el puesto más grande vivía el mayor número de familias “estancieras”. Los puertos estaban situados en los pasos de los ríos, y funcionaban como puestos de reposta de hombres y caballos.

Finalmente, el ordenamiento territorial se completaba con caminos que unían algunos puntos estratégicos con el nodo central, que era el pueblo. Tal el caso del “camino al Salto” de la estancia de Yapeyú, que unía al pueblo con el puerto de Salto Chico a través de cerca de 300 kilómetros, enlazando capillas y puestos a su paso (POENITZ, 1983). Así, ha sido señalado que al comenzar la segunda mitad del siglo XVIII, el paisaje pastoril misionero presentaba una morfología característica de un territorio urbano-rural integrado, donde la ju-

jurisdicción del pueblo se prolongaba de puesto en puesto hasta los confines de la estancia grande (LEVINTON, 2002) . La mano de obra que se ocupaba en las faenas de la estancia eran familias “estancieras”, es decir núcleos parentales de indios misionados que eran destacados por las autoridades de los pueblos en los diferentes puestos para cumplir labores por períodos más o menos acotados, del mismo modo que se hacía en los yerbales. Esto propició un patrón de distribución de la población de muy baja densidad, con los contingentes poblacionales concentrados en los puestos o capillas más importantes. Aunque en unos cuantos casos estos puestos dieron lugar a la formación posterior de villas y ciudades, debe destacarse que esta forma de ocupación del espacio no dio lugar a la fundación formal de centros urbanos durante el período colonial. Pero la ausencia de fundaciones no quiere decir que la ocupación del espacio no haya tenido un carácter real y efectivo: la morfología del paisaje misionero fue el primer ordenamiento que conoció ese territorio con posterioridad al contacto.

La trama básica de la economía agraria de la jurisdicción de Montevideo, en cambio, era un parcelario de chacras y estancias de propiedad individual calcado de la ciudad-madre Buenos Aires. Antes de caracterizar estas unidades productivas es necesario aclarar que las diferencias entre chacras y estancias no deben entenderse como un contraste entre agricultores y ganaderos, ni entre ricos y pobres. Al disponerse el reparto de la tierra en esta modalidad dual, las autoridades confiaron a cada familia la producción tanto de cultivos como de ganados. Así, no debe perderse de vista que por lo general los hacendados más ricos también eran prósperos chacareros y que para el agente económico típico de la campaña montevideana lo normal era estar involucrado en la producción de cultivos y en la cría del ganado en ciclos productivos simultáneos, si bien en predios diferentes¹⁰. Durante la administración civil aumentó el número de puestos de la estancia de Yapeyú, y posiblemente el de la población rural adentro del paisaje pastoril misionero. El inventario de los bienes del pueblo de Yapeyú en 1780 registró 23 puestos en la el flanco oriental de su estancia, además del puesto y poblado de Paysandú; mientras que del lado occidental se contaron 18 puestos y se habían formado los poblados de Salto Chico y Mandisoví (TORRE REVELLO, 1958). Un padrón de población de 1769 reveló que el total de las unidades censales de la campaña montevideana se repartía casi en dos mitades iguales: el 46% de las unidades censales eran se auto-identificaban como “chacras” y el 56 % como estancias¹¹.

Se conocen algunos rasgos de las chacras y estancias montevideanas en base a la información provista por los inventarios post-mortem de estas propiedades rurales durante el período 1756-1810¹². Las chacras eran unidades productivas más pequeñas que las estancias, no sólo en tamaño: mientras que una chacra promedio se tasaba en un rango de valor desde los 1500 hasta los 4000

pesos, las estancias promedio se tasaban en cifras que rondaban los 6000 pesos. Este mayor valor de las estancias respecto de las chacras no resultaba sólo de su mayor tamaño, puesto que el peso de la tierra en el valor total de ambos tipos de predios era muy bajo. Tampoco resultaba enteramente de la orientación productiva ganadera de las estancias. Los ganados son relativamente muy baratos en aquel tiempo y lugar, y sólo la formación de muy grandes rodeos compite con la riqueza generada por una modesta cosecha de trigo (MORAES, 2010). El principal factor que agregaba valor a las estancias era la presencia de esclavos: según los inventarios post-mortem, el 51% de las estancias de la jurisdicción montevidéana empleaban mano de obra esclava, mientras que sólo un 27% de las chacras tenían esclavos¹³. Así, contrariamente a lo que podía imaginarse por su orientación productiva, las estancias resultan en promedio unidades productivas más capitalizadas que las chacras. Se trata de un contraste interesante, que además confirma la importancia del trabajo esclavo en la ganadería colonial regional, como ya fuera señalado por los especialistas para el caso pampeano (GELMAN, 1989-a) (MAYO, 1995) y para el riograndense (OSÓRIO, 2007).

La principal fuente de mano de obra era la propia familia de estancieros y chacareros. En efecto, el parcelario de chacras y estancias dio lugar a un patrón de distribución disperso de la población, localizada en estas unidades productivas de la campaña montevidéana. Según los datos del recuento de 1769, las personas que formaban parte del núcleo familiar (el jefe de hogar, su cónyuge y sus hijos) representaban casi tres cuartos del total de pobladores de la campaña montevidéana, mientras que los peones, “puesteros” y esclavos formaban el cuarto restante. En otras palabras, la población trabajadora que no pertenecía a los núcleos familiares de las unidades productivas era una porción reducida de las comunidades rurales del espacio montevidéano. También ese recuento mostró que el porcentaje de población asalariada y esclava era mayor en las estancias que en las chacras¹⁴.

4.3. Los Sistemas Productivos

La actividad fundamental de las estancias misioneras era la producción de carne para el consumo interno. Se basaba en la recogida de ganado cimarrón para someterlos a un proceso de amansamiento, reproducción y engorde. Se conocen testimonios muy precisos de las técnicas empleadas para el arreo y el amansamiento de estos animales, donde se comprueba que la ganadería misionera requería muchos hombres, muchos caballos, y notables destrezas específicas (GONZÁLEZ, 1968 [1705]) (CARDIEL, 1770).

El abasto del consumo misionero de carne dio lugar a una ganadería de cría cuyo grado de desarrollo es impreciso. Teniendo en cuenta la información

disponible sobre el consumo de carne por año para algunos pueblos misioneros del período 1760-1810, una reconstrucción de las cantidades de animales requeridos para abastecer al conjunto de la población misionera arrojó como resultado que sería necesario mantener unos rodeos de entre 700.000 y 1.000.000 de cabezas vacunas¹⁵. Algunos recuentos de la existencia de ganados en las estancias misioneras realizados en 1768 y 1784 sitúan el rodeo misionero en torno a estas cifras, pero también ponen al descubierto el protagonismo que tenía el ganado cimarrón en la ganadería misionera (MAEDER, 1992: 150). Todo indica que la ganadería vacuna de las estancias misioneras se basaba tanto en el arreo y amance de animales silvestres como en la cría de mansos.

Pero las estancias misioneras no sólo producían carne vacuna. Durante la administración jesuita eran unidades muy diversificadas, donde se practicaba la cría de mulas, ovina y equina. Los inventarios de estas estancias han mostrado cierta división del trabajo adentro de las estancias más grandes, con puestos dedicados exclusivamente a la producción de mulas o de ovinos (GARAVAGLIA, 1975). Por otro lado, la evidencia arqueológica ha mostrado que en alguna estancia se combinaban las actividades ganaderas con la agricultura de subsistencias, la fabricación de tejas y hasta la explotación de una calera (LA SALVIA, 1988).

Durante la primera década de la administración civil se produjo cierto descuido de las estancias, mientras que comenzó a cobrar vigor una actividad hasta entonces del todo ausente de la ganadería misionera: la matanza masiva de animales cimarrones para extraer el cuero. Al comenzar la década de 1780 esta actividad cobró un inusitado vigor que condujo, entre otros resultados, a que el virrey prohibiese las faenas misioneras de corambre en 1784 (SARREAL, 2009). Para entonces el ganado cimarrón que corría por la pradera misionera estaba siendo objeto de disputa entre numerosos agentes rivales. La actividad productora de carne no desapareció, pero decayó sin pausa durante el resto del siglo y hacia 1800 la otrora prósperas estancias de Yapeyú y San Miguel no podían abastecer el consumo regular (MAEDER, 1990).

Los trabajos en las estancias misioneras eran cumplidos por personal de los pueblos, organizados en cuadrillas para cumplir las tareas regulares. Los indios *estancieros* vivían con sus familias en los puestos. La presencia de las mujeres y los niños ampliaba la cantidad de trabajo disponible (SEPP, 1985 [1732]).

La actividad fundamental de las unidades productivas montevidéanas era la producción de cereales, verduras, frutas y diversas especies de ganados.

Un indicio de que de la producción de trigo era una actividad importante en la campaña montevidéana se halla en los altos valores de los remates del diezmo de "granos", una suma en moneda que generalmente más que duplicaba el valor ofrecido por el diezmo de ganados o "cuatropea"¹⁶. Esta información no puede trasladarse a la estructura productiva; de hecho, existe evidencia

sólida de que la agricultura contaba con mejores precios y con mercados mejor organizados que la ganadería de carne, elementos que explican por qué los interesados estaban dispuestos a pagar por el diezmo de granos mucho más de lo que estaban dispuestos a pagar por el de ganados (MORAES, 2011-d: 217-222). Pero la mera existencia de mercados más organizados y precios más altos para el trigo jerarquiza su papel en la economía agraria montevideana. Lamentablemente, las fuentes sobre el volumen de la producción triguera son todavía insuficientes. De acuerdo a las estimaciones disponibles de población, si los habitantes de la jurisdicción de Montevideo consumían cantidades de trigo iguales a las de sus vecinos de Buenos Aires, hubieran requerido cosechas del orden de las 15.000 fanegas en la década de 1770, 25.000 en la de 1780, 43.000 en la de 1790 y 75.000 en la de 1800¹⁷. Los contemporáneos señalaron que la cosecha de 1773, que fue muy mala, dio entre 6000 y 7000 fanegas¹⁸, mientras que la de 1787, que fue muy buena, dio 60.000 fanegas (PÉREZ; CASTELLANO, 1968 [1787]). Un estudio del precio del trigo en este período muestra que, como suele ocurrir con los precios agrícolas, el del grano sufría violentas fluctuaciones de corto plazo según la calidad de las cosechas. Pero en el largo plazo su tendencia fue estable hasta casi fines de siglo, cuando mostró una tendencia alcista marcada que perduraba todavía en 1810 (MORAES, 2010). Así, es posible que el movimiento de la producción triguera estuviera acompasado al crecimiento demográfico hasta la década de 1790, pero que resultara insuficiente después, por motivos que merecen ser posterior investigación.

Un manual para labradores escrito en 1814 por un antiguo cultivador y diezmero montevideano permite conocer con detalle el calendario agrícola y las características de los procesos de siembra, siega, trilla y almacenamiento del grano, que aparecen muy similares a los que han sido descritos para la campaña de Buenos Aires (PÉREZ; CASTELLANO, 1968 [1813]: 274-276). Los rendimientos del trigo que consigna esta fuente también son similares a los que han sido reportados para la campaña de Buenos Aires, donde la agricultura triguera tenía un buen desarrollo: ambos elementos sugieren que el nivel tecnológico de los labradores montevideanos no estaba por debajo del estándar regional.

La producción de frutas y verduras tenía gran importancia en las chacras. Los inventarios post-mortem muestran que los montes frutales representaban aproximadamente la mitad del capital de las chacras¹⁹. El calendario de la producción frutícola duraba todo el año y enlazaba una amplia variedad de frutas de todas las estaciones, conformando una oferta sumamente amplia y rica (PÉREZ; CASTELLANO, 1968 [1813]: 154-155).

Si bien en las chacras también había ganados para tiro y para autoconsumo, las unidades productivas ganaderas por excelencia eran las estancias. Los ganados listados en los inventarios de estancias muestran que los bovinos

y los equinos eran los pilares de la ganadería montevideana: los vacunos estaban presentes en el 45% de estas unidades productivas, los bueyes en el 44% y los caballos en el 47%. Pero la producción de ovinos también tenía un lugar en los establecimientos productivos: aunque las ovejas sólo figuran en un 14% de los predios rurales, alcanzan para señalar la existencia de un rubro ovino. En cambio la producción de mulas no tenía significación²⁰. Sin embargo, a lo largo del período la producción bovina dejó atrás a los otros rubros ganaderos en importancia económica. El peso de los bovinos en el valor monetario del stock animal total pasó de un 55% a mediados del siglo XVIII, a un 85% en la primera década del siglo XIX²¹.

No se conocen estimaciones sobre el stock animal de la jurisdicción de Montevideo para el período posterior a 1760. Una estimación tentativa sugiere que al comenzar el siglo XIX el consumo de carne de los montevidianos posiblemente no requería más de 70.000 cabezas vacunas por año. La carne siguió siendo un bien de precio ínfimo durante todo el período; este dato y las reiteradas referencias de los contemporáneos a la abundancia de la carne no dejan ningún lugar para una hipótesis de insuficiencia de la oferta. Sin embargo, tampoco cabe pensar en un rodeo de cría de dimensiones fabulosas: hay indicios de que el nivel más eficiente de rodeo manso se situaba en muy poco más de 100.000 cabezas de ganado²².

La característica principal del mercado montevideano de carne fresca era su tamaño exiguo. No sólo porque la población posiblemente apenas alcanzara los 20.000 habitantes en 1800: existen numerosos indicios de que predominaban el autoconsumo y las formas informales de acceso a la carne fresca, al margen del abasto municipal de carnes. Así, los intentos del Cabildo por formalizar una oferta y un circuito oficial de distribución fracasaron una y otra vez, sin que nunca se oyera una voz de protesta de los consumidores y en cambio clamaran su disgusto los potenciales oferentes²³. El tamaño del mercado formal de carne se amplió después de 1780, cuando la Real Hacienda empezó a contratar la carne para los presos de la cárcel, y agregó en 1784 los suministros de la marina²⁴. Desde el punto de vista de los productores de ganado de la campaña montevideana, esta eventual lentitud en la formación del mercado de carne fresca no es un dato menor. En contraste con Buenos Aires, donde el mercado del consumo urbano era un destino fundamental para la producción vacuna, que además contrapesaba la inestabilidad de los mercados de ganado vivo y de cueros, la evidencia sugiere que en Montevideo la demanda originada en el consumo privado -principal destino aparente de la ganadería montevideana de cría- resultaba incapaz de llevarla su pleno potencial de producción. La práctica de no herrar las crías y permitirles que vuelvan a su estado salvaje, que tanto escandalizó a oficiales de gobierno y visitantes extranjeros, era la forma más común de nivelar las tasas de procreo con las tasas de extracción²⁵.

En este contexto la apertura de un mercado de ganado para los saladeros, en 1784, debe haber constituido un cambio radical para la ganadería de cría montevideana. No obstante, en la medida que no se conoce con precisión cuántos saladeros se localizaban dentro y cuántos fuera de la jurisdicción, ni tampoco los circuitos de ganado con que se aprovisionaban, no es posible determinar con precisión el impacto de la demanda de los saladeros sobre la oferta ganadera específicamente montevideana²⁶.

5. Conclusiones: La Diversidad de Mundos Rurales del Litoral Rioplatense

La historiografía uruguaya del período colonial sólo recientemente ha logrado eludir las restricciones derivadas de la aplicación de una geografía “nacional” a problemas y procesos anteriores a la existencia de los Estados nacionales. Este trabajo forma parte de ese esfuerzo colectivo y se propuso difundir de manera resumida diversos resultados de investigación sobre la historia agraria de dos espacios económicos de interés.

El paisaje pastoril misionero formaba parte de un todo mayor, formado por el complejo productivo de las misiones jesuítico-guaraníes. La economía misionera era un sistema complejo que incluía un sector potente de producción de textiles, un igualmente importante segmento productor de yerba mate, y un sector forestal de amplio desarrollo. Todos sus rubros productivos tenían una ventajosa inserción comercial en los mejores mercados del vasto espacio peruano platense. En otra parte se ha argumentado que cuando hubo alcanzado determinado tamaño de población este conglomerado necesitó tener un sector productor de carne de grandes proporciones para mantener acompasado el peculiar crecimiento demográfico misionero con la disponibilidad de alimentos (MORAES, 2006). Así, en sus orígenes el paisaje pastoril misionero no era otra cosa que, como lo definió el jesuita Cardiel, “*la dehesa de las Misiones*”. Su territorio, su morfología, la densidad y distribución de su población y sus sistemas de producción fueron definidos con arreglo a ese propósito, entre la segunda mitad del siglo XVII y la primera del siglo XVIII. En este sentido, su ordenamiento territorial “miraba” al Norte, y no hacia el Atlántico. Los territorios que ocupó, lejos de ser espacios vacíos, fueron el ámbito físico donde funcionó uno de los mayores y más tempranos sistemas ganaderos del Litoral rioplatense.

El paisaje montevideano comenzó a formarse después de 1730 para satisfacer los requerimientos de alimentación de la ciudad recién nacida. Su territorio quedó definido en los papeles en el momento de la fundación de la ciudad, pero sólo pudo empezar a ser ocupado de manera estable después de 1760. La historia del territorio montevideano es en cierto modo una contrapartida de la historia

misionera: desde 1780 ciertos agentes montevidEOS empezaron a avanzar en direcci3n al territorio misionero. Iban detr3s de los abundantes ganados cimarrones controlados por los misineros, y la apropiaci3n territorial era una estrategia subordinada a ese objetivo. La expresi3n m3s clara de este proceso fue la controversia jur3dica entre el cabildo de Montevideo y la administraci3n de los pueblos misioneros sobre la propiedad legal de los ganados localizados entre los r3os Y3 y Negro. El avance de los "hacendados montevidEOS" sobre las tierras y los ganados extra-jurisdiccionales constituye un caso singular de construcci3n de territorio en base a unos derechos de propiedad que eran casi una ficci3n: alegaban poseer derechos sobre tierras que apenas hab3an sido "denunciadas" y sobre ganados "alzados" que no ten3an marca alguna. Pero aunque el proceso empez3 r3pido no tuvo un tr3mite acelerado. Las autoridades de los pueblos misioneros, los cabildos de las villas afectadas y las estructuras del gobierno central opusieron resistencia al avance de los hacendados montevidEOS. Cuando estall3 la revoluci3n en 1810 el avance sobre los recursos misioneros estaba en pleno desarrollo, pero estaba lejos de ser un hecho consumado.

Ha sido posible identificar dos morfolog3as en estos paisajes: en Montevideo rigi3 un parcelario de chacras y estancias, mientras que en el paisaje pastoril misionero tuvo lugar un ordenamiento territorial ligeramente parecido a los sistemas de campos abiertos, jalonado por la presencia de "puestos" de estancia, puertos y postas que se un3an mediante un sistema de caminos. Tambi3n en este aspecto los diferentes derechos de propiedad sobre los recursos jugaron su papel, ya que el primer tipo morfol3gico se asocia a la propiedad individual de los recursos, mientras que el segundo suele aparecer en relaci3n con recursos sujetos a derechos comunales de propiedad.

El parcelario de chacras y estancias constituy3 sin ninguna duda el rasgo m3s caracter3stico, y posiblemente el m3s perdurable, de las campa3as de Buenos Aires y Montevideo, pero contribuy3 a inducir en los an3lisis hist3ricos tradicionales la noci3n de unos sistemas agrarios duales, donde agricultura de cultivos y pastoreo eran actividades que se daban la espalda, y hasta compet3an por el uso del suelo. Se trata de una imagen que aunque captura algunos elementos reales, induce a confusiones importantes. Al respecto conviene precisar que esta morfolog3a donde las parcelas difieren en extensi3n seg3n su destino principalmente agr3cola o ganadero, no es asimilable a una morfolog3a de latifundio/minifundio capitalista como la que era reconocible en muchos pa3ses de Am3rica Latina en el siglo XX, ni tampoco es evidente que la tierra escaseara en los casos aqu3 estudiados, aun en un paisaje que como el de Montevideo, vio crecer su poblaci3n total de manera muy acelerada. En cambio, al final del siglo XVIII parece haber un conflicto claro entre un r3gimen de derechos de propiedad comunal que est3 en retroceso, y un r3gimen de derechos de propiedad individual que va en ascenso.

La morfología del paisaje pastoril misionero sólo recientemente ha sido comprendida. Durante mucho tiempo la mirada de los estudiosos sobre los territorios ubicados entre el río Ibicuy y el Río Negro sobre ambos márgenes del río Uruguay, ha tendido a no ver más que la ausencia de centros poblados, y por lo tanto, de unidades productivas reconocibles, como si al faltar las villas o ciudades faltara toda forma de ocupación del espacio. La morfología misionera original de grandes estancias, puestos, puertos y caminos se vio perturbada por la penetración de agentes no-misioneros en el territorio, dando lugar a fenómenos de desorganización de antiguos puestos y de formación de nuevas postas: en las últimas décadas del siglo XVIII ya son visibles nuevos circuitos de orientación norteña, que vinculaban la producción ganadera misionera con Rio Pardo, y a través de esta puerta de entrada al mundo lusitano, con la demanda minera final de ganado vivo y los circuitos ilegales de cueros, cuyo alcance podía ser de miles de kilómetros de distancia.

Los dos paisajes agrarios estudiados permiten reconocer dos sistemas agrarios básicos. Ambos constituyen casos de un *modo de uso secundario* de los recursos: el montevideano, basado en unidades productivas familiares, sobre derechos de propiedad individual y mano de obra familiar; el de los pueblos misioneros, basada en la propiedad y el trabajo comunales. A éstos debería añadirse un tercero, que no se estudia en este trabajo pero que fue muy importante para los dos anteriores: el que después de 1780 llevaron adelante los empresarios del cuero, basada en la propiedad individual y el trabajo asalariado. Pero a diferencia de los dos primeros, la producción de cueros introducía desequilibrios mayores en el ecosistema y, aunque no alcanza a configurar un caso de *modo de uso terciario*, no puede fácilmente clasificarse como *campesino* en el sentido que se dio a esta palabra antes.

Ninguno de estos tipos, naturalmente, era puro: las unidades familiares, como se vio antes, poseían esclavos; posiblemente también empleaban trabajo asalariado, y seguramente apelaban a relaciones de reciprocidad para complementar las dosis de trabajo familiar en algunos momentos del ciclo productivo. Los pueblos misioneros, por su parte, cuando se lanzaron a la producción masiva de cueros después de 1770 complementaron el trabajo comunal con formas originales de contratación de trabajo asalariado. Los empresarios de la economía del cuero, a su vez, usaron más trabajo libre que esclavo y las formas de contratación de sus vaquerías muestran salarios altos y personal especializado. Sobre el suceso relativo de cada una de estas economías agrarias no se trata aquí, pero conviene apuntar que de estos tres sistemas agrarios que convivían a fines del siglo XVIII, los basados en la propiedad individual habrían de sobrevivir y desarrollarse, mientras que el sistema basado en la propiedad comunal se vio arrasado por ellos.

Referencias

ASSADOURIAN, C. S. *El sistema de la economía colonial: mercado interno, regiones y espacio económico*. Lima: Instituto de Estudios Peruanos, 1982.

_____. Integración y desintegración regional en el espacio colonial: un enfoque histórico. In: *Mercados e Historia*, ed. J. C. G. Y. J. S. Riquer. México: Instituto Mora, 1994.

AZAROLA GIL, L. E. *Los orígenes de Montevideo, 1607-1749*. Montevideo: Barreiro y Ramos, s/f.

BARRIOS PINTOS, A. *De las vaquerías al alambrado*. Montevideo: Ediciones del Nuevo Mundo, 1967.

_____. *Historia de los pueblos orientales*. Montevideo: EBO, 1971.

_____. *Paysandú en escorzo histórico*. Montevideo: División Reprografía del Palacio Legislativo, 1979.

BENTANCUR, A. A. *El puerto colonial de Montevideo*. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 1996-1999.

BORUCKI, A. The Slave Trade to the Río de la Plata, 1777-1812: Trans-Imperial Networks and Atlantic Warfare. *Colonial Latin American Review* 20(1), 2011.

BRACCO, D. *Charrúas, guenoas y guaraníes*. Montevideo: Linardi y Risso, 2004.

CAMPAL, E. F. *La cruz y el lazo*. Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental, 1994.

CARDIEL, J. Breve relación de las Misiones del Paraguay (1770). In: *Crónicas de América*, ed. H. Sáinz Ollero. Madrid: Dastin, 1770.

CARDIEL, J. *Breve relación de las Misiones del Paraguay*. Madrid: Dastin. 2002[1770].

DJENDEREDJIAN, J. *¿Un aire de familia? Producción ganadera y sociedad en perspectiva comparada: las fronteras rioplatenses a inicios del siglo XIX*. *Jahrbuch für Geschichtete Lateinamerikas* 41, 2004.

FERRÉS, C. *Época Colonial. La Compañía de Jesús en Montevideo*. Montevideo, 1975 [1919].

FRADKIN, R. El mundo rural colonial. In: *Nueva Historia Argentina*, ed. E. Tandeter. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2000.

FRADKIN, R. y J. GELMAN. Recorridos y desafíos de una historiografía. Escalas de observación y fuentes en la historia rural rioplatense. In: *Microanálisis. Ensayos de historiografía argentina*, ed. B. Bragoni. Buenos Aires: Prometeo, 2004.

FREGA, A. Pertenencias e identidades en una zona de frontera. La región de Maldonado

entre la revolución y la invasión lusitana (1816-1820). In: *Primeras Jornadas de Historia Regional Comparada*. Porto Alegre-Rio Grande do Su, 2000.

_____. El artiguismo en la revolución del Río de la Plata. Algunas líneas de trabajo sobre el 'sistema de los pueblos libres'. In: *Nuevas miradas en torno al artiguismo*, eds. A. Frega and A. Islas. Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación - Universidad de la República, 2001.

_____. *Pueblos y soberanía en la revolución artiguista*. Montevideo: Banda Oriental, 2007.

FURLONG, G. *Cartografía jesuítica del Río de la Plata*. Buenos Aires: Talleres S. A. Casa Jacobo Peuser, 1936.

GARAVAGLIA, J. C. Las actividades agropecuarias en el marco de la vida económica del pueblo de indios de Nuestra Señora de los Santos Reyes Magos de Yapeyú: 1768-1806. In: *Haciendas, latifundios y plantaciones en América Latina*, ed. E. Florescano. México: Siglo XXI, 1975.

_____. *Un modo de producción subsidiario: la organización económica de las comunidades guaranizadas durante los siglos XVII-XVIII en la formación regional altoperuana-rioplatense*. *Cuadernos de Pasado y Presente* 40, 1982 - b.

_____. *Economía, sociedad, regiones*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1987-a.

_____. *Pastores y labradores de Buenos Aires. Una historia agraria de la campaña bonaerense 1700-1830*. Buenos Aires: Ediciones de la Flor, 1999-a.

GARAVAGLIA, J. C.; J. D. GELMAN. *Rural History of the Rio de la Plata, 1600-1850: Results of a Historiographical Renaissance*. *Latin American Research Review* 30(3), 1995.

GELMAN, J. Una región y una chacra en la campaña rioplatense: las condiciones de la producción triguera a fines de la época colonial. *Desarrollo Económico* XXVIII(112), 1989-a.

_____. (1998): *Campeños y estancieros. Una región del Río de la Plata a fines de la época colonial*. Buenos Aires: Editorial Los Libros del Riel, 1998.

GONZÁLEZ DE MOLINA, M.; A. Herrera. Bienes comunales desde la perspectiva socioambiental. In *Historia de la propiedad en España*, eds. S. De Dios, J. Infante, R. Robledo and E. Torijano. Madrid: Centro de Estudios Registrales, 2002.

GONZÁLEZ, S. Diario de Viaje a las Vaquerías del Mar. In: ed. B. Mezzera. Montevideo: Artes Gráficas Covadonga, 1968 [1705].

GRIGG, D. *The Dynamics of Agricultural Change*: Hutchinson, 1982.

GUERIN, M. A. La organización inicial del espacio rioplatense. In: *Nueva historia argentina*, ed. E. Tandeter. Buenos Aires: Sudamericana, 2000.

LA SALVIA, F. Remanescientes das atividades agro-pastoris dentro do espaço missioneiro. In: *VII Simposiio Nacional de Estudos Missioneros*, ed. C. E. L. D. B. Faculdade De Filosofia. Santa Rosa - Rio Grande do Sul: Faculdade de Filosofia, Ciencias e Letras, 1988.

LEBEAU, R. *Les grandes types de structure agraire*. Paris: Armand Colin, 2000.

LEVINTON, N. La significación urbana del pueblo de Yapeyú (1627-1817). In: *VII Jornadas Internacionales sobre las Misiones Jesuíticas*, ed. B. Meliá. Encarnación, Paraguay.: Universidad Católica "Nuestra Señora de la asunción" Sede Regional Itapúa - CEPAG - Instituto Superior de Estudios Humanísticos y Filosóficos; Asunción, 2002.

_____. Las estancias de Nuestra Señora de los Reyes de Yapeyú: tenencia de la tierra por uso cotidiano, acuerdo interétnico y derecho natural (Misiones jesuíticas del Paraguay). *Revista Complutense de Historia de América* 31, 2005.

MAEDER, E. *Historia económica de Corrientes en el período virreinal 1776-1810*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, 1981.

_____. La producción ganadera en Misiones en la época post-jesuítica (1768-1810). In: *Folia Histórica del Nordeste*(9), 1990.

_____. La producción ganadera en Misiones en la época post-jesuítica (1768-1810). *Folia Histórica del Nordeste*(9), 1990-b.

_____. *Misiones del Paraguay: conflicto y disolución de la sociedad guaraní (1768-1850)*. Madrid: MAPFRE, 1992.

MARTÍNEZ DE PISÓN, E. Reflexiones sobre el paisaje. In: *Estudios sobre la historia del paisaje español*, ed. N. Ortega. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2002.

MAYO, C. *Estancia y sociedad en la pampa: 1740-1820*. Buenos Aires: Biblos, 1995.

MEYNIER, A. *Les paysages agraires*. Paris: Armand Colin, 1962.

MILLOT, J.; M. Bertino. *Historia económica del Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria, 1991.

MIÑARRO, F., U. MARTÍNEZ, D. BILENCA y F. OLMOS. Rio de la Plata Grasslands or Pampas & Campos (Argentina, Uruguay and Brazil). In: *The World Temperate Grasslands Conservation Initiative Workshop*, ed. A. Michelson. Hohhot, China, 2008.

MORAES, M. I. La historiografía de Pivel Devoto sobre el agro colonial en la Banda Oriental: un estudio de 'Raíces históricas de la revolución oriental de 1811. *Boletín de Historia Económica* 3, 2004.

_____. La formación de un paisaje agrario pastoril- misionero en el Litoral rioplatense, 1700-1810. In: *Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 86, 2006.

_____. Crecimiento del Litoral rioplatense colonial y decadencia de la economía misionera: un análisis desde la ganadería. *Investigaciones de Historia Económica*(9), 2007.

_____. *La Pradera Perdida*. Montevideo: Linardi y Risso, 2008.

_____. Los precios agrarios de la jurisdicción de Montevideo, 1756-1810. In: *II Congreso Latinoamericano de Historia Económica*. México DF, 2010.

_____. Territorios, ecosistemas y ocupación del espacio en el Litoral Rioplatense. In: *Informe de investigación del proyecto "Historia de los mercados en la región del Río de la Plata, 1760-1810"*. Montevideo: Dirección Nacional de Ciencia y Tecnología, Ministerio de Educación y Cultura del Uruguay, 33, 2010-a.

_____. Las economías agrarias del Litoral rioplatense en la segunda mitad del siglo XVIII: paisajes y desempeño. In: *Facultad de Ciencias Económicas y Empresariales*. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2011-d.

OSÓRIO, H. *O império português no sul da América. Estancieros, lavradores e comerciantes*. Porto Alegre: Universidad Federal do Rio Grande do Sul, 2007.

PÉREZ CASTELLANO, J. M. *Crónicas Históricas*. Montevideo: Ministerio de Cultura, 1968 [1787].

_____. *Observaciones sobre agricultura*. Montevideo: Ministerio de Cultura, 1968 [1813].

POENITZ, E. Los guaraníes de las misiones en la formación social y política de Entre Ríos. In: *V Jornadas Internacionales Misiones Jesuíticas*. Montevideo, 1994.

_____. Precisiones acerca de los orígenes de las ciudades de Salto y Paysandú. *Cuadernos de Estudios Regionales*(5), 1983.

POPESCU, O. *Sistema económico en las misiones jesuíticas. Experimento de desarrollo indoamericano*. Barcelona: Ariel, 1967.

REAL DE AZÚA, C. *Los orígenes de la nacionalidad uruguaya*. Montevideo: Arca, 1991.

SALA DE TOURON, L., J. Rodríguez; N. De la Torre. *Evolución económica de la Banda Oriental*. Montevideo: Pueblos Unidos, 1967-b.

SÁNCHEZ GÓMEZ, J. Y Uruguay. In: *Debate sobre las independencias iberoamericanas*, eds. M. Chust and J. A. Serrano. Madrid: Asociación de Historiadores Latinoamericanos de Europa, 2007.

SANSÓN, T. *La construcción de la nacionalidad oriental. Estudios de historiografía colonial*. Montevideo: Universidad de la República. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación, 2006.

SARREAL, J. Globalization and the guarani: from missions to modernization in the

Eighteenth Century. In: *Department of History*. Cambridge: Harvard, 2009.

SEPP, A. S. J. Algunas advertencias tocantes al gobierno temporal de los pueblos en sus fábricas, sementeras, estancias y otras faenas. In: *Obras Completas de Mansueto Bernardi*, ed. M. Bernardi. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia São Lorenço de Brindes, 1985 [1732].

SORIANO, A. Rio de la Plata grasslands. In: *Ecosystems of the world. Natural grasslands. Introduction and western hemisphere*, ed. R. T. Coupland. Amsterdam: Elsevier, 1991.

TELLO, E. La formación histórica de los paisajes mediterráneos: una aproximación coevolutiva. *Historia agraria*(19), 1999.

TORRE REVELLO, J. *Yapeyú*. Buenos Aires: Ministerio de Educación y Justicia - Instituto Nacional Sanmartiniano, 1958.

VADELL, N. A. *La estancia de Yapeyú : sus orígenes y antecedentes, y la existencia de Misiones de ese pueblo en la Banda Oriental*. Buenos Aires: Tall. Gráf. San Pablo, 1950.

VÁZQUEZ FRANCO, G. *Economía y sociedad en el latifundio colonial*. Montevideo: Forum Gráfica Editora, 1986.

Notas

¹ Puede verse un mapa muy claro de las diferentes eco-regiones en Soriano, 1991; pág. 368.

² La eco-región pampa se subdivide en cinco subregiones donde rigen diferentes condiciones de relieve y drenaje del suelo que marcan importantes diferencias para los sistemas productivos: la pampa ondulada, la pampa húmeda, la pampa interior, la pampa del Sur y la pampa mesopotámica. Buenos Aires y su campaña se enclavan en la pampa ondulada, donde predomina un relieve de colinas suaves bien drenadas. Soriano, 1991.

³ Suelos denominados “molisoles” en la taxonomía de USDA.

⁴ Suelos “vertisoles” en la taxonomía de USDA.

⁵ En los documentos de la segunda mitad del siglo XVIII esta zona de colinas suele ser referida como “la sierra”. Fue un refugio fundamental de contrabandistas y bandoleros rurales cuando recrudecieron ambas actividades después de 1780; en la sierra confluían tanto los arrees clandestinos efectuados en las inmediaciones del río Yí como las numerosas faenas, también clandestinas, del norte del Río Negro.

⁶ Véanse detalles de estos enfrentamientos en BRACCO, D. (2004): *Charriúas, guenoas y guaraníes*. Montevideo: Linardi y Risso.

⁷ Con la equivalencia de 1 legua cuadrada = 3600 cuadradas = 2656 has., según ALONSO CRIADO, M. ed. (1877): *Colección Legislativa de la República Oriental del Uruguay*.

⁸ Cuando se adoptó el sistema métrico decimal en la República Oriental del Uruguay se estableció que una suerte de estancia equivalen a 1992 hectáreas. ALONSO CRIADO, 1877.

⁹ En la década de 1780 los montevidianos concretaron la ocupación de los territorios extra-jurisdiccionales situados e Cuando se adoptó el sistema métrico decimal en la República Oriental del Uruguay se estableció que una suerte de estancia equivalen a 1992 hectáreas. ALONSO CRIADO, 1877.

En la década de 1780 los montevidianos concretaron la ocupación de los territorios extra-

jurisdiccionales situados ntre la frontera norte (Cuchilla Grande) y el río Yí. En la década de 1790 se agregó un “partido del Yí” a la lista de jueces de campaña designados por el cabildo de la ciudad, y también se empezó a rematar el diezmo de cuatropesa “del otro lado del Yí” en la cabecera montevideana. Se analiza con mayor profundidad este proceso en MORAES, 2011-d.

¹⁰ Sólo tardíamente apareció en el paisaje montevideano un hacendado de nuevo cuño, que introdujo capital extra-agrario en la producción de cueros como inversión principal a partir de 1780. Incluso entonces, algunos de ellos invirtieron también en el cultivo de trigo y en molinos, puesto que se trataba de empresarios que disponían su capital en diversos negocios en función de la rentabilidad esperada. Eran un puñado de agentes con inversiones en el comercio exterior e interior, la manufactura y los contratos públicos, cuya vinculación con la producción agraria se enmarca en una especie de “racionalidad de cartera” que los llevaba a invertir en todo tipo de negocios. Véase: MORAES, 2011-d; Capítulo 5.

¹¹ En base a: Padrón de la jurisdicción de Montevideo, 1769, editado en: APOLANT, 1975; pág. 1773-1832

¹² AGN-MONTEVIDEO, Archivo Judicial, Cabildo de Montevideo, Civil 1º. Véanse los detalles metodológicos y los resultados desagregados en: MORAES 2011-d; pág. 184-191.

¹³ AGN-MONTEVIDEO, Archivo Judicial, Cabildo de Montevideo, Civil 1º. Véanse los detalles metodológicos y los resultados desagregados en: MORAES 2011-d; pág. 183.

¹⁴ En base a Padrón de la jurisdicción de Montevideo, 1769, editado en APOLANT, 1975; Vol. III; pág. 1773-1832.

¹⁵ Detalles de la estimación en MORAES, 2011-d; pág. 180.

¹⁶ AGN-BUENOS AIRES; Sala 9, 13-2-6. Escrituras de los remates de diezmos de Montevideo. Ver detalles del cálculo en MORAES, 2011-d; pág. 217.

¹⁷ Detalles de la estimación en MORAES, 2011-d; pág. 215.

¹⁸ Acuerdos del Extinguido Cabildo de Montevideo, en *Revista del Archivo General Administrativo XVI* (1776-1783).

¹⁹ Detalles de la estimación en MORAES, 2011-d; pág. 189.

²⁰ Véanse los detalles de la estimación en MORAES, 2011-d; pág. 192.

²¹ Archivo General de Indias; Buenos Aires 445; Relación jurada del oficial de la Real Hacienda de Montevideo.

²² Idem ant; pág. 196-199.

²³ Acuerdos del Extinguido Cabildo de Montevideo, en *Revista del Archivo General Administrativo; Vols. II-X*.

²⁴ *Ibidem*; ib.

²⁵ Esta situación se analiza con suma claridad en AGN-BUENOS AIRES, Sala 9, 30-3-9; “Expediente sobre el arreglo y resguardo de la campaña de este Virreynato (sic)”. Informe de Francisco de Ortega y Monroy a Francisco de Paula Sanz.

²⁶ Algunos estudios han identificado la presencia de 9 saladeros en 1810, localizados todos al sur del Río Negro, pero no todos dentro de la jurisdicción de Montevideo. MILLOT, J. yM. BERTINO (1991): *Historia económica del Uruguay*. Montevideo: Fundación de Cultura Universitaria. Pág. 66-67.

**Os Conceitos de República na Revolução Farroupilha
(1835-45) no Contexto do Processo de Construção
dos Estados Nacionais e da Nação na Região
Fronteira Platina**

Maria Medianeira Padoin

Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (1985); Especialização em História do Brasil pela UFSM (1987); Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992); Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora Associada da UFSM; Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em História. Possui experiência acadêmico-administrativa na gestão do ensino superior, atuando em 2006, junto ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, na coordenação do projeto de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Coordena o grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições, Co-coordenadora geral do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevidéu-AUGM desde maio de 2011. É Membro do Conselho Universitário da UFSM . Integra o Comitê Qualis da área de História da CAPES/MEC/Brasil 2011-2012.

Alessandro de Almeida Pereira

Bolsista de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFSM 2011-2012 / 2012-2013.

Os Conceitos de República na Revolução Farroupilha (1835-45) no Contexto do Processo de Construção dos Estados Nacionais e da Nação na Região Fronteiriça Platina*

Maria Medianeira Padoin
Alessandro de Almeida Pereira

(...) Las forzas de los Caramurus era compuesta de 560 hombres, y de los Republicanos no excedía de 400; pero estos con repetidas vivas dados por el Coronel Netto de REPUBLICA O MUERTE se volvieron 400 LEONES.¹

Quarta-feira, 14 de setembro de 1836. Leitores do periódico *El Republicano*, em Montevideu, recebiam em mãos notícias da Proclamação da República Rio-Grandense realizada pelo *Coronel Netto*, fato ocorrido no dia 11 de setembro, após vitória no Seival sobre as tropas legalistas comandadas por Silva Tavares. Essas notícias que relatavam a situação da Revolução Farroupilha (1835-45) transitavam rapidamente pelo espaço fronteiriço platino. Nesse sentido, o surgimento de uma nova República na América não seria ignorado pelos redatores dos periódicos da Banda Oriental/Uruguai, que apresentam detalhes do triunfo obtido pelas “*armas dos Liberais da Província do Rio Grande*”.

A ideia de analisar as notícias que chegavam até os periódicos da Banda Oriental, sobre a Guerra Civil de 1835², está fundamentada no fator essencial que é o espaço físico/social que se localiza o Rio Grande do Sul. Ponto relevante para compreender a história da Revolução Farroupilha com a característica de pertencimento a um espaço fronteiriço, onde a Bacia Platina é o elemento que

* Texto vinculado ao Projeto de Pesquisa com financiamento do CNPq, Edital 002/2010, Humanidades.

possibilita explicação, aproximações e divergências referentes à elaboração de projetos políticos federalistas e republicanos.

O espaço fronteiriço platino³ possibilitou a consciência de autonomia, de liberdade e de necessidade da força e da proteção presentes na vida rio-grandense – notoriamente um fato evidenciado nas correspondências enviadas para os redatores do periódico *El Republicano* – que constituíram em fatores que colaboraram na adesão às ideias republicanas e federalistas no complexo processo de construção dos Estados Nacionais.

Retomar tais afirmativas é relevante, pois, o espaço fronteiriço platino possibilitou a entrada, a saída e a circulação de pessoas, mercadorias (entre essas há os livros) e de ideias. “Portanto, mais do que separar os povos deste espaço fronteiriço, possibilitaram, no decorrer do século XIX, uma ‘integração peculiar entre segmentos sociais sul-rio-grandenses’, orientais e ‘argentinos’ ‘funcionando como sistemas de vasos comunicantes’”.⁴

A presença dos ideários republicano e federalista e suas diversas interpretações políticas foram relevantes no processo de construção dos Estados Nacionais enquanto bandeiras contra o sistema colonial no final do século XVIII e século XIX no Continente Americano.

Nesse contexto observamos que as relações de poder e as reivindicações regionalistas manifestadas com a Revolução Farroupilha, mostravam que a Província, através de sua elite⁵, exigia uma redefinição de seu espaço econômico-social e político tanto no âmbito nacional quanto regional. E, é nesse sentido que encontramos a defesa do federalismo e também da república presentes nos informes de periódicos que circulavam na Província do Rio Grande como no âmbito regional, exemplificando nas terras da Banda Oriental (do rio Uruguai).

O periódico *El Republicano* circulou por Montevidéu durante os meses de maio a 30 de setembro⁶, seu redator foi Cárlos Gerónimo Villademoros⁷, responsável pela publicação e reprodução de notícias que diziam respeito à política mundial e, nestas encontram-se publicadas correspondências que citam a Revolução Farroupilha. Entre as publicações, a mais notória diz respeito ao início da “segunda fase” do movimento, ou seja, a Proclamação da República Rio-Grandense em 1836:

Cerro Largo, Septiembre 14 de 1836.

Como se que Ud. Profesa sentimientos de Libertad, no quiero dejar de darle noticias del triunfo que obtuvieron las armas de los Liberales de la Provincia del Rio Grande al mando del Coronel Netto, sobre Silva Tavares y los esclavos que le acompañan, el dia 10 del corriente en la Frontera del yaguaron (...). Las forzas de los Caramurus era compuesta de 560 hombres, y de los Republicanos no excedía de 400; pero estos con repetidas vivas dados por el Coronel Netto de REPUBLICA O MUERTE se volvieron 400 LEONES.⁸

Não sabemos a autoria da correspondência, e tampouco é mais relevante para esse estudo a descrição da batalha que resultou na proclamação da República Rio-Grandense, mas há duas questões do fragmento desse documento que estimulam uma reflexão sobre a construção dos estados nacionais moderno no Continente americano. A primeira diz respeito à circulação de notícias e ideias no espaço fronteiriço platino, pois o fato é que a informação chegou até o redator do *El Republicano* em três dias após o ato realizado por Antônio de Souza Netto, no Seival, demonstrando que apesar da distância e as prováveis dificuldades de comunicação da época, havia certa rapidez na circulação de notícias e ideias pela região fronteiriça platina.

A segunda questão, que está diretamente relacionada com os sentidos atribuídos aos termos república e republicano, uma vez que, estas palavras estiveram fortemente pronunciadas na América, inclusive o primeiro termo sendo escolhido como forma de Governo, na organização dos Estados Unidos (após a independência das treze colônias inglesas na América) e adotada pelos novos estados da região fronteiriça platina a partir de 1810. Nesse sentido, considerando a circulação de informações e ideias políticas, no espaço fronteiriço platino, podemos questionar os pontos em comum das ideias republicanas presentes durante a formação do Estado Argentino, da Banda Oriental/Uruguai e durante a República Rio-Grandense (1836-45).

Segundo Bobbio (1986) República hoje é entendida como forma de Estado que contrapõem a monarquia, ou seja, república é uma forma de governo, onde o chefe do Estado (podendo ser várias pessoas) é eleito pelo povo de forma direta ou através de assembleias primárias ou representativas. Contrastando com a monarquia pelo fato do representante desta ter acesso ao supremo poder por direito hereditário e com cargo vitalício.⁹ Mesmo que esta monarquia possa se estruturar, quanto a divisão do poder político executivo, nos cargos do presidente e do primeiro ministro, podendo dar um caráter parlamentar a forma de governo (Ex: Grã-Bretanha). Porém, no Brasil da primeira metade do século XIX, especialmente o primeiro Império, a experiência é de uma monarquia centralista, característica muito citada e criticada pelos farroupilhas rio-grandenses.

Assim sendo, “o significado do termo república envolve e muda profundamente com o tempo, adquirindo conotações diversas, conforme o contexto conceptual em que se insere”¹⁰, bem como com as especificidades do sujeito que fala, do seu contexto histórico e espacial, de suas relações sociais (poder).

Assim, entender ou definir o significado de república para os farroupilhas é tão complexo quanto foi discutir seu entendimento sobre o federalismo (PADOIN, 1999).

Para tanto, neste trabalho, partiremos da apresentação de fontes documentais do período em que o termo “república” aparece, para posteriormente iniciar-

mos uma reflexão, com base em pesquisa bibliográfica, do entendimento deste termo político entre os farrapos. Assim, a república é entendida como um sistema de governo diferenciado da monarquia e que prevê a divisão de poderes e a participação popular? Ou a república é uma forma de governo em que a participação política do cidadão e a descentralização administrativa convivem em um regime monarquista em que a autonomia provincial é entendida /admitida como república apenas em nível local (pequenas repúblicas com laços monárquicos)?

Nesse intento, é necessário citarmos aqui o trabalho de dissertação de Eduardo Scheidt (1999), que tem por título *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha (1835-1845)*¹¹. Seu objetivo foi analisar comparadamente as concepções de república para os farroupilhas rio-grandenses e para os rio-platenses¹², que formaram uma coalizão contrária ao Governo de Rosas, governador da Província de Buenos Aires.

O autor trabalhou/apresentou a Revolução Farroupilha a partir da História comparada como fundamentação teórico explicativa, compreendendo que na Região Platina haviam ideias/projetos políticos que possuíram inspiração de teóricos e exemplos de fora do Continente americano, mas que foram adaptadas para a realidade da região. Nesse sentido, a partir de uma pesquisa predominantemente em periódicos da República Rio-grandense e de periódicos de Montevidéu e Corrientes que faziam oposição ao governo de Rosas, entende que o espaço Platino possibilitou um intercâmbio de ideias que ficou evidente a partir da imprensa Farroupilha, pois de maneira geral, predominou a concepção de República Igualitária entre 1838-40 e, posteriormente, até 1845 a República Liberal.

Scheidt (1999) define a(s) república(s) no Rio da Prata como incompatível com a monarquia (fato evidenciado a partir da Proclamação de Independência das Províncias Unidas do Rio da Prata, Congresso de Tucumán, em 1816), pois desde então os “rio-platenses” declaravam-se livres e republicanos, diferenciando-se dos espanhóis colonialistas e monárquicos. Concluiu que no Rio Grande do Sul o republicanismo passou a ter relevância significativa a partir da Revolução Farroupilha. Através da república os farrapos buscaram, entre os anos de 1836 à 1845, garantir a autonomia local tentando construir um Estado soberano e independente.

Para a elite farroupilha e para os rio-platenses opositores ao regime de Rosas, o autor explica que “República representava um espaço territorial soberano, que coincidia com os Estados que se tentava construir, em meio as lutas contra as políticas centralizadoras do Império e de Rosas.”¹³ Portanto, a república é entendida aqui como forma de governo oposto à monarquia e que era apresentada/defendida pelos rio-grandenses através da imprensa farroupilha até 1840, influenciada por Manzini, como um regime político onde há participação popular e igualdade entre esses cidadãos. Para Scheidt (1999), prevaleceu no decorrer do movimento uma defesa da República Liberal, oposta à República

Igualitária, onde foi defendido os interesses individuais acima dos coletivos, entre eles o direito a propriedade privada, havendo uma redução participativa do cidadão através da defesa da república representativa, evidenciada nos embates do jornal “O Americano” e no estabelecimento da Assembleia Constituinte.

Também Moacir Flores (1996), no livro *Modelo Político dos Farrapos*, apresentou um estudo sobre as ideias políticas durante a Revolução Farroupilha, em que procurou definir as correntes ideológicas que fundamentaram a República Rio-Grandense. Assim, Flores (1996) considerou a Revolução Farroupilha inserida “no contexto das revoluções brasileiras que procuraram impor o ideário liberal, presente na Constituinte de 1823, ou seja, maior autonomia do poder Legislativo a fim de evitar a ditadura do Executivo.”¹⁴

No trabalho de Eduardo Scheidt (1999) se observa uma certa carência de fontes documentais, como por exemplo da utilização das atas das Câmaras municipais e correspondências da Coleção Varela, documentos que em parte, foram pesquisados por Moacir Flores.

Junto a estes autores, citamos ainda o trabalho de Morivalde Calvet. Fagundes¹⁵ (1985), em que apresenta a história da Revolução Farroupilha através de uma narrativa nacionalista, porém registra informações muitas vezes esquecidas pela historiografia, como por exemplo, a importância do papel do Juiz de Paz de município, especialmente no período inicial da Revolução Farroupilha.

Calvet (1985) cita em seu livro a importância do Juiz de Paz para o sucesso inicial da conquista das cidades pelos farroupilhas, contudo esta informação não foi devidamente explorada em seu trabalho. Isto nos leva buscar inspiração no que foi exaustivamente trabalhado na historiografia argentina, a partir da produção de José Carlos Chiaramonte (2009), especialmente em seu livro *Cidades, Províncias e Estados*¹⁶. Nesta obra apresenta uma parte substancial da história da formação do Estado Argentino, em suas palavras, analisa a

natureza das primeiras entidades soberanas surgidas desde o início do processo de independência e as correspondentes concepções políticas nela implicadas. Ou seja, a emergência em primeiro lugar, da cidade soberana, sucedida imediatamente pelo Estado provincial como protagonistas inéditos no cenário político do período, paralelamente às fracassadas tentativas de organização de um Estado nacional rio-platense.¹⁷

Assim, as cidades possuíam papel fundamental, enquanto primeiros núcleos políticos no processo de independência dos Estados hispano-americanos. Acreditamos que na organização do Estado da República Rio-Grandense também ocupará papel significativo, como podemos observar na seguinte publicação da Ata da Câmara Municipal de Alegrete de 1837:

Tendo a Câmara Municipal de Piratini, oficiado à de Alegrete, comunicando-lhe a declaração da Independência Rio-Grandense (11-Set-1836), esta municipalidade, em Sessão de 16 de Junho de 1837, resolveu aderir à manifestação republicana da sua congênera. Determinou, para esse fim, uma sessão extraordinária para o dia 24 de Julho, fazendo-se público convite por Editais, em todo o município, às autoridades, funcionários e povo, a fim de retificarem os seus juramentos e assistirem a tão transcendente acontecimento político. Foi também, para o mesmo dia ordenado ao Pároco da Vila (Pároco Manoel Carlos Airez de Carvalho), a celebração de um Te Deum, com missa solene e oração análoga ao ato da Independência.

Edital de Convocação

A Câmara Municipal desta Vila, tendo em vista o bem estar dos seus concidadãos e dissipar as lutas divergências que motivaram a devastadora guerra civil, acordou, em Sessão Extraordinária de hoje, a exemplo da Câmara de Jaguarão e ofício, que acaba de receber de Piratini, proclamar a independência do Governo Imperial; ato este que se efetuará no dia 24 de corrente mês (24 de Julho de 1837); para este fim e comparecimento no aprazado dia, no paço desta Câmara, convida os habitantes desta Vila e seu Termo, a bem da assistência de um ato de tanta transcendência e mesmo para que não se chamem à ignorância, deixando destarte de alterar a tranquilidade e boa harmonia que deve existir em o povo deste município. E que para a todos constasse mandou publicar e afixar o presente.

Paço da Câmara Municipal de Alegrete, em Sessão extraordinária. 16 de Junho de 1837.¹⁸

Nesse documento ficam evidentes alguns pontos que caracterizam a República Rio-Grandense. Em primeiro lugar destacamos, rapidamente, a importância da Igreja Católica e da atuação do clero diocesano no processo de formação e consolidação do Estado, assim como em toda a Região Platina.

Outro fator diz respeito à importância do posicionamento e legitimação da instituição municipal para a adesão à república, ou seja, este documento exemplifica objetivamente o momento em que os membros da Câmara Municipal invocam o Direito de soberania, no momento que se posicionam organizando administrativamente sua região, ligando-se a outras cidades que juntas passariam a formar o Estado Rio-Grandense. Neste momento, vemos uma república onde se denomina a partir da participação do cidadão, na qual reivindica a independência do Império brasileiro, mas subordinada a um Estado composto por cidades republicanas com certa autonomia administrativa. Em outras palavras, podemos dizer que entre os anos de 1835-1845 a participação do cidadão foi fundamental e garantiu às cidades, como pequenas repúblicas, o papel de protagonistas

do processo que caracterizou o surgimento de um Estado definido como republicano, mesmo que nem todos os rio-grandenses fossem farroupilhas.

O fato dos cidadãos decidirem os rumos de suas cidades apresenta-se como um aspecto importante que, remete-nos ao conceito de república, onde o cidadão possuía a “liberdade de participar coletivamente do governo e da soberania”¹⁹, uma vez que naquele momento eram os cidadãos que participavam diretamente nos assuntos políticos de sua região.

Nesse sentido, demonstramos a partir desses autores e do protagonismo das Cidades, através da participação de seus cidadãos, no processo de construção dos Estados Nacionais modernos, que a Revolução Farroupilha, mesmo sendo o tema mais trabalhado pela historiografia no Rio Grande do Sul, possui lacunas que podem ser exploradas a partir de novos olhares e da divulgação/publicação de documentações que muitas vezes ficam esquecidas pelos pesquisadores nos arquivos públicos, são importantes indícios para formulação de hipóteses explicativas do passado.

Desta forma acreditamos que a pesquisa em fontes documentais, como, atas das câmaras provinciais e correspondências dos integrantes da Revolução Farroupilha poderão trazer novos indícios para a discussão do significado da república entre os farroupilhas.

Assim, sendo, analisando as correspondências publicadas de José Pinheiro de Ulhoa Cintra²⁰ e Manuel Lucas de Oliveira²¹ demonstraremos as linguagem política utilizadas nas correspondências enviadas para Domingos José de Almeida entre os 1835 à 1845. Linguagem que, também, pode ser estudada a partir dos conceitos - República Igualitária e República Liberal – elaborados no trabalho de Eduardo Scheidt (1999). A ideia é exercitar a formulação teórico-explicativa que autor elaborou e aplicou no trabalho com periódicos, para a nossa análise de um conjunto de correspondências, fontes na qual julgamos ser um complemento indispensável para investigar a definição de república para os integrantes da elite farroupilha, objetivando responder algumas lagunas através dos nossos questionamentos.

A elite farroupilha não era homogênea em seu ideário político, pois este fato ficou explícito na Assembléia Constituinte de 1842, na qual havia o grupo da maioria que defendia o Federalismo enquanto projeto de um Estado Republicano Federal, admitindo laços de Confederação com outros Estados; grupo representado por Bento Gonçalves da Silva e Domingos José de Almeida. Já o grupo da minoria com propostas e aspirações diversas, usava a bandeira do federalismo para combater o centralismo do Estado Imperial brasileiro e com o objetivo de participar no poder local e/ou provincial. Esta elite caracterizava-se detentora do poder econômico e/ou do conhecimento intelectual, na qual muito de seus membros pertenciam à maçonaria, era composta por estancieiros, charqueadores, comerciantes, militares e sacerdotes.

O fato de haver muitas “intragas” na disputa do poder interno durante

a Revolução Farroupilha e a divisão entre dois grupos, as queixas e os aspectos negativos do Estado ficavam explícitas nas correspondências escritas por Ulhoa Cintra, a partir de 1840, quando retorna para Alegrete para assumir seu cargo como deputado na Assembleia Constituinte e Legislativa da República Rio-Grandense.

Consta-me que alguns coletores, à exceção do desta vila, que é mui honrado, cometem escandalosamente o crime de peculato, e de um sei que todos os indícios o condenam de locupletar-se à custa dos dinheiros da Nação. A arrecadação das rendas públicas é muito mal fiscalizada, porque os chefes militares, que primeiro deviam dar o exemplo de obediência à lei e auxiliar aos coletores e fiscais, são os mesmos que não só clamam publicamente contra tais repartições, esforçando-se para torná-las odiosas ao povo, mas até protegem e apoiam o contrabando e o extravio das rendas nacionais, e alguns até tem sabido aproveitar-se das circunstâncias para fazerem a sua fortuna com prejuízo do Estado. O Governo parece que quis remediar este mal, autorizando somente aos generais Bento Manuel e Neto para poderem sacar contra as coletorias; mas este por sua parte têm também autorizado a diversos chefes militares para fazerem tais saques, e em consequência, não só as rendas públicas são em grande parte distribuídas para outros fins alheios à intenção do Governo como também este deve achar-se em apuros para acudir ao seu crédito, pois à vista dos balancetes, contando com certas somas nas coletorias e distribuindo-as em consequência, terá muitas vezes de enganar-se e de comprometer a sua reputação.²²

Provavelmente, Ulhoa Cintra possuiu outros motivos, além de um posicionamento ideológico republicano, que o levou a denunciar a apropriação indevida das rendas públicas do Estado Rio-Grandense, entre eles as intrigas que citamos anteriormente. Contudo, podemos perceber nessa correspondência uma postura republicana de Ulhoa Cintra ligada à defesa do bem comum, da *coisa pública*, na qual defende o bem coletivo acima dos interesses individuais. No mesmo texto notamos que há um princípio de que uma república é um sistema onde todos os cidadãos, sem distinção em questões de deveres, estão subordinados às leis constitucionais, em outras palavras ele afirma que os chefes da República estão sendo contrários aos princípios pregados e com isso acabam perdendo adeptos na luta pela liberdade. Assim, percebemos também outras linguagens políticas como a defesa da propriedade privada, segurança individual e que a república nesse contexto está contraposta ao sistema monárquico (não será definida dessa maneira em toda a Revolução Farroupilha), por considerarem a Corte corrupta e por abusar das suas atribuições.

Quem diria que depois de tão heroicos esforços e sacrifícios a prol da liberdade, para subtraímo-nos ao arbítrio de uma corte venal e corrompida, cairíamos debaixo de um jugo mais ignominioso e aviltador? (...) nos diversos pontos da Campanha é o povo vítima das violências e caprichosas arbitrariedades de alguns chefes militares; que não se goza segurança individual; que o direito de propriedade não é respeitado; que a jurisdição das autoridades constitucionais é menoscabada, e que finalmente a espada é só quem dita a lei.²³

A defesa da propriedade privada e o respeito às leis constitucionais serão linguagens políticas que estarão presentes no discurso da elite farroupilha desde o princípio da Revolução Farroupilha. Podemos notar essa defesa nas correspondências de Ulhoa Cintra, Manuel Lucas de Oliveira, assim como nas correspondências da Câmara de Alegrete para o Governo da República Rio-Grandense.

Compatriotas, a Liberdade dos homens é bem real quando se aplicam os meios, impera a Lei e a Justiça, preside e deve ser mantido por todos os Cidadãos, seja qual for sua classe e hierarquia: não temos privilégios, não devemos consenti-los quando se trata da Guerra heroica de sustentar a República [...]. Quando o exija a sua sustentação da ordem, a liberdade e a segurança dos Cidadãos. Juramos enfim defender a República com todo o vigor e dignidade, respeitar nosso Governo, colocar as Leis em seu devido império, observa-las e fazê-las respeitar, venerar a virtude onde quer que ela exista e fazer guerra ao vício, ao crime, pelas mesmas Leis.²⁴

Contestação ao Presidente da República Rio Grandense

A Câmara Municipal da Vila de Alegrete, vem por meio da presente reclamação, expor a Vossa Excelência os motivos em que se fundou para não dar execução aos Decretos seguintes: 1) De 11 de novembro de 1836, respeito ao sequestro, ou confiscação de bens que não se apresentassem, dentro de certo prazo, ao Governo da República [...] Com a execução de semelhantes decretos, Excelentíssimo Senhor, o Governo de Vossa Excelência, sofria mingua em sua força moral, o que já não seria pequeno dano para a República; porém, o que ainda demais perigoso aí se observa é o descrédito e transtorno que também sofreria o sistema republicano, a cuja pureza e restrita observância ora se acha ligada à sorte do continente [...] A Constituição Brasileira, em que vemos garantidos os direitos do homem, e as liberdades que a Assembleia Geral Legislativa do Império do Brasil tem feito, são filhas da experiência, do patriotismo e da sabedoria, e foram abraçadas pelo povo rio-grandense, com entusiasmo decidido ao serem promulgadas. Um Ministro de Vossa Excelência não as pode por debaixo dos

seus pés. A revolução por que a nossa Pátria está passado, Excelentíssimo Senhor, não se dirige contra os direitos do homem, já entre nós já conhecidos e garantidos, e sim contra um governo estranho, que nos pretende oprimir; não é ela feita certamente para nos privarmos das boas leis, que por felicidade nossa já se acham estabelecidas, mas para adquirirmos outras melhores.²⁵

Assim, a parcela da elite farroupilha que se denominava republicana defendia que todo o Cidadão, independente de possuir um cargo no Governo, deveria respeitar as leis constitucionais, no caso a Constituição do Império do Brasil, que se adequada para o contexto da Revolução Farroupilha e se aplicou para a organização do Estado da República Rio-Grandense. Scheidt (1999) classifica as linguagens políticas como *República Liberal*, definido como “aquele que garantiria os direitos individuais dos cidadãos acima dos coletivos, através da liberdade de ação, de pensamento, de religião e, especialmente o direito a propriedade” e como a *República Igualitária*, que era caracterizada “pela defesa do bem comum, da garantia dos interesses de toda a comunidade sobre os dos particulares, bem como aspirava a mais ampla igualdade entre os cidadãos.”²⁶

Pela documentação trabalhada até o momento, podemos dizer que ora aparecem a defesa dos interesses individuais e ora do coletivo, de acordo com o propósito a que o sujeito/personagem se dirige. Isso leva-nos a defender que os registros analisados têm um forte caráter liberal, ou seja, a defesa de uma república liberal.

Considerações finais

O estudo sobre a maior guerra civil da história rio-grandense e brasileira é o objeto da nossa pesquisa por ser entendida como uma variável do processo de construção e consolidação do Estado nacional, assim como manifestação e defesa de um projeto político federalista e republicano. É nesse sentido que direcionamos a construção desse trabalho, compreendendo a História do Rio Grande do Sul durante o século XIX ligada à história da América, levando em consideração o espaço fronteiro platino e suas características econômicas, sociais e políticas bem como as relações que este espaço possibilitou.

Para uma reflexão inicial referente à identificação dos significados de república atribuídos pela elite farroupilha consideramos relevante pensar a importância das cidades e de seus cidadãos para a formação da República Rio-Grandense, assim como a linguagem política presente nas correspondências particulares, para que possamos traçar algumas hipóteses explicativas.

No discurso da elite farroupilha estará presente, durante todo o período da Revolução Farroupilha, uma mescla de definições república, onde será utilizada uma linguagem política de acordo com o contexto histórico e em sintonia com as motivações de quem pronuncia esse termo. Nesse sentido, para repúbli-

ca será atribuído tanto o significado primitivo de *res publica*, no qual colocava em destaque a coisa pública, a coisa do povo, o bem comum e a comunidade. Como, associando a palavra República a uma extensão territorial pequena (as Cidades), que permitia uma relativa igualdade entre os cidadãos, com leis que expressassem a vontade popular e como sinônimo de virtude que levava os cidadãos a antepor o bem do Estado ao interesse particular. Contudo, será fortemente defendida entre os farroupilhas aspectos da República liberal, que surgiu a partir das Revoluções Norte-Americana e Francesa, entre esses aspectos estará presente a defesa do Sistema Representativo Republicano defendido com bastante ímpeto durante a elaboração do Projeto de Constituição da República Rio-Grandense, no início da década 1840.

Referências

-Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. **Coleção Varela**. Porto Alegre: AHRGS, 1985, v.07.

Câmara de Alegrete aos Revolucionário Farroupilhas. Publicação da Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831-2011). Autor: Danilo Assumpção Santos. Alegrete, 2011.

CALVET FAGUNDES, Morivalde. *História da Revolução Farroupilha*. 2 ed. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

CARVALHO, José Murilo de. *Pontos e Bordados: escritos de história e política*. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1999.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, Províncias, Estados: Origens da nação Argentina (1800-1846)*. Tradução Magda Lopes; revisada e anotada por João Paulo Garrido Pimenta. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

DOCUMENTOS interessantes para o Estudo da Grande Revolução. Porto Alegre: Museu do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul; Departamento de História Nacional, 1930. V.2.

FERREIRA, Gabriela Nunes. *O Rio da Prata e a consolidação do Estado Imperial*. São Paulo: Hucitec, 2006.

FLORES, Moacyr. *Modelo político dos farrapos: as idéias políticas da Revolução Farroupilha*. 4. ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1996.

PADOIN, Maria Medianeira. O federalismo no espaço fronteiriço platino. 1999. 337 f. **Tese** (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999.
SCHEIDT, Eduardo. *Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha. Dissertação de Mestrado*. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

SPALDING, Walter. *Revolução Farroupilha*. Rio Grande do Sul: Petroquímica Triunfo S.A, 1987.

ZINNY, Antonio. *História de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay*. Buenos Aires: Imprenta y Liberia de Mayo. 1883, p. 386.

Notas

¹ *El Republicano*, Montevideú, nº 118, 24 de setembro de 1836.

² O termo Guerra Civil era usado pelos farroupilhas, pois a Revolução Farroupilha era fundamentada através do Direito das Gentes. Sendo um termo diferenciado de rebelião ou anarquia. (PADOIN, Maria Medianeira. *O federalismo no espaço fronteiriço platino*. 1999. 337 f. Tese (Doutorado em História)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1999, p. 237).

³ “O espaço compreende os territórios onde se localizam Buenos Aires e províncias litorâneas da Bacia do Prata, da atual Argentina, o território do Uruguai (atual) e a região da campanha do Rio Grande do Sul. (PADOIN, Maria Medianeira. **A Revolução Farroupilha na História da América Latina**. In. Recortes da história brasileira, Porto Alegre: Martins Livreiro-Editor, 2008, p. 15)

⁴ *Ibid.* 2008, p. 14.

⁵ Utilizamos aqui o conceito de *elite* formulado por Maria Medianeira Padoin (1999;2001). Assim, a elite farroupilha é definida como um grupo da sociedade que detinha um capital econômico e cultural, sendo composta por diversos setores da sociedade entre eles: estancieiros, militares, charqueadores, comerciantes e sacerdotes. “A elite era conhecedora dos ideais liberais e dos direitos e garantias proclamadas pelo Direito das Gentes e pelo liberalismo”. (PADOIN, 2001, p. 71). A elite farroupilha não era homogênea, fato que se explicitou no contexto de 1842, quando a Assembleia Constituinte da República Rio-grandense discutia o Projeto de Constituição. Da mesma forma que a elite farroupilha era composta por grupos que possuíam diferentes ideais, na Província “nem todo rio-grandense foi farroupilha”.

⁶ Circularam 132 números do periódico.

⁷ ZINNY, Antonio. **História de la prensa periódica de la República Oriental del Uruguay**. Buenos Aires: Imprenta y Liberia de Mayo. 1883, p. 386.

⁸ *El Republicano*, Montevideú, nº 118, 24 de setembro de 1836.

⁹ BOOBIO; MATTUCCI; PASQUINO, 1986, p. 1106.

¹⁰ *Ibid.*, p. 1107.

¹¹ SCHEIDT, Eduardo. **Concepções de República na Região Platina à época da Revolução Farroupilha**. Dissertação de Mestrado. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1999.

¹² Correspondente às regiões da Banda Oriental, Entre Rios e Corrientes.

¹³ *Ibid.*, p.181.

¹⁴ *Ibid.* p 177.

¹⁵ CALVET FAGUNDES, Morivalde. **História da Revolução Farroupilha**. 2 ed. Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul; Porto Alegre: Martins Livreiro, 1985.

¹⁶ CHIARAMONTE, José Carlos. **Cidades, Províncias, Estados**: Origens da nação Argentina (1800-1846). Tradução Magda Lopes; revisada e anotada por João Paulo Garrido Pimenta. – São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.

¹⁷ *Ibid.*, p.12

¹⁸ *Adesão da Câmara de Alegrete aos Revolucionário Farroupilhas*. Publicação da Câmara Municipal de Alegrete: 180 anos (1831-2011). Autor: Danilo Assumpção Santos. Alegrete, 2011.

¹⁹ CARVALHO, José Murilo de. **Pontos e Bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Universidade de Minas Gerais, 1999.

²⁰ Poeta, Jornalista, diplomata, estadista e advogado. Nasceu em São João d’El Rei a 25 de março de

1806. Foi nomeado como Ministro da Justiça e dos Estrangeiros da República Rio-Grandense em 6 de novembro de 1836. Deixou, entretanto o Ministério para, em 1837, iniciar gestões diplomáticas. Amigo de Bento Gonçalves da Silva, foi seu Secretário Militar e, mais tarde, Chefe do seu Estado Maior. Esteve, também, no Uruguai, em missão diplomática e, a seguir, em outra, na República Argentina, como Ministro Plenipotenciário da República Rio-Grandense. Quando aí estava tratando dos mais variados assuntos referentes à República, o Governo o chamou de volta à então nova capital, Alegrete, afim de assumir o seu novo cargo: o de deputado à Constituinte Republicana. Ficou, entretanto bastante chocado com o atrito que existia entre uma facção, pequena, dirigida por Antônio Vicente da Fontoura, contra Bento Gonçalves da Silva. Foi eleito membro e presidente da comissão de Constituição (Sá Brito e Domingos José de Almeida eram os demais membros). Informações obtidas em: SPALDING, Walter. **Revolução Farroupilha**. Rio Grande do Sul: Petroquímica Triunfo S.A, 1987. p. 187-190

²¹ Nasceu na vila de Piratini em 1798. Dedicou-se à pecuária e à política. Foi capitão da Guarda Nacional, em Bagé, onde tinha sua estância nas proximidades do arroio Candiota. Durante a República Rio-Grandense Manoel Lucas de Oliveira ascendeu ao posto de Coronel e foi escolhido para Ministro da Guerra, no último Ministério e foi, como tal, representar o então presidente José Gomes de Vasconcelos Jardim nos atos de pacificação, em 1845. Foi eleito, em 1840, para a Constituinte de Alegrete. **Ibid.** p. 207-211

²² Coleção Varela. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 7, 1983. p.130-131

²³ Coleção Varela. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 7, 1983. p.130-131

²⁴ Coleção Varela. Anais do Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul, vol. 15, 2006. p.130-131

6 de julho (CV-6733): Trata-se de um discurso apresentado na Câmara de Piratini. p.69-70

²⁵ Câmara de Alegrete, p.102.

²⁶ SCHEIDT, 1999, p. 177

**Biografia e Nação: o Problema das
Dominações Portuguesa e Brasileira nas
Biografias de Dámaso Antonio Larrañaga**

Lauro Manzoni Bidinoto

Graduado em História e Mestre em Integração Latino-Americana pela Universidade Federal de Santa Maria. Atualmente, é aluno de doutorado no Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no qual desenvolve o projeto de tese “Dámaso Antonio Larrañaga: a biografia de um cura em tempos de independência no Prata”, inserido na linha de pesquisa “Relações de poder político-institucionais”. Bolsista da Capes.

Biografia e Nação: o Problema das Dominações Portuguesa e Brasileira nas Biografias de Dámaso Antonio Larrañaga¹

Lauro Manzoni Bidinoto

Entre diversas publicações biográficas a respeito de Dámaso Larrañaga (1771-1848), sobressaem-se duas de maior vulto: *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografía*, de Rafael Algorta Camusso, publicada em 1922; e *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época*, de Edmundo Favaro, publicada em 1950². Meu objetivo neste texto é analisar a forma como estes dois biógrafos abordaram a atuação política do biografado no período das dominações portuguesa (1817-1822) e brasileira (1822-1828) na Banda Oriental. Tendo em vista que ambas as obras foram publicadas na primeira metade do século XX, quando ainda predominava na historiografia uruguaia a preocupação com o fortalecimento da identidade nacional, e que na construção de tal identidade a luta contra os portugueses e brasileiros esteve no centro das discussões. Procurei verificar ainda, de que forma os dois biógrafos se posicionaram frente à ideia de nação.

I. Larrañaga por Edmundo Favaro (1950)

Cem anos depois da morte de Larrañaga e da escrita das primeiras biografias, a *Universidad de la República* realizou um concurso para escolher e publicar uma obra sobre sua vida e suas ideias. Organizado pela *Comisión Universitaria de Homenaje a Larrañaga*, o concurso recebeu inscrições em 1948, teve o resultado divulgado no ano seguinte, e a publicação do trabalho vencedor se deu em 1950. Tratava-se da obra *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y*

su época, de autoria de Edmundo Favaro, que até hoje permanece como uma das biografias mais importantes já publicadas sobre o personagem, principalmente por conta do bom trabalho realizado pelo autor no sentido de indicar a localização das fontes utilizadas na pesquisa.

A julgar pela finalidade do concurso - "... reunir num mesmo trabalho a seleção da obra de Larrañaga **que revele sua superior mentalidade**, precedida de um estudo biográfico"³ -, era previsível certo condicionamento do autor no sentido de enaltecer o personagem. E, de fato, não falta no texto de Favaro (1950) a exaltação de Larrañaga, que ao final da biografia se revela como "grande homem", dono de uma "obra monumental" de sábio (p. 105). Todavia, de maneira surpreendente em tal contexto, alguns trechos do trabalho questionam determinadas atitudes do personagem.

Quando se refere ao casamento de uma irmã de Larrañaga com Pedro Francisco Berro, em 1798, Favaro (1950) afirma que o biografado teria passado por cima da rejeição de seus pais ao pretendente e organizado um casamento secreto em seu próprio quarto em Montevidéu, dando início a "uma amizade muito íntima entre Berro e Larrañaga" (p. 23). Essa amizade teria feito com que dali em diante Berro não desperdiçasse oportunidades de indicar o sacerdote para cargos que pudessem interessá-lo, especialmente os de representação política. Em outro trecho da biografia, Favaro reforça que Larrañaga, humilde de berço, educou-se e alcançou o sacerdócio "apoiado por mãos generosas", devendo as primeiras posições que ocupou "à solicitude de Artigas" e ao fato de que "autoridade diocesana estava em mãos amigas" (p. 71).

Outra pequena censura ao comportamento político de Larrañaga ocorre quando é abordado o período em que esteve em Buenos Aires, entre 1813 e 1815. Chegado à capital bonaerense como um dos representantes da Banda Oriental na Assembleia Geral das Província Unidas, ele foi instruído por Artigas a permanecer negociando junto ao governo central depois que este refutou as exigências apresentadas pelos deputados orientais. Enquanto permanecia em Buenos Aires nessa condição, aceitou um convite para trabalhar na Biblioteca Pública daquela cidade, fato que é comentado por Favaro (1950) nas seguintes palavras: "Como vemos, no momento mais difícil de sua missão, o governo central trata de atraí-lo e o consegue" (p. 45). Porém, logo na sequência, o autor procura justificar essa atitude do personagem alegando que ele não pudera resistir à "atração dos livros" e à solução econômica que tal posto oferecia à falta de recursos que se supunha estivera enfrentando em Buenos Aires (p. 45).

Se nos exemplos citados acima Favaro não chega a reprovar com veemência as ações do biografado, o mesmo não acontece quando o assunto é o domínio português (1817-1822) no território da Banda Oriental: "Ignora a história o estranho complexo que levou Larrañaga, em brusco golpe de timão, abandonar

a nave maltratada da Pátria para embarcar-se em outra mais luxuosa de estranha bandeira” (p.72). Apesar de advertir que talvez a bandeira portuguesa não lhe soasse tão estranha, lembrando que seu avô materno era português, Favaro não aceita que um homem de “cultura excepcional”, que “recebeu a mesma educação que aqueles patricios admiradores da grandeza da revolução francesa”, tenha sido o “primeiro a correr prontamente para prestar homenagem ao invasor” (p.72).

Da mesma forma, critica abertamente a colaboração com o domínio brasileiro (1822-1828): “Enquanto os patriotas lutavam, animados pelos Cavaleiros Orientais para obter a liberação da Província, Larrañaga fazia desesperados esforços para mantê-la sujeita ao domínio brasileiro” (p.81). Citando trechos de uma proclamação dele no *Cabildo* de Santo Domingo Soriano em julho de 1823, na qual justificava a anexação da província ao Reino de Portugal, Favaro ressalta que ao invés de se manter como simples observador dos acontecimentos, “preferiu usar de sua pessoal influência e do prestígio de sua investidura eclesiástica para sufocar o movimento emancipacionista” (p.82).

Seguindo a linha das biografias tradicionais, situadas dentro de uma concepção de vida enquanto projeto linear composto de várias etapas a serem cumpridas, Favaro tem dificuldade para explicar o apoio ao invasor, a qual surge como um a espécie de desvio de percurso. As dominações portuguesa e brasileira apresentam-se, pois, como um sério entrave à coerência biográfica, na medida em que ao final do percurso o personagem termina reconhecido como grande figura da história do Uruguai, país que não existiria caso fosse mantida a dominação estrangeira.

O protagonismo de Larrañaga nesse período da dominação estrangeira impedia que a solução para o impasse biográfico se desse simplesmente ignorando esse “desvio”, deixando-o fora da biografia. Favaro (1950), entretanto, sequer tenta minimizá-lo. É verdade que faz algumas ressalvas, como quando comenta a atuação de Larrañaga no Congresso Cisplatino de 1821 e afirma que “fora do aspecto aportuguesado” sua atuação “se caracterizou pela vigorosa e triunfante defesa dos direitos da Província e das liberdades de seus povoadores” (p. 80). Por outro lado, não apenas ressalta ao papel de Larrañaga junto ao invasor, principalmente durante o domínio português, como também enfatiza o contraste de suas atitudes nesse período em relação àquelas do período anterior, inclusive, em certo tom de escárnio.

Neste sentido, referindo-se à missão de 1817 ao Rio de Janeiro, mais especificamente ao comportamento de Larrañaga e Jerónimo Pio Bianqui perante o Rei de Portugal, escreve que os dois teriam se apresentado na Corte “fazendo ostentoso alarde dos títulos e empregos destes, de acordo com a modalidade da nação dominadora” (p.74). Em outra parte, cita uma carta enviada pelos dois ao *Cabildo* de Montevideu na qual se dizem satisfeitos por terem sido tratados no Rio de Janeiro como se fossem embaixadores de uma poderosa nação, e logo na sequência transcreve

parte de um informe do representante da França junto a D. João VI, Coronel Maler, o qual se refere aos dois deputados de Montevideu como “infames traidores” (p. 77).

A ênfase empregada em mostrar a colaboração do personagem com os invasores gerou uma ressalva por parte do autor do prólogo da biografia, Ariosto D. González. Apesar de elogiar o trabalho, ele discorda da interpretação oferecida por Favaro no capítulo sobre a dominação lusitana. Para González (1950), aqueles que aceitaram a monarquia o fizeram somente por força das circunstâncias, aceitando-a como uma trégua durante a qual estiveram conspirando para a luta de libertação que iniciaria em 1825. No caso de Larrañaga, ele teria “muitos bens espirituais a seu cuidado” e não poderia arriscá-los num arrebato de heroísmo, entregando-se a uma “oposição indeclinável e agressiva”. González encerra o assunto afirmando que a “mansidão” também pode ser uma “forma eficaz de luta subterrânea quando estão vedados outros caminhos de reação” (p. XII-XIII). Tais argumentos se assemelham muito aos que, quase três décadas antes, Rafael Algorta Camusso (1922) havia utilizado em favor de Larrañaga em *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: apuntes para su biografía*.

2. Larrañaga por Rafael Algorta Camusso (1922)

Publicada em 1922, a biografia de autoria de Camusso, apesar do desprezioso subtítulo - “notas para sua biografia” – foi, durante a primeira metade do século XX, o principal trabalho biográfico existente sobre o personagem até a publicação da obra de Favaro em 1950. Entre seus méritos, consta a revelação de muitas fontes inéditas que foram transcritas ao longo do texto, apesar de que o autor não tenha indicado a localização da maioria delas.

Antes de analisar seus argumentos com relação à questão da dominação estrangeira é preciso fazer algumas considerações sobre o teor geral desta obra, a quais são fundamentais para entender o posicionamento do autor. Pode-se dizer que ela corresponde em boa medida àquilo que se espera das biografias tradicionais produzidas antes da reaproximação entre história e biografia ocorrida nas últimas décadas do século XX. Trata-se, neste sentido, de uma obra “muito mais propensa à apologia do que à análise” (SCHMIDT, 2000, p. 49), e, dentro desse “viés apologético”, apresenta o biografado como modelo de conduta a ser imitado, para o que não basta apenas ressaltar seus grandes feitos senão também ordená-los de forma a dar-lhes coerência. Eu diria que, ironicamente, soam apropriadas as palavras do autor do prólogo quando afirma que Camusso traz a vida de Larrañaga “**reajustada** em todos os seus detalhes” (BUSTAMANTE, 1922, p. VIII, grifo meu). Para garantir a coerência almejada para o personagem, Camusso procura fazer com que seu percurso coincida com o da “nação”.

Atualmente predomina na historiografia sobre a América Latina a ideia

de que o Estado precedeu a formação da Nação e que “foram os novos Estados independentes que construíram as nações” (KÖNING, 2000, p. 31) a partir da segunda metade do século XIX, adentrando ainda o século XX. Neste processo, entre os elementos valorizados para a afirmação das nações em construção⁴, encontrava-se a história como criadora da identidade nacional. Partindo do princípio de que quanto mais remota for a história da nação maior será a credibilidade conferida por ela, muitos historiadores (ou assim auto-intitulados) passaram a ver as nações latino-americanas como pré-configuradas desde antes dos movimentos revolucionários da década de 1810 e, a partir daí, dotaram as atitudes dos personagens dos movimentos de independência de um caráter nacional cujo sentido escapava aos envolvidos no processo.

No Uruguai, a construção da nacionalidade teve início nas três últimas décadas do século XIX. No que diz respeito à historiografia, despontou nesse período a posteriormente chamada “Tese Independentista Clássica”⁵, tendo como seu principal expoente o historiador Francisco Bauzá. Para aqueles alinhados a essa “Tese”, entre os quais também figuram Juan Zorrilla de San Martín, Pablo Blanco Acevedo y Juan E. Pivel Devoto, entre outros, o Uruguai já estaria prefigurado desde os tempos da colônia ou desde os tempos da dominação indígena (BUCHBINDER, 1994, p. 35). Nesta perspectiva, Artigas e demais personagens da Banda Oriental da primeira metade do século XIX teriam almejado desde o princípio a independência absoluta do território oriental para formar um país soberano.

Contrapondo-se a esta visão, historiadores como Eduardo Acevedo, Eugenio Petit Muñoz, Washington Reyes Abadie, Alberto Methol Ferré e, mais recentemente, Real de Azúa, defenderam uma postura “unionista” ou “dissidente”⁶. Eles destacaram “o caráter integrador com relação às Províncias Unidas contido na ação de Artigas e de muitos dos personagens principais da Banda Oriental da primeira metade do século XIX” (BUCHBINDER, 1994, p. 39). Para Real de Azúa, o “auto-governo a que aspiravam os orientais tinha o sentido de defesa do princípio de autonomia regional, não o de nacionalidade absoluta” (BUCHBINDER, 1994, p. 45).

Coexistiram, pois, duas correntes historiográficas distintas a respeito do Uruguai como Nação. Porém, no final do século XIX e durante a maior parte do século XX, a visão predominante na historiografia uruguaia foi aquela caracterizada como “Independentista Clássica”. Com ela se perfilou a maioria dos trabalhos historiográficos surgidos neste período, mesmo quando o tema principal não foi o da origem da nação, caso este da obra de Camusso.

Nas referências da obra de Camusso encontram-se Zorrilla de San Martín – com sua “incomparável ‘*Epopeya de Artigas*’” (CAMUSSO, 1922, p. 37) - e Francisco Bauzá, dois dos principais expoentes da “Tese Independentista Clássica”.

Todavia, não é só nisso que se revela sua filiação a essa corrente. Mesmo se referindo ao período posterior a 1828 como “os primeiros momentos da nação que nasce” (p. 105), Camusso denomina Artigas como “fundador da nacionalidade uruguaia” (p. 99). Ademais, quando escreve a respeito do período artiguista, adota a expressão “os anos da Pátria”, que, inclusive, dá nome a sub-capítulo específico. Sobre a Província Oriental nesse período ele afirma: “... Artigas dizia que eram terras autônomas, que não dependiam de ninguém” (p. 83). Essa autonomia a que se refere não seria apenas “autonomia regional”, mas sim, a independência absoluta, como deixa claro num trecho no qual atribui a mesma ideia ao próprio Larrañaga: “Nos ‘anos da Pátria’, pois, veremos o Padre Larrañaga lutando e sofrendo por esse ideal tão caro à sua alma de patriota: o Uruguai Independente...” (p. 30).

Referindo-se aos mitos fundadores da nação, Eduardo Piazza (2006) afirma que neles os heróis ocupam o lugar central da mesma forma que ocupariam em qualquer outra narração. Porém, ele ressalta que “nesta variante narrativa a peripécia do herói contém a da nação, de modo que seus percursos tendem a ser praticamente indiscerníveis” (p. 59). Neste sentido, é nítido o esforço empreendido por Camusso para alinhar o “percurso” de seu herói/personagem ao “percurso” da nação uruguaia. Para garantir coerência a esse personagem, faz com que todas suas atitudes convirjam para o engrandecimento da nação, caindo assim no que se poderia chamar de “armadilhas de uma coerência construída *a posteriori*” (SCHMIDT, 2000, p. 60), entre elas, a de eliminar da vida do sujeito histórico as incertezas às quais esteve exposto bem como as possibilidades que deixou escapar⁷.

Dentro dessa perspectiva nacionalista empreendida por Camusso (1922), o apoio de Larrañaga à dominação estrangeira é um entrave ainda maior do que será décadas depois para Favaro (1950). É impensável na obra de Camusso uma descrição dos atos de Larrañaga durante esse período no mesmo tom mordaz que depois será usado na biografia de Favaro, pois isso representaria um incorrigível afastamento de percurso entre o destino da nação e o do herói/personagem. Camusso (1922) soluciona esse impasse apresentando o apoio de Larrañaga aos portugueses como uma escolha que ele teria feito em nome da Pátria, que além de tudo seria a melhor escolha possível: “Aceitou a dominação de Portugal como se aceita entre dois males o menor...” (p. 84). Ainda que não consiga esconder um pequeno desapontamento, o autor deixa bem claro que o apoio aos portugueses não deve ser considerado como uma traição, um desvio:

Confesso com toda a lealdade que para mim seria muito mais agradável apresentar Larrañaga na mais bruta oposição a tudo o que não foi Artigas; porém, com a mesma sinceridade declaro que, estudadas e pesadas as circunstâncias de tempo e de lugar, não perde um só matiz de sua egrégia figura de patricio pelo fato de haver aceitado o governo invasor. Nesse

acontecimento, como em tantos outros, Larrañaga foi o cidadão que soube refletir serenamente e reprimir seus sentimentos pessoais, para decidir-se pelo que acreditou mais útil para sua Pátria. (CAMUSSO, 1922, p. 83)

Para Camusso (1922), depois de feita a escolha, o personagem trabalhou em prol do “Uruguai” também durante a dominação portuguesa, quando conseguiu “vantagens e melhoras não para seu proveito senão para o Uruguai que ainda hoje desfruta delas” (p. 84). O autor simplesmente desconsidera todas as outras opções em vigor neste período e que poderiam ter triunfado ao invés do Uruguai independente, que neste caso é remetido para o tempo da dominação portuguesa, quando ele ainda não existia⁸. É como se o personagem tivesse conhecimento daquilo que viria depois. O período de dominação estrangeira seria apenas o espaço de tempo em que a nação adormeceria para despertar logo adiante, ideia essa que se torna ainda mais clara na escrita de Raúl Montero Bustamante (1922), autor do prólogo da biografia: “O Patriotismo de Larrañaga não foi outra coisa que uma fé inalterável no futuro da Província Oriental qualquer fosse o **transitório** senhor que sujeitara seu instinto **nacional**” (p. XII, grifo meu).

A propósito da citação que fecha o parágrafo anterior, é importante observar que também neste caso a questão da invasão portuguesa⁹ transcende a biografia em si para ser antecipada já no prólogo¹⁰. Essa questão, que nas primeiras biografias sequer foi mencionada, passou a ser problematizada no final do século XIX e tornou-se um problema relevante a partir da primeira metade do século XX.

Se na obra de Camusso (1922) o fato de a dominação estrangeira ter se transformado em problema pode ser explicado principalmente a partir do alinhamento do autor a uma corrente histórica que pressupõe a existência de uma nação desde o início da revolução de 1811 (ou até antes), o mesmo não se pode aplicar sem ressalvas à biografia de Favaro (1950). Este, apesar de apresentar em sua bibliografia nomes de autores apontados como expoentes da “Tese Independentista”, como Pablo Blanco de Acevedo e Francisco Bauzá, e de se referir a Artigas como “líder da liberdade de sua Pátria” (FAVARO, 1950, p. 70), demonstra não compartilhar da ideia de que Artigas buscava a independência absoluta. Vejamos, por exemplo, os subtítulos que usa para se referir ao período artiguista: “Política Provincial”, “A Igreja na Província Oriental” e “Trabalho social na Província” (FAVARO, 1950); e comparemos com o subtítulo de Camusso (1922) para o mesmo período: “os anos da Pátria”. Para Favaro, Artigas buscava a “autonomia provincial” com relação ao centralismo de Buenos Aires. Ele chega a usar esses termos quando se refere ao período: “Uma aurora de paz e bem-estar se abria para a Província em momentos de assumir sua **autonomia provincial**” (FAVARO, 1950, p. 46, grifo meu).

De qualquer forma, vimos que o apoio ao estrangeiro não deixou de se configurar como problema também para Favaro, sobretudo pelos motivos já

citados anteriormente, os quais remetem à coerência almejada para o personagem, que precisava ser apresentado como uma das grandes figuras da história uruguaia. Mas é preciso acrescentar que, independente do posicionamento frente à questão do surgimento da nação, Favaro publica seu livro (1950) num contexto ainda sob influência do processo de construção da identidade nacional iniciado nas últimas três décadas do século XIX. Nesta construção, o Brasil e os brasileiros pertenciam ao universo da “alteridade intrínseca ao reconhecimento identitário uruguaio”, tanto para “independentistas” quanto para “unionistas”¹¹. Mesmo não atribuindo a Artigas a ideia de independência absoluta, Favaro (1950) o considera como grande Herói uruguaio: qualifica-o desde a primeira página do trabalho como “figura gigantesca”, cuja magnificência seria, inclusive, complementada por Larrañaga (p. 1). Sendo assim, o apoio deste aos portugueses e depois aos brasileiros, em detrimento de Artigas¹², é motivo para estranhamento e reprovação, independente do fato de que este defendesse apenas a autonomia regional.

3. Considerações Finais

Nas duas biografias analisadas neste texto, a atuação de Dámaso Larrañaga durante o período das dominações portuguesa (1817-1822) e brasileira (1822-1828) apresentou-se como problema, uma espécie de entrave a ser superado. Entre os fatores que colaboraram para que isso ocorresse, um deles é comum às duas obras: concebidas a partir de uma ideia tradicional de biografia, na qual a vida do personagem precisa ser apresentada de maneira linear e coerente, ambas consideraram a atuação de Larrañaga durante a invasão estrangeira como uma espécie de desvio de percurso, ainda que, no caso daquela de Camusso, o autor tenha se esforçado para demonstrar o contrário. Outro fator diz respeito à forma como cada um dos autores se posicionou diante da ideia de “nação”. Ao conceber Larrañaga enquanto alguém empenhado na defesa da “nação uruguaia” (que julgou presente desde o início da revolução na Banda Oriental), Camusso precisou justificar o apoio de Larrañaga aos portugueses, uma vez que tal apoio, a princípio, não condizia com a conduta de um personagem comprometido com sua “nação”. Edmundo Favaro, por sua vez, embora tenha situado o surgimento da nação um pouco mais adiante, condena o apoio de Larrañaga a portugueses e brasileiros pela contradição que viu entre essa atitude e as ideias defendidas pelo biografado, mas também pelo fato de que o apoio ao estrangeiro se deu em detrimento de Artigas, “figura gigantesca” na concepção do autor.

Prevalece, portanto, nestas duas biografias, a ideia do indivíduo que segue por um caminho vislumbrando um objetivo que se realizará no fim. Romper com essa “ilusão” (BORDIEU, 1996) continua sendo um desafio mesmo para os biógrafos de hoje. É preciso considerar algo que parece óbvio e simples, mas

que, no entanto, continua sendo negligenciado em muitas obras: os personagens históricos quando tomam decisões não sabem o que virá depois, e muitos nem chegam a sabê-lo, não obstante as tomem esperando certos resultados. Logo, não devemos exigir-lhes consciência para além daquele momento em que estavam agindo. E, ainda assim, há que se considerar os limites dessa “consciência”.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. AMADO, Janaina (orgs.). *Usos & abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996. p.183-191.

BUCHBINDER, Pablo. La historiografía rioplatense y el problema de los orígenes de la nación. *Cuadernos del CLAEH*, Montevideo, n. 69, p. 29-47, 1994.

BUSTAMANTE, Raúl Montero. Prólogo. In: CAMUSSO, Rafael Argota. *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: Apuntes para su Biografía*. Montevideo: Talleres Gráficos A.Barreiro y Ramos, 1922. p. VII-XV.

CAMUSSO, Rafael Argota. *El padre Dámaso Antonio Larrañaga: Apuntes para su Biografía*. Montevideo: Talleres Gráficos A. Barreiro y Ramos, 1922.

CASTELLANOS, Alfredo. Contribución al estudio de las ideas del Pbro. Dámaso Antonio Larrañaga. (Apartado de la Revista Historica. Tomo XVII). Montevideo: 1952.

FAVARO, Edmundo. *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época*. Montevideo: Res S. A., 1950.

FREGA, Ana. La Formación del Estado Uruguayo. *RILA: Revista de Integração Latino-Americana*, Santa Maria, ano 2, n.1, p. 23-45, 2005.

_____. La Construcción Monumental de un Héroe. *Humanas*, Porto Alegre, v. 18, n. 1/2, p. 121-149, jan/dez de1995, publicado em 1997.

GONZÁLEZ, Ariosto D. Prólogo. In: FAVARO, Edmundo. *Dámaso Antonio Larrañaga: su vida y su época*. Montevideo: Res. S. A., 1950. p. VII-XIII.

KÖNING, Hans-Joaquim. Nacionalismo y nación en la historia de Iberoamérica. *Cuadernos de Historia Latinoamericana*. Asociación de Historiadores Latinoamericanistas Europeos, n.8, p.7-47, 2000.

LORIGA, Sabina. A biografia como problema. In: REVEL. Jacques. *Jogos de Escalas*. Rio de Janeiro: FGV, 1998. p. 225-249.

PIAZZA, Eduardo. Caminos Heroicos y Caminos de la Nación. In: DEMASI, Carlos y PIAZZA, Eduardo (Coord.). *Los Héroes Fundadores: perspectivas desde el siglo XXI*.

Montevideo: CEIU, Universidad de la República, 2006. p. 55-71.

SCHMIDT, Benito Bisso. Luz e papel, realidade e imaginação: as biografias na história, no jornalismo, na literatura e no cinema. In: SCHMIDT, Benito Bisso (Org.) *O Biográfico: perspectivas interdisciplinares*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000. p. 49-70.

SOUZA, Susana Bleil de. O pincel e a pena na construção da Nação: pintando e narrando um mito político fundacional. *CAHIERS ALHIM* - Université de Paris 8/Saint Denis, nº.15, 2008.

THIESSE, Anne-Marie. Ficções Criadoras: as Identidades Nacionais. *Anos 90*, Porto Alegre, n.15, p. 7-23, 2001/2002.

Notas

¹ Esse texto foi apresentado na “III Reunião do Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras da Associação de Universidades do Grupo Montevideo” (Santa Maria, RS, 26 a 28 de abril de 2012) e publicado nos anais do evento, com algumas modificações.

² Desse mesmo período se destaca também uma obra de Alfredo Castellanos (1952) voltada para o estudo das ideias de Larrañaga: *Contribución al estudio de las ideas del Pbro. Dámaso Antonio Larrañaga*. Nesta ocasião, porém, analiso apenas as biografias de Camusso e de Favaro, por se tratarem daquelas que se apresentam claramente enquanto projetos biográficos.

³ Tradução minha. Grifo meu. Trata-se do texto da convocatória do concurso transcrita no livro de Favaro (p. XV). Para citar trechos de bibliografia consultada em espanhol, optei por traduzir e citar em português. Portanto, sempre que aparecerem citações dessa bibliografia, que pode ser identificada pelos títulos das obras citados em espanhol nas referências ao final do trabalho, significa que as traduções são de minha responsabilidade.

⁴ De acordo com Anne Marie Thiesse (2001/2002), do século XVIII ao final do século XIX constituiu-se na Europa o que ela denominou de “*check-list* identitária”, composta dos principais elementos a que passaram a almejar as nações em construção. Entre tais elementos figuram o folclore, a paisagem típica, a língua, os ancestrais fundadores, a história como criadora da identidade nacional, a galeria dos heróis, os monumentos culturais e históricos, assim como lugares de memória e uma série de identificações pitorescas, tais como animal emblemático e gastronomia.

⁵ Segundo Susana Bleil de Souza (2008, p. 169) a definição “Tese Independentista Clássica” foi cunhada por Real de Azúa. SOUZA, Susana Bleil de. O pincel e a pena na construção da Nação: pintando e narrando um mito político fundacional.

⁶ Os nomes vinculados às correntes “independentista clássica” e “unionista” ou “dissidente” são citados por Pablo Buchbinder (1994), o qual atribui a caracterização de ambas as correntes a Gerardo Caetano.

⁷ Interrogar-se sobre “as incertezas do passado e as possibilidades perdidas” é um dos caminhos apontados por Sabina Loriga (1998, p. 246-247) no sentido de usar a biografia para romper o “excesso de coerência do discurso histórico”.

⁸ O Uruguai Independente, assim como a dominação portuguesa, era apenas uma alternativa entre tantas que foram discutidas para o território da Província Oriental no período da dominação estrangeira. Para um resumo das soluções discutidas no período, ver: FREGA, 2005, p. 33-34.

⁹ Camusso (1922) escreve pouco sobre as ações de Larrañaga durante o domínio brasileiro (1822-1828). Alegando que ele costumava se manifestar apenas “quando via que poderia evitar grandes males”, afirma que Larrañaga teria se dedicado a seus estudos naturalistas durante esses anos (p. 101).

¹⁰ A diferença é que Bustamante apenas reforça a ideia de Camusso (1922), ao passo que González, autor do prólogo da obra de Favaro (1950), aborda o período discordando deste e defendendo o personagem.

¹¹ Susana Bleil de Souza (2008, p. 173) faz esta afirmação referindo-se aos autores iniciadores destas tradições historiográficas, sem, no entanto, generalizar para os demais autores do século XX.

¹² Sobre as diferentes visões acerca da figura de Artigas entre os séculos XIX e XX, ver: PIAZZA, 2006 e FREGA, 1997.

**Señores de la Guerra, Hombres de Revolución: los
Oficiales del Ejército Auxiliar al Perú**

Virginia Macchi

Obtuvo su grado de profesora de Historia por la Universidad de Buenos Aires (UBA), y es magister en Historia del Mundo Hispánico por la Universidad Jaume I, Castellón de la Plana, España. Actualmente se encuentra realizando su doctorado en Historia en la Universidad de Buenos Aires, cuyo tema de investigación es “La importancia de la guerra en el proceso revolucionario rioplatense”. Un estudio a partir de la oficialidad del Ejército Auxiliar del Perú (1810-1820). Es becaria doctoral del CONICET (Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas) y miembro del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani” (FFYL-UBA). Asimismo, es docente en la cátedra de Historia Argentina I (1776-1862) en la carrera de Historia de la Universidad de Buenos Aires.

Señores de la Guerra, Hombres de Revolución: los Oficiales del Ejército Auxiliar al Perú

Virginia Macchi

En el presente trabajo se analizará, a partir de la oficialidad del Ejército Auxiliar del Perú (1810-1815), cómo se constituyó una elite revolucionaria y militar, y cuál fue el comportamiento de un grupo de actores en relación con la guerra, convirtiéndose estos hombres en referentes políticos y sociales en la construcción de un estado revolucionario en el Río de la Plata luego del movimiento insurgente iniciado en 1810.

Así, en este trabajo estudiaremos cómo la coyuntura específica de la guerra favoreció, en primer lugar, la construcción de esta nueva elite revolucionaria y militar, que suplantó paulatinamente a la burocracia virreinal como grupo privilegiado y que entró en competencia con las elites locales. La reconstrucción de esta red nos permitirá, asimismo, indagar en las lógicas relacionales y en las estrategias grupales e individuales de estos oficiales, quienes se convertirían en las figuras descollantes de la política durante la primera década revolucionaria y la incipiente construcción de un estado.

Hemos dividido los años de expediciones militares en tres campañas diferentes, tomando como hito de paso de una a otra grandes derrotas bélicas que implicaron el cambio de mando de un brigadier a otro. La primera campaña se inició el 28 de mayo de 1810 cuando la junta gubernativa de Buenos Aires envió un contingente militar a Córdoba primero y luego al Alto Perú, al mando de Juan José Castelli y de Antonio González Balcarce, región que controlaron por varios meses a partir de la victoria de Suipacha (7/11/1810). Esta campaña finalizó en marzo de 1812, luego del desastre de Huaqui (20/06/1811), la separación de González Balcarce y Castelli, y el posterior enjuiciamiento de ambos, su reemplazo provisorio por Juan Martín de Pueyrredón, y finalmente, la toma del

mando de Manuel Belgrano, cuando comenzó la segunda.

Durante esta segunda instancia se controló con éxito parte de la región norte del Río de la Plata luego de las batallas de Tucumán y Salta. Estos triunfos posibilitaron el avance hacia el Alto Perú, que se vió frustrado a principios de 1814, luego de las derrotas de Vilcapugio (1/10/1813) y de Ayohuma (14/11/1813) y el traspaso del comando del ejército primero a José de San Martín y posteriormente a José Rondeau. Durante estas campañas la coyuntura rioplatense se fue transformado, primero, con la ampliación de frentes de batalla debido a la resistencia de Francisco Javier de Elío desde Montevideo; segundo, por las disputas al interior del gobierno central y por sus vínculos con las provincias; y tercero, por el desgaste que las guerras fueron ocasionando en las economías locales.

En la tercera y última etapa, se combinó el conflicto entre el ejército y Carlos María de Alvear, oficial que había peleado en el frente oriental y que había sido nombrado brigadier. Sin embargo, fue depuesto por los mismos oficiales del ejército auxiliar y se consolidó Rondeau en el mando. Esta campaña culminó con la derrota de Sipe Sipe (29/11/1815). Esta última expedición coincidió con el momento más crítico de la revolución por varios motivos. A nivel internacional, la restauración de Fernando VII en la península no favorecía a los insurgentes rioplatenses quienes ahora temían por el envío de refuerzos desde España. En la esfera local, el fin del triunvirato como forma de gobierno en el Río de la Plata dio paso a la conformación de una Directorio, pero no pudo esta institución controlar las fracciones entre los distintos grupos de poder. Por otra parte, si bien la resistencia en la Banda Oriental había sido minada, el movimiento antiporteño liderado por José Gervasio de Artigas iba adquiriendo cada vez más fuerza y ascendiente principalmente en las provincias del Litoral.

Luego de esta derrota el Ejército Auxiliar del Perú abandonó para siempre el Alto Perú y se mantuvo inactivo en Tucumán durante tres años, a cargo de Manuel Belgrano, como retaguardia de las fuerzas que a través de guerrillas hostilizaban las avanzadas realistas sobre Salta y Jujuy. El foco de la guerra pasó a la campaña de los Andes, y en julio de 1816 las Provincias Unidas del Río de la Plata declaraban formalmente su independencia con respecto a la corona española.

I. La Militarización del Poder

La experiencia de los militares vinculados con el ámbito político no era nueva en el Río de la Plata. Con las reformas del siglo XVIII llevadas a cabo por la dinastía Borbón, "...buena parte de las instituciones militares desempeñaron una actividad civil, fundamentalmente política, a través de los gobiernos de plazas, presidencias de Audiencias, capitanías y demás órganos políticos-militares..." (ANDUJAR CASTILLO, 1992, p.57). Es decir, gran parte de los funcio-

narios borbónicos fueron oficiales del Ejército del Rey que reemplazaron a los viejos funcionarios pertenecientes a la nobleza, dando paso a una acusada militarización de las instituciones de gobierno del Imperio (CAMPBELL, 2005, p.238). Esta transformación del origen social de los funcionarios se enmarcó dentro de una lógica reformista por la cual los Borbones buscaron por un lado crear una estructura defensiva en América más eficaz luego de la guerra de los Siete años, y por otro intentaron centralizar el poder restándole peso a las elites locales. No obstante, en la práctica estos funcionarios militares convivieron con las elites locales, que mantuvieron buena parte del control del gobierno de las ciudades a través de instituciones como el cabildo (MOUTOKIAS, 2000).

Esta estructura administrativo/militar que comenzó a configurarse con los Borbones dará paso a una articulación entre poder civil y militar a fines del siglo XVIII que, en buena medida, servirá de sustento para la red de poder que se configurará con la revolución, compuesta por oficiales del ejército del Perú, poder local y poder central.

Luego del desconocimiento a la Regencia por parte de Buenos Aires en mayo de 1810, inmediatamente el nuevo órgano de gobierno porteño, la Junta, envió al Alto Perú una expedición militar para asegurarse el control de las provincias interiores y, principalmente, del cerro minero de Potosí. El intento de controlar la región altoperuana por parte del gobierno porteño se mantuvo durante una década, objetivo logrado intermitentemente, y cada vez más lejano a partir de 1815 con la derrota de Sipe Sipe. En un principio la guerra se llevó a cabo como un conflicto entre las ciudades en tanto órganos políticos. La ciudad como espacio soberano se convirtió en el centro de disputa, estableciéndose alianzas y facciones a su interior basadas en vínculos interpersonales e intereses comunes. Al mismo tiempo, al interior de los grupos que debían mantener los mismos intereses, como la oficialidad del ejército, surgieron diversas facciones que establecieron luchas encarnizadas entre sí. Estas disputas se expresaron, fundamentalmente en los intentos por ocupar las posiciones de poder de los órganos decisorios, ya sean militares o administrativos. Y frente al fraccionamiento del poder, la dispersión de la soberanía y el vacío de legitimidad, el poder de decisión en la región en el Río de la Plata comenzó a quedar paulatinamente en manos de los oficiales de las fuerzas regulares y milicianas acantonados en las ciudades afectadas por la guerra. Sin embargo, estos no se convirtieron en señores absolutos, sino que debieron gobernar junto con las elites de las ciudades quienes no querían perder poder y que, en muchos casos, se encontraban divididas, produciéndose conflictos de difícil resolución. Entonces, frente a la *vacatio regis*, la burocracia virreinal comenzó a perder legitimidad frente a la radicalización de la coyuntura revolucionaria y una nueva elite empezó a tomar control de la situación (HALPERIN DONGHI, 1972, p.179).

2. Los Oficiales del Ejército Auxiliar

Como ya mencionamos, nuestro trabajo se centrará exclusivamente en los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú¹. Se hace necesario, entonces, abordar algunas cuestiones en torno a este grupo. En primer lugar, es fundamental aclarar que bajo la designación de “oficiales”, agrupamos a los jefes que dirigían las fuerzas militares comprendidos en la siguiente jerarquía militar: cadete, alférez o subteniente, teniente, ayudante mayor, capitán, sargento mayor, teniente coronel, coronel, coronel mayor y brigadier².

A partir del relevamiento de memorias, biografías, cartas, legajos y documentos oficiales hemos consiguiendo que en las tres campañas participaron en total 281 oficiales. A partir de las hojas de servicio existentes en el Archivo General del Ejército, que incluyen datos biográficos de cada individuo, se realizaron fichas individuales de cada oficial que se completaron con otra documentación, incluyendo biografías, memorias y diccionarios biográficos. Es a partir de esta base de elaboración propia que se obtuvieron los datos acerca de los oficiales que se mencionan a continuación.

Primero, hemos relevado la participación de cada oficial en las mencionadas campañas, pues entendemos que un estudio diferenciado de cada una de ellas nos brinda información más detallada sobre nuestro grupo humano. Entonces, hemos elaborado la **tabla 1**, en la cual se observa cómo se distribuyó la participación de los oficiales por campaña:

Tabla 1: Cantidad de oficiales que participaron en cada campaña y porcentaje en relación al total de oficiales participantes

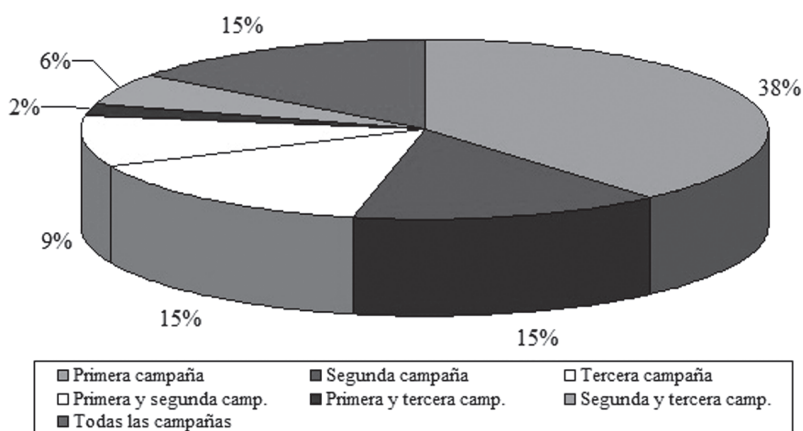
Campañas	Cantidad de oficiales	Porcentaje
Primera	181	64.64%
Segunda	124	44.28%
Tercera	105	37.50%

Nótese que estos valores corresponden a los oficiales que participaron en cada expedición, teniendo en cuenta que muchos de ellos participaron en una o más. Para clarificar la cuestión, hemos diferenciado entre los oficiales que participaron en sólo una campaña y los que lo hicieron en más de una, información disponible en el **gráfico 1**.



En este primer gráfico observamos que la gran mayoría de los oficiales, 191 de ellos, solamente participaron en una de las tres expediciones, y 41 nada más estuvieron presentes en las tres campañas. Es decir, la continuidad de los oficiales en el frente altoperuano no fue la norma. ¿Cómo se puede explicar esta notable diferencia? Para entender aún más esta situación, hemos confeccionado el **gráfico 2** con la información sobre la participación de los oficiales de manera desagregada. Como se observa en dicho gráfico, esa participación fue decreciente. Si en la primera campaña participaron 181 oficiales, 108 de ellos lo hicieron exclusivamente en aquella; para la segunda, de un total de 124, sólo 41 participaron de ella únicamente; y por último, de la tercera, de 105, sólo 42 participaron de ella exclusivamente.

Gráfico 2. Participación de los oficiales desagregada por campaña.



Para nuestro fin, rastrear la red que conformaron estos oficiales, evidentemente esta movilidad podría inclinarnos a pensar que se tendería a evitar

la consolidación de un poder militar. ¿Realmente la movilidad de los oficiales evitó la consolidación de un poder militar? Rastreemos primero las posibles causas de esta situación. El notorio descenso de una a otra campaña se puede explicar por diferentes motivos. El primero, y más evidente, es la mortandad ya sea por enfermedades o en el campo de batalla. La segunda causa posible es la desertión de los oficiales. La tercera, la ampliación de frentes de batalla luego de 1810, principalmente la guerra en la Banda Oriental y el Litoral y la formación del Ejército de los Andes en 1816, supuso el traslado y la circulación de los oficiales por el espacio bélico rioplatense. La cuarta causa, fue que algunos de los oficiales ocuparon cargos burocráticos, como tenientes gobernadores, dejando de lado su actividad meramente militar para complementarla con funciones de gobierno. Y por último, es posible que frente al cambio de comandante militar, que muchas veces se trasladaban a otros frentes de batalla, supuso el reemplazo y traslado de oficiales por otros afines al nuevo jefe.

Las dos primeras causas ciertamente nos llevarían a concluir que la consolidación de una elite militar no es posible. Pero, enfoquémosnos en las tres últimas causas. Si los oficiales circularon por el Río de la Plata cumpliendo funciones en otros ejércitos, evidentemente tuvieron la posibilidad de establecer vínculos con otros militares y elites locales de otras regiones.

La cuarta causa, que se vincularía con la participación de estos oficiales en algún cargo político, sí tiene una mayor importancia para nuestra hipótesis, pues si estos hombres tuvieron la posibilidad de combinar su rol militar con uno político, darían cuenta de uno de los elementos clave a la hora de definir una elite militar, un grupo que por las características propias de sus miembros y por su lugar en una corporación interviene en la vida política. Para corroborar esta aseveración hemos rastreado la trayectoria política de cada uno de estos oficiales y 35 de ellos han tenido alguna vez, entre 1810 y 1821 –momento de disgregación del poder central-, algún cargo de gobernador de alguna de las provincias del Río de la Plata o Director Supremo de las mismas (control del ejecutivo central). Si sumamos las veces que algún de ellos ocupó más de un cargo, 53 veces los oficiales tuvieron un cargo relevante entre 1810-1821. Es decir, la carrera militar se convirtió en una forma de acceso a cargos políticos de importancia en la vida política revolucionaria. La cuestión es, ¿ocuparon ese lugar por ser oficiales o por pertenecer a un estamento particular de la sociedad?

La última causa, la movilidad de los oficiales por disputas con los comandantes, la analizaremos a partir de algunos casos. Durante la primera campaña, de los tres comandantes de la expedición, Antonio González Balcarce, Juan José Viamonte y Eustaquio Díaz Vélez, sólo el último se mantuvo en campaña durante la segunda expedición. Los otros dos fueron separados y enjuiciados luego del desastre de Huaqui de 1811. Frente a esta coyuntura de derrota, ¿cómo fue po-

sible que Díaz Vélez se haya mantenido en su puesto? Al parecer, no fueron sus condiciones como militar pues en esta materia, según las palabras de Paz, “no era (...) capaz de ligar dos ideas...” (1957, p.139), si bien esta negativa descripción pudo deberse a una mala relación entre los dos oficiales. Sin embargo, otra habilidad fue la que lo mantuvo en el mando; al parecer este comandante era querido por los indios de la región, sobre los que tenía gran ascendente (PAZ, 1957, p.204). Es decir, la posibilidad de tender redes no supone que estas sean exclusivamente con otros miembros de la elite sino, como en este caso, el talento para establecer vínculos con los nuevos actores políticos y sociales que emergen con la revolución. Este detalle no es menor, en una coyuntura donde la necesidad de soldados era cada vez mayor, la competencia por el control de los hombres para el frente de batalla se convirtió en un elemento definitorio y otorgó al individuo una importancia destacada. Sin embargo, su influencia en el ejército del Perú no pudo resistir otra campaña desastrosa y luego, de Vilcapugio y Ayohuma, bajó a Buenos Aires para informar la situación y ya no volvió al frente. A pesar de ello, notemos que fue nombrado teniente gobernador de Santa Fe hasta principios de 1815 y al año siguiente fue elegido para conducir una devastadora expedición contra esa misma provincia que se mostraba desobediente del poder central.

En otros casos, el recorrido de estos oficiales fue más sinuoso evidenciando una realidad más compleja a la hora de mantenerse en su cargo. Destaquemos el caso de Martín Rodríguez. Este porteño, bien iniciada la revolución, había sido identificado con la facción ligada al primer presidente de la Junta, Cornelio Saavedra, es decir, el grupo moderado dentro del órgano de gobierno central. Esta facción, que había logrado el control total del gobierno gracias a una asonada llevada a cabo en abril de 1811, era contraria a la más radical, a la que pertenecía Manuel Belgrano. Cuando este último se hizo cargo de la jefatura del ejército del norte, su desprecio hacia Rodríguez se hizo notorio. De hecho, en una carta de Belgrano a Rivadavia le solicitó “...que no venga Martín Rodríguez a este ejército: estoy convencido que no hay uno bueno de los del 5 y 6 de abril...” (BELGRANO, 2001, p.174). Mientras los hombres afines a Rodríguez permanecieron en el poder central, pudo mantenerse en ejército. Sólo luego de la batalla de Salta pudo Belgrano desembarazarse de él, aunque Rodríguez no perdió poder pues fue nombrado jefe del Estado Mayor General. Con el reemplazo de Belgrano por San Martín, el coronel Martín Rodríguez apareció otra vez en el ejército, y cuando Carlos María de Alvear quiso tomar el control de la expedición, se opuso firmemente logrando así una gran influencia entre sus comandados, convirtiéndose en el competidor del nuevo general, José Rondeau (RONDEAU, 1963, p.2078).

Martín Rodríguez, entonces, tuvo una trayectoria enrevesada dentro del ejército relacionada con las redes de poder que supo construir al interior del

mismo y con el poder central. Su red faccional se consolidó con su participación en los sucesos de abril de 1811, que le valieron prestigio y ascendiente pero a la vez enemigos con otros influyentes miembros de la política revolucionaria como Manuel Belgrano. A medida que la política revolucionaria se fue complejizando, tejió otras redes que le permitieron obtener un lugar destacado dentro de la oficialidad de la tercera campaña, hasta lograr ser nombrado gobernador y capitán general de Charcas, cargo que perdió luego del desastre de Sipe Sipe.

A partir de estos recorridos individuales, queremos evidenciar que la circulación de estos hombres por el ejército auxiliar fue continua y se explica menos por su valor militar como por las conexiones que establecieron con el poder central, el local, los sectores populares, otros oficiales y con sus jefes.

Otro elemento para comprender la construcción de esta elite de poder fue el origen de los oficiales. No es nuestra intención detenernos meramente en el origen geográfico de estos hombres estudiando solamente el porcentaje de peninsulares y de criollos –y de qué región provienen cada uno de ellos– que componían a este estamentos. Nuestro análisis se enfocará en comprender cómo el origen social de los oficiales explicitó sus intereses. El control que harán los americanos del ejército, y especialmente los porteños, tendrá como resultado una configuración de la estructura militar particular que responderá a determinados intereses, problema que debe ser abordado a partir de los orígenes sociales y no los meramente geográficos (MARCHENA FERNANDEZ, 1992, p. 161).

¿Quiénes fueron los hombres que comandaron las tropas que combatieron en el Alto Perú? La impresión de Lázaro de Ribera en carta al Virrey del Perú, José Fernando Abascal, era la de una “expedición de Buenos Aires”³. ¿Era esta impresión cierta? Para responder a este interrogante hemos elaborado dos tablas con la información sobre las procedencias regionales de 199 oficiales que participaron en las tres campañas. La **tabla 2** analiza la procedencia de los oficiales en términos absolutos, mientras que la **tabla 3** discrimina estos resultados por campaña.

De los **cuadros 2 y 3** se observan las siguientes circunstancias susceptibles de análisis. Primero, la abrumadora mayoría de los oficiales habían nacido en territorio americano. Esto no es nuevo, la americanización de la oficialidad ya era una tendencia presente en el ejército desde el siglo XVIII (MARCHENA, 1983, 1992). Segundo, una gran cantidad de los oficiales eran nacidos en el Virreinato del Río de la Plata, seguidos por una cantidad pequeña de nativos de otras regiones americanas y de peninsulares. Es decir, predominaron los hombres del mismo espacio jurisdiccional. Tercero, Buenos Aires es la región de donde proceden los porcentajes más altos de oficiales, el 44.7%, tendencia que se mantuvo a lo largo de las campañas. Región seguida, por lejos, por Salta y la Banda Oriental, ambas con el 9%. Estas tendencias se mantuvieron a lo largo de las tres campañas⁴. Es decir, además de la americanización del mando podemos

Tabla 2: Procedencias regionales de la oficialidad

Alto Perú	8	4,02%
Banda Oriental	18	9,05%
Buenos Aires	89	44,72%
Chile	3	1,51%
Córdoba	12	6,03%
Corrientes	2	1,01%
Europeos no peninsulares	2	1,01%
Jujuy	5	2,51%
La Rioja	1	0,50%
Mendoza	3	1,51%
Misiones	1	0,50%
Peninsular	13	6,53%
Perú	3	1,51%
Salta	18	9,05%
San Juan	1	0,50%
Santa Fe	1	0,50%
Santiago del Estero	8	4,02%
Tucumán	11	5,53%
Total	199	100,00%

Tabla 3: Procedencias regionales de la oficialidad por campañas

Procedencias regionales / Campaña	Primera	Segunda	Tercera
Alto Perú	7	6	3
Banda Oriental	6	8	11
Buenos Aires	52	44	45
Chile	1	1	2
Córdoba	6	8	7
Corrientes	0	0	2
Europeos no peninsulares	0	2	1
Jujuy	3	5	2
La Rioja	1	3	0
Mendoza	1	0	1
Misiones	0	0	1
Peninsular	9	4	1
Perú	1	3	0
Salta	13	14	12
San Juan	1	1	1
Santa Fe	0	0	1
Santiago del Estero	7	4	2
Tucumán	5	10	6
Total con datos	113	113	98
Sin datos	68	9	5
Relación datos/sin datos	62,40%	92,60%	95,15%

hablar de una “porteñización” del mismo. ¿A qué se debió este fenómeno? Por un lado, el peso demográfico de esa ciudad con respecto al resto de las ciudades del Río de la Plata es elocuente: para 1810 Buenos Aires contaba con una población de más de 40.000 habitantes, Salta para el mismo momento no llegaba a los 6.000 (FRADKIN, 2010, p. 199).

Sin embargo, sería reduccionista pensar que solamente la distribución demográfica explicaría esta “porteñización” de la oficialidad. Para entender estas cifras es necesario analizar las tradiciones militares previas. La experiencia militar rioplatense estuvo marcada por la presencia de tropas veteranas, y ya para antes de 1806, el sistema defensivo reposaba en las milicias y de los Blandengues (FRADKIN, 2009, p.20). Con la primera invasión inglesa, los milicianos de la ciudad de Buenos Aires aumentaron abruptamente en detrimento de las fuerzas regulares, los números son elocuentes: 7.255 milicianos y no más de 1.000 efectivos regulares para 1806. Entonces, para 1810 el panorama es heterogéneo, por un lado fuerzas veteranas escasas y debilitadas, excepto el cuerpo de Blandengues, que sólo a finales del siglo XVIII había adquirido este rango. Por otro lado, las milicias se encontraban en su apogeo. Dentro de esta estructura, la elite porteña, a partir de 1806, revalorizó el ámbito de comandancia de las milicias debido al “nuevo equilibrio de poder que generaron las jefaturas de los cuerpos milicianos”, modificando la pauta previa: en los últimos años del siglo XVIII la elite porteña no tenía un mayor interés por ocupar estos cargos y accedían a ellos un segundo rango de la elite local conformando una estructura de “comando cerrada” (HALPERIN DONGHI, 1978).

Una vez iniciado el proceso revolucionario, se intentaron construir fuer-

zas veteranas apelando al modelo borbónico que estuvieron compuestas por estas milicias nacientes con las invasiones inglesas. En esta compleja coyuntura fue que emergió la oficialidad que estudiamos en tanto “convergencia de jefes de milicias, líderes locales, algunos oficiales de los ejércitos del Rey y también algunos mercenarios extranjeros” (FRADKIN, 2009, p. 49) y que, de acuerdo a nuestra investigación, fueron principalmente porteños. Esta situación entonces, se debió en gran medida a la particular forma de constitución de estas fuerzas, producto de las Invasiones Inglesas y su fuerte impacto fundamentalmente en Buenos Aires. Pero esta “porteñización” tendrá fuertes consecuencias que se desarrollarán en el próximo apartado.

La cuestión del origen social, como ya hemos mencionado, no se agota en el origen geográfico. Para el siglo XVIII, Marchena había notado que en el Ejército del Rey en América se fueron incrementando el número de hijos de terratenientes y comerciantes en la oficialidad, quienes a través de esta institución lograban distinción social vía poder económico (1983, p.34). Esta tendencia se mantuvo en el ejército del Perú; hemos podido rastrear que, en 30 casos, los oficiales o sus padres se habían dedicado a alguna de estas dos actividades antes de la revolución. Veinte de ellos o sus padres habían sido funcionarios y catorce militares. Es decir, el 23% pertenecían a familias cuyas ocupaciones denotaban prestigio social en la sociedad rioplatense de inicios del siglo XIX. Si a esto le agregamos que cuarenta y uno de ellos, el 14,6% realizó algún tipo de estudio-actividad sólo reservada para los sectores distinguidos de la sociedad- obtenemos un panorama más completo sobre la “calidad social” de estos hombres.

Esta información se puede cruzar con un dato clave que aportan las hojas de servicio de la oficialidad que es la “calidad social” del individuo. Hemos agrupado a los oficiales en cuatro categorías distinguido (parte principal de la elite rioplatense, simil a la nobleza peninsular), hijo de militar (descendientes de oficiales), conocida (prestigio social notorio) y decente (sin más posibilidades de distinción). De la totalidad de los casos, contamos con información fehaciente sobre la “calidad social” para el 37,34% (76 oficiales). De ese universo reducido, el 82,89% tiene una procedencia “distinguida”, el 9,21% son “hijos de militares”, el 6,58% son “conocidos”, y solamente el 1,32% es “decente”.

Otra forma de ver este entramado social y militar es analizar las relaciones que existieron entre estos oficiales. De nuestra muestra, 66 de estos hombres estaban emparentados de alguna forma, ya sea padre/hijo, tío/sobrino, hermanos, cuñados o primos. Como ha explicado Thibaud “los alistamientos espontáneos de los jóvenes de la *sanior pars* (...) se llevan a cabo gracias al conocimiento entre las familias y a las alianzas de linajes” (2003, p.37).

Si bien no tenemos el panorama completo para ninguna de las variables, es notorio como una buena parte de la oficialidad denotaba rasgos que la englo-

barían dentro de la elite: la profesión de su familia, sus vínculos familiares, su educación o la percepción que de ellos tenía la sociedad plasmada en las hojas de servicio. Asimismo, lo que notamos es que la red militar se conectó a otras clases de redes –familiares, de pertenencia regional o profesional- para acceder a una plaza en el ejército.

3. Guerra y Política Revolucionaria

Entonces, dos elementos son claves para conocer a los oficiales del ejército del Perú: que fueron en su mayoría porteños y que pertenecieron a los sectores más distinguidos de la sociedad rioplatense. El primer elemento, la notable cantidad de porteños, tuvo una consecuencia política clave: la mayor injerencia de los porteños en otras áreas de la jurisdicción del Río de la Plata.

Para entender esta situación con más detalle nos detendremos en el caso de la primera expedición al Alto Perú. Durante la primera campaña el representante de la Junta de gobierno de Buenos Aires, Juan José Castelli tomó medidas tendientes a “ganar nuevas adhesiones a la revolución arbitrando entre grupos sociales y étnicos, favoreciendo a los criollos contra los peninsulares y ofreciendo a los indios la emancipación del tributo y los servicios personales” (HALPERIN DONGHI, 2000, p.60) por las regiones por las que transitó la expedición. Las medidas de Castelli se entroncaron dentro de un conflicto mayor entre porteños y altoperuanos (ROCA, 2007) quienes, como afirma Gil Montero percibieron la actuación de los rioplatenses “como la de un ejército de ocupación” (2006, p. 96). La más importante fue nombrar como gobernador de la Villa Imperial a Feliciano Chiclana, porteño, y a Juan Martín de Pueyrredón, porteño también, gobernador de Chuquisaca. Este reemplazo de los funcionarios peninsulares por porteños adictos al movimiento insurgente trajo sentidas repercusiones, especialmente entre la elite local. Por otra parte, como ha mencionado Halperin, “la transformación de los altos funcionarios de carrera en víctimas designadas de la revolución tiene la ventaja adicional de subrayar la importancia del botín que ésta ofrece a sus adherentes, identificados de manera genérica como americanos.” (1972, p. 179)

Ya hemos notado en el apartado anterior cómo una considerable cantidad de individuos que tuvieron un rol clave en la comandancia del ejército ocuparon cargos políticos en distintas jurisdicciones del Río de la Plata. Entonces, estudiaremos la distribución de los cargos políticos de acuerdo con la procedencia geográfica. De los 35 oficiales que tuvieron un cargo, 18 de ellos, es decir el 51.42%, eran porteños. Los capitalinos eran seguidos por los cordobeses con 4 individuos (11.42%) y los salteños con 3 (8.57%). Ahora bien, la segunda cuestión es ver cuantos de ellos actuaron políticamente fuera de su lugar de origen. Los porteños actuaron en todas las regiones del Río de

la Plata: Altó Perú, Tucumán, Santa Fe, Salta, Santiago del Estero, La Rioja, Santa Fe, Jujuy, Catamarca, Córdoba, Entre Ríos, por supuesto Buenos Aires, y detentaron además el poder central. El resto de los casos fue más variado, si bien la circulación de los hombres por todo el espacio rioplatense fue la norma. Entonces el dato no sería que no gobiernen en su lugar de origen, sino que hayan sido tantos porteños quienes hayan ocupado cargos en el interior. De esta forma, los gobernadores intendentes, que eran delegados directos del monarca, fueron fácilmente reemplazables por el poder central una vez iniciada la revolución, reemplazos que en gran cantidad de casos se realizaron con militares porteños.

Este panorama se entrecruza, ciertamente, con la variable ya mencionada de la abrumadora mayoría de porteños dentro de la oficialidad. Buenos Aires, en tanto capital virreinal, había mantenido con las ciudades del resto del territorio una relación jerárquica durante casi 35 años, desde que en 1776 se había formado el virreinato del Río de la Plata. A esta función de capital se le sumó, luego de 1810, la del foco de inicio del movimiento insurgente, siendo la intención de los dirigentes porteños sostener la revolución, expandirla y consolidarla en el interior. Pero este anhelo de exportar la revolución al resto del territorio se imbricó con un afán centralista, vinculándose así fuertemente con este marcado porteñismo. Así, la presencia de los oficiales porteños en el interior estaba en consonancia con el afán centralista propugnado desde Buenos Aires. Los comandantes militares, como expresión del poder central, utilizaron su capacidad de coacción para imponer una nueva burocracia en las ciudades ocupadas. De esta forma, el gobierno central reemplazó al monarca en su función de designar funcionarios, que era prerrogativa real; y siguiendo la práctica borbónica, éstos eran militares.

Pero esto no agota el problema, evidentemente es fundamental entender el vínculo de los oficiales con las elites locales, que expresaban su poder a través los cabildos, las cuales a su vez podían verse beneficiadas al cultivar lazos con los oficiales del ejército auxiliar que, en última instancia, eran enviados del poder central o podrían ver a estos hombres como una competencia como ya había sucedido con los gobernadores intendentes. Entonces, como explica Tío Vallejo, “los líderes militares se consolidaron también como líderes políticos y se tejió una compleja red entre autoridades civiles y militares cuyos vínculos irían desatando conflictos y anudando solidaridades de aquí en más” (2011, p. 25) Manuel Belgrano, en una carta a Rivadavia afirmó que “V. sabe que no conozco el país, que no conozco a sus habitantes (...) que me veo no pocas veces perplejo para tomar una resolución, aún en los movimientos militares ¿Cuánto más no sería en los políticos?...” (BELGRANO, 2001, p. 166) Sin embargo, esa aparente ignorancia no le impidió luego de la batalla de Tucumán escribir a Buenos Aires en los siguientes términos “Este Intendente [por el de Tucumán] debe mudarse; también el Teniente gobernador de

Santiago, no son para el caso” (BELGRANO; 2001, p. 184) y propone acto seguido que sea convocado Gascón, suponemos que hablaba de José Gascón, porteño, quien para esa fecha juró como teniente gobernador de Tucumán.

Además, estos hombres debían bascular entre las pretensiones del gobierno central, los planteos de la elite y sus propios intereses. Entonces, para lograr la armonía y sostener al ejército era imperioso que los jefes del Ejército Auxiliar involucrasen a la población local en la guerra (DAVIO, 2009, p.92). Algunos pudieron hacerlo gracias a su propia capacidad de tejer redes como el porteño Juan Ramón Balcarce de quien tenían una buena opinión en Tucumán “por haber estado en otro tiempo de ayudante de las milicias.” (BELGRANO, 1963 p. 998).

En otros casos, se incorporaron a las filas del ejército líderes locales con capacidad de movilización e influencia en la política local. Un caso interesante que combina influencia popular con participación militar y política activa fue el de los hermanos Moldes quienes tuvieron un rol destacado al finalizar la primera expedición. Como estudió Sara Mata “los hermanos Moldes eran populares entre la plebe y no es un dato menor que José Antonio hubiera resultado electo diputado por Salta al Congreso de Tucumán en 1816...” (MATA, 2010, p. 130). En la misma línea se encontraron otros jefes militares que no fueron porteños, como Fernández Cornejo y Apolinario Figueroa, quienes aportaron al movimiento milicianos salteños, siendo miembros de la elite salteña más encumbrada, tejiendo así redes entre influencia local y ejército central.

Sin embargo, el acusado centralismo de Buenos Aires y las políticas cada vez más conservadoras del Directorio iban, para 1814, a resquebrajar la influencia de estos oficiales porteños quienes vieron menoscabado su poder en favor de líderes locales emergentes. Para el caso salteño, la tensión entre gobierno central, líderes locales y población local era palpable. Como especificó en la época Gorriti, la ciudad durante los primeros años de la revolución “...era gobernada por jefes nombrados por el gobierno supremo”(GORRITI, 1963, p.1688), situación que no siempre fue bien vista por los salteños (MATA, 2002). Esto generó tensiones entre las distintas facciones de la elite local y el poder central que atravesaron toda la política salteña de la primera década revolucionaria. El cambio se manifestó, a partir de 1814, con el crecimiento de la figura de Guemes y la aparición de un nuevo actor en la vida política rioplatense: los gauchos. Con la revolución, la elite debía ahora resolver los problemas políticos en un contexto donde la generalizada militarización y las luchas entre facciones suponían una masiva movilización política. Estos problemas podrían resolverse recurriendo a instancias administrativas superiores, práctica usual dentro de la política colonial y que persistía luego de los primeros años de la revolución. Sin embargo, como estas instituciones superiores se apoyaban en un consenso que la revolución iría minando paulatinamente, la construcción de poder político y legitimidad reque-

rirá en los primeros años de la década de 1810 del apoyo de sectores que hasta el momento no tenían una participación política activa. La presencia del ejército auxiliar tuvo importancia en este proceso pues muchos jefes se relacionaron con sectores de la plebe favoreciendo la emergencia de líderes locales y de nuevas relaciones de poder, pero que para 1815 vieron disminuida su influencia.

4. Epílogo

Ciertamente, en este breve trabajo no se agota el estudio de las redes, solidaridades e intereses sociales de los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú durante 1810-1815. Sin embargo, de lo presentado puede establecerse que la dinámica revolucionaria permitió la construcción de una nueva elite revolucionaria que tuvo un rol destacado en la vida política del Río de la Plata, donde los criollos tuvieron un lugar preeminente⁵. Asimismo, el detentar un rango militar jerárquico posicionó aún más a muchos de estos hombres para encumbrarse a los primeros lugares de la revolución, en la esfera local y en el ámbito central. De esta forma, ejército y política se imbricaron, y los oficiales se convirtieron entonces en parte fundamental del núcleo dirigente de esta nueva sociedad, por su lugar privilegiado como miembros de la elite y por tener el control de los medios de coacción que, en tanto militares, les permitieron mantener el poder en manos de esa misma elite a la que pertenecían⁶. Es decir, la elite revolucionaria encontró en el ejército su base de poder, transformándose así en una elite militar (FRADKIN, 2008, p.34).

Ya Halperín había notado como la revolución hizo de la oficialidad del ejército el primer estamento del nuevo estado, para quien, además, lo hizo en desmedro de la elite burocrática (HALPERIN DONGHI, 1972, p. 200). Sin embargo, también para este autor sería excesivo afirmar que el cuerpo de oficiales formó el núcleo del nuevo sector gobernante, en tanto que la paulatina militarización lo transformó en un cuerpo especializado y que poco a poco se irá aislando de la elite del interior y de la de Buenos Aires, quienes lo considerarán un rival político (HALPERIN DONGHI, 1972, p. 207). No obstante, entendemos que antes que plantear una escisión entre las funciones militares y las prerrogativas propias de una elite social, la pertenencia a este nuevo grupo dirigente estuvo dada por ambas condiciones. Así, esta difusa distinción entre ser militar y ser político es solamente pensable en una sociedad donde todavía no existe un poder militar autónomo diferenciado de un poder civil, en tanto no existe aún una institución militar profesional. El ejército auxiliar aquí trabajado estaba lejos de ser una estructura en vías de profesionalización o de convertirse en el brazo armado del estado. Las formas de promoción, más ligadas a los vínculos faccionales y a las relaciones de parentesco que a los méritos estrictamente castrenses eran todavía la norma, siendo así difícil hablar

de una corporación militar en sentido estricto y con intereses diferenciados. Y, conjuntamente, como el mismo Halperín evidenció “casi todos los jefes superiores eran, a más de militares, líderes políticos en acto o en potencia; sus carreras, ricas en quiebras inesperadas, se repartían entre el ejército y la arena política” (1972, p.214), debiendo responder tanto a intereses derivados de la guerra como a lealtades familiares y faccionales ajenas a la misma.

Asimismo, esta elite revolucionaria y militar que ocupó los primeros puestos de gobierno fue, en el inicio de la revolución, principalmente porteña. Esta situación, por un lado, provenía de la tradición de la corona borbónica de nombrar militares para ocupar los cargos de la burocracia virreinal, prerrogativa que Buenos Aires se adjudicó para sí en tanto cabeza del virreinato, centro de la revolución y espacio fuertemente militarizado luego de las Invasiones Inglesas. Así, porteñismo y centralismo fueron dos tendencias presentes dentro del Ejército Auxiliar.

Sin embargo, esta realidad de la política revolucionaria tuvo como punto de inflexión el año 1815, cuando las constantes derrotas del Ejército Auxiliar evidenciaron la incapacidad de los hombres de Buenos Aires para asegurar el destino de la revolución en el interior del territorio, quedando cada vez más el porvenir de estas regiones en manos de las fuerzas locales. Los nuevos líderes que emergieron de esta coyuntura bélica, se sostuvieron más que por la legitimidad otorgada por Buenos Aires, que en un primer momento había funcionado para los jefes militares del Ejército Auxiliar, por la capacidad de articular la insurgencia social a la causa americana.

Referencias

ANDÚJAR CASTILLO, F. Poder militar y poder civil en la España del siglo XVIII: reflexiones para un debate. En *Melanges de la Casa de Velázquez*, Tomo 28-2, 1992.

BELGRANO, Manuel Fragmento de memoria sobre la batalla de Tucumán *Biblioteca de Mayo: colección de obras y documentos para la historia argentina*, Senado de la Nación, 1963, t. I.

BELGRANO M. *Epistolario Belgraniano*, Buenos Aires, Taurus, 2001.

CAMPBELL, L. Cambios en la estructura racial y administrativa en el Perú colonial a fines del siglo XVIII. Em: KHUETE, Allan J.; FERNÁNDEZ; Juan Marchena (eds). *Soldados del Rey. El ejército borbónico en América colonial en vísperas de la Independencia*, Universitat Jaume I, 2005.

DAVIO, M. El proceso de militarización durante la Revolución. Tucumán, 1812-1829. In: LÓPEZ, Cristina del Carmen. *Identidades, representación y poder entre el Antiguo Régimen y la Revolución. Tucumán, 1750-1850*, Rosario, Prohistoria ediciones, 2009.

FRADKIN, R. Tradiciones coloniales y naturaleza de las fuerzas beligerantes en el litoral rioplatense durante las guerras de la revolución. In: *II Encontro da Rede Internacional Marc Bloch de Estudos Comparados em História- Europa/América latina*, Porto Alegre, 2008.

FRADKIN, R. Tradiciones militares coloniales. El Río de la Plata antes de la revolución. In : HEINZ, Flavio (comp.), *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*, São Leopoldo, Editora Oikos, 2009, pp. 74-126. Disponible en: <http://historiapolitica.com/datos/biblioteca/fradkin.pdf>

FRADKIN, R. Población y sociedad. Em: J. Gelman *Argentina. Crisis imperial e independencia*, Fundación MAPRE-Taurus, Madrid, 2010.

GIL MONTERO, Raquel Las guerras de independencia en los Andes Meridionales en *Memoria americana* 14, 2006.

GORRITI, J. I. "Autobiografía política" en *Biblioteca de Mayo: colección de obras y documentos para la historia argentina*, Senado de la Nación, 1963, T. II.

HALPERIN DONGHI, T. *Revolución y guerra. Formación de una élite dirigente en la argentina criolla*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1972.

HALPERIN DONGHI, T. "Militarización revolucionaria en Buenos Aires, 1806-1815". En Id. (comp.), *El ocaso del orden colonial en Hispanoamérica*, Buenos Aires, Sudamericana, 1978.

HALPERIN DONGHI, T. *De la revolución de independencia a la confederación rosista*, Buenos Aires, Paidós, 2000.

MARCHENA FERNÁNDEZ, J. *Oficiales y soldados en el ejército de América*, Sevilla, Escuela de Estudios Hispanoamericanos, 1983.

MARCHENA FERNÁNDEZ, J. *Ejército y milicias en el mundo colonial americano*. Madrid, Editorial MAPRE, 1992.

MATA, S. "La guerra de independencia en Salta y la emergencia de nuevas relaciones de poder" en *Andes*, 13, Salta, 2002.

MATA, S. "'Tierra en armas'. Salta en la revolución". En S. Mata (comp.), *Persistencias y cambios: Salta y el Noroeste argentino. 1770-1840*, Rosario, Prohistoria, 1999.

MATA, S. "Conflicto social, militarización y poder en Salta durante el gobierno de Martín Miguel de Guemes" en Fabián Herrero (comp.) *Revolución. Política e ideas en el Río de la Plata durante la década de 1810*, Rosario, Prohistoria ediciones, 2010.

MOUÏOUKIAS Z. "Gobierno y sociedad en el Tucumán y el Río de la Plata, 1550-1800", en E. Tandeter (coord.) *Nueva Historia Argentina*, Tomo II, Sudamericana, 2000.

PAZ, J. M. *Memorias póstumas*, Buenos Aires, ediciones Estrada, T. I, 1957

ROCA J. L. *Ni con Lima ni con Buenos Aires. La formación de un estado nacional en Charcas.*, Lima, IFEA, 2007.

RONDEAU, J. "Autobiografía del Brigadier general don José Rondeau" en *Biblioteca de Mayo: colección de obras y documentos para la historia argentina*, Senado de la Nación, 1963, T. II.

TIO VALLEJO, G., "Campanas y fusiles, una historia política de Tucumán en la primera mitad del siglo XIX". In: G. Tío Vallejo (coord.), *La república extraordinaria. Tucumán en la primera mitad del siglo XIX*, Rosario, Prohistoria ediciones, 2011.

THIBAUD, C. *República en armas. Los ejércitos bolivarianos en la guerra de independencia en Colombia y Venezuela*, IFEA/Planeta, Colombia, 2003.

VILLANUEVA, F. "Memoria sobre Sipe Sipe" en *Biblioteca de Mayo: colección de obras y documentos para la historia argentina*, Senado de la Nación, 1963, T. II.

Notas

¹ Para una mayor complejidad de la descripción sería necesario abordar la oficialidad de otros ejércitos rioplatenses de la época, como el destacado en la zona del Litoral (el enviado a Paraguay y el que sitió Montevideo) y desde 1815 el de los Andes. Sin embargo, como estos organismos exceden los límites de nuestra investigación, entendemos que siendo el ejército al Perú uno de los más importantes –por el número de sus miembros, la zona estratégica que disputaban, y la cantidad de años que estuvo en servicio- nuestra investigación es suficientemente representativa de la realidad rioplatense.

² Varias consideraciones con respecto a esta jerarquía: primero, en sentido estricto el cadete no es un oficial, pero entendemos que marca el inicio de la carrera del mismo; segundo, la ayudantía mayor en realidad es un empleo y no un grado pudiendo ascender de teniente directamente a capitán; tercero, el grado de coronel mayor se creó recién en la segunda campaña. Y por último, el sargento mayor no era una graduación sino un empleo, siendo en realidad el cargo superior al de capitán el de teniente coronel. Fue Belgrano quien en la segunda expedición modificó esta situación convirtiendo a la sargentía mayor en un grado. (PAZ, 1957, p.139)

³ "Correspondencia de Lázaro de Ribera y Vicente Nieto con el Virrey del Perú José Fernando de Abascal" en *Biblioteca de Mayo*, op. cit., T. XIV, pp. 12916 y 12918

⁴ A excepción de la segunda en la cual los tucumanos manifestaron un relativo crecimiento, circunstancia que se explica fácilmente por la importancia de esa ciudad en esa expedición

⁵ Halperín Donghi hacía referencia a este proceso como una "mutación interna de la elite", pues "los patriotas son identificados con el personal de recambio para un aparato burocrático a pesar de todo reducido", (HALPERIN DONGHI, 1972, p. 180)

⁶ *Ibid.*, p. 207

**Resistencias al Orden. Las Formas del
Poder Local en Épocas de Transición.
La Rioja, 1812-1816**

Valentina Ayrolo

Doctora en Historia, de la Universidad de Paris I, Panthéon-Sorbonne, (Francia) enero 2003. Diploma de Estudios Avanzados (D.E.A.), en "Historia Contemporánea y de Mundos Extranjeros y de Relaciones Internacionales". Universidad de Paris I, Panthéon-Sorbonne, (Francia) 1993. Diploma del Institut des Hautes Etudes de l'Amérique Latine, (Universidad de Paris III, Sorbonne-Nouvelle (Francia), 1992. Investigadora Adjunta del CONICET, Jefe de Trabajos Prácticos, regular, simple, en la Cátedra de "Historia General Argentina", Departamento de Historia, Facultad de Humanidades, UNMDP. Directora del Grupo de Investigación "Problemas y Debates del siglo XIX" del Centro de Estudios Históricos, Departamento de Historia, de la Facultad de Humanidades, UNMDP. Representante por la UNMDP del Comité Académico "Historia, Regiones y Fronteras", Asociación de Universidades - Grupo Montevideo. Miembro del Banco de Directores de Becas de Investigación de la Universidad Nacional de Mar del Plata. Coordinadora junto a María Elena Barral y Roberto Di Stefano el Grupo de Historia de la Iglesia Religio en el Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani" (UBA.) Directora del Proyecto de extensión: "Bicentenarios. Dos siglos de memoria colectiva".

Resistencias al Orden. Las Formas del Poder Local en Épocas de Transición. La Rioja, 1812-1816

Valentina Ayrolo

El presente trabajo procura mostrar algunas de las formas que asumió la resistencia al nuevo orden político instaurado en el Río de la Plata con la Revolución de mayo de 1810. A través del caso riojano analizaremos cómo aquella crisis de “toda una dirección revolucionaria” (DONGHI, 1987: 80) que T. Halperin Donghi señaló y dató en 1815 se manifestó en uno de los espacios marginales que le estaban sujetos. Observaremos por un lado, las estrategias desarrolladas por los actores para resistir los cambios que propuso la conformación de un nuevo poder centralizado en manos de los revolucionarios y por otro examinaremos cómo, para concretar ese reacomodamiento político local, fueron necesarios nuevos argumentos y nuevas prácticas que los legitimaran.

En este trabajo nos detendremos en dos momentos que consideramos claves para entender la coyuntura de 1815 en La Rioja. El primero abarca los años de 1812 y 1814 y tiene su foco puesto en el ámbito de Chilecito donde se realiza un intento por crear una autoridad alternativa a la legítima cuya sede estaba en la ciudad de La Rioja. El segundo toma los años de 1815 y 1816 y refiere a la declaración de autonomía política por parte de La Rioja en el marco del avance del artiguismo y del proceso de la declaración de la Independencia de las Provincias Unidas del Río de la Plata.

Parto del supuesto de que a principios del siglo XIX La Rioja seguirá funcionando según los criterios de “un mundo social” regido por Casas, cuasi-señoríos.¹ Pero desde 1810, y como consecuencia de la Revolución, sin abandonar esta modalidad se impondrá la necesidad de organizarse a partir de una nueva lógica política cuya regla será la falta de reglas y la improvisación de soluciones para las dificultades que se iban presentando. Dos serán entonces las modificaciones que pueden observarse en las conductas, discursos y en las prácticas políticas de los riojanos. En primer lugar, en lo que hace a la sociedad se apelará a un discurso de corte republicano y “liberal” para justificar y explicar las conductas políticas, instalando de manera gradual discusiones sobre el origen y la legitimidad del poder, la representación y la ciudadanía. Por otro lado, los grupos que administraban el poder se verán precisados de reorientar sus lealtades, amistades y negocios en el sentido que dictaba la política extra provincial, muchas veces de signo contrario a las prácticas habidas hasta entonces en La Rioja.

Para mostrar esta dinámica, mi trabajo se divide en dos apartados organizados en base a criterios cronológicos secuenciales que son los que nos permiten observar y explicar los modos que asume la renuencia local a la imposición del Orden desde los gobiernos a los que estaba sujeta La Rioja, fuese el de Córdoba o el de Buenos Aires. Esta resistencia se expresó a través de la generación de estrategias alternativas de organización en función de mantener la mayor cuota de poder frente al derrumbe del mundo que les era conocido. Los coletazos de estas experiencias, que muchas veces la historiografía ha considerado marginal, impactaron en el proyecto llevado adelante por los gobiernos centrales² y explican también la caída del poder central y el fracaso de los gobiernos directorales constituidos enseguida de la independencia.

I. Algunos Datos Sobre la Historia Riojana

La Rioja era una jurisdicción eminentemente rural dependiente en lo administrativo de Córdoba. En ella, “la mayor parte del vecindario estaba radicado en la campaña dedicada sobre todo a las tareas agrícola-ganaderas.”³ El escaso desarrollo de la ciudad capital era expresado por el Gobernador Intendente Sobre Monte en 1785, cuando en el informe de su vista decía “Pueblo pobre y corto, pues contiene solo dos mil doscientas ochenta y siete almas...;... la fábrica de las casas es miserable”.⁴

Sin datos totalmente fidedignos diversos autores dicen que la población total de la jurisdicción riojana habría evolucionado de la siguiente manera:

Tabla n° 1: “Total de habitantes por años”

Año	Total de población en número de habitantes
1778	9.699
1785	9.887
1816	14.092
1825	25.000
1830	30.000
1855	34.341

Fuente: Larroy, P. A., *Documentos del Archivo de Indias para la Historia del Tucumán*, BAE, Tomo II, 1927, 380-382. Bazán, 1979: 208-219, Caillet-Bois, 1957: 11 y 12 y Zinny, 1921: 233. de la Fuente, 2007: 25.

La entrega de tierras en Merced y la importante presencia de indios reunidos en torno a Pueblos, la mayor parte de las veces vueltos a fundar como consecuencia de las guerras calchaquíes, propiciaron el desarrollo de lo que algunos calificaron como “señoríos feudales”.

En lo referido al contexto político local, debemos recordar que si bien La Rioja acató la Revolución de 1810 hubo un sector de su elite que sostuvo a los refractarios de Córdoba y luego, viendo la peligrosa resolución del caso, se desdijo.⁵ La primera reacción riojana se explica considerando su dependencia jurisdiccional de Córdoba. Esta situación creó lazos entre las familias e intereses comunes. Así lo mostraba muy bien, el Teniente de Gobernador riojano Francisco Pantaleón Luna en 1813 cuando decía “... la única Familia de Chilecito [se refería a los Brizuela y Doria], y Rodríguez [se refería a los Rodríguez de Córdoba], que es una misma, y trae su ascendente antiguo desde el mismo Córdoba.”⁶ Este marco político y esta lógica social explican y dan sentido a las dos experiencias que relataremos enseguida las cuales muestran la capacidad que tuvieron los actores riojanos de generar estrategias alternativas en función de mantener una cuota de poder frente al derrumbe del mundo que les era conocido.

2. La Primera Estrategia: la Diputación de Minas⁷

El curato de Famatina había sido beneficiado por la naturaleza pródiga.⁸ Aunque escasa, como en toda la jurisdicción, disponía de agua de regadío, de mano de obra indígena y de yacimientos metalíferos que incentivaron los sueños de más de un emprendedor solitario y de varios gobiernos. Por lo mismo, allí se reunían varias de las grandes familias riojanas que vivían en sus propiedades rurales y solo ocasionalmente residían en la ciudad.

Corría el mes de julio de 1811 cuando la Junta de Buenos Aires escribía al hacendado de Famatina, Francisco Xavier Brizuela y Doria informándole que pese a reunir las calidades requeridas para el cargo de Teniente Gobernador

de La Rioja, al que este Señor aspiraba, se lo consideraba “de mayor interés de ocupación en la Minería en que ha hecho tan felices ensayos (...)”⁹ que al frente de la administración de La Rioja. En su lugar se elegía a Francisco Pantaleón Luna vecinado en Buenos Aires y pariente de otra de las familias prestigiosas locales, los Ortiz de Ocampo. La noticia del nombramiento, como veremos, no fue recibida con beneplácito por la “Casa” de los Brizuela y Doria.¹⁰

Francisco Pantaleón Luna llegó a la ciudad de La Rioja, iniciando el año de 1812 para ocupar el cargo de Teniente Gobernador. Venía de Buenos Aires, adonde había integrado el cuerpo de arribeños¹¹ junto a Francisco Ortiz de Ocampo (su tío), Juan Bautista Bustos y Facundo Quiroga, entre otros hombres que pasarían de las armas a la política (AYROLO-LANTERI-MOREA, 2011).

La Casa de los Brizuela y Doria se resintió con la elección de Luna como máxima autoridad de la Provincia, motivo por el cual buscó una solución alternativa para seguir controlando el poder en el espacio local. Primeramente los Brizuela y Doria establecieron una alianza con el gobernador de Córdoba, Santiago Carrera -de quien dependía La Rioja- y luego lograron, aunque efímeramente, la instalación de una diputación territorial de minas en Famatina.¹²

A sabiendas del influjo de los Brizuela y Doria en Famatina, Luna intentó desde su llegada a La Rioja ejercer su autoridad sobre el mineral y para ello comenzó eligiendo un nuevo administrador de la Caja de Rescate. Luego solicitó que se le envíe el archivo de la diputación para tomar conocimiento de sus movimientos. Por otra parte, frente al cuadro que encontró a su llegada a La Rioja, el Teniente Gobernador decide establecer comunicación directa con el gobierno central en Buenos Aires ya que considera al de Córdoba -del que era subalterno- en connivencia con los Brizuela y Doria. En una carta fechada en junio de 1813, Luna relata a la Junta de gobierno de Buenos Aires la situación. Para explicar el ascendiente de los Brizuela y Doria en el mineral comenta que el gremio de mineros estaba manejado desde principios del siglo “por los parientes del finado Rodríguez y cuyos son los Diputados Derqui y Brizuela”¹³ y agrega que durante una visita realizada por el delegado del Gobernador Intendente, Victorino Rodríguez unido a los Brizuela por lazos parentales éste “**desnudó a este Pueblo, [...] de sus derechos sementales; habiéndose fundado esta República a expectación del famoso Cerro de Famatina, comprendido en su inmediato territorio**”.¹⁴ En su carta Luna continúa explicando la forma en que funcionaba la diputación de minas y sobre todo, lo que nos interesa acá, el alcance de la institución. Siempre según el Teniente Gobernador, los diputados habrían hecho jurar “obediencia y fidelidad” a los particulares, los del gremio, “los meros arrieros que no eran del gremio y forzados a ejercitarse en un empleo que aborrecían y no les tenía en cuenta”, y hasta “los jueces pedaneos del territorio, celebrando este acto con licencia de juegos prohibidos en el populacho”.¹⁵

Luego dice que los Diputados territoriales habrían accionado de forma tal de lograr sustraer a la población de la obligación de enrolarse en el ejército con la excusa del trabajo en el mineral. De esta manera, a partir de la Diputación se habría intentado formar una jurisdicción separada de la de la ciudad de La Rioja anulando la potestad del Teniente Gobernador.¹⁶

Las acusaciones elevadas por Luna son respondidas ese mismo mes de junio por el Gobernador de Córdoba Santiago Carrera, pero éste en vez de contestar a Luna, decide responder a los diputados Derqui y Brizuela y Doria aclarándoles los límites de la autoridad de Teniente Gobernador Luna. Según decía Carrera, la autoridad del Teniente Gobernador respecto a la Diputación de minas era nula y debía observarse, como se había hecho hasta ese momento, la legislación dada para Nueva España y luego agregaba:

... que los jueces pedaneos quedan sujetos a los Diputados territoriales en los términos declarados (...) que **el Teniente Gobernador de La Rioja no debe tomar conocimiento en causa alguna de minas sean de los diputados sus parientes, o cualesquiera otro individuo (...)**¹⁷

Fue en reacción a semejantes declaraciones que Luna realizó una extensa presentación al gobierno central de Buenos Aires el 17 de agosto del año de 1812, en la que acusaba a Carrera de beneficiar a los diputados poniéndolos en su contra pese que él, Luna, había sido elegido por el gobierno central. Pero además agregaba otro dato más que interesante para nuestro análisis. Acusando al Gobernador de Córdoba dice que éste: “fomenta su ambición [la de Derqui y los Brizuela y Doria] (...) **levanta una nueva e independiente República dentro del territorio de mi mando para que me insulte con libertad, desobedezca mis providencias (...)**”¹⁸ condensando en esta frase uno de los objetivos más evidentes de los Brizuela y Doria así como una estrategia diseñada en tiempos de reacomodamiento político.

La profusión de notas, cartas, interrogatorios y decisiones gubernamentales que forman parte de abultados legajos datados entre 1811 y 1814 nos permiten asomarnos a la complejidad propia de este micro universo que reproduce en escala pequeña lo que está ocurriendo en el espacio rioplatense.¹⁹ El logro de un espacio autónomo de gobierno al interior de la jurisdicción riojana suponía un peligro evidente para el gobierno de la Revolución que con gran dificultad trataba de consolidarse. La posibilidad de que las antiguas jurisdicciones coloniales adquiriesen autonomía a partir de la fragmentación política se hizo evidente en los años que estudiamos. Esta situación ponía en riesgo el proyecto revolucionario sumando nuevos frentes a los que ya estaban abiertos en las fronteras en guerra. Este temor explica entonces las intervenciones que hará el Directorio a través del Ejército Auxiliar del Perú en los territorios del Tucumán

(La Rioja, Catamarca, Santiago del Estero y Córdoba) entre los años que corrieron entre 1815 y 1820.

3. El Segundo Plan: la Declaración de Independencia de La Rioja

Entre 1814 y 1816, la familia Brizuela y Doria logrará finalmente hacerse del poder de la jurisdicción riojana utilizando para ello mecanismos que evocan aquellos aplicados por los señores feudales para defender sus territorios.

El deterioro de la convivencia política y el tono de las disputas entre los distintos sectores fue *in crescendo* a medida que pasaba el tiempo. En primer término frustrada la viabilidad de la diputación territorial y sin abandonar la idea de hacerse con el poder los Brizuela y Doria intentarán anular al Teniente Gobernador Luna. Según las palabras de éste último:

Es incalculable cuanto han trabajado los cuatro individuos que componen este débil Cabildo en buscar medios y arbitrios para incomodarme; pero a pesar de este interesante empeño jamás podrán justificar de mi individuo una sola partícula contra mi comportación en el justo desempeño de mi ministerio.²⁰

Seguramente para aquietar las revueltas aguas de la política riojana el poder central decide el 19 de diciembre de 1813, luego de meses enteros de cartas inculpativas de uno y otro bando, designar a Francisco Pantaleón Luna como Teniente Gobernador de San Juan sacándolo claramente de la escena política local, aunque no de la regional. Durante los meses que transcurren entre su designación y su muerte acaecida el 6 de julio de 1814, Luna permanece en La Rioja, empecinado -pese a su quebrantada salud- en la guerra que tenía abierta con los Brizuela y Doria.²¹

Durante el mes de junio de 1813, el grado de conflictividad en La Rioja había aumentado y ante la perspectiva de un nuevo gobierno representado por la Asamblea de 1813, ambos sectores abrigaron esperanzas de ganar sus apuestas. El 19 de junio en el grado máximo de conflictividad Luna escribía uno de sus largos, prolijos, detallados y adjetivados informes sobre la política local distribuyendo las culpas del estado lamentable de la política entre los Rodríguez, los Brizuela y Doria y sus allegados.²² El texto es especialmente interesante porque relata el origen del vínculo entre las familias que luego van a actuar mancomunadamente en su contra y, como ya lo mencionamos, data de muy temprano la fundación de una “República a expectativa del famoso cerro de Famatina, comprendido en su inmediato territorio”.

Pese a todo, la tensión parece ceder ante la presencia en La Rioja del Obispo de la diócesis de Córdoba, que incluía a La Rioja, Rodrigo de Orellana quien

durante el año 1813 se encontraba en visita pastoral a la Vicaria Foránea de La Rioja. El 25 de junio los miembros del Cabildo -miembros de la Casa de los Brizuela y Doria- y el Teniente Gobernador Luna firmaban un acuerdo en el que se dice: “hemos decidido **sellar con un olvido eterno** todos los antecedentes que motivaron los recíprocos informes que se han dirigido a esa Superioridad” y se lee en el acta capitular “**hemos decidido cortar**, a insinuaciones repetidas del Ilustrísimo Señor Obispo de esta Diócesis, que con Pastoral celo se ha interesado sobremanera en la Paz publica de este pueblo, **todas las disensiones, y etiquetas políticas (...)**”.²³ Pero, pese a la tregua, en mayo de 1814 el intercambio epistolar se reanuda con virulencia. Según una carta del día 3 de mayo, Luna ya no debe ir a San Juan sino a Catamarca pero se demora en dejar la plaza riojana. Entre los motivos que explican la dilación esta que el nuevo destino, Catamarca, es aún más hostil para su salud que La Rioja.²⁴ Posiblemente en el ínterin haya logrado que el gobernador de Córdoba, a la sazón su tío Juan Antonio Ortiz de Ocampo, interviniera en su favor justificando la permanencia de Luna en la ciudad.²⁵ Finalmente, Luna acata la orden y el elegido Francisco Brizuela y Doria se hace cargo del mando de La Rioja el 14 de junio de 1814.²⁶

En mayo de 1815, emulando algunas decisiones tomadas en Provincias vecinas,²⁷ el Teniente Gobernador Francisco Xavier Brizuela y Doria frente a un “Congreso” reunido en la Sala Consistorial - situado en una casa de su propiedad en la ciudad de La Rioja- dijo según testigos:

... que rompiendo los vínculos que ligaban a este Pueblo a la capital de Córdoba y Buenos Aires por medio de su representante, era su voto que se uniesen a ellas como con los demás Pueblos a un pacto social y federativo para todos los casos, y necesidades reciprocas (...).²⁸

La moción fue aprobada aparentemente por unanimidad luego de lo cual se procedió el día 27 de mayo, a crear un gobierno constituido por una:

Asamblea permanente para que ésta represente en las sesiones sucesivas al presente Congreso, y que sus individuos puedan retirarse a sus atenciones particulares, que esta sea compuesta por los cuatro vocales del cabildo y tres individuos puramente asambleístas (...).²⁹

Para los cargos de asambleístas fueron elegidos el cura Francisco Xavier Nicolás Granillo (asociado a los Brizuela y Doria), el padre Guardián Fray Dionisio Tarriga (franciscano) y como secretario Don Baltasar Agüero.³⁰

Pero hubo otras versiones sobre lo sucedido. Los detractores de los Brizuela relataran los acontecimientos de la siguiente manera:

... para garantir el inicuo proyecto de perpetuarse en el Mando, o más bien de levantar una Dinastía, que fuese trasmisible a su sola familia, antes de realizarse dicha reunión alarmó y municionó toda la tropa [...] así realizada la situación de los concurrentes que preocupados del terror, y del Sobre Salto, que infundía el lúgubre aparato de aquel prospecto servil de la antigua tiranía [...] se produjo el Teniente Gobernador [se refiere a Francisco Xavier Brizuela y Doria] en tono imponente diciendo: que por un acto emanado de la Soberanía de este Pueblo había sido constituido en el Mando [...]³¹

Este fragmento, es parte de una larguísima carta escrita por cuatro notables riojanos al gobierno central con el propósito de informar los motivos y la forma en que La Rioja se había declarado independiente de Córdoba en 1815.

El 8 de junio, en un escrito dirigido al Director Supremo interino Ignacio Álvarez Thomas,³² los capitulares riojanos y su gobernador Brizuela y Doria le anunciaban que “bajo un diferente pacto” y dados los peligros que se corrían por la probable invasión peninsular se sujetaba el de La Rioja

al Gobierno de la capital de Buenos Aires, representado en la persona del Coronel Dn. Ignacio Álvarez, para todo lo relativo a la defensa del Estado, retuviere lo gubernativo en lo interior de su Provincia³³ con independencia absoluta de otra autoridad que exista fuera de ella.

Unas semanas después, el 23 de julio, Francisco Brizuela y Doria había hecho depositario de la gobernación provincial a su hijo Ramón. Un año más tarde los nuevos administradores del poder, describieron de esta manera el traspaso de mando ocurrido un año antes:

... [Francisco Brizuela y Doria] reasumió o quiso reasumir la representación de este Pueblo libre **tratando de hacer hereditario el gobierno el Padre al Hijo**, sin la voluntad general constituyéndose por Tribunal suplente para poder deliberar de la suerte de todos (...)³⁴

El 14 de abril de 1816, el sector contrario a los Brizuela retoma el mando de la Provincia por medio de un motín. Obtuvimos el relato de los acontecimientos a través del Capitán de Húsares José Caparrós, quien se encontraba en La Rioja reclutando soldados para su batallón por orden del poder central.³⁵ Según el relato, como a las dos de la mañana Caparrós es alertado sobre “conmociones en las cercanías del cuartel”, preguntando los motivos del levantamiento se le respondió “que cansados de sufrir el yugo de la tiranía habían dado aquel paso para su libertad”.³⁶ Tan solo cinco días después se informa la elección de Domingo Villafañe como depositario del mando militar y político de la Provincia expresando además su resolución de sujetarse nuevamente a Córdoba por haber

considerado al de Brizuela y Doria como un “gobierno intruso”.³⁷

Desde mayo de 1816 se encuentra reunido en Tucumán un Congreso constituyente que va a declarar la Independencia de las Provincias Unidas del Río de la Plata el 9 de julio de ese año. Como representante de La Rioja, había sido elegido el presbítero Pedro Ignacio de Castro Barros. Su elección había provocado gran disenso pero finalmente fue impuesta por los Brizuela y Doria.³⁸ Según las fuentes, el Congreso influenciado por Castro Barros, decide la intervención sobre La Rioja enviando para ello al teniente Coronel Alejandro Heredia, quien terminará finalmente sometiendo nuevamente a La Rioja a Ramón Brizuela y Doria. Ante este panorama, varios cabildantes, 80 vecinos y cincuenta hombres armados dirigidos por Domingo Villafañe abandonan La Rioja rumbo a Córdoba. El llamado éxodo, implicó la partida de mucha más gente ya que su número iba en aumento a causa de que aquellos adherentes a Villafañe que permanecieron en la ciudad de La Rioja fueron encarcelados o perseguidos.³⁹

El gobierno de Ramón Brizuela duró hasta diciembre de 1817, cuando La Rioja fue sujeta nuevamente a Córdoba, también ella normalizada, por la intervención del Congreso. Para evitar nuevos problemas políticos, el gobierno central representado por su Director Supremo J. M. de Pueyrredón, decide elegir y enviar a La Rioja en calidad de Gobernador al Coronel Benito Martínez. No obstante, con el fin de la accidentada experiencia de independencia política no termina la del predominio de los Brizuela y Doria pero sí empieza una nueva etapa tanto para la Revolución como para los espacios cuyos destinos siguieron unidos a ella.

4. Conclusiones

Uno de los escollos y acaso el primero y principal, es la costumbre en que han estado y están los pueblos de no reconocer sobre ellos otra autoridad que la departamental, y el sabor a soberanos que deben haber tomado los encargados de su administración. Mientras más tiempo pase, será mayor la habitud de los pueblos y mayor también el número de particulares que entren a optar el titulo de soberanos...” periódico El Republicano, 1830⁴⁰

En 1972, Tulio Halperin Donghi se preguntaba “¿En qué medida afectó la revolución el vigor de familia en tanto institución?” (DONGHI, 1972, 411) Su respuesta contemplaba tres posibilidades. En algunos casos, dice, lo que ocurrió fue la condena de uno de sus miembros trasladando “la fortuna” al sector patriota de la familia como ocurrió con los Archondo de Salta o los Alzaga de Buenos Aires. En otros, se cambia directamente el jefe del linaje como en la “casa de los Allende” de Córdoba. Por último, a veces por no poder prescindir

de las Familias y de su poder, la Revolución se habría convertido en árbitro de las rivalidades interfamiliares. Ello explicaría, siempre según Halperin Donghi, la supervivencia algunas Familias que con la disolución del poder central en 1820 recuperaron un inmenso poder.

El caso riojano se acerca a la tercera de las respuestas dadas por Halperin. El estado revolucionario necesitaba de los Brizuela y Doria y de los Ocampo no sólo para tornar gobernable la jurisdicción sino también para instalarse en ella. En este sentido la presencia del gobierno central en La Rioja fue indispensable para frenar, o atenuar las formas violentas que tomó la disputa por el poder local.

Como ya dijimos al iniciar este trabajo, el logro de un espacio autónomo de gobierno al interior de la jurisdicción riojana suponía un peligro evidente para el gobierno de la Revolución que con gran dificultad trataba de consolidarse. La posibilidad de que las antiguas jurisdicciones coloniales adquiriesen autonomía a partir de la fragmentación política se hizo evidente en los años que estudiamos. Esta situación ponía en riesgo el proyecto revolucionario sumando nuevos frentes a los que ya estaban abiertos en las fronteras en guerra. Este temor explica entonces las intervenciones que hará el Directorio a través del Ejército Auxiliar del Perú en los territorios del Tucumán (La Rioja, Catamarca, Santiago del Estero y Córdoba) entre los años que corrieron entre 1815 y 1820.⁴¹

Luego de 1820, desaparecido el árbitro externo, las familias en decadencia tenderán a perder poder como actores colectivos (Guerra, 2003) en pos del crecimiento de algunas figuras individuales cuyo poder se acrecentará gracias a sus recursos relacionales muchos de los cuales fueron tejidos y consolidados durante los diez primeros años del siglo XIX. Pero esta explicación que tanto se acerca a la justificación del “surgimiento” de los caudillos debe considerar que para las nuevas formas de poder, “liberales” como las llaman los cabildantes riojanos, la lógica de las Casas ya resultaba inviable. Para que el Vecino de lugar al Ciudadano, fue necesario desarticular las solidaridades familiares y transformarlas en la elección de vínculos personales, individuales.

Sin duda, la decadencia de las Familias se dio por causas diversas, pero tal vez convenga recordar aquí que las formas adoptadas por las pujas por el poder forman parte de las estrategias de supervivencia que desplegaron los grupos. Todas estas Familias habían visto menguar su patrimonio mientras la guerra avanzaba: donaciones, exacciones forzosas, impuestos, saqueos, incauciones... son algunas de las formas en las que se materializó el impacto sobre sus fortunas. Todas las Casas fueron testigos de los cambios en los términos de convivencia social y política en los que la violencia y la fuerza se naturalizaron.

En este trabajo hemos mostrado dos estrategias usadas por una de las Casas de La Rioja como “recurso para conservar el gobierno en la familia” como señaló el historiador riojano Dardo de la Vega Díaz a propósito de la declaración de indepen-

dencia de La Rioja.⁴² Hemos podido ver además, cómo estas lógicas que en algún momento pueden haber sido toleradas en el trascurso de la primera década del siglo XIX ya no lo son, y no sólo por el poder central, sino por los propios riojanos.

También vimos los argumentos que se utilizan para rechazar estas formas viejas de hacer política, justificaciones vinculadas a las nuevas formas de la política y del ordenamiento social. Así podemos afirmar que el discurso de la Revolución ingresó a la escena riojana para ser utilizado como arma eficaz y legitimante de la resistencia a formas de ejercicio del poder arbitrarias, pero curiosamente también para preservar o intentarlo, por lo menos, el *statu quo* colonial. Esto no quiere decir que la violencia, la intolerancia y el autoritarismo fueran privativos de un solo grupo. Lejos de ello, lo que quiero señalar es la inclusión, por lo menos discursivamente de nuevas formas de “ver” y de concebir “lo político”. (Rosanvallon, 2003) En la práctica este discurso tardará muchas décadas en imponerse, y podríamos discutir si se ha logrado, no obstante me interesaba aquí proponer estos momentos y estas experiencias como dobleces, fisuras, espacios permeables, momentos de apertura que permitieron a los actores “jugar su juego” imaginar otras soluciones, “optar el título de soberanos”.

Sin duda, todo lo acontecido entre 1811 y 1816 muestra mucho más que las “querellas de Ocampos y Dávilas” (Sarmiento, 1997 (1848): p.128 - Armando Bazán, 1979) nos ha permitido asomarnos a observar como se desarrollaron en La Rioja las estrategias grupales con vistas a mantenerse en el poder. Los coletazos de estas experiencias que muchas veces la historiografía ha considerado marginales o retomando a Sarmiento solo querellas sin importancia, impactaron hondamente en el débil andamiaje institucional que se construía desde 1810. Creemos, que estas tentativas de autonomía política ensayadas en la Rioja y en las jurisdicciones vecinas, también explican la caída del poder central y el fracaso de los gobiernos directorales constituidos enseguida de la Independencia. Y por último, lo ocurrido en La Rioja entre 1812 y 1816 debería formar parte de las cuestiones a tener en cuenta cuando se analiza la sostenida resistencia de esta jurisdicción al Estado central luego de 1862. Una explicación que se desdibuja si sólo se atiende al carácter díscolo de los caudillos que tomaron las banderas del federalismo.

Referencias

AYROLO, Valentina “La ciudad cooptada. Refractarios y revolucionarios en Córdoba del Tucumán (1810-1816)” *Anuario IEHS*, 26, 2011.

AYROLO, Valentina ““El sabor a soberanos” La experiencia de la diputación territorial de minas como espacio local de poder. Famatina, La Rioja del Tucumán, 1812” *Secuencia*, Instituto Mora, México, núm. 86, mayo-agosto, 2013, *en prensa*.

AYROLO, Valentina, Lanteri, Ana Laura y Morea, Alejandro “Repensando la “Carrera de la Revolución”. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina 1806-1861)” ESTUDIOS HISTORICOS – CDHRP- Año III - Octubre 2011 - Nº 7 – ISSN: 1688 – 5317. Uruguay. <http://www.estudioshistoricos.org/>

BAZÁN, Armando Raúl *Historia de La Rioja*. Buenos Aires, Plus Ultra, 1979.

BOIXADOS, Roxana “Familia, herencia e identidad. Las estrategias de reproducción de la elite en la rioja colonial (gobernación del Tucumán, siglo XVII y principios del XVIII)”. *Revista de la Asociación de Demografía Histórica*. Madrid, ADEH, 2001.

CAILLET-BOIS, Ricardo *Archivo del Brigadier General Juan Facundo Quiroga*, Buenos Aires, 1957.

DE LA FUENTE, Ariel *Los Hijos de Facundo*, Buenos Aires, Prometeo, 2007.

ENCISO CONTRERAS, José “La diputación de minas en Zacatecas en el siglo XVI”, *Memoria del X Congreso del Instituto Internacional de Historia del Derecho Indiano*, Universidad Nacional Autónoma de México, 1995, pp. 437-472

GUERRA, François-Xavier “De la política antigua a la política moderna: algunas proposiciones”, *Anuario IHES*, 2003, nº 18, pp. 201-212

HALPERÍN DONGHI, Tulio *De la revolución de independencia a la confederación rosista*, *Historia Argentina*, Tomo 3, Buenos Aires, Paidós, 1987

HALPERÍN DONGHI, Tulio *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Argentina: Siglo XXI Buenos Aires-México, SXXI, 1972.

MOREA, Alejandro “La inserción de los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú en las Provincias Unidas del Río de la Plata a partir de 1820” en *Actas III Reunião do Comitê Acadêmico História, Região e Fronteira da Associação de Universidades do Grupo Montevideo*, 25 a 28 de abril de 2012, Santa Maria, RS, Brasil.

PAZ, Gustavo “El gobierno de los “conspicuos”: familia y poder en Jujuy, 1853-1875” Sabato, H. – Lettieri, A. *La vida política en la Argentina del siglo XIX*. FCE, Bs As, 2003.

ROSANVALLON, Pierre *Por una historia conceptual de lo político*. Buenos Aires, FCE, 2003.

SARMIENTO, Domingo F. *Facundo*. Buenos Aires, Paidos, 1997 (1° ed.1848)

TANDETER, Enrique *Coacción y mercado: la minería de la plata en el Potosí colonial, 1692-1826*. Buenos Aires, S. XXI, 1992.

ZINNY, Antonio, *Historia de los gobernadores de las Provincias Argentinas*, Ed, Hyspamérica, 1987.

Notas

¹ Entendemos las Casas como la familia extensa que incluía parientes sanguíneos pero también, adoptivos, “arrimados” y espirituales. Las Casas se identificaban con un apellido central e implicaban no sólo una compleja trama de relaciones familiares, sino también un patrimonio material y simbólico elementos que, para el caso que estudiamos son insoslayables. Las referencias sobre este concepto son muchas. Adherimos al análisis realizado por Roxana Boixados específicamente para el caso riojano. Ver: Boixados, 2001. No obstante vale la pena aclarar que el origen de las Casas riojanas es anterior al siglo XIX y la conformación de su patrimonio tiene en la base, mayorazgos y/o encomiendas otorgadas en el siglo XVII. No obstante también podemos pensar en ellas como “una organización” tal como las define Halperín Donghi, 1972, 410 pero también como aquellas que estudia Gustavo Paz en tanto “verdaderas “redes” que funcionaban como una organización social no sólo en el ámbito privado sino también en la esfera pública” Paz, 2003, 223. Por último, las “casas”, en tanto entidades con más poder que la de un solo individuo, marcan el carácter corporativo de la sociedad presentándose como actores colectivos. Para una definición de este tipo de actor ver: Guerra, 1989 y 2003.

² Entre 1810 y 1820 los sistemas políticos ensayados fueron los siguientes: mayo de 1810- Primera Junta de Buenos Aires; diciembre de 1810- Junta Grande (con algunos representantes de las provincias que iban llegando a Buenos Aires); 1811- Primer Triunvirato, 1812- Segundo Triunvirato; 1813- Asamblea Constituyente denominada del año XIII; 1814- Elección del primer Director Supremo (G. Posadas); 1816- Congreso de Tucumán, se elige el segundo Director Supremo (Juan Martín de Pueyrredón); 1817- el Congreso se traslada de Tucumán a Buenos Aires; 1820- año de la llamada “Anarquía” las Provincias se segregan creándose Estados provinciales autónomos.

³ Caillet-Bois en su Introducción al *Archivo del Brigadier General Juan Facundo Quiroga*, Buenos Aires 1957, I, p. 12.

⁴ *Idem*, p.10.

⁵ En varios documentos del AGN se detallan las razones por las cuales se jura fidelidad a la junta de Buenos Aires recién el 27 de agosto de 1810 momento en el cual además se elige un representante para la Junta que se congregaría en Buenos Aires. Recae la elección en el “bachiller practicante en Leyes” Dn. Mauricio Álvaro de Luna y Cárdenas. Cartas de agosto y septiembre 1810. AGN, X-2-3-12 y X-23-4-8.

⁶ Carta de Luna del 19 de junio de 1813. AGN, X -5-6-5. El resaltado es mío.

⁷ Sobre este asunto en particular y en extenso puede verse nuestro trabajo: ““El sabor a soberanos” La experiencia de la diputación territorial de minas como espacio local de poder. Famatina, La Rioja del Tucumán, 1812” *Secuencia*, Instituto Mora, México, núm. 86, mayo-agosto, 2013, *en prensa*.

⁸ Cabe señalar que las fuentes documentales hacen alusión a Famatina y Chilecito como sinónimos. En realidad se trata del mismo curato denominado Famatina, que mucho más tardíamente se dividirá en dos. La parte norte guardará el nombre de Famatina, la sur Chilecito.

⁹ AGN- X-21-9-1, Carta firmada por Cornelio Saavedra, 26 de julio de 1811. Posiblemente, estos hayan sido los mismos argumentos que el propio Brizuela utilizó para no asumir cargos en el cabildo de la ciudad en 1812. Cf. AGN, X-5-6-5, 17 de enero de 1812.

¹⁰ Francisco Xavier Brizuela y Doria había nacido bajo el apellido Dávila pero para poder heredar la hacienda de Sañogasta en calidad de mayorazgo cambió su apellido por el de su madre. Estaba casado con María Rosa del Moral uniendo su familia a una de las más importantes de la jurisdicción riojana. Bazán, 1979: 267-272, Reyes, 1913: 48-61. Ver: Boixados, 2001, pp. 161-169-170.

¹¹ El batallón de arribeños fue una unidad miliciana creada en 1806 con voluntarios de las provincias interiores del Virreinato del Río de la Plata, principalmente Córdoba, La Rioja, Tucumán y Catamarca, para defender Buenos Aires luego de la primera invasión inglesa al Río de la Plata en 1806.

¹² La diputación de minas fue una institución colonial creada en Nueva España para la administración de los asentamientos y distritos mineros. Enciso Contreras, 1995: 239.

¹³ Recordemos que habíamos señalado que los Rodríguez y los Brizuela estaba emparentados. Ver pág. 3, nota a pié de página 6.

¹⁴ Mensaje dirigido al gobierno de Buenos Aires el 19 de junio de 1813, dice AGN, X 5-6-5. El resaltado es mío.

¹⁵ Ídem.

¹⁶ Cabe aclarar que en La Rioja solo había un cabildo, el de la ciudad.

¹⁷ AGN, X -5-6-5. Córdoba, 26 de junio de 1812. El resaltado es mío.

¹⁸ AGN, X-21-1-9, 17 de agosto de 1812, documento producido por el T. Gobernador Luna. El resaltado es mío.

¹⁹ Con la denominación rioplatense hago alusión a los territorios que quedarán comprendidos a partir de 1776 en el virreinato del Río de la Plata.

²⁰ AGN X-5-6-5, comunicación de Luna del 3 de enero de 1813.

²¹ Los problemas a los que tuvo que hacer frente, así como las presiones de los Brizuela y Doria aparentan ser las causas de su muerte acaecida en julio de 1814 un par de semanas después de su destitución.

²² Luna terminando su carta que si el gobierno central no interviene en la elección de cabildantes de ese año, "quedará esta República sujeta a las intrigas, intereses y despotismo de la única familia de Chilécito y Rodríguez [se refiere a los Rodríguez de Córdoba], que es una misma, y trae su ascendente antiguo desde el mismo Córdoba" AGN, X -5-6-5, carta de Luna del 19 de junio de 1813.

²³ AGN X-5-6-5, Acta del 25 de junio de 1813 y Copia del acta del Cabildo, fojas 60 a 67 del libro de Actas, del 9 de julio de 1813. El resaltado es mío.

²⁴ AGN X-5-6-5, "Mi salida de esta ciudad era de justicia lo verificara, por lo rival que me es su temperamento a la salud, pues en dos años de permanencia, no he gozado de ninguna, y solo se ha convertido mi robusta naturaleza antigua en un esqueleto manifiesto, cuyo testimonio de verdad esta a la vista de todo el mundo."

²⁵ AGN X-5-6-5, carta del 12 de mayo de 1814.

²⁶ En una carta del 25 de junio de 1814, el Cabildo informa al gobierno central: "... presumimos que esta suspension [se refiere a la de Luna] ocasionó la grave enfermedad que hasta la fecha de éste se halla postrado en cama desahuciado del facultativo de esta ciudad,...", AGN X-5-6-5. Luna moría el 6 de julio de 1814. Avisa su muerte Francisco Xavier Brizuela y Dávila, Teniente gobernador reemplazante de Luna, AGN X-5-6-5.

²⁷ Córdoba había declarado su independencia en abril de 1815 con Javier Díaz como Gobernador. Cf. Ayrolo, 2008.

²⁸ AGN, X- 5-6-5, 26 de mayo de 1815. Cabe señalar que el gobernador de Córdoba Javier Díaz consideró desacertada la decisión riojana por considerarla hija de una interpretación errónea sobre su estatuto en el marco de las Provincias. Básicamente Córdoba no le reconoce a La Rioja su carácter de jurisdicción separada de Córdoba de la que dependía desde épocas coloniales. La explicación de ese asunto puede verse en una carta de López a Brizuela del 22 de junio de 1822. AOLR, consultado en el AAC, libro de Tama.

²⁹ Según una carta que le escriben al ejecutivo cordobés uno de los hombres contrarios a Brizuela y Doria Villafaña: "... instalaron una Asamblea de siete vocales inclusive el Cabildo todos miembros de la casa y familia de este Teniente [F-X Brizuela y Doria] hoy titulado Gobernador Supremo Ejecutivo de la Provincia de la Rioja" AHPC, fondo Gobierno, carta de Domingo de Villafaña, 6 de junio de 1815.

³⁰ AGN, X- 5-6-5, 27 de abril de 1815.

³¹ Carta del 9 de mayo de 1816, firmada por: Mateo de Medina y Sotomayor, Pedro Antonio Peñaloza, Francisco de la Vega y Castro y José Claudio Brizuela. AGN X-5-6-5.

³² Ignacio Álvarez Thomas ocupó interinamente el cargo de Director Supremo de las Provincias Unidas del Río de la Plata, en calidad de sustituto, entre el 21 de abril de 1815 y el 3 de mayo de 1816.

³³ AGN, X-5-6-5, 8 de junio de 1815. El resaltado es mío.

³⁴ AGN, X- 5-6-5, 15 de abril de 1816. El resaltado es mío

³⁵ Los movimientos y acciones de Caparrós están documentados en: AGN, X 4-1-3, Ejército Auxiliar del Perú. Agradezco estos datos a Alejandro Morea.

³⁶ AGN, X 4-1-3.

³⁷ "... el gobierno intruso de los Brizuela, en este desafortunado Pueblo que le han creído hereditario por el orden de sucesión = Dn. Ramón Brizuela y Doria sucesor de su Padre en el gobierno independiente contra la voluntad general al abrigo de las circunstancias tratando de sostenerse, y hacerse respetar por la fuerza..." AGN, X- 5-6-5, 20 de abril de 1816, carta firmada por el Cabildo de La Rioja.

³⁸ En la carta escrita al gobierno central por el Cabildo de La Rioja el 20 de abril de 1816, se decía de Castro Barros: "la reunión al Congreso Soberano de un diputado venal que la facción aborrecida constituida en asamblea había nombrado sin intervención, ni expresa facultad del Pueblo, presagiaban la perpetuidad de un gobierno hostil y criminal directamente opuesto a las ideas liberales del sistema de la Patria y a los derechos sagrados de la libertad civil" AGN, X- 5-6-5.

³⁹ Uno de los encarcelados fue el presbítero Juan de Dios Villafañe, hermano de Domingo. Las cartas dirigidas por los miembros del Cabildo y por Villafañe en su éxodo hacia Córdoba están en Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba (en adelante AHPC), Fondo Gobierno, Caja 42, 1815, Legajo "Gobierno de La Rioja". También se encuentran allí las que dirigió Brizuela y Doria al gobernador de Córdoba. Este episodio es relatado brevemente por Bazán, 1979:250.

⁴⁰ Archivo del Instituto "Dr. E. Ravignani" (UBA) Periódico *El Republicano*, nº 18, martes 13 de abril de 1830. Su redactor es el cordobés José María Cires.

⁴¹ Sobre las intervenciones del Ejército Auxiliar del Perú y las estrategias del poder central consultar: Morea, 2012.

⁴² Citado por Ricardo Caillet-Bois op. cit p. 16

**La Formación de una Región Política - Militar
y la Inserción de los Oficiales del Ejército
Auxiliar del Perú en las Provincias Unidas
del Río de la Plata a Partir de 1820**

Alejandro Hernán Morea

Licenciado en Historia, Facultad de Humanidades- Universidad Nacional de Mar del Plata, 2010. Profesor en Historia, Facultad de Humanidades - Universidad Nacional de Mar del Plata, 2008. Post-Grado (en curso): Doctorado en Historia, en la Facultad de Ciencia Humanas- Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires. Título de Tesis: "La carrera de la Revolución". Estudio sobre las carreras político-militares de los generales del Ejército Auxiliar del Perú. Director de Tesis: Dra. Valentina Ayrolo.

La formación de una región política - militar y la inserción de los oficiales del ejército auxiliar del Perú en las provincias unidas del Río de la Plata a partir de 1820

Alejandro Morea

La formación de una Junta de gobierno en la ciudad de Buenos Aires marcó el inicio del proceso revolucionario en los territorios que integraban el virreinato del Río de la Plata. Los integrantes de la misma fueron conscientes desde el principio que esta decisión no sería aceptada con beneplácito en todo el Virreinato por lo que al envío de circulares invitando al resto de los pueblos ha reconocer a las nuevas autoridades y a integrarse a la Junta de gobierno, se sumó la conformación de distintas fuerzas militares con las cuales hacer frente a las disidencias que se adivinaban en el horizonte. Es por eso que, una de las primeras medidas de la Junta, fue transformar a los regimientos de milicias existentes en la capital en fuerza veterana para poder enviar a Córdoba, Paraguay y Montevideo contingentes armados que respaldaran a los representantes de la Junta enviados a negociar con las autoridades existentes en esas localidades.

En este contexto, una de las principales herramientas con la que contó el gobierno revolucionario para tratar de imponer su autoridad sobre las jurisdicciones del interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata fue el Ejército Auxiliar del Perú. Se sirvió también de él, para intentar derrotar a las fuerzas realistas en el Alto Perú. Pese a su importancia, son pocos los trabajos que se han detenido en estudiar sistemáticamente su accionar durante las llamadas Guerras de Independencia, los cambios en su organización y objetivos, la composición de su cuadro de oficiales y de la tropa o el impacto político de su accionar bélico.

Ante la ausencia de investigaciones sobre este ejército, el siguiente trabajo

pretende enlazar dos de estas dimensiones señaladas: el impacto político del accionar bélico del Ejército Auxiliar del Perú en la configuración de un espacio regional durante los diez años del proceso revolucionario y por otro lado, señalar las posibilidades de participación en cargos políticos, militares y administrativos que se abrieron para los integrantes del cuerpo de oficiales de este ejército a partir de 1820.

En función de lo señalado, el trabajo está estructurado en dos partes. En la primera, trataremos de demostrar como hubo un intento por parte de las autoridades centrales por constituir una región política- militar en torno a la actuación del Ejército Auxiliar del Perú entre 1816 y 1820. Luego, trataremos de ver como, tras la desaparición del poder central y la desintegración del Ejército Auxiliar del Perú, los oficiales de este ejército lograron insertarse en las provincias del interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata que habían integrado ese espacio regional. Finalmente, trataremos de unificarlas y a fin de comprender de que forma los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú lograron construir carreras político-militares en el interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata entre 1810 y 1830 a raíz de su paso por este ejército.

I. El Ejército Auxiliar del Perú y la Conformación de un Espacio Político-Militar

A nuestro entender, el Ejército Auxiliar del Perú tuvo un único objetivo político y militar en sus casi diez años de existencia: **asegurar la subordinación del Alto Perú y de las Gobernaciones de Córdoba, Tucumán y Salta a los gobiernos instalados en la ex capital virreinal**. De esta forma, el accionar del ejército frente a la resistencia de las autoridades de Córdoba en 1810, una vez proclamada la primera junta de Gobierno en la ciudad de Buenos Aires, la batalla de Sipe-Sipe en 1815 contra las fuerzas del Virrey del Perú o el levantamiento de Borges en Santiago del Estero en 1817 en contra de las autoridades de Tucumán a quienes estaban sujetos los santiagueños, por ejemplo, se explican en el marco del objetivo general de la Junta de mantener el territorio del ex virreinato subordinado a las autoridades porteñas.

Tras la última campaña en el Alto Perú, en 1815, la capacidad operativa de este ejército había quedado comprometida producto de las grandes bajas sufridas, por el gran número de desertores, por la pérdida de material bélico tras la derrota en Sipe-Sipe y sobre todo porque la instrucción y la disciplina se habían relajado con la conducción del general José Rondeau.¹ Cualquier tipo de acción ofensiva en estas condiciones no hubiera sido posible. Por lo que no resulta extraño que el Director Supremo Pueyrredón optará por los consejos de José de San Martín y decidiera apostar por un cambio de estrategia que priorizase el avance sobre la Capitanía General de Chile desde la región de Cuyo. No

obstante, el Ejército Auxiliar del Perú siguió teniendo un rol importante para los intereses políticos del Directorio ya que se tornó fundamental para el sostenimiento de las autoridades designadas por el poder central en el interior de las Provincias Unidas. Como ha dicho Halperín Donghi, la nueva estrategia militar, al liberar al Ejército Auxiliar del Perú de su cometido en la guerra contra los realistas le permitió desempeñar funciones en la custodia del orden político interno (DONGHI, 1972 p. 117).

En el desempeño de esta función de garante de la autoridad política del Directorio en el interior de las Provincias Unidas, el Ejército Auxiliar del Perú intervino en un espacio y un tiempo específico. Este recorte nos permite pensar sobre el intento, por parte de las autoridades centrales, de construir una región delimitada para la actuación política y militar de esta fuerza armada. Las intervenciones de este ejército a través de sus oficiales y de su comandante en jefe en los asuntos militares y sobre todo políticos de La Rioja, Santiago del Estero, Córdoba y Tucumán, así como las atribuciones otorgadas por el poder central al comandante en jefe legitimando esta ingerencia es lo que nos permite sostener que a partir de 1816, en torno a la presencia del Ejército Auxiliar en Tucumán, se conformó una región político-militar integrada por las provincias ya mencionadas. Creemos, que lo que terminó configurando esta región fue el interés de las autoridades centrales en que el Ejército Auxiliar del Perú asegurara la subordinación de este espacio a las autoridades del directorio.²

Como señalábamos anteriormente, en la construcción de esta región resultaron fundamentales ciertas disposiciones que reforzaron la autoridad del Ejército Auxiliar como las facultades que otorgó el Congreso Constituyente que permitían que el Comandante en jefe del Ejército Auxiliar interviniera en caso de movimientos contra las autoridades designadas por el poder central como las ocurridas en Córdoba en 1816.³ Estas facultades otorgadas por el Congreso también se vieron reforzadas por el nombramiento de Manuel Belgrano, quien se desempeñó como Comandante en Jefe de este ejército entre 1816 y 1819, como Capitán General del Ejército Auxiliar del Perú.⁴

El otorgamiento de este grado militar o empleo, contemplaba la subordinación, en lo estrictamente militar (reclutamiento y provisión de las tropas, funciones judiciales, nombramientos, etc.) de los territorios alcanzados por la autoridad del Capitán General.⁵ Por esta razón, Belgrano tenía autorización para intervenir en asuntos militares en las gobernaciones de Córdoba y Tucumán si lo creía necesario así como también por órdenes del gobierno.⁶ Repasemos algunas de estas situaciones para ejemplificar.

En la segunda quincena del mes de abril de 1816, se produjo en La Rioja, un levantamiento en contra del Gobernador Ramón Brizuela y Doria, quien contaba con el apoyo del nuevo Director Supremo Pueyrredón. Entre los su-

blevados encontramos a las familias Villafañe y Ocampo quienes obtuvieron el apoyo del Capitán José Caparros que se encontraba en la región reclutando tropas para el Directorio y que se plegó al movimiento con las fuerzas a su mando. Los rebeldes habrían sido apoyados también por el Gobernador Artiguista de Córdoba, Javier Díaz.⁷ Para recuperar el control de la situación y luego de escuchar el informe del diputado por La Rioja, el doctor Castro Barros que era contrario a los sublevados, el Congreso decidió enviar al teniente coronel Alejandro Heredia, integrante del Regimiento de Dragones de la Nación del Ejército Auxiliar del Perú, con la fuerza necesaria para hacerse obedecer. La situación se resolvió con la reposición de Brizuela en la gobernación y la partida de Villafañe al exilio. Esta primera actuación del Ejército como restaurador del orden en La Rioja fue un adelanto de lo que ocurrirá poco después en Santiago del Estero.⁸

Al mismo tiempo que se producían los sucesos riojanos, Manuel Belgrano tuvo que enviar a Francisco Sayós al mando de una partida de Granaderos de Infantería a sostener al nuevo gobernador de Córdoba, Ambrosio Funes, ante las incursiones del artiguista Juan Pablo Pérez Bulnes. Luego de superados los contratiempos producidos por Bulnes, Sayos y sus subordinados permanecieron en la ciudad de Córdoba como garantes del orden.⁹

Un escenario similar podemos encontrar algunos meses después en Santiago del Estero. El 10 de diciembre de 1816, el coronel retirado, Juan Francisco Borges realiza un movimiento de hombres en contra del gobernador designado para Santiago del Estero, el sargento mayor Gabiño Ibáñez, y lo desplaza del poder. Sin embargo, su gobierno será breve ya que, el 18 de diciembre, Belgrano comunica al Director que el 16 teniente coronel de Húsares de Tucumán, Aráoz de Lamadrid, se hallaba en el pueblo de Loreto, 60km al sur de la ciudad de Santiago del Estero listo para intervenir y liberar a Gabino Ibáñez tras haber salido el 11 al mando de 50 hombres de su escuadrón.¹⁰ Sin embargo, ante la resistencia que oponen Borges y sus subalternos Gonzebat y Lugones, quienes reclutan hombres en la campaña de Santiago del Estero, el General Belgrano se vio obligado a movilizar un contingente mayor de tropas aunque con intenciones de no llegar a una confrontación abierta.¹¹ La situación finalmente se resolvió con la dispersión de las tropas de los rebeldes y las capturas de Borges, Lugones y Gonzebat. El primero fue quien cargó con toda la responsabilidad de lo ocurrido y fue fusilado por el coronel Bustos, quien había acompañado a Lamadrid, en la estancia Santo Domingo por órdenes de Belgrano.¹² Lugones y Gonzebat, oficiales del Ejército Auxiliar del Perú, perderán sus jerarquías de oficiales pero continuaran sirviendo en el ejército.¹³

La conflictividad política en esta región parece haberse distendido para 1817. La tranquilidad relativa le permitió a Belgrano destinar una fracción de las fuerzas de ese ejército al mando de Lamadrid para que realizara una expedición

militar sobre la retaguardia del ejército español en el Alto Perú. Sin embargo, para fines de 1818 la situación volvió a tornarse compleja y parte de las fuerzas del Ejército Auxiliar del Perú se vieron nuevamente involucradas en disputas intestinas.

La disidencia de la provincia de Santa Fe, y las dificultades que encontró el Directorio para lograr que esa provincia quedara bajo autoridades leales a su mandato y lejos del proyecto liderado por Artigas, llevó al primero a intentar una acción sobre esta provincia en 1818. Para eso se conformó el Ejército de Observación en Buenos Aires y se pidió colaboración al Ejército Auxiliar del Perú. En este marco es que Juan Bautista Bustos fue movilizadado desde Tucumán hacia Córdoba con parte del Regimiento N^o 2 que mandaba, para no permitir la expansión de la disidencia artiguista en territorio cordobés como había ocurrido en 1816. Como resultado de este movimiento, en noviembre se va a producir un pequeño combate en Fraile Muerto, cerca de la capital de la provincia de Córdoba, entre las fuerzas de Bustos y las del gobernador de Santa Fe Estanislao López. Aunque el resultado no favoreció claramente a ninguno de los dos, sin embargo fue tomado como una victoria de Bustos.

En este contexto, el 19 de diciembre de 1818, el Gobierno solicita al general en jefe del Ejército Auxiliar del Perú que destinara una fuerza de 300 hombres de caballería para la provincia de Córdoba para reforzar la posición de las fuerzas.¹⁴ Este refuerzo de caballería le permitió a Bustos nuevamente rechazar a López en el combate de La Herradura que tuvo lugar el 18 de febrero de 1819.¹⁵

El accionar del Ejército Auxiliar del Perú no terminó ahí, el 16 de febrero de 1819, Belgrano informa al Gobierno que la primera división del ejército, al mando del coronel Zelaya, estaba en camino a Río Seco en el norte de la provincia Córdoba, y que el resto de los hombres comenzaría a moverse en pocos días en cumplimiento de las órdenes recibidas desde el Gobierno y que contemplaban una acción general contra Santa Fe.¹⁶ La reunión del grueso del ejército con las fuerzas de Bustos se produjo ya en el mes de marzo y comenzó el avance hacia Santa Fe. Sin embargo tras el enfrentamiento entre las tropas de Viamonte, al mando del Ejército de Observación y las de López, en este mismo mes, se estableció un armisticio que contemplaba a las fuerzas del Ejército Auxiliar del Perú por lo que este ejército retornó a su posición en Tucumán.

El accionar de Juan Bautista Bustos estuvo centrado en asegurar la tranquilidad de la provincia de Córdoba y su permanencia dentro de la órbita del Directorio y en este punto lo ocurrido no difiere de las situaciones suscitadas en años previos en Santiago del Estero, La Rioja o la misma Córdoba. Las dificultades que va a encontrar el general de la Cruz para hacer cumplir las órdenes del Directorio, a fines de 1819, de involucrar ahora sí, de manera abierta, al Ejército Auxiliar del Perú en el enfrentamiento con las tropas de López y Ramírez, en la región litoral de las Provincias Unidas del Río de la Plata, también nos habla de

la existencia de “una región” para la actuación de ese ejército.

Esta resistencia a participar en los conflictos que se suscitaban en el litoral también puede ser tomada como un elemento que permite hablar de la existencia de un espacio regional en las provincias de Córdoba, Tucumán, Santiago del Estero y La Rioja, configurado a raíz de la presencia del Ejército Auxiliar del Perú ya que los mismos hombres que lo integraban identificaban a las provincias arribeñas como parte del espacio de actuación para ese ejército y como una zona extraña a sus intereses y objetivos lo que ocurría en el litoral. Recordemos que entre 1810 y 1819 esta fuerza militar tuvo como escenarios para sus acciones bélicas el Alto Perú, sobre todo hasta 1815 y el interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata de esa fecha en adelante. Es por esto, que creemos que en la resistencia a participar en los conflictos que se suscitaban en el litoral, podemos ver también la existencia de un espacio regional.

Los límites de las regiones no siempre están dados por la existencia de montañas o ríos, sino más bien por la comunidad de intereses que liga a los distintos puntos que la conforman ya sean estas personas, ciudades o empresas (AYROLO, 2006, p. 6). No es de extrañar entonces, que la identidad, esto es la identificación de estos hombres con un determinado espacio, nos este hablando de la existencia de esa región. Si bien los lazos que ligaban a los hombres y su identidad pueden haber jugado a favor de la constitución de una región, en este caso en particular, la existencia de este espacio regional estuvo ligada a la existencia del Ejército Auxiliar del Perú y a las autoridades que legitimaban su accionar.

Las dificultades que encontraron los últimos gobiernos centralistas para imponer su autoridad abrieron las puertas a una crisis política de la cual las Provincias Unidas del Río de la Plata ya no se recuperaron y que terminó con los gobiernos revolucionarios iniciados en 1810. Esta lenta pero inexorable descomposición de la autoridad del Directorio arrastró consigo al Ejército Auxiliar que tras el motín de Arequito¹⁷ desapareció y al espacio regional constituido alrededor de su accionar. A pesar de la identificación de los oficiales con ese espacio regional, parece no haberse dado, entre los habitantes de ese espacio regional lo que Taracena Arriola define como regionalismo, es decir, la identificación consciente cultural, sentimental y política con la región¹⁸ En este sentido, es importante recordar que, al alejarse el Ejército Auxiliar del Perú de Tucumán, el 12 de noviembre de 1819, se produjo una sublevación contra el gobernador intendente De la Mota Botello que lo depuso de su cargo y lo encarceló junto a los oficiales del Ejército Auxiliar que habían permanecido en esa ciudad a cargo de un piquete de esa fuerza militar. El movimiento en parte se realizó contra la carga que significaba para la ciudad de Tucumán la presencia del ejército (VALLEJO, 2011, p. 36).

No obstante, dentro del cuerpo de oficiales la situación parece haber

sido diferente. La desintegración del Ejército, y de la autoridad central tuvo un impacto menor y no dio por tierra con los vínculos establecidos por estos hombres con los territorios y sobre todo las personas que habían integrado ese espacio regional. Aún aquellos nacidos en Buenos Aires o en cualquier otra localidad por fuera de Santiago del Estero, Tucumán, Córdoba o La Rioja siguieron vinculados a este espacio como veremos a continuación.

2. Los Oficiales del Ejército Auxiliar del Perú y la Construcción de Carreras Políticas

En la actualidad no contamos con investigaciones que nos permitan tener en claro la cantidad de oficiales que estuvieron integrados al Ejército Auxiliar del Perú durante sus diez años de existencia, sin embargo, esta no es un problemática restringida a este ejército sino de carácter más general. Recientemente, Alejandro Rabinovich ha señalado que si bien en nuestra historiografía es habitual hacer referencia al impacto de la militarización -entendida como la expansión del número de los hombres bajo el servicio de las armas- no hay cifras precisas que nos permitan evaluar cual fue el grado de movilización real en este periodo. Solo contamos con números aproximados de los contingentes reclutados o estimaciones de los hombres que podrían haberse incorporado a las filas en función de las reglamentaciones utilizadas en la época (RABINOVICH, 2011, p. 9).

El entrecruzamiento de distintas fuentes primarias y secundarias¹⁹ nos ha permitido construir un corpus integrado por 206 hombres que se desempeñaron como oficiales en el Ejército Auxiliar del Perú entre 1810 y 1820. Por el estado actual de las investigaciones, es difícil saber efectivamente cuantos hombres pasaron por el Ejército Auxiliar del Perú, y evaluar la representatividad de esta muestra. Rabinovich ha calculado que el Ejército Auxiliar del Perú en 1813 tenía 239 oficiales y 306 en 1815.²⁰ Nosotros hemos encontrado que en octubre de 1816 tenía 250 oficiales,²¹ 291 en 1817²² y 340 en 1818.²³ Sin embargo, no es posible desagregar estas cifras para obtener el número real de oficiales ya que las fuentes no brindan detalles filiatorios de los oficiales por lo que se hace difícil detectar las incorporaciones y las bajas de oficiales entre los estados de fuerza de 1813 y los de 1818. El estado deteriorado e incompleto de las situaciones de revista de cada uno de los regimientos que en algún momento estuvieron incorporados a este ejército también dificulta esta tarea. Por lo tanto, los 206 hombres que integran nuestra muestra, si bien están lejos de ser el número real de oficiales que pasaron por este ejército, es el resultado de una búsqueda exhaustiva en diccionarios biográficos de los nombres que aparecen en las revistas de tropas de los distintos regimientos que pudimos consultar. No obstante, la incertidumbre con respecto al universo total hombres que se desempeñaron como oficiales

del Ejército Auxiliar del Perú, creemos que el análisis de esta muestra nos puede proporcionar datos importantes con respecto a aquellos hombres que estuvieron encargados de conducir a este ejército durante las llamadas guerras de independencia y su relación con la política y el gobiernos que es lo que nos interesa abordar.

De estos 206 hombres que estuvieron incorporados al Ejército Auxiliar del Perú, hemos encontrado que una parte importante de este grupo, el 17,47% (36 casos), ejerció distinto tipo de funciones administrativas y de gobierno tras la desaparición del ejército y del poder central en 1820.²⁴ Estos hombres fueron elegidos como Comandantes de Frontera o de Armas en diversas localidades, como diputados o representantes para legislaturas provinciales e inclusive para el Congreso Constituyente convocado en 1824, así como también para desempeñarse como Gobernadores de muchos de los estados provinciales que habían formado parte de las Provincias Unidas del Río de la Plata durante el proceso revolucionario.

Por otra parte, muchos de los oficiales que habían integrado esta fuerza militar quedaron en libertad para buscar nuevos rumbos y destinos para sus vidas. A diferencia de los soldados, que eran reclutados por la fuerza, los integrantes del cuerpo de oficiales, la mayoría de las veces, se incorporaban por voluntad propia o de sus familias, por lo que la desaparición del Ejército Auxiliar del Perú para muchos de ellos significó, al menos de forma momentánea, el fin de una forma de vida que habían elegido voluntariamente. Ante esta situación, una gran cantidad retornó a sus lugares de origen para reinsertarse en sus sociedades.

No es de extrañar entonces, que varios de estos hombres a partir de 1820 logran insertarse en las estructuras políticas y administrativas y de gobiernos provinciales ya sea por interés propio o respondiendo a los pedidos de las elites locales a las que se incorporaron. Para entender esta cuestión, nos interesa ahora analizar qué elementos y cuestiones pueden haber intervenido en la elección de estos hombres. No obstante, en esta oportunidad, por una cuestión de espacio, sólo analizaremos algunos casos y algunas variables.

En principio, tenemos que resaltar que si bien muchos de estos 36 oficiales se desempeñaron en sus lugares de nacimiento, otro grupo importante logró insertarse en otros espacios. Si bien podríamos aventurar algunas explicaciones sencillas, es necesario que tratemos de profundizar nuestras explicaciones. Para eso comenzaremos nuestro análisis sobre aquellos que se desempeñaron en otras jurisdicciones.²⁵

Algunos de nuestros oficiales lograron introducirse en estos espacios alejados de sus lugares de nacimiento a raíz de las relaciones que tejieron con las familias locales donde el Ejército Auxiliar se instalaba momentáneamente en su recorrido. En los tiempos de ocio dentro de la vida militar, estos hombres participaban de los espacios de sociabilidad locales donde estrechaban lazos con las principales figuras de esos pueblos y ciudades pero sobre todo con las jóve-

nes locales. Por lo tanto no debe sorprendernos que muchas de estas relaciones culminaran en casamientos y en la integración de estos oficiales a las familias locales. En los diez años de existencia de este ejército es posible encontrar numerosos casos de oficiales que solicitaron licencia y autorización a sus comandantes y al gobierno para contraer enlace mientras estaban integrados al Ejército Auxiliar. Quizás donde más claramente se pueda observar esta situación es al analizar lo ocurrido con el Ejército Auxiliar del Perú entre 1816 y 1819 mientras permaneció estacionado en San Miguel de Tucumán. La consulta de diversos legajos nos ha permitido identificar al menos 11 casamientos entre 1816 y 1817.²⁶ Dentro de este grupo pudimos identificar que 8 de estos hombres contrajeron enlace con mujeres nacidas en San Miguel. El resto lo hizo con hijas de vecinos de Salta, Santiago del Estero y Buenos Aires. También, a partir de la consulta de diversos diccionarios biográficos, hemos podido identificar el lugar de nacimiento para 8 de estos 11 oficiales observando que ninguno de ellos era nacido ni en Tucumán, Salta, o Santiago del Estero. Es cierto que este número está lejos de representar el total de oficiales del Ejército Auxiliar del Perú que terminó contrayendo casamiento mientras sirvió en el ejército, sin embargo nos permite ver al menos que la prolongada permanencia del Ejército Auxiliar en Tucumán facilitó que estos hombres participaran de la vida social de esta ciudad, cuestión que no era privativa de este sector del Ejército Auxiliar del Perú.

Aunque los espacios de sociabilidad donde tejieron estas relaciones hayan sido diferentes, los soldados de este ejército también se relacionaron con el resto de los pobladores de Tucumán y muchos de ellos también se casaron. En 1819 es posible encontrar disposiciones de los distintos encargados de conducir al Ejército Auxiliar del Perú para que los capellanes del ejército y los comandantes no permitan que los integrantes de la tropa se casen con mujeres viejas, enfermas o con achaques.²⁷ Estas disposiciones que hacían hincapié en respetar las ordenanzas que regulaban los casamientos buscaban que los soldados formaran familias con mujeres sanas y robustas: "...cosa que puedan prometer al país algún beneficio...".²⁸ Aunque en los legajos consultados no pudimos ver una preocupación similar por los enlaces de los oficiales, lo que sí tienen en común unos y otros es que se vincularon con las mujeres locales. Aunque las fuentes consultadas no nos permiten ver el tipo de vínculos y círculos a los que se integraron los soldados a partir de estos casamientos, sí es posible ver la inserción de algunos de estos oficiales en la elite y en el mundo político social de las familias a las que se incorporaban. Veamos algunos ejemplos.

En 1817, Gerónimo Helguera, un joven oficial nacido en Buenos Aires que se había integrado al Ejército Auxiliar del Perú en 1812 cuando Manuel Belgrano se hizo cargo del mismo, solicitó permiso al gobierno para casarse con Crisanta Garmendia, hija de José Ignacio Garmendia²⁹ y Elena Alurralde vecinos de Tucumán³⁰

e integrantes de la elite local. A partir de este momento, es posible ver como la vida de Helguera quedó atada a los vaivenes políticos de la provincia de Tucumán. Si bien en 1820 acompañó a Belgrano hasta Buenos Aires, en 1822 se radicó definitivamente en Tucumán donde permaneció. En 1824, en el Congreso convocado para tratar de reunificar a los estados provinciales detrás de una nueva autoridad central, Gerónimo Helguera fue elegido como uno de los representantes de Tucumán acompañando en la tarea por su suegro, José Ignacio Garmendia Alurralde. En este contexto, no llama la atención en que fuese obligado a exiliarse en Chile en 1836 por Alejandro Heredia a causa de pertenecer a una facción contraria.

Un recorrido similar podemos encontrar al revisitar lo ocurrido con Juan José D' Auxión Lavayne. Este oficial, de origen francés y que se desempeñó en las tropas imperiales hasta la caída de Napoleón, arribó en enero de 1817 a las costas del Río de la Plata en los barcos que compró José Miguel Carrera en Estados Unidos. Una vez en las Provincias Unidas del Río de la Plata se alejó de los planes de Carrera y se incorporó al Ejército Auxiliar del Perú. Ya en junio de ese año solicitó al gobierno autorización para contraer matrimonio con María Isnardi, nacida en Santiago del Estero e hija de Pedro Isnardi y Petrona Corvalán de Castillo. Pedro Isnardi ejercía la abogacía en Santiago del Estero, fue Procurador General del Cabildo de Santiago del Estero y adhirió a la causa revolucionaria junto a sus hijos. Uno de ellos, Pedro Domingo Isnardi estuvo en el Ejército Auxiliar del Perú entre 1813 y 1814 y también se desempeñó como Teniente Gobernador de Santiago del Estero entre 1814 y 1816 hasta que fue removido por Bernabé Aráoz. Al producirse el levantamiento de Abraham Gonzáles en Tucumán en 1819 y el motín de Arequito en 1820, Lavaysse quedó sin ocupación y se dirigió a Santiago del Estero. Ya en esta ciudad, y por sus vínculos con la familia Isnardi, participó de la separación de Santiago del Estero de la jurisdicción de Tucumán y firmó el acta de la autonomía en calidad de secretario. Posteriormente participó de la redacción de la constitución que se dio la nueva provincia y fue secretario de la nueva legislatura. Posteriormente, en 1825, debió huir hacia Salta una vez que Felipe Ibarra recobrará el poder que le habían arrebatado momentáneamente las fuerzas unitarias al mando del Coronel Bedoya por las cuales había mostrado su simpatía Juan José Lavaysse.

Sin embargo, esta no parece ser la única forma que tuvieron los oficiales del Ejército Auxiliar del Perú para insertarse en las estructuras de poder locales tras el desmembramiento del Ejército Auxiliar del Perú. Si bien en trabajos anteriores hemos planteado las dificultades que encontraron los gobiernos revolucionarios y los oficiales encargados de conducir este ejército para conformar un cuerpo de oficiales con sólida formación y con amplios conocimientos militares, (MOREA, 2011) no podemos dejar de señalar que aquellos que permanecieron largos períodos de tiempo entre sus filas adquirieron un saber específico y técni-

co, sobre todo mediante la práctica cotidiana de la vida militar y no a través del estudio riguroso, pero lo suficientemente profundo para permitirles diferenciarse de aquellos hombres que no participaron de la revolución empuñando las armas. Este “capital cultural” desarrollado a lo largo de los años también les permitirá insertarse en las estructuras de poder local ya que para la mayoría de los nuevos estados provinciales les resultaba imperioso contar con hombres capaces de formar y conducir a las fuerzas provinciales en el agitado contexto político desatado con la caída del poder central. Lo ocurrido con José María Pérez de Urdinenea y Juan Gualberto Ehceverría nos pueden servir de aproximación.

En el caso de José María Pérez de Urdinenea lo que podemos ver es que su actuación política en la Provincia de San Juan en los primeros años de la década de 1820 estuvo estrechamente ligada a los pergaminos que adquirió como un oficial capaz y eficiente durante los años previos en los diversos ejércitos conformados por la revolución y sobre todo a lo hecho en el Ejército Auxiliar del Perú. Habiendo nacido en Anquioma, hoy territorio de Bolivia, se incorporó al Ejército Auxiliar en 1810 y permaneció en él hasta 1819 en que solicitó licencia para desplazarse hacia Buenos Aires por 20 días³¹ pero nunca se reincorporó porque en julio de ese año se integró al Ejército Directorial. Tras la batalla de Cepeda y la desaparición del poder central se desplazó a la provincia de Córdoba donde fue contactado por un enviado del gobernador de San Juan quien le ofreció colaborar en la reorganización de las milicias locales. A partir de 1821, entonces, lo podemos encontrar en esta provincia donde fue promovido a Coronel Mayor y quedó a cargo de las milicias provinciales. Sin embargo, la carrera de este oficial en la provincia de San Juan no concluirá ahí, aún quedaba un peldaño más que subir.

En 1822 se produjo un movimiento de fuerza en contra del Gobernador de San Juan José Antonio Sánchez y la facción que lo derrocó colocó a Pérez de Urdinenea en el sillón de gobernador. Su gobernación no fue muy extensa ya que en 1823 renunció a la misma para hacerse cargo de una expedición militar dirigida al Alto Perú a enfrentar a las fuerzas realistas que fue solicitada por el general San Martín en apoyo a su plan de ataque sobre el virreinato del Perú. En su gestión estuvo acompañado por Narciso Laprida primero y Salvador María del Carril después, quienes representaban a las tendencias centralistas de la elite local y opositores al derrocado Sánchez quienes mantuvieron el control de la provincia hasta la caída de Rivadavia. Si sus méritos militares le abrieron la posibilidad de incorporarse a las milicias sanjuaninas tras la caída del poder central y de esta forma llegar a la gobernación de esa provincia, en el futuro sus capacidades como militar le seguiría abriendo posibilidades. En 1825, tras haber obtenido la victoria con las fuerzas de su mando en la batalla de Tumusla contra las fuerzas españolas que habían escapado de Ayacucho, inició una ascendente carrera política en la nueva república de Bolivia.

Como ya habíamos señalado anteriormente, Juan Gualberto Echeverría también representa al prototipo de oficial que se los demás le reconocían méritos y conocimientos militares. Echeverría se incorporó al Ejército Auxiliar del Perú en clase de soldado en 1811 y al momento de producirse la desintegración de esta fuerza militar había alcanzado el grado de capitán.³² En el motín de Arequito, en 1820, tuvo una participación muy activa y se plegó al grupo que lideraron Bustos, Heredia y Paz. Fue uno de los oficiales ubicados en los puestos intermedios de mando que aseguraron el éxito del mismo a través de su llegada a la tropa. Acompañó a Bustos hasta la provincia de Córdoba donde este fue elegido gobernador. Posteriormente, el nuevo mandatario lo nombró Jefe de la Guarnición y Villa de La Carlota, al sur de la Provincia en el Río Cuarto. En otra oportunidad hemos señalado que Echeverría supo capitalizar los vínculos establecidos con Bustos y Paz en su paso por el Ejército Auxiliar del Perú para obtener su nombramiento como comandante militar de la frontera sur de Córdoba (AYROLO, LANTERI, MOREA, 2011, p. 9-10)., sin embargo en esta designación también debemos sumar el hecho de que Echeverría era un hombre de la zona ya que había nacido en La Carlota en 1793, y seguramente tenía amplios vínculos familiares en la zona, su padre había sido Jefe de la Frontera Sur de Córdoba.³³ Pero sobre todo, deben haber jugado a su favor los 9 años de pertenencia al Ejército Auxiliar del Perú los que le habían permitido incorporar conocimientos militares que lo habían transformado en un buen oficial a los ojos de sus pares.³⁴ Este prestigio militar ganado en las guerras de independencia, las buenas relaciones con el gobernador de la provincia y su conocimiento de la zona, quizás lo convirtieron en el candidato ideal para hacerse cargo de una comandancia de frontera que se presentaba a todas luces como un gran desafío. No sólo por las incursiones indígenas que tuvieron lugar en 1820 a la par de la crisis del poder central, el motín de Arequito, la llegada de Bustos al poder y el desplazamiento de Carrera y sus hombres por la zona, sino también por las disputas y conflictos entre los vecinos y con los comandantes militares que lo precedieron en el cargo y que había sido uno de los mayores problemas de la zona con los que tuvo que lidiar el Gobernador Castro hasta su salida del poder.³⁵ El hecho de haber permanecido alejado de las disputas facciosas, su conocimiento de la zona y su instrucción militar lo transformaban, quizás, en el candidato ideal para el cargo. Su permanencia en el mismo hasta 1829 cuando se integró a las fuerzas de Paz para enfrentar a Juan Bautista Bustos puede ser un indicio de que así fue.

3. Conclusión

Cómo señalábamos al inicio de este trabajo, el Ejército Auxiliar del Perú fue una de las principales herramientas con las que contaron los gobiernos revolucionarios para imponer su autoridad sobre las jurisdicciones del interior de las Provincias Unidas del Río de la Plata, como para intentar derrotar a las fuerzas realistas en el Alto Perú. Sin embargo, a lo largo de este trabajo hemos tratado de señalar que el cambio de estrategia militar que se produjo en 1816 cuando Pueyrredón asume el Directorio, implicó un cambio en el teatro de operaciones del Ejército Auxiliar del Perú. Esto ayudó a configurar una región política-militar en las provincias de Tucumán, Santiago del Estero, Córdoba y La Rioja entre 1816 y 1820 a raíz de la intervención de esta fuerza armada - que muchas veces actuaba por encima de los gobiernos provinciales - en las disputas políticas internas. Lo que señalamos en relación a esta cuestión es que, a la par que ese cambio escenario de actuación del Ejército Auxiliar del Perú a la larga pudo haber generado un malestar en el interior del mismo que permite explicar lo ocurrido en Arequito, también generó una identificación de muchos de los oficiales que integraban su cuerpo de oficiales con esos espacios regionales.

A partir de esta cuestión, es que tratamos de identificar cuántos de los oficiales que teníamos sabíamos que habían formado parte del cuerpo de oficiales del Ejército Auxiliar del Perú ejercieron cargos políticos, militares y administrativos en las provincias del interior luego de la desaparición del poder central en 1820. Teniendo en cuenta esto, tratamos de ver de qué forma aquellos hombres que no habían nacido en esas provincias lograron insertarse en estas estructuras. Es en este punto en el que detectamos que los casamientos de los oficiales con las hijas de las familias de las elites locales fueron una buena vía de acceso a ese mundo político y social. También, vimos que los conocimientos militares adquiridos por estos hombres a lo largo de los años que estuvieron incorporados al Ejército Auxiliar del Perú eran vistos como un capital importante por las elites de estas provincias en un contexto de gran conflictividad política y militar que hacía necesario incorporar hombres que pudieran ofrecer soluciones a estos problemas. De lo que no hay dudas es que fueron estos atributos los que permitieron a estos hombres ocupar cargos políticos o en la estructura administrativa y de esta manera construir sus carreras de la revolución.

Referencias

AYROLO, Valentina, LANTERI, Ana Laura y MOREA, Alejandro. Repensando “la Carrera de la Revolución”. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina, 1806-1861). *Estudios Históricos*. Montevideo: CDHRP, Año III, N° 7, 2011.

_____. Historia regional comparada ¿una nueva posibilidad analítica? En Mata, Sara y Areces, Nidia (coord.) *Historia Regional. Estudios de caso y reflexiones teóricas*. Salta: EDUNSA/CEPHIA, 2006.

_____. Hombres armados en lucha por poder. Córdoba de la pos independencia. *Estudios Sociales*. Santa Fe: Universidad del Litoral, N° 35, 2008b.

_____. Entre la Patria y los “Patriotas ala rustica” Identidades e imaginarios, armas y poder entre la independencia y la “anarquía”. Córdoba en las primeras décadas del siglo XIX”. En Fradkin, Raúl-Gelman, Jorge (Comp.) *Desafíos al orden. Política y sociedades rurales durante la Revolución de Independencia*. Rosario: PROHISTORIA, 2008a.

BARRIONUEVO IMPOSTI, Víctor, *Historia de Río Cuarto, Tomo II, El automismo cordobés y el rusismo*. Argentina: Gráfica Hornos, 1988.

_____. *Historia de Río Cuarto, Tomo I, En la época Hispánica y en la Independencia*. Argentina: Gráfica Hornos, 1986.

HALPERÍN DONGHI, Tulio. *De la revolución de independencia a la confederación rosista*. Argentina: Editorial Paidós, 1972.

LOBOS, Héctor. *La frontera sur de Córdoba (1810-1820)*. Córdoba: Junta Provincial de Historia de Córdoba, 1979.

MOREA, Alejandro. “La memoria de la guerra” *Una aproximación a las campañas del Ejército Auxiliar del Perú durante las Guerras de Independencia a través de sus protagonistas*, Mar del Plata, 2010, Tesis de Licenciatura, Universidad Nacional de Mar del Plata.

_____. El Ejército Auxiliar del Perú: algunas notas sobre las características de su cuerpo de oficiales”, Tandil: I Jornadas Bianuales de Doctorandos y Becarios organizado por el Programa de Doctorado en Historia- IEHS- Facultad de Ciencias Humanas, Inédito, 2012.

_____. El proceso de profesionalización del Ejército Auxiliar del Perú durante las guerras de independencia. *Revista Quinto Sol*. La Pampa: Instituto de Estudios Socio Históricos, Vol. 15, N° 2, 2011.

_____. La configuración de una región político-militar: El Ejército Auxiliar del Perú y su rol como garante del orden interno, 1816-1820. Mar del Plata: Inédito, 2012.

NEWTON, Jorge. *Alejandro Heredia, El Protector del Norte*. Argentina: Editorial Plus Ultra, 1972.

PAVONI, Norma. Córdoba y los movimientos de Juan Pablo Pérez Bulnes en los años 1816 y 1817. *Investigaciones y Ensayos*. Buenos Aires: Academia Nacional de la Historia, N° 8, 1970.

RABINOVICH, Alejandro. La militarización del Río de la Plata, 1810-1820. Elementos cuantitativos y conceptuales para un análisis. Montevideo: V Jornadas de Historia Económica de la Asociación Uruguaya de Historia Económica, 2011.

TARACENA ARRIOLA, Arturo. Propuesta de definición histórica para región. *Estudios de Historia Moderna y Contemporánea de México*. México: Instituto de Investigaciones Históricas, N° 3, 2008.

TAU ANZOÁTEGUI, Victor y MARTIRÉ, Eduardo. *Manual de Historia de las Instituciones Argentinas*, Buenos Aires: Librería- Editorial Histórica, Séptima edición, 2003.

TÍO VALLEJO, Gabriela. Campanas y fusiles, una historia política de Tucumán en la primera mitad del siglo XIX. En Tío Vallejo, Gabriela (Cord.), *La república extraordinaria. Tucumán en la primera mitad del siglo XIX*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2011.

Notas

¹ Lo hemos analizado en Morea, (2010, p. 80-97).

² Para ver un desarrollo más extenso de esta hipótesis se puede consultar Morea, (2012, Inédito).

³ AGN, Sala X, Legajo 4-1-3, Ejército Auxiliar del Perú.

⁴ Cf. Anzoátegui y Martiré (2003, p. 88 y 109).

⁵ En algunas ocasiones, también podía conllevar funciones de gobierno, políticas o administrativas que se superponían al del resto de las autoridades políticas y administrativas existentes en esos territorios.

⁶ AGN, Sala X, Legajo 4-2-1, Ejército Auxiliar del Perú.

⁷ Para ver lo que ocurría en este momento en Córdoba consultar: Pavoni (1970) y Ayrolo (2008).

⁸ Para ver lo ocurrido en La Rioja ver: Newton (1972).

⁹ Para ver lo ocurrido con Pablo Pérez Bulnes Cfr. Ayrolo (2008 b).

¹⁰ AGN, Sala X, Legajo 4-1-3 Ejército Auxiliar del Perú.

¹¹ AGN, Sala X, Legajo 4-1-3 Ejército Auxiliar del Perú.

¹² AGN, Sala X, Legajo 4-1-6 Ejército Auxiliar del Perú.

¹³ Museo Mitre, *Documentos del Archivo de Belgrano, Tomo 6*, Imprenta Coni Hermanos, Buenos Aires, 1913. Pág 162.

¹⁴ AGN, Sala X, Legajo 4-2-2 Ejército Auxiliar del Perú

¹⁵ Es posible encontrar una descripción de lo ocurrido en las Memorias de los Generales Paz y Lamadrid. Cfr. Paz (2000) y Lamadrid (2007).

¹⁶ AGN, Sala X, Legajo 11-4-6 Propuesta de Ascensos militares de 1819.

¹⁷ En diciembre de 1819, cuando el Ejército Auxiliar del Perú se dirigía la provincia de Buenos Aires para apoyar al Director Supremo, José Rondeau, en su lucha contra la disidencia federal encabezada

por López, Gobernador de Santa Fe, el Coronel Bustos, apoyado por un grupo de oficiales encabezó un levantamiento en contra de Fernández de la Cruz, general en jefe del ejército, en rechazo a lo dispuesto por el Director Supremo y tomó el mando del mismo en la posta de Arequito. Luego de esto, Bustos se dirigirá con los restos del ejército hacia Córdoba donde será elegido Gobernador Interino de dicha provincia, permitiendo que sólo una pequeña fuerza continúe viaje hacia el Alto Perú para hacer frente a los españoles en cumplimiento de los objetivos trazados en el movimiento de Arequito.

¹⁸ Taracena Arriola (2008, p. 190-191).

¹⁹ Nuestra base de datos se construyó con la consulta de las Situaciones de Revista de algunos de los regimientos que integraron el Ejército Auxiliar del Perú entre 1810 y 1820 existentes en el Archivo General de la Nación y a la consulta de diferentes diccionarios biográficos.

²⁰ Alejandro Rabinovich calcula que el Ejército Auxiliar del Perú en 1813 tenía 239 oficiales y en 1815 306. Cfr. Rabinovich (2011, p. 27-28).

²¹ Archivo General de la Nación, Sala X, Legajo 4-1-3, Ejército Auxiliar del Perú.

²² Archivo General de la Nación, Sala X, Legajo 4-1-6, Ejército Auxiliar del Perú

²³ Archivo General de la Nación, Sala X, Legajo 4-2-2, Ejército Auxiliar del Perú

²⁴ Un porcentaje similar encontramos para el período 1810- 1820 donde el 20% ocupó cargos político y administrativos. Cfr. Morea, (2012).

²⁵ En otra oportunidad hemos esbozado algunas explicaciones sobre la reinserción de algunos oficiales en sus provincias de nacimiento. Cfr. Morea (2012).

²⁶ Archivo General de la Nación, Sala X, Legajos 4-1-3, 4-1-6, 40-8-6 y 9-9-7.

²⁷ Libro de órdenes del Ejército Auxiliar del Perú en Documentos del Archivo Belgrano, Tomo VI, Publicación del Museo Mitre, Buenos Aires, 1916, Págs. 403, 640 y 686.

²⁸ Libro de órdenes del Ejército Auxiliar del Perú en Documentos del Archivo Belgrano, Tomo VI, Op. Cit. Pág. 640.

²⁹ José Ignacio Garmendia fue funcionario de los Gobernadores Bernabé Aráoz y Mota Botello durante la revolución.

³⁰ AGN, Sala X, Legajo 9-9-7.

³¹ AGN, Sala X, Legajo 11-4-6.

³² AGN, Sala III, Legajo 44-1-5, Caja 5 y Memorias del General Paz, Pág. 307.

³³ Su padre, Ventura Echeverría fue comandante de la frontera de Río Cuarto en 1765, en 1771 y en 1777. Cfr. Barrionuevo Imposti (1986, p. 54).

³⁴ Barrionuevo Imposti señala que en 1820, tras el paso de Carrera, se produjeron diversos malones en la zona de Río Cuarto, por lo que Bustos eligió a Echeverría para que fortaleciera el sistema defensivo. Barrionuevo Imposti (1988, p. 27).

³⁵ Cfr. Lobos (1979, p. 85-108) y Barrionuevo Imposti (1986, p. 151, 158, 159, 160, 161, 162, 163 y 167).

**Tras la Trama Político-Institucional de la
'Confederación' Argentina (1852-1862).
Perfiles, Relaciones, Prácticas y Representaciones
en la Conformación de un Nuevo Orden**

Ana Laura Lanteri

Doctora en Historia, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, Argentina, marzo de 2011. Licenciada en Historia, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Argentina, julio de 2006. Profesora en Historia, Universidad Nacional de Mar del Plata, Mar del Plata, Argentina, febrero de 2005. Becaria Posdoctoral del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), Argentina. Miembro del Grupo de Investigación "Problemas y Debates del siglo XIX" (G. XIX) del Centro de Estudios Históricos (CEHis), Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata, OCA n° 948/06. Miembro del Proyecto de Extensión "Bicentenarios. Dos siglos de memoria colectiva" que cuenta con el Aval académico de la Facultad de Humanidades, Universidad Nacional de Mar del Plata. OCA N° 965/06. Funciones docentes de grado en el área de Historia Argentina del Departamento de Historia de la Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de Mar del Plata, Argentina.

Tras la Trama Político-Institucional de la 'Confederación' Argentina (1852-1862). Perfiles, Relaciones, Prácticas y Representaciones en la Conformación de un Nuevo Orden

Ana Laura Lanteri

Pese a representar una década bisagra que articula la primera y la segunda mitad del siglo XIX en el proceso de conformación estatal argentino, los estudios históricos prestaron poca atención a los lazos políticos y a las instituciones federales que se desarrollaron durante la "Confederación" (1852-1862). Con el objetivo de contribuir al conocimiento de estos aspectos, en nuestra investigación doctoral analizamos tres problemáticas en forma conjunta. La conformación de una dirigencia nacional, la articulación por parte de dicha dirigencia de sus recursos y accionar hacia la formación de una estructura estatal y, finalmente, la manera en que dicho diseño fue retroalimentado por las provincias.¹ Estas páginas presentan una síntesis de nuestras consideraciones sobre la primera de ellas. Analizamos los rasgos centrales del proceso de conformación de una dirigencia nacional desde una perspectiva soslayada por los estudios específicos sobre el período.

De hecho, consideramos que la polarización de la dinámica política en la figura de Justo José de Urquiza -presidente de la Confederación entre 1854 y 1860- realizada por algunos autores, eclipsó la sistematización y el análisis del perfil y el accionar del personal federal. A pesar que se realizaron algunas semblanzas, Urquiza apareció en muchos relatos asumiendo y dirigiendo la organización nacional. Y, por ende, las redes sociales y simbólicas que mantuvieron la política fueron descuidadas del análisis. Por su parte, otras interpretaciones enfatizaron en el fracaso del proyecto estatal nacional de la Confederación y adujeron

como una de sus principales causas la imposibilidad de sentar bases políticas.²

Ambas interpretaciones prestaron además poca atención a la convergencia de las dinámicas provincial y nacional para explicar la conformación del orden político del período. Estas visiones dieron así poco margen de participación a las provincias y sus representantes, desdibujando su protagonismo en el proceso. Por el contrario, el enfoque que asumimos –tributario del replanteo historiográfico sobre la segunda mitad del siglo XIX que ha tenido lugar en Argentina en las últimas décadas- busca recuperarlo.³

En esta década, las trece provincias que integraron la Confederación, participaron de la primera experiencia de articulación en un proyecto político orgánico, luego de haber actuado por más de treinta años como estados autónomos e independientes. La constitución nacional sancionada en 1853 fue el marco jurídico que materializó al nuevo régimen político: un ejecutivo sin posibilidad de reelección, un poder judicial y un poder legislativo bicameral constituirían un equilibrio de poderes. El estado sería una federación mixta que se consolidaría por la delegación en el poder nacional de ciertas facultades por parte los gobiernos provinciales. Tras la negativa de encolumnarse en este nuevo estado federal, la provincia de Buenos Aires coexistió durante el período como estado independiente. Ambos estados –el de la Confederación y el porteño- lucharon por consolidar sus estructuras económicas y político-institucionales y por obtener la unidad y supremacía nacional.

En este marco, la conformación de una dirigencia nacional que integra en su seno a las elites políticas provinciales era fundamental para la viabilidad de la Confederación. Y, para dicho proceso, era especialmente importante la organización y labor de los poderes estatales. En particular del poder legislativo, en tanto el Congreso fue el espacio en el que se plasmaría el ejercicio de las soberanías particulares provinciales en el marco de la soberanía indivisible del estado nacional. Examinamos a continuación dos temas en forma complementaria. Por una parte, sintetizamos el perfil sociopolítico de los dirigentes de la Confederación, destacando sus principales vínculos, cualidades y atributos de poder. Por otro lado y en forma subsidiaria, prestamos atención a los rasgos generales de la actividad e interacción del poder ejecutivo y el poder legislativo en dicho recinto legislativo (que funcionó en Paraná, la capital de la Confederación, entre 1854 y 1861). Finalmente, en nuestras conclusiones, proyectamos la experiencia de la Confederación al período abierto en 1862, tras su derrota por parte del estado porteño.⁴

Postulamos que si bien Justo José Urquiza fue una figura central en el entramado político-institucional de la Confederación, el mismo se sostuvo gracias a un nutrido conjunto de personas. Y que sus trayectorias públicas y privadas individuales y familiares y sus redes de relaciones, constituyen una importante

clave explicativa de la articulación entre nación y provincias que tuvo lugar durante el período. No fue Urquiza entonces como representante privilegiado del poder central el que avanzó sobre las élites políticas provinciales configurando a la Confederación, sino que éstas fueron protagonistas del proceso.⁵

I. La Conformación de una Dirigencia Nacional: Aspectos Biográficos y Relaciones y Principales Rasgos de la Dinámica Política Legislativa

Durante el período, tanto por la necesidad de construir un marco administrativo estatal como por la falta de personal para sustentarlo, las fronteras políticas - que no estipulaban criterios formales de ingreso - sufrieron una importante ampliación que distintos actores supieron fructificar. En este marco, la relación entre la promoción en la esfera pública y la posesión de un capital diversificado tuvo una combinatoria diferente en cada caso particular del personal político federal.⁶ Las distintas cuotas de capital con que contaba dicho personal incluyeron vínculos y actividades de diverso tipo y dar cuenta de cada una de estas particularidades excede los objetivos de este trabajo. En cambio, presentaremos un cuadro general y algunos casos representativos de nuestros argumentos.

Las provincias optaron por enviar al Congreso y el poder ejecutivo nombró en los puestos nacionales más importantes a personas que habían tenido una vasta trayectoria en el escenario público. En efecto, la amplísima mayoría se había iniciado en actividades políticas y/o militares con bastante anterioridad a 1852 y ello fue considerado un importante atributo para corporizar al nuevo estado nacional.

Para comenzar veamos sus ocupaciones. En un marco de institucionalización política creciente como el de la Confederación, los estudios universitarios que muchos de ellos habían desarrollado fueron un recurso de peso para el acceso a cargos públicos. Alrededor del 38% estaban especializados en Derecho y casi el 6% eran médicos, mientras que, el 25% eran militares y el 8% eclesiásticos. Los conocimientos jurídicos eran fundamentales para la viabilidad federal. Los abogados conocían la legislación y sabían como establecerla y utilizarla. Por citar sólo dos ejemplos. El prestigio político con que llegaron en 1853 Mariano Fragueiro al Ministerio de Hacienda y Salvador María del Carril al del Interior estuvo basado principalmente en sus cualidades para la administración.⁷ Ello quedó claramente expresado en la opinión de sus pares del Congreso General Constituyente (que sesionó entre 1852 y 1854). Por estar versados en asuntos públicos y haber mostrado una buena capacidad organizativa ambos fueron considerados además de idóneos para los Ministerios nacionales, buenos candidatos a la vicepresidencia -finalmente del Carril asumió el cargo- pudiendo

complementar los “hábitos de estanciero” de Urquiza.⁸

La riqueza de Fraguero y del Carril también fue percibida como otro de sus valiosos capitales. La propia constitución nacional de 1853 al establecer condicionamientos económicos para ocupar los cargos de presidente, vicepresidente y senador magnificó la importancia del poder económico. Además, la precaria situación financiera de la Confederación –uno de los aspectos más conocidos y enfatizados por la historiografía- hizo que los sueldos en general no fueran pagados, por lo que era importante que los funcionarios tuvieran otra fuente de ingresos.⁹ En total, más del 45% alternaron sus carreras con actividades comerciales y rurales.

Sin embargo, el trabajo empírico ha mostrado que aunque el poder económico fue jurídicamente ponderado y permitía a los actores posicionarse en la escena política de mejor manera, en la práctica no fue un atributo excluyente para ocupar un cargo político. Al momento de ser discutidos en el Congreso General Constituyente los condicionamientos para acceder a los cargos, la renta anual de 2000 pesos¹⁰ que finalmente fue requerida les pareció excesiva a algunos legisladores. Afirmaron que las guerras civiles habían destruido las fortunas de muchas familias y que personas idóneas que merecían los puestos, no podrían acceder a ellos.

En este sentido, Gerónimo Espejo y Tomás Guido representan dos ejemplos paradigmáticos. Si bien no podían detentar un capital económico como Fraguero y del Carril, sí contaban al igual que éstos con un bagaje de experiencia e información que, como anticipamos, fue un importante atributo. Ambos tuvieron una temprana aparición en la escena política nacional al servicio del “Ejército Auxiliar del Norte”. Espejo actuó luego en la guerra de Brasil en 1825 a las órdenes de José María Paz, lo que le valió su exilio a Bolivia en 1830 del que regresó en 1852. En cartas confidenciales de 1854 afirmó que creía haber perdido su negocio de metales en Bolivia y que “subsistía” en Mendoza vendiendo algunas alhajas familiares.¹¹ Por su parte, Guido se había desempeñado, entre otros cargos, como ministro de gobierno en Buenos Aires hacia 1827 y como plenipotenciario en Río de Janeiro entre 1840 y 1851. En 1854, sugirió que su “penosa situación económica” había sido definitiva en su aceptación en 1852, de continuar gestiones diplomáticas - ahora al servicio de Urquiza - en Brasil y también en Uruguay y Paraguay.¹²

Guido y Espejo no fueron los únicos militares que habían participado en la escena política de la primera mitad del siglo y que ocuparon diversos cargos al servicio de la Confederación. Como anticipamos, alrededor del 25% del total del personal político federal - de los que tenemos información - fue militar. Los datos sugieren que la mayoría se había iniciado muy tempranamente en las “Guerras de Independencia” o en la década de 1820. Lo que ve claramente Schmit para el caso de los sectores subalternos tuvo aquí su equivalencia.¹³ Las elites también pudieron utilizar la defensa de la “patria” como un capital activo en sus relaciones políticas. De hecho, su itinerario público forjado al calor de las oportunidades

abiertas por la “carrera de la revolución” hace difuso su clasificación como militares. Ello en tanto muchos pasaron durante la primera mitad del siglo a ser gobernadores funcionarios provinciales o agentes diplomáticos como Tomás Guido.

La participación de estos militares, y en particular de los “Guerreros de la Independencia”, permitía legitimar el proyecto político de la Confederación al entroncarlo en una continuidad simbólico-histórica con la “Revolución de Mayo” de 1810.¹⁴ La distinción por parte del gobierno se tradujo en diversas acciones. Se reconocieron sus grados militares, se les otorgó diversas promociones en el ejército nacional y se fomentó su retorno para que colaborasen en funciones públicas.¹⁵ Otra experiencia compartida por muchos de estos legisladores y por otros miembros del elenco fue el exilio. Los emigrados también contaban con un capital simbólico importante, su prestigio se debió particularmente al “martirio político” que habían sufrido con Rosas.¹⁶ Según el cruce de información realizado, más del 20% del total del personal debió exiliarse por su militancia antifederal en la “Liga del Interior” en 1832 y en la “Coalición del Norte” en 1841.

A diferencia de aquellos que emprendieron el exilio, otra parte había permanecido en las filas del rosismo. El mismo Urquiza lo había hecho hasta que fue preparando su camino al “Pronunciamiento” de 1851. Los casos de Benjamín Victorica y Santiago Derqui son reveladores al respecto de otro tipo de trayectorias de dicho personal. Victorica se convirtió en el principal vocero de Urquiza en el Congreso nacional, pero sus relaciones fueron tensas hasta 1853. Abogado nacido en Buenos Aires en 1831, actuó allí como auxiliar de la asesoría de gobierno y de la Auditoría General de Guerra y Marina. Luego de la derrota de Juan Manuel de Rosas rechazó mantener cualquier contacto con Urquiza. Sin embargo, en 1853 y gracias a la intermediación de Juan Francisco Seguí, su profesor en la Universidad de Buenos Aires y al momento secretario de Urquiza, inició su relación con este último.¹⁷ Además, cumplió otras funciones de diversa índole al servicio de la Confederación y en 1857 se casó con una de las hijas de Urquiza - Ana -, situación que reforzó los vínculos entre ambos.

Por su parte, la situación de Santiago Derqui fue diferente a la de Victorica. Como Espejo, había sido adversario político de Urquiza al cumplir órdenes de José María Paz. Luego, el propio Derqui le ofreció sus servicios y Urquiza aprovechó justamente dicha situación para encomendarle en abril de 1852 su primera función al servicio de la Confederación. Lo designó “Encargado de Negocios” para suscribir un tratado de límites, comercio y navegación con el gobierno de Paraguay, con quien Derqui se había vinculado por su participación conjunta en la segunda campaña de Corrientes contra Rosas.¹⁸ Derqui desarrolló una actividad política múltiple en la Confederación, desde la que fue creando alianzas y relaciones que le permitieron llegar a la presidencia en 1860.

A diferencia de Derqui y Victorica, otros muchos habían participado

junto a Urquiza desde décadas anteriores en sus gobernaciones o campañas militares. Por ejemplo, según la reconstrucción que realizamos, muchos de los eclesiásticos y de los militares y la mayoría de los que fueron designados diputados en el Congreso General Constituyente y en la Corte Suprema de Justicia eran personas que ya habían dado muestras de afección a la política urquicista. Volveremos enseguida sobre este punto.

En definitiva, lo que interesa remarcar luego de este pantallazo, es que la conformación de una dirigencia nacional exigió recapitalizar y unificar un personal diverso que sin embargo tenía un sustrato común en la experiencia de los estados provinciales autónomos (y, en el caso de algunos, en las “Guerras de Independencia” de las primeras décadas del siglo). Más allá de sus divergentes itinerarios, conservaban el recuerdo y el aprendizaje de un escenario permeado por guerras civiles y en donde la nación había permanecido latente. Había pervivido a través de los ensayos constitucionales de 1819 y 1826 y de una multiplicidad de pactos interprovinciales como el “Pacto Federal” de 1831.¹⁹

El personal político de la Confederación había adquirido empíricamente entrenamiento y saberes en el manejo de la actividad política y militar y, como mostraremos, reorientaron dicho bagaje corporizándolo en el nuevo sistema político nacional. Esta polivalencia les aportó además capitales simbólicos cardinales para cimentar y legitimar su actividad política. En dicho devenir, como sugieren los casos citados y los que sumaremos a continuación, se tejieron vínculos y solidaridades que se reencauzaron durante su experiencia en la Confederación. La política se sostuvo gracias a una red de relaciones sociales que exigió un arduo trabajo de construcción y reproducción.

Anticipamos que en la designación de cargos por parte del poder ejecutivo nacional fueron importantes las lealtades personales. También debemos señalar que solidaridades del tipo de las que fomentaron el vínculo entre Urquiza y Victorica –recordemos la mediación de Seguí– fueron frecuentes. De hecho, solidaridades anteriores a 1852 se extendieron en el período al ámbito nacional. Los “Guerreros de la Independencia”, por ejemplo, actuaron como un colectivo en el Congreso nacional apelando a su accionar conjunto en las primeras décadas del siglo. Sabemos además que al momento de su actuación en dicho recinto, algunos legisladores hicieron recomendaciones políticas de sus compañeros de estudios o de campañas militares o simplemente de quienes definían como sus amigos por los vínculos que habían forjado en Paraná.²⁰ Estas situaciones evocan un mecanismo mediante el cual los “amigos de los amigos”²¹ se sumaban en la construcción de nuevas relaciones –que se agregaban a las forjadas previamente– que reforzaron la conectividad del personal político federal.

En este tejido, además de las relaciones personales, tuvieron un importante lugar las familiares. Sugestivos estudios han mostrado que muchos de los aline-

amientos políticos provinciales del período reprodujeron características parentales.²² Las diversas estrategias familiares se mezclaron en la dinámica de poder provincial y se extendieron al ámbito nacional. La ampliación de la escala geográfica del poder de algunas familias y la acumulación de antecedentes en el espacio político a lo largo del siglo, dispuso la participación política de varios dirigentes. Mientras que, el favor oficial del propio Urquiza, permitió a algunos actores extender el rango de influencia de su familia. Lo mismo sucedió con la participación en el Congreso nacional, que dio la posibilidad de favorecer el ingreso de parientes y aliados políticos en la administración nacional en expansión.²³

Si bien las diferentes situaciones personales y provinciales que hemos podido analizar impiden una conclusión general -por ejemplo parte del personal de la provincia de Córdoba no quiso ocupar las bancas legislativas- el interés por participar de cargos nacionales fue creciente en varias personas.²⁴ Y que ello fuera así indica la progresiva consolidación del espacio de poder nacional. Además, todo lo expuesto redundó en la conectividad del personal político federal.

Interesa advertir, en este marco, que dicha conectividad también se vio favorecida porque, durante el período, el personal ocupó los distintos ámbitos de poder. De hecho, la intensidad y escala de yuxtaposición de los niveles y esferas de poder es entonces otro elemento a considerar. Más del 50% del personal analizado se desempeñó en más de una función en el orden nacional y, entre ellos, más del 25% cumplió al menos 3 funciones en dicho orden (vale decir, en función de los vínculos entre el poder ejecutivo y legislativo que atenderemos enseguida, que desde 1856 se declaró incompatible el cargo de ministro con el de legislador; por lo que algunas personas ocuparon ambos cargos pero no en forma simultánea).²⁵

Y, si consideramos al ámbito provincial, dicha acumulación de cargos se hace todavía más pronunciada. Las cifras remiten al ámbito de poder nacional como una extensión de los provinciales. En efecto, más del 55% del personal político federal desarrolló alguna actividad en el orden provincial en el período. Y, entre ellos, casi el 40% se desempeñó en más de una función que muchas veces se superpuso o multiposicionó con sus funciones nacionales.

En definitiva, si bien se vulneraba el principio republicano de división e independencia de poderes en los casos en que se superponían las funciones del personal político, el cumplir diversas funciones en la administración nacional contribuyó a reforzar sus perfiles de dirigentes. La indiferenciación entre las esferas del poder federal fue en beneficio de la conformación de una dirigencia nacional, dado que facilitó en la práctica su conectividad, concentración y expansión. Con la circulación de personas y solidaridades que ilustramos hasta aquí, se transportaron también ideas, prácticas e información que eran centrales para el enlace de las provincias en un sistema de poder más amplio.

En el Congreso nacional las provincias y sus representantes construyeron

y ejercieron su poder. Fue una institución estatal de encuentro, educación e integración de las elites políticas provinciales en dicho sistema y, por ende, un ámbito efectivo de su conformación como dirigencia y de desarrollo de la institucionalidad estatal. La acción legislativa se asentó sobre diversos elementos y clivajes modelados por cuestiones vinculadas al enlace entre los procesos constitucionales formales y las circunstancias políticas concretas. En efecto, la representación política y la división de poderes fueron tanto principios que sirvieron de eje a una nueva configuración de la legitimidad política –plasmada como anticipamos en la constitución nacional de 1853- como mecanismos de gobierno.

En este marco, el vínculo establecido entre el poder legislativo y el ejecutivo plasmó la armonía alberdiana de un sistema federal con un ejecutivo fuerte.²⁶ Sin embargo, ello no implicó que las provincias resignasen su poder sino que, los ideales e injerencia del ejecutivo nacional se conjugaron con el pragmatismo político y los intereses de los legisladores y con las disposiciones tomadas por éstos a raíz del debate parlamentario.

La división e independencia de poderes fue la norma de un régimen político que mantuvo contradicciones con el proceso político anterior a 1853. Urquiza había gobernado la provincia de Entre Ríos durante más de diez años con un estilo tradicional del poder y debía afrontar la presidencia de la Confederación basando su legitimidad en demandas de una menor personalización de su autoridad.²⁷ No obstante, la centralización y un ejecutivo fuerte era uno de los principales resortes que según la constitución nacional garantizaría el orden y la pacificación sociopolítica. En este sentido, los propios mecanismos destinados a limitar el poder dejaban intersticios por los que se asentó un régimen que daba al presidente un lugar central.

Los presidentes y sus ministros, avalados entonces por un diseño político que los realizaba, iniciaron el 71,92 % de las 292 leyes dictadas en el Congreso en el período. Pero además de dar origen a la amplia mayoría de las leyes, encontramos sugerentes ejemplos –que nos permitimos no detallar- en los que el poder ejecutivo intentó que tuviesen su correspondiente sanción en el Congreso. Y, tuvo injerencia también en otros niveles de su desarrollo institucional, como la selección de candidatos para ocupar las bancas.²⁸

Así, el Congreso no actuó en un marco de estricta independencia, ni los legisladores superaron siempre los intereses partidistas y personales como algunos estudios señalaron.²⁹ No obstante ello no supuso el declinamiento de su funcionamiento como lo señaló Pasquali, (PASQUALI, 1998, p. 505) sino que muchas veces en el Congreso se cuestionaron las decisiones del ejecutivo nacional y se le marcaron límites precisos en función de las atribuciones y prerrogativas del poder legislativo.

Además, los legisladores se sabían parte de un poder estatal que era

jurídicamente independiente pero también conocían la imposibilidad práctica de alcanzar un sistema político sin un ejecutivo nacional fuerte que centralizara el poder. Todo ello no implicó entonces una alteración de los mandatos constitucionales sino que fue, precisamente, su materialización según la medida de las posibilidades dadas por un contexto de metamorfosis política e institucional. Dicho ajuste de atribuciones entre el poder ejecutivo y el legislativo fue entonces también conformando la dirigencia nacional.³⁰

Si bien Pasquali reconoció la injerencia del ejecutivo nacional y la conformación de bandos políticos desde 1856, pensamos que aludir a un proceso de declinación deja a los legisladores en una situación de pasividad que no fue tal. No sólo no declinó el funcionamiento institucional del Congreso, sino que dicha apreciación tampoco permite recuperar el proceso de aprendizaje institucional y político que se fue desarrollando en dicho recinto legislativo.

En efecto, decíamos en el párrafo anterior que en algunos casos los legisladores marcaron límites precisos al ejecutivo. Ello sucedió por ejemplo con motivo de las discusiones de los presupuestos nacionales, el personal administrativo estatal, la justicia federal y las constituciones provinciales. En este escenario, las provincias y sus representantes percibieron al Congreso como un recinto para la conformación de una institucionalidad estatal que las integrase, pero no por ello dejaron de anteponer sus dificultades e intereses propios. Fue así una arena política-institucional de expresión y resolución de tensiones provinciales y nacionales que acentuaron su carácter de recinto federal.³¹

Tanto en dichas discusiones como en las que se suscitaron respecto de las demás leyes sancionadas, circularon distintas ideas y definiciones sobre la forma estatal, se ensayaron fórmulas concretas de articulación, de participación y de preponderancia entre los poderes estatales y entre las esferas de poder nacional y provincial y se ideó una estructura institucional cuya puesta en práctica produjo algunos avances. Hubo consenso entre las autoridades acerca de que la modernización política, social y económica era imposible sin un entramado jurídico e institucional que la sustentase. Este programa de gobierno se plasmó entonces en una nutrida legislación que intentó equilibrar los problemas de interpretación sobre los alcances y mecanismos del sistema político y del nuevo sistema económico-financiero que estaban en construcción.

En dicho devenir, el personal político no actuó como un elenco diletante sino que se argumentó en base a la conformación institucional y política de la primera mitad de siglo pero también a la legislación provincial y a las doctrinas nacionales e internacionales contemporáneas y a las prácticas parlamentarias de otros países como Chile, Uruguay, Francia, Estados Unidos, Inglaterra y Brasil (respecto de este último en general lo hicieron por oposición entre los regímenes políticos de ambos).³² Y, todo ello redundó en beneficio de un ejercicio

político experimental, que realizó y dio sustancia al carácter de la formación estatal. La circulación de favores, de personas y de información en una escala extra provincial contribuyó en la conformación de una dirigencia nacional.

Las reciprocidades personales se alzaron como la estructura básica de la política lo que llevó a un complejo juego de relaciones y acciones. En otros trabajos hemos dado cuenta de dichos pormenores.³³ Sólo nos interesa recuperar para finalizar nuestras reflexiones, que lo que parece claro, más allá de las ambigüedades que pueden provocarse al intentar clasificar el accionar de los legisladores o de alinearlos a un único bloque político, es que defendieron generalmente con gran minuciosidad el carácter nacional de su representación. En definitiva, durante el período las provincias se iban enlazando en un sistema de poder donde la procedencia de sus integrantes no era una condición de pertenencia y/o exclusión.

La defensa de los intereses nacionales implicó, entre otras cuestiones, la búsqueda de la disolución de tendencias políticas pasadas.³⁴ Los divergentes itinerarios políticos de los que dimos cuenta se desdibujaron en su actuación conjunta en el Congreso, en tanto marco que los cobijaba como dirigencia nacional. Las identificaciones previas se fueron reemplazando por la nación, que desde 1853 fue la nueva base de legitimidad política. En efecto su autoreconocimiento como hombres públicos que habían transitado la escena nacional desde sus inicios y una suerte de convicción en la idea de nación se fue conjugando así en su accionar en las instituciones estatales.³⁵

2. Conclusiones

Con la intención de profundizar el análisis sobre la construcción de la trama político-institucional de la Confederación, estudiamos el perfil sociopolítico y los principales vínculos y atributos de poder de sus dirigentes. En este marco, enfatizamos también en la dinámica política legislativa, focalizando en los espacios de participación y de preponderancia entre el poder ejecutivo y el legislativo. A diferencia de los estudios que centraron su atención en la figura de Justo José de Urquiza, hemos revelado que una nutrida red de personas sostuvo y conformó dicha trama. Si bien Urquiza fue una figura central, no fue él como representante privilegiado del poder central el que avanzó sobre las provincias configurando a la Confederación, sino que éstas fueron protagonistas del proceso.

En efecto, ello se vio favorecido porque durante la primera mitad del siglo XIX el personal político había tenido itinerarios divergentes desde los que habían acumulado pericia pública. Dicho bagaje fue reorientado durante el período al servicio del nuevo sistema político nacional. De hecho, no hubo una única carrera ni una formación política sistemática sino que se conformaron en una dirigencia política a partir de la experiencia, de las prácticas e ideas discutidas y compartidas

al calor del estado nacional en construcción. Por la sociabilidad de la política y por el andamiaje legislativo-institucional construido en el Congreso, las elites provinciales comenzaron a concebirse y a legitimarse como una clase dirigente nacional.

De modo que, el nivel de posibilidad de la Confederación lo marcaron en buena las prácticas de sus actores. Lo notable es entonces que la nación se fue emplazando como la base de la legitimidad y la acción política y los dirigentes se fueron identificando con la estructura estatal que ellos mismos construían. En este marco, pensamos entonces que debe relativizarse el fracaso que algunos autores atribuyeron al proyecto estatal de la Confederación. Hubo un sugestivo grado de cohesión y de referencialidad al espacio nacional.

Junto a esta evidencia, que un núcleo importante se haya desempeñado en cargos nacionales de diversa índole en el período abierto en 1862, nos permite enfatizar su carácter nacional. De hecho, su proyección histórica es por lo demás sugerente dado que indica que siguieron consolidando al estado nacional que habían comenzado a modelar antes y durante su experiencia en la Confederación. Bartolomé Mitre comenzó entonces una nueva etapa de conformación estatal nacional con personas que tenían conocimientos para efectivizarla y que habían sido partícipes de una larga convivencia política.³⁶ Y, con instituciones como el Congreso nacional que fueron incorporando a las provincias en un sistema de poder más amplio.

Un proceso de aprendizaje y construcción político-institucional nacional se inició así en el período y se consolidó en las décadas siguientes.³⁷ Obviar en éste al rol y accionar de las provincias y sus representantes implica perder la riqueza de los distintos matices, recursos, vínculos, ideas y prácticas que lo dinamizaron. La conformación de una dirigencia nacional que integró en su seno a las elites políticas provinciales fue fundamental para la viabilidad de la Confederación y es una de las claves de su herencia y amalgama con el proceso abierto en 1862. Por su acervo de información y sus cualidades profesionales y personales los políticos de la Confederación fueron un nexo importante -y tal vez imprescindible- entre ambos períodos.

Gracias a dichas cualidades aglutinadoras entre la primera y segunda mitad del siglo y a su acumulación de pericia en el manejo y gestión institucional, fueron así figuras centrales en el camino de la profesionalización política y de la maduración estatal nacional. En definitiva, consideramos que este personal y su acción en las instituciones nacionales constituyen entonces un aspecto de importancia para analizar el nuevo sistema político que supuso la Confederación. Y, también, para aprehender con mayor rigor histórico sus peculiaridades y el legado de la misma al largo y sinuoso proceso de conformación estatal argentino.

Referencia

ANGUEIRA, María del Carmen. *El proyecto confederal y la formación del estado nacional (1852-1862)*, Buenos Aires: CEAL, 1989.

AYOROLO, Valentina, LANTERI, Ana Laura y MOREA Alejandro. "Repensado la `Carrera de la Revolución`. Aportes a la discusión sobre las trayectorias políticas entre la Revolución y la Confederación (Argentina. 1806-1861)", Estudios Históricos, CDHRP, Uruguay, Año III, N° 7, 2011, pp. 1-28. Disponible desde: <http://www.estudioshistoricos.org/edicion7/eh0704.pdf>

BOISSEVAIN, Jeremy. *Friends of Friends. Networks, manipulators and coalitions*, Inglaterra:Bristol/Oxford, 1974.

BOSCH, Beatriz. *Urquiza y su tiempo*, Buenos Aires: EUDEBA, 1980.

_____, Beatriz. *Benjamín Victorica*, Buenos Aires: EMECÉ, 1994.

BOTANA, Natalio. *El orden conservador. La política argentina entre 1880 y 1916*, Buenos Aires: Hyspamerica, 1977.

BRAGONI, Beatriz y MÍGUEZ, Eduardo (Coords.). *Un nuevo orden político. Provincias y Estado Nacional, 1852-1880*, Buenos Aires: Biblos Historia, 2010.

BUCHBINDER, Pablo. *Caudillos de pluma y hombres de acción. Estado y política en Corrientes en tiempos de la organización nacional*, Buenos Aires: Prometeo, 2004.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial*, Río de Janeiro: Cavilação Brasileira, 2007.

CARMAGNANI, Marcello (Coord). *Federalismos latinoamericanos: México / Brasil/ Argentina*, México, México: FCE, 1993.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Nación y estado en Iberoamérica*, Buenos Aires: Sudamericana, 2004.

ESCALANTE GONZALBO, Fernando. *Ciudadanos imaginarios*, México: El Colegio de México, 1998.

GARAVAGLIA, Juan Carlos. "Rentas, deuda pública y construcción estatal: la Confederación argentina 1852-1861", Desarrollo Económico, Vol. 50, N° 198, 2010, pp. 223-248.

GONZÁLEZ BERNALDO DE QUIRÓS, Pilar. *Civilidad y política en los orígenes de la Nación Argentina. Las sociabilidades en Buenos Aires, 1829-1862*, Buenos Aires: FCE, 2000.

GONZÁLEZ CALDERÓN, Juan. *El General Urquiza y la organización nacional*, Buenos Aires: Guillermo Kraft Ltda., 1940.

GOROSTEGUI DE TORRE, *Haydeé La organización nacional*, Buenos Aires: Paidós, 1972.

GUERRA, François-Xavier. *México: del Antiguo Régimen a la Revolución*, México: FCE, 1985.

HALPERÍN DONGHI. *Revolución y Guerra. Formación de una elite dirigente en la Argentina criolla*. Argentina, Buenos Aires-México: Siglo XXI, 1972.

LANTERI, Ana Laura. "La conformación de una dirigencia nacional. Notas sobre la dinámica legislativa del Congreso de Paraná (1854-1861)", Valentina Ayrolo (Comp.) *Economía, Sociedad y Política en el Río de la Plata del Siglo XIX. Problemas y debates*, Rosario, PROHISTORIA, 2010, pp. 125-139. Disponible desde: http://horizontesyc.com.ar/archivos/1305492609/LA_CONFORMACION_DE_UNA_DIRIGENCIA_NACIONAL.NOTAS SOBRE LA DINAMICA POLITICA EN EL CONGRESO DE PARANA_1854_1861_POR_ANA_LAURA_LANTERI%20.pdf

_____. "De lo ideal a lo posible. *Dirigencia e instituciones nacionales en la "Confederación" (1852-1862)*", Tesis Doctoral, IEHS-UNCPBA, Tandil, 2011 a.

_____. "Instituciones estatales y orden político. *Diseño, prácticas y representaciones de la justicia federal en la "Confederación" (1852-1862)*", *Población y Sociedad*. Revista Regional de Estudios Sociales, Universidad Nacional de Tucumán, Volumen 18, N° 1, 2011 b, pp. 49-78. Disponible desde: <http://www.poblacionysociedad.org.ar/archivos/18/P&S%20V18-N1-Lanteri.pdf>

_____. "Unos cuantos aventureros de la política". *Notas sobre los "alquilones" en la "Confederación" (1854-1861)*", *PolHis*. Boletín Bibliográfico Electrónico, Año 4, N° 7, 2011 c, pp. 115-126. Disponible desde: http://historiapolitica.com/datos/boletin/polhis7_lanteri.pdf

_____. "Las provincias en un ámbito de poder institucionalizado. *Representación política y acción legislativa en el Congreso de Paraná en la "Confederación" (1854-1861)*", *Estudios Sociales*, Universidad del Litoral, N° 41, 2011 d, pp. 69-82.

LOSADA, Leandro. *Historia de las elites en la Argentina*, Buenos Aires: Sudamericana, 2009.

MACCHI, Manuel. *Primera presidencia constitucional argentina*, Entre Ríos: Ediciones del Palacio San José, 1979.

MYERS, Jorge *Orden y Virtud. El discurso republicano en el régimen rosista*, Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1995.

OSZLAK, Oscar. *La formación del Estado Argentino*, Buenos Aires: Planeta, 1997.

PÁEZ DE LA TORRE, Carlos. *El derrumbe de la Confederación 1855-1862*, Buenos Aires: La Bastilla, 1984.

PALACIOS, Guillermo (Coord.). *Ensayos sobre la Nueva Historia Política en América Latina*,

siglo XIX, México; El Colegio de México, 2007.

PASQUALI, Patricia. "El Congreso de Paraná", *Investigaciones y Ensayos, Academia Nacional de la Historia*, N° 48, 1998, pp. 491-506.

REBOLLO PAZ, León. *Derqui, el presidente olvidado*, Buenos Aires: Imprenta López, 1949.

RODRÍGUEZ VILLAR, Pacífico. *Salvador María del Carril y el pensamiento de la unidad nacional*, Buenos Aires: A. de Martino Ltda, 1952.

RUIZ MORENO, Leandro. *Centenarios del Pronunciamiento y de Monte Caseros*, Entre Ríos: Nueva Impresora, 1952.

SCHMIT, Roberto. *Ruina y resurrección en tiempos de guerra. Sociedad, economía y poder en el oriente entrerriano, 1810-1852*, Buenos Aires: Prometeo, 2004.

_____. *Historia del capitalismo agrario V: los límites del progreso: expansión rural en los orígenes del capitalismo rioplatense, Entre Ríos 1852-1872*, Buenos Aires: Siglo XXI, 2008.

_____. "El poder político entrerriano en la encrucijada de cambio, 1861-1870", Bragoni, Beatriz y Míguez, Eduardo (Coords.), *Un nuevo orden político. Provincias y estado Nacional, 1852-1880*, Buenos Aires: Biblios, pp. 121-147.

SCOBIE, James. *La lucha por la consolidación de la nacionalidad Argentina 1852-1862*, Buenos Aires: Hachette, 1964.

WEINBERG, Gregorio. *Mariano Fraguero, pensador olvidado*, Buenos Aires: Solar/Hachette, 1975.

Notas

¹ Lanteri (2011 a). Como José Carlos Chiaramonte (entre otros 2004) ha llamado la atención, las provincias se habían conformado desde 1853 en un estado federal aunque el período sea denominado como "Confederación". En adelante sin comillas. Un interesante estudio comparado sobre Brasil y Argentina enfatizó en el carácter misceláneo del federalismo en dichos países. Hacia la década de 1840 se produjo una interiorización mayor de las prácticas políticas del liberalismo y una reevaluación del regionalismo al calor de la retroalimentación del federalismo norteamericano y de la acentuación de la centralización política. A entender de los autores, pese a estas similitudes, la formación federal en Argentina fue más compleja que en Brasil, donde se dio una reorganización y una mayor articulación de variables socioeconómicas preexistentes bajo un sistema imperial que preservaba y canalizaba los vínculos entre las distintas regiones. Carmagnani (Coord.) (1993, p. 397-415). Por cuestiones de espacio obviamos mayores referencias al proceso político argentino.

² Entre los primeros: Ruiz Moreno (1952), Macchi (1981) y Bosch (entre otros 1980); entre los segundos: Scobie (1964), Gorostegui de Torre (1978), Angueira (1989) y Oszlak (1997).

³ Dicha renovación se dio al calor la reformulación de la historiografía política iberoamericana de sus enfoques e interrogantes sobre el proceso de conformación de los estados nacionales durante el siglo XIX. Desde una variedad de especificidades locales/provinciales diversos estudios han atendido a la forma en que el proceso de construcción estatal nacional afectó el desarrollo de las provincias y recíprocamente, a la medida en que los intereses de las elites provinciales fueron contemplados en las estrategias de las autoridades nacionales. Por el amplio mapa bibliográfico nos

permitimos no citar cada uno de estos estudios. Un ensayo en Losada (2009, p. 245-283). Sobre la historiografía en Iberoamérica entre otros, Palacios (Coord.) (2007).

⁴ A finales de 1861 la Confederación fue derrotada por las fuerzas porteñas en la batalla de “Pavón” y, meses después, Bartolomé Mitre asumió la presidencia, dando inicio a una nueva etapa de conformación estatal bajo la hegemonía de Buenos Aires. Vale ser aclarado también que referimos al poder ejecutivo con centralidad a la figura de Justo José de Urquiza aunque nuestras reflexiones son extensivas a Santiago Derqui, su sucesor en la presidencia desde marzo de 1860. Si bien también para Derqui el Congreso fue fundamental a la hora de ejecutar su proyecto político, durante su presidencia el contexto de lucha con el estado porteña se agudizó al igual que su competencia política con Urquiza, cuestiones que tiñeron dicha participación.

⁵ Antes de continuar debemos realizar una advertencia metodológica. Los argumentos que desarrollamos en adelante son sustentados en evidencia empírica que por cuestiones de espacio no siempre se detallan y que hemos analizado en Lanteri (2010 y 2011, a, b, c y d). Como al momento no hemos publicado nuestro análisis sobre el perfil sociopolítico del personal, privilegiamos detalles sobre el mismo y remitimos al lector oportunamente a nuestras publicaciones sobre los demás temas y/o consideraciones.

⁶ Sobre el análisis de un *corpus* de 203 personas que se desempeñaron en los puestos estatales militares, judiciales, legislativos y administrativos nacionales más importantes. Entre ellos, 149 actuaron como legisladores nacionales. Las provincias nombraban a sus legisladores y al presidente y vicepresidente y el ejecutivo nacional designaba todos los demás cargos consignados. Los empleos y grados militares y los nombramientos de la Corte Suprema de Justicia debían contar con el acuerdo del Senado.

⁷ El propio Urquiza se preocupó por fomentar el desarrollo de esta actividad con diversas acciones, como la habilitación de patentes de abogados nacionales y la educación en Jurisprudencia. Durante la vida independiente –al igual que en otros países hispanoamericanos- se había reforzado esta tradición, en la medida en que se incorporó a la abogacía como una profesión indispensable para el ejercicio político por su adiestramiento en el dominio de la palabra oral y escrita. Al respecto ver Guerra (1985, p. 65). Ambos habían estudiado Derecho pero Fraguero no culminó sus estudios, aunque había cumplido diversas funciones y escrito obras sobre economía desde la década de 1820. Datos biográficos de Fraguero en Weinberg (1975) y de del Carril en Rodríguez Villar (1925).

⁸ Carta de Benjamín Lavaisse a Manuel Taboada, 28/8/1853, Taboada Gaspar, , p. 93-94. Sobre el itinerario de Urquiza y la conformación de su liderazgo en el período anterior a 1852 ver especialmente Schmit (2004).

⁹ En efecto, las sucesivas medidas tendientes a revertir la precaria situación económica fueron inviables. La bancarrota de los ingresos genuinos, la falta de crédito público de la Confederación y los empréstitos tomados con enormes intereses, evidenciaron la incapacidad para sostener la administración de gobierno. Una síntesis sobre los avatares del sistema económico en Schmit (2008, p.152-160).

¹⁰ Como cifras comparativas podemos citar que en 1855 los sueldos estipulados en pesos mensuales fueron de 250 a cada senador, de 600 al presidente, de 500 al Vicepresidente y de 350 a los ministros.

¹¹ Carta de Gerónimo Espejo a Ramón Alvarado, Mendoza, 6/5/1854, en Correspondencia en varios, Archivo General De la Nación Argentina (en adelante AGN), X, 42-8-4, años 1811-1879.

¹² Carta de Tomás Guido a su hijo, Montevideo 13/9/1854, en Correspondencia. Años 1854-1860, AGN, VII, Fondo Tomás Guido, 2055.

¹³ Schmit (2004)

¹⁴ El término “Carreras de la revolución” en el sentido definido por Halperín Donghi (1972). El estado porteño también se valió de este mecanismo filiatorio para legitimarse desde 1852, mecanismo que por otra parte no era una novedad en el Río de la Plata dado que había sido utilizado por Rivadavia y Rosas. Ver Myers (1995).

¹⁵ Datos en Macchi (1978, p. 249-254)

¹⁶ Galvez, Victor (Vicente Quesada), *Memorias de un viejo*, Buenos Aires, 1942, p. 199. Entre los

exiliados se encontraban algunos miembros de la “Generación del 37”, cuya acción propagandística había sido fundamental en el derrocamiento de Juan Manuel de Rosas. Además, aunque no identificaran necesariamente a la nación con un estado, asociaciones como la “Asociación de Mayo” reclamaron una jurisdicción nacional -por fuera de los sentimientos de pertenencia a un mismo lugar- como marco de su desarrollo y ello fue fundamental para el proceso posterior de creación de dicho estado. Entre otros, ver González Bernaldo (1999, p.168). Al respecto distintas memorias –como las de Benjamín Villafañe y Ramón Gil Navarro- ofrecen un rico relato de la conformación de la “Asociación de Mayo”, la fundación de sus filiales en las provincias y los vínculos establecidos en dicho devenir. Villafañe, Benjamín, Reminiscencias históricas de un patriota, Fundación Banco Comercial del Norte, 2, Tucumán, 1972. Academia Nacional de la Historia-Unión Académique Internationale, Memorias de una sociedad criolla. El diario de Ramón Gil Navarro 1845-1856, Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 2005.

¹⁷ Referencias biográficas en Bosch (1994). Hemos analizado la trayectoria y accionar de Benjamín Victorica en Lanteri (2011 d).

¹⁸ Datos en Rebollo Paz (1949). Urquiza había pactado con el gobierno de Paraguay la neutralidad en su campaña contra Rosas a cambio del reconocimiento de la independencia paraguaya una vez que asumiera el gobierno.

¹⁹ Como lo han destacado recientemente Bragoni y Míguez (2010, p.17).

²⁰ Datos en Bosch (1994, p.30), cartas de Salustiano Zavalía a Juan María Gutiérrez, Tucumán, 14 /7/1855 y Tucumán, 10 /7/1854 y 4/9/1854, de Tomás Arias a Gutiérrez, Salta 17/4/1854 y Rosario 21 /3/1855 y de Rudecindo Alvarado a Gutiérrez, Salta 10/6/1855, todas en Biblioteca del Congreso de la Nación, Archivo del doctor Juan María Gutiérrez. Epistolario, Buenos Aires, 1981, Tomo IV p. 3, Tomo II p 47, 76 y, 39 y Tomo III, p. 219 y 200. El caso de los “Guerreros de la Independencia” fue analizado en Ayorolo, Lanteri, Morea (2011).

²¹ En el sentido definido por Boissevain (1974).

²² Idem nota a pie número 4.

²³ Este punto ha sido enfatizado por Botana (1977).

²⁴ Entre otros casos familiares: Zuviría, del Campillo, Urquiza, Gordillo, Guido, Alvear, Funes, Arias y, personal con intención de participar en cargos nacionales: Juan de Dios Usandivaras, Juan Francisco Seguí y Manuel Puch.

²⁵ Por citar un ejemplo. De las 149 personas que se desempeñaron como legisladores nacionales: 15 fueron diputados al Congreso General Constituyente, 16 fueron ministros nacionales, 28 formaron parte del ejército nacional y 10 de la Corte Suprema de Justicia y/o más del 50 % cumplieron diversas misiones o empleos al servicio del ejecutivo nacional para los que debieron tener permiso desde 1857.

²⁶ Recordemos que las formulaciones de Juan Bautista Alberdi fueron cardinales en el diseño institucional nacional argentino.

²⁷ Schmit (2010) ha desarrollado este punto.

²⁸ Hemos analizado los vínculos entre los poderes estatales en Lanteri (2010 y 2011, d), en dichos artículos pueden encontrarse los ejemplos a los que aludimos. Análisis sobre el origen de las leyes sancionadas en base a listados en Cámara de Diputados de la Nación, El poder Legislativo de la Nación Argentina, por Carlos Alberto Silva, Buenos Aires, 1937, Tomo III, pp. 425-544. La constitución nacional que las leyes podían tener principio en cualquiera de las cámaras, por proyectos presentados por sus miembros o por el poder ejecutivo. Salvo las relativas a contribuciones y reclutamiento de tropas que era atribución exclusiva de la cámara de diputados y las concernientes a reformas en la constitución nacional que incumbían al senado.

²⁹ Nos referimos a González Calderón (1940), Macchi (1979) y Bosch (1980).

³⁰ Y también con el poder judicial, según hemos analizado en Lanteri (2011 c).

³¹ Entre otras cuestiones que hemos analizado en nuestra investigación doctoral, el funcionamiento institucional del propio Congreso se vio además afectado por la falta de personal administrativo que agilizará su labor y por las dificultades en conformar el *quórum* legal para sesionar. Asimismo,

revelamos los problemas concretos que se tuvieron en la aceptación por parte de las provincias del funcionamiento de los órganos administrativos estatales y de algunas de las leyes sancionadas. Los principales obstáculos fueron la falta de recursos económicos y humanos y de hábitos y prácticas dada la reciente conformación estatal.

³² Por ejemplo, cuando algunos legisladores se negaron a que el caso de Brasil fuera citado como un ejemplo de “cortesía” de los vínculos entre ambos poderes estatales dado que era una monarquía o cuando se contrastaron los pocos vetos dados en Brasil en relación a los muchos que habría desarrollado Urquiza en el período. Datos en El poder Legislativo de la Nación Argentina, por Carlos Alberto Silva, Buenos Aires, 1937, Tomo II, pp. 450-456 y Tomo III, pp. 654-661. Sobre los vínculos entre los poderes estatales en Brasil Carvalho (2007).

³³ Lanteri (2011 d y c).

³⁴ Hemos analizado el problema de la representación política en Lanteri (2011 c).

³⁵ Entre otros ejemplos sobre las propias representaciones de personal, carta de Facundo Zuviría a Tomás Guido, septiembre de 1856, en Tomás Guido, Epístolas y discursos, Ángel Estrada, Buenos Aires, 1944, p. 128.

³⁶ Hemos computado que entre 1862 y 1868, alrededor del 20 % de los legisladores de Paraná -y casi un 32 % en total entre 1862 y 1880- continuó ocupando una banca en el Congreso nacional del que ahora participaba Buenos Aires. Y, además, que otra parte importante del personal ocupó diversos puestos nacionales de importancia.

³⁷ Algunos trabajos recientes han señalado también los avances en la conformación estatal nacional del período Buchbinder (2004) y Garavaglia (2011).

**Atuação Política de Gaspar Silveira Martins no
Império: um Estudo Sobre seu Projeto Federalista
Para a Província do Rio Grande do Sul**

Monica Rossato

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil (2011); Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, na Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira; possui bolsa de Mestrado FAPERGS/CAPES.

Maria Medianeira Padoin

Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) (1985); Especialização em História do Brasil pela UFSM (1987); Mestrado em História pela Universidade Federal do Paraná (1992); Doutora em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). É professora Associada da UFSM; Coordenadora e professora do Programa de Pós-Graduação em História. Possui experiência acadêmico-administrativa na gestão do ensino superior, atuando em 2006, junto ao Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, na coordenação do projeto de implantação do Sistema Universidade Aberta do Brasil-UAB. Coordena o grupo de Pesquisa CNPq História Platina: sociedade, poder e instituições, Co-coordenadora geral do Comitê História, Região e Fronteira da Associação das Universidades do Grupo Montevideu-AUGM desde maio de 2011. É Membro do Conselho Universitário da UFSM. Integra o Comitê Qualis da área de História da CAPES/MEC/Brasil 2011-2012.

Atuação Política de Gaspar Silveira Martins no Império: um Estudo sobre seu Projeto Federalista para a Província do Rio Grande do Sul

Monica Rossato
Maria Medianeira Padoin

Este trabalho é resultado da pesquisa vinculada ao projeto “guarda-chuva” *“História da América Platina e os processos de construção e de consolidação dos estados nacionais no século XIX e no início do século XX”*, vinculado ao Comitê Acadêmico História, Regiões e Fronteiras do Grupo Montevideu-AUGM e ao Grupo de Pesquisa CNPq/UFSM que possui projeto financiado através do edital das Ciências Humanas do CNPq.

Durante muito tempo, alguns trabalhos historiográficos apontaram que a região da Campanha da Província do Rio Grande do Sul seria o reduto eleitoral do Partido Liberal no período do Império. Os trabalhos de Trindade e Noll (1991), Sérgio da Costa Franco (1988), Helga Picollo (1974;1992) e Sandra Pesavento (1984), entre outros, destacam que Gaspar Silveira Martins, líder do Partido Liberal, ocupou importantes cargos políticos no Império brasileiro e que sua atuação política esteve vinculada aos interesses dos grupos estancieiros da região da Campanha, grupo o qual ele é oriundo. Essa historiografia interpretou as propostas, projetos e idéias políticas de Gaspar Silveira Martins vinculados aos interesses desses estancieiros¹. Assim, a maior parte desses trabalhos omitem uma dinâmica de relações sociais (político-partidárias, econômicas e familiares) construídas por e em torno de Silveira Martins, que envolveram outros grupos socioeconômicos da região fronteira platina². Sendo assim, inspiramo-nos principalmente no trabalho de Jonas M. Vargas (2007) que de-

monstrou que não são os partidos que moldam os políticos, mas as relações sociais compreendidas por eles no mundo da política.

Em outra perspectiva, os trabalhos de Susana B. de Souza (2008) e Sérgio da Costa Franco (1980) apontam a ligação de Gaspar Silveira Martins com comerciantes da Capital e Litoral da Província do Rio Grande do Sul, bem como, sua atuação política na Câmara e no Senado pela implantação da tarifa especial, construção de estradas de ferro e a repressão ao contrabando. Segundo esses autores, tais reivindicações atenderiam aos interesses desses grupos com os quais Silveira Martins possuía estreitas relações.

A partir desses trabalhos, percebeu-se que a investigação dessas relações sociais (político-partidárias, econômicas e familiares) de Gaspar Silveira Martins com diversos grupos socioeconômicos da Província do RS, e se tais relações influenciaram ou não na construção do seu projeto federalista, são questões deixadas em aberto pela maioria desses estudos. Assim como, as afirmações que alguns autores trazem a respeito das ligações políticas de Silveira Martins com grupos socioeconômicos não estão calcadas em pesquisas empíricas.

Dessa forma, a presente pesquisa procurou realizar uma reflexão sobre o projeto federalista de Gaspar Silveira Martins manifestado através dos seus discursos na Câmara dos Deputados e Senado Federal do Império e em projetos políticos para a Província do Rio Grande do Sul na segunda metade do século XIX. Procurou-se investigar algumas relações sociais de Silveira Martins com grupos socioeconômicos da Província do Rio Grande do Sul e se essas relações influenciaram seus projetos e idéias políticas, especificamente o projeto federalista.

O trabalho se insere no âmbito da história política e foi desenvolvida a partir da pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa documental foi realizada nos discursos e pronunciamentos das Sessões publicadas nos Anais da Câmara dos Deputados, e do Senado Federal³. Essas fontes foram trabalhadas a partir da análise de conteúdo⁴ sobre os discursos⁵ e pronunciamentos⁶ de Silveira Martins, na qual não tomou-se suas ideias e projetos políticos como um fim em si mesmo, mas procurou-se relacionar com o contexto político do momento e suas relações com os grupos socioeconômicos do período.

I.A Proposta Federalista de Gaspar Silveira Martins

Ao ter construído uma carreira política no Império Brasileiro, as relações sociais e de poder estabelecidas por Silveira Martins, bem como sua trajetória, pensamento e projetos políticos não podem estar desvinculados da região fronteira platina. Gaspar Silveira Martins nasceu na Fazenda Aceguá em 1834 e foi batizado em 1835 na Freguesia de Cerro Largo, hoje cidade de Melo no Uruguai, terras de um espaço fronteiriço platino que durante o século XIX esteve entre

domínios e influências de brasileiros e uruguaios⁷.

Silveira Martins era filho do casal Carlos Silveira e Maria das Dores Martins, brasileiros⁸, donos de uma vasta extensão de terras na região fronteira platina. Sua mãe, D. Maria Joaquina das Dores Martins era filha de João Antonio Pereira Martins, o Visconde de Serro Azul⁹ e D. Maria Joaquina do Nascimento, natural de Rio Pardo, que também provinha de uma família rica de estancieiros. Seu pai, Carlos Silveira de Moraes Ramos era natural de Encruzilhada e foi batizado em Rio Pardo, filho de Joaquim Silveira de Souza e de sua esposa D. Mariana Inácia Ramos. Todos os filhos do casal Carlos Silveira e D. Maria Joaquina¹⁰ nasceram na Fazenda de Aceguá no Departamento de Cerro Largo, no Uruguai, sendo que alguns foram batizados na própria estância, enquanto outros na Igreja Matriz de Cerro Largo, como foi o caso de Silveira Martins.

Além do local de nascimento, algumas estratégias familiares foram construídas por sua família na região fronteira platina. Seu tio materno, José Luis Martins casou-se com Maria Luísa Suarez, filha de Joaquim Suarez, presidente do Uruguai. Uma das filhas do casal, Plácida Martins Suarez casou-se com Pedro Luis Osório, oficial do exército e irmão do general Osório. Além disso, Baltazar da Silveira, irmão de Silveira Martins, morava na estância do Minuano, no Departamento de Taquembó, no Uruguai e, Francisco Carlos Silveira e sua esposa Florentina Antikeira¹¹ moravam no Aceguá, Departamento de Cerro Largo, no Uruguai¹².

Silveira Martins, ao cursar a Faculdade de Direito de São Paulo, esteve inserido nesse espaço de sociabilidade, construindo contatos e amizades importantes com futuros políticos do centro do Império. Após formar-se em Direito em 1856, foi convidado a ocupar o cargo de juiz municipal junto a Corte pelo então Ministro da Justiça do Império, o Barão de Muritiba, e casa-se com Adelaide Coutinho, filho de seu patrão, o advogado Lafayette Coutinho. Mais tarde, sua filha Gasparina Silveira Martins casa-se com Lafayette Coutinho Rodrigues Pereira, colega de Faculdade de Silveira Martins.

Após a experiência de juiz, retornou a Província do Rio Grande do Sul, onde juntamente com Félix da Cunha, reorganizaram o Partido Liberal Histórico, partido o qual atuou como Deputado Provincial, Deputado Geral, Ministro da Fazenda, Senador do Império e Presidente de Província.

Durante os anos em que atuou politicamente no Estado Nacional Brasileiro, identifica-se um projeto de federalismo pronunciado por Gaspar Silveira Martins, no qual consistiu em um modo de organização dos poderes municipais, provinciais e imperial, bem como as atribuições de cada um no interior do Estado Nacional Brasileiro. Da mesma forma, esse projeto de reorganização dos poderes do Império estava vinculado à situação fronteira da Província do Rio Grande do Sul, onde o comércio era praticado com algumas restrições legais e fiscais, além da presença do contrabando nessa região¹³.

O federalismo partiria então da descentralização administrativa do Império, atribuindo a cada província e município a organização do seu próprio governo. As províncias deveriam ter a autonomia de criar suas próprias leis de acordo com suas características regionais. Gaspar Silveira Martins pensou a organização das províncias a partir da criação de um executivo provincial, citando os exemplos das monarquias belga, prussiana, holandesa e italiana, onde cada executivo provincial administraria e decidiria os interesses de cada província melhor do que os presidentes nomeados pelo governo central.¹⁴

Segundo a constituição do Império, os municípios estavam sob a tutela das Assembleias Provinciais que eram responsáveis por aprovar o orçamento, posturas e regimentos que as câmaras municipais deveriam adotar. A municipalidade naquele momento, segundo Silveira Martins “quando não depende imediatamente do ministro do império, esta submetida a assembleia provincial; as decisões desta são burladas pelo presidente da província, que é dependente dos ministros, que o são do chefe do Estado”.¹⁵ Então, a reforma nas municipalidades para Silveira Martins compreenderia a criação de executivos municipais. A administração dos municípios deveria ser organizada em conselhos municipais compostos por vereadores que escolhem o executivo municipal, livrando os municípios dessa tutela exercida pelas Assembleias.

Para Silveira Martins, a ideia de organização dos municípios através da criação de conselhos municipais seguiu o exemplo da Itália, onde o conselho municipal de uma cidade de igual população da cidade do Rio de Janeiro teria 60 membros. Ou seja, o aumento da representação através do aumento do número de vereadores para compor os conselhos deveria ser proporcional as povoações, cidades ou vilas¹⁶.

Esses conselhos deveriam eleger uma comissão executiva para governar e administrar os negócios e assuntos do município. Os conselhos municipais eleitos eram o poder legislativo responsável por escolher a comissão executiva encarregada de administrar o município. Observa-se que a representação é coletiva e vem demonstrar a valorização ao poder legislativo a nível local por parte de Silveira Martins.

Ao mesmo tempo, buscando uma maior representatividade nos municípios, Gaspar Silveira Martins destacava que “Em alguns países tem voto nas eleições municipais os estrangeiros proprietários, as mulheres maes de família e que pagam impostos e ate as corporações de mao morta”¹⁷. A partir desse seu discurso, pode-se refletir sobre o que consiste a representação eleitoral de Silveira Martins, pois parece que somente os indivíduos que possuem propriedade e que pagam impostos teriam o direito de participação política.

Ao defender a maior atribuição das municipalidades, Silveira Martins utilizava também o exemplo da França, que tinha uma monarquia com sobera-

no eletivo. Dizia ele, na sessão de 21 de julho de 1888 no Senado, que em países com extensão muito limitada e com facilidade de comunicação, como a França, as municipalidades tinham maiores atribuições, mesmo que sua organização fosse centralista. Isso não acontecia no Brasil, que tinha um vasto território e uma população limitada, espalhada, com dificuldade de comunicação e que o governo central concentrava todas as atribuições.¹⁸

Na busca de aumentar a representatividade, Silveira Martins defendia uma reforma nas administrações municipais e provinciais. A representatividade pensada por Silveira Martins se inspiraria na monarquia inglesa, citando a Câmara dos Communs, “que é a verdadeira expressão do povo inglês, mas que houve uma época em que não representava senão o governo”¹⁹.

Assim, a representação do país deve ser livremente eleita e independente como a da Inglaterra, através da mesma prática de os governos irem ao Parlamento dar satisfação dos seus atos e procurar na soberania do povo a força para governar²⁰. O povo, para Silveira Martins, é soberano para a escolha de seus representantes através da delegação de sua soberania²¹. Portanto, a eleição direta e a liberdade de voto constituíam-se a base da representatividade, de acordo com Silveira Martins.

No período desse discurso, em 5 de janeiro de 1878 os liberais tinham retornado ao poder com a formação do gabinete liderado por Visconde de Sinimbu, tendo como principal meta a realização da reforma eleitoral com a introdução da eleição direta. Essa reivindicação estava fundamentada em justificativas de qualidade de voto, lisura do sufrágio, autenticidade da representação e a diminuição dos custos para os potentados locais, conforme Basile (1990). De acordo com o mesmo autor, a eleição direta proposta pelos liberais não tinha o sentido de alargar a participação dos cidadãos, mas de restringir e diminuir a amplitude que os processos eleitorais compunham, evitando as fraudes e corrupções que estavam presentes nas mesmas. Tal projeto, aprovado na Câmara dos Deputados não fora aprovado pelo Senado, na qual foi sancionada posteriormente em 1881, pelo gabinete liberal Saraiva²².

Ao analisar seus discursos, percebe-se que Silveira Martins, assim como os demais liberais, pronuncia-se favorável a eleição direta com a justificativa de que acabaria com a eleição falseada e possibilitaria uma representação nacional verdadeira. No entanto, não podemos afirmar que Silveira Martins pretendia restringir a participação do eleitorado, de acordo com a constatação de Basile (1990). Em discurso de 5 de janeiro de 1878²³ data de composição do gabinete Sinimbu, o qual era ministro da Fazenda, Gaspar declarou: “Sem dúvida que para reformar-se a legislação, a coisa mais necessária a fazer é uma representação nacional verdadeira, assegurando-se directamente ao cidadão a liberdade do voto”. E ainda propunha mais dois princípios

necessários à liberdade eleitoral: o da naturalização dos estrangeiros e igualdade política dos cidadãos qualquer que seja seu culto.

Mais tarde, ao se pronunciar durante a discussão de um projeto relativo ao alargamento do voto, aos juizes de paz e câmaras municipais, Silveira Martins defendeu que nas eleições municipais deveriam votar também os estrangeiros, pois era contrário à uniformidade das eleições municipais, justificando que a cidade do Rio de Janeiro não se achava em circunstâncias iguais a cidade de Goiás ou das aldeias do interior do Pará²⁴. No que se refere à representação provincial, Silveira Martins enviou um requerimento a Câmara dos Deputados onde pedia o aumento da representação na província, na qual levasse em conta a quantidade de população existente na Província²⁵.

Com a independência do Brasil, a constituição adotou um regime centralizador e unitário sob o governo do Rio de Janeiro. Nesse sentido, o unitarismo²⁶ do império representava a união das províncias sob o governo do Parlamento e do monarca. Na prática imperial, o próprio monarca escolhia seus ministros e Gabinetes, bem como os funcionários, juizes e presidentes de província. Por isso, o pedido de reforma constitucional visando à reforma da administração provincial era algo necessário para reanimar a instituição monárquica e reformar o sistema parlamentarista do Império, segundo Silveira Martins. Essa postura de Silveira Martins na política, principalmente na década de 1880 é percebida como uma necessidade de reformar o sistema monárquico, nesses anos finais do Império a partir das propostas de mudanças na Constituição e dos princípios fundamentais que regiam o sistema de governo no Império.

Sobre essas reformas que eram vistas como necessárias, Silveira Martins utilizou o exemplo dos Estados Unidos, onde ali os presidentes dos estados não eram nomeados pelo presidente da Federação, como acontecia no Brasil. Nos EUA, “cada estado da União é como um pequeno país soberano, tem sua constituição, seus códigos, sua magistratura: o governo de Washington só dirige os negócios federaes propriamente ditos”²⁷.

A partir dessa comparação, evidencia-se que Gaspar Silveira Martins se aproxima dessa nova organização constitucional surgida nos Estados Unidos, o Estado Federal²⁸, no que se refere à relação entre as províncias e o seu presidente a nível federal, onde cada província seria soberana a ponto de escolher seu próprio governo, bem como a formulação de leis com base nas características culturais e geográficas ao lado de um representante federal, responsável por assuntos federais. No discurso abaixo, Silveira Martins pensa que

os presidentes são delegados naturaes do poder central, para os interesses nacionaes que há nas províncias, como magistratura, exercito, estradas de ferro, etc. Mas não estão no mesmo caso a instrução publica, as estradas provinciaes, as repartições da província não devendo, portanto, o gover-

no central pelos seus delegados nomear ou demittir os empregados da províncias; e administrando interesses que não conhece, e muitas vezes servindo-se a interesses inconfessáveis.²⁹

Os interesses e assuntos que dizem respeito à Província devem ser administrados e decididos por um governo eleito pelos eleitores da própria Província, ao lado de um delegado do governo central encarregado de acompanhar os assuntos nacionais, comum à todas as províncias, como o exército, a magistratura e as estradas de ferro. Essa organização aproxima-se do Estado Federal, em que há uma combinação entre as soberanias dos Estados/províncias com a soberania federal que age nas províncias apenas nos assuntos que são comuns a todas. Ao mesmo tempo, Silveira Martins deixa claro que:

Não fallo das confederações, reunião de estados com soberania local, como a Suissa, os Estados Unidos, a Allemanha e outros países; não fallo da Maior Bretanha, como chama Seeley, a grande federação inglesa da Europa, America, Ásia, áfrica e Oceania; mas da Grã-Bretanha, paiz unitário – que tem leis que so vigoram na Irlanda, ou só na Escóssia, ou só no Condado de Galles; fallo da Italia e ate da França, representante do tipo de centralismo, que não ´so tem leis especiaes para as colônias, mas ella própria tem muitas tarifas: - a chamada tarifas geraes e convencional³⁰.

Nesse sentido, Silveira Martins fundamentou seus ideais através de exemplos de países unitários como a Inglaterra e até mesmo centralistas como a França, onde as leis elaboradas com base nas características locais e provinciais conviveriam ao lado de leis federais que vigoram em todo o território. Da mesma forma, ao lado da elaboração de leis com base nas especificidades de cada província, a criação de tarifas deveria ser a cargo da administração de cada província e região, pois muitos dos impostos recolhidos na província eram implantados pelo governo central e a sua arrecadação era dirigida ao Império.

Segundo Miriam Dolhnikoff (2005), Gaspar Silveira Martins se empenhou em descentralizar a arrecadação dos impostos enquanto ministro da Fazenda em 1877. A proposta de criação de uma tarifa especial para a Província do RS que buscava atender às principais praças comerciais da Província, prejudicadas pelo contrabando na fronteira e pela concorrência dos produtos platinos, foi apoiada por Gaspar Silveira Martins e decretada enquanto exercia o cargo de Ministro da Fazenda.

O comércio realizado nas Praças de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, as três principais praças de comércio da Província eram abastecidas pelo porto de Rio Grande. Dada a dificuldade estrutural desse porto, o porto de Montevideú constituía-se o de mais fácil acesso aos produtos vindos da Europa, somando a isso as facilidades e baixas taxas que o governo do Uruguai cobrava para que os

produtos fossem importados. Isso fazia com que os produtos vindos do porto de Montevideu fossem mais baratos do que os introduzidos por Rio Grande. Frente a essa situação, os comerciantes da capital e do litoral viam-se prejudicados pela concorrência dos produtos importados a um custo menor e pelo contrabando que abastecia o comércio de muitas regiões. Daí a idéia de uma tarifa especial com o objetivo de implantar uma tarifa inferior a tarifa de importação dos produtos vindos do porto de Montevideu. A questão foi levada ao Parlamento do Império e começou a ser estudada em 1864 (FRANCO, 1983).

A tarifa especial foi executada por Silveira Martins, quando este era ministro da Fazenda do Império pelo decreto n. 7101, de 30 de novembro de 1878 (SOUZA, 2008).

A partir de 1º de janeiro de 1879, diversos produtos de importação chegaram a ter uma redução de 60% em relação às taxas comuns sobre mercadorias despachadas para consumo nas alfândegas do Rio Grande, Porto Alegre e Uruguaiana, na Província de São Paulo e na de Corumbá, em Mato Grosso (SOUZA, 2008). Em discurso na Câmara dos Deputados no ano de 1879, Gaspar se pronuncia:

Foi a tarifa uma medida fiscal para augmentar a renda do thesouro e não favor indébito para desfalcá-lo em proveito de uma província. As fazendas que fazem objecto da tarifa especial mui poucas se importam pelas alfândegas, a totalidade entra de contrabando pelas fronteiras sem pagar direitos; o commercio licito difficulta-se na proporção que o contrabando prospera; as cidades marítimas decahem, enquanto as cidades da fronteira levantam-se pujantes (...) Foi, portanto, o interesse do thesouro que dictou essa disposição, verdadeira medida fiscal, que o nobre deputado por Pernambuco lançou-me em rosto como um acto de puro provincialismo³¹.

Nesse fragmento do discurso de Silveira Martins está clara a tomada de uma medida fiscal a fim de melhorar a renda do tesouro, prejudicado pela entrada de produtos contrabandeados na região fronteiriça. Ao mesmo tempo, recebeu acusação do deputado José Mariano, da Província de Pernambuco, de ser uma medida provincialista, que beneficiaria apenas a Província do RS. Respondendo a esse mesmo deputado, Gaspar Silveira Martins se pronunciou em relação a essa conquista:

A tarifa não é um presente ao Rio Grande. Quinze annos vivi lutando naquella província por esta idéia que se acaba de realizar; dos meus adversários obtive o reconhecimento pleno deste direito e da justiça com que o reclamava: o gabinete de 7 de Março decretou a estrada de ferro do Rio Grande em 1873 por uma lei de cuja passagem fez questão de gabinete. Tal era o interesse que então ligava-se a esta medida altamente econômica e altamente patriótica, que obrigou o nobre deputado de Minas, o Sr. Marti-

nho Campos a dizer – dou o meu voto porque essa estrada supprime um corpo de exércitos³².

A partir da sua fala evidencia-se sua atuação política a favor da aprovação da tarifa especial levada à discussão na Câmara dos Deputados e implementada pelo próprio ministro da Fazenda Gaspar Silveira Martins, em 1878. Porém, essas medidas não surtiram efeito em relação ao contrabando, pois imediatamente o Uruguai baixou o preço de suas tarifas e direitos de trânsito.

No ano de 1888, durante os trabalhos no Senado, Gaspar Silveira Martins apresenta uma emenda procurando rever a tarifa da Alfândega do RS, procurando dar a ela uma tarifa especial e integral para satisfazer as praças comerciais da Província e reduzir os impostos das repúblicas vizinhas.³³ Nesse mesmo momento, Silveira Martins reclama também do imposto cobrado sobre o sal importado pela economia charqueadora da Província,

(...) porque mata a grande indústria da província; imposto impolitico, porque atira a província do Rio Grande do Sul nos braços do Estado Oriental. O sal, é matéria prima para a industria das carnes; e ao passo que no Estado Oriental e Republica Argentina paga elle um imposto insignificante de 60rs. por 100 litros, no Brazil paga-se pela mesma quantidade 1\$, isto é: 919 rs. mais!³⁴

Nesse sentido, a política tarifária era motivo de desavença entre a Província do RS e o governo central, pois os interesses dos comerciantes do litoral, da capital e da indústria do charque estavam sendo prejudicados com os entraves colocados à importação dos produtos comercializáveis e de matérias-primas. Assim como, se manifesta em seus discursos, o regime fiscal do Império que estaria arruinando e empobrecendo os rio-grandenses. Buscando atender a esses grupos socioeconômicos incomodados pelo contrabando e pela concorrência dos produtos platinos, Gaspar Silveira Martins desabafa:

Os rio-grandenses não nos levantamos contra esses sacrificios, que são necessários a defeza da pátria, e naturaes pela posição geographica da província; o que reclamamos é que a posição que nos reconhecemos para sujeitar-nos a um regimen militar especial, nos seja igualmente reconhecida para nos darem regimen fiscal, que não nos empobreça e arruínem. Quem mais perdera com a conservação do status quo é o Estado, pois quanto mais exaggerados forem os impostos, mais lucro offerecerá o contrabando, e mais apoio encontrara nos povos, que por elle serão suppridos do necessário por preços muito mais barato³⁵.

O comércio ilícito representado pelo contrabando era intensificado devido à política tarifária e impostos excessivos cobrados pelo governo imperial. O fim do contrabando só seria possível pela combinação de duas medidas, a redução dos impostos e fiscalização na fronteira, para Silveira Martins.

Da mesma forma que o contrabando prejudicava o comércio lícito e a arrecadação de impostos, a precariedade das estradas e dos meios de transportes também geravam atraso ao escoamento comercial da Província. Para isso, as estradas de ferro também foram uma das reivindicações da Praça de Porto Alegre ao governo Imperial. Para mediar esse pedido ao governo imperial, Silveira Martins foi o representante desse setor junto à Câmara e Senado. Para conseguir as estradas de ferro para sua província, Silveira Martins aceita o convite para fazer parte do Ministério da Fazenda em 1877, mediante essa condição. Na sessão extraordinária do dia 10 de novembro de 1880 no senado, ele afirma:

Senhores, fui eu, na qualidade de representante da minha província, quem iniciou na camara dos deputados a construção dos caminhos de ferro do Rio Grande do Sul, idéia tão importante aos grandes interesses do Estado (...) Coherente com este passado, aceitei o convite do Sr. Conselheiro Sinimbu de entrar para o ministério de 5 de Janeiro mediante a condição de que a estrada de ferro do sul seria construída ou administrativamente como a do norte, ou concedida a pessoa que incorporasse companhia; (...) a estrada de ferro do sul foi concedida pelo mesmo Sr. Conselheiro Sinimbu ao concorrente que mostrou-se mais habilitado. A construção dessa estrada considero de maior interesse para o paiz, no entanto vai sendo por demais retardada³⁶.

A construção de estradas de ferro também estava ligada ao desenvolvimento interno de uma agricultura de alimentos. Esse tipo de agricultura ganhou impulso com os movimentos migratórios de alemães e italianos e a formação de núcleos coloniais, como contraponto a atividade pecuarista e as relações sociais e econômicas dela decorrentes (BASILE, 1990). A construção de estradas de ferro estava diretamente ligada ao escoamento da produção de alimentos dos núcleos coloniais para o abastecimento interno da população ou para exportação. Assim, trariam o desenvolvimento da indústria e da lavoura, bem como a proteção do território por ser este localizado em região fronteira, dizia Silveira Martins.

Gaspar Silveira Martins teve uma participação ativa para a efetivação da construção das estradas de ferro na Província do RS, percebida em relação à estrada de ferro Porto-Alegre – Uruguaiana, na qual a Praça Comercial da Capital teria influído no traçado do projeto. Inicialmente, segundo o traçado original, a estrada passaria por São Gabriel, mas com a influência da Praça Comercial de Porto Alegre, a estrada foi traçada por Santa Maria da Boca do Monte atendendo assim aos interesses dos comerciantes da capital e trazendo desenvolvimento econômico a cidade de Santa Maria, que abrigava a Quarta Colônia Imperial de Imigração Italiana e que

mais tarde chamar-se-ia núcleo colonial Silveira Martins (FRANCO, 1983).

A atuação política de Silveira Martins junto a setores comerciais da Província, manifestando descontentamento com as políticas tarifária do governo central para com a Província também compõe seu projeto de federalismo, que buscava dar mais autonomia e poder às províncias, a partir de uma legislação fiscal específica sobre esses assuntos. Essa reivindicação de uma legislação fiscal separada para a Província do RS foi justificada pela presença do contrabando, das altas tarifas cobradas sobre matérias-primas para a indústria do charque e demais produtos importados e exportados pelo comércio da Província. Silveira Martins considerava a Província do RS uma região peculiar, devido à condição de ser uma Província de fronteira, em contato com o Estado Oriental e com a presença do contrabando, necessitando assim, de uma política tarifária e fiscal diferenciada.

Por ter atuado a favor dos grupos comerciantes da Província, Gaspar Silveira Martins foi homenageado pela Praça Comercial de Porto Alegre com a colocação de um retrato seu na sala de reuniões da Praça, segundo Franco (1980). Esse fato está presente em um dos seus discursos na Câmara dos Deputados em que: "A cidade de Porto Alegre, o commercio, não sabem quem, dignou-se, fez-lhe o favor não merecido, é o primeiro que reconhece, de mandar tirar o retrato do orador e remetê-lo para seu pai"³⁷.

2. Conclusão

A partir do que foi exposto em relação à atuação política e do federalismo de Gaspar Silveira Martins, durante os anos em que ocupou cargos políticos no Império, evidenciamos um projeto de Estado Liberal, preconizando reformas na instituição monárquica como a descentralização do poder nos municípios e províncias, para que essas pudessem organizar seus próprios governos com um legislativo e presidentes escolhidos pelos próprios legisladores. Assim como, a descentralização também deveria ser em relação aos impostos, tarifas e leis criadas, levando em conta suas características locais, ao lado de leis e tarifas federais que vigoram em todo o território, beneficiando assim, a atividade comercial da Província do Rio Grande do Sul, que se via prejudicada com a interferência monárquica e com a pratica do contrabando.

Referências

- ALVIN, N. *Silveira Martins*. Porto Alegre: Tchê!, 1985.
- BASILE, M. O. O Império brasileiro: panorama político. In: LINHARES, M.I. (org). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Elsevier, 1990.
- CAREGNAT, R. C. A., MUTTI, R. Pesquisa Qualitativa: Análise de Discurso *versus* Análise de Conteúdo. *Texto Contexto Enferm*, Florianópolis, 2006, Out-Dez, p. 679-84.
- CARVALHO, M. T. de. *Nobiliário Sul-Riograndense*. Livraria do Globo: Porto Alegre, 1937.
- CHIARAMONTE, J. C. *Cidades, províncias, estados: origens da nação Argentina (1800-1846)*. São Paulo: Aderaldo & Rothschild, 2009.
- COSTA, M. C. *Idéias Constitucionais de Gaspar Silveira Martins*. 120f. Dissertação (Mestrado em Direito Público) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.
- DOLHNIKOFF, M. *O pacto imperial: origens do federalismo no Brasil do século XIX*. São Paulo: Globo, 2005.
- FRANCO, S. da C. *Júlio de Castilhos e sua época*. Porto Alegre: Ed. Universidade/ UFRGS; 1988.
- _____. *Porto Alegre e seu comercio*. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre, 1983.
- GUTFREIND, I. *Rio Grande do Sul: 1889-1896. A Proclamação da República e a Reação Liberal através de sua Imprensa*. 1979, 126 f , dissertação (Mestrado em Historia) - Pontífice Universidade Católica, Porto Alegre. 1979.
- JACQUES, P. *Gaspar Silveira Martins: o condestável da democracia brasileira*. Rio de Janeiro: Zelio Valverde, S/d.
- JUNIOR, D M. de A. A dimensão retórica da historiografia. In: LUCA, T. R. de (org.);PINSKY,C. B. (org.) *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009.
- MENDONÇA, N. D.. *O pensamento político de Silveira Martins*. Disponível em: <http://revistacientifica.famec.com.br/viewarticle.php?id=59>. Acesso em 15 de jun. de 2007.
- PESAVENTO, S. J. Nação e região: diálogos do “mesmo” e do “outro” (Brasil e RS, século XIX). In: PESAVENTO, S. J. (org) et al. *Historia Cultural: experiências de pesquisa*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.
- _____. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1984, 3ª edição.
- PICCOLO, H. I. L. *Vida Política no século XIX: da descolonização ao movimento Republicano*. Porto Alegre: Ed. Da Universidade/ UFRGS, 1992.

_____. *A política rio-grandense de 1868 a 1882*. O aparecimento tardio do partido republicano no Rio Grande do Sul em 1882. Tese (Doutorado em História) - USP, São Paulo, 1974.

SOUZA, S. B. de. Fronteira, Poder Político e articulações comerciais no Brasil meridional do final do século XIX. *Anuário IEHS*, 2008, p. 305 – 333.

_____. Comércio e contrabando na articulação econômica do espaço fronteiroço platino. In: GOLIN, T.; BOEIRA, N. (org.). *Republica Velha (1889-1930)*. Passo Fundo: Méritos, 2007.

TORRES, J. C. de O. *A Democracia Coroada: teoria política do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1957.

TRINDADE, H.; NOLL, M. I. *Rio Grande da America do Sul: partidos e eleições (1823-1990)*. Porto Alegre: Ed. UFRGS/ Sulina, 1991.

VARGAS, J. M. *Entre a paróquia e a corte: uma análise da elite política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. 2007, 279f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

Notas

¹ As defesas de Silveira Martins em relação à imigração para a Província do RS, e à concessão de direitos políticos à esses imigrantes foi interpretada como uma forma de resolver o problema da falta de mão-de-obra que estaria prejudicando os grandes proprietários de terras e de conseguir angariar votos ao Partido Liberal.

² Ao trabalharmos com a trajetória e atuação política de Gaspar Silveira Martins levamos em conta o espaço onde ele esteve inserido, o *espaço fronteiroço platino*. Aqui são utilizados os termos *região fronteiroça platina* ou o *espaço fronteiroço platino* como sinônimos. Compreende-se esse *espaço fronteiroço platino* como espaço onde estão incluídos territórios e rios que formam a Bacia Platina na fronteira sul. Assim como, trata-se de uma região não definida apenas pelo local com uma linha imaginária, mas uma região de aproximação, disputa, interesses, articulação, integração e circulação de homens, gado, mercadorias, idéias, livros e projetos políticos diferenciados.

³ Para esse trabalho, optamos por analisar o federalismo nos seus discursos pronunciado enquanto Deputado Geral (1872-1877), Ministro da Fazenda (1877 e 1878) e Senador do Império (1880-1888). Os Anais da Câmara dos Deputados estão disponíveis em: <http://imagem.camara.gov.br/diarios.asp> e os Anais do Senado em http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/asp/PQ_Pesquisar.asp.

⁴ Segundo Rita C.A. Regnatto e Regina Mutti (2006, p. 682) “na Análise de Conteúdo o texto é um meio de expressão do sujeito, onde o analista busca categorizar as unidades de texto (palavras ou frases) que se repetem, inferindo uma expressão que as representem”. Na análise de conteúdo é investigado o pensamento do sujeito através do conteúdo expresso no texto, numa concepção transparente de linguagem.

⁵ O estudo dos discursos e pronunciamentos nesse trabalho baseia-se em Durval M. de Albuquerque Junior (2009) que destaca: o *discurso* se refere a uma peça oratória proferida em público ou escrita para ser lida a um determinado público, tendo ficada registrada na memória das pessoas ou por escrito (jornal, revista, rádio, televisão).

⁶ Segundo o mesmo autor, *pronunciamento* é entendido como “ato ou efeito de publicamente expres-

sar uma opinião, manifestar-se em defesa de dadas teses ou posições políticas, morais, religiosas, filosóficas, étnicas, econômicas, jurídicas, estéticas...” (JUNIOR, 2009, pg. 325).

⁷ CARVALHO, 1937.

⁸ Segundo a Constituição do Império de 1824, no art. 6 paragrafo II seriam considerados cidadãos brasileiros “Os filhos de pai brasileiro, e os ilegítimos de mãe Brasileira, nascidos em paiz estrangeiro, que vierem a estabelecer domicilio no Império”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao24.htm. Acesso em 29 de ago 2011.

⁹ “Possuidor da maior fortuna já acumulada no RS e suas estâncias se estendiam desde o Candiota até o Rincão do Pereira em pleno coração do Uruguai, abrangendo aproximadamente cento e dez léguas quadradas de campo. Todas as suas estâncias estariam povoadas com cerca de quinze mil cabeças de gado” (CARVALHO, 1937, p. 266).

¹⁰ O casal possuiu “vinte e três sortes de campo de criação no Estado Oriental, nos departamentos de Taquarembó e Cerro Largo, que estão povoados de gado, campos na antiga estância de carpintaria, que tinha parte no Brasil e parte no Uruguai, muitos prédios e terrenos em Bagé, onde também tinha uma chácara com uma légua de extensão, com uma boa casa de telha” (CARVALHO, 1937, p. 275).

¹¹ Natural de Pelotas, neta de Domingos de Castro Antiqueira, o Visconde de Jaguari (CARVALHO, 1937).

¹² CARVALHO, 1937. Com o fim da Revolução Federalista (1893-1895), Silveira Martins buscou exílio no Uruguai, onde sua família possuía vastas extensões de terras e relações sociais, vindo a falecer em 1901, em Montevidéu. O Jornal “La Nación” de Montevidéu comunica o falecimento “del notable hombre publico brasileño Conselheiro Gaspar Silveira Martins, que tanto actuó em la política del vecino país”. (Fallecimiento de Silveira Martins. La Nación, Montevidéu, 24 de julio de 1901. Rojo 321, pg. 1). Um telegrama assinado por amigos e companheiros da província de Salto é enviado à esse mesmo jornal na qual autorizam a compra de uma coroa de flores ao tumulo de Silveira Martins (A la memória de Silveira Martins. La Nación, Montevideo, 28 de julio de 1901, p. 1).

¹³ Gaspar dizia em seus discursos que a Província do RS era uma região peculiar, por ter uma fronteira com o Estado Oriental em seu território. O comercio da Província do RS convivia com as altas taxas de importação sobre os produtos importados e os baixos preços que os produtos vindos do Porto de Montevidéu entravam na Província (Anais do Senado Federal, 14 de novembro de 1888).

¹⁴ Anais do Senado. Sessão do dia 27 de abril de 1882, p. 52.

¹⁵ Gaspar Silveira Martins. A Reforma, 6 de julho de 1886.

¹⁶ Gaspar Silveira Martins, loc cit.

¹⁷ Gaspar Silveira Martins, loc cit.

¹⁸ Anais do Senado. Sessão do dia 21 de julho de 1888, p. 202.

¹⁹ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão do dia 20 de dezembro de 1878, p. 104.

²⁰ Ibid., p. 104.

²¹ Na América espanhola, as Cortes de Cádiz haviam estabelecido o principio de que na ausência do monarca, a soberania retornava aos *pueblos*. Assim, após a independência da América Hispânica surgem as primeiras entidades soberanas que eram as cidades ou províncias, segundo Chiaramonte (2009). No período entre 1810-1830, a reivindicação de povo soberano se referia diretamente à cidade ou província.

²² Essa lei passou a ser denominada Lei Saraiva. Ela instituía a eleição direta, estabelecia critérios rígidos para comprovação da renda, excluía os analfabetos, e a elegibilidade dos acatólicos, item tão desejado por Silveira Martins tornou-se parte dessa lei eleitoral (BASILE, 1990).

²³ Anais da Câmara dos Deputados. Sessão do dia 5 de janeiro de 1878, p. 108.

²⁴ Anais do Senado. Sessão do dia 17 de maio de 1886.

²⁵ Ibidem.

²⁶ Para João Camilo de Oliveira Torres (1957), o regime unitário será aquele em que a administração local provem de decisões tomadas pela autoridade central. O conceito de regime unitário é um conceito político, podendo um Estado Unitário ser centralizado ou descentralizado administrati-

vamente.

²⁷ Gaspar Silveira Martins. *A Reforma*, 10 de junho de 1886, p. 1.

²⁸ De acordo com Chiaramonte (2009), o Estado Federal cria uma constituição que combina soberania dos Estados membros, que constituiu uma novidade na história do federalismo. Isso surgiu na segunda constituição norte-americana, a constituição de Filadélfia de 1778. Até então, o termo federalismo remetia às confederações.

²⁹ *Anais do Senado*. Sessão do dia 26 de julho de 1882, p. 242.

³⁰ *Anais do Senado*. Sessão do dia 5 de setembro de 1888, p.554.

³¹ *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão do dia 10 de janeiro de 1879, p. 413.

³² *Ibid.*, p. 412 e 413.

³³ *Anais do Senado*. Sessão do dia 13 de novembro de 1888, pg. 554.

³⁴ *Anais do Senado*. Sessão do dia 14 de novembro de 1888, p. 555.

³⁵ *Ibid.*, p. 558.

³⁶ *Anais do Senado*. Sessão do dia 10 de novembro de 1880, p. 131 e 132.

³⁷ *Anais da Câmara dos Deputados*. Sessão do dia 16 julho de 1879, p. 229.

La Conciliación de Partidos de Nicolás Avellaneda y su Impacto en la Dinámica de Funcionamiento de los Grupos Políticos en Tucumán, Argentina, 1878/1880

Diana Verónica Ferullo

Licenciada en Historia por la Universidad Nacional de Tucumán (UNT), Argentina, y Becaria Interna de Postgrado Tipo I del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET), teniendo como lugar de trabajo el Instituto Superior de Estudios Sociales (ISES). Participa del Programa de Capacitación de Iniciación en la Docencia en la Cátedra de Historia de la Historiografía de la Facultad de Filosofía y Letras de la UNT. Es Miembro integrante del Programa de investigación CIUNT 26/F401: Actores sociales y estrategias. Política y Economía en Tucumán, 1800-1960, financiado por el Consejo de Investigaciones de la UNT. Su línea de investigación aborda la Historia Política de fines del siglo XIX y la historia de la historiografía.

La Conciliación de Partidos de Nicolás Avellaneda y su Impacto en la Dinámica de Funcionamiento de los Grupos Políticos en Tucumán, Argentina, 1878/1880

Diana Verónica Ferullo

En la historia argentina, 1880 suele considerarse un año bisagra que dio comienzo al proceso de consolidación del estado nacional. El tucumano Julio A. Roca sucedía en la presidencia a su comprovinciano Nicolás Avellaneda. La carta de presentación más sólida de Roca, venía acompañada de su trayectoria militar, sus contactos familiares y políticos en el interior del país, y la dirección exitosa de la “Campaña del Desierto”. Ésta última, había incorporado al territorio nacional las tierras australes de la Patagonia y las de Chaco, pobladas por grupos indígenas locales.

Sin embargo, la asunción de Roca estuvo presidida por un cruento levantamiento armado, conocido como la revolución del 80, y encabezado por el gobernador de Buenos Aires y principal competidor en dicha candidatura presidencial, Carlos Tejedor. Del conflicto resultó nuevamente vencedor Roca, respaldado por las fuerzas militares nacionales. Dicha victoria implicó una importante conquista para su nuevo gobierno: la federalización de Buenos Aires y la constitución de una Capital Federal para la república, cuestión que no había podido resolverse favorablemente desde décadas atrás.

En los apoyos políticos a los presidentes tucumanos Avellaneda y Roca, cumplieron un papel fundamental las élites regionales de las provincias del interior del país, que se opusieron con frecuencia a la voluntad de la hegemonía porteña. No obstante, construir sólidas bases de poder, fue un trabajo arduo y de negociaciones permanentes, aún en su provincia de origen.

Este trabajo se centra en el estudio de los grupos políticos en Tucumán desde 1878 hasta 1880, es decir, desde finales de la presidencia de Avellaneda hasta la elección presidencial de Roca. Nuestro objetivo es delimitar a los grupos políticos provinciales, identificar a sus principales referentes, y analizar su dinámica de funcionamiento a raíz de una nueva política auspiciada por Avellaneda: la Conciliación de partidos. Evaluaremos el impacto a nivel local de dicha política, y su influencia en torno al debilitamiento de la figura de los gobernadores y a la atomización de las facciones que apoyaron en 1880 la candidatura presidencial de Roca en Tucumán.

Nuestra investigación se enmarca dentro de la historia política, haciendo hincapié en la figura de los actores y sus entramados políticos, las pautas de negociación y las formas de actuación en el campo político. En esta línea se apunta a comprender las instancias de consenso, oposición y delimitación de reglas de juego en el afán por la construcción de poder político. Se toman en consideración una diversidad de agentes que influenciaban la política de finales de 1870, a saber: los grupos políticos, clubes electorales, periódicos, y miembros del gobierno local y nacional.

En el ámbito provincial convivieron diversas facciones que, aunque en ocasiones llevaran el nombre de “partido”, podían ser caracterizadas como “...agrupaciones bastante laxas, que operaban como espacios de aglutinación y acción de dirigentes políticos y aspirantes a serlo.” (SÁBATO, 2008, p. 24). Dichas facciones enfatizaban la inestabilidad de las uniones políticas, los consiguientes fraccionamientos dentro de los diversos grupos y una retórica de deslegitimación y exclusión del adversario. Parte fundamental del devenir político se canalizaba a partir de instancias claves de articulación como los clubes electorales. Éstos funcionaban como ámbitos para aunar voluntades, estableciendo compromisos y acuerdos que permitieran llegar al momento de los comicios con candidatos victoriosos.

I. Entre la Conciliación y el Fraccionamiento: Los Grupos Políticos en Tucumán a Fines de la Década de 1870

Ante la victoria de Nicolás Avellaneda frente a Bartolomé Mitre en las elecciones presidenciales de 1874, los seguidores de este último produjeron una revolución en la que fueron derrotados. Luego de dicha derrota, el partido nacionalista¹ adoptó una estrategia de abstención electoral que menoscababa la legitimidad de las autoridades recientemente electas y, que al mismo tiempo, reivindicaba a la revolución como recurso de acción válido contra los gobiernos constituidos.

Para terminar con dicha lógica, en 1877 el presidente Nicolás Avellaneda impulsó a nivel nacional una nueva política: la Conciliación de partidos. Los

objetivos de la misma fueron la reconciliación política y la equidad a través de la reinserción del mitrismo a la dinámica electoral y, por ende, a la vida institucional. De esta forma la Conciliación implicaba una alianza entre el oficialismo y los rebeldes mitristas, que procuraba garantizar la gobernabilidad acabando con la práctica conspirativa de estos últimos, y desarrollando un experimento político a favor de la pacificación y estabilidad de los gobiernos.

La política conciliatoria reincorporó a los nacionalistas a un lugar de renovado protagonismo dentro de la Legislatura tucumana. El mecanismo de ingreso consistió en elecciones realizadas con listas mixtas. Es decir, se partían las listas de candidatos en dos, adjudicando la mitad para el partido avelladenista y la otra mitad para los mitristas. Sin embargo, el armado de estas listas resultó complejo porque había que consensuar los candidatos, y la falta de acuerdo propició nuevos focos de conflicto. Dicha situación abrió una coyuntura de inestabilidad política, ya que los núcleos políticos vigentes en el poder vieron amenazada su posición.

La política de conciliación iniciaba una marcha llena de sobresaltos, ya que los rencores mutuos, la voluntad de conservar situaciones adquiridas dentro de los círculos oficiales y las cuentas pendientes [...] habrían de constituir poderosas trabas para la viabilidad del acuerdo faccioso. (LETTIERI, 1999, p. 48).

En nuestra provincia, el desarrollo de la Conciliación generó los primeros desmembramientos en la elección de gobernador de 1877. En la misma, resultó triunfante el candidato de la Conciliación, Federico Helguera, frente a Eudoro Avellaneda quien era el hermano del presidente. Eudoro constituyó, junto con los Padilla, un nuevo grupo denominado Republicano. Muchos de los que se sumaron a los republicanos habían respaldado la candidatura presidencial de Avellaneda en 1874. De manera que una consecuencia de la Conciliación de partidos en la provincia, fue la escisión del núcleo gobernante de muchos de los que habían apoyado al ahora presidente. Los republicanos, al apartarse de la Conciliación, perdieron la gobernación provincial, y la división debilitó a la facción mayoritaria en el gobierno. De esta forma, la lógica del sistema instaurado tendería a la atomización y a la ingobernabilidad. Además,

[...] los nuevos gobernadores, que debían elegirse a fines de 1877, serían los encargados de negociar el alineamiento de las provincias frente a la próxima renovación presidencial de 1880, y los responsables de garantizar resultados electorales contestes con ello. (LETTIERI, 1999, p. 73).

Su posicionamiento en torno a las directivas nacionales resultaba, por ende, de fundamental importancia. Helguera procuró articular durante su

mandato la nueva política de Conciliación y gestionó acuerdos de convivencia con el Club Nacionalista, que se enmarcaba dentro del grupo de los mitristas, y el Club Unión en el cual se encontraba la línea que apoyaba mayoritariamente a su gobierno y al de Avellaneda.

Sin embargo, la lógica disolvente comenzó por dejar huella en el grupo más cercano al gobernador. En enero de 1878, al momento de definir las listas de candidatos para las elecciones de diputados nacionales, se produjo una fractura interna dentro de las filas del Club Unión en torno a dos aspirantes al cargo. Por un lado, los partidarios de Sixto Terán y, por otro, un grupo que respondía a Lídoro Quinteros, quién resultó vencedor. La falta de acuerdo en torno a las candidaturas evidenciaba las dificultades para obtener consensos aún dentro de una misma agrupación, en una etapa en la que no había reglas de funcionamiento claramente establecidas, y en la que la organización de clubes y comités sólo respondía a coyunturas electorales. De esa manera, resultaba muy difícil establecer hábitos y prácticas unánimemente aceptadas para consensuar la resolución de las candidaturas. La inestabilidad se mostraría constante y, desde el gobierno, Helguera no pudo ordenar, ni controlar a los grupos alineados en torno a su figura.

Por su parte, los nacionalistas tucumanos, si bien se incorporaron a la Conciliación dejando de lado la abstención electoral, mantuvieron un funcionamiento independiente, sin que se produjese una verdadera unificación con los avelladenistas, sus nuevos “socios” políticos. Además, de manera similar a lo que había ocurrido en el seno del propio sector gobernante, se produjeron escisiones en sus filas. Del Club Nacionalista se diferenció un núcleo compuesto por la juventud anticonciliadora denominado Club Monteagudo. Los Monteagudos retomaron el discurso combativo anterior a la Conciliación de partidos. Se manifestaron a favor de la abstención electoral, y de la revolución como herramienta legítima ante los gobiernos considerados despóticos. Asimismo, se opusieron al discurso que asimilaba en igualdad de propósitos a unionistas y nacionalistas. Afirmaban que el partido nacionalista no necesitaba de la Conciliación para tener bancas en la legislatura provincial, y que de nada servía la presencia de sus diputados si el gobernador Helguera mantenía un gobierno exclusivista con funcionarios pertenecientes al Club Unión.

Cuatro meses más tarde, el discurso del Club Monteagudo se radicalizó aún más, comenzando a reclamar la reunificación del partido nacionalista.

Necesitamos tomar una actitud franca y decidida, marcando cuál es la línea de separación con nuestros enemigos políticos, y para conseguirlo no hay otro remedio que evitar los pactos y las transacciones que no tienen otro objeto que evitar a su vez la lucha, olvidando que sin ella no hay, ni puede haber vida democrática.²

Se procuraba recuperar la integridad del grupo nacionalista frente

a sus adversarios, y resignificar los compromisos y las alianzas, que eran considerados espurios.

De esta manera, se expresaban dos formas de hacer política: la avelladista que valoraba positivamente los pactos y los arreglos, y la de los mitristas que concebía la política como competencia y lucha. Estos dos perfiles terminaron por configurar fragmentaciones difíciles de aproximar, que se evidenciaron en el eventual fracaso de la Conciliación de partidos. Una de sus principales consecuencias fue introducir a los opositores mitristas en la Legislatura provincial, presencia que configuró gobiernos débiles en los cuales las negociaciones se tomaron ríspidas. De manera contraria al objetivo inicial, la gobernabilidad estaba lejos de quedar asegurada.

Helguera concluyó de manera anticipada su mandato al renunciar en 1878 alegando razones de salud. Las especulaciones en torno a su sucesor se configuraban a partir de los siguientes alineamientos. Los mitristas se habían dividido entre una facción que apoyaba a Emilio Sal y otra que proponía a Próspero García. El Club Monteagudo propuso a Rufino Cossio. Se rumoreaba que Avellaneda sostenía a Lídoro Quinteros, y que Helguera apoyaba a Félix Frías.³ Por su parte, el Club Unión se fragmentó en torno a dos candidatos: Miguel M. Nougués y Domingo M. Muñecas. A pesar de que la totalidad de estas candidaturas no se efectivizó al momento de elegir al gobernador, el hecho de que se mencionen siete posibles opciones, nos da una pista acerca de la atomización de los grupos, la falta de conducción del gobierno, y los esfuerzos adicionales que implicaba conseguir consensos.

Martínez Muñecas asumió la gobernación en 1878 a raíz de un acuerdo parecido al que había posicionado en el mismo cargo a Helguera. Es decir, un renovado y precario arreglo entre el Club Unión y los mitristas que debía hacerse efectivo con la renovación de la Legislatura, y al cual no adhirió el Club Monteagudo. El gobernador nombró como Ministro de Gobierno al unionista Silvano Bore, y esta decisión se transformó en un argumento de los nacionalistas para quitarle su apoyo. Al influjo de estos primeros desencuentros se reorganizaron los nacionalistas en Tucumán eligiendo una comisión directiva y otra permanente, que reintegraban a una parte importante de los miembros del Club Monteagudo.

Al respecto Muñecas afirmaba:

Las cuestiones políticas locales se alarman día a día, porque los partidos llevan la intransigencia hasta el último grado. El partido nacionalista quiso tomar por entero la representación de la Legislatura y te digo por entero porque querían doble número que el de los unionistas. Se les observó, se disintió, se agotaron todos los medios conciliatorios y nada se consiguió. Se metieron en su cáscara y rompieron la conciliación. Hoy se han organizado con los Monteagudos y se preparan a la lucha.⁴

A partir del testimonio del propio gobernador, se explicitaba la debilidad con la que iniciaba su mandato. En el marco de una estrategia de reunificación y confrontación por parte de los mitristas, la conciliación volvía a desencajarse. Una fracción del oficialismo conciliador pasaba a integrar las filas de la oposición.

Distanciado con los mitristas, Muñecas resolvió pactar listas mixtas para las elecciones provinciales de enero de 1879 con el Club del Pueblo, una agrupación que se había desprendido del Club Unión y a la que se sumaron otros miembros que se habían opuesto a la conciliación de partidos. “He aquí el puchero político que ha hecho el llamado “Club del Pueblo”. [...] entran mitristas renegados, avellaneditas, unionistas desertores, republicanos, federales, indiferentes, en fin de todos los bandos [...]”.⁵ Se decía que su bandera se constituía por el odio a los Posse, y la situación se tensaba al ser precisamente José Posse uno de los principales asesores del gobernador Muñecas.

El conflicto se desató en la campaña donde el gobierno, en detrimento de su reciente alianza con el Club del Pueblo,

[...] procuró sacar exclusivamente diputados de los suyos, consiguiéndolo en algunos departamentos; pero viniendo la mayor parte de las actas llenas de nulidades o protestas [...] Como es natural, los engañados no queriendo ser burlados se han unido a los nacionalistas, y como de ese modo forman una gran mayoría en la legislatura, han desaprobado las actas de elección de los departamentos en que ha prevalecido la lista del gobierno.⁶

De esta forma el gobernador fue restando apoyos, en el marco de una gobernabilidad tambaleante. La Legislatura comenzó a obstruir las tareas del Ejecutivo al no aprobar el presupuesto provincial. El plan era obligar a Muñecas a que aceptara la nulidad de los comicios, presionarlo hasta conseguir su renuncia, o que el gobierno nacional realizara una intervención federal. De esta manera, el conflicto entre las facciones se había trasladado al seno de las instituciones. (NAVAJAS, 2008, p. 177).

Asimismo, la situación se complejizó porque la política nacional estaba entrando en el clima de la elección presidencial. En las provincias debían elegirse los futuros electores, lo cual agrandaba el desafío para la ratificación de los acuerdos y la vigencia del consenso. El siguiente editorial periodístico se ocupaba de destacar a quiénes debía concebirse como los verdaderos enemigos, y anticipaba la intención de mostrar una aparente homogeneidad ante la inminencia de la contienda presidencial.

Los hijos de Tucumán somos muy pocos para formar 3 partidos, [...] no hay *intereses públicos* que puedan dar existencia a 3 agrupaciones distintas. Con dos hay bastante; y no son, en realidad, sino 2 los partidos existentes:

lo forman a uno los que se denominan *nacionalistas* o *mitristas*, y al otro lo constituyen los miembros del viejo partido *autonomista* o *avellaneda*, subdividido hoy con motivos puramente electorales, en *republicanos*, *unionistas*, *club del pueblo*, [...] etc. Es oportuno pensar [...] en aproximar estos fragmentos distanciados los unos de los otros [...] con la reconstrucción del partido. Toda la República se ha puesto en movimiento y comienza a evolucionar en busca de una dirección conveniente para la cuestión nacional mientras nosotros estamos en el vacío, desunidos y débiles... ¿Cuánto alcanzaremos a pesar en la balanza, si en vez de ser tomados en cuenta como un gran partido lo somos de a pedacitos, rotulados de distinto modo?⁷

De esta manera, se reducían las divergencias políticas locales a una polarización en torno a dos grupos, *nacionalistas* y *avellanistas*. Era menester relegar la fragmentación para poder producir un consenso en torno a un candidato, y así influir en la dinámica electoral nacional. Sin embargo, la situación era compleja, y encontraba al gobernador impotente para ligar la política local. José Posse escribía a Sarmiento: “Muñecas ha estado para renunciar cien veces, [...] pero lo hemos contenido [...] porque su renuncia hubiera traído serias complicaciones [...] cambiando radicalmente el personal del Gobierno [...]”. (Epistolario entre Sarmiento y Posse, 1947, p. 466).

Las divisiones locales fruto de la política de Conciliación preocupaban al futuro presidente de la Nación Julio A. Roca, porque ponían en peligro el contar con el apoyo seguro de Tucumán a su candidatura. Desde su cartera como Ministro de Guerra, Roca envió a Tucumán a su amigo Absalón Rojas a fin de frenar la proclamación de la candidatura de su oponente Carlos Tejedor, y restituir un acuerdo entre Muñecas y los *mitristas* de la Legislatura, quienes pretendían hacer intervenir la provincia. A su vez, resultaba urgente limar asperezas entre el gobernador y Miguel Nougués, quien encabezaba al Club del Pueblo y ocupaba la presidencia de la Legislatura. Luego de las mediaciones los *nacionalistas* cedieron a la pretensión de la intervención federal, y el gobernador pudo mantenerse en su cargo. Pese a que la posición de Muñecas era precaria, se logró aunar a los grupos y apaciguar los enfrentamientos.

Ante este panorama de arreglo, con previa injerencia de autoridades nacionales, se constituyó en Tucumán un comité para sostener la candidatura presidencial de Roca. Ésta suscitó el acercamiento provisorio de facciones de la elite provincial que, a raíz de la política de Conciliación de partidos, habían protagonizado potentes enfrentamientos que repercutían a nivel nacional.

2. Conclusión

A lo largo de este trabajo hemos analizado la dinámica de funcionamiento de los grupos políticos tucumanos durante los últimos años de la presidencia de Avellaneda. Para ello, examinamos los efectos de la política de Conciliación de partidos a nivel local, comprobando que la misma intentó implantar una nueva forma de funcionamiento político, que suponía un difícil proceso de acercamiento de los grupos políticos. De esta forma, la Conciliación condujo a nuevos fraccionamientos y tensiones tanto en el seno del núcleo gobernante como en el de la oposición. La lógica del sistema instaurado tendió a la atomización y a la ingobernabilidad, de manera que el universo de las facciones locales se habría complejizado. Los nacionalistas y avelladenistas, que debían constituir un sólido grupo de conciliados, se dividieron respectivamente con la formación del grupo de los Monteaquedo y del grupo Republicano.

La Conciliación avelladenista había supuesto una iniciativa basada en el consenso con “[...] facciones que no podían quedar fuera del juego político sin implicar una amenaza latente para la estabilidad del sistema.” (LETTIERI, 1997, p. 59) El caso tucumano muestra, de manera patente, una dinámica política inestable y un arduo devenir a la hora de mantener acuerdos y la cohesión de los grupos. Esto se debió a que se presentaban dos lógicas irreconciliables de entender la política: la del acuerdo y las transacciones, auspiciadas por el oficialismo, y la de la competencia y el enfrentamiento en la que devino el mitrismo. La Conciliación fracasó en Tucumán, porque no hubo forma de combinar las aspiraciones de los grupos, que se enfrentaron incluso en su forma de concebir la política partidaria.

En el seno de las fragmentaciones imperantes, se sumó más tarde la de un nuevo grupo desprendido del Club Unión, denominado Club del Pueblo. En ese contexto, la debilidad que ostentaron las administraciones de Helguera y de Martínez Muñecas, dificultaron el armado de los apoyos a la candidatura Roca en Tucumán. Fue necesaria la intervención directa de Roca y la de un enviado del gobierno nacional convocando a la unión de las facciones, para lograr atenuar de manera circunstancial las disputas imperantes, y formar un frente de apoyo al candidato presidencial de la provincia.

Referencias

ALONSO, P. La política nacional entre 1880/1886 a través del Partido Autonomista Nacional, Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 2002.

ALONSO, P. “El partido autonomista nacional y las élites políticas en la Argentina de fin del siglo XIX”, Anuario IEHS, N° 24, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de

Buenos Aires, Tandil, 2009, pág. 369-388.

ALONSO, P. Jardines secretos, legitimaciones públicas. El Partido Autonomista Nacional y la política argentina de fines del siglo XIX, Edhasa, Buenos Aires, 2010.

BONAUDO, M. "Revisitando a los ciudadanos de la república posible (Santa Fe 1853-1890)", Anuario IEHS, N° 18, Universidad Nacional del Centro de la provincia de Buenos Aires, 2003.

BONAUDO, M.; SONZOGNI, É. "Redes parentales y facciones en la política santafesina, 1850-1900, Siglo XIX. Revista de Historia, N° 11, Instituto Mora, México, 1992.

BOTANA, N. El Orden Conservador. La política argentina entre 1880 y 1916, Sudamericana, Buenos Aires, 1998.

BOTANA, N.; GALLO, E. De la República posible a la República verdadera. (1880/ 1910), Ariel, Buenos Aires, 1997.

BRAVO, M. C.; CAMPI, D. "Azúcar, empresarios y estado-nación en el norte argentino. (1880/1912)", Comunicación presentada en el 49º Congreso Internacional de Americanistas, Quito, 1997.

_____. "Elite y poder en Tucumán, Argentina, segunda mitad del siglo XIX. Problemas y propuestas", en Revista Secuencia, núm. 47, México, 2000, pp. 75/104.

BRAVO, M. C.; NAVAJAS, M. J. "Elecciones, partidos y prácticas electorales en Tucumán (1870-1880)", Simposio: "Lo político y la política en la realidad rioplatense. Siglo XIX-1930", VI Jornadas Interescuelas/Departamentos de Historia. Universidad Nacional de La Pampa, La Pampa, 17, 18 y 19 de Septiembre de 1997.

FERRARI, G.; GALLO, E. La Argentina del ochenta al centenario, Sudamericana, Buenos Aires, 1980.

GROUSSAC, P. Los que pasaban, Taurus, Buenos Aires, 2001.

GUY, D. Política azucarera argentina. Tucumán y la generación del ochenta. Fundación Banco Comercial del Norte, Tucumán, 1981.

HALPERÍN DONGHI, T. Proyecto y construcción de una nación. (1846-1880), Biblioteca del Pensamiento Argentino, Tomo II, Ariel Historia, Buenos Aires, 1995.

HERRERA, C. "Elites y poder en Argentina y España en la segunda mitad del siglo XIX", Tesis Doctoral, Universidad Complutense de Madrid, Madrid, 2003, Inédita.

_____. "Clientelismo y elecciones en el siglo XIX en Tucumán, Argentina." Circunstancia. Revista de Ciencias sociales del Instituto Universitario de Investigación Ortega y Gasset. Revista electrónica Cuatrimestral. Año II- Número 5- Septiembre 2004.

LOSADA, L. "Presentación" del "Dossier: Élités en la Argentina Moderna (de mediados del siglo XIX al centenario)", Anuario IEHS N° 24, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 2009, pág. 301-306.

LETTIERI, A. La Conciliación de los partidos de 1877. La dinámica política facciosa y sus límites, Universidad de Buenos Aires, 1997.

_____. "Repensar la política facciosa: la Conciliación de los partidos políticos de 1877 en Buenos Aires", Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana "Dr. Emilio Ravignani", Tercera Serie, núm. 19, Buenos Aires, 1º semestre de 1999.

_____. La República de las Instituciones. Proyecto, desarrollo y crisis del régimen político liberal en la argentina de tiempos de la organización nacional (1852-1880), Prometeo Libros, Buenos Aires, 2008.

NAVAJAS, M. J. Actores, representaciones, discursos y prácticas: la política en Tucumán, Argentina, 1852-1887, Tesis Doctoral, El Colegio de México, Centro de Estudios Históricos, México, 2008, Inédita.

_____. "Las identidades políticas en la retórica de la prensa tucumana, 1880-1887", Travesía, N° 12, 2010.

PÁEZ DE LA TORRE, C. (h). "Aportes para el estudio de la política interna de Tucumán durante la presidencia Avellaneda", en Academia Nacional de la Historia. Tercer Congreso de Historia Argentina y regional, Tomo I, Buenos Aires, 1977.

_____. "Algunos aportes para el estudio de la política tucumana durante la primera presidencia de Roca (1880/1886)", en Academia Nacional de la Historia. Cuarto Congreso nacional y regional de historia Argentina, II, Buenos Aires, 1983.

SÁBATO, H.; LETTIERI, A. La vida política en la Argentina del siglo XIX. Armas, votos y voces, Fondo de Cultura Económica, Buenos Aires, 2003.

SÁBATO, H. Ciudadanía política y formación de las naciones. Perspectivas históricas de América Latina, Fondo de Cultura económica, México, 2003.

_____. Buenos Aires en armas. La revolución de 1880, Siglo XXI Editores Argentina, Buenos Aires, 2008.

SAGUIER, E. "La Conciliación (1877-80) entre las fracciones oligárquicas. Un intento frustrado de transición pacífica en la argentina decimonónica", Investigaciones y Ensayos, 48, Academia Nacional de la Historia, Buenos Aires, 1998.

Notas

¹ Las alusiones al “nacionalismo” deben entenderse como sinónimo de “mitrismo”. La denominación deriva del enfrentamiento en torno a la federalización del territorio de Buenos Aires. En tales circunstancias el sector adepto a Mitre adoptó la denominación de “nacionalistas” por postular la preeminencia de los derechos del Estado central frente a los de la provincia. (NAVAJAS, 2008, p. 159).

² *El Argentino*, 14/03/1878.

³ *La Razón*, 15/09/1878.

⁴ *Archivo Privado Helguera (en adelante A.P.H.)*, Domingo Martínez Muñecas a Federico Helguera, 14/01/1879, Cuaderno II, carta 784.

⁵ *El Argentino*, 14/01/1879.

⁶ *A.P.H.*, Ezequiel Molina a Federico Helguera, Tucumán 19/02/1879, Cuaderno I, carta 241.

⁷ *La Razón*, 31/01/1879. Este periódico apoyó oficialmente la candidatura de Roca desde sus páginas.

**La Industria y la Nación. Los Dilemas
del Progreso Argentino (1880-1914)**

María Celia Bravo

Licenciada en Historia. Universidad Nacional de Tucumán. Maestría en Historia Latinoamericana. Universidad Internacional de Andalucía. (España). Doctora en Historia. Universidad Nacional de Tucumán. Es Prof. Asociado de Historia Argentina (curso especial). Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Tucumán. Investigadora del CONICET, categoría Independiente. Directora de la Editorial de la Universidad Nacional (EDUNT). Directora del Doctorado en Humanidades, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad Nacional de Tucumán. Ha dirigido programas y proyectos de investigación acreditados por el CONICET, la UNT, la Agencia Nacional para la Promoción Científica y Tecnológica, Dirige actualmente un programa en la UNT y un proyecto en la ANCyPT. Dirige un programa en el marco del "Programa de Centros Asociados para el fortalecimiento de Posgrados Brasil-Argentina CAFP-BA". Convenio entre el Doctorado de Humanidades de la Universidad Nacional de Tucumán y Programa de Posgradación en Historia Económica, Universidad de San Pablo, Brasil, 2009-2012.

La Industria y la Nación. Los Dilemas del Progreso Argentino (1880-1914)

María Celia Bravo

El objetivo de este trabajo consiste en analizar el papel adjudicado a la industria en el proceso de consolidación de la nación argentina entre 1880 y 1914. Durante el último tercio del siglo XIX, el problema de construir la nación se identificaba con la formación de un Estado central con imperio sobre la totalidad del territorio. Tal propósito se respaldaba en el cumplimiento de los postulados constitucionales, reflejados en el desarrollo de las líneas ferroviarias, el correo, el telégrafo, la educación pública y la expansión de las fronteras interiores. Las acciones estatales debían activar la concurrencia privada y cristalizarse en una variedad de emprendimientos económicos, principalmente la producción agrícola y ganadera, aunque la industria constituyó también una resultante de este proceso de crecimiento económico.

En esa dirección, se propone analizar las narrativas de la nación que incluyeron a la producción industrial como uno de sus principales componentes. Tal construcción incluyó diversos discursos en los que se manifestaba la tensión entre intereses regionales contrapuestos que emergieron con fuerza en el ámbito parlamentario. De modo que el presente artículo realizará un estudio de los debates parlamentarios decimonónicos, de documentación generada por el gobierno y argumentos de asociaciones empresarias que aluden a la controversia sobre la industria y su relación con la nación.

I. El Papel de la Industria en la Argentina Finisecular

Desde las últimas décadas del siglo XIX la presencia y desarrollo de las industrias nacionales fueron considerados signos evidentes del crecimiento económico argentino. Esta concepción se reflejó en el segundo censo nacional de 1895 que incluyó, por primera vez, el estudio de las actividades manufacturas y extractivas al registrarse en apartados independientes a las industrias que habían alcanzado significación nacional en función de la capacidad productiva, el capital invertido y el número de trabajadores empleados. Eran sólo nueve los rubros que integraban este selecto grupo. La producción azucarera figuraba en esa exclusiva lista con otras industrias como la lechera, la molinera, la cervecera, la vitivinícola, la destilación de alcohol, la preparación de carne, las plantas de gas y de electricidad. En el tercer censo nacional de 1914 esta clasificación se reiteró. Para esa fecha la actividad industrial se había diversificado y sus establecimientos se habían duplicado, de 24.114 en 1895 a 48.779 en 1914.

Al analizar el apartado correspondiente a la industria incluido en el Tercer Censo nacional el ingeniero Eusebio García afirmaba que “el progreso de las industrias ha sido verdaderamente extraordinario, si se considera que hace apenas 40 años que el país carecía de industrias y hasta el trigo tenía que importarse para el pan cotidiano” (GARCÍA, 1916, p. 8). En su estudio exponía una serie de consideraciones que contribuyeron a configurar imágenes en torno a la actividad industrial, su posición en la economía nacional y sus principales problemas, cuya discusión alcanzó una gran notoriedad en el transcurso de las décadas siguientes. Afirmaba que las industrias habían surgido “huérfanas de todo antecedente nacional, [...] creciendo espontánea y tímidamente, en un ambiente refractario y conquistado tradicionalmente por el producto industrial europeo” (GARCÍA, 1916, p. 8). Tal consideración gestó una imagen modesta del empresario industrial, generalmente de origen extranjero, carente de influencias políticas, sin más capital que su propio trabajo.¹

Sin embargo, el humilde origen de la actividad industrial no constituyó un obstáculo para su desarrollo en tanto las condiciones propicias de la economía argentina, reflejadas en la acentuada valorización de las exportaciones apuntalaron su crecimiento.²En efecto, la producción agrícola y ganadera pampeana, denominadas por el autor “industrias madres” del progreso argentino estimularon una variedad de manufacturas. Asimismo, García señalaba que la industria nacional, surgida al calor de la sostenida expansión de la economía, tenía una fecha de nacimiento precisa: “el año 1880, en que se consolidó la unión nacional es, puede decirse, la fecha de iniciación de las industrias, así como del progreso general del país” (GARCÍA, 1916, p. 10). En consecuencia, la fisonomía industrial que ostentaba el país era tributaria de la presencia del Es-

tado central asentado en un pacto de gobernabilidad estable que integraba a las distintas élites regionales.³ En este nuevo escenario institucional, las industrias extractivas, orientadas en la elaboración de alimentos, eran las técnicamente más complejas y las que ostentaban maquinarias más modernas (DÍAZ , 1983, p. 211). En ese rubro, se destacaban la industria azucarera localizada en el norte argentino, la harinera, la cervecera y la frigorífica situadas en el área pampeana y la vitivinícola en la región de Cuyo. Tales emprendimientos contribuían a delinear el perfil industrial de la Argentina.

García identificaba además los problemas principales de la actividad industrial. Mencionaba a los aranceles aduaneros cuya finalidad era más fiscal que proteccionista, la fuerte competencia del producto extranjero, la ausencia de crédito y la prevención negativa del consumidor hacia los productos nacionales. Entre estas cuestiones, la prédica por el proteccionismo, cuya instrumentación se centró básicamente en la elevación de los aranceles aduaneros, constituyó durante la década de 1890 un punto de convergencia de intereses de polos industriales diversos, que incluía el norte azucarero, la región de Cuyo dominada por la vitivinicultura y las áreas industriales que se desarrollaban en la ciudad de Buenos Aires. La acción combinada de los representantes de estas regiones contribuyó -en un marco parlamentario propicio- a mantener elevadas las tarifas e imprimió un perfil definido al discurso proteccionista industrial de fines de siglo XIX (ROCCHI, 1998, p. 111-112). Este factor fue decisivo para industrias como la azucarera cuyo despegue, acaecido entre las décadas de 1880 y 1890, se fundaba, entre otros aspectos, en los elevados aranceles específicos al azúcar que se implementaron por primera vez en 1884 y se reforzaron en 1887. Entre fines de siglo XIX y las primeras décadas del siglo XX, la necesidad de defender las condiciones de protección conseguidas imprimió un tono desafiante al discurso proteccionista azucarero y contribuyó a forjar imágenes controvertidas de este complejo agroindustrial argentino que se proyectaron en el siglo XX.

2. Visiones en Torno al Complejo Azucarero Tucumano y al Proteccionismo

La industria azucarera se desarrolló en el norte argentino, a 1300 km de su principal mercado consumidor, la ciudad de Buenos Aires. Este emprendimiento agroindustrial no sólo se diferenciaba de otras actividades extractivas por su localización, sino también por la composición de los capitales invertidos, de los cuáles el 83 % era de origen nacional.⁴ En el espectro empresarial azucarero adquirió gran visibilidad el grupo de industriales tucumanos, cuyas fortunas devenían del dominio de las rutas comerciales con el área atlántica, con Bolivia, Cuyo e incluso con Chile. En 1860 se generalizó la práctica de invertir

en el negocio azucarero, conducta que se intensificó con la conexión ferroviaria que vinculó la provincia de Tucumán con Buenos Aires. Estos actores se diferenciaban de la caracterización canónica que los historiadores económicos y los economistas realizaron del empresariado industrial argentino. Los industriales azucareros eran agentes centrales en el complejo de relaciones no sólo económicas, sino también políticas y sociales, que habían posibilitado el despegue argentino de la década de 1880. En consecuencia, no respondían al cuadro, trazado por Cornblit, que asociaba al empresariado con un origen inmigrante y con escaso poder de influencia en el aparato del Estado.⁵

Hasta 1877, la industria azucarera se había desarrollado sin ningún tipo de protección arancelaria especial. Compartía con una amplia gama de productos un arancel del 25% *ad valorem*, al que se agregó en 1878 un 2% adicional. Como ya se ha señalado, estos porcentajes eran el resultado del afianzamiento de las posturas proteccionistas que se delinearon bajo la influencia de la crisis de 1873. Sin embargo, el papel central del comercio exterior como fuente de financiamiento del Estado concedía un estrecho margen de maniobra a la política arancelaria argentina que, en última instancia, estaba subordinada a las exigencias del tesoro público (en 1876 los ingresos provenientes de la Aduana representaban el 70% de las rentas nacionales y el 50% en 1910) (VAZQUEZ-PRESEDO, 1980). En consecuencia, el Parlamento debía aplicar aranceles moderados, que no provocaran una restricción abrupta de tales ingresos, y compatibilizar ello con el consenso existente para acordar protección adecuada sólo a determinadas industrias, especialmente las vinculadas directamente con la producción agropecuaria.

En gran medida, los industriales azucareros sortearon tales dificultades logrando niveles de protección arancelarios aceptables que permitieron desalojar al producto importado del mercado interno. Pero hasta la década del 80, la ciudad de Buenos Aires, la plaza más importante del mercado nacional por su cantidad de habitantes y el poder adquisitivo de los mismos, estaba vedada para la producción azucarera nacional, puesto que los ingenios norteros no disponían de la tecnología adecuada para elaborar azúcar refinado, que era el preferido por los consumidores de la ciudad.

En 1884, por primera vez se aplicó un arancel específico de cinco centavos oro por kilo de azúcar importado, aunque también se gravó la introducción de otros productos como trigo, fideos, galletas, yerba mate, tabaco, cigarros, etc. (PUCCI, 1991, pp. 47-48). El nivel de protección para el producto refinado importaba más de un 25 % de su valor, mientras que para el azúcar blanco era del 30 % y para el quebrado del 40 %. En 1885 se elevó nuevamente el derecho específico a 7 centavos oro por kg de azúcar lo que implicaba un gravamen del 54 % para los azúcares blanco y quebrado de origen extranjero.⁶

Los problemas en la balanza de pagos que comenzaron a manifestarse a

mediados de la década del 80 determinaron la suspensión de la convertibilidad, medida que generó la depreciación de la moneda. Esta circunstancia reforzó la protección del azúcar nacional un 15 % (FORD, 1966, p 227 –232). Así, el derecho específico combinado con la fijación de la “prima” del oro permitió a los azúcares no refinados producidos por la provincia de Tucumán imponerse al similar extranjero en el mercado nacional. Sin embargo, en el período comprendido entre 1884-1889 el consumo de azúcar refinado aumentó un 16 %. Este producto que sólo podía obtenerse mediante la importación generó un importante aumento de los ingresos fiscales. En 1889, sólo por ese rubro, el Estado recaudó 6.462.401 pesos oro. Esta cifra fue la más alta del siglo XIX, puesto que, a partir de 1890, comenzaron a refinarse en el país los azúcares terciados.⁷

Durante la década del 80, la expulsión de los azúcares terciados extranjeros del mercado doméstico no afectó al comercio de importación que se volcó al producto refinado obteniendo importantes beneficios, ni tampoco perjudicó al Estado Nacional porque los ingresos fiscales obtenidos por este artículo se incrementaron. En 1886 esta coyuntural coincidencia de los intereses de los importadores y los fabricantes nacionales fue destacada por los estudiosos de la agroindustria nativa: “gracias al curso forzoso y a los altos derechos que paga el azúcar, puede existir la naciente industria azucarera en la República Argentina y aún asimismo los fabricantes europeos y norteamericanos que mandan grandes cantidades y compiten ventajosamente” SCHWARZ, 1886, p.202).

Cuadro Nro 1. Importación y Producción nacional de azúcar (en toneladas)

Años	Importación de Azúcar		Azúcares Impor. Total	Producción Nacional
	Azuc. Refinado	Otras Clases		
1884	28.595	6.313	34.908	24.152
1887	22.912	18	22.930	24.750
1889	33.030	1.435	34.465	49.321
1890	26.427	3.113	29.540	41.000

Fuentes: Estadística Azucarera Nro 3, Centro Azucarero Argentino, Buenos Aires, 1941.

Aún con la protección arancelaria, los industriales azucareros comprendían que el dominio del mercado interno -en un contexto internacional sumamente competitivo- sólo podría concretarse incrementando la productividad y fabricando azúcar refinado.⁸ Si bien, la producción nacional se incrementó un 400 % durante la década del 80, el crecimiento de la superficie sembrada por caña experimentó un aumento que se mantuvo retrasado en función de la ca-

pacidad de elaboración de las fábricas. Bajo estas condiciones, los industriales competían por asegurarse la materia prima para el funcionamiento de los trapiches y generaban el alza del precio de la caña, que a su vez, repercutía en el aumento de los costos de fabricación. El desajuste del mercado cañero en favor de los plantadores permitió a éstos imponer ciertas condiciones como el pago en función del peso y no de la riqueza sacarina de la planta. Schwarz observaba que algunos fabricantes en su desesperación por abastecerse de la materia prima llegaron a pagar “7 pesos por 100 arrobas de caña que dan con el sistema adoptado actualmente 3 a 4 arrobas de azúcar entre primera y segunda, que se venden a \$m/n 1.60 la arroba o sean 6.40, dejando una pérdida de 60 centavos que debe cubrirse con el alcohol, que no alcanza en manera alguna para pagar los gastos, intereses y amortización del capital” (SCHWARZ, 1886, p. 203).

En ese sentido, el “proteccionismo azucarero” sancionado por el Congreso Nacional estaba dirigido especialmente a sostener a los industriales quienes lograron otras franquicias como la introducción de maquinarias libre de impuestos, la vigencia de tarifas ferroviarias especiales y, sobre todo, tuvieron acceso al crédito bancario que, a partir de 1886, se canalizó con más liberalidad hacia las provincias a través de la “Ley de Bancos Garantidos”.⁹ Tales facilidades estimularon la apertura de nuevos ingenios. En 1881 existían en la provincia 21 fábricas azucareras modernas, en 1884 se incorporaron 10 nuevos establecimientos y en 1887 se realizaron 2 nuevas fundaciones. Hacia 1895 se detiene la apertura de nuevas bocas de molienda y el parque industrial se estabiliza con 35 fábricas modernas, de las cuáles el 43 % fueron fundadas en la década del 80.¹⁰

En 1886, los azucareros promovieron un proyecto para incrementar 2 centavos por kg. el arancel azucarero. Esta fracasada iniciativa fue impulsada por el diputado tucumano Juan M. Terán quien justificó el aumento aduciendo que la protección existente favorecía especialmente a los fabricantes extranjeros, cuyos costos de producción eran sensiblemente menores que los de los industriales argentinos. Explicaba que: “vendiéndose el azúcar alemana al mismo precio de la tucumana, indudablemente resultaría una ganancia mayor para la Alemania que para nuestro país”.¹¹ En esa oportunidad, el ministro de Hacienda se opuso firmemente al aumento fundándose en la disminución de la renta nacional, en el encarecimiento del consumo interno y en las posibles represalias de los países productores. Atribuyó al azúcar y a la yerba mate las restricciones impuestas por los gobiernos de Brasil y el colonial de Cuba al ingreso de tasajo argentino. Sugirió que la solución para la producción azucarera argentina era la refinación y, en ese sentido, respaldó abiertamente el proyecto presentado por Ernesto Tornquist al Congreso para garantizar un establecimiento de este tipo. El respaldo parlamentario a este emprendimiento demostraba que el Congreso estaba dispuesto a apoyar la refinación de azúcar en el país.

En 1889 se establecieron nuevas medidas para garantizar la plaza de Buenos Aires al azúcar nacional. Se acordó un aumento diferencial de aranceles: siete centavos para el azúcar crudo y nueve para el azúcar refinado. El objetivo de este gravamen era establecer condiciones favorables para la instalación de la Refinería Argentina en Rosario, la empresa formada por Tornquist, con un capital de 800.000 pesos oro, a la que se acordaba una garantía estatal del 7% anual y exención de impuestos por 15 años. El control de la refinería quedaba en manos de Tornquist, Carranza y Mullman, quienes representaban intereses del Litoral, en tanto los empresarios tucumanos poseían sólo la cuarta parte de las acciones (GUY, 1988).

La instalación de la Refinería Argentina en la ciudad de Rosario, firma perteneciente al grupo Tornquist, uno de los principales holding empresariales del país, impulsó en 1887 un nuevo incremento de los aranceles cuya aprobación parlamentaria proporcionó a la industria azucarera el impulso que necesitaba para desalojar del mercado doméstico al azúcar importado.¹² La presencia de este grupo revelaba las intensas conexiones de los industriales tucumanos con la elite del empresariado argentino. Esta concurrencia de intereses empresariales y sus conexiones políticas logró imponer en el Congreso de la nación un incremento de las tarifas aduaneras específicas al azúcar en 1887 venciendo las objeciones del ministro de Hacienda de la nación, quien en su intervención en el recinto opinó que “no convenía a la política del gobierno nacional, respecto de las otras naciones, llevar exageradamente la protección a ciertos artículos con el objeto de proteger a las nacientes industrias de la nación argentina, porque entonces podemos provocar represalias”-¹³

En esa oportunidad, el principal argumento en favor del elevamiento de las tarifas se centró en los beneficios que generaba el dominio del mercado interno por parte de la producción nacional. Aunque se elevaron voces contrarias que identificaban el incremento de las tarifas con “privilegios” otorgados a ciertas industrias, la mayoría de los legisladores consideró positivas las ventajas que reportaba la industria en el fomento de hábitos de trabajo, en el desarrollo de una inmigración selectiva integrada por técnicos industriales, en los efectos multiplicadores de riqueza que se manifestarían, no sólo en las provincias productoras, sino también en actividades anexas radicadas en otros distritos.

Hacia fines del siglo XIX, cuando el Poder Ejecutivo promovió modificaciones en las tarifas arancelarias vigentes, los industriales azucareros y sectores conexos, formaron una corporación para la defensa de los aranceles vigentes al azúcar, denominada Centro Azucarero Argentino. La estrategia discursiva enfatizó el carácter nacional de la industria y sus efectos benéficos en las regiones donde ésta se localizaba.¹⁴ Sin embargo, la tarea de la corporación en la defensa del proteccionismo azucarero no se limitó a las instancias parlamentarias. Paralelamente desarrolló una activa política editorial en favor

de la actividad azucarera y a partir de 1920 adoptó el siguiente eslogan que encabezaba sus publicaciones: “fomentar las industrias nacionales es obra de patriotismo y de amor a la tierra donde nacimos”.¹⁵

En consecuencia, una de las premisas del discurso azucarero en defensa de la industria - que incluía al proteccionismo como uno de sus componentes centrales- consistía en identificar los intereses de la comunidad toda con los resultados positivos que deparaba la actividad industrial. Así, la suba de los aranceles no implicaba una acción de “privilegio” en beneficio de un interés sectorial conseguido a través de oscuras prácticas de lobby. En ese sentido, el patriotismo esgrimido por el Centro Azucarero, no se fundaba en argumentos esencialistas, sino que apelaba a la estadística y a resultados económicos para reflejar la vigorización de la estructura económica del país, en la que la actividad industrial desempeñaba un papel insoslayable. Esta propaganda tenía el objetivo de mitigar la creciente prédica opositora impulsada por representantes del área pampeana en contra de la actividad azucarera.

A comienzos de 1890 se reactualizó la controversia en torno a la protección tarifaria, factor clave para el funcionamiento de la industria azucarera cuya producción estaba orientada al mercado interno. En 1891 y 1892 se discutió la posibilidad de rebajar a 5 centavos por kg el derecho del azúcar refinado y en esa oportunidad, el tucumano Eliseo Cantón asumió la defensa de los derechos vigentes al solicitar una protección temporaria por dos a tres años hasta que el azúcar nacional pudiera abastecer el mercado doméstico. Su argumento principal fue el carácter de nacional de la industria. Este argumento se fundaba en la condición nativa de la mayoría de los propietarios de los establecimientos agroindustriales y en la localización de los mismos, que ocupaban una gran parte de la geografía argentina, al involucrar a cinco provincias y dos territorios nacionales. En esa tónica afirmaba:

(...) no he venido a defender intereses de personas ni intereses de la provincia de Tucumán, ni la de Salta, ni la de Jujuy; defiendiendo la industria argentina, la industria nacional. Pido para ella tan sólo dos o tres años más de proteccionismo, porque tengo la certidumbre de que esta industria está llamada a producir de aquí a dos o tres años, las cantidades exigidas por las necesidades de los habitantes del país.¹⁶

En 1894 se reabrió la cuestión arancelaria azucarera a instancias del Poder Ejecutivo, quien solicitó la revisión de las tarifas aduaneras. Los ingresos de la aduana habían descendido de 1.750.494 pesos oro a 874.602 y se responsabilizaba al azúcar entre otros productos la razón de tales reducciones. Las sesiones en la Cámara de Diputados fueron particularmente virulentas. El vino y especialmente el azúcar (producciones orientadas al mercado interno) fueron

objeto de detenidos análisis y debates sobre costos de materia prima, mano de obra y beneficios, en los que abundaron ataques destemplados a esas actividades. El debate discurrió sobre cuáles eran las “verdaderas” industrias plausibles de protección y cuáles eran los límites del proteccionismo. Los partidarios de rebajar los aranceles al azúcar cuestionaban el proteccionismo “exacerbado” y la legitimidad de una industria que consideraban “artificial”. Para ellos, las únicas “genuinas” y “naturales” eran la ganadería y la agricultura; las otras, eran formaciones espurias que sólo habían servido para enriquecer a un puñado de capitalistas. Al respecto, el diputado Tomé afirmaba:

No es justo que por el azúcar perjudiquemos lo que vale realmente, el trigo, las harinas y productos de la ganadería. Si el Congreso quiere salvar el tasajo tendrá que rebajar el derecho de azúcar. Soy proteccionista, pero proteccionista racional”. A su vez, el diputado GarciaMerou, apoyando a Tomé, se preguntaba: “(...) y llegaremos por proteger una industria ficticia a arruinar lo que fue siempre nuestra verdadera industria: el comercio internacional ¿cuáles son las industrias fundamentales que han resistido y resisten con cualquier derecho? La pastoril, la agrícola.¹⁷

En respuesta el Centro Azucarero lanzó una campaña en la que proclamaba enérgicamente el carácter nacional de la agroindustria. Un elocuente discurso del industrial de origen francés Clodomiro Hileret era transcripto por su órgano de prensa en agosto de 1994:

(...) quiero refutar esta herejía admitida en casi toda la república como axioma indiscutible que la industria azucarera es esencialmente tucumana y que sirve exclusivamente para enriquecer unos treinta y tantos industriales. Ojalá hubiera quien pudiera decirnos que hacer para llegar a ser industria nacional! De los 40.000 hombres ocupados las dos terceras partes son santiagueños, riojanos, catamarqueños, salteños. Del producto bruto de las cosechas se queda el litoral entre fletes, comisiones, acarreo, corretajes, descuentos un 25 %, más de lo que pude ganar el industrial más favorecido en el mejor de los años y esto sin contar que de allí nos vienen las bolsas, aceite, kerosen, un mundo de artículos que dan movimiento al comercio de aquellas plazas. Del impuesto de aguardiente el gobierno de la nación sacará este año tres millones de pesos, fuera de los derechos de aduana sobre maquinarias...y sin embargo, esto se llama industria esencialmente tucumana. No hay industria más eminentemente nacional que la nuestra!¹⁸

Como puede observarse, los industriales y políticos tucumanos reclamaban su lugar en el “progreso argentino” y reivindicaban el carácter nacional de una actividad cuyo movimiento estaba íntimamente entrelazado con la econo-

mía de la nación. Tras prolongadas deliberaciones el éxito del bloque azucarero fue absoluto, se mantuvo la vigencia del arancel de 1888 y se desestimó la modificación del impuesto interno propuesto por la Comisión Revisora.

Pero también fue importante el aspecto simbólico de la victoria: la industria azucarera recuperaba su condición de “vástago” genuino del progreso argentino. Se configuró así una representación de la actividad que la exhibía como manifestación legítima del interés nacional. Esta visión tenía un correlato material, puesto que, en 1895 la agroindustria azucarera se destacaba notablemente en el panorama productivo nacional: contaba de un parque industrial compuesto por 47 ingenios y la Refinería, que superaba en inversiones (tierras y maquinarias) a la industria harinera, a bodegas, cervecerías y saladeros.¹⁹ A comienzos del siglo XX la industria azucarera se abocó a defender las condiciones de protección conseguidas, cuya vigencia peligraba debido a la afirmación económica y demográfica del área pampeana y a la modificación de las alianzas políticas que habían permitido concretarlas.

¿Existía una campaña antiazucarera en las primeras décadas del siglo XX como afirmaban los industriales? La implementación del sufragio secreto y obligatorio en 1912 reveló el crecimiento de nuevos partidos políticos, la Unión Cívica Radical (UCR) y el Partido Socialista, cuya área de incidencia se manifestó especialmente en el área pampeana. La presencia parlamentaria creciente lograda por estas organizaciones revelaba que la otrora poderosa coalición política que en la década de 1880 había sustentado la consolidación del Estado sobre la base de intereses regionales diferenciados transitaba un declive definitivo. Desde 1912, frente a la disgregación de las fuerzas conservadoras, los radicales y socialistas ampliaron su representación parlamentaria apelando a promesas de reparación política y social.²⁰ En 1916 la UCR triunfó en las elecciones presidenciales, obtuvo una bancada parlamentaria compuesta por 53 diputados que no tenían mayoría en el Congreso nacional.²¹ Por su parte, el socialismo sólo consiguió 9 escaños en esa oportunidad, pero en 1918 consolidó su predicamento en la Capital Federal donde alcanzó casi el 25 % de los votos (CAMARERO; HERRERA, 2005, p. 19).

Respecto del proteccionismo arancelario la posición del radicalismo había sido deliberadamente ambigua. Esta postura se afirmó en 1909 en la polémica entablada entre Hipólito Yrigoyen y Víctor Molina, cuando el líder radical se pronunció por la indefinición del partido frente a esta cuestión, ante los requerimientos de Molina que se declaraba ferviente partidario del librecambio. De modo que, el radicalismo no adoptó una política explícita en favor del proteccionismo, incluso ostentaba una tradición parlamentaria favorable al libre comercio que se había manifestado durante la década de 1890 (ALONSO, 2000, p. 302).

Por su parte, el Partido Socialista había vencido en las elecciones de diputados nacionales de 1914 en la Capital Federal, derrotando a la UCR y a los

conservadores con un discurso abiertamente librecambista y especialmente anti-azucarero. Esta posición que se remontaba a la etapa fundacional nunca fue revisada y fue sostenida con insistencia por “La Vanguardia”, órgano de prensa del partido, que sindicaba al proteccionismo como el factor responsable de las duras condiciones de vida de los trabajadores. En 1899 en una atmósfera caldeada por el debate en torno al proteccionismo los socialistas consideraban que “ni la agricultura, ni la ganadería pueden permanecer indiferentes ante ese gran movimiento económico iniciado por comerciantes y continuado por los industriales” e incitaban a la formación de un frente social que debía incluir a agricultores, ganaderos y obreros para afrontar “la verdadera lucha económica, base y eje de todas las luchas” (MARTÍNEZ MAZOLA, 2005, p. 81). El programa económico del partido expresaba una versión del liberalismo cifrado en la defensa del librecambio, de la valorización de la moneda y de la adopción de un impuesto a la tierra con exclusión de mejoras para combatir el latifundio.

Respecto de la industria ambos partidos, con diferente énfasis, sostenían la artificialidad de esta actividad económica. La UCR adoptó una postura que guardaba cierta afinidad con el “proteccionismo racional”, noción que implicaba una dosis de pragmatismo al atender a las situaciones particulares, siempre y cuando no se pusiera en peligro la centralidad de la economía agroexportadora. Tal condición implicaba la indefinición en torno a una política industrial global y sólo se limitaba al examen de casos específicos, a través de tarifas diferenciadas, cuya demarcación dependía de las posiciones de los actores políticos, del sistema de relaciones sociales y económicas en el que estaban inmersos y de la coyuntura económica que atravesaba el país. Por su parte, para el socialismo la industria nacional era una mistificación que había generado un sistema artificial de artículos caros y de pésima calidad, al que sindicaba como el principal responsable de las duras condiciones de vida de los trabajadores. Dentro de este espectro, consideraban que la industria azucarera era emblemática “por sus salarios misérrimos y por las condiciones de sumisión paralela a la esclavatura”.²² La visión del socialismo obedecía al sombrío legado dejado por las “leyes de conchabo” que tuvieron vigencia hasta 1896 y al componente arcaico del salario azucarero, expresado en la ración de alimentos, que fue abolido en 1904 a instancia de la primera huelga de los trabajadores azucareros.²³ Asimismo, deben considerarse en este análisis las mayores remuneraciones que recibían los obreros industriales de la ciudad de Buenos Aires. También pesaba en el juicio adverso de los socialistas las duras condiciones laborales de los trabajadores en los ingenios azucareros de Salta y Jujuy que conocieron el descanso dominical a partir de 1925 y recibieron remuneraciones bajo la forma de “vale” hasta 1924 aproximadamente (TERUEL, 1993, p 163-168).

Sobre esta cuestión el Centro Azucarero respondía que el principal beneficio de la industria era el de proporcionar medios de vida permanente a miles de trabajadores rurales. Mencionaban que en Tucumán regía la jornada de ocho horas desde 1919 (aunque la misma fue impuesta por ley provincial desde 1923), se entregaba vivienda sin cargo, las usinas contaban con escuelas, salas de primeros auxilios y campos de deportes, pero no especificaban que estas condiciones no estaban generalizadas en la mayoría de las fábricas. No obstante, reconocían que en los ingenios de Salta y Jujuy los salarios y las modalidades de vida eran sustancialmente menores por la mayor abundancia de mano de obra²⁴.

En función de estas consideraciones, la UCR y el Partido Socialista compartían una visión del “progreso argentino” fundada exclusivamente en el desarrollo agropecuario, del cuál la industria era sistemáticamente excluida por sus perjudiciales efectos sociales y por demandar sistemas artificiales como las barreras arancelarias que encarecían sustancialmente el costo de la vida. Esta posición difería de la asumida por la disminuida coalición de partidos provinciales conservadores, encabezada por Lisandro de la Torre, que en 1916 enarboló un programa decididamente proteccionista que combinaba aspectos del reformismo social en lo relativo a la cuestión laboral. Este agrupamiento asumía como propia la tradición de los gestores del Estado moderno que aceptaban la centralidad de la producción primaria exportable pero reconocían también el importante papel desarrollado por la industria en el crecimiento argentino decimonónico. Desde este punto de vista, la actividad industrial constituía un resultado positivo del “progreso argentino”, merecedor de respaldo y de consideración.²⁵

Otro factor que incidió en la configuración del clima librecambista de las primeras décadas del siglo XX fue el agotamiento del modelo agroexportador. A partir de 1910 se alcanzó el límite de las tierras aptas para el cultivo de granos y para la explotación ganadera destinada a la exportación. La falta de ofertas de nuevas tierras incrementó el valor de las mismas y favoreció su concentración, situación que generó tensiones sociales de envergadura en el área pampeana. El cuadro conflictivo se intensificó con el estallido de la guerra de 1914 que generó la caída del valor de las exportaciones argentinas y desató la depresión económica, incrementando significativamente el aumento del costo de la vida. En este escenario adverso, tanto radicales como socialistas procuraron moderar la devaluación del peso y evitar el aumento de las barreras aduaneras para no enardecer a los consumidores. Ezequiel Gallo señaló que estos objetivos se reflejaron en el estancamiento de los aranceles aduaneros durante las gestiones radicales. Su persistencia habría obedecido básicamente a las presiones ejercidas por el electorado, que asociaba a la industria nacional con el deterioro de las condiciones de vida, la presencia de artículos rústicos y caros y los bajos salarios. Por el contrario, la economía primaria agroexportadora, cuyos sus signos de agota-

miento eran todavía imperceptibles para el gran público, se identificaba con el progreso económico general e individual que los electores aspiraban conservar, sin advertir el cambio irreversible de las condiciones internacionales.²⁶

Esta percepción tuvo su correlato en la acentuación del desequilibrio interregional en términos económicos y demográficos en favor del área pampeana, motor de la economía agroexportadora y, por consiguiente, área estratégica en materia electoral. La disgregación de la coalición conservadora y el triunfo del radicalismo constituyeron la manifestación visible de una nueva lógica de funcionamiento pautaada por la identificación del centro económico con el centro político. En consecuencia, se debilitaba la compleja trama de relaciones implementadas por las elites del interior con las pampeanas durante la coyuntura de la constitución del Estado. En lo sucesivo, los nuevos representantes políticos del área pampeana se desentendieron de los acuerdos tendientes a mitigar las diferencias regionales, postulado que había alcanzado centralidad política en momentos de la organización del Estado (BALÁN, 1978).

La campaña contra el azúcar se potenció en ese clima crispado por el aumento del costo de la vida y de la desocupación generado por el estallido de la primera guerra. En lo relativo al área azucarera la situación adversa se potenció por la acción de la plaga del mosaico que diezmó los cañaverales de Tucumán y elevó considerablemente el precio del producto elaborado. En ese contexto, se suscitó un áspero debate en torno al precio del azúcar que se proyectó al proteccionismo como política de estado y a la viabilidad del complejo agroindustrial tucumano que fue presentado como uno de los más acabados ejemplos de economía parasitaria, al considerar que se fundaba en el “sacrificio” de los consumidores, especialmente del área pampeana.

3. Conclusiones

La clase gobernante celebró los resultados tangibles de la nación, expresados en la supremacía del Estado central, la modernización de la infraestructura de transporte y las transformaciones económicas y sociales. Entre ellas se destacaba el moderno complejo azucarero situado en la región noroeste, con centro en la provincia de Tucumán. El relato del desarrollo de la actividad realizado por políticos y empresarios asociaba la industria azucarera moderna con la emergencia de la nación unificada. Se elaboró así una narración dominada por el elogio al “progreso argentino” que trasuntaba un sentido de autoafirmación y representaba el ingreso de la provincia a la modernidad, reflejado en el crecimiento económico. Sin embargo, esa construcción narrativa no estuvo exenta de tensiones, en tanto la versión estuvo atravesada por múltiples imágenes, en las que se colaba la tensión latente entre intereses regionales contrapuestos que emergieron con fuerza en el ámbito parlamentario.

Una versión de ese relato se expresó en la documentación oficial. Sin embargo, esta visión no era necesariamente compartida. El desarrollo de la producción en todos sus niveles implicó el despliegue de las relaciones sociales capitalistas que otorgaron mayor definición a los intereses económicos territorialmente diferenciados, los que pujaron por imponer diferentes relatos del “progreso argentino”. Era inevitable que las distintas visiones encuadraran intereses territoriales contrapuestos que bregaron por reflejarlos en la construcción de políticas económicas.

Se configuró así un relato optimista, celebratorio del “progreso argentino”, que incorporaba a la industria como a la agricultura y ganadería, aunque éstas últimas se recibieron el tratamiento de “industrias madres”, responsables de la expansión económica nacional. Tal designación revelaba la jerarquización de intereses regionales contrapuestos que se expresaron con contundencia en el Congreso nacional, en el contexto de la discusión de las tarifas arancelarias. En ese marco, políticos e industriales tucumanos defendieron con energía los aranceles aduaneros conseguidos en la década de 1880 y, al hacerlo, construyeron una narrativa del desarrollo de la industria azucarera que reivindicaba su carácter emprendimiento genuino, su índole nacional y su vínculo filial con el surgimiento de la nación consolidada.

Referencias

ALONSO, Paula. *Entre la revolución y las urnas. Los orígenes de la Unión Cívica Radical*. Editorial Sudamericana-Universidad de San Andrés, Buenos Aires, 2000.

BALÁN, J. Una cuestión regional en la Argentina: burguesías provinciales y el mercado nacional en el desarrollo agroexportador. En: *Desarrollo Económico*, nro 69, Buenos Aires, 1978.

BRAVO, María Celia; CAMPI, Daniel; SÁNCHEZ ROMÁN, José Antonio. *Azúcar, protección y estrategias empresariales en la Argentina, 1895-1914*, mimeo.

CAMARERO, Hernán; HERRERA, Carlos Miguel. El partido Socialista en Argentina: nudos históricos y perspectivas historiográficas. En CAMARERO, H.; HERRERA, M., (Editores), *El Partido Socialista en Argentina. Sociedad, política e ideas a través de un siglo*, Prometeo, Buenos Aires, 2005.

CORREA DEZA, Florencia, CAMPI, Daniel. La evolución del salario real del peón azucarero, 1881-1927, mimeo, 2007.

CORNBLIT, O., “Inmigrantes y empresarios en la política argentina”, *Desarrollo Económico*, vol 6, 24, enero-marzo de 1967.

DÍAZ, Alejandro, C.F., *Ensayos sobre historia económica argentina*, Amorrortu editores, Argentina, 1983.

FORD, A. G. *El patrón oro: 1880-1914. Inglaterra y Argentina*, Edit. Del Instituto, Buenos Aires, 1966.

GALLO, Ezequiel. La expansión agraria y el desarrollo industrial en la Argentina. *Anuario IEHS*, Nro 13, Tandil, 1998.

GARCÍA, E., Censo de las industrias nacionales. En *Tercer Censo Nacional de la República Argentina*, levantado el 1 de junio de 1914, Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, Belgrano 475, T. VII, Buenos Aires, 1916.

GILBERT, Jorge. Un grupo diversificado. Ernesto Tonquist y compañía. Trabajo presentado en *Jornadas de empresarios y empresas en la Historia Argentina*, Universidad Argentina de la Empresa, Buenos Aires 2001.

GUY, Donna. Refinería Argentina, 1888-1930: límites de la tecnología azucarera en una economía periférica. En *Desarrollo Económico*, V. 28, Nro 111, Bs As, 1988.

MARICHAL, C., *Historia de la Deuda Externa en América Latina*, Alianza, Madrid, 1992.

MORENO, Fraguinals, M., *Economías y Sociedades de Plantaciones en el Caribe Español, 1860-1930*. En Bethell, L. (Ed.), *América Latina: economía y sociedad, c. 1870-1930*, Edit. Crítica, Barcelona, 1991.

PUCCI, Roberto. Azúcar y proteccionismo en la Argentina, 1870-1920. En: CAMPI, Daniel (comp.), *Estudios sobre la Historia de la Industria Azucarera Argentina*, Vol. I, Jujuy, UNT-UNJU, 1991.

REINOSO, Roberto. *La Vanguardia: selección de textos (1894-1955)*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1985.

ROCCHI, Fernando. El imperio del pragmatismo: intereses, ideas, imágenes en la política industrial del orden conservador, *Anuario IEHS*, Nro 13, Tandil, 1998.

SÁBATO, Jorge, *La clase dominante en la Argentina moderna*, CISEA/Imago Mundi, Argentina, 1991.

SANCHEZ, Loria, H., DEL MORAL, E., *Compilación Ordenada de Leyes, Decretos y Mensajes del período constitucional de la Provincia de Tucumán que comienza en el año 1852*, Vol. X, Año 1884, Tucumán, 1918, p. 4 y Vol XVI, Años 1891-1892, Tucumán, 1918.

SCHWARZ, Felipe, La Industria Azucarera en la República Argentina. En *Anales de la Sociedad Científica Argentina*, T. XXII, Buenos Aires, 1886.

TERUEL, Ana. Regulación legal del trabajo en haciendas, ingenios y plantaciones de caña de azúcar en la provincia de Jujuy. Siglo XIX a mediados del XX. En: CAMPI, D. (comp),

Estudios sobre la historia de la industria argentina, T. I., Facultad de Ciencias Económicas, UNT, Unidad de Investigaciones en Historia Regional, UNJU, 1993.

VAZQUEZ-PRESEDO, Vicente, La evolución industrial argentina. En: FERRARI, Gustavo; GALLO, Ezequiel (comps.), *La Argentina del 80 al Centenario*, Buenos Aires, Sudamericana, 1980.

Notas

¹ El censo de 1914 alimentó dicha visión puesto que el 68 % de los propietarios de establecimientos industriales eran extranjeros. Sobre este punto ver: CORNBLIT, 1967.

² Entre 1880-1914 el valor de las exportaciones se incrementó de 50 millones a 500 millones de pesos oro (SÁBATO, 1991, p. 25).

³ Entre las élites regionales que cimentaron el poder de Roca tenía una incidencia especial la tucumana, que había apoyado con decisión y desde un principio la coalición política y social que sustentaba al roquismo.

⁴ *Tercer Censo Nacional de la República Argentina*, levantado el 1 de junio de 1914, Talleres Gráficos de L. J. Rosso y Cía, Belgrano 475, T. VII, Buenos Aires, 1916, p. 546.

⁵ Cornblit, O., "Inmigrantes y empresarios en la política argentina", *Desarrollo Económico*, vol 6, 24, enero-marzo de 1967. 6 Congreso Nacional, *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, Año 1886, T. II, Imprenta de la Tribuna Nacional, Buenos Aires, 1887, p. 666.

⁷ Centro Azucarero Argentino, *Estadística Azucarera*, N° 3, Buenos Aires, 1941, p. 34.

⁸ Hacia 1880 Europa continental se había transformado en exportadora de azúcares. La competencia por los mercados en el marco de un sistema de producción de azúcar dominado por el proteccionismo en el área europea, generó un complejo sistema de comercialización caracterizado por subvenciones y "primas" a la exportación que puso los precios de azúcar de remolacha debajo de toda competencia. (MORENO, 1991, p. 169).

⁹ Según Carlos Marichal el sistema financiero argentino durante la década del 80 alcanzó un alto grado de "federalismo" que no tiene parangón con la situación de los restantes estados latinoamericanos (MARICHAL, 1992, p. 151).

10 SANCHEZ Loria, H. y DEL MORAL, E., *Compilación Ordenada de Leyes, Decretos y Mensajes del período constitucional de la Provincia de Tucumán que comienza en el año 1852*, Vol. X, Año 1884, Tucumán, 1918, p. 4 y Vol XVI, Años 1891-1892, Tucumán, 1918, p. 399.

¹¹ *Diario de Sesiones de la Cámara Nacional de Diputados*, Año 1886, T. II, p.664.

¹² Este grupo controlaba una veintena de sociedades anónimas que articulaba capitales extranjeros, fundamentalmente de origen belga y capitales nacionales. Era propietario de cinco ingenios azucareros que integraban la Compañía Azucarera Tucumana, de estancias en el área pampeana, de plantas industriales diversas, con participación en el negocio cervecero, inmobiliario y financiero (GILBERT, 2001).

¹³ *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados de la Nación*, Año 1886, T. II, Buenos Aires, p. 671.

¹⁴ Sobre este punto ver Bravo, María Celia, Campi, Daniel, Sánchez Román, José Antonio, *Azúcar, protección y estrategias empresariales en la Argentina, 1895-1914*, mimeo.

¹⁵ Este lema se encuentra en los folletos propagandísticos del CAA desde la década de 1920.

¹⁶ Congreso Nacional, *Diario de Sesiones de la Cámara de Diputados*, Año 1891, T. I, p. 354.

¹⁷ *Revista Azucarera*, Año I, N° 6, Buenos Aires, 1.10.1894, pp. 276-281.

¹⁸ *Revista Azucarera*, Año I, N° 4, Buenos Aires, 1.8.1894, pp. 158-159)

¹⁹ El censo nacional de 1895 consideró entre las industrias más importantes a la harinera, que reunía

un capital de 12.131.174 \$ oro; a los saladeros, cuya inversión era de 12.411700 \$ oro; y a bodegas y cervecerías, con 11.457.799 \$ oro. La industria azucarera reunía, por su parte, un capital de 17.472.661 \$ oro (GUY, op. cit., p. 11).

²⁰ En 1904 el Partido Socialistas había conseguido colocar a Alfredo Palacios en la Cámara de Diputados de la Nación.

²¹ Sólo en 1920 la UCR consiguió 84 legisladores adjudicándose la mayoría legislativa.

²² "La Vanguardia", Nro 36, diciembre de 1904. En Reinoso, Roberto, *La Vanguardia: selección de textos (1894-1955)*, Centro Editor de América Latina, Buenos Aires, 1985, p. 53.

²³ Las leyes de conchabo implementaron un sistema coactivo que obligaba al potencial trabajador a vender su fuerza de trabajo bajo pena de prisión. La brecha salarial existente con el litoral se acortó sensiblemente en 1893 como consecuencia de la crisis de 1890, pero volvió a crecer en las primeras décadas del siglo XX por la crisis económica generada por la primera guerra mundial que afectó a todos los trabajadores del país y por el colapso de la actividad azucarera como consecuencia de la plaga del mosaico entre 1916-1917. Hacia 1923 el salario real del obrero de los ingenios tucumanos comenzó un ciclo ascendente como consecuencia del incremento en las remuneraciones generada por la huelga de 1923 y por la reducción general del costo de la vida. (CORREA DEZA; CAMPI, 2007, p. 5- 6).

²⁴ Centro Azucarero Nacional, *La Industria Azucarera Argentina*, Buenos Aires, 1926, p. 23 y 24.

²⁵ El poderoso partido conservador de la provincia de Buenos Aires, dirigido por Marcelino Ugarte, decidió no integrar la coalición y dividió sus fuerzas permitiendo el triunfo del radicalismo en una reñida elección.

²⁶ En 1911 el 72 % de los encuestados por la Revista Argentina de Ciencias Políticas opinaron a favor de una política de libre comercio irrestricta. (GALLO,1998, p. 9-19 y 23-24).

**Os Imigrantes Alemães em Santa Maria:
Estratégias Econômico-Sociais e Inserção
Política em Tempos Imperiais**

Fabrcio Rigo Nicoloso

Possui graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (2009). Tem experiência na área de História. Possui título de Especialista em História do Brasil pela UFSM (2011) e está cursando o Mestrado Acadêmico na Área de História (Área de Concentração: História, poder e Cultura) na Universidade Federal de Santa Maria como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil. Está inserido como integrante do Projeto “Povo de CLIO: educação, cinema e cidadania”, sob Coordenação do Professor Dr. Jorge Luiz da Cunha. Publicou artigo na Revista Latino-Americana de História, v. 1, p. 99-111, 2012. Possui quatro publicações em jornais, sete trabalhos completos em anais de eventos, um resumo expandido, quatorze trabalhos apresentados em eventos e três eventos como organizador.

Jorge Luiz da Cunha

Possui Graduação - Licenciatura Plena em Estudos Sociais, História e Geografia pelas Faculdades Integradas de Santa Cruz do Sul (1982), Mestrado em História Social do Brasil pela Universidade Federal do Paraná (1988) e Doutorado em História Medieval e Moderna Contemporânea - Universitat Hamburg (1994). Foi Diretor do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria - UFSM de 1997 a 2005. Pró-Reitor de Graduação de 2005 a 2010. Membro da Comissão de Implantação da Universidade Federal do Pampa - UNIPAMPA, de 2006 a 2008. É professor titular da UFSM e Assessor do Gabinete do Reitor. No campo da pesquisa dedica-se a temas relacionados com a história das migrações, história da educação, história oral e narrativas (auto)biográficas.

Os Imigrantes Alemães em Santa Maria: Estratégias Econômico-Sociais e Inserção Política em Tempos Imperiais

Fabrcio Rigo Nicoloso
Jorge Luiz da Cunha

O presente artigo tem como objetivo analisar a trajetória econômica e política de imigrantes e descendentes de alemães que se estabeleceram em Santa Maria – RS ao longo do século XIX, no intuito de demonstrar que alguns sujeitos “exponenciais” (WITT, 2008) que passaram a integrar a elite local, em seus processos de acúmulo de fortuna, mantiveram relações de negócios com os círculos sociais mais abastados de Santa Maria de origem não alemã, estreitando laços através de uniões familiares e compadrios, influenciando nos rumos da política local, desde a instalação da primeira Câmara Municipal (1858-1860), no Império.

Para o entendimento da inserção econômica e social de famílias “alemãs”¹ na sociedade santa-mariense do regime político imperial, optamos por utilizar categorias conceituais da micro-história italiana, desenvolvidas por Giovanni Levi (2000), tais como: “estratégias familiares”, “formação de fortuna”, “perpetuação da herança material e imaterial” e “inserção política”.

Para Levi (2000), a compreensão da inserção de determinado grupo parental numa sociedade em específico, torna-se possível, à medida que o historiador tome o conceito de grupo familiar como sendo fruto de um conjunto de estratégias adotadas pelos indivíduos envolvidos para expandir os contatos do seu “núcleo”, pondo-o em relação com outros núcleos familiares, estreitando vínculos econômicos e interesses particulares, possibilitando a ampliação e conservação de patrimônios (herança material), bem como o fortalecimento do pres-

tígio político e status social (herança imaterial).

Não pretendemos analisar as estratégias sociais das famílias alemãs em Santa Maria como um aspecto histórico isolado do contexto estadual e nacional, pois entendemos ser fundamental considerar a “cotidianidade de uma situação vivida por um grupo de pessoas envolvidas nos acontecimentos locais, mas, ao mesmo tempo, interligadas a fatos políticos e econômicos que fogem ao seu controle direto” (Ibid., p. 46).

Iniciaremos explicando sobre o conceito de família por nós adotado, seguindo a linha de pensamento de Giovanni Levi. Para o autor, a concepção tradicional de família limitada a um único núcleo familiar “oculta as estratégias a cunho de núcleos parentais não residentes no mesmo local”. As transações econômicas “se vistas como expressão de um mercado impessoal encobrem as regras de reciprocidade que antecedem as transações” (Ibid., p. 47). Neste sentido, reconstituiremos a trajetória das famílias Appel e Beck na sociedade Santa-mariense levando em conta a extensão de seus núcleos a outras famílias, tanto “nacionais”² quanto de origem “alemã”.

Pela leitura e análise do inventário de João Appel, podemos afirmar que em seu processo de inserção econômica e social na localidade ele obteve êxito, tanto pela fortuna material acumulada, quanto pela herança imaterial deixada aos seus descendentes, em terras e escravos sob a propriedade de sua família, assim como em influência política e status social que colocou o nome Appel entre as famílias mais tradicionais da elite³ santa-mariense. Constatado este fato, nos sentimos instigados a decifrar a seguinte questão: como o patriarca conseguiu elevar sua família ao status dos grupos mais tradicionais da Vila de Santa Maria⁴, aumentando consideravelmente seu patrimônio e vindo a integrar as redes de poder e mando local?

Alguns livros de pesquisadores locais sobre a imigração alemã em Santa Maria, de cunho memorialista, muitos deles apoiando-se na obra de João Belém, por muitos utilizada como um manual da história de Santa Maria, dão corpo à lógica de que imigrantes como João Appel enriqueceram apenas pelo seu trabalho, perseverança e tino para os negócios, numa ideia de trabalho protestante, quase beirando ao puritanismo. Através desta pesquisa, pretendemos nos inserir numa nova vertente historiográfica que aborda o acúmulo de fortuna e a inserção política sob o olhar da micro-história e da nova história das elites, como a exemplo dos trabalhos de Gláucia Külzer (2009), Jonas Vargas (2007) e Marcos Witt (2008). Lançando um olhar crítico ao processo de inserção social dos Appel, analisaremos os vínculos familiares e de compadrio criados e cultivados com os Oliveira e os Alves Valença, que possibilitaram principalmente a inserção nos círculos de influência política local, já que a fortuna por si só não garantia a João Appel e seus descendentes a atuação política, levando em consideração as restri-

ções que o Império impunha à participação política dos estrangeiros: era preciso conquistar status social, adentrando os círculos da elite local.

Este mesmo raciocínio adotaremos para compreender a inserção e ascensão social da família Beck, das relações e vínculos que manteve com outros grupos parentais, sendo interessante estabelecer uma análise comparativa em relação aos Appel.

João Belém faz uma curta referência à chegada de André Beck no ano de 1837, na função de tamanqueiro. Entretanto, nosso enfoque neste trabalho será voltado à análise do inventário de seu irmão, Pedro, que como comerciante acumulou uma pequena fortuna para os padrões da época em moeda, através de seus negócios, que também tem relações com os vínculos e contatos que manteve com outras famílias. A inserção econômica da família através do comércio, possibilitada pelas estratégias familiares e pela gestão no ramo dos negócios, projetou politicamente as gerações seguintes dos Beck, como a exemplo de Ernesto Beck, primogênito de André, que lutou na Guerra do Paraguai, obtendo a patente de Coronel, vindo a ser nomeado por Júlio de Castilhos como Coronel da Guarda Nacional de Santa Maria na primeira década do regime republicano, sendo um dos maiores líderes do Partido Republicano a nível local.

O texto será dividido em dois capítulos. No primeiro buscaremos entender os contextos social e político do Brasil e do Rio Grande do Sul, após a regularização da lei de terras de 1850, para que seja possível inserir Santa Maria nas estruturas políticas do Império, a partir da instalação da primeira Câmara Municipal (1858-1860). No segundo capítulo faremos o esforço para reconstruir as trajetórias das famílias alemãs que se estabeleceram em Santa Maria a partir da década de 1830, apoiando o enfoque sobre os ramos dos Appel e dos Beck, para entender como se inseriram na vida econômica, social e política local ao longo do século XIX.

I. Terra e Poder: Considerações Sobre o Contexto Brasileiro e Rio-Grandense após a Promulgação da Lei de Terras de 1850

Para que possamos compreender a inserção social e política dos imigrantes alemães em Santa Maria, que é o nosso objetivo neste trabalho, pensamos ser necessário fazer primeiramente uma análise de como estavam se amarrando as relações econômicas e políticas da Província do Rio Grande do Sul com a Coroa imperial no momento histórico posterior à regulamentação da Lei de Terras de 1850, que gerou mudanças significativas nas formas de conceber as relações de trabalho e o trato com a propriedade rural.

Esta contextualização se dará na forma de um diálogo com a historiogra-

fia que esclarece as implicações legais da lei de terras e reflete sobre os acordos e conflitos envolvendo a posse da terra, considerando aspectos como a grilagem e outras estratégias utilizadas por “nacionais” e imigrantes na tentativa de burlar o pagamento de impostos referentes à regularização dos terrenos, previstos pela lei. Dentro desta questão, buscaremos abordar também as redes de poder local, as estratégias familiares, que possibilitavam a aquisição de poder econômico e de status político e social. Adotando esta linha de raciocínio, torna-se possível relacionar o poder proveniente da terra com a influência política que certas famílias passaram a exercer a nível local, provincial, algumas vezes chegando à Corte, através de relações de compadrio e vínculos de parentesco e amizades, por meio da ação dos “mediadores políticos”, que se utilizavam de sua condição de bacharéis, para fazer a mediação entre os interesses locais, de suas famílias e de suas redes clientelares e a política das Cortes.

Emília Viotti da Costa (1999) analisa as mudanças na forma de conceber as políticas de terra e trabalho no Brasil como sendo parte da expansão dos mercados e do desenvolvimento do capitalismo no século XIX. Como potência econômica precursora da revolução industrial, a Inglaterra pressionou outras economias nacionais a regularizar a propriedade da terra de acordo com as novas necessidades econômicas e novos conceitos de terra e trabalho. Segundo a autora:

A lei de terras decretada no Brasil em 1850 proibia a aquisição de terras públicas através de qualquer outro meio que não fosse a compra, colocando um fim às formas tradicionais de adquirir terras mediante doações da Coroa. [...] O tamanho das “posses” (terra adquirida por meio de ocupação) foi limitada pela lei: elas não podiam ser maiores do que a maior doação feita no distrito em que se localizavam. [...] Criou-se um serviço burocrático encarregado de controlar a terra pública e de promover a colonização: a Repartição Geral de Terras Públicas. (Ibid., p. 171).

Estas mudanças promovidas na legislação referente à propriedade da terra não passaram sem gerar conflitos entre os parlamentares e mesmo entre os proprietários, pois não houve uma mudança brusca de mentalidade econômica que acompanhasse esta reforma de cunho jurídico e político. Esta historiadora coloca que havia um conflito entre duas diferentes concepções de propriedade da terra, concepções estas que representavam uma maneira moderna e outra tradicional de encarar o problema. Para a autora houve no Brasil um período de transição que se iniciou no século XVI e se encerrou apenas no XX, de um momento histórico no qual a terra era vista como domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público.

Esta mudança gradativa de mentalidade em relação à posse da terra resultou numa forma diferenciada de pensar a posição social, pois nos tempos da

Colônia, quando a terra era concedida pela Coroa, o poder econômico derivava do prestígio social, já no período após a Lei de Terras, o prestígio social era algo que podia ser comprado.

A autora, ao trabalhar os dispositivos legais da Lei de Terras, demonstra que a partir de sua aplicação, deveria se dar a demarcação de todas as propriedades e que sujeitaria todos os títulos de registro, que “legitimaria a propriedade, terminando com as disputas de terra que contaminavam a sociedade e facilitando a compra e venda de terras” (Ibid., p. 179).

Em trabalho mais recente, Cristiano Luís Christillino (2010), ao analisar a aplicação da Lei de Terras no Rio Grande do Sul, trabalha justamente com os problemas e contradições decorrentes da tentativa de regularização da posse da terra por parte do governo da província, que encontrou oposição de posseiros e proprietários, que para driblarem os dispositivos judiciais e os impostos, recorreram a práticas como a grilagem⁵ e a medição intencionalmente equivocada de suas terras.

Para entender como que os estancieros rio-grandenses lidaram com a questão da lei de terras, Christillino (2010) vai atrás dos vestígios deixados pelos sujeitos de elite, num esforço de reconstrução de suas trajetórias sociais e políticas, no intuito de demonstrar como se caracterizava a figura do proprietário de terras no Rio Grande do Sul, e é este aspecto em particular de seu estudo que nos interessa para compreender a organização da sociedade rio-grandense no período imperial. O autor aponta para uma sociedade de caráter militarizado:

[...] os militares foram o grupo social que mais se destacou na sociedade sul-rio-grandense ao longo do Segundo Reinado. Se por um lado, esse grupo perdia seus cargos e mandatos políticos para os bacharéis, por outro, preservava seu espaço de atuação, pois, muitas vezes, fazia parte das estratégias das famílias dos chefes guerreiros formarem os filhos antes de iniciá-los no mundo político. Ou ainda, faziam investimentos na carreira dos genros. (Ibid., p. 79).

Podemos observar nesta passagem, que o autor destaca a importância dos militares como grupo social de maior destaque, embora no Segundo Reinado já estivessem ganhando espaçosas figuras dos Bacharéis. Segundo seu estudo, a formação dos bacharéis fazia parte das estratégias dos chefes guerreiros das famílias tradicionais, formando os filhos ou os genros antes de iniciá-los na vida política. Assim, a classe dos bacharéis estaria numa posição subordinada às estratégias sociais dos chefes militares.

Importante notar que o autor faz referência ao papel exercido pelas estratégias familiares, como uniões matrimoniais, como porta de acesso ao mundo das famílias tradicionais da província. Tecendo considerações sobre esta elite militar, ele destaca o papel exercido pelos chefes da Guarda

Nacional, que pelas Campanhas militares teriam conseguido grande espaço de atuação política no Rio Grande do Sul.

O aspecto fundamental a ser percebido na análise deste historiador é que a posse da terra por determinadas famílias, fruto de uma ascensão social obtida por estratégias matrimoniais, ou pela patente militar e atuação em guerras, como a do Paraguai, possibilitou que seus chefes tivessem uma grande inserção política, com influência nos meios das Cortes, obtendo benesses e vantagens, dentre elas no que se relaciona com o não cumprimento dos requisitos legais da Lei de Terras, através de estratégias como a grilagem. Como consequência desses jogos de poder “milhares de hectares de terras públicas ou então de pequenos posseiros foram parar nas mãos de muitos comandantes da milícia [...]” (Ibid., p. 80). Os sujeitos que conseguiram aumentar seus patrimônios e acumularam terras, mesmo com a vigência de uma lei que deveria limitar este acúmulo, foram aqueles que souberam costurar suas redes de influência, que através do casamento ou do apadrinhamento entraram nos círculos das famílias tradicionais, adquirindo status social e exercendo influência política.

No que se refere às estratégias da elite política do Rio Grande do Sul, Jonas Moreira Vargas (2007) desenvolveu em sua dissertação de Mestrado em História um estudo voltado para a compreensão das relações políticas estabelecidas entre as elites locais e o mundo da Corte e, diferentemente da abordagem de Christillino, destaca a atuação dos Bacharéis e trabalha com o conceito de “mediadores políticos”, aqueles que através do status que o título de bacharel lhes conferia adentravam os círculos da Corte e faziam a ponte entre os interesses de suas famílias ou redes de relações locais e provinciais e a política imperial.

Este historiador desenvolveu uma análise muito interessante sobre as estratégias familiares e relações de compadrio:

Ao regressarem para as estâncias ou propriedades de seus pais com seu diploma, uma etapa do projeto familiar já estava garantida, mas nem tudo era tão simples assim. Os períodos de crise econômica faziam com que muitos abandonassem os cursos pela metade. Outros, mesmo formados, não conseguiam o emprego desejado tão facilmente. Neste panorama de oscilações, um lugar na magistratura era uma fonte de renda bastante segura, mas o perigo de uma remoção a qualquer momento era uma ameaça àqueles que não possuíssem bons padrinhos políticos. (VARGAS, 2007, p. 45).

Neste fragmento fica claro o quão importante era para a sobrevivência de um grupo político, ou dos interesses de um núcleo familiar, estabelecer vínculos duradouros com outras instâncias de poder, ou seja, ter bons e influentes padrinhos políticos. Estas redes de relações garantiam, como vimos anteriormente, o acúmulo de terra e fortuna, como também o futuro profissional numa determinada área ou a

sobrevivência política do grupo na conjuntura política do Império.

Após esta contextualização, vamos dar início à análise do objeto de pesquisa delimitado para este trabalho: a inserção social dos imigrantes e descendentes de alemães em Santa Maria, com o enfoque voltado para a reconstrução das trajetórias das famílias Appel e Beck, no período imperial. Sandra Pesavento (1980) ao analisar a inserção política dos imigrantes ao longo do Império afirma que sua atuação política foi quase nula, pois as leis que limitavam a participação de estrangeiros e naturalizados, também os limites de renda e a restrição aos acatólicos, no caso dos imigrantes alemães o protestantismo, não permitiam que os sujeitos de origem estrangeira pudessem lançar suas candidaturas a cargos mais significativos a nível provincial.

A autora, adotando o ponto de vista de Gramsci para compreender a categoria Estado, vê uma organização social no Rio Grande hierárquica e verticalmente constituída, em que no topo do poder estariam os estancieiros, vindo a seguir o elemento imigrante bem sucedido nos negócios, banqueiros, comerciantes e negociantes e na base dessa organização estariam os colonos pequenos proprietários. Nesta forma de análise, Pesavento coloca que os imigrantes alemães que atuavam no comércio, na indústria e na política de crédito tinham uma margem significativa de atuação política, mas que era restrita ao nível local, às Câmaras de Vereadores, em função do status social adquirido e de sua influência econômica, mas, em contrapartida, os pequenos colonos eram tidos apenas como massa de manobra eleitoreira. É justamente no ponto da atuação política dos imigrantes alemães que acumularam fortuna e adentraram o mundo das elites locais que vamos aprofundar no próximo capítulo, embasando nossa análise em trabalhos recentes que abordam a inserção social e política dos imigrantes sob o viés da micro-história italiana, dialogando com as Teses de Witt (2008) e Tramontini (2003), que trabalharam estes aspectos respectivamente no litoral Norte e em São Leopoldo.

2. Os Imigrantes Alemães entre Estratégias Sociais e Interesses Políticos em Santa Maria no Contexto do Império

Iniciaremos este capítulo justificando que nosso estudo insere-se na nova historiografia da imigração alemã no Rio Grande do Sul e tem como base de inspiração teórico-metodológica os trabalhos de Marcos Antônio Witt (2008) e Marcos Justo Tramontini (2003), que abordam a inserção social dos imigrantes levando em conta as estratégias familiares, as relações de compadrio e as redes clientelares, os mecanismos adotados pelos imigrantes “exponenciais” para acumularem fortuna, aumentando seus patrimônios familiares e alcançando

status social de elite local. Estes dois trabalhos rompem com a tese do isolamento étnico, proposta pela historiografia da imigração até meados dos anos 1970, por autores como Roche (1969). Ao romper com a tese do isolamento, esta vertente historiográfica mais recente demonstrou que os imigrantes que ascenderam socialmente procuraram desde sua chegada estreitar laços familiares e de negócios com tradicionais famílias locais não apenas para acumular fortuna, mas principalmente visando participar dos trâmites da política local, pois assim estariam garantindo a perpetuação de seus interesses e dos nomes de suas famílias no status quo dos círculos de elite. Além de buscarem inserção social, os “exponenciais”⁶ estendiam suas estratégia familiares para mais de uma localidade, expandindo sua parentela e suas redes de influência em São Leopoldo, no litoral norte e, até mesmo, na capital da Província, Porto Alegre.

Passemos agora a traçar o perfil político de Santa Maria durante finais dos anos 1850 e inícios da década de 1860. Desde a criação da primeira Câmara Municipal no ano de 1858, era visível o “predomínio do elemento germânico nos negócios públicos do município”, sendo que na última Câmara “dos sete membros que a compunham, apenas dois não eram de origem alemã” (BELÉM, op.cit., p. 110).

Jonas Vargas (2010) diz que talvez tenha sido muito em função deste predomínio das famílias alemãs na política a nível local que Santa Maria obteve somente dois Deputados provinciais no Império, José Alvez Valença F^o e Pantaleão José Pinto, pois “até 1881, os alemães eram proibidos por lei de concorrerem a tais cargos, o que reduzia seu nível de influência apenas ao município” (Ibid., p. 304). Para este autor, durante o Segundo Reinado, os Bacharéis eram os mais aptos a ocuparem os altos cargos da província e como nas décadas de 1850-60 Santa Maria não possuía advogados, “a comunidade local precisava de outros agentes para intermediar pedidos e captar recursos para suas regiões” (Ibid., p. 289). Portanto, havia a necessidade de um mediador político local para intermediar as relações com a Capital, como o autor esclarece:

Essa necessidade torna-se mais evidente ao constatarmos a profunda dependência com que as Câmaras municipais foram colocadas dentro da configuração política da época. Com pouca autonomia e escassos recursos econômicos, elas dependiam das instâncias de poder da capital, tanto para aprovar seu orçamento, quanto o código de posturas, entre outras medidas. No que diz respeito a Guarda Nacional, a interferência do executivo provincial e do Ministério da Justiça também era significativa, uma vez que seus oficiais deixaram de ser eleitos e passaram a ser nomeados por estes agentes do poder central, após 1850. (Ibid., p. 289).

No que diz respeito ao nosso tema neste trabalho, o diálogo com esta pesquisa desenvolvida por Jonas Vargas é importante principalmente por perceber-

mos que, devido à predominância de sujeitos de famílias de origem alemã na política local, através da atuação na Câmara de Vereadores, desde sua primeira formação (1858-1860), os poderosos proprietários locais, como a exemplo de José Alves Valença, que era a maior autoridade de Santa Maria no período, buscaram estreitar laços familiares com os “alemães”, como no caso da união matrimonial de José Alves Valença Júnior com Ana Luíza Appel e de sua filha mais velha, Maria Alves Valença com o Alferes Maximiano José Appel. Portanto o Coronel José Alves Valença casou dois de seus filhos com dois herdeiros do comerciante e proprietário de terras João Appel. É destas relações que passaremos a tratar a seguir.

Para tornar palpável a compreensão de como algumas famílias de origem alemã que se estabeleceram em Santa Maria, na maior parte dos casos provenientes da Colônia São Leopoldo, chegaram à década de 1860 com tanto prestígio e poder local, passaremos a partir de agora a investigar a trajetória dos Appel e dos Beck, duas famílias de comerciantes que tiveram trajetórias de ascensão social e atuação política distintas. Faremos a análise dos inventários de João Appel⁷ (comerciante/proprietário) e Pedro Beck⁸ (comerciante), para num estudo comparativo tentarmos reconstruir suas trajetórias e demonstrarmos em qual caso houve mais êxito econômico e social.

No inventário de João Appel, concluído no ano de 1864, consta que ele deixou 5 herdeiros, uma fortuna de 29:203\$424 em bens móveis, 17:550\$000 em semoventes, 24:600\$000 em propriedades, 50:453\$454 em dívidas ativas, totalizando uma quantia de 121:806\$878.

Pedro Beck, que teve inventário levantado em 1863, deixou 3 herdeiros, 2:546\$322 em bens móveis, 5:846\$322 em propriedades, 9:504\$877, não havendo a posse de semoventes, somando a fortuna de 9:504\$879.

Analisando a comparação dos dois inventários podemos perceber uma disparidade enorme entre as heranças deixadas para suas famílias por João Appel e Pedro Beck. Além desses dados quantitativos, vale acrescentar que o valor de 17:550\$000 (Dezessete contos, quinhentos e cinquenta mil Réis) que consta nos semoventes de João Appel correspondia à sua escravaria, num total de 23 escravos, valor este quase duas vezes maior do que o total da fortuna de Pedro Beck.

Para que tenhamos uma noção mais clara das faixas de fortuna em que se situavam as famílias “alemãs” de Santa Maria no período estudado e das famílias ou sujeitos “exponenciais” que ocupavam o topo da pirâmide social local, tomaremos de empréstimo a análise desenvolvida por Gláucia Külzer em sua Dissertação de Mestrado, defendida no ano de 2010:

[...] a maior parte dos inventariados teuto-alemães (73%) se fixava na faixa entre 1 a 1.000 libras, perfazendo apenas 19% da riqueza. Os indivíduos que pertenciam à faixa localizada entre 1.000 a 10.000 libras representavam apenas 27% dos inventariados possuindo 81% da riqueza. Estes da-

dos revelam que a maioria dos teuto-alemães que realizaram inventário em Santa Maria no período entre 1858-1889 não possuíam grande fortuna. No período analisado, consideramos a faixa, acima de 10.000 libras, representativa de uma grande fortuna. É o caso, de um único inventário com um cabedal de 16. 651,18 libras que detinha sozinho 26% da riqueza total. (KÜLZER, 2010, p. 55).

O caso a que a autora se refere de um único inventário levantado, dentre todos os “alemães” de Santa Maria, que ultrapassava a faixa de fortuna de 10.000 libras, detendo sozinho 26% da riqueza total, era o de João Appel. Esta autora diz ainda que “a fortuna desse senhor integrava o seletor grupo de apenas cinco indivíduos dos 253 inventários, com um monte bruto superior a 10.000 libras” (Ibid., p. 55). Através destes dados, pode-se ter uma ideia clara da fortuna deixada por João Appel à sua família, não apenas enquanto bens materiais, mas no que se refere ao poder econômico e político local e ao status social que este “patriarca” deixou como “herança imaterial” à sua esposa e herdeiros, não apenas elevando o nome da família acima de todos os outros grupos familiares de origem alemã de Santa Maria, mas o colocando lado a lado aos cinco indivíduos mais afortunados de toda a região.

Tendo em vista estes mesmos dados levantados por Külzer, podemos ter uma ideia da posição ocupada pelo outro inventariado que estamos analisando, Pedro Beck. No caso do presente estudo comparativo de caso, podemos fazer a conversão de libras para Contos de Réis, simplesmente por um raciocínio lógico. Se o total que consta no inventário de João Appel soma 121:806\$878 e Gláucia Külzer o coloca entre as fortunas acima de 10.000 libras, podemos supor que a fortuna de Pedro Beck, avaliada em 9:504\$879, esteja na faixa entre 1 e 1.000 libras, portanto dos indivíduos que não possuíam grande fortuna.

A comparação feita acima entre os patrimônios de João Appel e Pedro Beck foi elaborada com a prévia intenção de responder a algumas questões e a escolha pela análise de dois personagens com inserção social tão distinta foi intencional: Considerando a gigantesca disparidade entre os inventários destes dois imigrantes e o fato de que ambos se estabeleceram na comunidade santamariense como comerciantes: 1 - quais os caminhos percorridos por estes dois personagens em suas trajetórias de inserção na sociedade santamariense?; 2 - Quais as estratégias sociais, como laços matrimoniais, compadrios, vínculos de negócios e redes de relações por eles construídos?

Iniciemos reconstituindo a trajetória de João Appel. Este imigrante estabeleceu-se em Santa Maria no ano de 1830 com o ofício de alfaiate (BELÉM, op.cit., p. 111). Esta informação por si só deixa claro o abismo existente entre o João Appel alfaiate, ex-combatente do 28º Batalhão de atiradores, quando chegou à Santa Maria e o grande proprietário João Appel que deixou à sua família uma

imensa fortuna, além de grandes propriedades e 23 escravos. Como se deu esta ascensão? Buscaremos as respostas na compreensão do emaranhado de relações e vínculos que este personagem estabeleceu com tradicionais famílias da elite local.

Primeiramente, um ano após sua chegada, em 1831, contraiu matrimônio com Ana Maria de Oliveira, filha de Maximiano José de Oliveira, patriarca de tradicional família de elite e grande proprietário para os padrões de Santa Maria (Külzer, 2009). Deste casamento resultou o nascimento de cinco filhos: Maximiano, João, Leopolda, Guilhermina e Ana (BELÉM, op.cit., p. 112). O memorialista João Belém faz a seguinte colocação: “Tendo conseguido capital em sua alfaiataria, atirou fora sua tesoura e abriu uma casa comercial do gênero das boas casas comerciais da campanha” (Ibid., p. 112). Pensando em cima dessa afirmação de Belém, podemos pré-conceber que João Appel já tenha chegado a Santa Maria com um capital considerável que lhe possibilitou abrir uma casa comercial. Mas para se inserir plenamente nas relações sociais da elite local nos tempos da política da Coroa não bastava deter fortuna material, era preciso conquistar status para poder ingressar nas relações de poder. Neste sentido João Appel somou o seu patrimônio material e imaterial aos Oliveira, penetrando o círculo de relações desta tradicional família santa-mariense e vindo com isso a crescer economicamente, conseguindo exercer influência política local.

Nos anos 1850, a família Appel já estava consolidada com o status de família de elite local, com seu patrimônio constituído e com os interesses do patriarca representados na primeira Câmara Municipal de Santa Maria, através da atuação política de seu filho primogênito, Maximiano José Appel como suplente de Juiz Municipal de órfãos, que veio a subir de função na quarta Câmara Municipal, quando exerceu o cargo de Vereador ao lado de seu sogro, José Alves Valença.

O status adquirido pelos Appel por meio das estratégias trilhadas pelo patriarca da família desde os seus primeiros anos em Santa Maria possibilitou o estreitamento de laços com outra das famílias mais tradicionais da localidade nos anos 1850-60, os Alves Valença, cujo patriarca, o Coronel José Alves Valença era a figura política mais influente da região, vindo a ser nomeado o primeiro chefe da Guarda Nacional de Santa Maria. Neste caso, as uniões matrimoniais dos herdeiros eram de interesse tanto de João Appel quanto de José Alves Valença. Para o primeiro era uma possibilidade de, indiretamente, adentrar na política da Corte, já que José Alves Valença mantinha fortes relações com importantes autoridades políticas da Capital. Para o segundo, entrando no círculo de relações de uma tradicional família de comerciantes de Santa Maria, estaria ampliando seu patrimônio material e fortalecendo sua autoridade política a nível local, já que as famílias alemãs dominavam a política na Vila.

As estratégias sociais adotadas pelos Appel e as alianças políticas que a família construiu possibilitaram a obtenção de vantagens e a defesa de interesses. Como

exemplo, podemos citar o fato de que, mesmo uma década depois da aprovação da Lei de Terras de 1850, o imenso patrimônio de João Appel, tanto em terras quanto em escravos manteve-se intacto, pois há grande possibilidade de que os contatos que a família manteve com o governo da Província através dos Alves Valença, tenham lhes assegurado garantias econômicas e sociais.

No caso da família Beck, seu patriarca, Pedro, não foi tão astuto quanto João Appel nas redes de relações que estabeleceu. Não temos como afirmar com exatidão a data em que Pedro Beck se estabeleceu na Vila, mas encontramos em Belém (2000) a informação de que seu irmão, André, chegou a Santa Maria em 1837 exercendo a função de Tamenheiro, então acreditamos que ele tenha chegado no mesmo período. Sobre este personagem a única fonte de informação a que tivemos acesso até o presente momento, foram os inventários, o seu e o de André. Pela análise qualitativa do inventário de Pedro Beck podemos concluir que era comerciante e que foi proprietário de uma grande casa de comércio, pois em seus bens móveis consta uma série de artigos para venda, como peças de algodão, botas de couro, peças de chitas, camisas brancas, chapéus para senhoras, dentre tantas outras.

Ao que consta no inventário em suas dívidas ativas, como comerciante, manteve negócios com figuras importantes a nível local, ganhando destaque alguns nomes, dentre eles José Alves Valença e Pedro Cassel. Pedro Beck estreitou vínculos familiares com outros núcleos de origem alemã, como no caso da família de Pedro Cassel, negociante matriculado no Tribunal de Comércio do Império, que tinha uma casa de negócios na paróquia e foi tutor de suas três filhas.

Durante o período de tempo explorado neste trabalho, do final da década de 1850 a meados de 1860, a família Beck não teve atuação política como no caso dos Appel. Somente nos primeiros anos da República é que Ernesto Beck, sobrinho de Pedro Beck veio a ocupar o cargo de Coronel da Guarda Nacional de Santa Maria, sendo um dos líderes republicanos de maior representação no poder local. Muito do prestígio conquistado por Ernesto Beck deveu-se ao fato de ter lutado na Guerra do Paraguai e, assim como outros “alemães”, obteve a patente de Coronel.

3. Conclusão

Finalmente, após esta breve reconstrução das trajetórias das famílias Appel e Beck, em suas inserções sociais, podemos perceber com clareza o quão importante era para o sucesso de uma família de origem imigrante para atingir o status de elite e garantir a perpetuação de sua herança material e imaterial, estabelecer vínculos duradouros com outros grupos familiares tradicionais, principalmente com famílias de proprietários “nacionais” locais, que já possuísem um status social e um patrimônio material constituídos.

Referências

- BELÉM, João. *História do Município de Santa Maria: 1797–1933*. 3. ed. Santa Maria: UFSM, 2000.
- CHRISTILLINO, Cristiano Luís. *Litígios ao sul do Império: a Lei de Terras e a consolidação política da Coroa no Rio Grande do Sul (1850-1880)*. Tese (Doutorado em História). Universidade federal Fluminense, Niterói, 2010.
- COSTA, Emília Viottida. *Da Monarquia à República: momentos decisivos* – 6 ed. – São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.
- HEINZ, Flávio M. *Por outra história das elites*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- KÜLZER, Gláucia Giovana Lixinski de Lima. *De Sacramento à boca do Monte: A formação patrimonial de famílias de elite na Província de São Pedro (Santa Maria, RS, século XIX)*. 2009. Dissertação (Mestrado em História). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2009.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. O imigrante na política rio - grandense. In: DACANAL, José Hildebrando & GONZAGA, Ségius, org. **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.
- ROCHE, Jean. *A Colonização Alemã e o Rio Grande do Sul*. (tradução de Emery Ruas). Porto Alegre: Editôra Globo, 1969.
- TRAMONTINI, Macos Justo. *A organização social dos imigrantes. A colônia de São Leopoldo na sua fase pioneira 1824-50*. São Leopoldo: Editora da UNISINOS, 2000.
- VARGAS, Jonas Moreira. As duas faces do coronel Valença. In. WEBER, B. T., RIBEIRO, J. I. *Nova história de Santa Maria: contribuições recentes*. Santa Maria, 2010.
- _____. *Entre a Paróquia e a Corte: uma análise da Elite Política do Rio Grande do Sul (1868-1889)*. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.
- WITH, Marcos Antônio. *Em busca de um lugar ao sol: estratégias políticas, imigração alemã, Rio Grande do Sul, século XIX*. São Leopoldo: OIKOS, 2008.

Notas

¹ Utilizaremos o termo alemães quando nos referirmos aos diferentes grupos culturais que imigraram de regiões que hoje correspondem ao território de Estado Alemão para o Império do Brasil, durante as três primeiras etapas da imigração alemã para o Rio Grande do Sul no século XIX (CUNHA, 1991). Isto tendo em conta que o Rio Grande recebeu levas migratórias principalmente da região do Hunsrück e do Reino da Prússia, mas também de Bremen, Hamburgo, dentre outras regiões.

² O conceito de “nacionais” será utilizado quando fizermos referência aos indivíduos, ou grupos parentais de origem não germânica, que já se encontravam em Santa Maria quando da chegada dos imigrantes alemães no século XIX, que eram famílias tradicionais de elite a nível local, que exerciam influência política, conforme trabalhou Witt (2008) para compreender a inserção dos imigrantes alemães em meio às comunidades dos nacionais no Litoral Norte e em São Leopoldo.

³ Compreendemos o termo elite conforme Heinz (2006): “entende-se por esta palavra, segundo o caso, os dirigentes, as pessoas influentes, os abastados, ou os privilegiados”, apontando para uma “vasta zona de investigação científica cobrindo profissionais da política, empresários, legisladores, etc., e não evoca nenhuma implicação teórica particular” (HEINZ, 2006, p. 08).

⁴ No ano de 1797 é fundado o Acampamento de Santa Maria. Em 28 de julho de 1810, o povoado passou à condição de Curato de Santa Maria, devido à fundação da primeira Capela (BELÉM, 2000). “Por Lei Provincial n. 6, de 17 de novembro de 1837, foi criada a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte, passando, por isso, o Curato à Paróquia, o que quer dizer que deixava de ser Capela Curada filial da Matriz de Cachoeira para ser também Matriz” (Ibid., p. 95). “Por Lei Provincial de n. 400, de 16 de dezembro de 1857, a Freguesia de Santa Maria da Boca do Monte foi elevada à categoria de vila, sendo, em 17 de maio de 1858, instalado o novo Município [...]” (Ibid., p. 105). Portanto, como neste trabalho centramos nosso enfoque no período da fundação da primeira Câmara de Vereadores de Santa Maria no Império (1858) até meados dos anos 1860, trata-se do momento histórico da localidade enquanto Vila de Santa Maria da Boca do Monte, já emancipada de Cachoeira.

⁵ Segundo Christillino (2010, p. 24) “a grilagem é um denominação recente a uma prática social que tem suas raízes no sistema sesmarial. O termo foi utilizado para denominar as apropriações de terras fraudulentas, baseadas na falsificação dos documentos de comprovação do direito à terra, especialmente a partir da expansão da colonização no Centro-Oeste, em meados do século XX. A palavra grilagem não aparece na documentação do século XIX, consta apenas a expressão “apropriação criminosa”. O uso de irregularidades no acesso a terras é bem anterior à “marcha do Oeste”, quando foi consagrada a palavra grilagem. Assim, a mesma designação, termo mais contemporâneo do processo de ocupação ilícita da terra, também pode ser aplicada às fraudes presentes no processo ilegal à propriedade fundiária no século XIX.

⁶ Este termo é trabalhado por Witt (2008) para definir os imigrantes que adentraram o mundo das elites locais, que tinham suas ações caracterizadas pela influência política e por seu status social.

⁷ Inventário João Appel. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo Santa Maria, Nº 2, Maço 1, Estante 149, ano: 1864.

⁸ Inventário Pedro Beck. Arquivo Público do Estado do Rio Grande do Sul (APERS). Fundo Santa Maria, Nº 48, Maço 2, Estante 114, ano: 1863.

PARTE II

**Vargas e a Igreja: as Relações de Poder na
Ressignificação da Romaria do Caaró
a partir das Mídias, 1937-1945**

Diosen Marin

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil (2011) e Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, na Linha de Pesquisa Integração, Política e Fronteira, Bolsista CAPES.

Julio Ricardo Quevedo dos Santos

Possui graduação em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1985), mestrado em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1991) e doutorado em História Social pela Universidade de São Paulo (1997). Atualmente é professor associado 3 da Universidade Federal de Santa Maria. Atua nos Programas de Pós-Graduação Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural e Mestrado Acadêmico em História, ambos pela UFSM. Tem experiência na área de História, com ênfase em História Latino-Americana, atuando principalmente nos seguintes temas: história da integração latino-americana, história cultural, relações de poder, cultura e história, integração latino-americana e identidade latino-americana.

Vargas e a Igreja: as Relações de Poder na Ressignificação da Romaria do Caaró a partir das Mídias, 1937-1945

Diosen Marin

Júlio Ricardo Quevedo dos Santos

Em novembro de 1628, três homens destacam-se por serem os primeiros evangelizadores em terras que, posteriormente, seriam brasileiras, mais especificamente sul-riograndenses. Nesse período a região ainda era domínio espanhol, sendo que esses homens são: Roque González de Santa Cruz, Alonso Rodriguez e Juan del Castillo.

Esses homens nasceram em diferentes lugares, Alonso e Juan na Espanha e Roque no Paraguai. Eram todos de famílias abastadas, mas tornaram-se sacerdotes e uniram-se na morte. No dia 15 de novembro de 1628, foram mortos os padres Roque González e Alonso Rodriguez na localidade de Caaró, e dois dias depois, na localidade de Assunção de Ijuí, foi assassinado o padre Juan del Castillo.

Após o martírio, no ano de 1629, foi iniciado o processo de reconhecimento dos padres como mártires da Igreja Católica. Mas, por longos anos essa história permaneceu adormecida, sendo retomada durante as homenagens ao tricentenário do martírio em 1928. Essas homenagens intensificaram a devoção popular e isso permitiu que, em 1934, a Igreja Católica aceitasse a beatificação dos padres. Entretanto, só foram canonizados em 1988 pelo Papa João Paulo II.

A partir dessas considerações sobre as personagens do martírio, passemos ao objeto de estudo desse artigo, o qual consiste na análise de uma das vertentes do projeto de mestrado aprovado no PPGH da UFSM no segundo semestre de 2011. Sendo que, esse projeto pretende analisar as influências, po-

líticas e sociais, do governo na consolidação da Romaria do Caaró, a qual faz parte das missões jesuítico-guarani, e na ascensão da religiosidade aos mártires, durante os anos de 1937 a 1945.

O período histórico compreendido entre 10 de novembro de 1937 e que se estende até 1945, ficou conhecido, posteriormente, como Estado Novo. Esse período histórico é, ainda hoje, muito intrigante para a história política do Brasil, muito se estudou sobre a propaganda governamental, muito, ainda, foi estudado sobre a relação da Igreja com o governo, porém algumas lacunas se fazem presentes na reconstrução histórica desse período, principalmente, no que se refere a um âmbito de história regional, e não de uma história que priorize a região sudeste do país¹. A partir dessas considerações nos perguntamos se a Romaria do Caaró, ao requerer os mártires como santos nacionais, constrói nesse espaço fronteiriço, uma ligação com o nacionalismo defendido pelo governo? Sendo que essa pergunta procuraremos responder, mesmo que de maneira ainda muito superficial, no decorrer do artigo.

I. As Relações Entre a Política e a Igreja Durante o Estado Novo

Esse artigo é apenas uma vertente do projeto de pesquisa apresentado ao PPGH, assim como já foi mencionado anteriormente, sendo que o projeto original pretende analisar como se formaliza a influência do governo de Getúlio Vargas, durante o período de 1937 a 1945, na consolidação da Romaria do Caaró e na ascensão da religiosidade aos mártires. Através de fontes midiáticas, principalmente, do jornal local *A Notícia* de São Luiz Gonzaga e da revista *Rainha dos Apóstolos*, publicação dirigida pela congregação palotina do Rio Grande do Sul e que já foi estudada com mais atenção no Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG), com o título *Mídia e Religião: A Romaria do Caaró nas páginas da revista Rainha*, apresentado no final do ano de 2011.

Ainda em relação ao projeto de mestrado pontuamos que a relação presente entre Vargas e a Igreja católica é a vertente mais geral desse projeto de pesquisa, porém numa perspectiva mais focada, esse estudo pretende analisar a influência das atitudes políticas do governo na consolidação da Romaria do Caaró e na ascensão da religiosidade aos mártires. Para tanto, é preciso apresentar autores que estudam especificamente a Romaria do Caaró² além do texto que demonstra a relação de Vargas com a Igreja³, assim como outras revisões⁴ que se fazem necessárias.

Dentre os autores selecionados o que mais se destaca, por trabalhar de maneira expressiva com a história de Roque González trata-se de Paulo Rogério Melo de Oliveira (2010), que em sua tese tem como temática o encontro entre os jesuítas e os guaranis, bem como a morte do padre Roque González. De maneira geral, o trabalho

remete-se a evangelização no Paraguai com ênfase no encontro entre índios e jesuítas. O historiador, a partir do passado, busca nas experiências do presente analisar o turismo e a construção das identidades regionais.

Um dos argumentos defendidos pelo historiador para que tenha ocorrido o martírio a Roque González remete-se a tensão que se criou pela oposição de universos radicalmente diferentes. Sendo que, uma das fontes documentais utilizadas pelo historiador refere-se às cartas e crônicas jesuíticas, as quais Oliveira (2010) utiliza como ponte de acesso ao passado, isso com o intuito de perceber as condições em que essas cartas foram produzidas, bem como a sua apropriação pela historiografia jesuítica.

Além da tese de doutorado, também foi objeto de análise bibliográfica, uma monografia de especialização intitulada: “Mídia e Política: Revista Veja e o caso Renagate”, de autoria de Emilene Krause de Carvalho, defendida no ano de 2008 no programa de pós-graduação em Pensamento Político Brasileiro na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). A ideia central defendida pela autora consiste em analisar a relação entre a mídia e a política no Brasil, a fim de demonstrar que a política não consegue se projetar na sociedade sem o auxílio/apoio da mídia. Esse trabalho demonstra que é possível correlacionar o pensamento político com a leitura de fontes midiáticas, apesar de trabalhar com outro objetivo de pesquisa, outro período, existe entre o trabalho referido e esse projeto de mestrado características convergentes, isso no que se refere à proposta de análise da política, a partir de uma fonte midiática.

O livro para-didático do folclorista sul-riograndense Barbosa Lessa, *Nheçu: no corredor central*, apesar de se ater ao martírio dos padres, o autor realiza a sua narrativa a partir do indígena e tem em Nheçu a personagem central de seu livro, com isso atribui ao martírio papel secundário, utilizando-o como plano de fundo, pois centra a sua narrativa na descrição da vida do indígena no século XVII, ou seja, no contexto do martírio. Barbosa Lessa escreve em outro período histórico, e diferentemente, do que encontramos nas cartas anuais redigidas pelos jesuítas, não identificamos no texto de Barbosa Lessa um indígena demonizado, na realidade a obra apresenta um indígena que, apenas, reagiu diante da imposição cultural dos jesuítas.

Dentre as leituras realizadas podemos elencar obras que tratam da construção de monumentos sagrados e da relação entre o espaço físico e as subjetividades individuais e coletivas. Assim, consideramos a obra *Trilhas do Sagrado*⁵, a qual se encontra inserida nos estudos sobre a geografia cultural e tem como eixo central a relação entre manifestações religiosas e o espaço físico em que elas se desenvolvem. Neste sentido, é possível reconhecer e analisar a materialização do sagrado nas “hierópolis” ou cidades-santuários. Para além das imagens, signos, símbolos e templos, a obra também destaca a importância de compreender as experiências que envolvem esses fenômenos sagrados, através do significado

que esses conhecimentos produzem no individual e no coletivo.

Ao longo da pesquisa identificamos a relevância da leitura de obras e trabalhos já produzidos sobre o nosso objeto de estudo. A partir dessa definição realizamos, inicialmente, a leitura da obra *Santos Mártires das Missões*, de Estanislau A. Kreutz, que realiza uma síntese biográfica dos *Três Mártires das Missões*, ou seja, os padres jesuítas Roque González de Santa Cruz, Afonso Rodrigues e João de Castilho.

Entre as obras analisadas, destacamos alguns materiais de divulgação acerca da Romaria e do Santuário do Caaró, como o texto *Santuário de Caaró*, também de autoria Estanislau A. Kreutz, que traz informações gerais sobre o Santuário. Dentre elas, a sua construção, os elementos que o constituem e seus respectivos significados.

Ao trabalhar com religião, mesmo que a partir de uma vertente de estudos políticos, torna-se necessário realizar uma análise da bibliografia disponível sobre cultura. Muitas vezes, historiadores que adotam a corrente marxista são alvo de críticas, pois não apresentam estudos sobre cultura, entretanto um olhar mais apurado encontraria historiadores como Walter Benjamin (1936) e Raymond Williams (1992) historiadores adeptos do marxismo é que estudam a história não por um viés puramente econômico e político, mas que inserem em seus estudos as influências culturais.

Sobre Williams é pertinente mencionar que ele busca redefinir o uso do termo cultura pelos marxistas, pois ele menciona que, muitas vezes, esse termo é utilizado de maneira inadequada, “esse termo indica, via de regra, para eles, os produtos intelectuais e de imaginação, de uma sociedade, isso corresponde ao modo falho de usar o termo *superestrutura*” (WILLIAMS, 1969, p. 291). Com isso o autor pretendia demonstra que a cultura estava atrelada aos aspectos da realidade social, muitas vezes, relacionado a dinâmica da mudança social. Em outro texto Williams, também, traz contribuições importantes sobre o desenvolvimento do conceito de cultura. Nele o historiador afirma que “toda prática cultural é necessidade *ideológica* não que dizer nada mais (como em alguns outros usos correntes) senão que toda a prática é significativa” (WILLIAMS 1992, p. 28).

Os estudos de Terry Eagleton trazem uma concepção de cultura que, hoje, encontra-se difundida, isso ao afirmar que cultura “é tudo o que surge autenticamente das pessoas, não importa quem sejam elas” (EAGLETON, 2005, p. 27). Essa definição do autor é pertinente, pois rompe com a ideia de que a cultura encontra-se limitada a arte e literatura, a qual foi, amplamente, difundida, mas, hoje, é contestada.

Ao trabalharmos com a Romaria do Caaró estamos tratando da crença, a qual é uma condição da cultura popular, é como demonstra Eagleton “a grande maioria do povo acredita sem saber que o faz. Uma unidade entre

crença e comportamento é a condição de uma cultura popular sadia, mas dificilmente de um indivíduo espiritualmente consciente” (EAGLETON, 2005, p. 163). Com isso o autor pontua que a crença popular, muitas vezes, desenvolve-se sem que o indivíduo questione o seu processo de formação, sendo essa característica pertinente a Romaria do Caaró.

Além, dos autores citados, ainda podemos elencar Estevão C. de Rezende Martins, o qual trabalha com a complexidade do termo cultura, demonstrando que “a história é um componente comum a todas as formas de cultura” (MARTINS, 2007, p.32). O livro de Estevão Martins, *Cultura e poder*, apresenta proposições muitos relevantes na construção desse projeto de pesquisa, entretanto, a mais relevante, refere-se à citação, na qual ele afirma que:

A dimensão política da cultura histórica reside na circunstância de que toda forma, efetivamente implantada, de organização política e institucional da sociedade exige o assentimento de cada indivíduo, para que a memória histórica desempenha um papel importante. Não é por acaso que a dominação política se esteia em elementos históricos, em particular na simbologia das origens e da continuidade, para pretender a legitimidade. (2007, p. 36)

A partir dessa referência podemos relacionar a proposta desse projeto de pesquisa com a citação do autor, pois durante o governo Vargas busca-se nas simbologias legitimar a permanência de um governo autoritário, sendo que esses recursos simbólicos encontram-se, muitas vezes, relacionados à Igreja, como veremos a seguir, e é nesse contexto que se consolida a Romaria do Caaró, num período de dominação política em que são utilizados, amplamente, os recursos simbólicos.

A partir dessas considerações, algumas reflexões, ainda, são pertinentes, como a dissertação de mestrado de Gláucia Vieira Ramos Konrad (1994) e ao livro de Alcir Lenharo.

Lenharo apresenta como justificativa para a denominação *Sacralização da Política*, a ideia de que a legitimidade do Estado embasava-se em justificativas religiosas, a fim de evitar atitudes extremas de oposições não debeladas. Com isso, a utilização da revista *Rainha dos Apóstolos* torna-se de grande relevância, uma vez que essa revista é criada, em 1923, com o intuito de valorizar as ações da Igreja Católica, posteriormente, apresentaremos a relação política presente nessa revista católica. Mas, antes, é necessário mencionarmos o quanto Vargas valorizava e ressaltava a importância dos meios de comunicação (LENHARO, 1986, p. 39) como dispositivo de mudança e controle da opinião pública.

Em relação à aliança estabelecida entre a Igreja e o Estado, Lenharo demonstra que a Igreja sempre contou com o auxílio do “Estado cristão”, entretanto a posição do autor é reafirmada na citação:

São dois os planos de auxílio, que a Igreja prestou ao Estado no Brasil dos anos 30; o primeiro, de caráter mais constitucional, significou um apoio político decisivo em momentos cruciais da década; o segundo, não menos importante, relacionou-se à função milenar e indispensável de domesticação das consciências. (1986, p. 190)

Após, essas considerações sobre o texto de Alcir Lenharo é relevante estabelecermos algumas considerações sobre o texto de Gláucia Vieira Ramos Konrad a qual em sua dissertação de mestrado apresenta a perseguição e contrapropaganda ao comunismo presente no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo, sendo que a historiadora demonstra que um dos órgãos que combatia ferrenhamente o comunismo no Estado referia-se à Liga Eleitoral Católica (KONRAD, 1994, p. 113-114).

A partir dessas definições de Konrad, algumas citações presentes na revista *Rainha dos Apóstolos* tornam-se pertinentes, principalmente, o artigo de setembro de 1931, denominada *Nuvens toldadas*, a qual apresenta os perigos de uma sociedade comunista. Num primeiro momento afirma-se que: “As pretensões redobram, cava-se sempre mais o abismo entre o trabalho e o capital e, dia a mais dia a menos, irrompera a *onda vermelha* que tudo arrastara em sua voragem destruidora, si não tratarmos, em tempo, de opor-lhe um dique”. Porém, no decorrer do artigo é enaltecida a importância do trabalho, ao mesmo tempo em que são condenados os gastos em tabernas e mesas de jogo, afirmando-se a necessidade de construir mais igrejas, no intuito de ensinar a “caridade cristã”. O artigo conclui que: “Ai de nós, se não abrirmos os olhos em tempo. Os horizontes escuros serão prenúncios de um horizonte terrível, onde não haverá mais remédio, porque o mal então será geral, e já será tarde, muito tarde (...)”⁶

A partir dessa revisão dos autores passemos à análise do conceito de nação, bem como a formação do nacionalismo durante o governo de Getúlio Vargas.

2. Estado Novo: A Formação da Nação a partir do Ideário Nacionalista

Apesar de o recorte temporal da temática proposta referir-se ao século XX é relevante iniciarmos a nossa discussão sobre o conceito de nação ainda no século XIX, a partir das considerações realizadas por José Carlos Chiaramonte no seu livro *Cidades, províncias, Estados: Origens da nação argentina (1800-1846)*, pois guardadas as devidas proporções o autor nos permite pensar as mudanças e permanências do conceito de nação, do século XIX para o século XX.

Primeiramente, o autor pontua que não corramos o risco de realizar uma leitura equivocada dos termos políticos aplicados ao longo do século XIX. Uma das terminologias que o autor discute refere-se a povo, o qual em seu uso inicial

foi sinônimo de cidade, não no sentido urbanístico, mas sim político. Após, o autor se detém ao conceito de nação, sobre o qual ele afirma que estamos acostumados, erroneamente, a associar com nacionalidade, entretanto Chiaramonte pondera que o conceito de nacionalidade só existe a partir de 1830.

Além disso, o autor afirma que é praticamente impossível encontrar uma definição de nação que de conta da variedade de casos históricos a que se aplica o termo. Sendo que a compreensão de nação na primeira metade do século XIX foi definida na Gazeta de Buenos Aires como uma reunião de povos e províncias sujeitos a um mesmo governo central e as mesmas leis.

Ainda no último capítulo do livro, Chiaramonte demonstra que o termo nação no século XIX era substancialmente sinônimo de Estado. Porém, ao referir-se à construção da nacionalidade, propõe que ela foi inexistente nas duas primeiras décadas de vida independente dos Estados provinciais rio platenses, pois no período estudado, entre 1800 a 1846, encontrava-se em construção a nacionalidade argentina. Em relação a essa consideração do autor, podemos refletir que a realidade era diferente no Brasil, o qual ainda encontra-se numa situação de acentuada dependência com Portugal.

Após, essa breve explanação sobre os significados atribuídos ao conceito de nação, passemos às proposições de Eric Hobsbawm, também sobre o mesmo conceito, em seu livro “Nações e nacionalismos desde 1780”. Primeiramente, o autor define que etnicidade, língua e a combinação de língua e território não são definidoras da nação. Além disso, o autor no decorrer do texto reafirma inúmeras vezes que a nacionalidade é algo mais complexo do que simplesmente um país com a mesma língua, entretanto a escolha de um idioma nacional foi uma das prerrogativas defendidas por Getúlio Vargas e um dos meios utilizados para promover o nacionalismo em um governo populista.

Ainda sobre o livro, um dos pontos em que o autor aproxima-se do objeto de estudo desse artigo é quando se refere ao apogeu do nacionalismo, o qual ele define como sendo entre os anos de 1918 a 1945. Nele, Hobsbawm demonstra que o ideário nacionalista foi uma construção da Europa ocidental levada aos demais países, assim como também foi trazido ao Brasil.

Procurando relacionar o conceito de nação presente em Chiaramonte e Hobsbawm, podemos pontuar que o recorte temporal utilizado pelos autores a fim de tratar desse conceito é diferente, uma vez que Chiaramonte se propõe a trabalhar com a primeira metade do século XIX e Hobsbawm, principalmente, no que se refere às mudanças empreendidas sobre o conceito no final do XIX. Entre os recortes temporais encontramos mudanças no conceito de nação, enquanto que na primeira metade do século XIX ele era entendido como uma reunião de povos e províncias sujeitos a um mesmo governo central e as mesmas leis, enquanto que ao final do século XIX o conceito de nação passa a ser

compreendido como uma definição subjetiva, seja ela coletiva, seja individual.

Enfim, de acordo com Hobsbawm, identificamos que ao final do século XX, ao menos oficialmente, todos os Estados do planeta são nações. E, que o nacionalismo ainda hoje é muito proeminente na política, sendo que nos séculos XIX e XX ele foi um programa político global.

3. Considerações Finais

No início do artigo referenciamos ao Trabalho de Conclusão de Graduação (TCG) desenvolvido ao longo de 2011 e defendido nesse ano e a partir de algumas considerações desse trabalho que encaminharemos o fechamento desse artigo. Primeiramente, podemos ponderar que através das observações da revista *Rainha* identificamos a Romaria do Caaró enquanto uma proposta da Igreja Católica. Entretanto, essa proposta foi bem aceita pela população local, a qual aderiu aos incentivos da Igreja Católica para que fosse organizado na região um grupo para render homenagens, ao que ela chama de mártires. Essas primeiras tentativas da Igreja em mobilizar a população são encontradas na revista desde o ano de 1924 e se estende ao longo dos nove anos pesquisados, uma vez que a pesquisa realizada compreendeu os anos de 1923 a 1933.

A partir dessa proposição podemos nos ater à tese de Marta Rosa Borin, “Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república”, trabalho no qual a autora centra sua análise na cidade de Santa Maria, entretanto algumas considerações aproximam-se das perspectivas encontradas nesse trabalho. Dentre as considerações da autora, uma delas corrobora com as ideias defendidas no TCG, isso no que se refere à compreensão do processo de devoção, pois ela afirma que a devoção a Nossa Senhora da Medianeira foi iniciativa do clero santa-mariense sustentada pela fé do povo católico. Essa mesma construção de devoção encontramos na Romaria do Caaró, pois desde o início do século XX existe uma organização do clero católico local, encabeçado pelo padre Luiz Gonzaga Jaeger, para reencontrar o coração do padre Roque González, e com isso reascender o mito e instaurar a devoção aos mártires, tendo como mito fundador a personagem de Roque González. Em relação à proximidade das considerações podemos afirmar que se devem ao recorte temporal e a escolha da temática.

Após essas considerações procuraremos responder a problemática apresentada na introdução do artigo, no que se refere ao fato de a Romaria do Caaró ao requerer os mártires como santos nacionais estabelece uma ligação com o nacionalismo defendido pelo governo. Para respondermos a esse questionamento algumas características da região têm de ser pontuadas, primeiro a região missioneira recebe um grande contingente de imigrantes que durante o Estado Novo são mal vistos pelo governo.

Assim, uma das propostas para a adesão da população local a proposição da Igreja de referenciar aos mártires como santos locais pode ser entendida como uma necessidade desse grupo de estabelecer uma ligação com o local e, mais do que isso, com o nacional. Além disso, a apresentação desses santos como nacionais é uma proposição da Igreja e não do governo, sendo pertinente verificar em pesquisas futuras se o governo teve alguma posição diante dessa proposta da Igreja Católica. Ainda, é pertinente mencionarmos que essa proposição embasa-se na pesquisa realizada, apenas, na revista *Rainha dos Apóstolos*, e com isso seria pertinente o estudo de fontes locais, no caso o jornal *A Notícia* de São Luiz Gonzaga assim como está presente no projeto de mestrado. Entretanto devido a brevidade do projeto, ainda não foi possível ter acessos a essas fontes.⁷

Referências

ARAÚJO, Ângela Maria Carneiro. As bases de sustentação do projeto autoritário-corporativista. In: _____. *A construção do consentimento: corporativismo e trabalhadores dos anos 30*. São Paulo: Edições, 1998, p. 79-187.

BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da república*. 2010. 369f. Tese (Doutorado em Estudos Históricos e Latino-Americanos), Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2010.

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era da reprodutibilidade técnica*. 1936.

CARONE, Edgard. PCB e Aliança Nacional Libertadora. In: _____. *Brasil: anos de crise 1930-1945*. São Paulo: Editora Ática, 1991, p. 180-192.

CARVALHO, E. K. *Mídia e política: revista Veja e o caso Renangate*. Especialização (Especialização em Pensamento Político Brasileiro) – Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Santa Maria, 2008.

CHIARAMONTE, José Carlos. *Cidades, províncias, Estados: Origens da nação argentina (1800-1846)*. São Paulo: Hucitec, 2009.

EAGLETON, Terry. Rumo a uma cultura comum. In: _____. *A ideia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2005, p. 159-184.

_____. Versões de cultura. In: _____. *A ideia de cultura*. São Paulo: EdUNESP, 2005, p. 9-50.

FAUSTO, Bóris. Burguesia industrial e revolução de 1930. In: _____. *A revolução de 1930: Historiografia e História*. 6ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismos desde 1780*. 5ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

IOP, Rafael. Nuvens toldadas. *Rainha dos Apóstolos*. Vale Vêneto, ano IX, nº 9, p. 165-166, set. 1931.

KREUTZ, E. A. *Santos Mártires das Missões*. 10. ed. Santo Ângelo: Ed. Berthier, 2003.

_____. *Santuário de Caaró*. 3. ed. Santo Ângelo: Ed. Berthier, 2001.

KONRAD, Gláucia Vieira Ramos. *A Política Cultural do Estado Novo no RS (1937-1945): imposição e resistência*. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, PUCRS, Brasil, Porto Alegre, 1994.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas, SP: Papirus, 1986.

LESSA, Barbosa. *Nheçu*: no corredor central. São Paulo: Editora do Brasil, 1999.

MARTINS, Estevão C. de Rezende. Cultura e Poder. In: _____. *Cultura e Poder*. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007, p. 29-60.

OLIVEIRA, Paulo Rogério de. *O encontro entre os guarani e os jesuítas na Província Jesuítica do Paraguai e o glorioso martírio do venerável padre Roque González nas terras de Ñezú*. 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

RÉMOND, René. *Uma História Presente* in: RÉMOND, René. *Por uma história política*: Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/Ed. FGV, 1996.

ROSENDHAL, Zeny (Org.). *Trilhas do Sagrado*. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2010.

SOUZA, J. P. Coelho de. *Revolução Farroupilha, sentido e espírito*. Porto Alegre: Globo, 1944.

VARELLA, Alfredo. *História da grande revolução*. Porto Alegre, 1933 *apud* Pesavento, 1993.

WILLIAMS, Raymond. Com vistas a uma sociologia da cultura. In: _____. *Cultura*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 9-31.

_____. *Marxismo e cultura*. In: _____. *Cultura e Sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1969, p. 276-293.

Notas

¹ Entretanto, a produção acadêmica ao longo da década de 90, modifica essa perspectiva, um exemplo refere-se a dissertação de Gláucia Vieira Ramos Konrad, defendida em 1994, apresentando uma temática inédita referente a política cultural do governo de Getúlio Vargas no Rio Grande do Sul, durante o Estado Novo.

² Ver Kreutz, (2003. p. 98); Kreutz (2001. p. 28); Lessa (1999. p. 95); Oliveira (2010. p. 191).

³ Ver Lenharo (1986).

⁴ Ver Williams (1969, p. 276-293); Eagleton (2005, p. 9-50); Martins (2007, p. 29-60); entre outros.

⁵ Essa obra foi organizada por Zeny Rosendahl e reúne artigos dos professores Otávio José Lemos Costa, Sandy Regina Cadete Barbosa de Jesus, Carlos Eduardo S. Maia, Cristina Teresa Carballo e M^a da Graça M. P. Santos.

⁶ IOP, Rafael. Nuvens toldadas. *Rainha dos Apóstolos*. Vale Vêneto, ano IX, nº 9, p. 165-166, set. 1931.

⁷ Com isso, podemos pontuar que essas considerações são, ainda, muito imaturas, e que com o desenvolvimento da pesquisa elas poderão direcionarem-se para outras perspectivas.

Disciplina y Valor (es).
Educación Universitaria y Proyectos de Nación
en la Argentina de los Sesenta y Setenta

Laura Beatriz Valdemarca

Doctora en Historia por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Profesora de Historia Argentina Contemporánea en la misma Universidad, Investigadora del Centro de Investigaciones María Saleme de Burnichón en el Área de Historia Oral. Autora de investigaciones sobre burguesías regionales, derechos humanos, violencia política y estrategias de supervivencia de sectores marginales. Algunos de los libros como autora y co-autora son *Comerciantes contra mercados. Elites mercantiles y política en la Córdoba Moderna*, *Cooperativismo agrario: Instituciones, políticas públicas y procesos históricos*; *Actores, prácticas y discursos en la Córdoba combativa. Una aproximación a la cultura política de los '70*.

Disciplina y Valor (es). Educación Universitaria y Proyectos de Nación en la Argentina de los Sesenta y Setenta

Laura Valdemarca

El artículo sostiene que luego del peronismo fue quebrándose el acuerdo existente entre rol de la educación superior entre los sectores dominantes, las clases medias y el estado. Las contradicciones que anidaban en la educación superior tuvieron posibilidades de expresarse a partir de los sesenta. Las divergencias entre estas tendencias y cada proyecto de nación, que incluía la función de la educación universitaria produjeron tensiones cada vez más profundas, a partir de los gobiernos entre 1955 y hasta 1983. La solución hallada por los gobiernos dictatoriales y aún los democráticos fue la represión para disciplinar a las casas de altos estudios. Sobre la base de nuestro argumento, el artículo intercala la descripción de aquellos contextos con vivencias recuperadas a través de la historia oral para reconstruir las tendencias presentes en la Universidad Nacional de Córdoba.

I. Los Antecedentes. Argentina, Sociedad, Política Y Universidad en los años Sesenta - Setenta

Para estudiar el rol de las universidades y los intelectuales en la Argentina en la segunda mitad del siglo XX es ineludible pensar en el contexto de la guerra fría y en el caso de Argentina en un convulsionado panorama político signado por la inestabilidad donde dictaduras, semi-democracias y democracia

intentaron construir un sistema gubernamental ajeno a los cambios producidos en la sociedad, la economía y la cultura posteriores al peronismo.² En este artículo eludiré referencias a aquel contexto internacional y sólo mencionaré los elementos indispensables del devenir político doméstico a los fines de enmarcar las vicisitudes de la vida universitaria que en Argentina siempre estuvo atado al acontecer político nacional dado el carácter estatal de la mayoría de las universidades.

La década peronista (1946-1955) modificó profundamente el sistema de enseñanza superior argentino cuya tradición se insertaba en la Reforma Universitaria de 1918. Las reformas introducidas hicieron más heterogéneo y masivo el estudiantado y produjeron garantías para la permanencia en los estudios, aunque limitaron la libertad de expresión y la participación política de los claustros. Algunas de las transformaciones fueron la gratuidad aplicada por el decreto 29337 de 1949 y el ingreso irrestricto resuelto por decreto 4493 de 1952; se estableció un sistema de becas para la permanencia de estudiantes de escasos recursos así como los comedores universitarios y se fijó como requisito para ingresar el tener finalizados estudios en el nivel medio, normal o técnico. También se reformularon planes de estudio y se uniformaron los sistemas de promoción y títulos en las universidades estatales de Buenos Aires, Córdoba, La Plata, Litoral, Tucumán y Cuyo. Otra meta fue la integración latinoamericana, lo cual se reflejó en el ingreso de quince mil estudiantes provenientes de diversos países. Se destinó una importante cantidad de recursos para la ampliación de la infraestructura, se incluyeron nuevas carreras y se jerarquizaron áreas de conocimiento como las ciencias económicas, filosofía y humanidades, y arquitectura y urbanismo. Se regularon las tareas docentes expresando la obligación de los profesores de dedicar el máximo de su tiempo a las tareas de investigación y docencia y no defender intereses contrarios a la nación, provincias o municipios. Como nunca antes, la Ley universitaria establecía que los estudios debían vincularse a los valores y a la cultura argentina, relacionándose con los intereses del país, el desarrollo cultural, la afirmación de la conciencia nacional, los problemas nacionales y el asesoramiento a los organismos de gobierno, imputando un sentido social a la educación y vinculándola al progreso de la nación. Establecía que los planes de estudio debían incorporar conocimientos de filosofía, doctrina nacional y la formación política según la Constitución.

Algunas modificaciones fueron repudiadas por los universitarios especialmente el cercenamiento a la autonomía y al co-gobierno, las formas de ingreso a la docencia donde no se suprimía el concurso pero la última palabra la tenía el poder ejecutivo nacional y la obligación de incorporar estudios de doctrina nacional que era la doctrina peronista.

Este proyecto comenzó a ser borrado por la dictadura de Lonar-

di-Aramburu que anuló las leyes universitarias del peronismo y volvió a la Ley Avellaneda de 1885, lo que no garantizó reglas más democráticas sino que la tradición de la Revolución Libertadora conjugó nuevas prácticas autoritarias para el control de docentes y estudiantes y replicó las restricciones, censuras y exclusiones de épocas anteriores incluyendo límites a la participación estudiantil y a la libertad de cátedra.

Los efímeros gobiernos semi-democráticos de Frondizi e Illia garantizaron el co-gobierno, el acceso por concurso, la incorporación de nuevas áreas de conocimiento y el equipamiento científico-tecnológico en las casas de altos estudios. Pero este impulso se vio truncado, por la nueva dictadura implantada entre 1966 y 1973 que restringió el ingreso, expulsó profesores, cercenó la libertad de cátedra y replanteó el tipo de co-gobierno a través de la Ley Orgánica de universidades nacionales 17245 de 1967.

Sin embargo los cambios operados desde el peronismo y el contexto internacional sembraron contradicciones irreversibles y las dictaduras o semi-democracias subsiguientes no pudieron frenarlas a pesar de los importantes niveles de represión de las primeras. Esas transformaciones intentaron cristalizar en la primavera democrática de 1973 para sufrir un impacto represivo y contra transformador desde el retorno de Perón a la presidencia agudizado con la dictadura militar desde 1976.

En el plazo de veinte años es posible descubrir que las universidades públicas argentinas fueron propulsoras de un proyecto educativo que involucraba un cuestionamiento al proyecto de nación sostenido por la mayoría de aquellos gobiernos;³ hay también coincidencias en que los intelectuales comenzaron a asumir roles más activos y críticos del sistema de dominación y que las universidades fueron el espacio casi natural en esa experiencia.

El proyecto no es unívoco ni siquiera al interior de cada universidad, pero bastó para alterar los fundamentos sobre los que se había basado el sistema de educación superior desde su última crisis en 1918: las formas de administración y orden en las universidades, los contenidos y objetivos de la enseñanza y su vínculo con el poder que habían contribuido a la generación de un consenso entre la clase media que accedía a la universidad pública y los sectores políticos dominantes. Esos consensos estallaron entre la década del sesenta y del setenta, poniendo en riesgo la continuidad de un proyecto de educación superior al disputar la dirección y el sentido de la misma. El contexto era propicio para esa activación política que pasó por el cuestionamiento de los contenidos de la enseñanza y las formas del gobierno universitarios: en Argentina, se sucedieron gobiernos cuyas propuestas y modalidades cercenaban críticamente las expectativas de una juventud y los intelectuales que eran testigos de cómo, en el mundo, otras juventudes cambiaban sus condiciones socio-políticas y económicas.

Con posterioridad a 1955, comenzó una serie de debates tendientes a redefinir el rol de la educación superior. Se instaló un nuevo desafío que consistió en el cuestionamiento del tradicional humanismo, para contraponerse a los nuevos paradigmas de las ciencias exactas y las sociales que, en algunos casos, pretendían resolver los graves problemas de la pobreza y subdesarrollo aplicando un nuevo instrumental científico. En la UNC se crearon y jerarquizaron nuevas carreras como química, agronomía, astronomía y física, psicología y trabajo y comunicación sociales. Este auge fue acompañado por la aplicación de recomendaciones para el diseño y ejecución de políticas públicas de la CEPAL y la Alianza para el Progreso. Se fueron perfilando también nuevas críticas al modelo científicista y tecnocrático, como así también a la autonomía universitaria que alejaba a los académicos de los problemas reales. Desde algunos sectores comenzó el cuestionamiento a la pretendida neutralidad científica puesta al servicio del desarrollo. Un sector más radicalizado de la intelectualidad comenzó a responsabilizar a los nuevos técnicos de apropiarse de recetas foráneas, de refugiarse en su cómodo intelectualismo distanciado de la sociedad que los hacía cómplices del imperialismo y de los conservadores (Suasnábar: 2004, 83). El involucramiento de los universitarios con su práctica profesional no era unidireccional y estuvo signado por las condiciones de desenvolvimiento político y social. En la provincia de Córdoba, entre 1963/66, se puso en práctica el Primer Plan Piloto de Construcción de Vivienda por Ayuda Mutua y se contrató, como algo novedoso a asistentes sociales, arquitectos y sociólogos para la selección, acompañamiento y organización de los grupos de familias que participaran del proyecto. Una de las profesionales intervinientes afirma que fue la oportunidad para aplicar lo que había estudiado en la Escuela de Servicio Social.⁴ Para la misma época, algunos profesionales ubicados como agentes públicos en poblaciones urbano-marginales se contactaban con sacerdotes que cambiaban la práctica pastoral influidos por el Concilio Vaticano II, de modo que se iban modificando los entramados sociales al tiempo que un gobierno dictatorial cercenaba una parte importante de los canales de expresión. La dictadura de Onganía también intervino las universidades, restringió el co-gobierno, expulsó docentes y cerró comedores universitarios.⁵ En Córdoba la resistencia se mostró en asambleas, huelgas estudiantiles y docentes y marchas con fuerte represión: “(...) ¡estuve dos años haciendo paro!, hasta que me enteré que otros habían vuelto entonces volví en el 68. Incluso por no poder seguir estudiando Psicología, porque hacía paro, empecé a cursar otra carrera (...)”.⁶

Al final de la década del sesenta, en varias universidades argentinas y en Córdoba, con autoridades incapaces de recomponer su deslegitimado poder, restricción de espacios de debate, creciente legitimidad de la asamblea y cuerpo de delegados y la movilización docente actuaron como catalizadores de una he-

terogeneidad ideológica y política que comenzó a ver como enemigo común a la dictadura, al imperialismo y al intelectualismo aséptico. El ámbito artístico tal vez fue uno de los más sensibles al clima crítico, el problema de las vanguardias estéticas comenzó a resignificarse al calor de la agitación política. Las experiencias de *Tucumán Arde* o *Berisso 1971: testimonio de una época* fueron algunas de las manifestaciones más tempranas (Suasnábar, 2004, p. 81). En la UNC en la misma Escuela de Artes desde 1972 se cuestionó el paradigma artístico y la forma de hacerlo visible: el salón y el concierto y se buscaron nuevas maneras de expresar y conectar arte, artistas y público: "(...) El inicio de mi compromiso político-social-cultural, es el 'Canto Popular de Córdoba'. Se nos ocurrió trabajar con la canción popular. La primera función fue en el 14 de julio del 73. Estaba la sensación de que los universitarios no podíamos quedar fuera de la historia".⁷

En este contexto se fue produciendo la transformación de la universidad en un actor social y político, los académicos necesitaban ser parte de la corriente de compromiso y transformación que había surgido en otros espacios sociales. Además de los docentes que, en diversos grados de compromiso se acercaban a una visión más politizada de su quehacer intelectual, muchos jóvenes abrazaron el ímpetu transformador, a veces a modo de un "juvenilismo" en el sentido aplicado por Sarlo (cit por Suasnábar, 2004) dada la ingenuidad con que enfrentaron, al menos en los primeros tiempos los desafíos de la violencia política y los límites que imponían las estructuras y jerarquías dentro de la misma universidad. Estos jóvenes desconfiaban del sistema burgués de dominación, propio del co-gobierno y sin mayor experiencia democrática imponían el basismo y la asamblea como espacios y canales para la toma de decisiones cuyo resultado sabían perdido si respetaban las instancias estatutarias: "(...) ¡Las asambleas eran masivas, se salía la gente por las ventanas!, las discusiones eran fuertes, el peronismo se va imponiendo cada vez más, ¡la prepotencia de los votos era fuerte también! (...)".⁸

En otros ámbitos rígidos por formas representativas como el sindicalismo también se impuso la práctica de la asamblea de base como espacio de toma de decisiones evadiendo las estructuras más burocratizadas e impedidas para canalizar las aspiraciones de las bases (Valdemarca, 2001).

El inicio de la década del setenta encontró una juventud con gran disponibilidad para la acción política; el peronismo revolucionario captó gran parte de estos jóvenes, muchos de los cuales venían de corrientes integralistas y católicas que ya no satisfacían la urgencia de acción requerida. A la creciente politización y movilización universitarias, el gobierno dictatorial respondió con mayor represión y con la creación de nuevas universidades de modo de dispersar la concentrada población estudiantil que cuando acudía a las grandes ciudades se encontraba con un mundo nuevo, posibilidades de nuevos lazos, una nueva vida cultural y social que compensaban el desarraigo.⁹ Lo que la dictadura de Onganía

había logrado a partir de las proscripciones y cierres de actividad estudiantil fue el desplazamiento de los grupos más tradicionales de sus espacios de militancia y el surgimiento de otros con diferentes ideologías, más abiertos a las nuevas propuestas sobre todo las de perfil tercermundista: “(...) Yo nunca había militado, venía de un pueblo, de una familia tradicional, escuela de monjas, pero llegar a Córdoba y encontrarme con todo eso fue un cambio en mi vida (...)”.¹⁰

Entre fines de los sesenta y comienzos de los setenta la disputa fue por instalar el debate sobre qué papel le cabía a la universidad en la definición y aporte a un nuevo proyecto nacional. La representación compartida era el socialismo como meta, sin embargo había discrepancias en los métodos para llegar al objetivo algunos pensaron que era la lucha armada, otros vinculaban educación y transformación social; ningún tenía una propuesta realista, ni un programa.

Los estudiantes que preferían dar batalla en las aulas discutían con docentes que consideraban conservadores tanto por los contenidos de los programas de estudio como por las orientaciones: “(...) Nuestra consigna era “contra el contenido burgués de la enseñanza”, polemizamos con todos los profesores que para nosotros eran así (...)”.¹¹

En ese contexto también los estudiantes se sentían comprometidos en la modificación de la universidad y que ésta llegara a su meta de ponerse al servicio de la transformación social, la tarea para el estudiante activista era de gran responsabilidad: “(...) era ser ejemplo de nuestros compañeros no militantes, mantener el cursado de la carrera a término, ser buenos estudiantes y dar la discusión adentro de las cátedras (...)”.¹²

Los rumbos tomados fueron diversos. En la UBA, los docentes pertenecientes al peronismo revolucionario optaron por la inauguración de “cátedras nacionales” donde impartieron una enseñanza comprometida con las problemáticas nacionales que acompañaran los procesos de politización.¹³ Las cátedras nacionales canalizaron y fueron expresión también de cómo el peronismo aparecía como la corriente ideológica predominante a la hora de captar esa masa deseosa de actividad política. En Córdoba, la presencia del peronismo no invalidó otras corrientes ligadas a la izquierda como los Grupos Revolucionarios Socialistas, la Liga de Acción Popular y los Grupos de Base de diferentes facultades ligados al Partido Revolucionario de los Trabajadores.

Otros docentes eligieron la vía gremial para dotar a la profesión de una organización representativa. El movimiento sindical se dio en la universidad pública y en el sector privado de docentes primarios y secundarios. En éste último caso, los trabajadores se encontraban absolutamente precarizados, no existían las licencias por maternidad y se contrataba durante el ciclo lectivo para no pagar vacaciones ni antigüedad. Los docentes e investigadores optaron por armar gremios para la defensa de sus intereses y aunque

éstos no eran reconocidos, ni se les otorgaba la personería gremial servían para canalizar las demandas e instalarse como colectivo en el espacio público: “(...) fuimos uno de los primeros en organizar el gremio de docentes universitarios.¹⁴ (...) también estuve en la organización del sindicato de educadores privados particulares, conocido como SEPAC; los docentes privados vivíamos una gran explotación (...)”.¹⁵

Era posible establecer lazos de solidaridad con otros sindicatos; y los que tenían mayores posibilidades de prestar ayuda a los sectores incipientes eran los combativos, independientes y/o peronistas legalistas, esto generaba un conjunto de trabajadores de muy diversa procedencia desde intelectuales de la universidad hasta chóferes de colectivo actuando por sus derechos.¹⁶

Las discrepancias se agudizaron cuando el FREJULI llegó al poder en 1973 ya que el apoyo de la Juventud Peronista a su fórmula no se tradujo en un proyecto revolucionario, sino que con el correr de los días y sobre todo con el regreso de Juan D. Perón, las acciones de gobierno demostraron que la transformación de las relaciones sociales no era un anhelo compartido aunque la universidad estaba dispuesta a disputar su lugar y su proyecto: “(...) del 73 al 76 [la UNC] estuvo en proceso de normalización las camadas más jóvenes no conocíamos el cogobierno, más que como un enunciado no como una práctica (...) Las cuestiones principales de la facultad se decidían en una asamblea (...)”.¹⁷

La politización de la universidad también trajo una renovación de la pedagogía y en la práctica docente, que probablemente fueron reflejo de aquellas contradicciones que venían experimentando los jóvenes y los académicos desde los sesenta. En lo inmediato, las disputas por el proyecto de universidad fueron cambiando prácticas docentes y contenidos curriculares. Las fronteras generacionales se volvieron más tenues, más horizontales se compartía la búsqueda de un diálogo y un debate político. Se agudizó la crítica ya presente al tecnocratismo, al academicismo, pero también a las formas representativas del gobierno universitario y a la relación docente-alumno. Se fue imponiendo también una tendencia a plantear la necesidad de definirse por un proyecto nacional que fuera antiimperialista y anticapitalista, a través del cuestionamiento de los planes de estudio y la función social de la universidad.

En la UNC fueron paradigmáticas las experiencias del Taller Total de Arquitectura, en parte emulado por el Taller total de la Escuela de Artes. Desde ambas disciplinas se repensó el quehacer profesional, la vivienda social fue un objetivo así como repensar la ciudad para hacerla viable para los diferentes grupos que la habitaban. En el caso de la Escuela de Artes, la elección para los formadores de artistas y los estudiantes la constituyó el arte popular diferenciado del vanguardismo elitista que había caracterizado a las concepciones artísticas y del folclore más tradicional que era también un prototipo de lo nacional y

conservador como ya se adelantó. El caso de Arquitectura fue emblemático ya que modificó el mismo Plan de Estudios en función de cambios pedagógicos y epistemológicos a través del Taller Total de Composición Arquitectónica:

(...) fue la primera experiencia en la universidad de cuestionar para quién íbamos a construir, (...) hasta ese momento los profesores venían con la currícula académica, donde construir era tomar como base diseños de arquitectos de Estados Unidos (...) intentamos definir un marco teórico empezando a discutir sobre la vivienda social sobre la situación internacional que vivíamos en ese momento, cuál era la realidad de los distintos sectores populares. (...)¹⁸

Estas pujas por la definición de proyectos de universidad fueron abruptamente truncadas en Córdoba a través de sucesivas experiencias represivas que se inauguraron aún antes que la dictadura militar de 1976.

La concentración demográfica de estudiantes y obreros convertía a la ciudad de Córdoba en un espacio peligroso desde el punto de vista de los sectores más conservadores. En 1971, la Policía de Córdoba creó un Registro de Extremistas destinado a fichar a delincuentes políticos y en 1972, el gobernador de Córdoba creó el Departamento de Informaciones de la Policía que tuvo una sección especial denominada: Actividades Extremistas cuyo objetivo eran los grupos o personas que con ideologías del comunismo internacional o afines fueran causa de perturbación. Como es sabido, la provincia fue intervenida por orden del gobierno nacional de Juan D. Perón en febrero de 1974. La intervención apuntó a desalojar al gobierno filo izquierdista de Ricardo Obregón Cano y Atilio López pero también a desarticular al movimiento obrero-universitario de resistencia que se había venido forjando desde fines de los años sesenta, basado en una activa colaboración de parte de los sindicatos más combativos y con compromiso político contra la dictadura con los sectores universitarios. Esto consolidó lazos y permitió sumar esfuerzos en contra de la dictadura primero y por un proyecto transformador con la democracia cuando ésta comenzó, sin embargo, el proyecto conservador de Perón no contemplaba la posibilidad estas modificaciones y truncó los procesos transformadores en cinco provincias a través de la intervención federal y los recambios gubernamentales orientados a grupos conservadores cuando no, directamente autoritarios.

A partir de la intervención comenzaron a operar en la ciudad bandas paramilitares vinculadas a la policía que reprimieron a dirigentes obreros, estudiantiles, de derechos humanos y de partidos políticos de izquierda. La ciudad comenzó a verse como un territorio ocupado con la presencia de vehículos militares pero sobre todo de bandas, hoy conocidas como el Comando Libertadores de América que se dedicaron a perseguir a dirigentes políticos, sociales, sindicales y estudiantiles y a sembrar el terror entre los ciudadanos: "(...) Cuando llegamos

a Córdoba recién acababa de suceder el Navarrazo y la Córdoba que habíamos dejado no era la que habíamos encontrado ¡para mi eso fue muy duro!”.¹⁹

La destitución del gobernador peronista fue en el verano, por eso casi no había actividad en la universidad, no obstante la violencia comenzó a vivirse en las calles: “(...) Yo tengo algunas imágenes como muy vividas de la noche del Navarrazo que había ido al cine, y que cuando salí volaban los tiros de una punta a la otra”.²⁰

La primera acción del interventor nombrado por Perón fue perseguir a los dirigentes sindicales combativos y controlar las expresiones culturales que implicaban concentraciones de personas y la posibilidad de manifestar la oposición a la intervención: “(...) echaron a gente que nos había contratado, porque nosotras habíamos cantado, la chacarera del expediente, que decía en su estrofa final, “a los que roban en la Casa Rosada no les hacen nada, en cambio el que roba una gallina lo meten preso”.²¹

La provincia intervenida, primero luego con un agente civil pero después con un militar, se convirtió en el escenario propicio para comenzar la limpieza ideológica y ajustar disciplinariamente a las instituciones.

La Escuela Superior de Comercio Manuel Belgrano, dependiente de la UNC fue el primer espacio educativo sobre el que recayó la represión. La Escuela se convirtió en foco temprano porque tenía una trayectoria de movilización, de reforma del plan de estudios y de debate político desde los claustros de estudiantes y de profesores que la habían convertido en un referente para muchos estudiantes secundarios de Córdoba. Las autoridades interventoras clausuraron desde abril de 1974, el Centro de Estudiantes y cesantearon a profesores y preceptores catalogados de comunistas. Una porción importante del personal a nivel de los directivos y preceptores fue sustituida por personas armadas, en una institución educativa donde la mayor parte de los asistentes era menor de edad: “(...) La intervención ahí en el Belgrano cambió rotundamente el ambiente (...) había una libertad absoluta en la elaboración de materiales, en la bibliografía y cuando vino la intervención, el clima cambió totalmente, pero horrible, muy feo, muy persecutorio (...)”.²²

Frente al clima de resistencia por parte de los alumnos y los docentes en la Escuela, ésta fue cerrada por una semana el 15 de abril de 1975. El resultado fue una movilización permanente de la escuela, mayor represión de parte de la dirección y la suspensión de otros estudiantes. La aparición del cuerpo baleado de un estudiante y las reacciones de los otros padres, luego la suspensión de docentes y el estado de sitio que se vivía en la Escuela, lograron acallar el clima de protesta y su consecuente objetivo: el disciplinamiento. La intervención y las acciones consecuentes sobre la Escuela fueron la experiencia piloto para otros espacios universitarios como las Facultades o dependencias de la UNC como los Servicios de Radiodifusión y Televisión (SRT).

El partido de gobierno había elaborado en octubre de 1973 en el seno del Consejo Superior Justicialista un documento reservado que apuntaba a restablecer la disciplina partidaria en un movimiento que albergaba además de sus activistas políticos no armados, desde organizaciones guerrilleras hasta un escuadrón de la muerte.²³ En Documento Reservado había un diagnóstico y un plan de acción. En el diagnóstico se hacía mención a la escalada de agresiones al Movimiento Nacional Peronista, que “(...) han venido cumpliendo los grupos marxistas terroristas y subversivos en forma sistemática y que importa una verdadera guerra desencadenada contra nuestra organización y contra nuestros dirigentes (...)”. Si bien el detonante había sido el asesinato del dirigente sindical José Ignacio Rucci, persona de confianza de Perón que venía a reafirmar con éste, el rol de la CGT como columna vertebral de movimiento, había otras cuestiones que a esa altura resultaban intolerables para los sectores conservadores del peronismo y eran la campaña de desprestigio hacia dirigentes, la infiltración de grupos marxistas en los cuadros dirigentes del Partido y la traición a Perón y a la Doctrina. Este diagnóstico avanzaba hasta conceptualizar a la situación como una guerra que debía llevar adelante el Movimiento para garantizar el gobierno de Juan D. Perón.

El Documento preveía un Plan de acción que cerraba filas, garantizaba impunidad para los que cumplieran con su deber y castigaba a los traidores, acotando los márgenes para la defección pero ampliándolos para la acción represiva. El Plan establecía que “(...) Se prestará apoyo solidario a todo compañero o grupo que pueda ser afectado a raíz de actos de lucha cumplidos en razón de esta campaña que se inicia”. El Plan preveía un sistema de inteligencia de base territorial, vinculado al órgano central (Consejo Superior Justicialista) y dejaba abierta la posibilidad de utilizar todos los medios de lucha (sic) que se considerasen eficientes. En cuanto a los involucrados en la lucha iniciada (sic) el Estado debía hacer actuar a todos los elementos de que dispone para impedir los planes del enemigo y para reprimirlo con todo rigor (...).²⁴ Como se ve, el partido de gobierno involucraba al aparato represivo del estado para disciplinarse a sí mismo y dejaba amplios márgenes interpretativos para la aplicación de la represión hacia adentro de ese partido. Aunque su carácter es partidario, pronto se extendió su aplicación a los demás opositores ideológicos no peronistas, traspasando las fronteras del propio partido y apelando a un instrumental represivo cada vez más sofisticado para controlar a los adversarios políticos e ideológicos. Al interior de la universidad, la Ley 20654 aprobada en marzo de 1974 prohibía toda actividad política. Desde julio de 1974, el gobierno se planteaba directamente el cierre de algunas universidades al considerarlas foco de la subversión. En setiembre de ese año, el PEN logró que el Congreso aprobara la Ley de Seguridad destinada a controlar al terrorismo y a la

subversión. Entre los delitos establecía la difusión de materiales impresos y uso de insignias con lo cual la actividad política quedaba sumamente restringida.

Tras la muerte de Perón, el gobierno nacional de Isabel Martínez de Perón, cambió casi todas las autoridades ministeriales conforme su proyecto de reperiñización y Oscar Ivannisevich, un cuadro de la derecha peronista, ocupó la cartera de Educación. Este ministro organizó la Misión, nombre con que se conoció a la intervención de todas las universidades nacionales públicas. La tarea del ministro, era “eliminar el desorden” en las universidades y lograr su depuración ideológica, una meta planteada en el Documento Reservado ya mencionado.

El ministro se valió de los marcos normativos existentes para cambiar las autoridades rectorales de las universidades nacionales y de la Ley de Prescindibilidad de la Revolución Argentina para expulsar a los docentes que no cumplieran con las expectativas educativas del ministerio,²⁵ otras de las modificaciones pasaban por regular la vida política de los centros de estudiantes, los cupos en los ingresos a las carreras universitarias y la vida sindical de los profesores conforme lo que el médico-ministro deseaba: una sociedad profundamente marcada por la religiosidad católica, ordenada bajo autoridades y jerarquías indiscutibles y alineada en los valores de la cultura occidental según lo anunciaba en su discurso al asumir: “(...) nuestras esperanzas no se entregan a la derecha ni a la izquierda, se mantienen en el centro, dentro de la doctrina de Perón que (...) no ha sido comprendida por todos en su profunda significación cristiana y moral (...)”.²⁶

El ministro no se ubicaba como funcionario que dialogaba o emitía normas para un conjunto de ciudadanos heterogéneo, sino que su rol era el de un militante peronista, imponía en las universidades una doctrina partidaria que pretendía ponerse en vigencia para toda la sociedad sin ningún respeto por la diversidad ideológica.

Tampoco estaba de acuerdo con la movilización docente y estudiantil de los últimos años, los finales de la Revolución Argentina y los de la primavera camporista. En la UNC el recambio de autoridades fue el 17 de diciembre de 1974, el nuevo rector aseguraba a la presidenta reorientar a la universidad por la senda del verticalismo y la religión católica.²⁷ El argumento era afectivo y moral, si se quiere antes que político, el inobjetable amor y cuidado de una madre no se reflejaba en el comportamiento de los jóvenes militantes y el activismo respondía a una anomalía en la educación de los jóvenes antes que en una necesidad política: “(...) cuando veo a mi facultad de medicina cubierta de cartelones, insultantes, pienso que algo anormal a ocurrido, no puedo creer que el amor que pusieron sus madres en cuidar de ustedes, en sus ropas en sus cabellos (...)”.²⁸

El disciplinamiento no sólo incluía cesantía de docentes cuyos lineamientos ideológicos no coincidieran con los del gobierno, sino que abarcaba las formas de acceso a los estudios superiores para volverlo elitista:

(...) se les ofrece la entrada irrestricta a la universidad, puede entrar cualquiera, sin preparación, esto es engañar a los jóvenes y a los padres (...) Las universidades no pueden fabricar profesionales sin destino (...) no compartimos la idea de formar un proletariado de profesionales sin horizontes ni esperanzas (...).²⁹

De igual manera atacaba la inestabilidad habida en las casas de estudio como consecuencia de protestas de los claustros y apelaba a la opinión cierta o no de los sectores más conservadores del estudiantado y a menciones de este-reotipos de las prácticas represivas de los regímenes comunistas:

(...) Hoy muchos estudiantes nos confiesan, hemos perdido el año, no aprendimos nada (...) ¿quién asume ahora la responsabilidad de esos fracasos? Es esta la liberación que nos prometieron los pseudo dirigentes? ¿Que lograron los mejores días de nuestra juventud si esa liberación traducida en hechos reales nos lleva a la tiranía de la izquierda que vive prisionera detrás de un muro de Berlín, de una cortina de hierro y de una Siberia muy comfortable?³⁰

2. Los Resultados de la Misión

La Misión llegó a universidades que se encontraban con gran parte de su personal docente trabajando de manera precaria, esto es, sin concursos como resultado de la inestabilidad por la discontinuidad de los procesos democráticos, la falta de autonomía, las cesantías y las renunciaciones. La tarea del rector Menso, el ejecutor de la Misión en Córdoba y de los decanos nombrados por esa autoridad fue disciplinar a la planta docente cesanteando a los docentes catalogados como inapropiados para impartir la enseñanza en cualquiera de sus niveles. En lo que respecta a la Universidad Nacional de Córdoba se aplicó la Ley de Enseñanza Superior número 21276, normativa que permitió declarar en "comisión" o sea a disposición de las autoridades a los profesores que tenían estabilidad laboral por concurso y no renovar los contratos a los profesores interinos. La Ley también prohibía directamente la actividad proselitista de carácter político, gremial en cualquiera de los claustros, como también la actividad de adoctrinamiento, prohibió la actividad política de los centros de estudiantes y anuló la actividad gremial entre los profesores.

Establecían nuevas pautas para los estudiantes al momento de matricularse, que debían presentar certificado de buena conducta expedido por la policía, tenían detalladamente pautado su comportamiento ya que aquellos que desobedecieran órdenes de profesores o autoridades, faltaran el respeto a un profesor o autoridad, instaran a desórdenes, desmanes o tumultos, tuvieran actitudes o expresiones contrarias a las buenas costumbres, recibirían sanciones.

Las nuevas normas preveían aún el aspecto físico y la apariencia de las personas, detallaban cómo debían presentarse vestidos y con qué documentación los estudiantes varones y las mujeres. La dictadura, como antes el gobierno democrático de María Estela Martínez afinaron sus métodos y el grupo de colaboradores para imponer la nueva disciplina en la Universidad. En los pabellones y aulas hubo empleados que impedían el ingreso de estudiantes con barba, pelo largo, minifaldas o zapatillas. Entre los docentes colaboracionistas, se conformaron comisiones de evaluación que permitieron a las autoridades contar con información muy sutil para detectar a profesores marxistas, lacanianos, freudianos, etc. si eso no había sido detectado previamente, pero además creó un clima de persecución dentro de los lugares de trabajo donde todos eran guardianes de todos ejerciendo variadas clases de microdespotismos (O'Donnell,1997) que contribuyeron con el objetivo más amplio del terrorismo de estado y el menos costoso en términos de costo individual por aplicación de la violencia de destruir redes sociales, lazos y conductas solidarias y construir un sospechoso en cada ciudadano. El terrorismo impactó entre docentes, estudiantes y no docentes e incluyó a la censura ideológica cuyo objetivo fue sacar de circulación y destruir todo libro que fuera contrario a los ideales de una sociedad occidental y cristiana. La Resolución Rectoral número 455 de setiembre de 1976 sostenía que eran incompatibles las doctrinas marxistas o filo marxistas con la tradición y el ser nacional, que eran contrarias a la ley natural y que atentaban contra la libertad y la dignidad humana ya que alientan la lucha de clases, afectan la paz social y obstaculizan el desenvolvimiento del estudio y el progreso. El delegado militar en la Facultad de Filosofía aplicando esta Resolución determinó que fueran retiradas de la Biblioteca Central de la Facultad y puestas en custodia de la directora de la misma, las obras de los siguientes autores: Hegel, Feuerbach, Marx, Engels, Stalin, Lenin, Mao-Tsé Tung, E. Guevara, Lucaks, March Bloch, Marcuse, Althusser, Garaudy, Paulo Freire. Las obras fueron enviadas a la sección Procesos Técnicos, salvándolos en muchos casos de la destrucción.

En suma, la Misión, instaló y legalizó dentro de la Universidad un ideal de ciudadano y un ideal de control que iban junto a un ideal de disciplina y valores identificados con un "ser nacional" que reunía las características tan difusas como generosas del ciudadano occidental y cristiano muy alejado del ideal del intelectual crítico, innovador y comprometido con la transformación social que había anidado en la experiencia universitaria durante la Guerra Fría.

2. A modo de conclusiones

Las universidades públicas en Argentina no fueron ajenas al proceso de crisis instalado a partir del final del peronismo y durante la guerra fría. Los jóvenes reunidos en las aulas universitarias contribuyeron al cuestionamiento de un modelo educativo vigente por cuatro décadas y estuvieron acompañados por muchos docentes que ya no creían en los fundamentos que había sostenido la educación superior y sentían también la urgencia de transformar sus sentidos y objetivos. No hubo un proyecto unívoco de la universidad, los proyectos no lograron escapar a las numerosas fragmentaciones que cruzaban a los movimientos populares, tampoco estuvieron ajenos a los avatares de la política doméstica: primero la sucesión de gobiernos semi-democráticos débiles, luego una férrea dictadura, seguida por la primavera democrática peronista que pronto demostró no ser tan democrática y finalmente la dictadura militar de 1976. Las semi-democracias plantearon el terreno fértil para la expansión de ideas, la dictadura de Onganía despojó de las libertades anteriores pero permitió la sumatoria de actores en su contra y el retorno democrático de 1973 implantó nuevas contradicciones no sólo por la división de sectores universitarios entre peronistas y no peronistas, sino por el prematuro recorte autoritario del que fueron objeto las casas de estudios. Disciplina académico y político para reimplantar los valores occidentales cuestionados fueron el común objetivo y denominador del tercer gobierno peronista y de la dictadura militar. Los universitarios comenzaron a experimentar los efectos del terrorismo desde 1974: cambio de rectores, aplicación de leyes represivas, cercenamiento a la libertad de cátedra, confección de listas negras, expulsión de docentes y otros mecanismos que hicieron sentir a aquéllos jóvenes que habían querido cambiar el mundo, en el enemigo subversivo que se debía destruir. El resultado fue el desmantelamiento de las prácticas académicas y políticas que habían anidado desde la segunda mitad del siglo XX y que pretendían cambiar los contenidos de la educación universitaria para contribuir a proyectos de nación que no coincidieron con las expectativas de quienes fueron tomando el poder entre 1955 y 1976, lo que provocó la destrucción de personas, libros, carreras, hasta que la universidad demostró que la renovación quedaba atrás y volvía a ser una institución confiable en el sostenimiento de un orden social, político y económico.

Referencias

CAVAROZZI, M. *Autoritarismo y democracia. La transición del mercado al estado en Argentina*, Ariel, Buenos Aires, 1994.

COMISIÓN POR LA MEMORIA, *Arquitectos que no fueron. Estudiantes y egresados de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño asesinados y desaparecidos por el terrorismo de estado. 1975-1983*, Imprenta de la Municipalidad de Córdoba, 2008.

FACULTAD DE FILOSOFÍA Y HUMANIDADES, CENTRO DE DOCUMENTACIÓN AUDIOVISUAL, *Los de Filo. Estudiantes y egresados de la FFyH de la UNC desaparecidos y/o asesinados en los setenta*, Córdoba, 2010.

FRANCO Marina, *Un enemigo para la nación. Orden interno, violencia y "subversión", 1973-1976*, FCE, Buenos Aires, 2012.

INVERNIZZI I. y GOGIOL J. *Un golpe a los libros*, Eudeba, Buenos Aires, 2001.

MARIANI, A.M, *La vida por delante. La tragedia de los chicos del colegio Manuel Belgrano*, Ediciones Del Boulevard, Córdoba, 2006.

O'DONNELL, G. *Contrapuntos. Ensayos escogidos sobre autoritarismo y democratización*. Buenos Aires, Paidós, 1997

SUASNABAR, Claudio, *Universidad e intelectuales, educación y política en la Argentina (1955-1976)* FLACSO, Manantial, 2004.

VALDEMARCA, L. Las estrategias de la dirigencia sindical combativa. El caso del SMATA, Córdoba. 1973-74. En: GORDILLO (edit) *Actores, prácticas y discursos de la Córdoba combativa. Una aproximación a la cultura política de los '70*, Ferreyra Editor, Córdoba, 2001.

Notas

* Disciplina y valor es el lema-arenga del Ejército Argentino. Los conceptos de disciplina y valor eran también inculcados como normas junto con la obediencia a la autoridad, el respeto por la jerarquía y la religión.

² Durante el período que me ocupa se sucedieron los siguientes gobiernos: 1955 dictadura; 1958 Arturo Frondizi ganó las elecciones con la exclusión del peronismo (semidemocracia); 1962 caída de Frondizi; 1963 con la exclusión del peronismo, Illia ganó las elecciones; 1966- 73 dictadura de Onganía, Levingstone y Lanusse; 1973 retorno a la democracia, se sucedieron tres presidentes: Cámpora, Perón y Martínez de Perón; 1976 dictadura hasta 1983.

³ Digo la mayoría porque a simple vista, el proyecto económico del presidente Illia que intentó controlar al capital extranjero, aparece como diferente, aunque su intencionalidad política fue cercenar la participación del peronismo y del comunismo, lo cual lo hacía coincidir con otros gobiernos del período.

⁴ La tarea de los científicos sociales fue muy importante y reconocida por los participantes del grupo de ayuda mutua. Aquellos contribuyeron a organizar tareas, limar asperezas, alentar a los rezagados,

etc. todas cuestiones clave para el sostenimiento de tal acción cooperativa. Los beneficiarios reconocen que, cuando la dictadura cortó los fondos, continuaron alentados por las asistentes sociales, cuyos contratos habían cesado, pero continuaban apoyando al grupo siendo un gran factor de contención e incluso, siguieron construyendo gracias al apoyo de algunos comerciantes del barrio que adelantaron alimentos y materiales de construcción hasta que los mutualistas consiguieran nuevamente el apoyo del gobierno (dinero). Estas solidaridades probablemente se vinculen con las formas de inserción y relación de los nuevos vecinos con los antiguos y que fue promovida y orientada por el trabajo de las profesionales.

⁵ Por el momento sólo tenemos datos de cesantías de veintiocho docentes en la F. de Arquitectura y Urbanismo, en otras al parecer muchos renunciaron y otros permanecieron a pesar de la censura a las cátedras, se cerró el Comedor Universitario y se reprimió la movilización estudiantil causando un muerto en la ciudad.

⁶ Entrevista número 2: A.T. ex estudiante de Arquitectura y Cine. Se exilió por razones políticas en México y allí terminó estudios de Psicología. ver referencias al final. (Entre nuestros entrevistados hubo personas que prefirieron mantener su identidad oculta, por eso he optado por numerar las entrevistas y hacer una breve referencia).

⁷ Entrevista número 8: NZ, estudiante de Teatro, debió exiliarse en Brasil.

⁸ Entrevista número 3: MM. Ex estudiante de Filosofía. Se exilió por razones políticas en México donde terminó estudios de Antropología.

⁹ El 1° de mayo de 1971 se creó la Universidad Nacional de Río Cuarto, por decreto del PEN; en julio del mismo año, se creó la Universidad Nacional del Comahue. El 13 de octubre de 1972 con la sanción de la Ley 19. 888 se creó -junto a otras casas de altos estudios- la Universidad Nacional de Lomas de Zamora, la Universidad de la Mesopotamia y la Universidad del Sur (Patagonia Austral).

¹⁰ Entrevista número 11: NF estudiante de Filosofía y Medicina.

¹¹ Entrevista número 4: LV ex estudiante de Historia, debió exiliarse antes de recibir el título y reinició sus estudios en México.

¹² Entrevista número 4.

¹³ <http://debatesuniversitarios.blogspot.com/2007/07/recuperando-las-ctedras-nacionales.html> (consultado 23-3-11) las cátedras nacionales fueron una manifestación de los procesos de nacionalización de las capas medias que accedían a las universidades y que encontraron serias trabas para el estudio y la expresión. En los sesenta comenzó a imponerse cierto consenso sobre la inviabilidad de cualquier proyecto político que eludiera al peronismo. Este desafío fue lo que llevó a algunos docentes como Horacio González, Alcira Argumedo, José P. Feimann, a recuperar los aportes de quienes se habían inclinado por un pensamiento nacional y popular a su reflexión académica: FORJA, Hernández Arregui, Cooke, Jauretche, etc. La idea era tomar partido académico por las luchas populares de emancipación latinoamericana y desde ahí pensar una sociología, una filosofía, etc. luchas populares por la emancipación. La idea predominante era que ni la tradición erudita liberal ni la tradición marxista permitían dar cuenta de los procesos de lucha por la independencia en América Latina y adaptar la ciencia a una idea argentina y latinoamericana, tercermundista.

¹⁴ Entrevista número 5: AP docente en la carrera de Licenciatura en Historia. Vivió el exilio interno ya que fue cesanteada en mayo de 1975.

¹⁵ Entrevista número 6: TR docente en la carrera de Licenciatura en Letras Modernas. Vivió el exilio interno ya que fue declarado cesante en setiembre de 1976.

¹⁶ Los sindicatos prestaban sus instalaciones para asambleas, recitales y también facilitaban sus máquinas para imprimir volantes.

¹⁷ Entrevista número 7. El entrevistado se refiere a la Gremial San Martín, es la asociación sindical de empleados no docentes de la universidad tradicionalmente peronista.

¹⁸ Entrevista número 2. La Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño tuvo un total de 42 miembros asesinados por el terrorismo de estado, Arquitectos que no fueron

¹⁹ Se conoce como Navarrazo al golpe que dio el jefe de policía contra el gobernador elegido por el voto, el 24 de febrero de 1974. Entrevista número 3.

²⁰ Entrevista número 9: SR estudiante de Licenciatura en historia, vivió el exilio interno

²¹ Entrevista número 8.

²² Once estudiantes de esa Escuela fueron asesinados. Entrevista número 10: LA profesora de Historia, vivió el exilio interno.

²³ La organización guerrillera Montoneros provenía de las filas de la Juventud Peronista y la Alianza Anticomunista Argentina contaba con el apoyo del Ministro de bienestar social de Perón.

²⁴ http://www.elortiba.org/pdf/documento_reservado.pdf, 14 de abril de 2012.

²⁵ Entre 1975 y 1976 se cesanteó a 140 docentes.

²⁶ Discurso del Mtro Ivannisevich a los Rectores, 26 de julio de 1975

²⁷ Discurso del Mtro Ivannisevich en la asunción del Rector Menso, 17 de diciembre de 1974.

²⁸ Discurso del Mtro Ivannisevich a los Rectores, 26 de julio de 1975

²⁹ Discurso del Mtro Ivannisevich a los Rectores, 26 de julio de 1975

³⁰ Discurso del Mtro Ivannisevich a los Rectores, 26 de julio de 1975.

O Imaginário Midiático e a Construção do Estado e da Nação

Ada Cristina Machado da Silveira

Pesquisadora do CNPq, Professor Associado II e Chefe do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Membro do quadro permanente dos programas de pós-graduação de Comunicação e de Extensão Rural. Jornalista (Unisinos), Mestre em Extensão Rural (UFSM), Magister em Ciências da Comunicação e Doutora em Jornalismo (Universidade Autônoma de Barcelona). Apresentou trabalhos em diversos eventos internacionais, autora de artigos e capítulos de livro, destacando-se os livros “O Espírito da Cavalaria e suas representações midiáticas” (Unijuí, 2003) e “Mídia Insurgente. Articulação global-local em Terras de Fronteira” (FACOS - UFSM, 2012). Líder do grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. E-mail: adac.machadosilveira@gmail.com.

Isabel Padilha Guimarães

Bolsista de Estágio pós-doutoral CAPES-PNPD junto ao Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria-RS. Jornalista, Mestre e Doutora em Comunicação Social pela PUCRS. Integra o grupo de pesquisa Comunicação, identidades e fronteiras. E-mail: isabelpadilha@yahoo.com.br.

O Imaginário Midiático e a Construção do Estado e da Nação

Ada Cristina Machado Silveira
Isabel Padilha Guimarães

Abordamos o tema do imaginário midiático considerando inicialmente que, assim como o cinema, a televisão também participa da construção social da realidade, ao invés de simplesmente espelhar o que já existe.

Na compreensão do trajeto do conjunto das matérias jornalísticas e dos filmes, formadores do *corpus* deste artigo, se busca o exame da sua contribuição para a construção do imaginário das fronteiras terrestres brasileiras veiculado por estes produtos midiáticos. Pois se o imaginário é alimentado pelas imagens, o contrário também ocorre, “a existência de um imaginário determina a existência de um conjunto de imagens” (MAFFESOLI, 2001, p.76). Na interpenetração dos filmes e da cobertura jornalística das fronteiras, pretende-se examinar a repetição de certos arranjos e associações simbólicas a partir das suas constituições, observando aspectos vinculados ao enquadramento negativo do que é mostrado, no qual são destacados temas como contrabando de armas, prostituição, assassinatos, etc. como se tratassem de elementos intrínsecos ligados ao espaço fronteiro, refletindo sobre esta cobertura realizada pela mídia no que concerne ao cotidiano das periferias nacionais (Fronteiras Internacionais do Brasil) e como suas representações as mantêm atreladas a um imaginário de situações recorrentes, articulado pela ausência do Estado, caos e violência que persiste mesmo com o fim da Ideologia de Segurança Nacional e da Guerra Fria.

A questão principal gira em torno da relação que as tecnologias do imaginário, como o cinema e a televisão, podem estabelecer conosco e das relações específicas que estas criam.

Na seleção do *corpus* para este artigo, foi selecionada uma reportagem especial intitulada “Fronteiras terrestres do Brasil”, composta por seis matérias, que foi ao ar no período entre 30/5/2011 e 06/6/2011, no Jornal Nacional (Rede Globo), resultado de uma viagem de 45 dias, realizada pelo repórter César Tralli.

Na seleção de filmes com temática específica sobre a fronteira, foram escolhidos três longas-metragens: *Os Matadores* (Beto Brant, 1997), *O Dia da Caça* (Alberto Graça, 1999) e *Segurança Nacional* (Roberto Carminati, 2010). É importante ressaltar que no conjunto do audiovisual nacional, há poucas produções que abordam o tema e quando tratam desta questão, o enquadramento assemelha-se ao que se observa na cobertura jornalística.¹

I. Representações da Fronteira na Construção Social da Realidade

No primeiro episódio da série jornalística intitulada “Fronteiras terrestres brasileiras”, a apresentadora Fátima Bernardes anuncia: “nove anos atrás, num trabalho semelhante a este, nós mostramos como estas áreas eram vulneráveis ao contrabando, às armas e às drogas e como essa fragilidade se ligava diretamente à violência e à insegurança pública”. A frase, que anuncia o tema das reportagens, demonstra o enquadramento adotado ao longo da série. Observa-se a relação explícita de causalidade na construção do discurso, que relaciona os crimes e as contravenções nas fronteiras terrestres como causa e a violência e a insegurança pública consideradas como consequência.

No segmento, uma matéria jornalística, com duração em torno de sete minutos, na qual são apresentadas as situações de quatro cidades-gêmeas ao longo da fronteira brasileira, que são: (Salto Del Guairá, Paraguai e Mundo Novo, MS, Brasil), (Porto Quijarro, Bolívia e Corumbá, MS, Brasil), (Bella Unión, Uruguai e Barra do Quaraí, RS, Brasil) e (Leticia, Colômbia e Tabatinga, AM, Brasil). Problemas como o contrabando de cigarros e de drogas, a impunidade de matadores de aluguel e a facilidade na travessia das fronteiras, através de atalhos, graças à precária fiscalização da Receita Federal. O repórter destaca: “Corumbá é uma das mais perigosas portas de entrada de cocaína e muamba”.

Na sequência, ele promove a vinculação da fronteira como causa do risco iminente de violência: “o preço da fronteira aberta entre Tabatinga e a vizinha Leticia, na Colômbia é muitas vezes pago com a própria vida”. Durante esta narração, são exibidas várias imagens de cruzeiros em um cemitério. Imediatamente, segue-se a passagem do repórter, que caminha de um lado ao outro da fronteira:

“Um pedaço da Amazônia manchado pela violência dos cartéis de cocaína. Execuções a tiros, crimes sob encomenda. A maior parte dos assassinatos aqui em Tabatinga é cometida por matadores de aluguel que raramente são presos pela facilidade que eles têm de fugir para Colômbia. Aqui já é Letícia, na Colômbia”.

Ocorre a criação de um elo de simbolismos composto pela passagem da fronteira realizada pelo repórter, a sua fala, com palavras como “crime”, “assassinatos”, “violência” e as cruces, representando a morte para quem ousa enfrentar o perigo de atravessá-la.

Independentemente da fronteira mostrada, de sua localização ou característica, o mesmo modelo de discurso é reproduzido. Evidencia-se a forma de apresentação das matérias, com uma montagem rápida que dê conta de diferentes temas e fronteiras em pouco tempo, a trilha sonora sombria, marcada pelo tom de suspense e a repetição constante de imagens de precariedade. O formato das matérias jornalísticas torna-se apelativo, atuando em reversibilidade com o conteúdo, num constante vaivém, isto é, forma e conteúdo atuam para atribuir às fronteiras a causa de toda ordem de problemas relacionados à violência, como se estes fossem prerrogativas exclusivas dos espaços fronteiriços e não questões que dizem respeito a todo o país. Segundo Maffesoli (2001, p.78), “o imaginário político trabalha a argumentação através de um arsenal de mecanismos emocionais”. A noção de imaginário é aqui compreendida como “uma dimensão ambiental, uma matriz, uma atmosfera, aquilo que Walter Benjamin chamou de aura [...] o imaginário é o estado de espírito de um grupo, de um país, de um Estado-nação, de uma comunidade” (MAFFESOLI, 2001, p.76). Neste sentido, o imaginário, ligado à representação das fronteiras, é alimentado pela cobertura jornalística, através da articulação do emocional e da técnica, pois, para além da argumentação, impõe-se a sedução e a emoção.

Na segunda reportagem da série, o apresentador William Bonner anuncia o que se verá a seguir: “Comércio ilegal de armas, a oferta de drogas, o contrabando nos rios e até a falsificação de selos do Inmetro”. Na fronteira entre Pedro Juan Caballero, no Paraguai e Ponta Porã, no Estado de Mato Grosso do Sul, o repórter denuncia: “E mais um perigoso corredor do crime...”. Na continuação da matéria, como em Tabatinga, o repórter faz a sua aparição, na avenida que divide as duas cidades fronteiriças: “dá para a gente perceber que é praticamente impossível saber onde uma cidade termina e onde a outra começa, em outro país. E é assim ao longo de mais de dez quilômetros”. A equipe jornalística decide, então, percorrer a cidade. Com imagens tremidas e desfocadas de uma câmera escondida, o repórter avisa: “os nossos produtores deram uma voltinha no centro. Em apenas dez minutos ouviram todo tipo de oferta: munição, remédio falso, cocaína”. Há a entrevista com um contrabandista que esconde o rosto para não ser identificado. No contexto descrito, estão presentes vários

elementos, que geralmente são associados a matérias policiais. Há um reforço da lógica de causa e efeito, também observada no exemplo anterior, através da qual o espaço da fronteira é reconhecido e identificado como um lugar despidido de interesse social além dos atributos securitários e com anuência midiática aos problemas do Estado. Cristaliza-se a produção de narrativas homogêneas e inertes das múltiplas temporalidades, compreendidas linearmente. Na relação entre a realidade e a estruturação do imaginário, seu tratamento midiático é proposto como um sistema de alarme, apontando-se genericamente para os aspectos negativos dessas localidades. Esta afirmação é condizente com o que se observa na filmografia brasileira sobre o tema, podendo-se, assim, traçar um paralelo entre as representações cinematográficas e jornalísticas das fronteiras.

No filme *Os Matadores* (Beto Brant, 1997), os pistoleiros Toninho (Murilo Benício) e Alfredão conversam em um bar, na fronteira entre o Brasil e o Paraguai. Eles aguardam a chegada de outro matador de aluguel. Os dois foram contratados para matá-lo. Enquanto isso, eles conversam sobre a morte de Múcio, um famoso pistoleiro da região, cuja vida é contada em *flashback*. A fronteira funciona como uma metáfora para homens que vivem no limite entre a vida e a morte. O filme exhibe o comércio de produtos falsificados, roubo de carro, em um ambiente rural fronteiriço cercado de precariedade e violência.

Em o *Dia da Caça* (Alberto Graça, 1999), Nando (Marcello Antony), há quatro anos afastado do tráfico de drogas, é pressionado pelo policial Branco (Jonas Bloch) a buscar na Colômbia, 30 quilos de cocaína pura como forma de gratidão ao homem que o tirou do tráfico. Na viagem de volta, enquanto aguarda instruções para entrar em Manaus, ele descobre que foi traído. Resolve armar um plano de vingança e volta clandestinamente a Brasília para um acerto de contas, ajudado por um jornalista, que está disposto a denunciar o envolvimento de policiais, empresários e políticos no tráfico de drogas. Neste filme, se testemunha o tráfico de cocaína na fronteira entre a Colômbia e o Brasil. O personagem Nando conduz as drogas em um barco e enquanto conversa com seu parceiro sobre o tráfico, tem a selva amazônica como pano de fundo. Parte da ação do filme se passa em uma madeireira clandestina. Assim, se experimenta, novamente, a sensação do ambiente precário e hostil, no meio da floresta.

Ambos os filmes poderiam se enquadrar no estilo “policial”, pelos seus enredos. Em *Os Matadores*, o foco da narrativa concentra-se sobre um grupo de pistoleiros que segue suas próprias leis. O cenário é semelhante ao observado nas matérias jornalísticas, com ambientes marcados pela precariedade e associados à violência. Há uma cena emblemática, do pistoleiro Toninho caminhando em meio ao comércio popular de rua, no Paraguai, totalmente integrado ao cenário. A fotografia da cena e o estilo de filmar, com a câmera na mão, proporciona o efeito documental à cena, como se esta tivesse sido retirada da própria

realidade. Ao discorrer sobre o filme, Almeida (2007) alerta para o fato de que “a fronteira seria, num certo sentido, o território da liminaridade, no qual não vigorariam as regras que regem o espaço ‘normal’, central”.

A partir destas breves descrições dos dois longas-metragens, graças ao enfoque das narrativas e ao seu agendamento de conteúdo, se tem a impressão de que o noticiário jornalístico foi transformado em ficção, como se os filmes se tratassem da parte ficcional de um telejornal. A construção da imagem de horror da fronteira permanece nestes dois exemplos, através de uma homogeneização do discurso que passa pelo cinema e pela televisão, através da cobertura jornalística. As periferias nacionais são tratadas enquanto espaços de risco. Há a “tendência para pensar as fronteiras a partir de uma concepção que se ancora na territorialidade e se desdobra no político. Neste sentido, a fronteira é, sobretudo, encerramento de um espaço, delimitação de um território, fixação de uma superfície” (PESAVENTO, 2002. p.36).

2.A Fronteira e a Questão da Identidade

A pauta de uma das matérias da série, aqui analisada, refere-se à presença de drogas em aldeias indígenas na fronteira de Capitán Bado, no Paraguai com Amambai, Mato Grosso do Sul. O repórter informa: “Estamos na região de Amambai, Mato Grosso do Sul, quinze mil índios em cinco aldeias, encostados na fronteira com Capitán Bado, no Paraguai e é aí que mora o perigo. Capitán Bado, logo aí ó, já foi esconderijo do traficante Fernandinho Beira Mar, é uma das cidades mais violentas que fazem fronteira com o Brasil”. São mostrados índios voluntários que ajudam a proteger as fronteiras.

Durante e terceira reportagem, enquanto a fronteira brasileira é mostrada em um mapa, ouve-se a fala do repórter: “Haja fronteira. O Rio Grande do Sul têm mais de 700 km só com Argentina e outros 1000 km com o Uruguai. Em longos trechos, os dois lados se confundem e aí, criminosos de lá, em parceria com os daqui, aproveitam”. A passagem do repórter é realizada em um campo, ao lado de uma cerca de arame farpado: “Os ataques são realmente muito bem planejados. As quadrilhas derrubam porteiras, abrem buracos nas cercas e usam caminhões para levar o gado embora. Quanto mais perto da fronteira, mais fácil e bem sucedida é a ação dos ladrões”. São mostrados carros de firmas de segurança que monitoram as fazendas localizadas próximas às fronteiras. Em seguida, é apresentado um caso específico de uma “vítima da fronteira”. “Para esta família de Corumbá, ter a fronteira perto de casa é uma agonia sem fim”. Trata-se de uma família que teve uma criança de sete anos desaparecida. Para finalizar, apresentam a atuação do exército, da polícia federal e da polícia rodoviária federal para combater crimes na região.

No primeiro exemplo, é feita a associação entre a aldeia indígena e o traficante Fernandinho Beira-Mar. Ora, se um dos bandidos mais perigosos do país utiliza a fronteira como esconderijo, logo se trata de uma terra sem lei, cercada de riscos. O repórter se utiliza de três exemplos para referir o verdadeiro horror que é morar perto da fronteira, através da parceria de criminosos, do roubo de gado e do desaparecimento de uma criança. No encerramento, a palavra é dada à polícia e ao exército, como se a solução estivesse exclusivamente vinculada ao braço armado do Estado. Ao discorrer sobre a ambivalência de fronteiras e favelas na cobertura jornalística sobre as periferias, Silveira (2008) chama a atenção para uma política editorial que “em nada contribui para a formação de uma consciência regional, de uma identidade cultural latino-americana, nem mesmo para o fortalecimento de valores comuns entre brasileiros e os povos vizinhos” (SANT’ANNA apud SILVEIRA, 2008, p.4).

Ocorre a incidência de um olhar burocrático, a qual conduz à negação da alteridade, à negação da diferença de visibilidade, perfilando-se a cobrança de disciplina, de controle e de dominação, baseando-se na violência, contrabando e tráfico de drogas, armas e pessoas, além da negação das diversas instâncias relativas às fronteiras. As pessoas apresentadas são, fundamentalmente, vítimas.

O outro é citado, mencionado, emoldurado, iluminado, encaixado na estratégia de imagem. A narrativa se torna um círculo fechado. O outro perde seu poder de significar, de negar, de iniciar seu desejo histórico, de estabelecer seu próprio discurso institucional e oposicional (BHABHA, 1998, p.59).

Neste ponto, ocorre uma reflexão sobre identidade, na busca pela superação do estereótipo, baseado em separações do tipo, nós e eles:

pode-se levantar questões sobre o poder da representação e sobre como e por que alguns significados são preferidos relativamente a outros. Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído (WOODWARD, 2000, p.18).

Woodward (2000, p.53) chama a atenção para os dualismos presentes nos sistemas de pensamento, que se expressam em termos de oposições. Segundo a autora, ao questionar as oposições binárias, Derrida sugere que “a própria dicotomia é um dos meios pelos quais o significado é fixado” e, além disso, é por meio dessas dicotomias que as relações de poder existentes são garantidas, uma vez que “os termos que formam os dualismos recebem pesos desiguais, estando estreitamente vinculados a relações de poder” (WOODWARD, 2000, p.54).

Para a autora, “a ordem social é mantida por meio de oposições binárias tais como a divisão entre ‘locais’ e ‘forasteiros’ [...] a produção da identidade do ‘forasteiro’ tem como referência a identidade do ‘habitante do local’” (WOODWARD, 2000, p.46). Neste ponto, ressalta-se a segregação presente, no tipo de representação observada. Os moradores das localidades, mostradas nas reportagens, são vistos, fundamentalmente, como vítimas da circunstância de habitarem próximo às fronteiras, enquanto as pessoas que residem “do lado de lá” não são sequer vistos. Não sabemos quem são ou que pensam. As pessoas que moram nestes locais são associadas à violência e ao crime. A diferença é construída negativamente, por meio da exclusão. Não há menção a qualquer tipo de integração entre os habitantes das cidades-gêmeas, o que geraria outro tipo de sentido sobre a convivência próxima a fronteiras, que poderia ser encarada como “fonte de diversidade, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora” e não como uma ameaça. (WOODWARD, 2000, p.50).

Segundo Hall (2003, p.49), a identidade nacional é formada no interior do processo de representação, não se tratando de algo nato, mas de uma construção. Além disso, “a nação não é apenas uma entidade política, mas algo que produz sentido – um sistema de representação cultural”. Neste sentido, ocorre uma dicotomia entre a realidade observada e a sua representação no cinema e na televisão, pois nos espaços fronteiros, ocorrem identificações entre os “de cá e os de lá”, para além dos estereótipos apresentados que insistem no isolamento das fronteiras.

3. Segurança Nacional e Integração Regional

No filme *Segurança Nacional* (Roberto Carminati, 2010), o Brasil está sob ataque de traficantes e o agente da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), Marcos Rocha (Thiago Lacerda) é convocado para combatê-los. O longa-metragem pode ser categorizado como um filme de ação, com cenas de perseguição e explosões. O enredo do filme é na Lei do Abate de 2004, que autoriza a Força Aérea Brasileira (FAB) a abater qualquer avião que entre no espaço aéreo nacional sem autorização. Na história, traficantes são abatidos em pleno voo e consequentemente, os negócios são prejudicados. Um deles, chamado Hector Gasca, apodera-se de bombas de destruição em massa. Uma é lançada e explode em plena selva amazônica e com a outra, ameaça explodir Florianópolis.

O filme teve o apoio do Ministério da Defesa, do Exército, da Marinha e da Aeronáutica, da ABIN (Agência Brasileira de Inteligência) e do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República. Utilizou a infraestrutura do Governo Federal como aviões, navios e locações em prédios oficiais. Parece mais uma propaganda das Forças Armadas do que um filme de ação. Trata-se, essencialmente, de um filme estilo propaganda, além de didático. Os diálogos

são declamados, constituindo-se em pretexto para passar informações técnicas. Um exemplo do didatismo aparece quando caças militares aterrissam e decolam. Neste instante, pode-se ler o modelo do avião, em cena, através de cartelas na tela. Em diversos momentos, ouve-se o hino nacional que integra da trilha sonora. Ao final do filme, são fornecidas várias informações sobre o exército e a ABIN.

Na série sobre as fronteiras, consonante com a temática do filme *Segurança Nacional*, se destaca uma matéria jornalística sobre a atuação do exército na fronteira da Amazônia. O repórter aparece em um barco, junto a soldados do exército: “A selva é a vida dessa gente, e uma selva desse tamanho tem que pegar mesmo muita estrada, quer dizer, muito rio, para tentar vigiar os onze mil quilômetros de fronteira amazônica. Garimpo clandestino, extração ilegal de madeira, biopirataria e o tráfico de drogas. Mas uma constatação favorece os criminosos. 22 mil quilômetros de rios navegados para apenas 21 pelotões de fronteira”.

Mais uma vez, a cobrança de ações de projeção de poder do Estado brasileiro em suas periferias. De um lado, o Governo, que promove um filme mostrando iniciativas públicas no combate ao tráfico através da Lei de Abate e de outro, a cobertura jornalística sinalizando a impossibilidade de proteção das fronteiras pelo exército. A incidência do agenciamento e da noticiabilidade sobre as periferias nacionais as mantém numa condição discursiva ambígua, enquadrando indiscriminadamente seus acontecimentos ou como alarmes de incêndio ou como dispositivos panópticos que alertam continuamente a comunidade nacional/local para seus perigos através da ambivalência na cobertura jornalística.

Segundo Lima (2010, p.402), a questão da segurança nacional passaria pela “articulação entre diplomacia e defesa”. A autora aponta para a baixa articulação, com trajetórias independentes, entre política externa e política de defesa. “A trajetória institucional de cada um deles consolidou e legitimou o papel internacional da política externa e, simultaneamente, congelou um papel eminentemente doméstico à defesa externa” (LIMA, 2010, p.403). Esta visão ressalta a necessidade de se pensar a questão das fronteiras sob outros termos, ao invés da abordagem que a encara como caso de polícia.

O embaixador Marcos Gama (2010, p.350) observa que a eliminação das barreiras físicas e a aproximação das comunidades fronteiriças tiveram como subproduto indesejável o aumento do crime organizado transnacional e dos tráficos de drogas, de armas e de pessoas na América do Sul. Mas o que se vê, é que esta circunstância passou a ser o foco da produção midiática televisiva e cinematográfica. Faz-se necessário voltar a atenção para questões como, por exemplo, a integração regional, que, segundo Gama (2010, p.349), seria o “ponto de partida para o fortalecimento da presença sul-americana no mundo. Sem articulação de interesses no plano regional seria menor a capacidade de influência do Brasil e da América do Sul no mundo”. Gama (2010, p.349) ressalta que,

atualmente, nenhum país é suficientemente importante ou grande para fazer prevalecer seus interesses, isto é, não há espaço para o isolamento. A palavra de ordem é cooperação.

Cresce a percepção, nas múltiplas frentes multilaterais de negociação, de que o Brasil é um referencial por sua crescente capacidade de mobilização. Todos os países precisam organizar-se coletivamente em torno de interesses afins. Esse é o sentido prático da integração (GAMA, 2010, p.349).

O Brasil cultiva uma visão regional de seu projeto de desenvolvimento, entendendo que para haver prosperidade, todos devem cooperar. Na América do Sul, esse projeto integrador está centrado em quatro objetivos essenciais: a) promoção do diálogo; b) integração econômica e comercial; c) integração da infraestrutura física de transportes, energia e comunicações; d) integração cidadã, para promover maior liberdade de circulação e a construção progressiva de uma verdadeira cidadania sul-americana (GAMA, 2010, p.349). Compreende-se que a visão da segurança internacional está relacionada à diplomacia e às relações de cooperação com os demais países. É evidente que estas metas ainda não foram atingidas, mas é essencial que os pontos listados passem a integrar o agendamento jornalístico.

Mas a realidade cotidiana das fronteiras terrestres brasileiras, quando provada da lente que amplia o sentido dado pela perspectiva internacional de união e integridade, não tem atrativo para grande parte do noticiário. E o que se constata é que o enquadramento jornalístico atual busca a conversão desses locais em corredores exportadores de drogas e armas.

Ao analisar o desenvolvimento da imprensa no Brasil nos últimos anos, Sponholz (2009, p.73), qualifica de “jornalismo cão de guarda”, o controle da atuação do Estado. Após 20 anos de ditadura, a imprensa se encontrava imersa em uma crise de credibilidade. Com a redemocratização, jornalistas e empresas de comunicação trataram de reconquistar o leitor. A fórmula encontrada foi a adoção de um papel de cão de guarda das instituições políticas.

Conforme Sponholz (2009, p.76) uma das características desta forma de jornalismo é a forte orientação em “fatos”. Ela constata que os jornalistas se concentram, praticamente, somente nas questões sobre o quê, quem, quando e onde, enquanto as respostas ao como e por quê são ignoradas, o que afeta o grau de abrangência do noticiário.

Esta forma de jornalismo não se baseia no princípio da objetividade, mas sim no de relevância. Seus praticantes não parecem estar interessados se as informações são corretas ou não. Eles só querem confirmar as hipóteses com maior valor-notícia (SPONHOLZ, 2009, p.77).

A informação passa a ser vista como a finalidade suprema, o que acaba por esconder ou negligenciar o sujeito da troca de signos. Machado da Silva questiona (2001, p.18): “Informação para quê? Informação para quem? Os meios de comunicação não podem tornar-se sujeitos de si mesmos. A informação fetiche desconsidera a humanidade dos homens. Simplificar não pode mais ser a palavra-chave da mídia”.

Edgar Morin (2001, p.51) refere-se a Pascal, ao abordar a questão da comunicação, pois este afirmava que o “contrário de uma verdade não é um erro, é outra verdade”, isto é, o contrário de uma verdade profunda é outra verdade profunda. Neste sentido, é notório a problemática que envolve a questão das fronteiras no que se refere a sua segurança, mas que “não podem ser apenas encaradas como marcos divisórios construídos, que representam limites e estabelecem divisões” (PESAVENTO, 2002, p.36). Não se pode encobrir o outro lado da questão que se refere ao diálogo, intercâmbio e hibridismo: “Nesta condição, é necessário propor um avanço na abordagem comunicacional da cobertura jornalística de acontecimentos em cidades-gêmeas e tríplexes fronteiras e não meramente conformar-se com ambiguidades que confundam suas problemáticas” (SILVEIRA, 2008, p.3). Seguindo os ditames de Morin (2001, p.49): “é preciso contextualizar e não apenas globalizar. Conceber não unicamente as partes, mas o todo”.

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, M. A. O cinema policial no Brasil: entre o entretenimento e a crítica social. *Caderno de Ciências Humanas – Especiaria*, v.10, n.17, jan./jun., 2007, p.137-143. <http://www.uesc.br/revistas/especiarias/ed17/marco_antonio.pdf>

BHABHA, H. K. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

DIAS, A. S., MASCARENHAS, G.L., SILVEIRA, A. C. Série “Fronteiras”: a visão do Jornal Nacional sobre as fronteiras brasileiras. *Cadernos de Comunicação (UFSM)*, v.15, p.1 - 15, 2011.]

GAMA, M. V. P. O Conselho de Defesa Sul-Americano e sua instrumentalidade. In: JOBIM, N.; ETCHEGOYEN, S.; ALSINA, J. P.. (Orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

LIMA, M. R. S. de. Diplomacia, defesa e a definição política dos objetivos internacionais. In: JOBIM, Nelson; ETCHEGOYEN, Sergio; ALSINA, João Paulo. (Orgs.). *Segurança Internacional: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MAFFESOLI, M. O imaginário é uma realidade. *Revista Famecos*, Porto Alegre, n.15, ago. 2001.

MORIN, E.; SILVA, J. M. da. *As duas globalizações: complexidade e comunicação, uma pedagogia do presente*. Porto Alegre: Sulina, 2001.

PESAVENTO, S. J. Além das fronteiras. In: *Fronteiras Culturais*. MARTINS, Maria Helena (Org.). Porto Alegre: Ateliê Editorial, 2002.

SILVEIRA, A. C. M.. Ambivalência entre fronteiras e favelas: reconstrução sócio-semiótica da cobertura jornalística sobre as periferias. *Comunicação e Espaço Público*, Ano XI, n.1 e 2, 2008.

SPONHOLZ, L. *Jornalismo, conhecimento e objetividade: além do espelho e das construções*. Série Jornalismo e Rigor. V.4. Florianópolis: Insular, 2009.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. *Identidade e Diferença: perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Notas

¹ Um trabalho anterior realizado por nosso grupo de pesquisa sobre as fronteiras brasileiras analisou a série telejornalística intitulada “Fronteiras”, produzida e veiculada pelo Jornal Nacional da Rede Globo.

**A Organização Televisiva em Espaços de Fronteira
(Brasil-Argentina) e as Construções Identitárias**

Flavi Ferreira Lisbôa Filho

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Atua como Professor adjunto no departamento de Ciências da Comunicação da UFSM. Pesquisador do GP Comunicação, Identidade e Fronteira e do GP Comunicação Televisual.

A Organização Televisiva em Espaços de Fronteira (Brasil-Argentina) e as Construções Identitárias

Flavi Ferreira Lisboa Filho

Partimos do pressuposto de que a televisão é um veículo de comunicação que está presente na casa da maioria dos brasileiros. Muitas vezes, ocupando lugar central, constituindo-se em ponto de encontro da família e fonte de informação e de entretenimento. Ainda, que a produção televisiva é pautada por inúmeros recursos técnicos e estéticos, que são perpassados por aspectos culturais, econômicos e sociais. No caso do Brasil e da Argentina, a tevê adquire relevância, considerando as dimensões continentais desses países, ela torna-se um dos principais meios de integração nacional e de reconhecimento para os cidadãos.

Também consideramos o fato de que o Brasil possui uma extensa zona de fronteira, que contorna 10 países da América do Sul e 11 estados do Brasil. Neste sentido, o Rio Grande do Sul – RS constitui 10% deste território fronteiriço, abarcando 10 cidades gaúchas que fazem fronteira com Argentina e Uruguai.

É neste contexto que este estudo emerge com o propósito de verificar como está organizada a produção e a cobertura televisiva nos espaços fronteiriços do Brasil (mais especificamente no RS) com a Argentina, pois os resultados possibilitam que seja possível pensar/refletir na/sobre a questão fronteiriça no que se refere à tevê e à identidade para as outras fronteiras do país.

Para tornar esse estudo mais completo, a pesquisa sobre televisão estendeu-se também, às principais províncias da Argentina, que mesmo não sendo limítrofes ao Brasil, facilitam o entendimento da organização televisiva no país vizinho.

Este objeto admite reflexões salutares com relação aos processos midiáticos e aos processos culturais, sobretudo por que coloca em tensão, pela mídia,

o regional/local e o global. A televisão possibilita, pela rede de transmissão organizada, que questões culturais específicas de um grupo social atinjam outros tantos grupos e indivíduos. Nessa via, dar foco à produção regional/local de televisão parece relevante, principalmente por desviar o olhar de programas produzidos (inter)nacionalmente por grandes grupos de comunicação.

I. Sobre Identidade, Cultura e Regionalismo

A expressão identidade, grosso modo, significa um conjunto de traços e características que identificam um grupo social, distinguindo-o dos demais grupos. As identidades se fazem existentes a partir dos atributos oferecidos na linguagem e no sistema simbólico em que são representadas, sendo assinaladas principalmente pela diferença. Desta forma, podemos afirmar que a diferença pode ser mantida pela supressão, além de ser uma das ideias essenciais para o entendimento do procedimento de edificação cultural das identidades.

Nessa via, Woodward (2000, p.40) diz que as identidades são fabricadas por meio da marcação da diferença. Essa marcação da diferença ocorre tanto por meio de sistemas simbólicos de representação quanto por meio de formas de exclusão social. A identidade, pois, não é o oposto da diferença: a identidade depende da diferença. Nas relações sociais – são estabelecidas, ao menos em parte, por meio de sistemas classificatórios.

Para Oliven (2006, p.34), as identidades são “(...) construções sociais formuladas a partir de diferentes reais ou inventadas que operam como sinais diacríticos, isto é, sinais que conferem uma marca de distinção”. Assim, é possível entendermos a constante reconstrução da identidade, tendo em vista, principalmente, as trocas sociais que se configuram no meio. Por outras palavras, “a identidade (...) faz parte da complexidade do social. (...) Nenhum grupo, nenhum indivíduo está fechado *a priori* em uma unidimensional.” (CUCHE, 1999, p.192).

O referido autor (1999, p.177) diz ainda que:

A identidade social de um indivíduo se caracteriza pelo conjunto de suas vinculações em um sistema social: vinculação a uma classe sexual, a uma classe de idade, a uma classe social, a uma nação, etc. A identidade permite que o indivíduo se localize em um sistema social e seja localizado socialmente. (...), a identidade cultural aparece como uma modalidade de categorização da distinção nós/eles, baseada na diferença cultural.

Se um dos pontos relevantes na identidade cultural é a diferença, é preciso considerar ainda há uma complexidade social que se constitui e “(...) cada indivíduo integra, de maneira sintética, a pluralidade das referências identificatórias

que estão ligadas à sua história. (...) Cada indivíduo tem consciência de ter uma identidade de forma variável, de acordo com as dimensões do grupo social ao qual ele faz referência em tal ou tal situação relacional.” (CUCHE, 1999, p.194-5).

Para Hall (1996, p.69), “As identidades culturais provêm de alguma parte, têm histórias. Mas, como tudo o que é histórico, sofrem transformação constante”. Assim, para o autor, não é possível determinar a identidade cultural em si mesma e definitivamente.

As identidades podem funcionar, ao longo de toda a sua história, como pontos de identificação e apego apenas por causa de sua capacidade para excluir, para deixar de fora, para transformar o diferente em “exterior”, em abjeto. Toda identidade tem, à sua “margem”, um excesso, um algo a mais. (HALL, 2000, p.110).

Frente à Indústria Cultural, caracterizada pela alta tecnologia e pelo consumo imediato dos seus bens simbólicos, a identidade cultural se redefine, dado à redefinição dos modos de transmissão da cultura. Uma cultura quase universal surge, tomando o lugar da cultura tradicional, mas não o excluindo. O senso de pertencimento e de identidade, nesse sentido, está em constante transformação, conforme Canclini (2008). Na contemporaneidade, as identidades estão em constante mutação. Conforme os sujeitos vivenciam experiências em diferentes contextos, a identidade modifica-se. Traços novos são incorporados a ela e outros traços, já existentes, se fortalecem.

Dessa forma, a tradição pode ser evocada e reforçada por um grupo justamente para fazer oposição à homogeneização cultural, embora a resistência não seja tão vista, mas sim a negociação. O conservar aspectos da cultura-tradição e manter hábitos e valores singulares e localizados paralelamente à participação de valores das “comunidades transnacionais e desterritorializadas” (CANCLINI, 2008) é uma forma de marcar diferença e se afirmar como grupo.

No que se refere à identidade regional podemos dizer que é composta por um conjunto de traços culturais em um grupo de determinada localidade. No sul do Brasil e nos países limítrofes desta região, a chamada cultura gaúcha ou *gaucha* é fortemente identificada e acentuada por grande parte de seus moradores. Da tradição antiga dos saberes do campo e determinados valores, roupas e danças, são características semelhantes que fazem os gaúchos e *gauchos* se reconhecerem como parecidos entre si e diferentes em relação aos demais.

Veríssimo *apud* Oliven (2006, p.63-4), no texto “Um romancista apresenta sua terra” datado de 1969, responde a uma escritora, de outro estado da federação brasileira, que afirmava ser o gaúcho um tipo meio acastelhado e pertencente mais à região platina que à brasileira:

Somos uma fronteira. No século XVIII, quando soldados de Portugal e Espanha disputavam a posse definitiva deste então “imenso deserto”, tivemos de fazer a nossa opção: ficar com os portugueses ou com os castelhanos. Pagamos um pesado tributo de sofrimento e sangue para continuar deste lado da fronteira meridional do Brasil. Como pode você acusar-nos de espanholismo? Fomos desde os tempos coloniais até o fim do século um território cronicamente conflagrado. Em setenta e sete anos tivemos doze conflitos armados, contadas as revoluções. Vivíamos permanentemente em pé de guerra. Nossas mulheres raramente despiam o luto. Pense nas duras atividades da vida campeira – alçar, domar e marcar potros, conduzir tropas, sair da faina diária quebrando a geada nas madrugadas de inverno – e você compreenderá por que a virilidade passou a ser a qualidade mais exigida e apreciada do gaúcho. Esse tipo de vida é responsável pelas tendências impetuosas que ficaram no inconsciente coletivo deste povo, e explica nossa rudeza, a nossa às vezes desconcertante franqueza, o nosso hábito de falar alto, como quem grita ordens, dando não raro aos outros a impressão de que vivíamos num permanente estado de cavalaria.

Nessa citação, que faz alusão à história de formação do estado, é possível verificarmos a tentativa de resgate de alguns elementos que marcam a construção de uma identidade regional, como a belicosidade, a rudeza, a virilidade, a franqueza e o trabalho nas lides campeiras. Todas essas características acabam contribuindo para a conformação de uma construção cultural da identidade gaúcha tradicional, que ao mesmo tempo em que nos afasta dos demais brasileiros, nos aproxima dos castelhanos (argentinos e uruguaios) e enfatiza regionalismos.

Segundo Costa *apud* Jacks (1999, p. 82), o regionalismo consiste em

(...) um processo de criação e sustentação de determinados significados sociais, relacionado sempre a um dado território, através dos quais uma fração de classe, hegemônica ou portadora de alguma bandeira autonomista, procura fazer valer seus interesses de natureza política-econômica e/ou identidade cultural (que também não pode ser separada de uma fundamentação política) – frente aos interesses da classe dominante ao nível de Estado-nação. São diferentes formas de resistência ou “arranjo” frente à dominação/homogenização imposta por outros níveis sociais de organização política-territorial.

No caso do RS, temos um regionalismo constantemente evocado e atualizado de formas diversas, inclusive em produtos midiáticos específicos de várias ordens, tanto na televisão, quanto no rádio e na internet. Contudo, esses produtos se intensificam em determinadas épocas provocando alguma mudança de comportamento social. Nesse processo, a constituição da identidade gaúcha é

projetada do passado e cria práticas no presente, que se associam a outras práticas contemporâneas e até globalizadas.

Cabe ressaltar que o regionalismo, muitas vezes, adquire um patamar essencialmente político, caracterizando-se, segundo Oliven (2006, p.25), "(...) também por desigualdades sociais, mas que se articula mobilizando sentimentos coletivos e veiculando identidades e ideologias associadas a memórias sociais."

Essa característica é bem marcante na Revolução Farroupilha, ocorrida no RS de 1835-1845. Por mais que os motivos que lhe deram origem extravasassem o campo político, os farroupilhas uniram-se por uma causa, que ideologicamente dava a impressão de conciliar os interesses dos diferentes grupos sociais da sociedade do século XIX: guerrearam e morreram por ela. Todos pelejavam, fossem eles negros cativos ou peões, posteiros, agregados, comerciantes ou grandes estancieiros, embora, apenas os estancieiros gozassem dos privilégios militares proporcionados pelas altas patentes que ocupavam no exército republicano. Essa foi uma das principais e, talvez, a mais importante revolução da história do RS. Tanto que ela é sempre rememorada e ritualizada no desfile anual oficial do 20 de setembro.

Essas ritualizações são propaladas em função das tradições, que são organizadas a partir da memória coletiva de cada sociedade. No RS, muitas delas foram passadas de geração para geração por meio da oralidade, devido ao baixo índice de alfabetizados no estado até meados do século XX. Hoje essas tradições servem para reforçar a coesão social, segundo Oliven (2006). Para Hobsbawm e Ranger (1997), o culto à tradição não se opõe à modernidade. Ele se reproduz nela e, graças a ela, se mantém.

No que diz respeito ao regionalismo e ao nacionalismo podemos dizer que ambos fazem um caminho semelhante no processo de construção de uma identidade, pois é com base no todo que se busca a diferenciação, ou seja, a partir do que o outro não tem ou não lhe é tão característico. "(...) uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tantas nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos." (HALL, 1999, p.147). Nessa perspectiva, a visão de identidades globalizadas não recebem atenção, contudo, o foco do trabalho no regionalismo parece não exigir uma discussão desse nível, sobretudo, por que se reconhece essa dimensão que atinge a lógica da produção televisual a partir de operações de escolha, que elege o que será exibido, sempre em detrimento de outras manifestações culturais, sociais, políticas e econômicas.

2. Percurso Metodológico

A metodologia para estudo de um programa audiovisual, em especial do televisivo, pode seguir diversas propostas, algumas das quais serão apresentadas aqui. Pode, contudo, desenvolver um percurso específico.

Para Jost (2004, p.18), “(...) quando se estuda um programa de televisão, não se deve ficar restrito apenas à consideração do próprio programa, mas tem-se de estudar o que se fala a seu respeito, como se fala dele e o que se diz.” (JOST, 2004, p.18). Assim, buscou-se, num primeiro momento, levantar dados do contexto da programação televisiva (brasileira e argentina) que pudessem auxiliar a obter informações complementares acerca do objeto.

No que se refere à análise audiovisual, Jost (2008, p.193, p.194) parte do formato, em especial do formato da telerrealidade, para decifrar algumas questões sobre a televisão e seus programas, baseado em duas etapas. A primeira diz respeito a “(...) determinar a qual público visa à comunicação da emissora.” Este dado, segundo ele, pode, por exemplo, ser obtido pelo caderno do jornal que tematiza este aspecto e também pelas publicidades que são veiculadas antes, durante e após a exibição do programa. Para o cumprimento da segunda etapa é necessário encarar o texto sobre o prisma da “(...) relação que ele pode ter com seu espectador, concebido não como uma entidade geral e abstrata, mas como um sujeito ligado a uma idade da vida.”

Considerando que a análise televisiva não é o único procedimento metodológico usado nesse trabalho, entendemos que o objeto dessa investigação pode ser estudado por meio de um esforço exploratório, para angariar dados e construir estratégias metodológicas próprias, capazes de reunir diferentes técnicas e procedimentos da pesquisa qualitativa com conceituações e instrumento dos estudos culturais. Assim, para a realização da pesquisa partimos da contextualização, fazendo um movimento de aproximação do *corpus* empírico. Depois, a partir da necessidade de aprofundar alguns aspectos, foram realizadas entrevistas dirigidas com pessoas da Província de Misiones. O instrumento de entrevista foi elaborado a partir de um roteiro semi-estruturado de questões que contemplaram as seguintes variáveis: emissoras e canais existentes na cidade/província; propriedade dos principais canais/emissoras; os gêneros e os formatos de programas produzidos/transmitidos; periodicidade de programação regional; percentagem de programas regionais em relação aos da emissora central; se era possível reconhecer aspectos da cultura local na programação televisiva.

A pesquisa empírica deste estudo iniciou com um levantamento de quais cidades/províncias são fronteiriças e/ou importantes para a organização da televisão argentina e quais emissoras e filiais esses países possuem nas regiões selecionadas para a investigação. Esta fase adotou procedimentos próprios da

pesquisa quantitativa, como mapeamento da grade de programação, busca de dados relativos ao Censo dos países/cidades deste estudo, seja por meio de jornais, revistas ou sites que tenham as informações elencadas.

3. Resultados e Discussão: sobre os Canais de Televisão

3.1 Quanto aos entrevistados

Com relação à programação da televisão na província de Misiones, baseado em entrevistados, os canais lembrados por 75% deles são: Canal 4, Misiones 4, Canal 12, Canal 2 e Canal 6. Um dos entrevistados acrescenta o Canal 5 e o Canal 21, este da TV a cabo. Outro entrevistado não cita os programas, apenas fala que na televisão a cabo existem cerca de 100 canais e na TV aberta cerca de nove.

Quando questionados sobre qual seria o principal canal e se este fazia parte de um grupo de comunicação, foi unânime a resposta do Canal 12, o qual, segundo o conhecimento dos entrevistados, faz parte da rede Sapem.

Quanto aos programas transmitidos verificamos que 75% afirmaram que os programas que tem compromisso com o real (telejornais, documentários, etc.) são os principais programas veiculados. Em segundo lugar de importância, 100% marcam os programas ficcionais. Em terceiro lugar estão os programas híbridos (mescla de real com ficcional).

Sobre os principais formatos dos programas veiculados, o único formato unânime para os entrevistados foi o telejornal. Os programas de esportes e documentários são marcados por 75% deles, seguido dos programas de música e de filmes, apontados por 50%. As telenovelas, séries/seriados, sitcoms, programas de auditório e a opção “outro” foram marcados uma vez. Na opção “outro”, o entrevistado incluiu os programas educativos e os agropecuários.

No que diz respeito à periodicidade de veiculação de programas produzidos localmente/regionalmente na província de Misiones foi apontada, por todos entrevistados, como “mais de uma vez ao dia”. Quando indagados sobre quantas vezes por dia esses programas vão ao ar, 50% estimam que sejam três programas de caráter local/regional diariamente. Um estima que sejam seis e outro estima que sejam dois.

A programação nacional que é veiculada na grade das emissoras é aferida por 75% como acima de 20%. Um deles acredita que a porcentagem chegue até 20%. Já a programação internacional que eles estimam que seja comprada por elas é estimada em valores mais altos por 75% dos entrevistados. A metade dos entrevistados acredita que a porcentagem é até 30%, um pensa que é até 10% e outro acredita que seja acima de 30%.

No que tange à questão dos programas regionais, os entrevistados foram questionados se é possível reconhecer aspectos da cultura local e através de que modo isso era percebido. Todos indicaram o “cenário” como uma marca regional. A vestimenta/figurino foi assinalada por 50% deles, bem como os personagens que aparecem nesses programas, o sotaque e a trilha sonora. A opção “outro” foi marcada pela metade dos entrevistados, sendo especificada por um deles, que afirma ser “linguagem” outro aspecto reconhecido.

Sobre as cidades da província que possuem emissora que produzem e transmitem programação local, as cidades de Obera e El Dorado foram lembradas por todos entrevistados. Posadas, Alem e Puerto Iguazu foram lembradas por 75% deles, seguidas de Montecarlo, Puerto Rico e Apóstoles, que foram lembradas por 50%.

Por fim, quando questionados se sabiam onde encontrar informações sobre a programação da televisão em sua província, 75% dos entrevistados mencionaram a web. Um mencionou os jornais impressos e outro indicou os dados fornecidos pela *Comisión Nacional de Comunicación* – CNC.

3.2 Quanto ao mapeamento

No estado do Rio Grande do Sul a RBS TV, afiliada à Rede Globo de Televisão, possui os maiores índices de audiência. Contudo, cabe destacar que as emissoras de tevê aberta RBS TV, TV COM, Record RS, Pampa e SBT produzem e transmitem diariamente, com exceção de domingo e, em alguns casos, de sábado, os telejornais regionais.

Na TV COM são cinco telejornais, na RBS TV e na Record são três, um em cada turno. A Pampa e o SBT apresentam um programa de telejornalismo, sendo transmitidos ao meio dia. Além dos telejornais, são apresentados e produzidos pelo grupo RBS programas regionais de variedades.

Atualmente, o Grupo RBS, no ramo televisivo, possui dezoito emissoras de TV aberta, em várias cidades do Rio Grande do Sul e algumas de Santa Catarina (com grade de programação diferente), duas emissoras comunitárias (TV COM de Porto Alegre, com canal aberto, e a TV Com de Florianópolis, com canal fechado, assim como em todas as outras cidades) e uma focada no agronegócio (Canal Rural, comprado em 1998). Todas as emissoras atingem um público total de 17 milhões de espectadores e a diversificação dos meios de atuação, que compreendem mais uma rede extensa de jornais impressos e de canais radiofônicos e sítios virtuais, abrange mais ainda o público e, segundo Castro (2011, online), “com isso, permitiu o cruzamento de três grandes dimensões no espaço contemporâneo: o consumo, a economia e a comunicação, em interação sistêmica, responsáveis pelo fortalecimento de sua marca” e liderança em audi-

ência. A RBS TV, em seu sitio eletrônico, se apresenta como líder nos segmentos de esporte, jornalismo e novela, mantendo-se bem à frente da segunda colocada em todas as regiões do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

Como a RBS é afiliada da Rede Globo, possui certas normas na programação. Uma delas é preencher a grade com 85% de programação da rede nacional. Os outros 15% podem ser ocupados com programação produzida regionalmente. Tanto no estado do Rio Grande do Sul como no estado de Santa Catarina, grande parte desses 15% é colocada sob forma de produção de telejornais e programas de esporte. No Rio Grande do Sul, entretanto, a produção de materiais ficcionais, documentários ou outros programas de variedades e de produção regional destaca-se. Há um núcleo responsável por cuidar especialmente dos segmentos de ficção (séries, curtas, entre outros) e documentário, o *Núcleo de Especiais*. A equipe que trabalha nele vem buscando uma forma de identificação dos gaúchos com o conteúdo (e conseqüente fidelização do público), dentro do percentual em que não circula pela emissora a programação homogeneizada essencialmente nacional e internacional. Além disso, a “iniciativa de criação do Núcleo é única no país, e confere ao Rio Grande do Sul a posição de estado pioneiro em produção ficcional e documental, de conteúdo local” (CASTRO, 2011, online).

Na Província de Corrientes o Canal 13, dito independente, aparenta ter uma espécie de vínculo com o grupo Telefe, conforme se nota na programação. Contudo, não é afiliado, conforme informações do site do grupo Telefe. Na programação dos dias de semana do canal 13 há os seguintes programas do grupo Telefe: *Infocampo* (às 6h), *AM* (às 10h), *Telefe Noticias* (às 13h), *Zapping* (às 14h), *Os Simpsons* (às 18h30), *Telefe Noticias* (às 20h30), *Diario de Medianoche* (00h00). Aos sábados, há os programas *Os Simpsons* (às 14h), *Cine Del Sabado* (às 17h). Aos domingos, *100% Lucha* (às 11h), *Cine Del Domingo* (às 13h), *Os Simpsons* (às 16h). Pode-se dizer que são 18 horas de programação local por semana em, aproximadamente, 120 horas de programação semanal.

O Canal 5 Goya, também independente, disponibiliza informações no site <http://www.goyatevedigital.com/>, onde há vídeos e programas produzidos pela emissora. O canal 5 não é vinculado nem ao grupo Telefe nem ao grupo Clarín e parece ser totalmente local (inclusive na programação, com exceção de filmes). A parte de contato, através do sitio, não está funcionando. Mas, pode-se verificar que a grade de programação não reproduz os programas nem do Grupo Telefe, nem do Grupo Telear. No site observado, o canal se intitula como “o primeiro canal livre e gratuito da Argentina”.

Na Província de Misiones o Canal 12 Posadas constitui-se em um canal público estatal, pertencente à rede Sapem. Embora em alguns locais haja a informação de que na programação há produtos do canal 13, de Buenos Aires e pertencente ao grupo Artear (do Clarín). Contudo, o Canal 12 Posadas está

descrito como um canal independente da Artear. Através do site <http://www.tv12misiones.com.ar/> verificamos que há 81 horas de programação local por semana produzidas por agências ou produtoras independentes locais ou pelo próprio canal, de, aproximadamente, 154 horas de programação semanal. Sem muitas informações, o site é “pobre” e há pouco sobre o canal.

Há também o Canal 6, dirigido pelo jornalista Korge Kurrle, que também dirige a *radiomisiones*, o jornal impresso *seis páginas* e o site *www.noticiasdel6.com* (onde se pode assistir à televisão, ouvir ao rádio e acessar a versão impressa do jornal). Contudo, as informações obtidas ainda são limitadas ao gestor.

Na Província de Tucumán os canais locais são dois: Canal 8 e Canal 10. Um é de natureza privada e outro é de caráter público (porém recentemente se abriu ao capital privado). Ambos possuem programas produzidos localmente, entretanto são preenchidos majoritariamente por programas da região da capital do país, Buenos Aires.

O Canal 8 existe desde 1983. É vinculado ao conglomerado argentino Telefe. Na produção local possui cinco programas: *Sembrando Federal*, com temas relacionados ao campo; *División Noticias*, programa de notícias misto, que é como uma versão local do jornal televisivo de Buenos Aires do grupo Telefe; *A Las 7*, programa jornalístico da capital de Tucumán com notícias, entrevistas e informações gerais; *Elegidos*, programa musical com videocliques e artistas ao vivo; *El Club de Los Recuerdos*, outro programa musical, mas focado em apresentação de vídeos e melodias dos anos 1950, 1960 e 1970. Apesar desses programas locais, a maior parte da grade do Canal 8 é preenchida com os programas nacionais do grupo Telefe.

Como programas essencialmente locais, são destacáveis o *Sembrando Federal*, que tem grandes semelhanças com os programas gaúchos relacionados ao campo, e o *A Las 7*, programa de notícias majoritariamente pautado em questões locais e atravessado de imagens da província de Tucumán. Inclusive os jornalistas têm como pano de fundo certos pontos turísticos da capital, em determinados momentos do programa, assemelhando-se aos telejornais da RBS TV.

De acordo com levantamento de Patricio Dobal (2011), de Santa Fe, o Canal 8 tem 18,3 horas de programação local semanal em, aproximadamente, 119 horas semanais. A província que mais teria produção local seria Córdoba, com 138 horas semanais, seguida de Buenos Aires, com 103 horas.

O Canal 10 pertence à Universidade Nacional de Tucumán, mas atualmente tem parte do conteúdo gerenciado por empresa privada. Como tem participação de capital estatal majoritário, é vinculado ao Governo de Tucumán. Há pouco mais de um ano rompeu com o Grupo Clarín, que preenchia cerca de 80% da programação do canal. Hoje, as programações nacionais vêm da TV Pública Argentina, que sofre oposição feroz do Grupo Clarín, e do C5N, Canal 5 de Notícias.

Os programas locais de maior destaque do Canal 10 são: *TV Prensa*, programa jornalístico; o *Cacharpaya*, programa de resgate às raízes folclóricas do norte argentino e *Los Primeros*, similar ao *A Las 7* do canal 8. Além disso, já produziram uma série de boa repercussão nos anos 1980 e outra série chamada *Tucumanos*, que não repercutiu tanto. O canal cobre quase toda a província de Tucumán, além de boa parte das outras províncias do centro-norte e norte da Argentina.

O Canal 10 também veicula o programa *Republica de Tucuman*. Esse programa tem um formato humorístico e é muito comentado entre a população local. Ele tem como cenário as ruas de San Miguel de Tucumán e aborda somente assuntos da tradição da região (sotaque, vestimentas, culinária...) nortenha da Argentina, sempre de forma cômica e bem humorada.

Na província de Buenos Aires, dentre uma vasta variedade de canais, destaca-se o Canal 11 – Telefe e o Canal 13 – Arter. O canal 13 pertence ao maior conglomerado do país, o Grupo Clarín.

A programação é diversificada e se pode encontrar desde programas ficcionais, como filmes e novelas, até noticiários e telejornais locais. Pode-se comparar o principal canal da Argentina, com a Rede Globo do Brasil.

Com relação à programação local, em Buenos Aires, estima-se que ocupe entre 12 e 18 horas de programação local diária. Dentre toda a programação dos canais principais, mais de 20% é produzido nacionalmente e cerca de 10 % é comprada de outros países. Verificamos que as cidades La Plata, Tres Arroyos e Mar de Plata produzem e transmitem sua programação local. Além da Capital Federal Buenos Aires, que é responsável pela programação de praticamente todo o país.

Na província de Santa Fé, além do Canal 7 – TV Pública, que circula por todo o país, destaca-se os canais locais. Na cidade de Rosario, por exemplo, tem os canais 3 e 5, sendo o Canal 3, o de maior importância, pertencente ao Grupo Uno. Na grade de programação, evidenciam-se as telenovelas, filmes e séries, sendo cerca de 20% produzido nacionalmente. As tevês locais, como é o exemplo do Canal 3, de Rosario, têm programações produzidas na região, aparecem três vezes na grade e os demais programas são praticamente todos nacionais.

Na província de Santa Fé, observa-se uma grande afeição por canais locais, específicos de cada cidade.

Na província de La Pampa a estruturação da televisão é semelhante à de Santa Fé. Existe a visibilidade do Canal 7 – TV Pública e os canais produzidos regionalmente. Dentre esses, destaca-se o Canal 3, da cidade de Santa Rosa, que não pertence a um grande grupo de comunicação. Dentre a programação, salientam-se as telenovelas, programas de entretenimento e noticiários diários. Programas produzidos na cidade aparecem mais de duas vezes por semana no canal. A programação nacional possui 20% do tempo e os programas estrangeiros chegam a 30%.

Em Córdoba, os canais 8 e 12, são vinculados aos canais nacionais 11 – Telefé e 13 – Artear, respectivamente. Assim como a RBS TV, os canais 8 e 12 possuem programas locais, obtendo mais de 20% de tempo na programação. A maioria do tempo restante é ocupado por programas nacionais. A grade de programação, possui principalmente telejornais, telenovelas, reality shows e filmes.

4. Conclusões

No Brasil foi possível verificar que existem cinco emissoras principais que atingem a zona de fronteira. A programação destas é composta basicamente por telejornais e programas de entretenimento. Contudo, a emissora de maior destaque é a RBS TV, afiliada à Rede Globo, por isto o foco deste estudo recai sobre a emissora no caso brasileiro. Os programas voltados para o Rio Grande do Sul, que falam da região e do estado, são os telejornais.

Na Argentina, verificou-se a presença de quatro emissoras nacionais que, através de afiliadas ou canais representantes, transmitem seu sinal para as províncias fronteiriças ao Rio Grande do Sul. A programação nacional destas é composta basicamente por programas de entretenimento e noticiários. Há um destaque para o Grupo Clarín, que é um grande grupo multimídia, e obtém um dos principais canais do país, o canal 13 – Artear. Além da importância do Clarín, observamos o Canal chamado de TV Pública, com visualização em todas as províncias da Argentina.

Podemos perceber que todos os canais possuem uma parte da programação produzida localmente, mas, a grande maioria, dos espaços televisivos é ocupada por programas nacionais ou produtos audiovisuais importados pelos grandes grupos de comunicação, que controlam as redes televisivas. Fato que nos faz pensar sobre termos um modelo latino-americano de televisão, em oposição ao sistema nacional, que compra parte de seus produtos de países como Estados Unidos ou do continente europeu para veicular em suas emissoras afiliadas/filiadas. Além do produzir um modelo nacional standard, que possa ser transmitido para todos os estados e províncias sem marcas evidentes de regionalismo.

Referências

BONIN, Jiani Adriana. Nos bastidores da pesquisa: a instância metodológica experienciada nos fazeres e nas processualidades de construção de um projeto. In: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* *Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos*. Porto Alegre: Sulina, 2006.

CANCLINI, Néstor García. *Consumidores e cidadãos: conflitos multiculturais da globalização*. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

CASSETTI, Francesco; CHIO, Frederico di. *Análisis de la televisión: instrumentos, métodos y prácticas de investigación*. Paidós: Barcelona, 1999.

CASTRO, Maria Lília. *Nos bastidores do entretenimento: a ação promocional*. Disponível em <http://compos.com.puc-rio.br/media/gt11_maria_lilia_dias.pdf>. Acesso em 11 jul. 2011.

CUCHE, Denys. *A noção de cultura nas ciências sociais*. Bauru: EDUSC, 1999.

DOBAL, Patrício. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/patriciodobal/la-programacin-local-en-la-tv-del-interior>>. Acesso em 11 jul. 2011.

DUARTE, Elizabeth Bastos. *Televisão: ensaios metodológicos*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

HALL, Stuart; DUGAY, P. *Questions of cultural identity*. Londres: Sege, 1996.

_____. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A, 1997 (1999).

_____. Quem precisa identidade? In: SILVA, T.T. et al. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984 (1997).

JACKS, Nilda. *Querência: cultura regional como mediação simbólica: um estudo de recepção*. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

JOST, François. *Seis lições sobre televisão*. Porto Alegre: Sulina, 2004.

_____. Como o formato constitui seu público: o exemplo da telerrealidade. In: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lilia Dias de (orgs.). *Em torno das mídias: práticas e ambiências*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

LISBOA FILHO, Flavi Ferreira. *Mídia regional: gauchidade e formato televisual no Galpão Crioulo, RS*. 2009. 232f. Tese (Doutorado em ciências da comunicação)-Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo. 2009a.

_____. A Gauchidade Midiática Televisual: enunciações de sentidos no Galpão Crioulo. In: FELIPPI, Ângela; NECCHI, Vitor (Orgs.). *Mídia e identidade gaúcha*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2009b.

MARTÍN-BARBERO, Jesus. *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1987 (1997).

OLIVEN, Ruben George. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1992 (2006).

RUIZ, Olivia. *O ir e vir: as relações fronteiriças (México e EUA)*. Disponível em: <<http://www.oohodahistoria.ufba.br/03ruiz.html>>. Acesso em: 22 nov. 2010.

SARLO, Beatriz. *Cenas da vida pós-moderna*. Rio de Janeiro: EdUFRJ, 1997.

SILVEIRA, Ada Cristina Machado da; ADAMCZUK, Lindamir Ester. Indústrias culturais e faixa de fronteira no Brasil Meridional. *Revista de Geografia da UFC*. Fortaleza: UFC, 2004.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T.T. *et al. Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

**Missioneirismo:
a Produção de uma Identidade Regional**

Roselene Moreira Gomes Pommer

Licenciada em História pela Universidade Federal de Santa Maria, Mestre em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e Doutora em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Docente da Universidade Federal de Santa Maria, atuando no Curso de Graduação em História - Licenciatura e Bacharelado, onde também coordena o Subprojeto História e Educação: meandros do ensino formal, integrante do PIBID/História/2009; e no Colégio Técnico Industrial - CTISM, onde é Coordenadora Geral do Curso Técnico em Eletromecânica/PROEJA. Tem experiência na área de História e Ensino de História, com ênfase em processo histórico jesuítico-guarani, História oral, identidades, memórias e história das instituições escolares. Autora de artigos acadêmicos e livros, entre os quais *Missioneirismo: história da produção de uma identidade regional e líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Memória, Educação Profissional e Técnica – TÉKHNE*.

Missioneirismo: a Produção de uma Identidade Regional

Roselene Moreira Gomes Pommer

A área localizada a noroeste do Rio Grande do Sul, conhecida como região das Missões, experimentou um conjunto de transformações ideológicas e paisagísticas próprio de um país como o Brasil que se modernizava a partir da aceleração das atividades industriais e da mecanização das atividades agropastoris, nas décadas de 1950 a 1970. Em parte dessa área, o espaço urbano, com novas avenidas e prédios, ao lado da lavoura mecanizada e como fruto de decisões administrativas às vezes casuísticas e às vezes intencionadas, quase fez desaparecer as marcas de uma ocupação muito anterior: a dos *pueblos* jesuítico-guaranis¹.

Em verdade, essas alterações espaciais tiveram início nas primeiras décadas do século XIX, com a chegada de grupos de imigrantes de origem ou ascendência portuguesa e espanhola². Estes grupos iniciaram a composição do perfil de uma nova população que, cultural e etnicamente, pouco lembrava os grupos chamados de missionários responsáveis pela ocupação anterior da região.

O seu repovoamento, a partir da segunda metade do século XIX, em função da atração exercida pelas terras férteis da área contribuiu para aumentar a destruição do patrimônio paisagístico e arquitetônico das antigas reduções, como se deu em São Luiz Gonzaga, São Borja e Santo Ângelo. De outra parte, as áreas que mantiveram um povoamento rarefeito no século XIX e parte do século XX, foram aquelas em que os referidos remanescentes materiais sofreram menores efeitos da ação antrópica. Este foi o caso de São Lourenço das Missões, ainda hoje distrito de São Luiz Gonzaga; de São João Batista, distrito de Entre-Ijuís; de São Nicolau, mantido como distrito de São Luiz até a década de 1960, e de São

Miguel, distrito de Santo Ângelo até a segunda metade da década de 1980. Mas, apesar das ações desses grupos sobre o patrimônio cultural colonial, uma série de signos e monumentos continuou remetendo a população a um passado que se ancora naquilo que a historiografia denominou de segunda fase do processo reducional jesuítico, a leste do rio Uruguai.

As ações culturais dos grupos que povoaram a região, especialmente a partir dos séculos XIX e XX, foram definidoras para a valorização, ou não, do patrimônio reducional. Em São Borja, desde a ocupação lusitana em 1801, os prédios da antiga redução foram utilizados como quartel, hospital, moradias e casas de comércio. A intensidade dos saques de Artigas³ àquela antiga redução e o uso do seu material, em especial pedras e telhas para novas construções, fez com que para encontrarmos remanescentes do período, hoje, tenhamos que olhar para os alicerces das casas, para os pórticos de parques e para os muros que delimitam terrenos, ou então, visitar o museu municipal, o qual mantém um significativo acervo de estatuária missioneira, catalogado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Essa não é uma exclusividade de São Borja. O mesmo pode ser verificado em Santo Ângelo e São Luiz Gonzaga. Nesta última, as pedras e telhas da antiga redução foram retiradas e serviram de alicerces e de coberturas de casas e de bases para pontes sobre os rios do interior. A igreja da época acabou substituída por uma mais modesta, construção do final do século XIX. Conforme Santos (1987, p. 56), o prédio reducional que mais perdurou na cidade foi o “colégio dos padres”, demolido pelo poder público municipal na década de 1930, apesar de protestos populares. Também naquela mesma época, para dar lugar a uma das ruas centrais da cidade, foi demolido um dos chafarizes que abasteciam de água a redução, além de ter sido soterrada a adega dos padres.

Desta forma, pode parecer paradoxal perceber que os monumentos da época reducional constituem-se, hoje, em referenciais importantes para a articulação da memória coletiva da população da região com o passado reducional. Com base nisso, este artigo pretende apresentar elementos para a discussão da valorização ou não deste passado, a partir da análise das formas de negociação que os grupos sociais estabelecem com ele. Aliás, a manutenção ou destruição do patrimônio missioneiro original em diferentes períodos, é um indicativo dos sentidos atribuídos ao passado colonial da região.

I. Os Mecanismos de Produção Identitária

Ao fazer a análise de algumas das representações do passado reducional que têm sido acionadas no presente, Brum (2006, p.15), explica que a memória deste período produz “(...) imaginários, pertencimentos e identidades que têm

o *missioneiro* como referencial histórico construído, cujos olhares importam em tomadas de posições acerca do passado no presente". As "tomadas de posições" em relação ao tempo reducional são perceptíveis, hoje, através de determinados signos os quais foram construídos e que, como monumentos, expressam a concepção da história regional que a população local foi estimulada a assimilar. Uma determinada interpretação daquele tempo tem sido utilizada para apresentar indivíduos e classificar uma parcela do espaço que vai do Noroeste ao Oeste do Rio Grande do Sul, como missioneiro.

Apesar da destruição de boa parte do patrimônio histórico original, o produto das negociações que a população fez e faz com o passado colonial tem sido uma das marcas mais destacadas da região e se expressa na paisagem, na produção artística e nos discursos políticos. Evidentemente sempre houve este tipo de negociação, porém, nas três últimas décadas do século XX, em função de um contexto peculiar, a população local foi estimulada a voltar-se de forma especial para o período colonial da região, o que acabou resultando num movimento cuja essência pretendeu alterar a composição das identidades locais.

Esta foi uma época de intensas transformações políticas, econômicas e tecnológicas em todo o mundo, e que gerou um quadro propício para o aparecimento das questões identitárias regionais. No caso de parte da região das Missões, ocorreu uma tentativa de se estabelecer um novo olhar sobre o passado. Foi então que, com a intensificação das relações globalizadas/globalizantes também se ampliou o paradoxo entre o global e o local.

O advento da modernidade e dos acontecimentos ligados a ela – industrialização, desenvolvimento tecnológico e inserção de novas áreas à economia mundial, dentre outros – e, mais recentemente, o advento da discutível pós-modernidade – acentuado e revolucionário desenvolvimento dos meios de comunicação, expansão das empresas transnacionais e afirmação do poder de instituições supranacionais como o Banco Mundial e a Organização das Nações Unidas, dentre outros – possibilitou às sociedades conectarem-se intensamente. Conforme Oliven (2006, p. 208), isso acabou produzindo a impressão de que o mundo é uma "aldeia global" de cultura mundializada que favorece o deslocamento de referências culturais e a fusão entre as mesmas nos mais diferentes e distantes lugares.

Esse processo, convencionalmente conhecido por "globalização", ligado diretamente ao intenso desenvolvimento técnico-científico, foi definido por outro autor como sendo "(...) la intensificación de las relaciones sociales en todo el mundo por las que se enlazan lugares lejanos, de tal manera que los acontecimientos locales están configurados por acontecimientos que ocurren a muchos kilómetros de distancia o viceversa" (GIDDENS, 1994, p. 68). No entanto, ao mesmo tempo em que as novas tecnologias se transformam em veículos capazes de criar situações instantâneas de inter-relações entre os mais diferentes e distantes

indivíduos do planeta, os espaços sociais mais íntimos cobram sua relevância.

Isso ocorre porque, na medida em que as relações mundiais se intensificam, gerando a falsa ideia de “mundo menor”, torna-se difícil a identificação dos indivíduos com categorias gerais. É compreensível, portanto, de acordo com Oliven (2006, p. 209), que os mais diversos “(...) atores sociais procurem objetos de identificação mais próximos”, objetos capazes de responder às necessidades referenciais para a compreensão de seu mundo.

Dessa forma, o local adquire vigorosamente novo valor, descobrindo-se a si mesmo, bem como as suas potencialidades e capacidades. A partir dessa ideia, alguns municípios e, até mesmo regiões, passam a buscar nos elementos de identificação local, instrumentos que permitam atrair investimentos e estimular o crescimento econômico. É o que parece objetivar a organização de festas e feiras étnico-culturais que acontecem regularmente, por exemplo, nos municípios de Santa Cruz do Sul, *Oktober Fest*, e Cerro Largo *Oktober Fest* Missões, momentos em que uma suposta tradição cultural da chamada etnia alemã é posta em relevo pela sua particularidade em relação a um todo nacional ou regional⁴. Neste contexto é ressignificado todo um conjunto de valores e representações simbólicas como se eles fossem o que toda a sociedade constrói sobre o mundo. Mesmo assim, elas parecem ser arcabouços que nutrem as possibilidades de ação e de compreensão de sua realidade.

Chartier (1988, p. 21) entende representação como sendo o “(...) relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquela por este, por lhe estar conforme”. É a partir da produção de representações que os indivíduos classificam as coisas de seu mundo, atribuindo-lhes sentido. Ao que parece, é justamente nesse ponto, por agir diretamente sobre a produção simbólica que os grupos sociais fazem de seu mundo, e pela necessidade de manterem-se diferentes em relação ao outro e, dessa forma, existirem enquanto grupos, que as representações locais reclamam seu espaço frente à massificação que a globalização pretende produzir.

Na tentativa de afirmar-se frente ao todo aparentemente uniformizador, valores locais passam a ser utilizados como elementos de resistência à massificação, promovendo a revisão de antigas identidades. Essa reação não é homogênea. O processo de globalização produz diferentes resultados em termos de identidade. Ao mesmo tempo em que poderá haver um distanciamento em relação à identidade local, os grupos humanos poderão agir de forma a resistir à uniformização, fortalecendo e reafirmando identidades nacionais e locais, ou ainda, produzindo novos referenciais que podem embasar novas posições de sujeitos. Neste sentido Hall faz uso do termo identidade para explicar aquilo que nos constitui como sujeitos sociais, isto é, as subjetividades que falam e interagem com outras subjetividades, ou ainda,

(...) o ponto de encontro, o ponto de sutura, entre, por um lado os discursos e as práticas que tentam nos “interpelar”, nos falar ou nos convocar para que assumamos nossos lugares como os sujeitos sociais de discursos particulares e, por outro lado, os processos que produzem subjetividade, que nos constroem como sujeitos aos quais se pode “falar” (HALL, 2005, p. 111/112).

Logo, identidades são referenciais de apego e de pertença temporários às posições de sujeito que as práticas discursivas constroem de forma abstrata, portanto sem existência empírica anterior, a partir de diferenças inventadas e que precisam ser moldadas por vivências cotidianas para se efetivarem como práxis. As vivências cotidianas, na medida em que dão visibilidade às identidades, estruturam, mantêm e/ou ressignificam-nas. As tradições, inventadas ou não, se constituem a partir de referenciais do passado. Um passado que pode ser produzido para ser aceito como tendo sido o passado vivido de determinado grupo social. A tradição inventada é entendida como sendo

(...) o conjunto de práticas normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas (...) de natureza ritual ou simbólica, [que] visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente, uma continuidade com um passado histórico [que foi] apropriado (HOBSBAWM e RANGER, 2002, p. 09).

Não com um passado efetivamente legitimado, mas com base em um passado estabelecido sob os efeitos de um presente que lhe dá sentido, para parecer legítimo aos olhos do grupo social ao qual se quer determinar um comportamento tido como tradicional. Portanto, o processo de globalização tem promovido o repensar dessas categorias culturais – identidade e tradição – na medida em que os movimentos locais têm reclamado suas especificidades como reação frente ao todo que se apresenta de maneira globalizante, especialmente diante dos produtos da cultura de massa. No Brasil, as três últimas décadas do século XX se caracterizaram por uma forte integração do ponto de vista político, econômico e tecnológico, o que serviu para embasar a ideia de unidade cultural para o país, mas não necessariamente de acordo com os interesses da maioria da população e das singularidades regionais.

Para Oliven (2006, p. 55), o fato de o Brasil no final do século passado ter apresentado um processo crescente de urbanização e uma integração das redes de comunicação de massa tem sido usado para dar suporte à ideia de homogeneização cultural. Através da tentativa de uniformização dos hábitos e atitudes da população, o samba e o carnaval têm sido apresentados como expressões de nacionalidade. Mas, como no restante do mundo, também no Brasil, junto com a

crescente integração, assiste-se a um intenso movimento de afirmação das mais variadas identidades regionais. Estas salientam suas diferenças em relação ao todo nacional, como instrumentos de distinção e reconhecimento cultural.

O Rio Grande do Sul tem apresentado um exemplo significativo deste processo, em especial a partir da década de 1970. No Estado, elementos da cultura pastoril extrapolaram sua área original e passaram a ser utilizados para representar a cultura rio-grandense na diferenciação em relação ao todo nacional. Nesse movimento, o elemento gaúcho típico da campanha, a partir de um processo de reificação cultural, se transformou em um símbolo do habitante do Estado, mantido por determinadas tradições regionais para a sustentação de uma pretensa identidade rio-grandense.

No entanto, esse movimento que é regional, tal como o movimento nacional de construção da brasilidade abarca diferentes facetas e, como o nacional, também é constituído de partes. Essas partes são produto das diferenciações locais gestadas na necessidade dos grupos em atribuírem significados para seu mundo social, a partir das classificações histórico-culturais que fazem. Assim, apesar de, culturalmente, o Rio Grande do Sul se expressar através de um elemento simbólico, o gaúcho, elementos indicativos das várias regiões que compõem o Estado não foram anulados. Antes, evidenciam-se através de diferenciações regionais do que a região Missioneira é um exemplo. Nesta região, a população tem feito uso de uma determinada interpretação do passado para produzir uma forma específica de apresentar-se e de se fazer representar.

2. História da Produção de uma Identidade Missioneira

A região que chamamos missioneira é constituída pelos municípios e distritos que tiveram suas primeiras ocupações ligadas à segunda fase do processo reducional jesuítico-guarani, a leste do rio Uruguai, exceto São Borja. Naquelas localidades, os efeitos do processo de globalização mundial, a partir de meados da década de 1970, somados à crise econômica que se intensificou no início da década de 1980, geraram reações específicas. De fato, parte de seus setores representativos passaram a utilizar-se de referenciais do passado colonial para a produção de um modelo de comunidade que deveria servir de motivação na busca de alternativas para a superação da crise.

Naquele período, um novo sentido foi atribuído àquele passado, o qual deveria embasar determinadas tradições capazes de produzir um elemento identitário típico para a região, um elemento missioneiro. No processo de escolhas então em curso, foi em um aspecto específico do passado colonial que a comunidade foi estimulada a buscar as referências necessárias para compor a base

de produção para suas novas tradições, ou seja, dever-se-ia reconhecer o tempo das missões jesuíticas como uma época de prosperidade por se ter alcançado a terra da promessa⁵. Assim sendo, as populações daquela região foram induzidas, pela propaganda, a se apresentar e se fazer reconhecer como missionárias por quem estivesse fora de suas fronteiras culturais. Para tanto, os referenciais do passado reducional da região, especificamente em sua segunda fase, passaram a ser utilizados para dar coesão ao grupo, mantendo a ideia de uma continuidade entre passado e presente para fundar a comunidade imaginada como missionária.

O termo “comunidade imaginada” foi proposto por Benedict Anderson, e seus argumentos encaminham para o estabelecimento de um sentimento de cultura partilhada entre os membros da “nação” – a identidade nacional – que depende, sobretudo, do reconhecimento de um passado comum, o qual pode ser o de um grupo social e culturalmente dominante, sustentado por tradições inventadas ou reapropriadas. A concepção de nação, advinda do Iluminismo, seria na visão desse autor

inerentemente limitada e soberana (...) É imaginada porque os membros até das menores nações nunca chegam a se conhecer mutuamente (...), mas em suas mentes está a imagem de sua comunhão (...) limitada porque até a maior delas (...) tem limites bem definidos, ainda que elásticos, para além dos quais estão outras nações. (...) É imaginada como soberana porque o conceito nasceu numa era em que o Iluminismo e a Revolução destruíam a legitimidade do reino dinástico hierárquico, ordenado pelo poder divino. (...) imaginada como comunidade porque (...) a nação é sempre concebida como um profundo companheirismo horizontal (ANDERSON, 1991, p. 06/07).

Assim sendo, esta concepção de nação pode, por analogia, servir para a análise de uma determinada comunidade que o movimento de produção de uma tradição missionária tentou criar para parte da região das missões, nas décadas de 1970 e 1980, embora sem configurar propriamente uma nação, mas dar a entender que as Missões originais tinham parte deste caráter. Parte, porque nem toda a comunidade dos municípios que tiveram suas primeiras ocupações ligadas à segunda fase reducional na região optou por fazer uso das referências deste período. A comunidade imaginada para ser missionária, assim como Anderson entendeu a identidade nacional, também foi inteiramente dependente da ideia que seus membros foram estimulados a fazer dela.

Para que o movimento tivesse aceitação, mesmo que não de forma total e homogênea, teve de partir da ação sobre o imaginário dos grupos sociais que viviam na região. Foi necessário, primeiramente, sensibilizar os indivíduos a negociarem com seu passado, e para isso, um novo sentido sobre o passado colonial foi imaginado.

Baszko defende que é através dos seus imaginários sociais que os grupos designam sua identidade, elaboram certa representação de si mesmos, estabelecem e distribuem os papéis sociais, criam crenças comuns e regras de comportamento através da instalação de modelos, de arquétipos que deverão nortear as ações do grupo para a manutenção de uma determinada ordem social. Dessa forma, os imaginários sociais são operados através de um sistema simbólico, cuja função é estabelecer o controle da vida coletiva, legitimando o poder e sendo comunicável pelo discurso.

O imaginário social elaborado e consolidado por uma colectividade é uma das respostas que esta dá aos seus conflitos, divisões e violências reais ou potenciais. Todas as colectividades têm os seus modos de funcionamento específicos a este tipo de representações. Nomeadamente, elaboram os meios da sua difusão e formam os seus guardiões e gestores, em suma, o seu “pessoal” (BASZKO, 1985, p. 309/310).

Nesta perspectiva, a região referida passou, nas décadas de 1970 e 1980, por um período de recriação imaginada do passado colonial, atribuindo-se a ele novo sentido para a manipulação dos imaginários sociais de sua comunidade. Este processo, por certo, não decorreu de uma decisão autônoma da população. Foi arquitetado a partir de uma conjuntura específica, para parecer que fosse natural, talvez mesmo em função da violência implícita e explícita gerada pelas contradições sociais decorrentes da ditadura civil-militar de 1964-1980 e dos consequentes reveses econômicos e políticos. Em sua base estiveram presentes ações que objetivavam, fundamentalmente, a produção de uma tradição identitária a partir do uso específico dos referenciais do passado da região. Essa tradição, paradoxalmente moderna, deveria incorrer na produção de uma identidade missioneira como elemento diferenciador da cultura da região em relação ao restante do Estado do Rio Grande do Sul.

Sob essa perspectiva, a população regional foi estimulada a fazer uso específico dos referenciais históricos apresentados para serem seus e para serem mantidos por determinadas tradições identitárias. O sentido atribuído ao passado foi revisto pelas necessidades e interesses do contexto de crise econômica pela qual passava a região nas décadas de 1970 e 1980. O espaço como um produto das relações sociais, expressou esse condicionante por intermédio de monumentos representativos, numa forma de anúncio da singularidade em relação à totalidade na qual a região que deseja ser reconhecida de forma específica, está inserida.

Para estruturar o movimento de produção de uma nova identidade, o passado colonial foi revisto pelas condições do presente, onde se dá o encontro de dois universos: o espaço da experiência e o horizonte das expectativas. Nessa direção, um movimento que teve início em São Luiz Gonzaga, foi idealizado

e conduzido por algumas lideranças intelectuais e políticas, as quais influíam sobre a produção dos imaginários sociais da região, fazendo uso, na década de 1980, de interpretações da experiência reducional de povos guaranis nos séculos XVII e XVIII para a produção de modelos de valores capazes de embasar uma comunidade estimulada a se apresentar como missioneira. A negociação estabelecida com o passado colonial gerou, portanto, uma interpretação específica de suas referências, com vistas a estruturar uma tradição identitária capaz de dar suporte e unidade a comunidade que se desejava alcançar.

O contexto são-luisense do início da década de 1980 denuncia uma crise de identidade gerada por alguns fatores de forte impacto sobre o imaginário popular. O primeiro deles foi a passagem da cultura da estância para a cultura agrícola; o segundo, foi gerado pela crise econômica decorrente da fragilidade do modelo agrícola em implementação. Permeando estes dois elementos havia o regime militar, cujo ideário gestou o modelo agrícola em crise, bem como sugeriu à população uma condição de subserviência e de funcionalidade operativa, isto é, cada indivíduo deveria ter uma função na sociedade e desempenhá-la plenamente. A partir das condições do presente, um grupo de pessoas buscou nas experiências do passado, um motivo e um modelo para enfrentar as dificuldades do presente. A experiência mais significativa do passado foi a dos chamados Sete Povos das Missões, cuja interpretação, como já afirmado, teve um caráter peculiar. Não foi considerado que a terra era do rei de Espanha, que a produção obedecia ainda a alguns dos critérios da vassalagem e da servidão, muito menos a destruição da maior parte da cultura dos povos nativos. Foram tomados daquela experiência, ideias de trabalho coletivo, de propriedade coletiva da terra, de abundância material e espiritual, especialmente a concepção de religiosidade, cujo resultado final teria sido de prosperidade e felicidade das parcialidades guaranis reduzidas. Esta interpretação do passado pretendia projetar o horizonte do futuro, o qual deveria ser o de cooperação, de prosperidade e de felicidade, porém, aparentemente sem a pretensão de alterar a estrutura fundiária da região.

Para que a interpretação do passado reducional feita pelo grupo fosse tomada como verdade na sustentação de uma identidade missioneira, foi desenvolvido um movimento político, econômico e cultural. O movimento, marcado por eventos artísticos, comerciais e acadêmicos, moldou o espaço e produziu uma específica compreensão sobre o seu passado. O significado destes eventos estava na potencialização de ações coletivas que configurassem uma identidade e, portanto, uma comunidade específica.

A interpretação feita do passado colonial era, em parte, ancorada no materialismo histórico, ou seja, na ideia de que o período da presença de padres jesuítas a leste do rio Uruguai, reduzindo grupos guaranis, teria significado uma “época de ouro”, baseada na coletivização da terra, do trabalho e dos resultados da pro-

dução agropastoril, cuja consequência mais significativa teria sido a inexistência de classes sociais. Dizia-se que através do trabalho coletivo e do acesso igualitário a terra, a região teria atingido um grau de relações socioeconômicas próximas daquilo que Karl Marx propôs, teoricamente, em meados do século XIX, a partir da análise crítica da experiência capitalista inglesa, ou seja, algo como um estado comunista embrionário. Foi então, a partir disto, que a ideia de uma suposta “república comunista” nos Sete Povos⁶ passou a ser utilizada como modelo, definindo valores para a estruturação da comunidade que se pretendia estabelecer.

A explicação para a nova negociação estabelecida com o passado colonial está na situação de crise econômica que abalou a região, a qual, até então, se apresentava e pretendia ser reconhecida como a maior produtora de soja do Estado. A crise no setor agrícola atingiu, principalmente, aquela referência identitária forçando os grupos dirigentes que influíam sobre os imaginários coletivos a buscar outros referenciais. O passado colonial foi visto, então, como uma alternativa capaz de conter os modelos que o presente exigia para a superação das dificuldades.

No intuito de tornar efetiva a concepção de comunidade imaginada foi necessária a criação de uma marca capaz de classificá-la perante o outro, de forma diferente. A região missioneira, como parte de um espaço maior reconhecido geograficamente como região das Missões resultou, conseqüentemente, de uma classificação cultural promovida pelas lideranças intelectuais e empresariais descontentes com os rumos econômicos, culturais e políticos da região na década de 1980. Para tanto, os grupos sociais foram estimulados a fazer uso de elementos históricos para compor um novo universo simbólico estabelecido à medida de sua classificação, segundo uma escala valorativa sancionada socialmente. A região missioneira é assim, o resultado de uma classificação de grupos específicos mediante a tentativa de demarcação de diferenças frente ao seu entorno cultural, a partir do sentido atribuído aos valores do passado reducional jesuítico-guarani.

Os eventos promovidos na época em São Luiz Gonzaga – Mostras da Arte Missioneira; Seminários de Estudos Missioneiros; Festivais de Canção – com artistas que se apresentavam como missioneiros, dentre outros, serviram para este fim, ou seja, para estimular a população local a reconhecer-se como elemento integrante e interagente de uma espacialidade regional particular. Assim, buscava-se legitimar uma identidade forjada a partir de um conjunto de tradições que conduzia o imaginário social do grupo habitante da região, estimulado a dialogar de forma diferente com o seu passado colonial, a um novo patamar cultural. Esse diálogo deveria produzir as condições para a região sentir-se missioneira no interior de seus limites culturais e espaciais e de apresentar-se e ser reconhecida como missioneira por quem estivesse de fora deles.

O processo marcou o ano de 1987, em São Nicolau, São Luiz Gonzaga e Santo Ângelo, além dos distritos, na época, de São Lourenço das Missões e

São Miguel das Missões, quando os dirigentes destes locais fizeram uso político da data comemorativa dos 300 anos de chegada dos jesuítas àquelas áreas. São Borja havia lembrado o fato em 1982 e por negociar com as referências de um tempo mais recente – período de governo dos presidentes Getúlio Vargas e João Goulart, que lhe eram mais pertinentes politicamente, não fez uso de elementos do passado reducional para classificar-se e apresentar-se como missioneira, preferindo ser reconhecida como terra dos presidentes.

O movimento, apesar de ter sido vivido em toda a região, especialmente no ano de 1987, teve início em São Luiz Gonzaga no final da década de 1970 e aí foi marcante, embora houvesse, desde 1920, algum tipo de apropriação das referências reducionais de São Miguel, por Borges de Medeiros e, posteriormente, por Getúlio Vargas. Igualmente, houve manifestações de alguns artistas, como Jaime Caetano Braun e Noel Guarany. Mas, a utilização massiva e intencionada de alguns dos aspectos da história jesuítico-guarani ocorreu de modo sistemático a partir de São Luiz Gonzaga, quando os grupos dirigentes dos setores públicos começaram a pensar as comemorações dos cem anos de emancipação da cidade, ainda em 1979. Até então, a principal referência do passado utilizada era a figura de Pinheiro Machado⁷, a quem foram atribuídos diversos epítetos como homem público, tendo sido considerado um dos fundadores do sistema republicano no país. No entanto, era a produção de soja que fazia as vezes de cimento social. Desde a primeira festa da soja, em 1971, a cidade vinha se apresentando como capital regional de produção da oleaginosa. Mas, a crise do setor a partir do final da década de 1970 fragilizou aquela base identitária, fazendo com que os grupos sociais em condições de influir sobre o imaginário coletivo (políticos, profissionais liberais, jornalistas, professores, empresários, dentre outros), pensassem em estabelecer tradições mais consistentes e permanentes.

Porém, as ações para a produção de uma nova tradição acabaram por levar a uma situação anacrônica e contraditória: os grupos que controlavam os cargos públicos na última metade da década de 1970, na cidade, apresentavam posições partidárias e tendências ideológicas de esquerda, contrárias a qualquer tipo de dominação e influência estrangeira. No entanto, estes grupos foram buscar no passado de domínio colonial europeu sobre a região, as referências para o redimensionamento da identidade local. Por isso, a Festa do Ano Cem e as Mostras da Arte Missioneira, propostas a partir de então, procuraram enfatizar uma determinada interpretação do passado reducional da região, excluindo a sua característica colonial.

As negociações se efetivaram no campo da história, com o objetivo de produzir uma determinada interpretação das origens reducionais de São Luiz Gonzaga, capaz de agir sobre os referenciais mnemônicos da população. Ora, se as interpretações históricas são formas de representar o passado e se os refe-

renciais do passado são as bases da estruturação das tradições e das identidades grupais, os segmentos que detêm o poder de impor suas interpretações sobre o passado do grupo, têm o poder de definir suas tradições identitárias.

Mas, até então, as lembranças sobre o *pueblo* de São Luiz Gonzaga eram negativas, e conectavam a população à ideia de ruína que os remanescentes arquitetônicos dos sítios da região denotavam. Por isso, primeiramente foi proposta a ideia de desenvolvimento econômico e cultural das reduções, para, a partir daí, inferir modelos sociais para as ações da comunidade em busca de uma saída para a crise que a afligia.

O resultado foi a organização das Mostras da Arte Missioneira que se apresentaram como uma reverência àquele passado, plasmando uma determinada tradição identitária na medida em que produziam um espaço vivido e sentido de maneira a motivar a comunidade a se apresentar como missioneira. No seu Plano Operacional, as justificativas apresentadas para o evento eram que:

(...) a região Missioneira abrange não só o Brasil (Rio Grande do Sul) mas também parte da Argentina e o Paraguai; que pertencemos a uma das regiões mais antigas do Estado, com mais de 300 anos de História e ainda pouco difundida; que existem no Estado diversos eventos visando incentivar a pesquisa no campo das artes e da cultura nativa; e que não há na região das Missões um evento específico para a arte missioneira (NASCI-MENTO e OLIVEIRA, 1987, p. 12)⁸.

De 1981 até 1987, o espaço de São Luiz Gonzaga parece ter sido o pioneiro na região a materializar aquelas referências. A ideia de promoção das festas levou a cidade a ser o ponto de partida, no todo de uma região, para a autoapresentação como missioneira.

Para tanto, foram importantes as comemorações do centenário de São Luiza Gonzaga, cuja festa ficou conhecida como sendo a do Ano Cem. Aquele evento motivou a retomada de referenciais históricos como fatores identitários, reordenando e reorganizando as bases da identidade agrícola da cidade, sem anulá-la. Se o início da década de 1980 era uma época de crise nas atividades primárias, foram buscadas referências numa época em que, de acordo com a interpretação do grupo referido, a produção agrícola e a pecuária eram fortes, abundantes, generosas e desenvolvimentistas e, a sua distribuição, igualitária.

Mas o conhecimento sobre o passado colonial até então produzido, como já dissemos, comportava a ideia de ruína e decadência. Para transformá-lo em um modelo de desenvolvimento cultural, de progresso econômico e de igualdade social, foi necessária a reinterpretção daquele passado. É esta ação social de arquitetura do presente a partir do passado que permite a invenção de tradições e de identidades e que podem eventualmente capacitar as comunidades no enfrentamento de crises.

Os discursos do grupo que pensou e executou o projeto das primeiras Mostras de Arte apontam para esta visão do passado. Falou-se em **resgate da história**⁹, em **retorno das origens** com a propriedade de quem falava em nome da história. No entanto, a história de que se pretendia fazer uso era a dos povos guaranis reduzidos e não a história dos descendentes de imigrantes europeus que povoaram a região a partir do final do século XIX. Estes grupos acabaram por utilizar-se de referências, a princípio estranhas, para compor um passado que lhes pareceu mais adequado na orientação para a superação da crise.

Os eventos promovidos procuraram materializar aquelas interpretações do passado. Mas, por colocarem as atividades comerciais de produtos industrializados contemporâneos em primeiro plano, relegando ao segundo a comemoração histórico-cultural, não produziram de forma efetiva e constante, a comunidade imaginada inicialmente. A memória e os relatos históricos produzidos foram utilizados como objeto de apropriação particular com a finalidade de obtenção de lucro privado e não mais coletivo. Os modelos buscados no passado serviram para dar unidade ao grupo social em torno de atividades que pudessem efetivar novos negócios, como o comércio. Assim, a comunidade inicialmente imaginada para ser missioneira não se efetivou, pois as festas – no caso de São Luiz Gonzaga, as Mostras da Arte Missioneira – como eventos efêmeros e de curta duração, não promoveram práticas culturais contínuas capazes de servir para a apresentação cotidiana da comunidade como missioneira. E o mais importante: não alteraram o sistema de produção e nem a estrutura fundiária da região. A rigor, quando as festas terminavam, a comunidade voltava-se para as questões de sempre, ligadas à produção agrícola.

3. Considerações Finais

Porém, a ideia de uma comunidade missioneira construída e vivida por um povo missioneiro, mesmo que não efetiva, serviu e serve ainda como forma de apresentação frente a quem está fora da região. Para tanto, alguns instrumentos divulgados na década de 1980, são ainda usados, como a música e o discurso político.

Os músicos, ao reinventarem o passado e venderem seu produto, divulgam uma forma de apresentação regional, passível de ser utilizada em qualquer época do ano. Desde a década de 1980, o reconhecimento de um estilo musical **missioneiro** que envolve não apenas a canção em si (letra, ritmo e instrumentalização), mas também a forma de vestir e portar-se dos artistas, passou a ser uma marca regional. As letras falam de um tempo heroico, de um gaúcho bravo e de uma terra abundante, divulgando uma interpretação específica do passado colonial da

região, que serviu e continua a servir de instrumento de reconhecimento da região Missioneira. Esta musicalidade, de grande apelo místico e carismático, porém, tecnicamente frágil e pobre de conteúdo histórico efetivo, teve fácil aceitação no meio popular e se tornou um dos mais importantes objetos de comércio da região, o que, por sua vez, reforça a ideia mercadológica que os eventos possuíram.

O passado também serve para imprimir uma marca a políticos naturais da região como Olívio Dutra. Isto ficou evidente na campanha para o governo do Estado em 2006. Na época, Dutra, dizendo-se porta-voz de um projeto solidário para o Rio Grande, também se utilizou de aspectos do passado da região para a composição de seu discurso. Esta já era uma prática comum a este político em outras campanhas, o que tem feito deste cidadão, outro elemento de divulgação da forma representativa da região como missioneira, além do que, seu discurso político é um exemplo típico das relações estabelecidas com o passado colonial:

Nós não temos medo da palavra luta, por que para nós luta não é uma disputa a ferro e fogo, mas é a construção de uma afirmação identitária no reconhecimento que tem forças contrárias, que pensam diferentes, que se organizam, inclusive, para se indispor, [ser] contra um projeto. As Missões são curtidas nesse processo. O sonho cristão socialista, ou a utopia da sociedade cristã comunista sofreu aqui, enormemente¹⁰

A memória e a história continuam sendo importantes objetos na busca de soluções para as crises, como para a estruturação de projetos de fomento ao turismo histórico e outros empreendimentos. Quem visita a região, percebe esta ideia no apelo contido na paisagem para estimular a rememoração daquilo que a população começou a construir sobre o seu passado, ainda na década de 1980.

Por outro lado, não se percebe em nenhum momento do processo analisado, a busca de compreensão dos procedimentos técnicos de produção das reduções tomadas como referência. Falou-se seguidamente na abundância de bens materiais e espirituais, tendo a conquista daquela abundância sido tomada como exemplo a ser seguido contemporaneamente, visando a superação das dificuldades econômicas pela região, mas não se buscou saber como aquilo teria sido conseguido. Apenas o trabalho coletivo foi citado de modo genérico. Destarte, a abundância citada fica fechada numa espécie de aura mágica que envolve a ideia da “Terra da Promissão”. Isto é relevante porque a crença pela crença geralmente não produz resultados emancipadores. A superação da mágica aurática é possível pelo trabalho consciente de si e do conhecimento científico aplicado ao trabalho, seja ele de que nível for. Do contrário, fica somente a marca, mas como um logotipo publicitário, descolada da realidade efetiva.

Referências

- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem*. Lisboa: Edições 70, 1991.
- BASZKO, Bronislaw. *Imaginação Social*. Enciclopédia Einaudi. Lisboa: Imprensa Nacional, 1985.
- BRUM, Ceres Karan. *Esta terra tem dono*. Representações do Passado Missioneiro no Rio Grande do Sul. Santa Maria: Ed. UFSM, 2006.
- CHARTIER, Roger. *História Cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1988.
- GIDDENS, Anthony. *Consecuencias de la Modernidad*. Madrid: Ed. Alianza Universidad, 1994.
- HALL, Stuart. Quem Precisa da Identidade? In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Identidade e Diferença: Perspectivas dos Estudos Culturais*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2005.
- HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. *A Invenção das Tradições*. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 2002.
- LUGON, Clóvis. *A República "Comunista" Cristã dos Guaranis*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- NASCIMENTO, Anna Olívia do. OLIVEIRA, Vera Wolski de. *Mostra da Arte Missioneira (1981-1987)*. IHGSLG. São Luiz Gonzaga: Ed. Gráfica A Notícia, 1987.
- OLIVEN, Ruben George. *A Parte e o Todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2006.
- PACHECO, Eliezer. *O Povo Condenado*. Ijuí: Ed. Artanova/Fidene, 1977.
- QUEVEDO, Júlio. *Guerreiros e Jesuítas na utopia do Prata*. Bauru: EDUSC, 2000.

Notas

- 1 Trata-se de confinamento de índios da parcialidade Guarani em reduções pela ação de padres jesuítas a serviço da coroa espanhola, nos séculos XVII e XVIII.
- 2 Posteriormente, a região também foi ocupada por italianos, alemães e poloneses dentre outros imigrantes e migrantes.
- 3 José Gervasio Artigas: Montevidéu, 19 de Junho de 1764 — Ibiray, 23 de Setembro de 1850.
- 4 Curiosamente, porém, tais eventos são réplicas de partes da cultura europeia e não do Brasil.
- 5 Quevedo (2000, p. 16/7), faz uso do termo “Terra da Promissão” para indicar as mudanças sobre a interpretação do espaço indígena a partir da ação doutrinária dos jesuítas. Com a conversão forçada para o cristianismo, os nativos passariam a habitar uma terra sagrada, onde se efetivaria o hipotético “Reino de Cristo”.
6. De acordo com os livros de Clóvis Lugon e Eliezer Pacheco
- 7 José Gomes Pinheiro Machado (Cruz Alta, 8 de maio de 1851 — Rio de Janeiro, 8 de setembro de 1915) foi um influente político brasileiro do início do século XX. Conhecido como o Condestável da República, foi fundador e presidente do Partido Republicano Conservador. (*pt.wikipedia.org*).
- 8 As autoras não consideram que se houve arte missioneira ela só foi possível na época das reduções e que, conseqüentemente, terminou junto com a sua destruição. Existem remanescentes originais da pintura, arquitetura e da escultura, porém não é possível produzir algo igual nos dias de hoje. Quanto a música, podem existir algumas partituras, mas a sua eventual interpretação contemporânea será diferente, além do mais a música era sacra e não de diversão popular.
- 9 Entre historiadores a expressão **resgate da história** não é aceita, por se tratar de algo teoricamente inadequado.
- 10 Conforme entrevista oral concedida pelo ex-governador do Estado do Rio Grande do Sul, Olívio Dutra, à autora, em 08/01/07.

**Estado Novo no Rio Grande do Sul e os
Mundos do Trabalho: Ausência da Resistência
dos Trabalhadores apenas na Historiografia**

Gláucia Vieira Ramos Konrad

Possui Graduação em História pela Universidade Federal de Santa Maria (1988), Graduação em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria (2000), Mestrado em História do Brasil pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1994) e Doutorado em História pela Universidade Estadual de Campinas (2006). Atualmente é colaboradora externa do Doutorado em História na Universidad Nacional del Mar del Plata e professora Adjunta da Universidade Federal de Santa Maria, Professora do Mestrado em História da UFSM e Vice-Coordenadora do Mestrado Profissionalizante em Patrimônio Cultural da UFSM. Pesquisa Movimentos Sociais no Brasil e Rio Grande do Sul, com ênfase no Estado Novo, arquivos da repressão.

Estado Novo no Rio Grande do Sul e os Mundos do Trabalho: Ausência da Resistência dos Trabalhadores apenas na Historiografia*

Glucia Vieira Ramos Konrad

A historiografia e a produção da área das ciências sociais, no geral, contribuiu para certo hiato no que diz respeito ao Estado Novo e suas relações com o mundo do trabalho. Na maioria das vezes, concluindo que os trabalhadores mantiveram-se passivos diante da ditadura, alicerçados na tese do compromisso e do atrelamento com a legislação sindical e trabalhista corporativista, marcados pela heteronomia da classe; no caso específico do Rio Grande do Sul, além de repetir tal assertiva, praticamente sem abordar e desenvolver maiores estudos sobre o período.

Com poucas exceções, a maioria dos que se debruçaram sobre a história dos trabalhadores ignorou o período estado-novista, estabelecendo o limite da abordagem no ano de 1937, retomando ou iniciando a análise em 1945. Desde os estudos brasileiros da sociologia do trabalho, principalmente a partir de década de 1960, até a atualidade, muito foi dito ou ocultado sobre o Estado Novo. É com alguns deles que este texto pretende dialogar.

Porém, antes da sociologia dos anos 1960, surgiu o clássico *O problema do sindicato único no Brasil*, de Evaristo de Moraes Filho, publicado em 1952 e base para a maioria dos trabalhos posteriores. Nele, o autor compara a Constituição estado-novista com a legislação da *Carta del lavoro* italiana, apontando as semelhanças entre ambas e o pendor corporativista e fascista do novo regime instituído em novembro de 1937. A conclusão de Moraes Filho é de que tivemos no Brasil, a partir de então, “uma legislação *totalmente* fascista” (MORAES FILHO, 1978, p. 245).

Para Evaristo de Moraes Filho, durante o período de 1937 a 1945, a liberdade sindical, no que diz respeito à autonomia sindical, “não existia, era inteiramente nula”. Isto porque os sindicatos não tinham a “menor dose de independência administrativa”, sendo que o legislador ordinário sentia-se no direito de “escravizar *totalmente* a entidade sindical” aos ditames do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) que “sempre funcionou em combinação com a Ordem Política e Social”.¹

Este estudo crítico da legislação corporativa do trabalho implantada durante o Estado Novo, como bem ressaltou Paulo Sérgio Pinheiro no prefácio, que concluiu sobre a total falta de autonomia do movimento sindical entre 1937 e 1945, entretanto, deve ser problematizada.

Mesmo que o autor tenha a percepção de que o Estado objetivava com isto o controle sindical, não podemos cair no risco de uma interpretação jurídico-política que ignora a luta e a resistência dos trabalhadores, mesmo que por dentro de uma legislação corporativa. Ou seja, os documentos de pesquisa baseados nas intenções estatais e nos discursos oficiais geralmente não correspondem às ações concretas dos atores históricos, sobretudo no caso dos trabalhadores, os quais colocam em prática variadas formas de autonomia, diante das intenções e aparatos legislativos heteronômicos, seja das classes dominantes, seja do Estado, na qual estas fundamentam seu poder.

Como acreditar na tese de que a legislação trabalhista e sindical corporativa do Estado Novo destruiu toda e qualquer tradição de luta e resistência da classe trabalhadora brasileira, simplesmente porque impôs uma nova lógica a ela. Concluiríamos, de antemão, então, que os trabalhadores brasileiros, manipulados, cooptados, vigiados e controlados pela ditadura, em nada colaboraram para a destruição do mesmo.

Assim, restaria a hipótese de que a contradição fundamental que pôs fim à ditadura era apenas de caráter externo: quem sabe a Guerra Mundial e a luta contra o nazi-fascismo dos trabalhadores mundiais, exceto os daqui? Que dialética era essa, em que as contradições internas de dominação de classe inexistiam e a luta de classes deixou de existir, como queria o discurso do poder, prevalecendo apenas a harmonia social?

Ou respaldaríamos uma construção teórica na qual a oposição liberal ao Estado Novo seria o único agente histórico de destruição da ditadura, ocultando assim a trajetória de resistência dos trabalhadores? No fundo, não estaríamos repetindo o arrazoado conservador das classes dominantes brasileiras sobre o período do Estado Novo, seja de cunho liberal ou autoritário, no qual os trabalhadores inexistem como classe que constrói consciência e luta por seus direitos, mesmo que nos limites de uma ditadura, apagando desta forma a sua história e a sua memória?

Parece-me que foi em contraposição ao argumento da absoluta hegemonia dos ministerialistas, ainda em 1955, que Hermínio Linhares escreveu em sua *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil* que, durante o Estado Novo, os trabalhadores do campo e da cidade, mesmo diante das torturas, prisões, espancamentos e terror, não deixaram se intimidar, fazendo desta fase “anos de revigoramento, de luta”. Linhares exemplifica pela criação dos próprios trabalhadores, em seus sindicatos, das Comissões de Ajuda ao Esforço Bélico da Nação (dissolvidas posteriormente por portaria ministerial) e nos Congressos Sindicais, como o do Paraná, em 1943 e de Minas Gerais, no ano seguinte (LINHARES, 1977, p. 75-6).²

No também clássico *Sindicato e Estado*, Azis Simão aborda a questão (SIMÃO, 1966, p. 3-4). Este texto, produto de uma profunda pesquisa, sobretudo em fontes primárias, mas essencialmente restrito ao caso paulista, apresenta dados significativos sobre: aumento do número de operários nas indústrias; percentuais de trabalho imigrante e sua restrição; legislação e medidas protetoras do trabalho; condições de trabalho do operariado e; conflitos coletivos de trabalho, etc. No caso dos movimentos extremos dos conflitos de classe, exemplificados nas greves, Simão considera que os patrões e Estado entendiam os paredistas como “perturbadores da ordem econômica e constrangedores da liberdade de contrato de trabalho”, um fenômeno sobre o qual deveria ser aplicada a “cirurgia da repressão policial”. Já os ativistas do movimento operário a entendiam “como um dos processos inerentes às relações heteronômicas de produção”, no intuito de “reduzir o arbítrio das chefias”, através de “um sistema normativo socialmente legitimado”, contribuindo para a solução do “antagonismo social em que ela própria se origina”. Para o autor, a institucionalização dos conflitos, principalmente no “esquema corporativista” do Estado Novo, era o que garantia e organizava os direitos, obrigando e restringindo a ação dentro do quadro normativo. Ou seja, aqui o direito não era um campo de luta, em especial para os trabalhadores no rumo de conquistas, mas uma permissão do Estado, restringindo “as manifestações de desajustamento sob a forma de dissídio declarado perante a Justiça do Trabalho”, como se este não fosse produto das próprias reivindicações históricas do mundo do trabalho.

O mesmo vale para a organização sindical, sobre a qual o patronato e o Estado a colocaram “à margem da organização social”, inicialmente visto como órgão subversivo, um “promotor de distúrbios sociais”, por isso, “passível de repressão”, só tendo legitimidade quando “encontrava-se na (...) organização heteronômica do trabalho”. A legislação sindical pós-1930 colocou em prática uma “ampla instituição de um sistema heteronomicamente uniformizado”, o que exigia o “poder coercitivo” introduzido pelo Estado através da redefinição racional e legal dos fins, formas e ação dos sindicatos, “unitário e centralizado,

passível de controle pelo poder público”. Dessa forma foram sendo construídos quadros burocráticos de direção das entidades, submissos à institucionalidade, “tornando-se objeto de ação integradora nos quadros administrativos oficiais, o que lhe conferia caráter de elemento da política sócio-econômica do governo”. Para o autor, a “forma em que isso se fez não foi o resultado do desenvolvimento do sindicalismo preexistente, mas da adoção de concepções e esquemas elaborados pelo totalitarismo dominante em alguns países europeus”.

Assim, Simão conclui que “a oposição oferecida pelas antigas vanguardas do movimento operário” (em especial dos anarquistas) foi “anulada com o advento do Estado Novo” (Idem, *ibidem*, p. 208-15). A seguir este raciocínio, o sindicato, mesmo sem ignorarmos a sua condição de órgão oficial, ficava limitado às diretrizes governamentais, sem qualquer espaço para atuação de resistência, submetidos ao “poder de Estado”. Isso se deu, inclusive, entre os marxistas, que da resistência momentânea e parcial, caminharam para o “atrelamento do sindicato” a esta instituição, “segundo os princípios gerais da heteronomia, unicidade e centralismo associativos”. Assim, para estes, a “forma organizatória legalmente imposta”, tinham a sua oposição apenas aos seus objetivos políticos, como aqueles “referentes ao controle estatal sobre a escolha e atos das diretorias, sua substituição por interventores a juízo do MTIC e exigência de ‘certificado ideológico’ para preenchimento de cargos associativos”.

Paralelamente aos marxistas, estavam os *trabalhistas*, competindo com aqueles pelo “controle do sindicato”. Seu papel, apoiando-se no movimento operário, era defender “sem restrições, os objetivos, princípios, e regulamentos e normas de ação do corporativismo oficial” e legitimar “o poder heteronômico do Estado sobre o sindicato, reconhecendo-lhe qualidades paternalistas”, através da “estreita vinculação com o Ministério do Trabalho”, sendo seu “agente oficioso na organização corporativa” (Idem, *ibidem*, p. 216-7).

A falta de qualquer autonomia dos trabalhadores complementava-se com a mesma ausência para os sindicatos. No entanto, este tipo de conclusão, mesmo que demonstre a aparência hegemônica da ação coletiva dos trabalhadores durante o Estado Novo, não responde às perguntas referentes à luta e a consciência da classe trabalhadora, busca de direitos e às razões da retomada com força dos movimentos grevistas, ainda antes do término da ditadura do Estado Novo. Esta tese, no que se refere ao Rio Grande do Sul, buscará responder parte destas questões.

Outra obra clássica que abordou a intervenção do Estado na questão operária foi *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*, de Leôncio Martins Rodrigues (RODRIGUES, 1966, p. 114).³

Para este sociólogo, no caso brasileiro, para entendermos a significação da intervenção do Estado, se deve reportar para o período do Estado Novo, quando o poder Executivo não se restringiu “a estabelecer os limites ‘toleráveis’

das reivindicações e participação do proletariado". Somado a isso "*chamou a si a própria organização dos sindicatos*", ditando "os critérios associativos segundo os quais deveriam ser formados, estabeleceu suas estruturas, traçou os limites de suas ações e objetivos, garantiu sua subsistência, através do imposto sindical e, legalizando-os, impôs sua existência aos industriais e as camadas conservadoras". Paralelamente, no meio de uma repressão violenta contra os comunistas e socialistas e ao movimento operário independente, pôs fim "às pretensões dos militantes revolucionários de transformá-los em instrumentos da luta anticapitalista", num quadro em que "novos contingentes de trabalhadores de origem agrícola se incorporavam à população operária". Para Rodrigues, esta intervenção estatal, assinalou "o fim do velho movimento sindical, das associações criadas espontaneamente pelos militantes operários, fortemente imbuídos de ideologias coletivistas" e que resultou, durante o Estado Novo, no "desaparecimento de um sindicalismo que se alicerçava exclusivamente nos esforços dos setores militantes do proletariado".⁴

Para o autor, os "vestígios de autonomia" vigentes ainda na década de 1930, desapareceriam em 1937, com o golpe de 10 de novembro, marcados pela Carta Constitucional do Estado Novo, pela criação do imposto sindical em 1940 (regulado em 1942) e pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) de 1943. Para Rodrigues, a partir de 1937, com estas medidas desaparece "não só o sindicalismo autônomo como o movimento operário". Soma-se a isso, no plano político, "a repressão com violência da militância sindical independente, fazendo com que as correntes políticas de esquerda caíssem na clandestinidade absoluta, inexistindo no interior das associações sindicais qualquer corrente oposicionista à burocracia apoiada e mantida pelo governo". Assim, complementa, somente depois de 1945, com a queda do Estado Novo é que o movimento operário começou a ressurgir (Ibidem, p. 161-4).

Ora, com o aparecimento de novas fontes, sobretudo pela abertura ao público das fontes policiais, sabemos que este processo não foi bem assim. Aqui também estamos podendo alargar a história do período do Estado Novo no Brasil. Palavras como nunca, sempre, absoluta, somente, inexistência, qualquer, etc., não respondem (se um dia responderam) aos problemas gerados por experiências ditatoriais como a que tivemos no Brasil entre 1937 e 1945.

Não se trata aqui, de ignorar a repressão violenta ou subestimar o controle do Estado sobre os trabalhadores. Mas considerar totalmente perdida a autonomia dos trabalhadores e seus sindicatos (mesmo os oficiais) não corresponde com as novas informações que temos tido sobre aquele momento da formação social brasileira. A resistência e a autonomia, que, por sua vez, também não podem ser absolutizadas, fazem parte da trajetória de lutas por direitos e resistência da classe trabalhadora. O discurso governista do fim da luta de classes não encontrava

correspondência na disposição de confronto de muitas lideranças clandestinas dos trabalhadores, bem como de reivindicações de operários comuns.

A literatura da década de 1960, em especial nas referências de Azis Simão e Leôncio Rodrigues, que avançou na contribuição dos estudos operários e sindicais, entretanto, apresentou uma subestimação estrutural da experiência concreta dos trabalhadores durante o Estado Novo. Ao concluir pela falta total de autonomia dos trabalhadores, deixou de lado as pequenas resistências, contribuindo para o hiato anteriormente referido.

Na verdade, estas conclusões reforçam a concepção de história que se distancia de compreender o processo histórico como um processo de luta de classes, deixando para apenas uma classe a condução dos destinos históricos dos demais setores sociais. Ou mais ainda, ao desconectar o poder de Estado das classes sociais, transforma aquele no agente histórico por excelência, como se o Estado, como ente abstrato, tivesse em suas mãos os destinos da nação e da própria história.

No caso de Leôncio Martins Rodrigues, esta perspectiva foi agravada pelas suas conclusões teóricas sobre a debilidade do sindicalismo brasileiro. Em decorrência, segundo o autor, isso se dava não pela “intervenção do Estado nas associações operárias” (a qual não deve ser ignorada), mas pela da “fraqueza do movimento operário”, nas “condições específicas do subdesenvolvimento e da industrialização retardatária” que passava a “incorporar a mão-de-obra nacional”.

Para o autor, este processo foi resultado da expulsão de “levas sucessivas de trabalhadores agrícolas para as grandes cidades”. Estes trabalhadores, originários do campo, via de regra, eram uma “massa de trabalhadores (...) iletrada e inexperiente no que toca à participação no modo de vida urbano” sem “experiência de vida política e associativa” e que saía da “passividade política do mundo tradicional”, quando os “temas e as preocupações do velho sindicalismo não chegam a sensibilizá-los”. Isto os teria levado “à adoção de certas formas de luta e ao abandono de outras”, no rumo de “uma pressão *dentro* do sistema”, orientados “por um projeto de melhoria de suas condições de vida”, que, em suma, “beneficiou o populismo” no plano político, pela via da proteção do Estado, no plano das relações de trabalho (Ibidem, p. 166-72).

Não cabe aqui repetir o conteúdo das críticas já clássicas da recente historiografia social do trabalho⁵ a esta perspectiva sociologizante. Mas nunca é demais repetir (o que pouco foi feito, neste caso, pelos recentes trabalhos historiográficos do mundo do trabalho no Brasil) que este modelo não é uma conclusão original de Leôncio Rodrigues, mas uma referência, como o próprio autor não esconde, das conclusões de Michel Collinet sobre o proletariado francês e sua condição operária.⁶

José Albertino Rodrigues, em *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*, em obra publicada no final da década de 1960, destoa um pouco das interpre-

tações problematizadas acima. Considera que o Estado Novo, apesar de ter uma orientação geral de tipo fásccio-corporativista, a partir de implantação e incorporação *ipsis literis* de dispositivos *Carta del Lavoro* da ditadura comandada por Benito Mussolini, questiona a “repetida afirmação de que a legislação trabalhista legada por Vargas foi uma generosa concessão à classe trabalhadora no Brasil”.

Ao demonstrar a “pujança e a combatividade do movimento operário antes de 1930”, Rodrigues observou que “os grandes temas da moderna legislação do trabalho vinham sendo levantados desde o começo do século e por eles se bateram denodadamente os militantes sindicais da época”. Desta forma, para o autor, a legislação getuliana não foi nem inovadora, nem “foi ofertada generosamente às classes trabalhadoras, sem que a estivessem desejando ou sem que tivessem lutado por ela”. Assim, o mito e a persistência de afirmações contrárias podem ser explicados “pelo clima artificial que o Estado Novo criou em torno do assunto, não havendo na ocasião livre acesso aos meios de divulgação para as devidas correções e esclarecimentos” (RODRIGUES, 1979, p. 77-8).

Por outro lado, Rodrigues considera que “o sindicato se descaracterizou como órgão de defesa da classe operária e como instrumento de luta em prol de uma crescente participação nas esferas de dominação social”, processo que foi feito “apesar de uma larga dose de politização das classes trabalhadoras”, mesmo que ela “não teve oportunidade de se expressar livremente, antes que fosse habilmente dirigido na linha de interesses da nova estrutura de poder”, resultando na perda de “sua capacidade de luta” e se tornando uma “massa de manobra dos seus tutelares” (o que o autor chama de “massa sindicalizada”), enquanto que a ação sindical virou “mera fiscalizadora e reclamadora do cumprimento de dispositivos legais referentes ao trabalho”.

Tudo isso, segundo o autor, resultou em um movimento no qual “o espírito de conquista foi substituído pelo apego ao que existia” devido “às disponibilidades formais de proteção”, as quais “chegaram a ser maiores que o nível de consciência dos trabalhadores”. Por isso, para o sociólogo, quando no Brasil começou “a se desenvolver a legislação social trabalhista”, os sindicatos começaram “a perder sua liberdade e autonomia” (Idem, *ibidem*, p. 78 e 93).

Ora, a história ainda não inventou um medidor de consciência de uma classe, porém, me parece incoerente reconhecer a legislação e os direitos trabalhistas como uma conquista dos trabalhadores e, ao mesmo tempo, a defesa desses direitos pelos trabalhadores como apenas um “apego” ao que existia na legislação. A “consciência” poderia, e considero que sim, estar localizada justamente neste “apego”. Análises como as propostas por José Albertino Rodrigues, não conseguiam compreender que, diante de um processo repressivo como o estabelecido pelo Estado Novo, a consciência de classe conjuntural dos

trabalhadores poderia também estar na defesa da legislação. Inclusive no questionamento do patronato e do Estado quanto ao não cumprimento da mesma, estabelecendo a luta de classes possível, porém fundamental para o acúmulo de forças que contribuiria, em pouco tempo, para a derrota da própria ditadura.

Que desarmamento do “espírito” dos trabalhadores é esse, mesmo que de uma minoria de sindicalizados,⁷ cujos atores em poucos anos retornavam às ruas, reivindicando maiores direitos e fim do arrocho salarial, com mobilizações radicalizadas que levaram às grandes greves de 1945, mesmo que ainda proibidas pela vigência da Constituição de 1937? Como a total falta de liberdade e autonomia sindical dos trabalhadores, mesmo considerando-se a heterogeneidade da classe, levou-os em pouco tempo a um novo patamar de lutas? A resposta não poderia estar na contenção esporádica, que tinha a sua contraposição em formas *subterrâneas da liberdade*, que deixavam margem de autonomia para os trabalhadores, ou mesmo para os sindicatos, mesmo que controlados de forma heterônoma.

Uma obra, surgida ainda nos anos 1960, apresentou um enfoque, de certa forma, diferenciado em relação às produções da época sobre o movimento sindical e operário brasileiro. Trata-se de *O movimento sindical no Brasil*, de Jover Telles, cujo autor havia sido operário da minas de carvão de São Jerônimo desde os onze anos de idade, no Rio Grande do Sul, militante e ex-deputado estadual na Assembléia Legislativa gaúcha pelo PCB em 1947. No texto, Telles conseguiu se diferenciar dos seus contemporâneos, escrevendo uma história social que apresentou “dados e indicações quase sempre colhidos diretamente no fogo da luta ou deduzidos da experiência vivida”, refletindo os “avanços e recuos” da luta de classe no país, como indicou Astrojildo Pereira no prefácio de 1962.

Telles não deixa de abordar a constituição dos sindicatos oficiais e tutelados pelo governo a partir da criação do MTIC e do decreto n. 19.770, que estabeleceu as normas de organização sindical no Brasil à revelia dos trabalhadores, golpeando a liberdade e a autonomia sindical. Demonstra também o descaramento dessa intervenção governamental a partir do Estado Novo e sua “carta fascista”, como considera o autor, além do fortalecimento da “corrente reformista” nos sindicatos e seus dirigentes “ministerialistas”.

Entretanto, Telles argumenta que “não obstante o caráter reacionário da legislação sindical, o proletariado progrediu na organização de suas forças e conquistou inúmeras reivindicações”, sendo que “grande parte desses direitos foram obtidos no período do Estado Novo”. Assim, para o autor, “nos primeiros seis anos da década de 1940, o movimento operário continuou a desenvolver-se em meio a muitas dificuldades”. Isto é, estava claro para Telles que os direitos trabalhistas, mesmo colocados na lei estado-novista, eram uma conquista da classe trabalhadora e não uma “doação governista”.

O “destacado papel no esforço de guerra” e as “Comissões de Ajuda ao

Esforço Bélico da Nação” (logo fechadas pelo governo), resultaram nos congressos sindicais em vários estados, a partir de 1943, mesmo diante de dificuldades como a proibição dos dissídios coletivos e do direito de greve, o trabalho extraordinário nas fábricas, nas minas e nos transportes, a participação de maioria de trabalhadores na Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o aproveitamento do estado de guerra pelo patronato, aumentando a exploração dos trabalhadores.

Mesmo assim, “o proletariado, junto com as massas do povo, desencadeou as vitoriosas campanhas pela anistia aos presos políticos”, juntamente com a criação, em 30 de abril de 1945, ainda na vigência do Estado Novo, do Movimento Unificador dos Trabalhadores (MUT), o qual apresentava como pontos fundamentais: a liberdade sindical, rompendo com as restrições e interferências na vida dos órgãos da classe; a melhoria das leis sindicais e da previdência social, expurgando seus dispositivos antidemocráticos; a efetiva sindicalização dos trabalhadores do campo, sendo reconhecidos os seus direitos e assegurados os benefícios da legislação social; a plena manifestação de opinião nas assembleias sindicais e o cumprimento das resoluções coletivas tiradas nas entidades; a eleição de direções sindicais unitárias; a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e do Tribunal de Segurança Nacional (TSN): a ampla liberdade de opinião e organização política e; um Código Eleitoral democrático (TELLES, 1981, p. 18-24). Como se vê, propostas que interessavam à classe e propostas que atingiam o conjunto da sociedade.

Talvez a historiografia e as ciências sociais tivessem a ganhar, deixando de lado termos como autonomia e heteronomia lidos como opostos inconciliáveis. Conclusões opostas como a existência absoluta de autonomia dos trabalhadores e do sindicalismo (como exemplos pinçados na Primeira República) ou total heteronomia (no caso do Estado Novo) não nos tem ajudado muito para compreender a diversidade e a heterogeneidade da classe trabalhadora brasileira, independente do período de análise.

Há de se convir que estes opostos têm sido insuficientes para explicar as contradições e lutas do mundo do trabalho no processo histórico brasileiro, bem como a transformação contínua da classe trabalhadora, mesmo que não retilínea, em qualquer momento histórico, sendo que no Estado Novo não poderia ser diferente. As novas fontes abertas ao público ou a releitura de velhas fontes bem têm demonstrado esta insuficiência, mesmo que o discurso do Estado da época não reconhecesse o direito dos indivíduos, muito menos a luta de classes, insistentemente mantidas na experiência dos trabalhadores, como veremos no desenvolvimento da presente tese.

As análises da década de 1960, colocadas em hibernação durante os anos mais repressivos da Ditadura Civil-Militar pós-64, quando temas sobre trabalhadores apresentavam-se com potencial *subversivo*, voltaram a referendar muitas in-

interpretações sobre os trabalhadores do Brasil durante o Estado Novo, sobretudo a partir do final da década de 1970 e início dos anos 1980. Foi em um intervalo de quase uma década, que foi deixado em suspenso o desenvolvimento dos estudos significativos sobre os trabalhadores e o movimento operário e sindical.

Luiz Werneck Vianna, no clássico *Liberalismo e sindicato no Brasil*, considerou o Estado Novo, para ele iniciado para os trabalhadores ainda em 1935, como um Estado de traços totalitários, ressaltando que seu texto não era o lugar para se discutir se ele “realizou ou não a sua natureza totalitária”. Citando um discurso de Getúlio Vargas, Vianna elencou a absorção do indivíduo pelo Estado e a negação da legitimidade do conflito e o despojamento das classes subalternas de sua “consciência de si” tornando-se um elemento da ordem, do trabalho e da colaboração do capital “no esforço espontâneo de realizar a grandeza nacional e a harmonia entre classes”. Como o fundamento deste Estado, o qual não reconhecia “direitos de indivíduos contra a coletividade” e sobrepunha-se “à luta de interesses” e não reconhecia a “luta de classes”, as leis trabalhistas eram “leis de harmonia social”.⁸ Porém, complementa o autor, este Estado impôs a “completa subordinação”, o “esmagamento da política independente” das classes subalternas e a “manipulação ideológica” dos setores sociais da pequena propriedade.⁹

Depreende-se do autor que a heteronomia estava absolutizada na Carta Constitucional, a qual era referendada nos discursos oficiais, em especial nas alocações de Vargas, mobilizando-se agora a classe operária “para o interior dos sindicatos postos sob o controle do Ministério do Trabalho”. Nesse caso, a classe estava submetida a uma lógica concebida “para ser um mero sistema elementar dos direitos do trabalho”, mas que se transformou no seu “único direito”.

Assim, a ação do Estado “se limitou ao severo controle da movimentação operária e sindical”, cabendo a ele a efetivação de “uma razoável fiscalização das leis trabalhistas”. Assim, os sindicatos tornavam-se “meras agências de mediação entre o trabalhador individual e o Estado, no que se refere às suas reclamações quanto à aplicação de legislação por parte da empresa”, convertidos em “crua dominação de classes”, resolvendo-se, assim, “a questão operária pela violência e pelas instituições sindicais corporativas”.¹⁰

Sabemos hoje que nem a repressão nem a cooptação do Estado Novo impediram a resistência dos trabalhadores que, mesmo represados em alguns momentos, voltaram a abrir as comportas de suas reivindicações históricas por liberdade e autonomia sindical e por direitos sociais trabalhistas mais ampliados, sempre encontrando brechas para novos pleitos. Apenas nove anos separaram a leitura brasileira da legislação fascista para o mundo do trabalho e a retomada democrática de 1945.

O estudo de Heloísa Helena Martins, *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*, surgido também no final da década de 1970, em relação ao Estado

Novo, considerou que, nesse período, houve “a elaboração de uma concepção da organização e da função do sindicato” que retirou deste, em primeiro lugar, “a sua principal arma política, que é a greve”. Ao mesmo tempo, restringiu “a atuação política das entidades sindicais à área das relações de trabalho”, principalmente a partir do decreto de sindicalização de 1939, quando o sindicato passou a ter uma “atuação essencialmente administrativa, com funções delegadas do Estado”. Mesmo assim, para a autora, que não desenvolve este importante tema, a ação política não desapareceu, apenas ficando restrita, “se processando não mais através da ação direta contra o patronato, mas dentro da área do Estado, que aparece como uma instituição interposta no confronto entre patrão e operário”, através da Justiça do Trabalho (MARTINS, 1979, p. 48-9).

Ressalvando-se que Heloísa Martins tenha centrado sua leitura na questão sindical e reconhecendo que o Estado Novo não impediu a ação política da classe trabalhadora, porém, sua análise acaba reforçando a heteronomia dos trabalhadores frente ao Estado, de maneira que qualquer luta ou reivindicação estava subordinada, *a priori*, por um agente externo.

Em *Sindicalismo no processo político no Brasil*, Keneth Erickson considera que as leis trabalhistas, iniciadas a partir de 1930 e consolidadas com o Estado Novo, principalmente com o ataque do ministro do Trabalho Marcondes Filho ao pluralismo sindical, serviram para “demonstrar a fraqueza inerente a um movimento sindical imposto de cima para baixo como para sugerir que o pluralismo do sistema trabalhista subtraía os sindicatos ao controle de Vargas”, o que demonstrou, para o autor, que a sucessão da legislação trabalhista básica, “retardou a mobilização da classe trabalhadora”, provocando o “desequilíbrio dos líderes trabalhistas”, rompendo “a eficiência de suas organizações”, a abrindo “um hiato maior no quadro de mobilização social dentro da estrutura trabalhista”. Assim, o conjunto dessas leis, de estrutura corporativista, alicerçados no tripé sindicatos, previdência social e Justiça do Trabalho, “forneceram os mecanismos mais importantes para o controle do Estado sobre a classe trabalhadora” (ERICKSON, 1979, p. 35 e 56).

Creio que a tese da fraqueza do movimento operário e sindical brasileiro já foi suficientemente abordada e criticada pela recente historiografia social do trabalho e sobre a qual resta pouco a dizer. A novidade, na hipótese levantada por Erickson de que a legislação trabalhista retardou a mobilização dos trabalhadores merece alguns comentários. A valer esta conjetura, o direito incorporado na legislação trabalhista não passa de um ardid para a cooptação e o controle dos trabalhadores. Ora, a tradição de luta do movimento operário e sindical brasileiro, e de sua base, desde os finais do século XIX, parece desmentir o autor, pois antes de ser uma doação estatal, greves, mobilizações, e lutas – institucionais ou não – marcaram a história da classe trabalhadora por estes direitos.

Antes de a legislação retardar a mobilização, foi justamente a mobilização que acelerou a conquista da legislação. Se algo restringiu a mobilização, ao menos durante o Estado Novo, não foram as leis trabalhistas em si, mas a repressão estatal e patronal para todos os trabalhadores que não aceitaram os limites da lógica varguista de incorporação do proletariado à sociedade industrial, bem ao estilo da leitura castilhistaborgista do comtismo na escola da Primeira República Rio-Grandense, na qual Getúlio Vargas foi o primeiro aluno da classe.

Maria Pena, em obra surgida no início da década de 1980, colocou que o “controle dos sindicatos e dos mecanismos de mobilização popular durante o Estado Novo” impediu que “os grupos de trabalhadores pudessem, durante certo período, lutar ou mesmo manifestar-se em torno das reivindicações que lhes eram próprias”. Mesmo que a autora esteja correta em considerar que os “sindicatos, corporativamente organizados, eram tratados como instrumento de cooperação com o Estado”, não podemos seguir a tese incondicional de que Estado Novo combinava apenas com falta de luta ou ausência de reivindicações (PENA, 1981, p. 163).

Como nos mostra Maria Célia Paoli, na medida em que o Estado “não tomou todo o espaço social, não passou a ser o único sujeito da história, não construiu uma identidade societária e não eliminou os conflitos, é possível contar esta história de outro modo” (PAOLI, s./d., p. 66).

Michael Hall e Paulo Sérgio Pinheiro já alertaram há certo tempo que, por mais fascinante que seja a recuperação da chamada “cultura operária”, esse caminho “não pode ser pretexto para obscurecer o conflito de forças sociais no terreno político” (PINHEIRO, 1979, p. 16)

Prefiro apostar na hipótese de que, na verdade, os trabalhadores de Porto Alegre (e de muitos lugares do Rio Grande do Sul), diante da intensa repressão, estavam acumulando força de resistência na primeira metade do Estado Novo, para em um segundo momento, continuar em novos patamares as suas lutas por direitos, inclusive radicalizando com as greves.

Sabemos que a autonomia dos trabalhadores e a decadência sindical são constatações importantes, mas ainda insuficientes para explicar a atuação dos trabalhadores entre 1937 e 1945, tanto em nível nacional como em nível regional. Este pressuposto, que marcou também a historiografia gaúcha, ao menos até o início da década de 1990, na área do trabalho, impossibilitou durante muito tempo o alargamento da compreensão sobre os trabalhadores gaúchos durante a ditadura varguista. O resultado mais imediato, com poucas exceções, foi o salto dos estudos sobre os trabalhadores, que de 1937, quando “autônomos” e “resistentes”, retornaram ativos apenas oito ou nove anos depois.

O processo de renovação e retomada dos estudos sobre os trabalhadores, em parte, nos inspira para perceber questões e problemas que não foram pensados sobre o Estado Novo, colocando ao mesmo tempo velhas questões que a

historiografia regional ignorou, mesmo quando os estudos sobre o movimento operário estavam em alta na academia, pois é notável como os historiadores e outros cientistas sociais gaúchos, com algumas exceções, dedicaram-se pouco ao período de 1937 a 1945.

Continua apropriada a observação que Michael Hall fez para o Brasil, ou seja, os poucos estudos existentes sobre os trabalhadores no Estado Novo permanecem baseadas em visões insatisfatórias que apenas refletem “um movimento sindical cooptado pelo Estado, assim como uma classe trabalhadora passiva e manipulada pelo populismo” (HALL, 1999, p. 9).

Referências

BATALHA, Cláudio. A historiografia da classe operária: trajetória e tendências. In: FREITAS, Marcos Cezar de. *Historiografia brasileira em perspectiva*. 2ª ed. São Paulo: Contexto, Bragança Paulista: Ed. da USF, 1998.

ERICKSON, Kenneth Paul. *Sindicalismo no processo político no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

HALL, Michael M. Prefácio. In: FORTES, Alexandre *et al*, *Na busca por Direitos: estudos recentes em história social do trabalho*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

KOVAL, Boris. *História do proletariado brasileiro, 1857 a 1967*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

LINHARES, Hermínio. *Contribuição à história das lutas operárias no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.

MARTINS, Heloísa Helena de Souza. *O Estado e a burocratização do sindicato no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1979.

MORAES FILHO, Evaristo de. *O problema do sindicato único no Brasil: seus fundamentos sociológicos*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

PAOLI, Maria Célia. In: LOPES, José Sérgio Leite. *Cultura & identidade operária*. Aspectos da cultura da classe trabalhadora. Rio de Janeiro: Ed. da UFRJ/Museu Nacional, São Paulo: Marco Zero, s./d.

PENA, Maria Valéria Junho. *Mulheres e trabalhadoras: presença feminina na constituição do sistema fabril*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). Vol. I. O movimento operário. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. Coleção Ensaio e Memória, n. 22. 2. ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

RODRIGUES, Leôncio Martins. *Conflito industrial e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Difel, 1966.

RODRIGUES, Leôncio Martins (Sel.). *Sindicalismo e sociedade*. São Paulo: Difel, 1968.

SIMÃO, Azis. *Sindicato e Estado: suas relações na formação do proletariado de São Paulo*. São Paulo: Dôminus/Ed. da USP, 1966.

TELLES, Jover. *O movimento sindical no Brasil*. Coleção A Questão Social no Brasil, n. 1. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

VIANNA, Luiz Werneck *Liberalismo e sindicato no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Notas

¹ Grifos nossos. Idem, *ibidem*, p. 259-60.

² Em análise semelhante sobre o Estado Novo, o soviético Boris Koval considerou que o “desenvolvimento acelerado do capitalismo nacional (...) não podia ocorrer fora da luta de classes”. Assim, mesmo que “as classes dominantes, com a ajuda do terror e da política corporativista conseguiram (...) sufocar temporariamente o movimento operário”, puderam “apenas abafar por algum tempo o movimento operário”, mas não conseguiram “sequer pensar em acabar com ele para sempre”. Assim, por maior esforço que houvesse, Vargas “não conseguiu apagar a chama da luta proletária” e suas “camadas mais conscientes” que se manifestavam “contra a ditadura e (...) os métodos reacionários na atuação do governo”. (KOVAL, 1982, p. 335 e 349).

³ Grifos nossos.

⁴ Grifos do autor. RODRIGUES, L. M., *ibidem*, p. 114-5 e 156.

⁵ Ver esse debate de forma resumida em. Batalha, (1998, p. 145-158).

⁶ *Ibidem*, p. 169-70. Uma versão sintetizada do autor sobre o “completo controle dos sindicatos”, a partir da década de 1930, e escrita ainda nos anos 60, encontra-se em *Classe operária e sindicalismo no Brasil*. Nesse texto, o autor também repete a sua tese clássica sobre a fraqueza de classe do proletariado brasileiro devido ao domínio populista (RODRIGUES, 1968, p. 339-60).

⁷ Devemos lembrar que os trabalhadores rurais, os empregados domésticos e os funcionários públicos, regidos por estatutos próprios, não podiam sindicalizar-se.

⁸ Cf. O Estado Novo e as Classes Trabalhadoras, discursos pronunciados por Getúlio Vargas em 1. de maio e 26 de julho de 1938, respectivamente. *Apud* VIANNA, 1978, p. 213.

⁹ VIANNA, *ibidem*, p. 213-4.

¹⁰ Idem, *ibidem*, p. 221-2.

O Contexto Histórico de Instalação do Distrito Industrial de Santa Maria – RS

Bruna Lima

Licenciada e Bacharel em História pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Rio Grande do Sul, Brasil (2011); Mestranda em História no Programa de Pós-Graduação em História da UFSM, na Linha de Pesquisa Migrações e Trabalho; possui bolsa de Mestrado CAPES.

Diorge Alceno Konrad

Professor Adjunto no Departamento de História e do PPGH- Mestrado em História da UFSM. Licenciado em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM com a monografia “A vitória na derrota - A Frente Brasil Popular nas eleições de 1989”, Mestre em História do Brasil pela PUC-RS com a dissertação “1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul”, orientada pela Prof. Dra. Sandra Lubisco Brancatto e Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com a tese “O fantasma do medo - O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)”, orientada pelo Prof. Dr. Michael McDonald Hall. Linha de Pesquisa: Migrações e Trabalho. Pesquisador de movimentos sociais e mundos do trabalho no Brasil e Rio Grande do Sul republicanos.. Pesquisador de movimentos sociais e políticos e de partidos e movimentos de esquerda no Brasil e Rio Grande do Sul republicanos. Professor colaborador do Doutorado da UNMDP, Argentina. Participou da Escala Docente da AUGM -UFSM/UNMDP em 2012.

O Contexto Histórico de Instalação do Distrito Industrial de Santa Maria – RS

Bruna Lima
Diorge Alceno Konrad

O presente trabalho tem como uma de suas propostas estudar o contexto histórico referente ao processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, cidade localizada na região central do Rio Grande do Sul, e algumas das implicações econômicas, políticas e sociais dela decorrentes, a partir de meados da década de 1970. Com esta finalidade, pretendemos inicialmente, situar historicamente o período a ser estudado, salientando que durante esta época, o Brasil passava por uma Ditadura Civil-Militar, iniciada a partir do Golpe de 1964.

Diante disto, pretendemos, neste primeiro momento compreender de forma mais específica como ocorreu o processo de instalação do Distrito Industrial de Santa Maria, salientando, não só o contexto em que se deu essa instalação, como também as principais discussões que foram geradas, antes de sua instalação. Para isso, foram consultados alguns exemplares do jornal *A Razão*, tendo em vista que, quando as discussões envolvendo o Distrito Industrial iniciaram, o Brasil estava passando pela fase do chamado “milagre econômico”. Neste jornal, foram apresentadas inúmeras notícias que procuravam demonstrar que o Brasil estava prosperando economicamente e, ao mesmo tempo, com isso, tinham entre seus objetivos, contribuir para legitimar o Governo da época.

Nesse sentido, destacamos que esse Distrito Industrial, ao começar a abrigar indústrias, passou também a receber trabalhadores, oriundos, provavelmente, não só de áreas rurais como também de espaços urbanos. Assim, salientamos que tal fato ainda envolveu a transformação desses trabalhadores em operários industriais, estimulados, entre outros fatores, por expectativas de novas e/ou melhores oportunidades de trabalho, o que, por sua vez, pode ser caracterizado

como “êxodo rural” e migração urbana. Na segunda parte do texto, por fim, buscamos desenvolver uma justificativa que pretende demonstrar a importância e, ao mesmo tempo, a necessidade de que se desenvolvam pesquisas envolvendo a temática que permeia esta pesquisa.

I. Santa Maria no Contexto do “Milagre Econômico Brasileiro”

O período denominado de “milagre econômico”, delimitado entre os anos de 1969 a 1974, ficou tradicionalmente conhecido assim pela historiografia, pois foi uma fase em que as taxas de crescimento econômico alcançaram altos índices, até então desconhecidos pela população brasileira, a qual acabava de vivenciar uma crise econômica no início dos anos 1960. Esse período, por sua vez, insere-se dentro do contexto histórico de Ditadura Civil-Militar no Brasil e é marcado por um direto intervencionismo do Estado na economia.

Todavia, sabe-se que esse alto índice de crescimento não resultou em distribuição equitativa de riquezas. O centro do poder durante esse período era ocupado por militares e civis, em nome do empresariado rural e industrial, nacional e multinacional, apoiados por diversos outros grupos como a Igreja Católica, grande parte da classe média, relativo apoio entre os trabalhadores, entre outros grupos.

Dessa maneira, os interesses particulares desses grupos sociais, mesmo não sendo característicos da maioria da população brasileira na época, passaram a definir as prioridades do Governo. Dito isto, adianta-se que a maior parte da população brasileira não vivenciou os aspectos positivos do “milagre econômico”, pois, ao passo que o Governo lançava projetos que procuravam estimular o crescimento econômico, este era destinado apenas à pequena parte da população.

No entanto, mesmo que o crescimento da economia brasileira não tenha sido distribuído na mesma proporção para toda a população brasileira, este foi o bastante para que a maioria dessa população oferecesse apoio às medidas do Governo. Este apoio foi decorrente de uma intensa propaganda governamental veiculada, principalmente, por diversos órgãos da imprensa privada, que durante esse período, em sua grande maioria, passavam por um momento de reorganização para atender às novas demandas capitalistas.

Porém, existem indícios de que o referido crescimento econômico do Brasil possa não ter se confirmado plenamente no município de Santa Maria. Embora as lideranças locais tentassem promover e disseminar a ideia de um “natural desenvolvimento” da cidade, através de algumas mensagens como: “o slogan” que apregoa ser Santa Maria a cidade que mais cresce no Estado¹, o crescimento industrial da cidade e entorno, durante este período, apresen-

tavam-se como incipientes. Cirilo Costa Beber (1998, p. 270) chegou a indicar problemas no processo de industrialização do município durante esta época:

No início da década de 70 a diretoria da Associação Comercial de Santa Maria, observando os gravíssimos problemas das indústrias locais, convenceu-se da necessidade de promover uma campanha em prol da industrialização do município. Para atingir esse objetivo, várias propostas de incentivos foram cuidadosamente analisadas. Uma delas foi aprovada imediatamente: propor à Prefeitura Municipal a criação de uma área industrial ou um distrito industrial.

Considera-se que a cidade de Santa Maria não apresentou ao longo de sua História, um significativo crescimento industrial², pois tradicionalmente teve na agropecuária, nos setores de serviços e comércio a sua sustentação econômica. No entanto, a partir de 1969, quando a cidade experimentou, pelo menos ideologicamente, a euforia do “milagre econômico”, inúmeras discussões acerca da necessidade de se desenvolver um projeto de industrialização local passaram a tomar corpo³. Assim, tais discussões podem ser identificadas como uma forma de demonstrar que Santa Maria também estava se empenhando para acompanhar os índices de crescimento econômico atingido por algumas das outras regiões do País. A seguinte passagem pode servir para ilustrar esta questão:

E este processo, deverá ser iniciado e somente através da ação política. É digno de nota que o Rio Grande do Sul através de estudos feitos, mostrou não estar acompanhando o ritmo de desenvolvimento de crescimento em comparação aos outros estados brasileiros. E focalizado o Estado diretamente, existem áreas e pólos de atração e que deveriam servir para o equilíbrio em vista a uma industrialização. Observou-se que Santa Maria oferece plenamente condições favoráveis para que seja a nossa cidade, uma destas cidades pólos, ou melhor, que atraem outros municípios e outras regiões. Isto em consequência da demanda de bens, existência de um bom mercado regional, formação de um pessoal técnico altamente especializado através da Universidade Federal de Santa Maria. Estes todos são elementos favoráveis e de inestimável valor para podermos iniciar decididamente uma industrialização (*A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 06).

Esse tipo de discussão estava em conformidade com o que no Brasil se propalava na época e era evidentemente necessário, como já fora mencionado, para que a população acreditasse que Santa Maria também estava caminhando e prosperando rumo ao crescimento econômico, fato que o Governo se propunha a difundir nesse período. Essa ideia também pode ser verificada em estudo feito por Maria Medianeira Padoin (1992, p. 43-44):

A partir do final dos anos 60, as regiões mais desenvolvidas do Brasil (eixo Rio - São Paulo – Minas Gerais) estavam em uma fase eufórica - expansionista do capitalismo industrial, destacando na década de 70, a fase do chamado “milagre brasileiro”. Em Santa Maria, no referido período, prevalecia o acúmulo de capital, oriundo, especialmente, da atividade comercial (65% do dinheiro que circulava). O momento histórico e os empresários de Santa Maria, através da CACISM⁴, contribuíram para a construção de um projeto de industrialização local, no qual o Brasil estava inserido, mais efetivamente a partir de meados dos anos 30.

Dessa forma, a destinação de uma área para a instalação de um Distrito Industrial passou a ser a forma mais concreta de proporcionar a cidade um real crescimento do setor industrial e, segundo o que podemos observar em edições do jornal *A Razão*, inúmeros foram os esforços locais para a concretização desse projeto⁵. O crescimento industrial merece destaque durante esse período, visto que os objetivos do “milagre econômico” só seriam teoricamente alcançados a partir do aumento da renda urbana e, conseqüentemente, do poder de compra de uma parte não necessariamente muito expressiva da população⁶.

A implantação de um Distrito Industrial em Santa Maria, portanto, foi um tema debatido durante longo tempo e ganhou destaque entre as páginas do já mencionado jornal. As principais discussões envolveram tanto problemas políticos entre lideranças políticas locais, como também problemas nas relações entre esses políticos e o governo do estado. Estes problemas, por sua vez, giraram em torno, basicamente, de questões referentes ao orçamento que deveria ser destinado as obras de criação do Distrito e a como os custos com implantação seriam divididos entre o poder Executivo local e o governo do estado.

Em Santa Maria, os setores da economia que mais se destacaram no século XX foram o comércio e a prestação de serviços (BEBER, 1998). Dessa forma, considerou-se como alternativa a criação de um Distrito Industrial, o que poderia não só concretizar, como também alavancar de vez o crescimento econômico da cidade, pois incentivaria a instalação de indústrias, não só nacionais como, também, as vindas de outros países. O jornal pesquisado destacava esta linha propositiva:

A implantação de um Distrito Industrial, traria vantagens imediatas pois além de absorver uma grande parte da mão de obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grandes somas de recursos que viriam de fora, e que muito beneficiariam a economia local.

O Distrito Industrial reduziria os custos para que as empresas aqui pudessem se instalar facilitando a sua operação e instalação, além do que poderia aumentar o processo da instalação de indústrias. Diminuiria o custo dos Serviços Públicos, pois estaria o mesmo reduzido com a concentração de indústrias (*A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 06).

Expectativas sobre a vinda de empresas estrangeiras para Santa Maria também eram levantadas, como pode ser observado na seguinte suposição: “Santa Maria pode ser sede de indústrias da Alemanha”⁷. Porém, com base na bibliografia e nas fontes pesquisadas, exceto a tentativa de criação de um Distrito Industrial, não foram encontradas outras evidências que pudessem indicar um projeto para a industrialização do Município, durante esse período. No caso da eventual atração de empresas estrangeiras, por exemplo, o prefeito de Santa Maria limitou-se apenas a enviar uma carta ao consulado do Japão:

O prefeito Luiz Alves Rolim Sobrinho, está interessado em trazer para Santa Maria pequenas indústrias japonesas. Ontem, o chefe do Executivo Municipal enviou ofício ao Consulado do Japão em nosso Estado solicitando detalhes sobre a possibilidade de trazer para nossa cidade diversas indústrias nipônicas (*A Razão*, 08 de março de 1969, p. 06).

As expectativas dos principais grupos com influência política e econômica local parecem não ter se confirmado. Nem o Distrito Industrial, nem a vinda de indústrias estrangeiras foram efetivadas na época do “milagre econômico” e, ao contrário, indicavam uma tênue industrialização da cidade no início da década de 1970, diferente do que se pretendia evidenciar durante esse período⁸. Da mesma maneira, a importância da industrialização para a Câmara de Comércio e Indústria de Santa Maria - CACISM, um desses grupos, também aparece com destaque em estudo desenvolvido por Padoin (1992, p. 59):

O Distrito Industrial, ou seja, a industrialização de Santa Maria é aspiração máxima da CACISM. O projeto do Distrito Industrial surgiu, efetivamente, no período do chamado “milagre brasileiro”, mas sua oficialização ocorreu no período em que já se começam a sentir os resultados desastrosos da política de Médici e continuada por Geisel, juntamente com a crise econômica agravada pela alta dos preços do petróleo, e alta inflação, bem como o aumento dos preços das matérias primas e dos produtos industrializados que constituem o maior peso das importações. Como soluções para todos esses problemas, a classe empresarial vê, na industrialização local, a solução mais indicada, gerando empregos e criando riquezas.

Dessa forma, mesmo que a cidade apresentasse um relativo crescimento em outros setores da economia, o “milagre econômico” se caracterizava, basicamente, por uma articulação entre esses setores. Embora sabendo que dificilmente seja possível em um país, estado ou município os três principais setores da economia (primário, secundário e terciário) estarem igualmente desenvolvidos (BEBER, 1998), a máxima articulação entre eles poderia ser uma das principais causas de um possível equilíbrio no setor econômico, o que

poderia criar reais possibilidades para um maior crescimento.

Isso, portanto, implicaria em ser a indústria o principal setor a ser desenvolvido na cidade na tentativa de encontrar o equilíbrio necessário para concretizar o crescimento econômico. Essa consideração pode ser expressa a partir da seguinte passagem, que pretendia salientar a importância da união entre o poder Executivo com o empresariado local⁹ para a concretização de um projeto de industrialização para a cidade:

É verdade incontestável que o nosso município somente poderá crescer e prosperar em ritmo veloz, quando implantar o seu distrito industrial. Logo, todos os esforços devem ser orientados nesse sentido. Não há outra opção. O trabalho em conjunto é fator preponderante. E também decisivo para a concretização de qualquer empreendimento, tanto da iniciativa privada quanto da pública. E não há como obscurecer essa evidência. Todos devemos participar, trabalhando conjuntamente, uns ajudando os outros, do processo de desenvolvimento, para que Santa Maria possa a vir realizar-se como município de grande projeção em todos os setores de atividades. A industrialização é a meta de maior relevância (*A Razão*, 24 de março de 1971, p. 05).

Pode-se considerar, porém, que o Distrito Industrial foi implantado dentro de um contexto já considerado de crise econômica, momento em que já era possível perceber os sinais do esgotamento do regime de acumulação, do já mencionado “milagre econômico”¹⁰. Mesmo com uma tentativa de saída da crise, nascida ainda na década 70, com a elaboração do II Plano Nacional de Desenvolvimento – II PND¹¹, a economia brasileira parecia não reagir. Segundo estudo desenvolvido pela Fundação de Economia e Estatística - FEE, alguns dos principais aspectos dessa crise podiam ser expressos a partir da:

estagnação da produção industrial, a ocorrência, quase que generalizada, da capacidade ociosa nos ramos produtivos mais importantes, o insuficiente crescimento do emprego nas atividades formais, a queda dos salários reais, a especulação financeira, a redução drástica dos investimentos públicos e privados e a obsolescência da matriz tecnológica (ALMEIDA, 1990, p. 11).

Como se pode perceber, a crise econômica apresentou consequências políticas, econômicas e sociais. No caso específico de Santa Maria, considerava-se que a criação do Distrito Industrial e a conseqüente possibilidade de crescimento industrial haveria de incentivar a instalação de indústrias, não só nacionais como também estrangeiras, contribuindo para aliviar parte das dificuldades geradas a partir da crise do pós “milagre econômico”. O jornal *A Razão*, nesse sentido, se encarregou de destacar algumas das expectativas geradas, em torno dessa tentativa de efetivação do projeto de industrialização:

A implantação de um Distrito Industrial traria vantagens imediatas, pois além de absorver uma grande parte da mão de obra ociosa em Santa Maria, ainda acarretaria grandes somas de recursos que viriam de fora, e que muito beneficiariam a economia local.

O Distrito Industrial reduziria os custos para que as empresas aqui pudessem se instalar facilitando a sua operação e instalação, além do que poderia aumentar o processo da instalação de indústrias. Diminuiria o custo dos Serviços Públicos, pois estaria o mesmo reduzido com a concentração de indústrias (A Razão, 29/05/1969, p. 06).

Nota-se que o imediatismo das vantagens advindas com a implantação do Distrito Industrial, anunciadas pelo jornal, não devem ter ocorrido de forma tão simples e direta, pois se compreende que o processo de industrialização não termina apenas com a criação deste espaço. Essa instalação seria apenas o início de um longo processo, que ao desenvolver-se poderia contribuir, para o aumento do número de oferta de empregos no setor industrial. Esse acontecimento, por sua vez, teria colaborado com a ocorrência de migrações de trabalhadores, para a cidade, tendo em vista que, o fator “trabalho” se configura como um dos principais impulsionadores do processo migratório¹², que passou a estabelecer novas relações de trabalho. Essa consideração pode ser visualizada na seguinte passagem:

A transferência de mão-de-obra do setor Primário para o Secundário em busca de novas oportunidades, embora se dê em condições de excedente de população rural, não se verifica apenas quando seriam compensadores os custos sociais de transferência do setor tradicional para o moderno. Em fases iniciais do desenvolvimento econômico, à medida que aumenta a oferta de empregos industriais, ditos modernos, através de novos investimentos da coletividade, ela é atendida pelo trabalhador então subempregado no setor tradicional agrícola ou nos centros urbanos em atividades terciárias. Com este aumento de oportunidades no setor moderno, um maior número de pessoas se anima a emigrar, de modo a deixar constante o contingente de desempregados, que esperam serem absorvidos, pelo setor, o que nos países em desenvolvimento raramente se verifica completamente (KON, 1999, p. 141).

Ao processo migratório de trabalhadores de outras regiões do estado para Santa Maria ou, até mesmo, o deslocamento de trabalhadores da própria cidade, para regiões mais próximas ao Distrito Industrial e a transformação trabalhadores rurais e urbanos de outros setores em operários, no início da década de 1980, está relacionado à criação de um exército de mão-de-obra reserva¹³, como se referiu Kon na citação acima, capaz de contribuir para a diminuição dos custos de produção. Ou seja, mesmo que Santa Maria ainda não apresentasse um

desenvolvimento industrial avançado, se comparado a outras regiões do Brasil, ou até mesmo do Rio Grande do Sul, no mesmo período, a possibilidade do barateamento dos custos com a mão-de-obra, através da exploração do trabalhador pelo pagamento de salários aviltantes, já estava presente nos cálculos dos empresários, com vistas à rápida acumulação de capital e é uma questão que deve ser levada em consideração, pois este princípio se configura como um dos fundamentos do desenvolvimento do capitalismo em sua fase industrial. Essa ideia pode ser observada a partir do estudo de Pacheco e Patarra (1997, p. 25-26):

Uma vez retirados os últimos obstáculos à mercantilização da força de trabalho, criaram-se as condições fundamentais para o desenvolvimento do capitalismo industrial: a grande indústria reflete aqui não apenas uma forma técnica de organizar a produção, mas sintetiza a ideia de uma dinâmica de acumulação especificamente capitalista, que resolve *per se* os entraves à acumulação, entre eles o da oferta e demanda da mão-de-obra.

A análise desse processo, desde que efetuada por seu vínculo estrutural ao sistema social emergente, remete a questão migratória ao processo de formação de um exército industrial de reserva – na formulação clássica de Marx para o excedente populacional do capitalismo originário. Desta forma, a questão da dimensão da transferência populacional se redefine, sendo focalizada sob o prisma de sua possibilidade de inserção no sistema produtivo, e não sob o ângulo de seu tamanho absoluto. A gênese da questão migratória na sociedade industrial, portanto, é inerente a formação do excedente populacional decorrente da dinâmica da produção capitalista.

Nogueira (1991, p. 42), assim como os demais autores já citados, também aborda as questões referentes aos processos migratórios, dentro do contexto de acumulação capitalista, como estratégia de recomposição da força de trabalho e do exército industrial de reserva, como modo de anular as pressões sobre os níveis salariais. Dessa forma, como salienta o mesmo autor,

o rearranjo espacial da população, antes de ser uma ato soberano desta população, seria uma determinação da estratégia de desenvolvimento capitalista, que, com a criação de desigualdades regionais, condicionaria a formação de fluxos migratórios a partir das regiões periféricas do sistema para a região central.

Possivelmente o processo de maior desenvolvimento industrial de Santa Maria não tenha se dado imediatamente após a criação do Distrito Industrial. Conforme já fora mencionado anteriormente, em uma região onde esse setor não apresenta tradição, tal processo de transição não ocorre de forma tão rápida. Sendo assim, tem-se a necessidade de trazeremos algumas dessas reflexões para a atualidade, seguindo a tendência verificada entre os historiadores que se detém

no estudo da história do trabalho. Essa tendência relaciona-se ao aumento do número de pesquisas envolvendo investigações centradas, principalmente, em períodos mais recentes, principalmente situados a partir da década de 1990¹⁴.

A partir disso, algumas questões referentes ao estudo da História do tempo presente merecem algumas reflexões, fundamentalmente no que se refere à vantagem do historiador ser contemporâneo ao seu objeto e por isso partilhar das mesmas categorias, o que pode vir a contribuir para uma melhor compreensão acerca das relações estabelecidas entre os agentes históricos. No entanto, algumas ressalvas devem ser feitas, principalmente no que se refere à grande quantidade de fontes disponíveis e a forma como o historiador pode selecioná-las e abordá-las. Além disso, está se configurando como uma história ainda muito recente, seus agentes históricos podem se encontrar atuantes em nossa sociedade, o que deve exigir certo cuidado e atenção do pesquisador.

2. Distrito Industrial de Santa Maria: um Estudo Necessário?

A escolha pela temática referente à implantação do Distrito Industrial de Santa Maria pode ser justificada, inicialmente, pela quase inexistência de pesquisas envolvendo esta. Em boa parte dos trabalhos relativos à História de Santa Maria, o segmento industrial aparece caracterizado, normalmente, como sendo incipiente e incapaz de concorrer com o setor agropecuário, de comércio e o de prestação de serviços¹⁵, que historicamente surgem como sendo privilegiados, e por isso, acabam ganhando um maior destaque entre as pesquisas¹⁶. Outro fator que induz a essa pesquisa é o fato de Santa Maria seguir a tendência do restante do país, no que diz respeito ao crescimento da população urbana. Com base em dados obtidos através dos censos demográficos do IBGE¹⁷, entre 1950 e 1990, observou-se um alto índice de crescimento da população urbana da cidade, em conformidade com o que ocorria no restante do país, nessa mesma época, quando se acentuou o processo conhecido historicamente como êxodo rural. Assim, destacamos que:

A grande migração de trabalhadores das regiões rurais para as cidades é um dos fatos marcantes na história social brasileira na segunda metade do século XX. Entre 1950 e 1980, estima-se que mais de 38 milhões de pessoas saíram do campo, alterando profundamente o perfil socioeconômico do país (FONTES, 2004, p. 365).

Essa questão também ganhou destaque no trabalho de Botega (2004, p. 3), ao explicar que “a sociedade do século XX teve entre suas marcas principais o intenso crescimento do mundo urbano, sobretudo na sua segunda metade, quando,

pela primeira vez na história, a população das cidades passou a ser maior que a população rural”. Botega correlaciona ainda o processo de urbanização do Brasil “ao caráter de capitalismo dependente que a formação econômica e social brasileira adquiriu, sobretudo após a passagem do modelo agrário-exportador para o modelo urbano-industrial de desenvolvimento” (Idem, p. 11).

Porém, apesar destas constatações, as questões do “êxodo rural” e da urbanização parecem ter despertado pouco interesse entre os pesquisadores, que se dedicam ao estudo da História de Santa Maria, pois a maioria deles acabou se detendo aos períodos de fundação e de desenvolvimento inicial da cidade, chegando as suas pesquisas, no máximo, até a primeira metade do século XX. Aspectos de um processo histórico mais recente de Santa Maria são pouco lembrados¹⁸.

Para compreendermos o aumento da população urbana de Santa Maria, sem desconsiderarmos inúmeros outros possíveis fatores, não podemos negligenciar o fato de existir, oficialmente a partir de 1975, um Distrito Industrial na cidade. Esse fator, portanto, somado aos demais, também pode ter contribuído e influenciado sobre a decisão de vinda de trabalhadores urbanos e rurais para a cidade, principalmente no início dos anos de 1980, quando indústrias passaram a ser efetivamente instaladas em local específico, colaborando para o aumento da população urbana de Santa Maria.

Dessa forma, mesmo o setor industrial não proporcionando o desenvolvimento desejado no período, ele parece ter contribuído para o desenvolvimento de relações de trabalho, ampliando a existência do operariado e também estimulando a migração de trabalhadores para a cidade de Santa Maria, principalmente para as regiões localizadas nas proximidades do Distrito Industrial. A ocorrência de deslocamentos populacionais, dentro da própria cidade, também para essas regiões próximas ao Distrito deve ser considerada, pois residir próximo ao local de trabalho pode contribuir com a redução de alguns custos para o trabalhador, como por exemplo, os transportes e alimentação, dentre outros. Nesse sentido, portanto, as migrações configuram-se como:

uma parte essencial do processo de desenvolvimento industrial, seja porque os fluxos de pessoas podem ser processos reguladores dos desequilíbrios regionais (...), seja porque representam um papel relevante no processo de transformação estrutural da sociedade, principalmente no que se refere ao movimento rural-urbano, que conduz a mudanças qualitativas, passando o migrante de uma sociedade rural tradicionalista para uma sociedade urbana, industrializada e inovadora. Neste contexto, as migrações internas são mecanismos de distribuição espacial da população que se adapta ao rearranjo geográfico das atividades econômicas, exprimindo a racionalidade macroeconômica do progresso técnico, que orienta para a cidade os fluxos de investimento (KON, 1999, p. 136).

A partir do que foi exposto, portanto, este trabalho tem como parte de seus objetivos, complementar parte da lacuna existente, no que se refere aos estudos sobre a tentativa de desenvolvimento industrial de Santa Maria e de suas outras implicações, anteriormente definidas. Assim sendo, a partir do que foi exposto, pretende-se explicitar parte de um processo histórico até então não suficientemente investigada, a fim de integrar essa parte às demais, na tentativa de se obter uma visão de conjunto da historiografia do singular na sua relação com o universal.

3. Considerações Finais

O governo que assumiu o poder a partir do Golpe Civil-Militar de 1964, instalando o que conhecemos por Ditadura, procurou, através da difusão de uma sólida propaganda, reforçar a ideia de que o Brasil estava caminhando rumo ao progresso e ao desenvolvimento. Além disso, também se constituiu em um dos objetivos desse governo, através das propagandas que foram disseminadas pelos meios de comunicação, garantir e solidificar ainda mais seus laços com aqueles grupos sociais que o apoiaram, e contribuíram para a sua ascensão ao poder. Ao mesmo tempo, também, pretendeu aumentar a sua base de influência, a fim de legitimar de fato o poder perante o restante da população.

A cidade de Santa Maria, mesmo não apresentando um significativo crescimento econômico durante esse período, principalmente no que se refere ao setor industrial, não ficou alheia às notícias que empolgavam o restante do Brasil. O jornal *A Razão*, através da difusão de uma imagem positiva do governo, procurou evidenciar os atos índices de crescimento econômico do País. Além disso, esse jornal veiculou inúmeras notícias e editoriais, que tentavam mostrar os esforços em promover uma industrialização da cidade, principalmente através de um setor empresarial, organizado por meio da CACISM. Grande parte das notícias envolviam a criação do Distrito Industrial e procuravam informar à população que Santa Maria estava definitivamente se empenhando para seguir a tendência do restante do Brasil, que se empolgava com a política de crescimento econômico do Governo.

Referências

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. (org.). *A economia gaúcha e os anos 80: uma trajetória regional no contexto da crise brasileira*. Tomo 01. Porto Alegre: FEE, 1990.

ANTICO, Claudia. Por que migrar? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana: São Paulo 1980 – 1993*. São Paulo: UNICAMP, 1997.

BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. In. *Anos 90*. Porto Alegre, RS, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

BATISTA, Jorge Chami. A estratégia de ajustamento externo do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 7, n. 2, abr./jun. 1987.

BEBER, Cirilo Costa. *Santa Maria 200 anos: História da economia do município*. Santa Maria: Pallotti, 1998.

BOTEGA, Leonardo da Rocha. *Ocupação da Fazenda Santa Marta em Santa Maria - RS (1991-1993)*. 2004. 69 f. Monografia (Especialização em História do Brasil) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria. 2004.

BRUM, Argemiro J. *O desenvolvimento econômico brasileiro*. Petrópolis: Vozes, 1986.

E SANTA Maria está crescendo mesmo. *A Razão*, 08 de março de 1969, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra; MONTEIRO, Sergio Marley Modesto. O Estado e suas razões: o II PND. In: *Revista de Economia Política*, São Paulo, v. 28, n. 1 (109), jan./mar. 2007.

FONTES, Paulo. Migração nordestina e experiências operárias: São Miguel Paulista nos anos 1950. In: BATALHA, Claudio H. M.; SILVA, Fernando Teixeira da; FORTES, Alexandre (orgs.). *Culturas de classe: identidade e diversidade na formação do operariado*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2004.

KON, Anita. *Economia industrial*. São Paulo: Nobel, 1999.

MARX, Karl. *O Capital*. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1984.

NOGUEIRA, Olinto José Oliveira. Migrações internas: tentativas de se buscar uma teoria. In: *Análise e Conjuntura*. Belo Horizonte, MG, v. 6, n 1, p. 38-47, jan./abril 1991. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/revista/analiseconjuntura/viewissue.php?id=16>>. Acesso em: 17 out. 2011.

O DISTRITO Industrial terá que sair e com toda urgência. *A Razão*, 29 de maio de 1969, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

PACHECO, Carlos Américo; PATARRA, Neide. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In: PATARRA, Neide; BAENINGER, Rosana; BOGUS, Lúcia; JANNUZZI, Paulo (orgs.). *Migração, condições de vida e dinâmica urbana*: São Paulo 1980 – 1993. São Paulo: UNICAMP, 1997.

PADOIN, Maria Medianeira. *O empresário comercial em Santa Maria/RS (uma análise histórica sobre a CACISM)*. 1992. 85 f. Dissertação (Mestrado em História). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 1992.

POMMER, Roselene Moreira Gomes; LIMA, Bruna. As experiências pedagógicas do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria no período de 1970 a 1985. Disponível em: <http://www.eventos.faed.udesc.br/index.php/tempopresente/tempopresente/paper/view/143>. Acesso em: 10 dez. 2011.

PRADO, Luiz Carlos Delorme; EARP, Fábio Sá. O “milagre” brasileiro: crescimento acelerado, integração internacional e concentração de renda (1967 – 1973). In. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil Republicano*. Vol. 4. O tempo da Ditadura: Regime Militar e movimentos sociais em fins do século XX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PREFEITO e empresários. *A Razão*, 24 de março de 1971, p. 05. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

PREFEITO interessado em trazer para cá pequenas indústrias japonesas. *A Razão*, 08 de março de 1969, p. 06. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

SANTA MARIA pode ser sede de indústrias da Alemanha. *A Razão*, 08 de janeiro de 1971, p. 01. Arquivo Histórico Municipal de Santa Maria.

WEBER, Beatriz Teixeira; RIBEIRO, José Iran. (orgs.). *Nova História de Santa Maria*: contribuições recentes. Santa Maria: [s. n.], 2010.

Notas

¹ *A Razão*, 08 de março de 1969, p. 06.

² Conforme salienta Beber (1998, p. 235), “em nossa história [Santa Maria] nunca houve a predominância da produção industrial”.

³ Há, durante este período, um grande número de notícias publicadas no Jornal *A Razão* que salientam a importância de se criar um Distrito Industrial na cidade.

⁴ Câmara do Comércio e Indústria de Santa Maria (CACISM).

⁵ Para Padoin (1992, p. 59), “o Distrito Industrial, ou seja, a industrialização de Santa Maria é aspiração máxima da CACISM. O projeto do Distrito Industrial surgiu, efetivamente, no período do chamado “milagre brasileiro”, mas sua oficialização ocorreu no período em que já se começam a sentir os resultados desastrosos da política de Médici e continuada por Geisel, juntamente com a crise econômica agravada pela alta dos preços do petróleo, e alta inflação, bem como o aumento dos preços das matérias primas e dos produtos industrializados que constituem o maior peso das importações. Como soluções para todos esses problemas, a classe empresarial vê, na industrialização

local, a solução mais indicada, gerando empregos e criando riquezas”.

⁶ Esta ideia pode ser aprofundada a partir da leitura do trabalho de: Prado e Ear p(2003).

⁷ *A Razão*, 08 de janeiro de 1971, p. 01.

⁸ Essa ideia também pode ser observada no trabalho de Pommer e Lima (2011).

⁹ Os empresários que, representados principalmente pela organização na CACISM se identificavam como os grandes responsáveis e agentes do desenvolvimento econômico da cidade. Considera-se que essa organização apresentou um evidente destaque no cenário político local, sendo capaz inclusive de influir em algumas decisões do poder executivo. Tal destaque é feito por Padoin (1992, p. 44): “a CACISM sendo representante dos interesses dos empresários, junto aos poderes constituídos locais, e destes, perante o Poder Estadual e Federal, além do projeto de industrialização, reivindicou recursos para investimentos na melhoria da infraestrutura da cidade e região”.

¹⁰ A partir de 1973, em função do aumento dos preços do petróleo, surgiram os primeiros sintomas do que se pode chamar de esgotamento das possibilidades de crescimento acelerado da economia (BRUM, 1986, p. 136). Em consequência disso, o governo elaborou o seu II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), com vistas a superar a crise e alavancar o crescimento econômico do país.

¹¹ Como aponta Batista (1987, p. 66), “o Segundo Plano Nacional do Desenvolvimento (II PND) foi publicado em setembro de 1974, constituindo-se o programa básico do governo que havia se instalado em março daquele ano.” Conforme colocação de Fonseca e Monteiro (2007, p. 45), este plano se prestava a uma dupla colaboração: “alentava a possibilidade de manter o crescimento e, ao mesmo tempo, contribuía para propiciar um clima favorável as mudanças políticas pretendidas, consubstanciadas no projeto de distensão política.”

¹² Essa conclusão pode ser alcançada com base comparativa em um estudo realizado por Antico (1997, p. 98) que apontou os principais motivos das migrações para o estado de São Paulo entre o período de 1980 a 1993: “Os resultados relacionados aos motivos da última mudança (entre 1980 e 19930 apontam que a grande maioria destes refere-se a fatores profissionais, familiares e de moradia, os quais representam 40,6%, 21,1% e 12,8%, respectivamente, do total dos motivos declarados. Em seguida, apresentam-se conhecimento anterior do local (7,1%), maior acesso à infraestrutura e serviços (4,7%), segurança e qualidade de vida (3%) e custo de vida mais baixo (2%)”.

¹³ Mas, se uma população trabalhadora excedente é produto necessário da acumulação ou desenvolvimento da riqueza com base no capitalismo, essa superpopulação torna-se, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista, até uma condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta, como se ele o tivesse criado a sua própria custa (MARX, 1984, p. 200).

¹⁴ Essa tendência historiográfica foi apontada no trabalho de Cláudio Batalha: BATALHA, Cláudio H. M. Os desafios atuais da história do trabalho. In. *Anos 90*. Porto Alegre, RS, v. 13, n. 23/24, p. 87-104, jan./dez. 2006.

¹⁵ Beber (1998, p. 235) salienta que “em Santa Maria, no século XIX, predominou a produção primária e, no século XX, a terciária (comércio e prestação de serviços)”.

¹⁶ Utilizando como base o estudo desenvolvido por Padoin (1992, p. 4), esses setores da economia foram beneficiados, principalmente, por estarem “associados e somados a presença: da Viação Férrea Federal, da Segunda Guarnição Militar do Brasil, da Universidade Federal de Santa Maria, e da posição geográfica estratégica da cidade, sendo o centro do Rio Grande do Sul”.

¹⁷ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Dados pesquisados: censos demográficos.

¹⁸ Essa afirmativa pode ser verificada a partir da leitura de uma das últimas publicações que refletem sobre a história da cidade. No livro *Nova História de Santa Maria: contribuições recentes*, organizado por Beatriz Teixeira Weber e José Iran Ribeiro há inúmeros artigos que se delimitam a questões referentes aos períodos que se estendem até a primeira metade do século XX, porém, apenas um dos artigos publicados neste livro abordou questões relativas à segunda metade do século XX.

**La Crisis del Carbón:
Conflicto Laboral y Estado en la Transición Chilena**

Cristina Andrea Moyano Barahona

Profesor de Estado en Historia y Geografía. Licenciada en Educación en Historia y Geografía. Magister en Historia de Chile. Doctor en Historia, mención Historia de Chile. Posdoctorado en Historia Política Contemporánea. Instituto de Estudios Avanzados-USACH.

Francisco Del Campo Cerda

Licenciado en Historia Universidad Diego Portales, Magíster en Historia Universidad de Santiago de Chile (USACH). Profesor Universidad Diego Portales y Coordinador Académico del Programa de Bachillerato en Ciencias Sociales y Humanidades de la misma Universidad.

La Crisis del Carbón: Conflicto Laboral y Estado en la Transición Chilena¹

Cristina Moyano Barahona
Francisco Del Campo Cerda

Para algunos analistas el año 2011 ha sido el año del despertar de la sociedad (Salazar, 2011; Garcés, 2012). Una sociedad que se suponía adormecida, sujetos que se insertaban en un capitalismo neoliberal bajo la promesa del consumo (Moulian, 1997; Moulian, 1998) y de una movilidad social que tenía muchos límites y con un Estado cada vez más ausente y lejano de la agencia de promover el desarrollo integral (Tironi, 1999). La dinámica dominante era transferir a los actores la capacidad de acción, surgiendo el concepto tan manipulado del “emprendimiento” como valor supremo con el que los sectores medios y populares debían guiar sus vidas.

Sin embargo, ese escenario que se posibilitó con una economía estable, con altas tasas de crecimiento, baja inflación y gobiernos dispuestos al consenso, hizo crisis por primera vez en Chile el año 2011, desde que retornó la democracia.

Este Chile eruptivo simbolizado por los movimientos sociales es muy distinto al de los '90, cuando los conflictos en general y los conflictos del mundo del trabajo en particular, disponían de otras semánticas y otros repertorios. (Bastías, 2011)

I. El Conflicto del Carbón y el Chile de la Transición: la Movimentalidad Social de los 90

La crisis de la minería del carbón es un buen ejemplo para comprender la forma en que se resolvieron los conflictos sociales en el Chile de la transición y a partir de allí, comprender las formas políticas que caracterizaron la relación entre sociedad y Estado; ciudadanía y clase política.

En términos de hipótesis preliminar planteamos que los conflictos sociales que se enunciaron en el primer gobierno transicional de Patricio Aylwin, no se resolvieron plenamente por cuanto existían disputas sobre el pasado reciente que catalizaron las demandas sociales más urgentes, extendiéndose hacia el gobierno de Frei Ruiz – Tagle sus primeras soluciones.

En términos politológicos también es posible registrar un cambio, ya que “el proceso de transición produjo una reorganización de los actores, transformando radicalmente sus formas de interactuar. Así, con el retorno de la democracia, las organizaciones que habían actuado como aliados de grupos con escaso poder dejaron de hacerlo. En retrospectiva, esto ha sido percibido como un proceso de desmovilización de los actores sociales” (Bastías, 2011: 95) y una pérdida de influencia de los mismos en el espacio público y su capacidad para incidir en los diseños de las políticas sectoriales o nacionales. Esto implicó que durante los primeros años de la transición se produjera una desvinculación constante de aquellas instituciones con cierta legitimidad y poder de convocatoria, que permitía que distintos grupos sociales pudieran hacer llegar sus demandas al espacio público.

Siguiendo lo expuesto en el **Gráfico N°1**, que se encuentra al finalizar el presente texto, en el Chile de los primeros años de la posdictadura, años en los que se expresó el conflicto laboral asociado al fin de la minería del carbón, contó con un escenario político institucional caracterizado por “la apertura del sistema político a través de las elecciones, la restauración de los órganos representativos, la reducción de la represión arbitraria y un proceso generalizado de democratización”, que parecen “no haber producido ningún incentivo para la movilización. Incluso pareciera que esta alteración en las condiciones estructurales del sistema político hubiese impedido el desarrollo de la sociedad civil” (Bastías, 2011: 99).

En el **Cuadro N°1** es posible observar la escasa convocatoria nacional de aliados sociales con presencia mediática relevante, concentrándose en actores locales y en gremios cuya afinidad política estaba vinculada a las dirigencias comunistas. Así también, llama la atención la escasa participación inicial que tiene la Central Única de Trabajadores (CUT), como la principal Central Unitaria de Trabajadores para el período que va desde 1990 hasta 1994, cobrando mayor presencia pública en los años siguientes, pero demostrando el poco peso político social que tenía ya en Chile el sindicalismo organizado.

Sumaremos también a estas condiciones estructurales, algunas consideraciones en la intersubjetividad colectiva, partiendo de la premisa de que la experiencia de los actores puede ser entendida como “la facultad humana que ha sido comúnmente ligada también a las vicisitudes de la vida cotidiana como un resorte de la acción que se apoya en el significado que se da a situaciones anteriores” (Aróstegui, 2004: 145). De esta forma, la experiencia está en la base de la producción de la acción colectiva e individual, y en forma paralela, su enunciación en un plano integral, colabora a la transmisión generacional, tanto de las historias como de las memorias, que permitirán construir el presente de los sujetos.

Según R. Koselleck (2001), la experiencia se estructura en torno a tres estratos del tiempo, que soportan la construcción en la que se inteligibilizan los saberes y las vicisitudes significativas en el plano de la conciencia.

Junto a la unicidad, entendida como el soporte temporal de lo único e irreplicable, como lo fue la crisis que representa el cierre definitivo de las faenas mineras en la mina de Lota y Coronel, nos encontramos también con estructuras de repetición, de recurrencia temporal, que no se agotan en la unicidad.

Por último el tercer estrato del tiempo, constituyente de las experiencias de los sujetos, está en el cambio, a veces imperceptible y confundido por la repetición, de las estructuras de larga duración. Estas estructuras de larga duración que cambian, son el soporte clave sobre el cual descansa la narración de las experiencias, el anclaje temporal que permite a los actores construir su identidad.

De allí que un análisis de la experiencia de una crisis, pese a lo coyuntural con que pueda ser aprehendida y relatada por los actores sociales y los medios de comunicación, contiene simultáneamente tres registros temporales de la experiencia histórica, en la que se entrelazan los distintos campos enunciativos: la coyuntura, la recurrencia y el cambio estructural soporte del relato identitario.

En la experiencia por la lucha final que dieron los mineros del carbón para mantener viva su industria y/o para participar de los acuerdos que pudieran darle viabilidad a la zona, incidieron estos factores experienciales importantes, que sumado a un sindicalismo debilitado, más los elementos estructurales analizados previamente del sistema político, fueron elementos sensibles al fracaso definitivo en el que terminaron las políticas de reconversión laboral y productiva que propuso el gobierno para reinsertar a los trabajadores en nuevos ámbitos laborales y reorientar la actividad económica de Lota y Coronel hacia la pesca, el turismo, el comercio y la industria forestal.

De esta forma el primer gobierno de la transición a la democracia en Chile (1990 – 1993) estuvo caracterizado por la visibilización de la crisis terminal de la economía carbonífera, justo en un momento donde el “cuidado” de la estabilidad democrática era clave en la experiencia de los actores sociales, no sólo sindicales, sino que también políticos.

Fue en el segundo gobierno de la Concertación, que lideró Eduardo Frei Ruiz – Tagle (1994 – 1999), el que se caracterizó por una base ideológica más acabada, fundamentando una práctica de vinculación con los movimientos sociales basada en la tecnopolítica, que redefinió al Estado, la sociedad civil y los canales institucionales que permitían la resolución de los conflictos, tensionando una débil ligazón entre demandas sociales y políticas, en donde cobraron un rol clave los partidos políticos y sus operadores, que permitieron la integración de las demandas por la vía de la cooptación de los dirigentes sociales con trayectoria políticas tradicionales. Así mientras los actores sociales tuvieran trayectorias políticas asociadas a las dinámicas partidarias clásicas, la cultura política (Moyano, 2009) que permitía la imbricación entre el mundo social, político y su representación, se resolvió por canales de intermediación entre dichos actores, los dirigentes partidarios, el parlamento y el gobierno.

En el caso del período que comprende los años 1994-1998, es posible identificar que el conflicto es asumido en primer lugar por operadores técnicos: Corporación de Fomento (CORFO), Empresa Nacional del Carbón (ENACAR) y Ministerio del Trabajo, dejando fuera cualquier otro actor político que pudiera sacar de la semántica economicista que operaba sobre el conflicto. Los actores políticos más influyentes aparecen identificados en este cuadro y demuestran el fuerte predominio de la tecnocracia política burocrática que se instala con el gobierno de Eduardo Frei Ruiz – Tagle, tal como lo demuestra el **Gráfico N°2**

De esta forma, hacia el segundo gobierno de la Concertación, las protestas sociales existentes, dentro de las cuales la más significativas era la crisis del carbón, tendieron a contar “con menos aliados” y con “alianzas establecidas fragmentadas”, producto de que en “la medida en que los grupos que actúan como aliados han cambiado considerablemente en su composición, ocupando la Iglesia, la CUT y los partidos políticos de gobierno lugares marginales dentro de las redes” (Bastías, 2011, pp. 110), como por ejemplo el Partido Comunista. (**Tabla N°1**)

El caso del carbón es paradigmático en ese sentido.

2. El Conflicto del Carbón: Aspectos de su Periodización en la Crisis Terminal

Entenderemos por actores a todos aquellos sujetos que se encuentran vinculados directa o indirectamente al conflicto del carbón.

1. Actores directos: corresponden a sindicalistas, mineros, trabajadores locales que fueron afectados directamente por el cierre de las minas de carbón.

2. Aliados políticos: corresponden a todos aquellos actores que desde el ámbito político institucional expresaron su solidaridad con el conflicto. Especialmente nos referimos a miembros de partidos políticos, parlamentarios, alcaldes y concejales.

3. Aliados sociales: son actores que pertenecen a instituciones más o menos orgánicas y que solidarizaron con los afectados por la crisis carbonífera; ejemplos miembros de Iglesias, Federaciones estudiantiles, agrupaciones de esposas de mineros, ong's, etc.

4. Oposición política: todos aquellos representantes políticos que pertenecieron a la derecha del espectro político y que tienen representación parlamentaria y local.

5. Representante gubernamental: todo aquel actor cuya presencia en el conflicto estuvo asociada a la decisión de la mediación o implementación de las políticas públicas. Puede ir desde el Presidente hasta el ejecutivo de ENACAR o Representante de la CORFO.

6. Empresarios locales o nacionales que manifestaron opinión sobre el conflicto del carbón y la crisis productiva de la zona.

Como hipótesis planteamos que en la medida en que los actores sociales legitiman las instituciones existentes, tienden a disminuir las dinámicas de generación de asociatividades nuevas para presionar por determinados intereses. En cambio, cuando los niveles de legitimidad disminuyen o bien los actores institucionales que se encuentran en el centro de la demanda no logran avanzar en la consideración de sus exigencias, surgen con mayor fuerza y protagonismo los nuevos actores sociales.

En ese marco de conflictividad se dibujan las identidades sociopolíticas de los distintos actores, cuya permanencia en el tiempo depende de varios factores:

1. Identidad que sobrepase el conflicto in situ y le de proyección al grupo aun cuando este deje de existir. Para ello, la identidad debe comprenderse desde el centro de una definición de objetivos y adversarios que siga presente y redefine la posición de los sujetos en la sociedad en el largo plazo.
2. La posibilidad de referenciar y nominar el conflicto en una dinámica histórica, que sitúe a los actores en un devenir y los saque del presente inmediato, para apropiarse de la configuración de un horizonte de expectativas a propósito de un particular campo de experiencia. En términos generales el conflicto fue semantizado según la prensa de la siguiente forma:

En el **Gráfico N°3** es posible detectar la importancia de la mirada economicista al conflicto al que colaboraron todos los actores, sin poder salir de la misma para situar la reflexión en el modelo de desarrollo económico y social que sustentaba Chile hasta ese momento. El la porción del gráfico correspondiente a

la crítica ideológica del modelo de libre mercado, refleja la mirada sobre el modelo de desarrollo neoliberal implantado por la dictadura y administrado por la Concertación; y la porción asociada a la crítica del modelo estatista, representa la percepción sobre un Estado interventor y paternalista, que mantenía empresas ineficientes funcionando en el mercado.

3. La capacidad de incidir en las formas de representación del conflicto, es decir, la posición estratégica que detentan dentro de la sociedad inmediata de la que forman parte.

De la **Tabla N°2** se desprende que los actores más relevantes y con mayor posición estratégica son los representantes del poder ejecutivo y los sindicalistas, que aparecen disputando y poniendo sus demandas sobre el tapete del debate público, sin lograr ampliar en forma significativa las bases de alianza social.

4. La capacidad que posee el sistema político institucional para incorporar demandas sociales por la vía de los canales que constituyen el campo de acción referenciado para ello. En esta capacidad juegan un rol clave los partidos políticos y los distintos operadores que permiten la conexión entre las demandas sociales y políticas, participando además de los procesos de representación de la realidad.

Según los datos que pudimos obtener del Mercurio y El Siglo, los únicos dos partidos que tuvieron presencia significativa en el mundo del carbón, corresponden al Partido Comunista y al Partido Socialista, otras voces políticas autorizadas son los diputados y senadores de la zona, pero que no consiguen una ampliación nacional del conflicto.

2.1 Una Cronología de la Crisis y la Movimentalidad Social.

Entre los años 1992-1993 es posible observar en el conflicto del carbón los atisbos más claros de la crisis terminal de la industria minera, que se inician con el rápido deterioro que vive la mina privada de Schwager. En un primer momento, se denunciaron los numerosos despidos asociados a un plan de "racionalización" que realiza la empresa para intentar mantener cierta viabilidad competitiva en el mercado energético.

Los trabajadores organizados en distintos sindicatos, donde destaca el sindicato N° 1 dirigido por José Suazo, realizaron inmediatamente gestiones para lograr que el Estado interviniera en el conflicto.

En enero de 1992, 10 mil mineros del carbón marcharon hasta Concepción para exigirles a las autoridades regionales y nacionales que intervinieran en un conflicto laboral y social de proporciones. La respuesta inicial de las autoridades regionales, en particular, del Secretario Regional Ministerial del Trabajo, Alberto Valenzuela, fue responsabilizar a la minera Schwager de no resolver un problema interno e intentar delegar en el gobierno una decisión que corresponde a privados.

Lo anterior devela dos representaciones claves en los actores institucionales en el inicio del conflicto:

1. Para el gobierno en particular, y en general para la clase política (derecha y concertación), los conflictos laborales se entienden como conflictos entre privados, por lo que en un comienzo los actores que participaron como voceros serán aquellos representantes de las instituciones que juegan el rol de mediación en el mundo de trabajadores y empresarios: Ministerio del Trabajo y Dirección del Trabajo.

Así mientras el conflicto se situara en el marco de los despidos y las peticiones por reintegración, el gobierno mantuvo una distancia política significativa del mismo.

El cambio en la dinámica del conflicto obedece al papel que jugaron los trabajadores en la propia construcción de la realidad. A pocos meses de la marcha minera hacia Concepción y sin abandonar la demanda por la reintegración de los despidos, los mineros sindicalizados en Schwager consiguieron incorporar en la disputa político-social a los sindicatos de Lota-ENACAR, en el que destacó la participación del comunista José Carrillo, quienes enarbolaron el conflicto como “la catástrofe social, cultural y económica” que vivía la “zona del carbón”, sacando el conflicto del marco estrictamente local y elevándolo a problema político nacional.

Fue el mismo Presidente de la República quien recibió a los dirigentes sindicalistas mineros para escuchar sus demandas socioeconómicas, reunión que culmina con el anuncio (2 de enero de 1992) de la formación de una Agencia Estatal para reactivar la zona del carbón, que estuvo dirigida por un operador Demócrata Cristiano: Angel Maulén, Secretario Ejecutivo de la Comisión Nacional de Energía.

2. Para los trabajadores del carbón, y dada sus dinámicas históricas de participación socio-política, el actor más relevante con quien buscaron establecer diálogo fue el Poder Ejecutivo. El Parlamento apareció casi inexistente en este primer momento, aun cuando algunos diputados y senadores, principalmente DC y socialistas, buscaran la formulación de leyes que permitieran sostener el desarrollo a más largo plazo en la zona (tal como lo habíamos mencionado anteriormente). Para los trabajadores, la presión social se tenía que ejercer sobre los canales y sobre los actores político institucionales que expresaban alguna legitimidad social. Se siguió demandando la presencia de Estado paternalista, mediante el cual se resolvieran los conflictos.

Este Estado paternalista, sin embargo, se desdibujó completamente al

alero de las propias representaciones que la clase política hace del mismo. Para la derecha en su conjunto, pero también para una gran parte de la Concertación, la crisis del carbón obedeció al agotamiento de un modelo de desarrollo anquilosado, que situaba al Estado en el centro de la actividad económica y la promoción social. El concepto de empresas estratégicas del Estado, como las asociadas a la minería del cobre, o la industria energética, fue puesto en entredicho cuando del inicio del conflicto en Schwager, con los despidos mineros, se pasa al cuestionamiento más general de la viabilidad de la industria carbonífera en una sociedad de libre mercado y por cierto, cuando el ojo de la discusión se centra en ENACAR, empresa que vuelve a las manos del Estado, después de un periodo de privatización fallida durante la dictadura militar. **(Tabla N°3)**

El conflicto sobre ENACAR se enunció sobre las bases “eficiencia/Ineficiencia”, “viabilidad/inviabilidad” y “productividad / mercado”. De allí que el centro del debate se concentró en una crítica a la mantención artificial de una empresa cuya competitividad comparada estaba fuertemente cuestionada. Así mientras los trabajadores seguían articulando su representación como si el Estado tuviera el mismo rol social que antaño, la clase política de la transición entendía el conflicto en la dualidad mercado-Estado, poniendo como eje la tensión entre la eficiencia y la rentabilidad social. Mientras los trabajadores pedían más Estado, la clase política planteaba menos Estado y más “proactividad” de los trabajadores, articulando sus acciones en torno a políticas que ponían el énfasis en los trabajadores y capacidad de adaptación y flexibilidad, más que en la empresa y el espacio productivo. Por eso, para salir de la crisis, la Concertación, con el apoyo de la derecha, diseñó políticas donde la reconversión laboral y productiva pasó por incentivos a los “actores sociales”: trabajadores, empresarios, etc., sin intervención directa sobre el espacio productivo. Lo que el Estado escasamente reconoció fue lo problemático de instalar este tipo de soluciones en una zona donde:

- a) Había existido desde mediados del siglo XX una activa presencia del Estado como actor benefactor y regulador de la vida social.
- b) Trayectorias de mineros de larga duración que permitieron la articulación de una poderosa identidad minera, que hacía subjetivamente complejo cualquier proceso de reconversión laboral.
- c) Un empresariado poco interesado a invertir en una zona representada como “roja” y “conflictiva”, pero también poco interesado en invertir en actividades productivas que generaran altos niveles de empleabilidad.

3. Actores Institucionales Claves y las Representaciones del Conflicto

3.1. Sindicalistas

Tras 17 años de dictadura, se esperaba un proceso de democratización creciente. Sin embargo, la nueva coalición de gobierno asumió regulado por un conjunto de normas heredadas de la dictadura, así como también por un conjunto de nuevas imágenes y conceptos que se habían construido durante la experiencia dictatorial, que redefinieron componentes claves de la cultura política y que caracterizaron al menos los tres gobiernos concertacionistas en forma consecutiva (1990 – 2005).

Así, las expectativas de algunos sectores sociales, especialmente de algunos sindicatos, se orientaron principalmente a la exigencia de mejoras en las condiciones laborales y económicas. Tal como subrayamos en la **Tabla N°4**, los sindicalistas reiteraron una lectura socioeconómica de la crisis, y no pusieron acento mayoritario a la forma cultural que sostenía el modelo. Dicha lectura aparece muy tardíamente y generalmente estuvo asociada a dirigentes político-sociales comunistas. Lo anterior es importante si integramos lo que muestran algunos estudios sobre el mundo sindical en esos años (Morris, 1998; Espinoza, 2007). Estos apuntan a consignar el debilitamiento progresivo de los sindicatos.

Sumado a ello, el periodo que se abre entre 1990 y 1997 se caracterizó por un aumento en la conflictividad laboral, medida tanto en el número de huelgas como en la cantidad de horas hombre perdidas en las labores productivas. En cambio, el período que se extendió desde 1998 hasta el 2006 se caracterizó por una disminución de la conflictividad laboral, reduciéndose considerablemente la movilización de los trabajadores, lo que estaría en estrecha vinculación con el análisis del sistema político antes enunciado.

A pesar de esto, la disputa por la construcción de la realidad social no consideró un fenómeno importante que se venía desarrollando en el mundo sindical desde la dictadura y que no manifestó cambios positivos en el transcurso de los años transicionales, agudizándose incluso durante el período democrático. Nos referimos al fenómeno denominado como “receso sindical” (Morris, 1998).

De esta manera, cuando el conflicto por el cierre del carbón se inició, los indicadores de conflictividad laboral vivían su momento más agudo, pero con un sindicalismo debilitado y con trabajadores de la minería del carbón habiendo perdido su posición estratégica en una sociedad.

Estos actores sindicales tradicionales, no lograron extender sus demandas hacia actores institucionales más poderosos y el conflicto del carbón tendió a zonificarse, no logrando ampliar la demanda hacia una discusión que pusiera

en jaque el modelo en su conjunto. El principal aliado político de los sindicalistas fue el Partido Comunista, quien a través de sus editoriales periódicas contenidas en “El Siglo”, puso el conflicto en este marco de significación, pero su ausencia en el Parlamento debido a su baja representatividad electoral (Álvarez, 2011) hizo perder fuerza también a las propias demandas mineras.

3.2 Concertación: Actores Claves

Los actores claves de la Concertación en el primer gobierno transicional, encabezado por Patricio Aylwin, estuvieron tensionados inicialmente por los conflictos heredados de la dictadura, tipificados como esencialmente políticos, y la administración técnica de un Estado subsidiario que disponía de pocas herramientas para generar dinámicas y políticas de intervención directa. Se suma a esto cierto consenso de que el Estado debía abandonar los derroteros paternalistas e interventores para permitir el crecimiento autónomo de los actores sociales.

La trayectoria de incidencia de los actores políticos de la Concertación está determinada por la dinámica del conflicto. Mientras el conflicto se mantuvo en la dinámica sectorial se respondió con actores sectoriales y cuando se enuncia como nacional y social, más global y estructural, actúan los actores nacionales, llegando incluso a la figura máxima del Presidente de la República.

Hacia el gobierno de Eduardo Frei Ruiz – Tagle, en cambio, se asumió un comportamiento tecnocrático, debido a que se comienzan a implementar las políticas de reconversión laboral y productiva, donde los actores políticos son desplazados por los “asesores técnicos”, que siendo militantes de partidos políticos, se presentan como técnicos expertos. Tal es el caso, por ejemplo, del importante rol que jugó en ese proceso Carlos Cruz, como director de la Agencia de Reestructuración de la Zona del Carbón (AGECA) y vicepresidente de ENACAR. Rol similar comenzó a jugar el vicepresidente ejecutivo de CORFO, Felipe Sandoval, o Luciano Valle, encargado de ENACAR y quien tuvo que enfrentar duras acusaciones de fraude y mal manejo de la empresa estatal.

3.3 Derecha

La trayectoria de los actores institucionales de la derecha en el conflicto del carbón tuvo dos características importantes: En primer lugar, el relevante rol que jugaron los medios de comunicación, en especial El Mercurio y La Tercera, para instalar y socializar el debate sobre la ineficiencia de las empresas del Estado y la necesidad de terminar con aquellas actividades económicas que son poco rentables en un contexto neoliberal.

En segundo lugar, los actores institucionales que aparecen en el conflic-

to son diputados y senadores por la zona, quienes hacen aparición pública para referirse al complejo conflicto social que se vive en la zona y las herencias que la desaparición del carbón pueden traer en el largo plazo. Por ello, si bien no son actores relevantes, aparecen realizando propuestas legislativas pro empleo y pro inversión. (Ejemplo: Jorge Ulloa, diputado Unión Demócrata Independiente (UDI) y Eugenio Cantuarias, senador UDI). En otras palabras no salen del marco ideológico del estado subsidiario y su trayectoria se ajusta a dicha representación.

3.4 Actores Sociales y las Representaciones del Conflicto. Los no Institucionales

Los actores no institucionales que participaron del conflicto del carbón, también denominados aliados sociales, irrumpen en la escena pública cuando el cierre de las minas fue inminente. Es decir, mientras el conflicto estuvo asociado al despido de los trabajadores, los actores claves son los trabajadores sindicalizados. Cuando la amenaza de la desaparición de la actividad minera cobra fuerza, el pueblo entero se moviliza en defensa de un actividad, que si bien venía en franco deterioro desde la década del 60, había generado una dinámica de interrelación de actividades laborales, productivas y de sociabilidad que tenía como centro la mina.

Así las primeras organizaciones que aparecen solidarizando con los mineros son asociaciones de comercio, vecinos y de manera muy significativa, las mujeres que se organizan como esposas de mineros y que marchan hacia Santiago en el año 1996, después de una huelga de hambre de dos semanas.

Los voceros de dichos movimientos no aparecieron vinculados a militancias partidarias previas, aun cuando por ejemplo, las mujeres se reunieron con la Secretaria General del PC. Gladys Marín, al igual que con personeros gubernamentales, demostrando las dinámicas de acercamiento, cooptación y diálogo que establecidas por los actores involucrados.

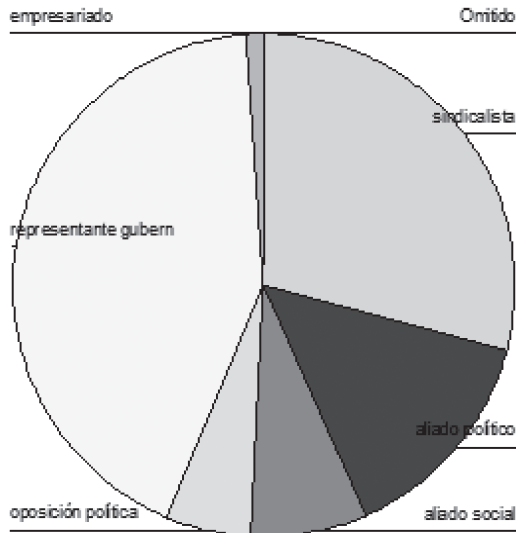
Casi al final del conflicto apareció, muy tibiamente, la CUT y organizaciones menores como el colegio de Profesores, la Confederación de Trabajadores de la Salud, la Corporación Nacional del Pan (CONAPAN) o la Asociación Nacional de Empleados Fiscales (ANEF) y organizaciones estudiantiles.

En suma, uno de los grandes fracasos de las políticas de reconversión productiva, del fin de la industria minera y de la defensa de un tipo de desarrollo económico y social, no estuvo sólo en las decisiones erradas que se tomaron en su momento por los tecnócratas del gobierno de Frei, sino que por las formas de semantización del conflicto mismo, el debilitamiento de las redes sociales y los aliados, un contexto político institucional desfavorable a la movilización, un sindicalismo debilitado y la incapacidad del mundo político de disputar el orden instalado por la propia dictadura, primando una lectura técnica, burocrática y centralista de un

conflicto que tuvo cobertura nacional, pero que no logró remover las aguas de un modelo que hoy está, al menos discursivamente, en franca crisis de legitimidad.

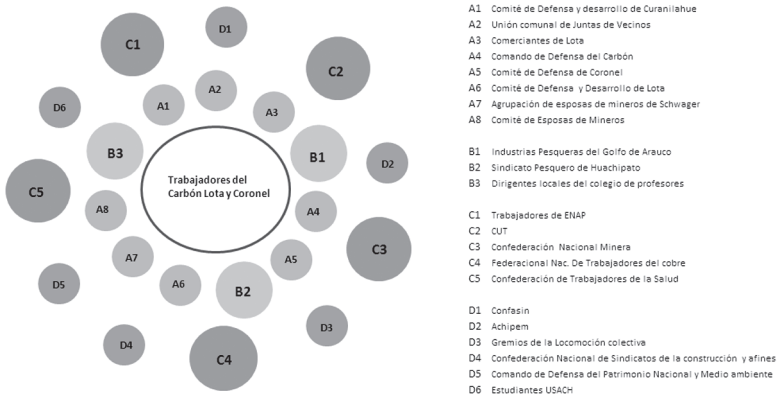
Cuadros, Gráficos y Tablas:

Gráfico N°1: Actores Involucrados en el Conflicto



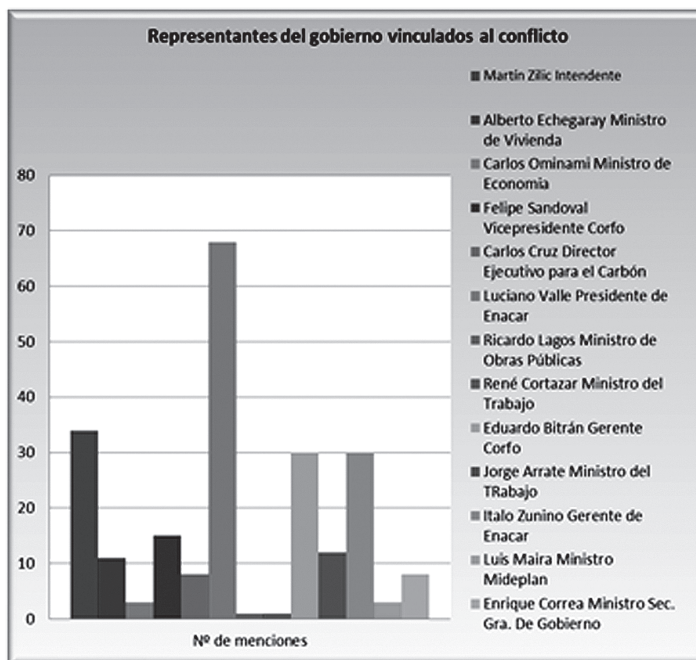
(Fuente: Elaboración Propia)

Cuadro 1. Aliados sociales



(Fuente: El Siglo y El Mercurio. Elaboración propia.)

Gráfico N°2: Representantes del Gobierno Vinculados al Conflicto.



(Fuente: Elaboración Propia)

Tabla N°1: Voces que la prensa recoge en el conflicto del carbón y que aparecen como actores autorizados. (Elaboración: Fuente Propia)

Voz	El Siglo	%	El Mercurio	%
	Recuento		Recuento	
Sindicalista	57	27,4	409	28,3
Aliado Político	34	16,3	193	13,3
Aliado Social	42	20	78	5,3
Oposición Política	1	0,48	91	6,2
Representante Gubernamental	23	11	655	45,3
Empresariado	0	0	20	1,4

(Es importante resaltar que la diferencia entre el Siglo y el Mercurio respecto del mundo sindical y el espacio resaltado, radica exclusivamente en la periodicidad del medio de comunicación, ya que el primero actuaba como semanario durante el período que cubre la mitad del conflicto, por lo que representa la voz más significativa de todas en términos absolutos)

Gráfico N°3: Semantización del Conflicto. Marcos de Sentido. (Fuente: Elaboración Propia)

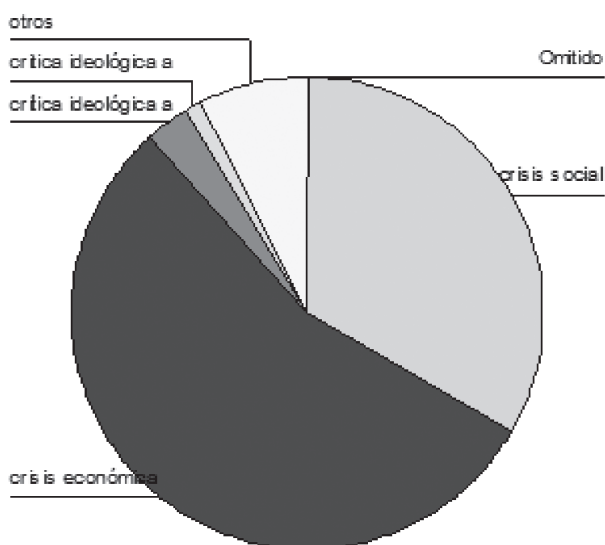


Tabla N° 2: Representantes Sociales a Partir de su Relevancia en el Conflicto

	ACTORES SOCIALES						Totales
	Sindicalista	Aliado Político	Aliado Social	Oposición Política	Representante Gubernamental	Empresariado	
Periodo	Recuento	Recuento	Recuento	Recuento	Recuento	Recuento	Recuento
1990-1993	127	77	42	39	193	5	483
%	26,2	15,9	8,6	8	39,9	1	100
1994-1998	339	150	78	53	485	15	1120
%	30,2	13,3	6,9	4,7	43,3	1,3	100
Totales	466	227	120	92	678	20	1583
%	29,4	14,3	7,5	5,8	42,8	1,2	100

(Fuente: Elaboración Propia)

Tabla N°3: La Prensa y el Sentido en el Contexto del Conflicto

SENTIDOS						
PRENSA	Crisis Social	Crisis Económica	Crítica al Neoliberalismo	Crítica al Modelo Estadista	Otros	Total
El Siglo	56	48	51	2	0	157
%	36	31	32	1,2	0	100
El Mercurio	479	832	0	14	121	1446
%	33	58	0	1	8,3	100
Total.	535	880	51	16	121	1603
%	33	55	3,1	1	8	100

(Fuente: elaboración propia)

Tabla N°4: La Relación Entre el Actor y el Sentido del Conflicto

SENTIDOS						
Actor	Crisis Social	Crisis Económica	Crítica al Neoliberalismo	Crítica al Modelo Estadista	Otros	Total
Sindicalista	212	223	16	0	15	466
Aliado Político	99	82	18	1	27	227
Aliado Social	57	47	12	0	4	120
Oposición Política	15	52	1	13	11	92
Gobierno	150	461	4	2	61	678
Empresariado	1	15	0	0	3	20
Total	535	880	51	16	121	1603

(Fuente: elaboración propia)

Referencias

ÁLVEREZ, Rolando. *Arriba los Pobres del Mundo*. Santiago: Editorial LOM, 2011.

AROSTEGUI, Julio. *La historia Vivida. Sobre la historia del presente*. Madrid: Ed. Crítica, 2004.

ESPINOZA, Carolina. Conflictos Laborales en Chile. 1985-2006. En: *Documento del Consejo Asesor Presidencial*. S/N, 2007.

GARCÉS, Mario. *El Despertar de la Sociedad*. Santiago: Editorial LOM, 2012.

KOSELLECK, Reinhart, *Los Estratos del Tiempo: Estudios Sobre La Historia*. Ed. Paidós, 2001.
BASTÍAS, Manuel. *Relaciones de Poder, Coaliciones y Conflicto político (1977-1991). Un Análisis de Redes Organizacionales en la Dictadura y la Transición Chilena*. En: CASTILLO, Mayarí Et. Al. (Compiladores). *Desigualdad, Legitimación y Conflicto*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2011.

MOULIAN, Tomás. *Chile: Anatomía de un Mito*. Santiago: Editorial LOM, 1997.

MOULIAN, *El Consumo me Consume*. Santiago: Editorial LOM, 1998.

MOYANO, Cristina. *MAPU o la Seducción del Poder y la Juventud*. Santiago: Ediciones Universidad Alberto Hurtado, 2009.

MORRIS, Pablo. *Sindicatos en receso. La otra cara de la estabilidad sindical*. En: *Dirección del Trabajo*. Departamento de Estudios. *Aportes al Debate Laboral* N° 4. Disponible en (http://www.dt.gob.cl/1601/articles59890_recurso_4_Aporte_al_debate_4.pdf)

SALAZAR, Gabriel., *En el Nombre del Poder Popular Constituyente*. Santiago: Editorial LOM, 2012.

TIRONI, Eugenio. *El Despertar de las Masas y el Malestar de las Elites*. Santiago: Ed. Grojalbo, 1999.

Notas

¹Proyecto Conicyt de Inserción posdoctoral en la academia 7909005

**Políticas Públicas, Cuestión Social y Trabajo Agrario
en la Región Pampeana Durante los Años
del Primer Peronismo, 1946-1955**

Silvia B. Lázzaro

Profesora y Doctora en Historia. Facultad de Humanidades de la Universidad Nacional de La Plata. Investigadora del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) en la categoría Independiente. Docente – Investigadora en la Universidad Nacional de La Plata. Categoría II. Profesora Adjunta por concurso en la Facultad de Humanidades y en la Facultad de Ciencias Económicas, ambas de la Universidad Nacional de La Plata. Directora de proyectos de investigación en la UNLP (Incentivos a la investigación) y en el CONICET (Proyectos PIP). Directora de investigadores (CONICET y UNLP), tesis de doctorado (UNLP, UBA) y becarios de posgrado (CONICET). Participación como evaluadora científica en ámbitos institucionales (especialmente CONICET, Agencia de Promoción Científica y Tecnológica, Universidades nacionales). Integrante del Consejo Directivo de la Facultad de Humanidades de la UNLP por el Claustro de Profesores. Integrante de la Comisión de Doctorado en Historia en la Facultad de Humanidades de la UNLP.

Políticas Públicas, Cuestión Social y Trabajo Agrario en la Región Pampeana Durante los Años del Primer Peronismo, 1946-1955

Silvia B. Lázaro

I. Contexto General del Sector Agrario, Problemáticas y Políticas Públicas

Desde mediados de la década de 1920 y hasta comienzos de la del 40, la producción agraria pampeana crece casi ininterrumpidamente, hasta alcanzar un punto máximo durante los años de la Segunda Guerra, produciéndose a partir de entonces una tendencia bajista significativa. Es por esta razón que al período comprendido entre 1940 y 1960 se lo considera, en general, como de “estancamiento agrario”.

Respecto a las causas que habrían generado este proceso de estancamiento, varias son las perspectivas de los análisis realizados. Políticas internas del peronismo, particular situación del sector externo, reducción de la mano de obra y desfasaje tecnológico, régimen de tenencia de la tierra, persistencia del tipo extensivo de explotación y eventual carácter no capitalista empresarial de los grandes terratenientes, son los factores que mayormente se esgrimen como condicionantes del período de estancamiento.

No obstante las divergencias mencionadas, lo cierto es que la caracterización general del período incluye una importante disminución de la producción agrícola y aumento significativo de la ganadera, con una redistribución en el uso de la tierra pampeana en beneficio de ésta última actividad. Ello implica una disrupción del modelo hasta ahora vigente, que asociaba la gran estancia ganadera con los arrendatarios agricultores y que privilegiaba una explotación

extensiva y de baja capitalización, poniendo en práctica una estrategia productiva básicamente diversificadora de riesgos.

Los indicadores más relevantes de este proceso son, por un lado, la evolución del producto agropecuario nacional, que se incrementa a tasas menores que el crecimiento demográfico, y por otro lado, la pérdida de dinamismo productivo y la declinación de las exportaciones agropecuarias (BARKSKY, 1986, p. 6). No obstante, una acotación más precisa del “estancamiento” exhibe un proceso que corresponde a fenómenos productivos generados sólo en la región pampeana y que afecta fundamentalmente al ámbito de la agricultura (trigo, lino, y especialmente maíz), expandiéndose, por el contrario, la producción ganadera, lo que parcialmente contrarresta el retraimiento agrícola pampeano (Ibid, p. 6-7). Este pasaje a la ganadería como proceso compensador de la caída de la agricultura, y la supresión casi definitiva de los arrendamientos tradicionales como forma de tenencia, están manifestando no precisamente una realidad estática, sino, contrariamente, un especial dinamismo y transformación en el ámbito rural, tanto a nivel productivo como social.

En efecto, la sostenida tendencia hacia la industrialización después de la crisis de los años 30, pero particularmente luego de la Segunda Guerra Mundial, modifica de manera radical la demanda de mano de obra y la estructura de empleo, en función de la incorporación de importantes contingentes de obreros industriales a esa actividad productiva. Este proceso genera un fuerte descenso de la oferta de mano de obra en el ámbito rural, lo que incide especialmente en la agricultura, en tanto aumentan sus costos y desciende su rentabilidad.

Ante esta realidad la opción aparece como inmediata: no se cambia la forma de producción, pero sí la actividad, disminuyendo la superficie dedicada a la agricultura en beneficio de la ganadería extensiva, en función del menor requerimiento de mano de obra. En definitiva, este modelo busca un nuevo equilibrio entre niveles de producción más bajos, pero no mucho menos rentables (Ibid, p. 81).

La secuela más inmediata de esta especial situación productiva del agro pampeano es la disminución de la capacidad exportadora del país, en una coyuntura específica en la que la vitalidad del sector agropecuario es esencial, no sólo para abastecer al creciente consumo interno, sino también para la consolidación del proceso de acumulación, precisamente a través de la provisión de divisas que permitan el desarrollo industrial; y esta tendencia negativa del sector externo repercute internamente, manifestándose en la declinación de las superficies sembradas y en la ya mencionada transferencia de éstas en favor de la actividad ganadera.

El gran propietario que seguramente opta por la ganadería, trata de recuperar sus tierras arrendadas, no sólo motivado por los bajos precios de la producción agrícola, sino también por la vigencia de una política estatal de arren-

damientos rurales que impone el congelamiento de los cánones y la prórroga casi constante de los contratos, lo que se traduce en una pérdida progresiva de lo percibido en calidad de renta, en el contexto de un período altamente inflacionario (MASCALI, 1986).

Por su parte los arrendatarios ven reducido su nivel de vida, en función de los bajos precios obtenidos y de los crecientes costos de producción, lo que en parte genera la alternativa de emigrar a la ciudad, favoreciendo, así, la recuperación de tierras por parte de los propietarios.

Sin embargo, no es ésta la única vía para recobrar las explotaciones, y en este sentido, Humberto Mascali, realiza un original y relevante planteo en relación a las causas esenciales que generaron la desocupación en el sector asalariado rural: la fuerte incidencia de la crisis agrícola produce no sólo una marcada disminución en el número de explotaciones, sino que también acarrea una notable reducción del área de las mismas. En efecto, con el propósito fundamental de moderar los costos de producción, comienza a maximizarse la fuerza de trabajo familiar, prescindiendo de los asalariados, punto de partida para la profundización de la conflictividad social rural durante la década de 1940.

Ante la adversidad de la creciente desocupación de los obreros -afirma Mascali- y frente al espacio político que van obteniendo a partir de 1943, aquellos modifican "...los métodos para solicitar trabajo y es de este modo que al pedido 'pacífico' anterior, le sucede el empleo de recursos violentos. Este recurso comienza a notarse en sus verdaderas dimensiones en la cosecha fina de 1945" (Ibid, p. 54).

Ya para 1945 la concentración de poder político realizada por Perón es realmente profusa; y el proyecto socioeconómico fundado en procesos tales como el pleno empleo, la industrialización, la distribución justa del ingreso, el mercado interno y una inserción internacional que propicie el desarrollo nacional, no permite prescindir del anterior contexto del mundo agrario, con sus transformaciones productivas y su renovada dinámica social.

A nivel político el Peronismo no retarda sus respuestas en favor de aquel modelo alternativo, y en tal sentido se orientará con decisión a tratar de articularlo socialmente. No es nuestro objeto aquí la mención -sobre la base de un criterio exclusivamente cronológico- de las decisiones políticas específicas, sino la estructuración de un contexto global que permita un mayor acercamiento al conocimiento del proceso de intervención estatal. Es indudable que la intervención del Estado, si obtiene éxito respecto a los objetivos propuestos, coadyuva a legitimar al régimen político e, inversamente, si fracasa, profundiza un seguro déficit de legitimación. Y la política laboral para el sector agrario no deja de ser trascendente.

Cabe plantear entonces, si las políticas públicas agrarias del Peronismo responden a reivindicaciones y demandas emanadas de las diferentes organiza-

ciones rurales; a iniciativas del Estado tendientes a potenciar el rol regulatorio de la actividad económica -en tanto reasignador de recursos en favor de la industria-; o a una precisa estrategia electoral en los primeros años de gobierno, y al esmero por neutralizar la conflictividad social y asegurar la estabilidad y legitimidad del orden político, en los siguientes períodos. Considero que todas estas posibilidades están presentes, en lo que a política laboral se refiere, en las diferentes instancias históricas que el peronismo va recorriendo.

En general, la política económica durante las décadas de 1940 y 1950 se orienta a estructurar y profundizar un proceso de industrialización por sustitución de importaciones, sobre la base de la consolidación del mercado interno. En este contexto, la política agraria es decisiva: en primer lugar, en tanto debe propiciar materias primas baratas que coadyuven al mantenimiento de salarios reales altos y de costos relativamente bajos para la reproducción de la fuerza de trabajo; y en segundo lugar porque ha de garantizar un flujo exportador significativo, que genere las divisas indispensables para la importación de bienes intermedios y de capital para el proceso de industrialización en marcha.

Durante el período del gobierno surgido de la Revolución de 1943, en un contexto signado por la carencia de objetivos claros, se concretan algunas iniciativas orientadas al sector rural que apuntan, fundamentalmente, a tratar de amortiguar la situación de crisis generada en el ámbito agrícola. En 1944 la ahora denominada Junta Nacional para la Regulación de la Producción Agrícola intensifica el control estatal sobre el comercio de granos; entre 1942 y 1943 se legisla sobre arrendamientos rurales con una tendencia explícita hacia la rebaja de los cánones vigentes, el establecimiento de prórrogas de los contratos y la suspensión de juicios por desalojos; finalmente, y como respuesta a la presión ejercida por los arrendatarios para que se cumpla con la Ley de Colonización sancionada en 1940, se trata de dinamizar la acción del Consejo Agrario Nacional.

El conjunto de estas medidas, sin embargo, no coadyuvan a la solución de los problemas estructurales del ámbito rural, situación políticamente capitalizada por Perón.

Según Mario Lattuada (1986), la estrategia electoral de Perón en el ámbito agrario reconoció dos cauces fundamentales: en primer lugar, dar respuestas a las reivindicaciones del sector de asalariados rurales, lo que logra en parte a través de la sanción del Estatuto del Peón Rural en 1944; y en segundo lugar cubrir las expectativas de todos aquellos productores no propietarios (arrendatarios, medieros, minifundistas, ocupantes de tierras fiscales), refrendando la política del gobierno de la Revolución de 1943, principalmente la legislación que tenía que ver con los arrendamientos rurales y el proceso de colonización, al traspasar el Consejo Agrario Nacional a la órbita de la Secretaría de Trabajo y Previsión, para dar suficiente respaldo a su política agraria.

Cuando Perón se hace cargo del gobierno en 1946, se producen significativas modificaciones en la política agraria. Ya el propósito no se limita a las anteriores reivindicaciones socioeconómicas, sino que se amplía a fin de responder a "...las exigencias de un aumento sostenido de la producción agropecuaria y a una minimización del conflicto social que posibilite la estabilidad política necesaria para mantener en el poder a los nuevos sectores y grupos que habían accedido a los aparatos del Estado" (Ibid, p. 71).

Exigencias planteadas por el nuevo eje de acumulación, por las necesidades de estabilidad y de legitimidad del poder político, descollan ya como prioridades.

En una primera etapa de la política económica del Peronismo, entre 1946 y fin de 1948, el Estado a través del monopolio del comercio exterior, el manejo de la política cambiaria, el sistema de precios, obtiene la traslación de ingresos desde el sector agropecuario al industrial; y lo realiza, fundamentalmente, sobre la base de la apropiación de gran parte de la renta diferencial a escala internacional que antes quedaba en manos de los terratenientes arrendadores, y que ahora, por la combinación de aquellas medidas y la política de arrendamientos, pasa al Estado.

El objetivo del Primer Plan Quinquenal (1947-1951) es escindir la producción agraria de la exclusiva demanda externa, a través de una diversificación de la producción, para abastecer el consumo creciente del mercado interno, por un lado, y las industrias de transformación que se estaban desarrollando, por otro (Ibid,, p. 84). Para la puesta en práctica de tales propósitos, es tarea del Estado controlar los resortes económicos imprescindibles que permitan financiar el original proyecto; y en este sentido la creación, en 1946, del Instituto Argentino para la Promoción del Intercambio, se erige en un proceso esencial para la canalización de recursos desde el ámbito rural al urbano-industrial.

¿A qué sectores favorece o perjudica esta política de traslación de ingresos? Sin duda los beneficiarios directos son la burguesía industrial y la clase obrera. Pero la realidad no se exhibe tan homogénea a la hora de tener en cuenta a los distintos sujetos sociales del medio rural.

En primer lugar, es palmario que esta política perjudica a los propietarios extranjeros de los sistemas de comercialización y transporte de la producción agropecuaria, que se beneficiaban -hasta ahora- con parte de la renta diferencial obtenida por los productores pampeanos en el exterior (Ibid, p. 88).

En segundo lugar, son abiertamente vulnerados, en principio, los intereses del sector arrendador de los grandes terratenientes, en función de la permanencia de cánones congelados, de cuya renta se apropia el Estado y la transfiere al ámbito industrial, desamparando en este sentido a los productores directos sin tierra.

Por el contrario, los terratenientes capitalistas, que administran en forma directa sus propiedades, no sólo no son afectados negativamente, sino que se ven favorecidos por la mejora relativa de los precios de la ganadería, situación

a la que se acoplan -en condiciones más óptimas aún- los arrendatarios ganaderos, en tanto decrece, además, el canon por arrendamiento (FLICHMAN, 1982).

Es de destacar que la fracción de la clase dominante comprometida con la exigencia de adaptar el aparato productivo y el rol del Estado, a las prioridades vigentes de acumulación -signadas por la industrialización-, experimentará en forma reiterada los enfrentamientos y acosos de aquella otra fracción, que constantemente apeló a cauces más tradicionales; todo ello dentro de un marco en el que la dependencia respecto de la renta agraria, se manifiesta como ineludible, cualquiera sea la estrategia productiva a priorizar.

A partir de 1949 se inicia una severa crisis en el sector externo, que alcanza su punto más alto hacia 1952. Quedan entonces explícitas las limitaciones del proyecto industrializador sustentado exclusivamente en el mercado interno y en la sustitución de importaciones. En este contexto, el gobierno peronista revierte su política para el sector agrario, exigido por un requerimiento intenso de incremento de la producción agropecuaria, que permita controlar la situación de crisis externa y evite reducir significativamente los ingresos de los sectores populares. Y es a este imperativo que responden tanto las formulaciones del Segundo Plan Quinquenal (1953-1957), como el Plan Económico de 1952. Los resultados no tardan en manifestarse: mejoras en la política de precios -tanto en lo que hace al sistema, como a su nivel relativo con respecto a los precios industriales-; mayor flexibilidad del crédito oficial, que se vuelca preponderantemente hacia la producción agropecuaria exportable; mecanización de las explotaciones a bajo costo; todo ello articulado con las constantes exigencias "...de una mayor producción a través del discurso político" (LATTUADA, op.cit., p. 90).

En general, la política agraria de largo plazo se centra, especialmente entre las décadas de 1940 y 1960, en los niveles de precios agrícolas. Desde mediados de la década de 1950 adquiere mayor fuste la discusión sobre la productividad de la tierra y la modernización tecnológica. Pero lo que la política agraria comparte en estos diferentes períodos, es el reflejo de las rápidas modificaciones producidas en la estructura del poder político; sus cambios son bruscos y traducen, más que la respuesta a criterios técnico-económicos, la intensa puja en torno a la apropiación de los excedentes agropecuarios pampeanos¹.

Una evaluación general de la política agraria del período aquí estudiado autoriza a considerar como el principal objetivo explícito de la misma, el aumento creciente de la producción, en tanto no se plasman propuestas distribucionistas, orientadas a transformar estructuralmente el régimen de tenencia de la tierra.

Preocupación por la producción, la acumulación, la distribución primaria del ingreso, el pleno empleo; atención al mantenimiento del orden social, al requerimiento de la redistribución en favor de los sectores tradicionalmente más relegados, y a la necesidad de legitimidad del poder político, se constituyen en válidas alterna-

tivas fundantes, a la hora de generar las políticas públicas orientadas al agro.

No obstante, la realidad no se manifiesta tan lineal y la complejidad en la constitución de los distintos sujetos sociales agrarios, emerge como ineludible.

En el caso concreto de los arrendatarios carentes de tierra, pero que a través de contratos específicos pueden vincularse con quienes sí la poseen, las divergencias y matices en su conducta y en su lógica productiva son evidentes. En efecto, cuando los arrendatarios han podido capitalizarse, y cuentan con disponibilidades financieras adecuadas, están habilitados para actuar como *empresarios*, en tanto obtienen explotaciones según sus necesidades y pueden organizar así su empresa, de modo que el plazo contractual en sí mismo no les genera perjuicio alguno, sobre todo en lo que hace a su estabilidad económica y social.

La situación difiere cuando el arrendatario carece de los recursos imprescindibles como para neutralizar la situación de inseguridad y desequilibrio en la explotación, que potencialmente puede significar su ruina económica y hasta la desintegración social de la familia agricultora, realidad ésta cercana a la concepción más tradicional respecto a la naturaleza del arriendo como forma de tenencia.

Sin duda, la separación entre la propiedad de la tierra y del capital implica la búsqueda permanente de rearticulaciones de estos factores, a través de diversas combinaciones que cambian según la coyuntura. Así, esta peculiar situación facilita la concreción, por parte de los propietarios, de estrategias más flexibles que permiten, entre otras alternativas, desplazarse hacia la ganadería o disminuir la superficie sembrada, si la relación de precios lo justifica. Y, en el caso de los arrendatarios, da lugar a la aparición del contratista rural: propietario de maquinaria agrícola que toma tierras en alquiler, cultivándolas y dividiendo su producción con el propietario, según proporciones previamente determinadas (LOVET, 1988, p. 9-14).

2. Perfiles y Evolución de la Política Laboral durante el Gobierno Peronista

2.1. Perón y el Estatuto del Peón Rural

En 1942 se sanciona el primer estatuto específico del trabajo rural (ley 12.789) a la que se denominó “estatuto de los conchabadores”. A pesar de que desde fines del siglo XIX y comienzos del XX la producción agropecuaria y su exportación era la principal actividad económica del país, Argentina carecía de un cuerpo legal que exigiera condiciones de trabajo, estabilidad y remuneraciones en torno a la situación de los trabajadores rurales. Aunque este primer “estatuto de conchabadores” se refería específicamente a ciertas condiciones

en que debían ser trasladados y contratados los braceros del norte del país. El cumplimiento del mismo estaba a cargo del Departamento de Trabajo, de alcance nacional, con limitadas funciones, con escasos funcionarios y medios, y sin demasiada decisión política de hacerlo. Este primer estatuto tiene la importancia de que no sólo es el primero en su género sino que reemplaza de alguna manera a toda la legislación represiva de los trabajadores de campo (LUPARIA, 2001) Esta ley procuraba dar una respuesta a los problemas de distribución de braceros, de los abusos de las agencias de colocaciones y del incumplimiento de las condiciones de trabajo pactadas. Establecía condiciones adecuadas de transporte, trabajo, vivienda, alimentación, asistencia médica y farmacéutica y pago de salario de los obreros cosecheros y otros trabajadores eventuales, trasladados de una provincia o localidad a otra. Su aplicación regía en explotaciones ganaderas, mineras y forestales, aunque principalmente estaba dirigida a las grandes explotaciones, como los obrajes o ingenios azucareros. Su aplicación en la región pampeana fue relativa y vinculada a la migración de “juntadores de maíz” procedentes del norte, aunque sentó antecedentes para otras leyes y decretos (ASCOLANI, 2008).

Las únicas leyes, de alcance nacional, que amparaban a los obreros del campo eran las referidas al pago de salarios en moneda nacional y la que incluía a los obreros empleados en máquinas agrícolas dentro del régimen de la ley de accidentes de trabajo, pero lejos estaban de contemplar sus esenciales necesidades, la legislación sobre salarios o condiciones de trabajo y, menos aún, las que pudiesen regular las organizaciones sindicales agrarias.

Las condiciones de vida imperantes en el campo distaban de ser buenas: vivienda, higiene, salud, asistencia social, transportes, escuelas, dificultades para la comercialización de los productos y consecuentes beneficios para los intermediarios, bajas ganancias y salarios. Las causas determinantes se relacionaban con los errores consecutivos de la política agraria: llegada ya la hora del cultivo intensivo, la tierra no estaba subdividida; el acaparamiento de la tierra y la existencia del latifundio se erigían en serios enemigos para la población y la economía; las leyes de colonización, a pesar del enunciado de buenas intenciones, no se han cumplido; el sistema de arrendamientos no ofrece seguridad al agricultor, “que hoy está en un sitio, mañana en otro, siempre comenzando de nuevo su labor sin compensación de ninguna clase...los desalojos los colocan en situación de parias....no hay estabilidad para sus vidas y por ello no es posible apegarlo a la tierra”².

Estas condiciones fueron instalando en el ámbito político y jurídico la preocupación por la ausencia de una legislación inclusiva del trabajador rural entre los laboristas, siendo éste el ámbito en el que se dicta el Estatuto del Peón Rural (decreto 28.169/44), firmado por el Presidente Edelmiro Farrell y su Secre-

tario de Trabajo y Previsión, Juan D. Perón. Dicho Estatuto rige las condiciones de trabajo rural en todo el país, su retribución, las normas de su desenvolvimiento higiénico, alojamiento, alimentación, descanso, reglas de disciplina, y se aplica a aquellas tareas que, aunque participen de características comerciales o industriales propiamente dichas, utilicen obreros de campo o se desarrollen en los medios rurales. Las principales instancias se refieren a salarios, descansos, alojamiento y alimentación, higiene y vestimenta, asistencia médica y farmacéutica, vacaciones pagas, estabilidad³.

La Secretaría de Trabajo y Previsión ha estudiado este estatuto durante meses –expresa Perón en 1944- y ha hecho un estudio minucioso de la situación, realizando encuestas, viajes, reconocimientos, etc. En cada uno de los lugares para los cuales se fijaban condiciones de salarios y trabajo. De manera –prosi- gue- que no se trata de una improvisación.

Este estatuto tiende a solucionar uno de los problemas más fundamentales de la política social argentina. La situación del peón en el país es de extraordinario desmedro para los hombres que trabajan en el campo. La Constitución del 53 abolió la esclavitud, pero lo hizo teóricamente, porque no es menor la esclavitud de un hombre que en el año 44 trabaja para ganar 12, 15 o 30 pesos por mes. La vergüenza actual es de que casi medio millón de hombres estén ganando menos de 40 pesos por mes, mal cobijados, mal vestidos y mal comidos⁴

El protagonismo de Perón ya era relevante en estos años, como lo eran también la necesidad de dar respuestas a reivindicaciones acumuladas de numerosos sectores rurales no propietarios. Y en este contexto, la necesidad de una transformación de la estructura agraria y las estrategias par la captación de sectores sociales rurales y aún del reciente proletariado urbano de origen rural, los que tuvieron una importancia significativa en el triunfo electoral de Perón en 1946. La propuesta electoral dirigida a estos sectores rurales –afirma Lattuada- no se basó en las promesas orales de los discursos o escritos en la plataforma electoral del Partido Laborista, sino en una planificada estrategia electoral consistente en reivindicaciones concretas otorgadas por Perón y dirigidas a los sectores sociales rurales no propietarios; este proceso se materializó en medidas tales como el Estatuto del Peón y del Tambero-mediero, en el fortalecimiento del poder de los centros de oficios varios o sindicatos rurales, las medidas que decretaron la rebaja obligatoria del precio de los arrendamientos, la prórroga de los contratos y la suspensión de los juicios de desalojo, y en el traspaso del Consejo Agrario Nacional a la Secretaría de Trabajo y Previsión para dar respaldo a su propuesta de “reforma agraria” (LATTUADA, op.cit, p. 11).

Pero la situación comprometida en el ámbito rural no sólo era objeto de

preocupación en el ámbito estatal. También las corporaciones, y paradójicamente, la SRA mostraban su preocupación por la situación de conflictividad social en el campo. La estabilidad de las explotaciones y la intensificación de la producción requieren que el trabajo rural se realice en condiciones y en “un ambiente de tranquilidad”. En este orden de ideas, la SRA comparte la idea sobre la necesidad de promover la elevación del nivel de vida de todos los que trabajan y producen, siendo indispensable que ello se logre “.....dentro de un leal y razonable entendimiento mediante la solución pacífica y armónica de los diferendos que puedan producirse, obtenida a través de los órganos creados por la ley y sobre la base del reconocimiento de las justas aspiraciones de todas las partes”⁵.

Es que, aún puesto en práctica el Estatuto del Peón Rural, el panorama no era muy alentador. Y así lo expresa esta corporación de productores más concentrados, cuyo centro de preocupación era la eficacia en las actividades productivas.

....Las labores de siembra, recolección y transporte se han visto a menudo perturbadas por exigencias de los obreros rurales las que no siempre se ajustan a las modalidades del trabajo campesino ni consultan razones de equidad y justicia. La pretensión de que no participen en las labores rurales los hijos y demás familiares del productorhan originado un semillero de cuestiones, creando un nuevo factor de intranquilidad que ha enervado las actividades del agro y restado eficiencia a la producción....La ley sobre trabajo rural...representa una garantía en este orden de cosas para el normal desarrollo de las labores rurales....y es de esperar que contribuya a eliminar todo motivo de diferencia y fricción entre los productores y los obreros rurales, contribuyendo a que la tan anhelada pacificación social sea alcanzada.....La campaña vive en un estado de decepción e inquietud que no se puede dejar ya de contemplar. Los problemas de los productores agrarios han sido expresados en forma inequívoca en asambleas... de distintas organizaciones que los congregan. Solo falta que esa voz del campo sea debidamente escuchada y sus anhelos justamente interpretados (Ibid, p. 8-9).

3. Limitaciones de la Legislación en Vigencia

El Estatuto del Peón Rural regía solamente para los obreros estables, es decir que no incluía a la gran masa de obreros transitorios de las tareas estacionales. Dicho Estatuto fue ratificado posteriormente por la ley 12.921 y reglamentado por varios decretos. Y si bien la medida fue bien recibida por el sector directamente beneficiado, resultaba costosa y hasta conflictiva con los sectores patronales⁶, los que expresaron enérgicas protestas contra el Estatuto. Ante esta situación, Perón

trata de evitar por todos los medios convertir a este importante sector en opositores, y por dos razones fundamentales: por el caudal electoral que potencialmente podrían representar, y porque no era conveniente profundizar un conflicto entre asalariados y productores, lo que podría derivar en el deterioro de la producción pampeana, indispensable para el proyecto industrializador propuesto.

En este marco es que se dictaminan normas reglamentarias sobre el Estatuto del Peón, que entran en vigencia a partir de 1949 y cuyas principales disposiciones son las siguientes: 1. Respecto a las personas comprendidas, menciona a los obreros artesanos que trabajan en forma permanente en los establecimientos de campo, tales como carpinteros, herreros, albañiles, etc.; incluye, entre otros a los despenseros, quinteros, peones de tambo, capataces, encargados y los demás trabajadores que se desempeñen en forma continuada o en tareas de carácter permanente en establecimientos agrícolas, ganaderos o forestales. Quedan excluidos de las disposiciones del Estatuto del Peón, el personal ocupado en tareas de cosecha y otras actividades transitorias, el personal ocupado en el servicio doméstico y las personas ocupadas en tareas administrativas en los establecimientos rurales. 2.- En cuanto a las remuneraciones, los sueldos y salarios deben abonarse según normas ya prescriptas y se indica expresamente que los peones de campo tienen derecho al sueldo anual complementario. 3.- Los empleadores tienen que efectuar descuentos del 10% del sobre el importe de los sueldos o salarios que abonen en efectivo a sus peones, sumas que se depositarían mensualmente en cuentas de ahorro de la Caja Nacional de Ahorro Postal. 4.- En cuanto a las jornadas de trabajo, descansos y días feriados, si bien la jornada de trabajo se ajusta a las modalidades imperantes en cada explotación, con las pautas ya establecidas en el Estatuto del Peón, se establece que son de descanso obligatorio los días 1 y 25 de mayo, 20 de junio, 9 de julio, 12 y 17 de octubre. 5.- También se incorporan disposiciones particulares respecto al alojamiento, alimentación e higiene; asistencia por enfermedad y vacaciones por un período mínimo y continuado de descanso anual remunerado de diez a quince días, según su antigüedad en el trabajo⁷.

En tanto las normas del Estatuto del Peón no eran aplicables a los jornaleros que trabajaban durante las cosechas, el Congreso Nacional sanciona la ley 13.020, a la que nos referiremos luego, pero que, en esencia, se refiere a la fijación de salarios y reglamenta las condiciones de trabajo rural.

4. Legislación Laboral para los Sectores Rurales Asalariados o de Cosecha

El ámbito que seguía reclamando por sus derechos a través de la reglamentación de las condiciones de trabajo era el de los sectores asalariados rurales transitorios o de cosechas, los que habían incrementado su poder de negociación desde 1945, a través de los Centros de Oficios Varios, y mantenían conflictos permanentes con los productores de las unidades de producción familiar, dedicadas a la producción cerealera (LATTUADA, op.cit. p. 188-189). Estos conflictos se centraban en la disputa por la competencia exclusiva sobre determinadas labores que se realizaban en la explotación rural, entre los integrantes de la unidad de producción familiar, y los asalariados rurales transitorios o de cosecha reunidos en las “bolsas de trabajo” de los sindicatos rurales.

Los conflictos se profundizaron durante 1946, y a fines de ese año, los productores a través de amenazas de no sembrar, no recolectar las cosechas de ese momento, y las medidas concretas de la no entrega del cereal recolectado, presionó al gobierno a la adopción de aceleradas medidas para la solución de los mismos (Ibid, p. 190).

Ante esta comprometida situación, el gobierno reacciona prontamente. En primer lugar, se dicta el decreto de marzo de 1947 que contempla el derecho al trabajo familiar y a la distribución del trabajo asalariado como competencia de las organizaciones sindicales. Se trata de medidas tendientes a la regulación estatal: se fijan salarios y condiciones de trabajo; división de las funciones entre los obreros con alguna especialización (estibadores, capataces, changarines, etc.); prohibición de manejos riesgosos de las bolsas y el cereal a granes, antes frecuentes para como procedimiento ahorrador de tiempo.

No obstante, tuvo más importancia, en el contexto mencionado, la sanción de la ley nº 13.020 también de 1947, la que dispone crear la Comisión Nacional de Trabajo Rural, dependiente de la Secretaría de Trabajo y Previsión, presidida por un miembro de ésta e integrada por dos delegados del Ministerio de Agricultura, un representante de los obreros y otro de los patronos, designados por el Poder Ejecutivo, a propuesta de las entidades centrales patronales y obreras más representativas. Entre las atribuciones de dicho organismo se establecen: organizar el funcionamiento de las comisiones locales, determinar sus zonas de actividad, resolver toda la cuestión que se plantee y publicar las resoluciones de las comisiones paritarias. En cada zona se instituye una comisión paritaria compuesta por delegados obreros y patronales, por las organizaciones agrarias

numéricamente más representativas, y presidida por un funcionario de Trabajo y Previsión, preferentemente radicado en el lugar. Anualmente, con treinta días de anticipación al comienzo de las tareas rurales, cada comisión fijará las condiciones de trabajo que deberán regir obligatoriamente dentro de la región o zona en cada etapa y en cada tipo de actividad rural. El salario a destajo o jornal diario sería fijado por el Instituto Nacional de Remuneraciones, creado por la ley 12.921 –ley que ratificó y dio valor legal al Estatuto del Peón- y debe permitir satisfacer en cada zona al obrero y a su familia, sus necesidades vitales, y estar en relación con la importancia de las labores que realice y el valor del producto en el mercado interno. Además, al fijarse los salarios del personal comprendido en esta ley se disponían incluir en el monto de los mismos la parte proporcional del sueldo anual complementario⁸. Sobre la base de estas disposiciones es que se asegura a los productores el derecho inviolable de trabajar su propia explotación, empleando a los miembros de la familia que residieran y colaboraran en la explotación y al personal estable de las mismas, lo cual significaba un avance significativo a favor de lograr una “vida digna” para los trabajadores. Otro objetivo central encerraba esta legislación: eliminar los conflictos entre los sectores asalariados transitorios o de cosecha y los productores de las unidades de producción familiar que obstaculizaban el desarrollo normal del proceso productivo en estas explotaciones agrarias. Este objetivo no está manifestado explícitamente en el texto legal, pero sí se exhibe ampliamente durante la discusión parlamentaria y se concreta efectivamente en el decreto reglamentario de la ley:

Es evidente –se expresa en el ámbito de la Cámara de Diputados en 1947- que existe un malestar en las clases agrarias y que hay una perturbación en las faenas agrícolas...que debe atribuirse a la falta de normas legales, más aún en estos instantes en que las reivindicaciones sociales se manifiestan en toda su intensidad...Todas estas consideraciones demuestran la necesidad impostergable de dotar a la población rural de una legislación...en la que asegure similares derechos y beneficios a los que goza la población urbana para...evitar conflictos y desinteligencias entre patronos y obreros...⁹

Y en el decreto reglamentario de la Ley 13.020, antes mencionado, de comienzos de 1948, se consigna explícitamente que los diferendos que se susciten “no podrán dar lugar a la paralización del trabajo”.

Todas estas cuestiones estaban insertas en el discurso que se había promovido en el Plan de Gobierno de 1947-1951:

Sin bases económicas no puede existir bienestar social; es necesario crear esas bases económicas...y habremos solucionado con ello una de las cuestiones más importantes, la estabilidad social, porque el hambre es muy mala

consejera de las masas. Una riqueza podrá ser muy poderosa, pero sin estabilidad social es extraordinariamente frágil; y nosotros queremos dar al país una gran riqueza, pero consolidada por un perfecto equilibrio social¹⁰

En el Plan Económico de 1952 se manifestaban las estrategias a adoptar por el gobierno nacional, que tienen incidencia directa o indirecta sobre los conflictos del sector rural.

En primer lugar, al referirse a las medidas a tomar en materia de producción agrícola se alude expresamente a los conflictos entre productores familiares y asalariados rurales de cosecha: revisar las disposiciones sobre trabajo rural que todavía restringen el trabajo de los familiares y aquellas que impiden a los productores utilizar sus propios medios de transporte.

En cuanto al equilibrio de precios y salarios, además de establecer una concertación entre los sectores patronales y obreros, se advierte como los sindicatos jugarán un rol importante para controlar a los sectores obreros con el objeto de eliminar aquellos factores que puedan limitar la producción: en efecto, en los convenios gremiales se establecerá una cláusula garantía por la cual los obreros se comprometen a mantener sus actuales salarios mientras las fuerzas económicas respeten los precios establecidos por el Poder ejecutivo; y se solicita la colaboración de las organizaciones patronales y obreras para eliminar de los convenios de trabajo toda circunstancia que limite la producción sin causa justificada¹¹

Se expresa, asimismo, la necesidad de que todo el grupo familiar que esté en condiciones de trabajar se incorpore a la producción, y no sólo el jefe de familia, como aparentemente disponía la ley 13.020 al establecer que el salario que debía percibir el asalariado rural debía satisfacer las necesidades de él y su familia (LATTUADA, op.cit. p. 195)

En tanto grupos de obreros se oponen al trabajo de los familiares de los colonos y chacareros y exigen que trasladen su trabajo a otros ámbitos, transgrediendo disposiciones de la reciente ley 13.020, “que se opone a esta desintegración tan perjudicial para las pequeñas explotaciones”, la Sociedad Rural Argentina, las Confederaciones Rurales Argentinas, el Centro de Acopiadores de Cereales, la Confederación de Entidades de Productores de Leche, la Federación Agraria Argentina y la Federación de Asociaciones de Productores de Industria Forestal, elevan, a comienzos de 1950, un pedido conjunto al Presidente, solicitando su intervención a fin de impedir que se perturben los trabajos de la cosecha en estos momentos críticos. En efecto, llama la atención que organizaciones tan dispares respecto a sus intereses más inmediatos y tradicionales, como SRA. y FAA. se mancomunaron en este pedido a favor del trabajo familiar en las chacras.

Las entidades mencionadas abogan por el estricto cumplimiento de la Ley 13.020, con la que se consagró expresamente –según su argumentación–

en la legislación del trabajo rural el derecho del productor a disponer, con sus familiares y su personal permanente, la ejecución de las tareas de su propio predio. Estas disposiciones son esenciales para que la estabilidad económica y social del núcleo de la familia agraria no se vea seriamente conmovida.

Testimonio elocuente de ello es que esta misma presentación en que por vez primera, en los anales del movimiento agrario argentino, la totalidad de las entidades representativas de la producción rural, en sus más diversas manifestaciones, rubrican con la firma de sus representantes su coincidencia absoluta en la defensa del más amplio ejercicio del derecho al trabajo de la familia en la chacra, que consideran un principio sagrado emanado de las leyes naturales y el fundamento básico de todo ordenamiento económico y social¹²

El énfasis en resolver de la mejor manera posible el trabajo familiar en las chacras se asocia directamente con la exigencia de favorecer la producción, atemperando el problema que sistemáticamente se presentaba debido a la escasez de mano de obra en las tareas rurales.

En 1951 la SRA. se dirige a la Comisión Nacional de Trabajo Rural, solicitando se adopten medidas que permitan el libre trabajo familiar en las chacras para el levantamiento de la cosecha fina de 1950/51. Las razones causales que se exponen se articulan con la anormalidad observada en las condiciones climáticas del país durante los últimos meses (tales como sequías, heladas, mangas de langostas, según las zonas); estas circunstancias coyunturales podían tornar antieconómico levantar estas cosechas que seguramente tendrían un rendimiento pobre, para lo que es necesario tomar medidas adecuadas de previsión a fin de reducir los gastos de recolección. A título de ejemplo se señala que el solo pago de las tarifas oficiales para alquiler de máquinas cosechadoras y de los salarios para el personal de las cuadrillas, ha equivalido en el período anterior, al valor de cuatro quintales de trigo; o sea que en aquel momento no resultó conveniente cosechar lotes con esta exigua producción por hectárea. La causa que se esgrime como esencial en esta desarmonía entre rendimientos y superficie cosechada, debe buscarse en la relación "precio del trigo-costado de cosecha", que siempre tiene que admitir una diferencia mínima de beneficio para asegurar el incentivo necesario a todo productor. En este marco, una de las medidas que puede representar el mejor aporte a la solución del problema que se reiteraría, es que la Comisión de Trabajo Rural, ejerciendo sus facultades reguladoras de las condiciones de la mano de obra para las tareas del campo, adopte soluciones que sin afectar los intereses legítimos de los trabajadores, beneficie al país. Sobre la base de este diagnóstico, las soluciones que la SRA sugieren, condicionadas a las modalidades de cada región y tipo de cosecha, son particularmente

las siguientes: libertad para el trabajo familiar en las chacras; y ajuste estricto del número de hombres que forman los equipos mínimos para distintas tareas de la recolección.¹³

La despoblación del agro es por momentos alarmante, proceso comprometido si los hay en tanto la base material de la economía estaba basada sobre la explotación de la tierra.¹⁴

La ley 13.020 permitió devolver cierta cuota de poder de decisión al empresariado rural, sobre todo a través de sus representantes en las comisiones paritarias, en cuanto a los trabajos del personal transitorio, firmemente sindicalizado, de la cosecha y la estiba. No ocurrió lo mismo con los peones permanentes, comprendidos en el Estatuto del Peón Rural, en tanto el decreto siguió vigente, ampliado y consolidado en los años posteriores (ASCOLANI, 2009, p. 351).

5. Organizaciones Sindicales en el Ámbito Rural

Respecto a las organizaciones sindicales de los trabajadores rurales, comienzan a vislumbrarse luego de la Primera Guerra Mundial, las que, a pesar de su perfil precario y de la ausencia de normas legales protectoras, realizaron una activa acción a favor del respeto de los derechos de los trabajadores agrarios mediante los denominados “pliegos de condiciones”, suscriptos con la patronal, donde se establecían generalmente el reconocimiento de la actuación del sindicato -al que generalmente se denominaba como de “oficios varios”- y condiciones de trabajo y se fijaban salarios para la campaña (LUPARIA, 2001, op. cit, p.9-11).

Se organizan las asociaciones profesionales de trabajadores, que les daba fuerte impulso, más aún en el ambiente sociopolítico positivo que el país vivió a partir de 1945¹⁵. Estas condiciones favorables hacen que los trabajadores agrarios concreten, en 1947, la fundación de una entidad que los agrupara en todo el país: la Federación Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores (FATRE) en la sede de la CGT. Se dispuso, mediante el concurso de la CGT, que todas las organizaciones de trabajadores rurales y estibadores del país adherido a la misma pasaran automáticamente a integrar la nueva organización nacional. Las distintas organizaciones hicieron llegar su adhesión, procediendo a disolverse o integrarse a la FATRE. En 1948 ya la FATRE era una organización estable con filiales en todo el país y su acción se vio considerablemente aumentada en virtud de la sanción de la ley 13.020, referente a las condiciones de trabajo y salarios de los trabajadores agrarios de temporada, y por la que se crea la Comisión Nacional de Trabajo Rural y comisiones paritarias locales, y donde FATRE es el organismo representativo de las asociaciones de trabajadores agrarios que integran dichas comisiones. Se obtienen así, a partir de 1948, importantes avances, uno de los cuales es la organización de las denominadas “bolsas de trabajo” en

los locales sindicales, con carácter obligatorias (LUPARIA, 1973)

En 1952, con la asistencia de más de 600 representantes de los trabajadores rurales se realizó en Buenos Aires el congreso convocado por la FATRE. Todos los sectores de la producción agraria estuvieron representados en esta significativa asamblea: trabajadores del transporte rural, agricultores, quinteros. Allí se puso de relieve la más amplia adhesión de los trabajadores al Plan Económico de Perón y al “Plan Agrario de Eva Perón”¹⁶, sustentado por la Fundación Eva Perón, cuyo principal lema ha de ser “sembrar, sembrar, sembrar. Esta es la única manera de abaratar costos y nosotros, en un esfuerzo de corazón, vamos a intentarlo” (Ibid, p. 39).

Una consecuencia importante de esta asamblea es la creación de un organismo nacional que agrupará en lo sucesivo a los trabajadores del agro, mediante la fusión de la Federación Argentina de Trabajadores Rurales y Estibadores con la Federación Rural Argentina de Transportes. La nueva entidad se denominó Federación Argentina de Sindicatos Agrícolas (FASA), quedando constituida una comisión provisional para darle la estructura adecuada. “En este congreso se dio el magnífico espectáculo de una sólida unificación de voluntades para el trabajo, con apoyo al Plan Agrario de Eva Perón que ha de señalar una nueva etapa en la superación de nuestra capacidad productiva”¹⁷

6. El Período de la Crisis Externa de la Economía Argentina

Ya en 1949 comenzaron a percibirse los primeros síntomas de la crisis que inducen al gobierno peronista a revertir la política económica para el sector rural, creándose una serie de incentivos económicos que tendieran a beneficiar al empresario rural, con el objetivo de incrementar la producción. Y el Plan Económico de 1952 fue el ejemplo más palmario de cómo ante las necesidades de aumento de la producción, el gobierno acrecienta sus esfuerzos para eliminar los conflictos entre los distintos sectores sociales rurales que pudieran transformarse en focos potenciales de desestabilización del poder político (LATTUADA, op.cit. p196).

También el Segundo Plan Quinquenal, potencialmente vigente para el período 1953-1957, centraba sus aspiraciones en la acción agraria, enunciando aspectos relacionados con la función social de la tierra, la propiedad y distribución de la misma, el proceso de colonización, la mecanización, la industria nacional de maquinaria agrícola, las investigaciones agropecuarias y la enseñanza agraria, etc. Pero es ampliamente significativo su “objetivo fundamental”:

En materia de acción agraria, el objetivo fundamental de la Nación será procurar la elevación del nivel de vida social, material y cultural de la

población rural, consolidando el hogar campesino, estimulando la cordial armonía entre todos los participantes del trabajo ruras –productores y obreros-, bases esenciales de la economía agraria, a fin de lograr una máxima y mejor producción que satisfaga el consumo interno y proporcione convenientes saldos exportables, contribuyendo a asegurar la independencia económica de la Nación¹⁸

No obstante la situación comprometida de la actividad agraria, el gobierno avanza en la sanción de medidas que favorecen al sector. Así, a fin de 1954 se sanciona la ley de jubilaciones, indispensable, según Perón para dar cumplimiento a la previsión social en el campo, por ser allí donde es más indispensable este beneficio, en tanto el trabajador rural “cuando ha perdido su aptitud y su fuerza no puede luchar con la tierra, que es dura y tenaz para entregarse”¹⁹

La Caja Nacional de Previsión para Trabajadores rurales da a conocer las instrucciones necesarias para la correcta aplicación de la nueva ley: según la misma deben afiliarse y tienen derecho a beneficios todos los trabajadores rurales mayores de 18 años que realicen tareas por cuenta ajena, cualquiera sea como perciban la remuneración de sus servicios, sea ésta fija o variable, por tiempo a destajo, esté o no constituida o integrada por sueldo, jornal, especies, alimentos o usos de habitación; y ya sea que trabajen bajo la independencia directa de empleadores, de contratistas, subcontratistas o cualquiera otra clase de intermediarios; y ya sea que presten sus servicios en calidad de permanentes, provisorios, transitorios, por temporadas, accidentales o suplentes.

A corto plazo de haberse sancionado esta ley jubilatorio, se realiza una importante concentración de trabajadores rurales con el propósito de reconocer y agradecer a Perón esta medida que ampara al vasto sector gremial de la Federación Argentina de Seccionales Agrarias. Y en dicha ocasión, expresa Perón lo siguiente, digno de destacar, en tanto exhibe, ya al filo de su gobierno, su concepción respecto a la reforma agraria y a sus particulares estrategias, temas caros y absolutamente reincidentes en sus sus tradicionales discursos sobre el agro argentino:

... Ya en 1948 hablé de la reforma agraria, esa reforma agraria que la historia del mundo viene jalonando a lo largo de las convulsiones de la humanidad con características siempre sangrientas. Afortunadamente nosotros hemos podido realizarla sin que fuera necesario que nadie matase a nadie. Para nosotros esa reforma agraria comenzó ya en 1946 con el Estatuto del Peón, que puso en marcha la legislación agraria argentina. Ese Estatuto es la piedra fundamental de la reforma agraria argentina. Casi todas las reformas agrarias cometieron el error de encarar el problema por los que estaban menos necesitados, por los dueños de la tierra. Nosotros lo encaramos por el más humilde, por el peón que les servía. Empezamos a jerarquizar el agro, no por los generales del agro, sino por los soldados rasos del agro²⁰

7. Algunas Consideraciones Finales

La continuada tendencia hacia la actividad industrial particularmente después de la Segunda Guerra Mundial modifica la estructura del empleo y la demanda de mano de obra, dada la incorporación de significativos contingentes de obreros industriales a esta actividad. Esta situación genera un fuerte descenso de la mano de obra en el ámbito rural, lo que incide fundamentalmente en la agricultura, incrementándose sus costos y descendiendo su rentabilidad. La fuerte incidencia de la crisis agrícola produce no sólo una marcada disminución en el número de explotaciones, sino que también acarrea una notable reducción del área de las mismas. En efecto, con el propósito de moderar los costos de producción, comienza a maximizarse la fuerza de trabajo familiar, prescindiendo de los asalariados, punto de partida para la profundización de la conflictividad social rural durante la década de 1940.

Hemos recorrido en la elaboración de este artículo las más relevantes políticas públicas en torno a la cuestión laboral durante el peronismo: el Estatuto del Peón Rural, sancionado antes de la asunción de Perón a la presidencia de la Nación, y luego ratificado y reglamentado adecuadamente; la legislación que incluye a los trabajadores transitorios de las cosechas, fijando salarios y condiciones de trabajo, en tanto las normas del Estatuto del Peón no eran aplicables a este sector de la población rural; y las organizaciones sindicales que se fueron generando con disímiles perfiles, pero con una clara presencia del Estado en su gestación y dinámica.

Y sobre la base de este análisis concluimos que estas políticas públicas específicas responden a varias y entramadas motivaciones: necesidad de una particular estrategia electoral durante los primeros años de protagonismo de Perón, cuando ocupa el estratégico cargo de Secretario de Trabajo y Previsión; iniciativas del Estado tendientes a potenciar el rol regulatorio de la actividad económica, en tanto reasignador de recursos a favor de la industria, sobre todo en la primera etapa de la política económica del peronismo; y la necesidad de neutralizar la conflictividad social y asegurar la estabilidad y legitimidad política, sobre todo en los momentos más débiles de la economía a causa de la situación de crisis en el sector externo.

Tanto el Estado como las corporaciones agrarias más concentradas exhiben como mayor centro de preocupación la potencial pérdida de eficacia de las actividades productivas. Pero además, y con el propósito de eliminar los dos defectos estructurales del capitalismo –su orgánica incapacidad para evitar las crisis económicas y su insensibilidad frente a las exigencias de las clases sociales más desprotegidas–, se apela a la intervención del Estado, al que se le demanda ahora no sólo mantener el equilibrio económico general, sino también la obtención de fines de justicia social.

“Cuestión social agraria”, en tanto proceso que aglutina demandas y necesidades que emergen como problemáticas en el ámbito de la sociedad rural, derivadas de las ya mencionadas transformaciones productivas; y un Estado que toma posición frente a ello, en tanto permanece especialmente atento a poder conciliar las nuevas estrategias de acumulación con un orden político legítimo, procesos que se exhiben como fundantes de la política agraria en general en el período considerado.

Pero también -y desde una perspectiva más totalizadora- se sopesan los problemas inherentes a la propia transformación de la economía nacional. Ambos aspectos se erigen, así, en un marco legitimante del proceso de intervención del Estado, con funciones esencialmente correctivas y equilibrantes.

El interrogante que surge es el siguiente: hasta dónde este proceso de “cuestión social” en la región pampeana, centrada en el conflicto agrario, y considerado éste no necesariamente como movimientos de masas, sino incluyendo variadas formas de oposición, han propiciado el cambio o han tenido como función regular y fortalecer el orden establecido. En tanto, y ello no deja de ser paradójico, el conflicto social, si es tratado con eficacia desde el poder, pueden tender a consolidar el sistema y a quienes lo dirigen; pues vigoriza a quien combate al indicarle las reformas necesarias o, en casos más extremos, darle la oportunidad de hacer una demostración de fuerza (CARDASO, 2001, p. 221-240). Sobre todo teniendo en cuenta que en el proyecto socioeconómico del peronismo tres son los procesos que se esencialmente se articulan: la industrialización, el mercado interno y la política social, exhibida y puesta en práctica ésta última en el período preelectoral, en el texto constitucional reformado en 1949 y en la acción de la Fundación Eva Perón. En síntesis, no existe disrupción sino continuidad entre la preocupación por la situación social agraria presente a comienzos de la década de 1940 y la del período del gobierno peronista, aunque los móviles y objetivos difieran en el contexto de coyunturas socioeconómicas y político institucionales diversas.

Referencias

ASCOLANI, Adrian. *El sindicalismo rural en la Argentina*. De la resistencia clasista a la comunidad organizada (1928-1952). Buenos Aires, UNQ, 2009.

_____. *Regulaciones estatales al trabajo rural: justicia social y orden público en los orígenes del Estado asistencial en Argentina (1943-1955)*. Buenos Aires, 2008

BARSKY, Osvaldo y MURMIS, Miguel. *Elementos para el análisis de las transformaciones de la región pampeana*. Buenos Aires, CISEA, 1986

CARDASO, Pedro. *Fundamentos teóricos del conflicto social*. Madrid, Siglo XXI, 2001

FIORENTINO, Raúl. *La política agraria para la región pampeana en las últimas décadas*. Buenos Aires, CISEA, Documento n° 5, 1984

FLICHMAN, Guillermo. *La renta del suelo y el desarrollo agrario argentino*. Buenos Aires, Siglo XXI, 1982

LATTUADA, Mario. *La política agraria peronista, 1943-1983*. Buenos Aires, CEAL, Biblioteca de Política Argentina, 1986, tomo I

LLOVET, IGNACIO. Agricultura pampeana. Origen y función de los contratistas rurales. En, *El Bimestre*, Buenos Aires, n° 4, 1988

LUPARIA, Carlos. *El grito de la tierra*. Reforma agraria y sindicalismo. Buenos Aires, La Bastilla, 1973

_____. Trabajo rural en la Argentina. 5º Congreso Nacional de Estudios del Trabajo. Buenos Aires, 2001. En, www.aset.org.ar/congresos/5/aset/pdf/luparia/pdf

MASCALI, Humberto. *Desocupación y conflictos laborales en el campo argentino (1940-1960)*. Buenos Aires, CEAL, Biblioteca de Política Argentina, 1986.

Notas

1 FIORENTINO, Raúl. La política agraria para la región pampeana en las últimas décadas. Buenos Aires, CISEA, Documento n° 5, julio de 1984

2 *Revista La Chacra*, año XV, N° 180, octubre 1945, p.7

3 Los obreros con una antigüedad mayor a un año no podían ser despedidos sin justa causa. Las causales legales de despido, que excusan de toda indemnización son: daños intencionales, incapacidad para desempeñar los deberes y obligaciones inherentes al trabajo, insubordinación o mala conducta reiterada o grave, etc.

4 PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. SUBSECRETARÍA DE INFORMACIONES. El campo recuperado por Perón 1944-1951, (folleto), Buenos Aires, p.9

5 SOCIEDAD RURAL ARGENTINA, Memoria correspondiente al período 1946-1947, Buenos Aires, p. 7

6 Dentro de estos sectores "patronales" se incluían los productores y no propietarios que contrataba esa mano de obra. Ver: LATTUADA, op.cit, p.49

7 *La Res. Revista ilustrada de las carnes argentinas*. Año XVIII, Enero 1950, N° 385, Buenos Aires, p. 24.502-24.504

8 *Revista La Chacra*, año XVIII, N° 205, noviembre 1947, p. 86

9 CONGRESO NACIONAL. Diario de sesiones de la Cámara de Diputados, 1947, Buenos Aires, p. 715.

10 PRESIDENCIA DE LA NACIÓN. SECRETARÍA TÉCNICA. Plan de Gobierno 1947-1951, Buenos Aires, 1946, tomo I, p. 20

11 CONSEJO ECONOMICO NACIONAL. Plan Económico de 1952, Buenos Aires, 1952

12 *La Res. Revista Ilustrada de las carnes argentinas*. Año XVII, n° 385, enero de 1950, Buenos Aires, p.24.490-24.491

13 SOCIEDAD RURAL ARGENTINA. Anales, diciembre de 1951, Buenos Aires, p.39-41

14 En 1869 el 57% de los habitantes vivía en el campo; en 1914 el porcentaje desciende al 43% y en 1943 al 32%.

15 Mascali analiza los conflictos surgidos entre productores y trabajadores asalariados transitorios en la zona pampeana, indica el cambio de situación en cuanto al poder de éste último sector social a través de los Centros de Oficios Varios, denominación que tenían los sindicatos rurales a partir de 1945 y donde los productores debían contratar la mano de obra.

16 El Plan Agrario Eva Perón apuntaba a que la Fundación que dirigía Eva facilitara tierras, maquinarias, semillas, etc., marcando así el progreso de quienes trabajaban la tierra. El Plan de la Fundación preveía once etapas tendientes a aportar soluciones integrales para encauzar la actividad agraria. Ya en 1952 se había encarado en forma efectiva la primera de las etapas que consiste en la creación de equipos mecanizados. Ver: *La Chacra*, año XXII, n° 258, mayo de 1952, p. 37

17 Revista *Mundo Agrario*, año IV, n° 35, abril 1952, Buenos Aires, p.10-11

18 Revista *Mundo Agrario*, año V, n° 44, enero 1953, p.17

19 *Ibid*, , año VII, n° 71, abril 1955, p. 10

20 Revista *Mundo Agrario*, Año VII, n° 71, abril 1955, p. 9

**La Huelga Larga del 1960 y los Inicios de la
Crisis Terminal de la Sociedad Carbonífera
en el Golfo de Arauco, Chile**

Hernán Adrián Venegas Valdebenito

Profesor de Estado en Historia y Geografía; Licenciado en Educación en Historia y Geografía. Universidad de Santiago de Chile, 1984; Magister en Historia. Universidad de Santiago de Chile, 1989; Doctor Historia, Universidad de Huelva, España, 2009; Licenciado en Cine Documental, Universidad Academia de Humanismo Cristiano, 2010. Desempeño académico: profesor Asociado, Jornada Completa, Departamento de Historia Universidad de Santiago de Chile. Áreas de Investigación: Historia Social y política, particularmente estudios regionales Empresas, trabajo y minería. Proyectos de investigación actuales: Estudios Regionales e Historia del Tiempo Presente. La región del Bío Bío: auge, colapsos, reconversión productiva y crisis identitaria. 1948-2008. (Financiado por CONICYT, 2010-2012). Contextos, actores y espacios para una redefinición del Norte Chico, 1929-1975. Una propuesta de análisis regional. (Financiado por CONICYT, 2009-2012)

La Huelga Larga del 1960 y los Inicios de la Crisis Terminal de la Sociedad Carbonífera en el Golfo de Arauco, Chile¹

Hernán Venegas Valdebenito

I. La Sociedad Carbonífera en la Década de 1950

En 1952 se celebraron los cien años de la industria del carbón en Lota, principal centro productivo de dicho combustible. En ese momento, la ciudad de Lota albergaba a una población de 29.852 habitantes, la mayoría de los cuales habitaba los espacios urbanos de *Lota Alto* (propiedad de la Compañía Carbonífera e Industrial de Lota) y *Lota Bajo* una trama urbana de naturaleza más caótica en que se ubicaban todos aquellos trabajadores que no habían tenido acceso a las viviendas ofrecidas por la Compañía, pero además una serie de actividades que estaban en consonancia con la expansión de la población y sus necesidades (DI TELLA, 1967, p.68).

La situación era relativamente parecida en la comuna de Coronel, en que se asentaban los dominios de la Compañía Carbonífera y de Fundición de Schwager, la otra gran empresa productora de carbón.

En ambos casos –Lota y Coronel– se trató de una población que se encontraba asociada a las empresas, no solamente porque trabajaba para ellas –sus ingresos, aunque eran deficientes, dependían del desempeño de las Compañías– sino también, porque desde muy temprano las relaciones industriales habían sido edificadas a través de estrategias de paternalismo industrial cuyas trazas que seguían vivas aun después de un siglo de existencia de las actividades extractivas, y que se manifestaban en las intensiones de las empresas de controlar a los trabajadores más allá de los espacios propios del trabajo industrial (GAUDEMAR, 1981; SCRATON, 1984; SIERRA, 1990; FLEMING, 2005; CUEVAS,

2006; LÓPEZ, 2010; FORD, 2011; VENEGAS, 2011).

Hacia mediados del siglo XX, muchos de los trabajadores seguían condicionados por la entrega de vivienda; escuela y salud para los hijos; raciones de combustible, así como por los clásicos mecanismos de asistencia social, que además servían para que un dispositivo guiado por asistentes sociales interviniera en los espacios familiares de los trabajadores. En general, aunque esos componentes del **salario diferido** se habían deteriorado notablemente, junto con el nivel de los salarios monetarios, seguían actuando como un poderoso enganche para reforzar la disciplina y “lealtad” de los trabajadores, especialmente en un espacio en que las alternativas laborales eran sumamente escasas (SIERRA, 1990; LÓPEZ, 2010; VENEGAS, 2012).

A pesar de la existencia de esos vestigios de paternalismo industrial y de la pervivencia de una cultura paternalista, el nivel de vida en Lota y Coronel se había ido deteriorando inexorablemente tal como quedó manifestado en una serie de informes acerca de la situación socioeconómica de la región, ya sea en tesis de grado de abogados y asistentes sociales o en los informes de los parlamentarios relacionados con la zona. De esta manera la visión catastrófica de la vida en los minerales se acentuó a lo largo del período. No sólo se vivía mal en las habitaciones de las empresas, sino que, además, las condiciones estructurales de analfabetismo, desnutrición, mortalidad infantil o el alcoholismo pintaban un cuadro dramático de la situación local (ÁLVAREZ, 1952, DI TELLA, 1967, FIGUEROA, 1987).

A modo de síntesis, es posible decir que las poblaciones mineras de la cuenca carbonífera, a más de cien años de la fundación de la industria extractiva se encontraban en una situación agobiante desde el punto de vista de sus condiciones materiales y sociales. Esto era efectivo en el marco de una industria que iniciaba su largo proceso de estagnación. Entonces los trabajadores no sólo vieron caer sus salarios- producto de una inflación anual superior al cuarenta por ciento anual como promedio a lo largo de la década- sino porque las empresas estaban rompiendo sus resabios paternalistas en medio de su propia crisis y la intervención social del Estado distaba de ser eficiente.

2. Crisis Social y Movilización Popular

Así, las empresas carboníferas desarrollaron un intenso programa de paternalismo industrial hasta bien avanzada la primera mitad del siglo XX y alcanzaron un relativo éxito al atraer a un importante contingente de trabajadores, concentrarlos en sus pueblos industriales, fijarlos en ellos y hasta cierto punto disciplinarlos. Sin embargo, al mismo tiempo, debieron lidiar con los afanes organizativos de esos trabajadores y su adhesión a prácticas sindicales y políticas de matriz popular (VENEGAS, 2011; 2012).

Las prácticas organizacionales de los trabajadores no sólo existieron en los espacios que las Compañías pretendían controlar paternalistamente, sino que se convirtieron en poderosos adversarios de las políticas empresariales, conformándose un clásico campo de confrontación de fuerzas sociales en el que los trabajadores se encontraban “tironeados” hacia ambos polos y sistemas de alianzas (THOMPSON, 1984, p.40-41).

La actividad sindical y sus manifestaciones volvieron a fortalecerse en la década de los cincuenta y, a pesar de las serias restricciones enfrentadas a fines de la anterior y el matiz de persecución anticomunista, la actividad sindical se encontraba sumamente fortalecida, así como las expresiones de la izquierda política local. Al mismo tiempo, las vinculaciones de los sindicatos del carbón con sus pares nacionales se habían estrechado y alcanzaban su mayor expresión en los fuertes lazos establecidos tanto con la Central Única de Trabajadores (CUT), como con la Federación Minera.

3. Paternalismo en Retirada y Reflujo Estatal: el Estallido de la Crisis y la Huelga Larga de 1960

La tercera oleada de movilización social en la zona del carbón, aquella que es reconocible a fines de la década del cincuenta y principios de la siguiente, se dio en el peor escenario en que las organizaciones de trabajadores podían desempeñarse.

El domingo 27 diciembre de 1959², los sindicatos votaron sus pliegos de peticiones y al día siguiente los presentaron ante las Compañías y luego a la Junta de Conciliación Especial del Carbón³. Se intentaba con ello una nueva estrategia de lucha sindical, que permitía entre otras cosas hacer peticiones comunes como aumentos salariales cuyo nivel mínimo debía ser, de acuerdo a los trabajadores, de \$2.000 pesos diarios⁴. Los salarios promedios de obreros que trabajaban en superficie alcanzaban los 1.096 a 1.118 pesos diarios mientras los barreteros que trabajaban en el fondo de la mina alcanzaban a 1.455 pesos al día⁵, es decir se aspiraba a un aumento salarial equivalente al índice de inflación que para el año anterior había alcanzado al 38,3%.

Las empresas, por su parte, se aferraron al ofrecimiento de un diez por ciento sobre los salarios bases de los trabajadores, en consonancia con los criterios adoptados por el Gobierno⁶. Esto que ocurría en Lota sucedió también en los minerales de Coronel y Arauco, es decir en el conjunto de la región minera.

En esa misma ocasión plantearon la peligrosidad de las faenas y hasta cierto punto de vista, el carácter arbitrario de las Compañías que exponían a los trabajadores al peligro de la cesantía tal como se venía manifestando hacía meses.

Al mismo tiempo, se hacía referencia al deterioro de las prestaciones

asistenciales emanadas de las empresas, que iban desde la falta de movilización para el traslado de los trabajadores, hacia y desde las minas, hasta la deficiencia en las atenciones médicas, aunque en esta crítica también se incluía a los servicios de salud estatales.

La estrategia de los trabajadores a partir de este primer periodo fue mantener la unidad de las distintas organizaciones laborales. Esto quedó de manifiesto en las reuniones sindicales, concentraciones colectivas, pero también en las negociaciones que tuvieron que sostener directamente con las empresas y autoridades estatales, tal como ocurrió con el Intendente de Concepción Inmanuel Holger, el Ministro del Trabajo Eduardo Gomién y el propio Presidente de la República, en Santiago⁷.

Parecía que actuar colectivamente era una voluntad de consenso entre los trabajadores y así lo manifestaron muchas veces:

Hoy más que nunca la clase trabajadora esta compenetrada de la importancia de la unidad. En Lota vemos en esta oportunidad, unidos hasta con los empleados de la Compañía; esto sucede por primera vez en la historia desde que presentamos pliegos de peticiones. Pedimos a nuestros compañeros obreros, a los sectores populares y progresistas, a los profesionales e intelectuales, a los comerciantes, etc., la más amplia solidaridad con nuestro movimiento reivindicativo. Somos conscientes que para triunfar y doblegar la intransigencia de la Compañía y el Gobierno, necesitamos de la valiosa herramienta de la solidaridad nacional de todos los sectores y de la indestructible unidad proletaria (*EL SIGLO*, 18 de diciembre de 1959).

Al mismo tiempo, la alianza de los trabajadores se amplió rápidamente y desde el comienzo de la movilización se integró a dirigentes de la CUT (local y nacional), así como a los de la Federación Minera, que resultó clave en la logística que permitió a 14.500 trabajadores involucrados, y a sus familias, sostener una huelga que se proyectó por más de tres meses.

La alianza con estos actores, además se vio fortalecida por los altos niveles de agitación social que se estaban experimentando en el país a raíz de las políticas de estabilización puestas en prácticas por el gobierno del Presidente Alessandri en concordancia con su orientación liberal y las “recomendaciones” del FMI que se habían planteado desde la primera mitad de la década (Ver SIERRA, 1969; FFRENCH-DAVIS, 1973; KLEIN SAKS, 1958).

A mediados de enero las dirigencias de los trabajadores siguieron defendiendo la legitimidad y legalidad de la presentación de los pliegos en forma colectiva, discutiendo la postura del Gobierno que dio el favor a las Compañías prohibiendo la acción concertada de los trabajadores, tanto como lo había hecho la Junta de Conciliación Especial del Carbón, denunciando en este sentido la cercanía de criterios que expresaban las empresas y los organismos arbitrales

La gerencia de la Compañía Minera de Lota ha usurpado el poder que corresponde a la Junta de Conciliación y Arbitraje de calificar de ilegal el pliego único de peticiones, presentado por los trabajadores del subsuelo el 28 de diciembre y que atañe a 6.500 obreros de la Cía. Carbonífera Industrial de Lota, más de 700 empleados de la misma y 280 obreros de Refractarios Lota Green (*El SIGLO*, 10 de enero de 1960).

Desde mediados de enero el conflicto pareció agudizarse. Entonces La Junta de Conciliación Especial del Carbón declaró ilegal el pliego único de los sindicatos de trabajadores de Lota, lo que significaba su archivo y la reanudación de las conversaciones sólo si se presentaban pliegos por separado. La determinación de la Junta no hizo más que anudar la solidaridad de los trabajadores del carbón, los que recibieron el apoyo de dirigentes de la CUT y de sindicatos de importantes empresas de la región como el de Huachipato, la mayor empresa siderúrgica chilena que se encontraba emplazada en la misma provincia. Sin duda lo que más preocupaba a las Compañías era la peligrosa cercanía entre obreros y empleados a partir de la negociación conjunta. Es evidente que la diferenciación de estas categorías de trabajadores no hacía más que debilitar el movimiento laboral y había permitido que las Compañías contaran con un poderoso aliado entre los trabajadores de cuello y corbata.

Naturalmente el rechazo de las propuestas de los trabajadores motivó la reacción de los mismos, aunque todavía siguiendo un planteamiento relativamente conciliador tal como quedó expresado en los acuerdos de las asambleas sindicales realizadas en esas semanas. Así, por ejemplo, en la celebrada el 19 de enero las dirigencias y sus bases acordaron, protestar ante el Ministro del Trabajo por las maniobras dilatorias de las Compañías que habían desahuciado los pliegos de peticiones. Al mismo tiempo, avanzaban en su radicalización al anunciar un "paro de advertencia" de 24 horas, para rechazar "rotundamente" los aumentos salariales de 10%; respaldar a los dirigentes mineros en las negociaciones y anunciar que si el tema no era resuelto antes de 15 días se votaría la huelga legal.

Además, la asamblea de trabajadores resolvía una política de difusión de su problemas desarrollando una estrategia para pedir a los parlamentarios "progresistas" intercedieran a favor de su causa y a la prensa local - pero también en la ciudad de Concepción y la capital - para que los sacara del aislamiento mediático⁸.

Mientras eso sucedía, el Gobierno realizaba operaciones para evitar una crisis energética por el desabastecimiento de combustible. Entre otras medidas permitió la compra de 30.000 toneladas de carbón norteamericano, lo que fue considerado como una doble afrenta por los mineros. Se trataba de una incongruencia que, por una parte, se hicieran esfuerzos enormes para colocar 50.000 toneladas en el mercado argentino y abrir así una veta exportadora y, por otra, se comprara carbón externo en circunstancias que el problema principal de la

minería chilena era la estrechez del mercado nacional⁹.

A fines de enero se llevó a cabo una nueva asamblea pública, realizada esta vez en la plaza Chillancito de la ciudad de Lotaque, de acuerdo a las diversas fuentes, congregó a más de 7.000 personas. En ella hablaron los principales dirigentes, entre ellos Isidoro Carrillo Presidente del Sindicato Minero de Lota, Víctor Manuel Castillo, Presidente del Sindicato de empleados, además de dirigentes de la CUT y la Federación Minera, participando asimismo prácticamente todos los demás sindicatos involucrados en el conflicto.

La reunión era importante pues la movilización había logrado atraer a una serie de medios de prensa y porque en una improvisada tribuna participaban los parlamentarios Humberto Martones (Senador) y los diputados Enrique Rodríguez, Partido Democrático (PD); Albino Barra, Partido Socialista (PS) y Humberto Henríquez, Partido Radical (PR). Al que se agregó más tarde Tomás Pablo, Senador por la Democracia Cristiana. El interés de estos parlamentarios ayudó a colocar el problema del carbón en la agenda de los cuerpos legislativos y, al menos, se debatió en búsqueda de una solución tanto de la situación empresarial como de la afligida situación de los trabajadores.

En la primera semana de febrero, es decir un mes antes de declararse la huelga, los dirigentes mineros se trasladaron a Santiago para establecer contactos directos con los máximos ejecutivos de la empresa, reuniéndose con Guillermo Videla Lira, gerente general de la Compañía. Este hito es importante pues demuestra la voluntad de los trabajadores de seguir el camino de la negociación y los acuerdos y evitar un conflicto prolongado difícil de sostener. Casi una semana después la Cía de Lota aceptó discutir los petitorios, pero al mismo tiempo las negociaciones, - a pesar de que se mantuvo una importante unidad entre obreros y empleados- se hicieron por separado. Con todo, la delegación obrera:

...planteó la inmediata discusión del pliego presentado a la Compañía el 28 de diciembre que, en síntesis, solicita: salario mínimo de dos mil pesos diarios para todos los obreros de la industria: aumento de un 50% en los tratos, bonos y tareas; asignación familiar igual a la de los empleados particulares; asignación de arriendos de 15 mil pesos mensuales; aguinaldo de Pascua de 10 mil pesos y numerosos otros mejoramientos económicos y sociales hasta completar cincuenta puntos (*EL MERCURIO*, 9 de febrero de 1960).

Unos días más tarde, los trabajadores habían condensado sus demandas en 21 aspectos de carácter general, además de peticiones específicas de cada uno de los sindicatos relativas a sus condiciones particulares.

Así, se puede decir que el conflicto tardó 42 días solamente para lograr que las partes se sentaran a la mesa de negociaciones. Éstas se centraron en los aspectos señalados en la cita anterior y se agregaron temas relativos a las inde-

minzaciones por accidentes laborales; cuota mortuoria ampliable a hijastros y hermanos sin distinción; gratificaciones por feriados y una escala de feriados que aumentara en relación a los días realmente trabajados a lo largo del año.

Gran parte de esa discusión estuvo asociada al análisis que los propios trabajadores y sus aliados sindicales hacían del desempeño económico de la empresa basado en el estudio de sus ejercicios contables y balance anual.

En la última semana de febrero tanto los obreros de la Compañía Carbonífera y Fundición de Schwager, como el sindicato de desempleados siguieron el mismo camino, es decir, limitaron sus peticiones a 10 puntos para favorecer el entendimiento, lo que habla de la voluntad de los trabajadores de avanzar en las negociaciones. Sin embargo, a raíz de la imposibilidad de llegar a acuerdos con la Junta de Conciliación Especial del Carbón los operarios de la Compañía solicitaron el pase legal para la huelga, a partir de cuyo momento se tenían 20 días de plazo para proceder a votarla y hacerla efectiva¹⁰.

A principios de marzo los obreros de Lota y Coronel declararon la huelga a la cual se agregaron más tarde, prácticamente todas las industrias dedicadas a la producción de carbón de la zona. Además, fueron obligados a negociar fuera del espacio natural de operaciones y debieron viajar en innumerables ocasiones para entrevistarse directamente con los representantes empresariales, secretarios de Estado y con el propio Presidente de la República en la ciudad de Santiago. Y si bien el clima de efervescencia afectaba a otros núcleos importantes de obreros, las movilizaciones del carbón recibieron enormes muestras de solidaridad. Sobre todo porque la huelga adquirió características de dramatismo, primero porque se prolongó por casi tres meses en que los trabajadores debieron soportar situaciones extremas, no sólo por la falta de recursos, sino por cuestiones circunstanciales como los terremotos que asolaron la región minera los días 21 y 22 de mayo (los más violentos de la historia contemporánea de Chile); por la situación aislada en que quedaron y por la presión recibida desde la autoridad que apelaron a su patriotismo para retomar las actividades productivas, sin condiciones, después de los movimientos telúricos. A todo esto se agregaba el deterioro de las prestaciones paternalistas, a las cuales los trabajadores estaban acostumbrados.

La falta de alimentos y las malas condiciones de existencia obligaron a evacuar a una parte importante de los niños hacia Santiago u otros lugares de recepción. Así, cientos de niños viajaron, incluso antes de que los terremotos agudizaran la situación por el derrumbe o deterioro de la mayor parte de viviendas¹¹.

En los primeros días de junio, la resistencia de los sindicatos parecía estar agotada, el terremoto había desviado la atención hacia otras víctimas y los recursos, incluso los de naturaleza solidaria, habían empezado a escasear. Luego de casi tres meses de paralización, de desgaste, de esfuerzos enormes, con un gran sacrificio personal y de sus familias, los trabajadores debieron aceptar los términos de la

negociación, por lo que sus logros estuvieron muy por debajo de las expectativas¹².

Un magro 17% de aumento salarial, para un año en que la inflación había superado el 38,6%¹³ era el indicador más palpable de la derrota obrera, pero además la pérdida de fortaleza del movimiento sindical y el desgaste después de una movilización tan prolongada. La que había incluido esfuerzos titánicos para llamar la atención de las autoridades y del país, tal como quedó ejemplificado por la marcha de los mineros y sus familias desde los distritos mineros hasta la ciudad de Concepción situada a 50 kms. de distancia¹⁴. A lo largo de los tres meses de huelga, obreros y empleados no solamente debieron enfrentar las intransigencias de las empresas, sino también las de un Gobierno que, empeñado en sus propuestas de estabilización, se jugó por detener el avance inflacionario congelando los salarios de los trabajadores.

Con todo, el episodio deja ver que se trataba del inicio de un largo proceso de declinación de este sector productivo, manifestado en los primeros procesos de desvinculación masiva de mineros. Al mismo tiempo, quedó en evidencia que los mecanismos para la resolución de los conflictos se trasladaron fuera del ámbito regional, lo que intensificó la imagen y la sensación de la región del carbón como una zona sometida a la marginación, de la cual la pobreza era su signo más evidente. Entre tanto las empresas se afanaban por intervenir directamente en los dispositivos productivos y habían trasladado, como responsabilidad del Estado, la mayor parte de las estrategias vinculadas a la reproducción de la fuerza de trabajo.

4. Los Trabajadores Mineros y el Campo de Fuerzas Societales

Como en otros conflictos los mineros del carbón buscaron establecer alianzas dentro de su propio ámbito social, pero al mismo tiempo intentaron sensibilizar a otros actores sociales e instituciones que eventualmente podían solidarizar con su causa. De un modo inverso, debieron hacer frente a una serie de factores adversos que los desafiaban abiertamente o subvaloraban sus dificultades en defensa de "intereses superiores", como los de la Nación.

En el primer sentido, los mineros del carbón trataron de estrechar alianzas entre sus propias filas, pero luego abrieron su interés hacia otros trabajadores organizados o no; partidos políticos; representantes de esos partidos en los órganos legislativos y, finalmente, entre los medios de prensa que podían dar más cobertura y sensibilizar a los distintos actores en relación a sus demandas.

A lo largo de estas páginas ya ha quedado clara la fortaleza de la unidad de los trabajadores expresadas en la acción conjuntas de sus directivas sindicales y la masiva participación en las acciones colectivas, huelga, meeting y marchas de carácter simbólico. Tampoco merece dudas el apoyo suscrito desde

los inicios del conflicto por parte de las organizaciones de trabajadores a nivel nacional y local, representadas fundamentalmente por la Central Única de Trabajadores y por la Federación Minera. En ambos casos la solidaridad y el apoyo incondicional se manifestó a lo largo del conflicto, involucrándose sus dirigentes en los intentos de solución de las demandas populares. Fueron varios los dirigentes, tanto de la CUT como de la Federación Minera, que se incorporaron directamente en las negociaciones y ayudaron a construir una representación del mundo minero. Buenos ejemplos de ello corresponden a las acciones de Galvarino Melo y Carlos Cortés Díaz, Secretario General y Subsecretario General de la Federación Minera, respectivamente.

Cortés, entrevistado por un medio de prensa afirmó "En la zona se advierte un negro panorama de hambre, miseria, desnutrición, dolores, persecución. Es lo mismo que ocurre en el resto del país, y, particularmente en el salitre, cobre, hierro, etc. Los patrones hacen y deshacen con los trabajadores. No les pagan lo que corresponde, atropellan las leyes, hay inseguridad industrial" (*EL SIGLO*, 30 de enero de 1960).

Sin embargo, el éxito de las demandas obreras estaba asociado también a su capacidad de interpelar a otros actores de la sociedad chilena y para ello debían, además de contar con el auspicio de los aliados tradicionales, ampliar esas alianzas hacia otros actores para que solidarizaran en la solución de los problemas que los afectaban.

El campo natural de alianzas, estuvo dirigido a las colectividades de, principalmente a los partidos componentes del Frente de Acción Popular (FRAP) y a sus dos integrantes más importantes, el Partido Comunista de Chile (PCCh) y el PS. Naturalmente eso incluía a los parlamentarios de las organizaciones y a los dirigentes de las ramas sindicales asociadas. No fue casualidad entonces que figuras como Santos Leoncio Medel, ex Alcalde de Lota y dirigente del PCCh, expresara que la causa de los mineros de Lota era la causa de todos los trabajadores, agregando:

Para ellos no hay estatuas ni placas de bronce recordatorias. Estos hombres no dejaron riquezas ni en Santiago ni en Valparaíso, solo tienen algunos metros cuadrados en el cementerio de Lota que ya cubre varias cuadras.

El mejor homenaje para estos mineros es la solidaridad, la solidaridad concreta y palpable de cada sindicato, de cada federación, de cada trabajador. Su lucha es la lucha de todos los asalariados contra el cerco gubernativo patronal a favor del 10 por ciento. La Federación y la CUT son los pilares de esta noble causa de la solidaridad con el carbón. Los mineros - termina diciendo Medel - son el despertar de todos los trabajadores, son el signo de unidad y de aliento en la solidaridad y en el combate (*EL SIGLO*, 1 de mayo de 1960).

Prueba de ese apoyo fue la presencia de dirigentes del PCCh en múltiples circunstancias durante el conflicto, incluyendo las más vistosas, entre las cuales destaca la presencia del Secretario Nacional de la colectividad, Luis Corvalán Lépéz, encabezando, junto con los dirigentes mineros, de la CUT y la Federación Minera, la legendaria marcha que la comunidad carbonífera realizó, el 12 de mayo de 1960, entre los distritos mineros y la ciudad de Concepción.

Menos esperada era, sin embargo, la capacidad que tuvieron los mineros de atraer a actores institucionales. Llama la atención el importante apoyo que lograron concitar de parlamentarios ubicados más bien al centro del espectro político o que militaban en colectividades difíciles de situar. Cabe mencionar, por ejemplo, al senador Humberto Martones, del Partido Democrático Nacional (PADENA) que participó en sendos alegatos en defensa de los intereses mineros, acusando a las Compañías de adulterar su estado de situación para evadir los compromisos con los trabajadores. Particularmente duro fue el áspero debate sostenido con Pedro Poklepovic, senador y, al mismo tiempo, miembro del directorio de la Compañía Carbonífera e Industrial de Lota, quien asumió cínicamente la defensa de la empresa¹⁵.

Pero además se manifestaron proclives a hacer causa común a favor de los mineros del carbón senadores como Blas Belloglio, agrario laborista, luego miembro del Partido Nacional Popular; Rafael Tarud, agrario laborista, luego elegido senador como independiente de izquierda; Humberto Aguirre Doolan, senador radical, Presidente del partido en los momentos que se producía el conflicto. Todos ellos elevaron su condena a la situación de los trabajadores y la intransigencia del Gobierno.

El entonces Presidente de la Democracia Cristiana chilena (Patricio Aylwin) solidarizó también con los mineros en conflicto, con motivo de las presiones sufridas por éstos luego de un par de meses de huelga

Hay quienes se han atrevido a calificar de antipatriótica la actitud de los obreros porque no vuelven incondicionalmente al trabajo con un reajuste del diez por ciento. No habría acaso igual o mayor razón para calificar de esa manera a las empresas que se colocan en actitud intransigente? Es necesario conocer la irritante miseria en que viven los obreros del carbón para darse cuenta de la justicia que les asiste. Por qué han de ser precisamente ellos quienes sacrifiquen sus necesidades esenciales en aras del bien común? Si la patria es verdaderamente una comunidad nacional (...), No es moralmente admisible que esta desgracia, que afecta más que a nadie a los pobres, sirva de pretexto para imponerles nuevos sacrificios, mientras los sectores afortunados se preocupan de sus negocios (*EL SI-GLO*, 1 de junio de 1960).

La prensa constituyó sin duda el espacio en que quedó mejor plasmada las visiones de apoyo o rechazo a las iniciativas de los trabajadores del carbón. En un primer momento esas expresiones fueron planteadas en un tono de neutralidad, en un estilo más bien noticioso, pero en un muy corto tiempo se convirtieron en planteamientos en que no sólo se discutía la situación de los trabajadores, las empresas y el conflicto, sino que se les interpretaba en un marco más complejo, convirtiéndolas en parte de una controversia que discutía en torno a un modelo sociopolítico más amplio. En el caso particular de *El Siglo*, órgano de prensa del PCCh, esa discusión se compadecía con su declarada lucha anticapitalista. Así, *El Siglo*, pero también *El Sur* sirvieron de plataforma para difundir "los sucesos del carbón". Ambos periódicos cubrieron ampliamente el conflicto. El primero por las vinculaciones del PCCh con los sindicatos mineros y las organizaciones sindicales y el segundo pues se trataba de una de las principales publicaciones de la ciudad de Concepción, capital de la provincia en que se emplazaban los centros mineros.

Es evidente que la lectura que hizo *El Siglo* fue proclive a la propuesta obrera y de denuncia de lo que consideraba abuso patronal y rigidez del llamado "gobierno de los gerentes". A lo largo del conflicto *El Siglo* fue construyendo una imagen de los mineros y su movimiento en que se reforzaron varias ideas claves. En primer término la *unidad y fortaleza combativa* de los trabajadores y sus grupos familiares y la disposición para resistir lo que llamaban la ofensiva patronal. De la lectura de la publicación se desprendía que la mayoría de los mineros estaba con la movilización y que además su propuesta estaba signada por un fuerte sentido solidario. Así, el órgano del PCCh podía afirmar que "Los trabajadores del subsuelo pasando por sobre las amenazas del representante del Gobierno, Ministro Eduardo Gomién, y contando con la solidaridad de todos los trabajadores del país, lucharan férreamente unidos por la conquista de sus peticiones"¹⁶. La solidaridad no se planteaba como una cuestión meramente simbólica, sino que se expresaba en los hechos en una serie de actos que iban desde la participación en las reuniones con las autoridades, las reuniones sindicales ampliadas con representantes no carboníferos, los paros parciales en apoyo de la causa del carbón y, especialmente, la ayuda concreta en dinero, víveres y hasta en la evacuación de los hijos de los mineros de la zona en que se estaba materializando el movimiento huelguístico¹⁷. *El Siglo* resaltó en la construcción de su relato estos hechos y los dotó de un profundo carácter emotivo, especialmente en lo que se refería a las ayudas entregadas por organizaciones laborales o de los gestos humanitarios de iniciativas individuales a favor de los obreros movilizados.

Del mismo modo, se insistió en desenmascarar la cercanía que habían alcanzado las Compañías Carboníferas y el Gobierno. Entre otras cosas, según el medio de prensa, porque los dueños de las empresas y sus cuadros adminis-

trativos provenían del mismo sector social y porque, el Gobierno tenía un fuerte componente empresarial, toda vez que el Presidente de la República había sido el máximo representante de la Confederación Nacional de la Producción y Comercio y presidente de la principal Compañía productora de papel en Chile, uno de los monopolios industriales más importantes a nivel nacional.

Dada las características asumidas por el conflicto y el dramatismo de la situación, el periódico puso énfasis en lo que suponía atributos de la “clase obrera” representada por los mineros carboníferos y realzó también el significado de su lucha en el marco de análisis que suponía la crisis del modelo capitalista.

Así, los trabajadores estaban dotados, en palabras del medio de prensa, de una serie de atributos que realizaban su capacidad de lucha, su solidaridad y la idea de encarnación del carácter heroico del movimiento obrero, que era capaz de enfrentar con decisión a los sectores de la burguesía empresarial. Si bien eso podía ser cierto, era exacerbado por el diario como un ejemplo a seguir por los trabajadores del país, trasladando ese escenario a la lucha que la clase trabajadora debía asumir, en el plano nacional, en contra de la tecnocracia derechista que constituía la administración del Presidente Alessandri.

5. El Frente Adverso

Así como los mineros del carbón fueron capaces de sostener alianzas con el conjunto del mundo de los trabajadores e incluso ampliarlas hacia otras esferas políticas y sociales también debieron hacer frente a una compleja gama de actores y factores adversos.

En primer término las Compañías que los acusaron insistentemente de contaminar su causa con las del comunismo antidemocrático. Evidentemente las empresas reforzaron esa lectura, pues ello les permitía ganar apoyo entre aquellos sectores que hacían de la causa anticomunista su principal línea de acción.

Al mismo tiempo, los voceros empresariales se ampararon en las falencias económicas de las empresas, que en general podían ser consideradas como verdaderas, pero que habían sido abultadas por las Compañías para recibir el apoyo Estatal y para diferir las mejoras salariales de los trabajadores. Por lo menos así se desprende del análisis de los balances de las Compañías¹⁸.

Desde el punto de vista institucional, el mayor escollo para los intereses del movimiento social fue la actitud asumida por el Presidente de la República que, incluso antes de iniciado el conflicto, estaba decidido, y así lo difundió, a detener la espiral inflacionaria. Esto suponía evitar alzas salariales por sobre el diez por ciento, especialmente si se trataba de rubros que propagaran el crecimiento de los precios en otras actividades productivas o de servicios.

En abril de 1960, el Presidente declaró a los obreros del carbón que no

estaba dispuesto a lanzar al país a un nuevo ciclo inflacionario. Alessandri manifestó en esa ocasión, según lo consignado en *El Mercurio*, que el Gobierno estimaba que los reajustes de salarios debían ser responsabilidad de las empresas involucradas, pero en el caso particular de las Compañías la situación era delicada pues sus utilidades estaban comprometidas en el pago de los créditos suscritos, con el aval del Estado, frente al Banco Internacional. Ante la incapacidad de utilizar los recursos empresariales se transfería la responsabilidad al Estado, alimentándose así la espiral inflacionaria¹⁹.

Al igual que *El Siglo*, *El Mercurio* de Santiago – aunque de un acentuado registro derechista- se interesó por el conflicto del carbón y siguió su derrotero a lo largo de los más de tres meses que duró la huelga. Si bien la propuesta de *El Mercurio* se mostraba en términos aparentemente neutros construyó una visión interesada de los sucesos del carbón, particularmente influenciada por la necesidad de apoyar las iniciativas del gobierno en pos de la estabilización de la economía nacional.

El Mercurio mantenía una estrecha vinculación con los círculos empresariales y las posturas monetaristas de algunos economistas chilenos y si bien siguió una línea editorial que suscribía los criterios del Presidente Alessandri, también lo hacía de mutuo propio con propuestas que ya había exhibido en ocasión al experimento que significó la aplicación de las recomendaciones de la Misión Klein Saks en Chile, bajo la presidencia de Carlos Ibáñez (CORREA, 1985).

Así, si bien *El Mercurio* se mostró preocupado por la situación de los mineros y sus familias, al mismo tiempo brindó espacios en sus páginas para criticar directa o indirectamente las proximidades izquierdistas del movimiento de trabajadores. Por ejemplo, brindó acogida en sus páginas a la declaración de un grupo de empleados conservadores agrupados en “La Asamblea Diego Portales de la Organización Nacional de Empleados Conservadores”, que cuestionaba en primer término la legitimidad representativa de la CUT y de la influencia comunista-socialista que la dominaba, y por cierto, la politización de los conflictos laborales.

Al mismo tiempo, el medio asumía una posición de crítica más directa al hacerse parte de cargos similares, pero además asumiendo un carácter más “científico” en el análisis de los problemas. Así, en uno de sus editoriales afirmaba:

Los movimientos obreros tienden siempre a encontrar su punto de apoyo en aquellas actividades en que existen condiciones más difíciles. Mundialmente se reconoce que la explotación del carbón, a pesar de las reformas técnicas y sanitarias introducidas en las minas, es una de las más penosas. También es sabido que este combustible ve cada vez más estrechados sus márgenes de colocación por la competencia de otras fuentes de energía (EL MERCURIO, 19 de abril de 1960).

El problema del carbón no solamente podía ser atribuido a condiciones intrínsecas de ese rubro minero en cualquier parte del mundo, sino que además respondía a condiciones “estructurales” de la economía chilena. Ambas situaciones creaban el marco ideal para la agitación social impulsada por actores políticos capaces de permear las actividades sindicales desde fuera del movimiento.

La agitación obrera era vista como la herramienta de la CUT para promover sus propios intereses, y los trabajadores y sus familias las víctimas de una movilización sin sentido, sobre todo si se atendían las verdaderas causas del problema

Los obreros de Lota no tienen la culpa de que los dirigentes santiaguinos continúen engañándolos con la martingala de aumentar los sueldos y salarios en el mismo porcentaje en que subió el año anterior el costo de la vida; ellos no comprenden que las empresas en que trabajan carezcan de utilidades suficientes para aumentar sus costos de mano de obra en 40 por ciento, y que deban entonces subir el precio del carbón para salvarse de la pérdida y del cierre de las minas; y no lo comprenden porque la CUT, lejos de explicárselo, les repite que se mantengan firmemente en huelga y que verán, al fin, que los capitalistas ceden y los trabajadores obtienen lo que consulta el pliego único (*EL MERCURIO*, 19 de abril de 1960).

El Mercurio, se mostraba confiado en que la convicción de que la gran mayoría nacional entendería el espíritu de sacrificio que demandaba la iniciativa del Presidente y que la estabilidad monetaria, y por tanto el desempeño de las empresas y hogares, sólo sería posible si los reajustes se mantenían en límites adecuados y cubiertos con las utilidades de las empresas. “En esta pugna prevalecerá el buen sentido y se detendrá la avalancha” inflacionaria.

Mañana, cuando se decida la huelga de las minas del carbón dentro de la línea de contención económica que el Gobierno sigue, los agitadores se escurrirán y tratarán de cumplir su cometido antisocial en otro campo. El balance de miseria no lo saldarán ellos con las risibles colectas que llevan a cabo para alentar a los huelguistas (*EL MERCURIO*, 19 de abril de 1960).

Con todo, enfrentar a las poderosas Compañías mineras, hábilmente relacionadas con un Gobierno de marcada orientación liberal y a una prensa cuyo representante más conspicuo era *El Mercurio*, fue quizás el escenario menos favorable para defender las demandas obreras. Especialmente en el marco agravado por una crisis de larga duración de ese tipo particular de minería.

Conclusiones

Hacia fines de la década de 1950, la sociedad de las ciudades de Lota y Coronel había vivido más de cien años asociadas al mundo carbonífero, el que parecía entrar definitivamente en crisis, aunque sus actores no pudieran percibir la magnitud de la misma. La crisis se manifestaba a través de varios indicadores y así quedó demostrado. Por una parte, la industria había entrado en un proceso de crisis estructural que ni las propias Compañías pudieron conjurar a tiempo, a través de tardíos intentos de modernización tecnológica, en un esfuerzo orientado a mejorar su desempeño productivo y a hacerse menos dependiente del componente laboral. La mecanización como instrumento de control y dominación se había incorporado demasiado tarde como para producir efectos sustantivos en ese ámbito minero.

Habían entrado definitivamente en crisis, también, los resabios del paternalismo industrial (en su variante burocrática o liberal) y los Departamentos de Bienestar disminuyeron la intensidad de su intervención circunscribiéndola a administrar los escasos beneficios que las empresas seguían brindando, u orientaron su actividad en función de articularse con un sistema estatal de previsión que había asumido, con todas sus imperfecciones, la función de resguardo de la reproducción de la fuerza de trabajo. Como haya sido, la desaparición de esas prácticas debilitó aún más las condiciones de vida en los minerales carboníferos, mientras que la cultura paternalista siguió estando presente como telón de fondo de las relaciones establecidas por los trabajadores con las empresas, los sindicatos o el Estado.

La crisis de 1960, simbolizada por la Huelga larga de ese año es una manifestación de que los empresarios habían encontrado en el Estado un intermediador de los conflictos y que, por lo mismo, la resolución de ellos rebasó el ámbito local y debió dirimirse en las esferas del poder central, sobre todo en momentos en que el Estado nacional había asumido en sus manos un programa de modernización capitalista, vía industrialización.

En esas circunstancias, los mineros del carbón debieron extremar sus acciones para establecer alianzas más amplias, no solamente entre los trabajadores locales y mineros, sino que entre un conjunto más variado de actores nacionales que incluía las federaciones sindicales, comerciantes, campesinos, partidos políticos y sus representantes en las cámaras del parlamento. Al mismo tiempo, debían encontrar en la prensa una caja de resonancia para pregonar los males que les afectaban y reclamar soluciones.

Como es evidente, la contrapartida de ello fue la aparición de un frente adverso, representado por las Compañías y a veces el propio Estado, preocupado más bien por recuperar los equilibrios macroeconómicos que velar por los intereses de un grupo de trabajadores que, de acuerdo a las Compañías y gobernantes, se dejaban influenciar por la predica comunista, en una zona en

la que la línea de flotación de la actividad productiva estaba a punto de zozobrar. En ese escenario, una huelga de casi tres meses agotó la resistencia de los mineros, que además fueron castigados por desastres naturales que terminaron por desviar la atención desde su situación catastrófica a la que azotaba a todo el sur de Chile. A pesar de que intentaron seguir resistiendo, los días de gloria del movimiento social en la zona del carbón ya había pasado y no iban a regresar sino hasta 1970, pero entonces las circunstancias fueron otras y también terminaron dramáticamente.

Referencias

ÁLVAREZ, O. *Condiciones de vida y trabajo obrero en las minas de Chile*. Universidad de Chile, Memorias de Licenciados. Derecho del Trabajo. Santiago: Editorial Jurídica de Chile, 1952.

CORREA, S. Algunos antecedentes históricos acerca del proyecto neoliberal en Chile, (1955-1958). En Revista *Opciones*, n.6, p. 106-146, 1985.

CUEVAS, F. Ferrocarril, carbón y paternalismo. En: Barruelo de Santullán. Málaga: IV Congreso Historia Ferroviaria, 2006.

DI TELLA, T. *Sindicato y Comunidad*. Dos tipos de estructura sindical latinoamericana. Buenos Aires: Editorial del Instituto Torcuato Di Tella, 1967.

FFRENCH-DAVIS, R. *Políticas económicas en Chile, 1952-1970*. Santiago: Ediciones Nueva Universidad, 1973.

GAUDEMAR, J. Preliminares para una genealogía de las formas de disciplina en el proceso capitalista del trabajo. En CASTEL, R. et al. *Espacios de poder*, Madrid: La Piqueta, 1981.

FIGUEROA, E; SANDOVAL, C. *Carbón: cien años de historia (1848 – 1960)*. Santiago: CEDAL, 1987.

FLEMING, P. 'Kindergarten Cop': Paternalism and Resistance in a High-Commitment Workplace. En: *Journal of Management Studies*, n. 42, p.1469- 1489, 2005.

FORD, B. Worker Housing in the Vermont Copper Belt: Improving Life and Industry Through Paternalism and Resistance. En: *Int J Histor Archaeol*, n.15, p. 725-750, 2011.

KLEIN SAKS, Mision. *El programa de estabilización de la economía chilena y el trabajo de la Misión Klein Saks*. Santiago: Editorial Universitaria, 1958.

LÓPEZ, P. *Del campo a la ciudad*. Vida y trabajo en una colonia industrial. Madrid: Catarata, 2010.

SCRATON, P. Varieties of paternalism: Industrial structures and the social relations of production in american textiles. En: *American Quarterly*, v. 36, n. 2, p.235-257, 1984.

SIERRA, E. *Tres ensayos de estabilización en Chile*. Santiago: Editorial Universitaria, 1969.

SIERRA, J. *El obrero soñado*. Ensayo sobre el paternalismo industrial (Asturias, 1860-1917). Madrid: Siglo XXI Editores, 1990.

THOMPSON, E.P. *Tradición, Revuelta y conciencia de clase*. Estudios sobre la crisis de la sociedad preindustrial. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

VENEGAS, H. Políticas de bienestar y control social en la minería del carbón. Las experiencias de Lota y Coronel en el siglo XX. En Revista *Atenea* (en prensa), Concepción, 2011.

VENEGAS, H. Las representaciones de los mineros del mundo del carbón en Chile durante el siglo XX. Variaciones de lo real. En: *Film Historia*, Barcelona: Universidad de Barcelona, 2012.

Notas

¹Este texto forma parte de los resultados parciales del proyecto N° 79090004. Estudios regionales e historia del tiempo presente. La región del Bío-Bío, colapsos, reconversión productiva y crisis identitaria, 1948-2008. Programa Capital Humano Avanzado, CONICYT.

² *El Siglo*, 28 de diciembre de 1959. Se entregó un pliego de peticiones conjunto de obreros y empleados y se solicitaron salarios mínimos de 2.000 pesos y un reajuste de 50%, en función de que el índice de inflación anual había alcanzado a un 38,3%.

³Tribunal dedicado a establecer mecanismos de conciliación y arbitraje en los conflictos laborales suscitados en el ámbito de la minería del carbón .

⁴*El Siglo*, 28 de diciembre de 1960.

⁵ Boletín de Sesiones del Senado (BSS), Sesión 26ª, de 27 de abril de 1960. Senador Humberto Martones. (Partido Nacional Popular).

⁶ BSS, Sesión 26ª, de 27 de abril de 1960. Senador Humberto Martones. (Partido Nacional Popular).

⁷ Inmanuel Holger había sido Ministro del Interior, durante la dura represión de los trabajadores carboníferos en la crisis del año 1947. Además era ex almirante de la Armada Nacional. Eduardo Gomién era duramente criticado porque antes de ocupar la cartera de Ministro del Trabajo se había desempeñado como Sub gerente de la Compañía Carbonífera y de Fundición de Schwager, una de las empresas involucradas en el conflicto.

⁸ Los diarios invitados fueron: *Crónica, Sur y Patria de Concepción*; de Santiago fueron: *Última Hora, El Siglo, Clarín, La libertad, La Tercera, Vistazo, Vea, Ercilla, Ilustrado, El Mercurio y La Nación*. Audiciones radiales: *Tribuna Libre y Entretelones*. Los Parlamentarios invitados fueron Humberto Henríquez, Enrique Rodríguez, Albino Barra, Jorge Montes, Mario Sáez, Raúl Spoerer, Tomas Pablo, Manuel Valdés, Enrique Serrano, Humberto Martones Quezada, Humberto Aguirre Doolan, Gustavo Rivera, Enrique Curti y Octavio Orellana.

⁹ *El Siglo*, 20 de enero de 1960.

¹⁰ *El Mercurio*, 25 de febrero de 1960.

¹¹ *El siglo*, 10 de mayo de 1960. Los niños del carbón.

¹² Se incorporaron al conflicto, entre otros, el Sindicato Minero de Lota; Sindicato Industrial Minero

de Schwager; Sindicato Metalúrgico, Sindicato de Refractarios Lota Green; Sindicato de Bahía, y más adelante las organizaciones de trabajadores de Lebu, Pilpilco, Plegarias y Colico Sur. *El siglo*, 2 y 13 de enero de 1960.

¹³ *El Mercurio*, 3 de mayo de 1960, p. 17.

¹⁴ La marcha se realizó a partir de la madrugada del día 12 de mayo de 1960 y movilizó a más de 10.000 –aunque algunas fuentes llegan a hablar de 35.000 - personas entre los distritos mineros y la ciudad de Concepción. *El Siglo*, 13 de mayo de 1960.

¹⁵ BSS, Sesión 26ª, 27 de abril de 1960.

¹⁶ *El Siglo*, 11 de enero de 1960.

¹⁷ *El Siglo*, 1 de junio de 1960.

¹⁸ BSS, Sesión 26ª, 27 de abril de 1960.

¹⁹ *El Mercurio*, 21 de abril de 1960.

**Debates en Torno a la Cuestión Social.
La Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1882-1904**

Marcela Vignoli

Becaria posdoctoral, Instituto Superior de Estudios Sociales, UNT-CONICET, se especializa en historia socio cultural desde la perspectiva de género.

Daniel Campi

Licenciado en Historia, Universidad Nacional de Tucumán (UNT). Doctor en Geografía e Historia, Universidad Complutense de Madrid. Profesor Titular Regular de "Historia Económica" y Profesor Asociado Regular de "Historia de la Historiografía" - UNT. Vicedirector del Instituto Superior de Estudios Sociales (ISES, UNT-CONICET) - 2009-2011.

Debates en Torno a la Cuestión Social. La Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1882-1904

Marcela Vignoli
Daniel Campi

El artesano y el hombre de campaña no tiene más (sic) aspiración que no deber al patrón, ni más esperanza que ver aumentado su sueldo de 25 a 30 pesos, ni más aliciente que estar bien con el comisario y para conservar su tranquilidad forma en todos los partidos políticos, votando allí donde el patrón a quien le toca servir, en el momento de una elección lo designa. Concorre a los atrios en grupos de 15 por cada carro, como bolsas de azúcar, cruza los brazos bajo el poncho, y en esa postura pasiva, protegido por alguna sombra o recibiendo imperturbable el ardiente sol del verano, espera el turno viendo de lejos y con temor a los señores que componen las mesas receptoras.

El que ha sido inscriptor en la campaña habrá visto con profunda pena, si ha pensado alguna vez en la patria, que nuestro gaucho no sabe leer ni escribir, y así mismo que sus hijos, empleados en las faenas azucareras, llevan camino de no vislumbrar jamás los beneficios de la educación, quedando amenazada Tucumán por esta causa de ser dentro de una década de años la provincia más lamentablemente atrasada (sic) de la República.¹

Esta descarnada imagen, que pertenece a Julio P. Ávila, conspicuo integrante de la Sociedad Sarmiento de Tucumán, fue pronunciada en uno de los debates internos de la entidad y resume una visión que sobre la condición política y social de los trabajadores tucumanos del azúcar se había consolidado ya en la década de 1890 entre los sectores medios de San Miguel de Tucumán.

Su referencia es oportuna para destacar, por un lado, que en la capital de la norteña provincia de Tucumán, que se había convertido a la sazón en el epicentro de la producción azucarera y en la avanzada del “progreso” en una vasta región

del interior argentino, se había consolidado un activo centro intelectual, la sociedad mencionada, que se ocupaba de las más variadas cuestiones de interés cultural y político. Por otra parte nos permite advertir que entre esas cuestiones ocupaba un lugar muy importante lo que luego se denominaría la “cuestión social”.

En efecto, la Sociedad Sarmiento fue fundada en junio de 1882 por alumnos, egresados y maestros de dos instituciones educativas instaladas en la provincia durante la segunda mitad del siglo XIX, la Escuela Normal y el Colegio Nacional. El grupo fundador, conformado mayoritariamente por gentes sin recursos económicos pero con acceso a la instrucción, buscó a través de esa vía canalizar vocaciones literarias, pero también ocupar un lugar expectante en el espacio público, en el que harían valer sus competencias en el instrumento paradigmático del “progreso” y la “civilización”, la enseñanza (Vignoli, 2010). Siguiendo esa lógica, la organización de disertaciones, la creación de una biblioteca y la edición de revistas culturales fueron objetivos de la Sociedad.²

A pesar de la primacía de lo literario, a poco de iniciadas sus actividades y a lo largo de la década de 1880, los miembros de la Sociedad Sarmiento fueron interesándose de un modo particular en un amplio espectro de problemas sociales, lo que se manifestó en los trabajos que se presentaban semanalmente para discusión y en la publicación de artículos vinculados a esta cuestión en *El Porvenir* (1882-1883) y en *El Tucumán Literario* (1887-1896), a los que se hará referencia en este trabajo,³ además de expresarse en la creación de una escuela nocturna para obreros –experiencia que se mantuvo entre 1883 y 1884– y en la realización de conferencias nocturnas semanales destinadas al mismo sector.

La relevancia de esta cuestión llegó incluso a dividir la membresía entre quienes querían sostener la escuela nocturna para obreros y quienes querían destinar los escasos fondos disponibles para expandir una biblioteca que en principio era solo de consulta exclusiva de sus miembros.

Durante la década de 1890 el tratamiento de los problemas sociales continuó teniendo una importancia destacada dentro de la Asociación, pero con un matiz diferente dadas las conexiones que comienzan a establecerse entre este espacio asociativo y el poder político. En efecto, en parte gracias a que la cuestión social ingresa en la agenda del Estado durante esa década, y en parte porque la membresía de la Sociedad Sarmiento comienza a mutar, incorporándose como asociados personalidades de la política y destacados profesionales, los salones de la Asociación se convertirán por esos años en una especie de tribuna de referentes políticos de las esferas provincial y nacional, de intelectuales de renombre o de la misma iglesia que comienzas a ocuparse con cada vez mayor asiduidad de la problemática.

A su vez, durante la misma década la Asociación incentivó la elaboración de ensayos que aludieran a la temática, premiando tales estudios en concursos o

propiciando debates sobre el tema. El caso del debate del que se extrajo el párrafo con el que iniciamos este trabajo, referido a los “progresos” de la educación en la provincia, en el que confrontaban un diagnóstico “pesimista” (sostenido por Ávila) y uno “optimista” (argumentado por José B. González) es uno entre tantos ejemplos posibles de la relevancia que ya había adquirido en Tucumán la consideración de la cuestión social. El citado debate, asimismo, constituye también una muestra de las divergencias y pluralidad de opiniones que se daban hacia el interior de la entidad.⁴

Una primera aproximación sobre las perspectivas y los variados tonos con los que fueron encarados los problemas sociales por los miembros de la Asociación en estos años de prefiguración de la cuestión social puede obtenerse revisando los artículos publicados en *El Porvenir* y *El Tucumán Literario*.

I. El grupo fundador de la Sociedad Sarmiento y la Irrupción de la Cuestión Social: El Porvenir y la Escuela Nocturna para Obreros

Como se ha dicho, el impacto socio-cultural que tuvo en el medio tucumano la creación del Colegio Nacional (1865) y la Escuela Normal (1875) fue importante, dio lugar a un clima cultural y de sociabilidad entre alumnos, egresados y maestros que se expresó en la emergencia de la Sociedad Sarmiento. Sus fundadores provenían –en su mayoría– de la Escuela Normal, constituyendo un grupo generacional homogéneo (entre 17 y 22 años) que ocupó pocos años después los puestos de profesores y maestros normales, como también los cargos de la administración pública del área educativa.

Estos actores, vinculados por una trama de relaciones que devenían de un itinerario común, decidieron crear un espacio cultural (que sin formar parte de la educación formal estaba fuertemente vinculada a la misma) con el objetivo de abordar de manera sistemática diversas cuestiones, de manera relevante las literarias, pero también los problemas educativos y diferentes propuestas de cambio social y tecnológico adaptadas a las necesidades provinciales. Por tal razón requisito para el ingreso a la Asociación fue la presentación de ensayos, sometidos a consideración en reuniones plenarias, lo que le otorgó una característica distintiva respecto de otras asociaciones existentes en la provincia al momento de su creación y que mantuvo y fortaleció con el tiempo: ser una sociedad vinculada al conocimiento, al aprendizaje y a la transmisión de saberes. Así el nivel educativo constituyó un requisito para ingresar a una entidad que congregaba a “la juventud que se distingue por su saber” (Lizondo Borda, 1932. p. 35) en un contexto caracterizado por el analfabetismo y por el prestigio que otorgaba el acceso al conocimiento y, por sobre todo, el ejercicio de la docencia.

No extraña entonces que en la conformación de ese espacio de sociabilidad⁵ se optara por colocarlo bajo la égida de un personaje relevante, el ex presidente Domingo Faustino Sarmiento, en el que la calidad de educador aunaba y resumía las más caras virtudes cívicas y patrióticas.

Asimismo, la definición de las tareas, los derechos y obligaciones de sus miembros a través de estatutos con reglas precisas y reuniones periódicas otorgó otro rasgo especial a este espacio frente a las actividades más o menos informales que hasta ese momento habían promovido en Tucumán sectores de la elite en cafés, tertulias y clubes.

Este ámbito tuvo una importante inserción en el medio tucumano a través de emprendimientos que tendieron a satisfacer diversas demandas culturales y sociales. Un ejemplo lo constituye la creación de la biblioteca, que se convirtió en pública hacia 1884 y se transformó al poco tiempo en la más importante de todo el norte argentino. Se organizaron, además, conferencias abiertas, se editaron dos publicaciones, *El Porvenir* (1882-1883) y *El Tucumán Literario* (1887-1891 y 1893-1896) y se creó una escuela nocturna para obreros.

El Porvenir fue un periódico de aparición semanal desde el primer número (agosto de 1882) al 41, transformándose en mensual desde el 42 al 44 (septiembre de 1883).⁶ En diciembre de 1882, bajo el seudónimo de Norma Fsertor, Román Torres formulaba desde las páginas del semanario uno de los tópicos que caracterizaron el ideario del grupo fundador de la Sociedad y que condicionaron de manera decisiva sus concepciones sobre la cuestión social, la exaltación del trabajo y de su rol “liberador” para los hombres, en especial para los sectores populares:

¡El trabajo es la síntesis de la privación y del descanso, del amor y de la virtud, de la igualdad y la libertad; el enseña al hombre que la laboriosidad y no la inacción es lo que proporciona la verdadera dicha, ved a ese pobre labrador sentado en medio de sus tiernos hijos después de su faena diaria el contento que manifiesta, es la satisfacción del deber cumplido; el es quien libra al hombre del vicio, de la corrupción y de todos esos crímenes abominables que manchan al ser humano. Con razón se ha dicho que la ociosidad es la madre de todos los vicios, y nosotros diremos que el trabajo es el padre de todas las virtudes.⁷

En el contexto cultural y socio-jurídico en que el se formulan estas ideas, interesa destacar la apelación a la remanida sentencia “la ociosidad es la madre de todos los vicios”, en tanto la afirmación era funcional a un estado de cosas en el mundo del trabajo caracterizado por normativas coactivas que –fundadas en las arcaicas disposiciones que perseguían a “vagos y malentretenidos” y la vigencia de la “papeleta de conchabo”– se justificaban con el desapego al trabajo de las clases populares, su innata “inmoralidad” y propensión a los “vicios”.⁸

A mediados de 1883 aparecía en *El Porvenir* un artículo sobre la problemática educativa que ponía en claro otra de las ideas que guiarán al grupo en sus propuestas de acciones y políticas que se consideraban necesarias dirigir hacia las clases trabajadoras. El autor exponía el problema en los siguientes términos, de nítidas reminiscencias alberdianas:

Si bien es cierto que la educación práctica y aplicada es la base sobre la cual se fundan solidamente las grandes nacionalidades, también es cierto e innegable que la instrucción teórica en pueblos embrionarios como el nuestro, es perniciosa.

[...] Comenzaron por instruir al pueblo antes de haberlo formado, estableciendo colegios secundarios y universitarios, y siempre guiados por el espíritu contemporizador y retardatario de España, creyeron, tal vez, más necesarios, teólogos y abogados y no ingenieros, naturalistas, geólogos e industriales. Las ciencias sin aplicación a la industria, el misticismo y el sofisma eran las materias favoritas. Sin acordarse de que en vez de industriales para explotar la naturaleza selvática, ese enemigo terrible que nos rodea, la pampa y el desierto, creaban demagogos, anarquistas y fanáticos. La consecuencia inmediata de este grave error, es que nuestra libertad viva en el texto escrito y maltratada en el hecho, y ésta será por largo tiempo la ley de nuestra condición política.

[...] Necesitamos que el tiempo avance, que la inmigración afluya a nuestras playas y que se implanten en nuestros pueblos centros comerciales, fábricas, talleres y escuelas de artes y oficios, donde se enseñen prácticamente todas las aplicaciones de la industria.⁹

El ensayo inauguraba así una de las temáticas más aludidas en las revistas y reuniones de la Asociación, el papel clave que tenía reservada la educación en la transformación progresista de la sociedad. Esto, en otros términos, significaba inculcar hábitos civilizados (“moralizar”) a los sectores populares. En consonancia con estos principios, en agosto de 1883 el Inspector de Educación y miembro de la Sociedad Sarmiento, Ramón V. López, presentó un proyecto para dictar una serie de conferencias públicas para obreros. Al respecto, en *El Porvenir* se hacía referencia a que años atrás un grupo de artesanos habían solicitado, sin éxito, al gobierno de la provincia un local,

[...] donde pudieran reunirse con el objeto de adquirir los conocimientos necesarios para ilustrar su inteligencia. Nada más que el local solicitaban, pues contaban con la cooperación de varios jóvenes que se habían ofrecido a dar gratuitamente lecciones sobre los conocimientos más esenciales a fin de colocar a nuestras clases trabajadoras en condiciones de ser útiles al país por su moralidad y su ilustración.¹⁰

Para analizar el proyecto de López se creó una comisión que elaboró un informe sobre el modo en que se organizarían las conferencias, consignando también los motivos que existían para aprobar el proyecto: “La Sociedad Sarmiento es una institución que debe estender (sic) sus beneficios hasta las últimas clases sociales. Su acción no debe limitarse al mejoramiento de sus socios; hay sagrados intereses sociales que requieren una pronta dirección [...]”.¹¹

En cuanto a los temas que se iban a enseñar se aclaraba que “Las conferencias citadas podrán versar sobre ciencias físicas y sociales, sobre moral, así como también sobre literatura e industria. Están excluidos los temas sobre religión y política electoral”.¹² Con respecto al lugar donde dictarlas, se había solicitado a la Sociedad Anónima Teatro Belgrano la concesión gratuita del teatro y se informaba que comenzarían el 24 de septiembre.

Un año después de implementadas, uno de los miembros de la sociedad, Fidel Díaz, propuso la creación, en julio de 1884, de “una escuela nocturna para obreros en la que se enseñarán todos los ramos de la instrucción elemental”,¹³ contemplando que serían los “socios interesados” los que se harían cargo del dictado de las clases.

Uno de los primeros pasos de la comisión encargada de este proyecto fue la solicitud al Gobierno de la provincia una subvención para costear los gastos que la escuela insumiría y para conseguir un local para el dictado de las clases.

Este pedido pasó a consideración del Presidente de la Comisión Central de Educación, Fabio López García, quien realizó un exhaustivo análisis del proyecto. Si bien valoró como positiva la labor de la Sociedad Sarmiento al interesarse por la educación de los sectores populares, no opinó lo mismo a la hora de evaluar las “necesidades reales” que tenían en materia educativa las clases obreras de la provincia. En efecto, para López García la existencia de la Escuela Belgrano, establecimiento nocturno al que podían asistir trabajadores y que era costeado por la Municipalidad, era suficiente para la capital tucumana, por lo que aconsejaba a los socios de la Sarmiento considerar la opción de “fundar una escuela en alguno de esos centros de población que la necesitan”.¹⁴ Sobre el tema López García argumentaba, con un exacerbado tono paternalista y un indisimulado menosprecio de clase hacia los trabajadores:

Hacer escuelas de enseñanza primaria para las clases obreras es una idea ya desechada como de pocos resultados, especialmente en nuestro país, en donde el problema de la educación es salvar de la ignorancia a la generación que se levanta, ya que no es posible á aquella que poco le falta para desaparecer. Las clases obreras en la condición actual de nuestra sociabilidad quizás nos sea instrucción lo que más necesitan, para su buen manejo en la categoría de obreros, sino moralidad y buenas costumbres. Conferencias dominicales con estos fines y con el objeto de reunirlos en un centro moralizador a escuchar lecciones sencillas y a su alcance, darían tal vez mejores resultados.¹⁵

Aun con estas poco alentadoras consideraciones, terminaba su informe aconsejando subvencionar la nueva institución con diez pesos nacionales al mes y el ofrecimiento del local de una escuela pública.

Esos escasos recursos fueron suficientes para que la Sociedad siguiera adelante con el proyecto. En agosto de 1884 aparecía en *El Orden* un aviso publicitando la inscripción de los obreros¹⁶ y las clases comenzaron el 1° de septiembre en el local de la Escuela Avellaneda. Desde la prensa se aludía al comienzo de clases y a la importancia que reportaba este proyecto:

Es tal la afluencia de obreros [...] que los dos locales alumbrados están completamente llenos y habrá que alumbrar los restantes para poder así dar cabida a nuestros aspirantes artesanos. Los artesanos de Tucumán deben estar orgullosos al ver que la juventud estudiosa propende a elevar su condición intelectual y a infundirles moralidad en sus hábitos sociales.¹⁷

La primera memoria presentada por el Director de la Escuela, Angel Custodio Bustos, ofrecía los siguientes datos sobre la marcha del proyecto: la escuela había iniciado sus clases con 84 estudiantes, número que se incrementó considerablemente, llegando a inscribirse 230 obreros a mediados de septiembre, lo que significó un problema por la estrechez del local. Al inicio de las clases asistieron casi el 95% de los matriculados, finalizando el curso el 70%. Las deserciones serían producto de la incomodidad del espacio, pues muchos de los alumnos debían permanecer dos horas diarias de pie: “[...] con este crecido número de jóvenes, mal sentados, fatigados por la inmovilidad, respirando un aire pésimo, era cada salón una especie de horno. A la falta de espacio agréguese la imposibilidad de conseguir ventilación libre” (Lizondo Borda, 1932, p. 52).

La memoria del director de la escuela continuaba con un detalle de las ocupaciones de los inscriptos, que se dividían en “dependientes”, “artesanos”, “peones” y “sirvientes”:

Clasificados por su estado intelectual así: analfabetos: 145, que ocupaban dos salones; alfabetos: 85. Los primeros han recibido lecciones de lectura, escritura, todos los días; de aritmética, geometría, dibujo de objetos, anatomía, geografía y lengua. Aquellos se han retirado sabiendo deletrear regularmente, y estos que conocían sólo las cuatro operaciones fundamentales de la aritmética, que leían y escribían bastante poco, apenas se habrá iniciado en ellos el deseo de no olvidar lo que han aprendido en 60 días (Lizondo Borda, 1932, p.55).

Aunque el director de la escuela se mostraba optimista con respecto a las perspectivas del ciclo lectivo del año siguiente, dejaba planteados algunos

de los inconvenientes que había generado este proyecto hacia el interior de la asociación:

La Sociedad no tendrá para el año próximo ningún obstáculo que vencer, todo ha quedado de pie para seguir su marcha [...] Busque el apoyo de las autoridades de la provincia, que no se negarán, dada la magnitud de la obra; pida a la Honorable C. Municipal la dotación completa de bancos y escritorios [...] No compre tantos libros para la biblioteca de lujo que hoy está formando, gaste la mitad, porque ésta está destinada a servir sólo a la clase ilustrada del pueblo que puede comprar lo que desea leer [...] (Ibid., p. 56)

Pese a esos buenos augurios, el proyecto educativo dirigido a los trabajadores caducó al cabo de dos años, en 1885. Los fundamentos de su extinción fueron económicos, lo que no carecía de peso en tanto la ciudad contaba con otro establecimiento educativo accesible para las clases populares. Esta circunstancia no impidió que la experiencia se valorara positivamente, como se hizo en el número 2 de *El Tucumán Literario* tomando como referencia los avances de uno de sus alumnos. El tono paternalista, junto a la perspectiva de una “superación” sobre la base del esfuerzo individual y la adquisición del hábito del “ahorro” enarbolado como programa, campea en todo el artículo:

Hace tres años que varios socios de la Sociedad Sarmiento enseñábamos gratuitamente en la escuela nocturna de adultos que ella misma abrió [...] distinguíase por su asiduidad, un joven criollo de 20 a 22 años; era peón de albañiles y concurría a la escuela dándose el tiempo indispensable para tomar algún alimento. No conocía ninguna letra cuando ingresó, pero su aplicación fue tanta que sus progresos fueron rápidos; a fin de año leía bien, escribía regularmente y sabía las cuatro operaciones principales de aritmética; esos eran los progresos sensibles; pero ahora veo que había conseguido más: hoy es *maestro* en su oficio y tiene libreta en el banco para colocar sus ahorros.¹⁸

En 1889 se reflató la idea de una escuela nocturna a través de un proyecto de Melchor B. Sánchez, quien justificaba la necesidad de un establecimiento de estas características haciendo referencia al nivel educativo de los sectores obreros:

[...] muy pocos son los que están penetrados de la noción del deber del idioma de nuestras instituciones democráticas, de la historia y geografía patria, y de los elementos científicos indispensables a su oficio para que lo perfeccionen más. La municipalidad ha establecido algunas escuelas de la índole a las que nos referimos pero son pocas y los obreros son muchos. A la sociedad sarmiento que tiene por uno de sus fines fomentar el desar-

rollo intelectual de la juventud le toca secundarle en esta tarea, con lo que sin duda alguna prestará un inmenso servicio a la causa de la educación y llenará una necesidad reclamada urgentemente para el adelanto social de nuestra joven república.¹⁹

El proyecto continuaba con consideraciones sobre los medios para llevar a cabo el emprendimiento, que ahora contaba con el aval de la Inspección de Escuelas de la Capital, la que se había comprometido a facilitar los útiles y mobiliarios necesarios. Sin embargo, no faltaron opiniones en contra de algunos socios que presentaron a la experiencia anterior como un fracaso que no convenía repetir. Para otros, que reconocían importancia del esfuerzo por elevar el nivel de instrucción de los sectores obreros, continuar con el proyecto no era recomendable por los inciertos resultados que de él podían esperarse. Sometido a votación fue rechazado por amplia mayoría, cerrándose así la posibilidad de reeditar un particular ensayo educativo que vinculaba a los sectores medios sensibilizados por la cuestión social con los trabajadores.

2. La Cuestión Social en El Tucumán Literario, Certámenes y Debates

En 1887 comenzó a circular *El Tucumán Literario*. Los años que lo separan de la publicación de *El Porvenir* fueron para la Sociedad Sarmiento una época de cambios que orientaron este espacio hacia objetivos más definidos, los que alcanzaron su desarrollo pleno en la década siguiente. En efecto, un aumento considerable de miembros determinó una ampliación y diversificación de las preocupaciones que circulaban en este ámbito cultural. De este modo la Sociedad perdió la homogeneidad de los primeros años, en tanto la integraron adultos no sólo provenientes del ámbito educativo, sino profesionales y personajes que se vincularían de modo exitoso a la política provincial.

A fines de la década de 1880 la entidad no sólo era reconocida por las administraciones provincial y nacional, sino que comenzó a asumir una serie de funciones que la posicionaron como un referente importante en las estrategias de configuración de la “Nación Argentina” a nivel local. Esto queda de manifiesto en la nueva revista, dado que, junto con los análisis sobre la cuestión social, comienzan a ganar espacio los tópicos vinculados a la difusión de las virtudes cívicas y patrióticas. Uno de los socios que se interesa por esta cuestión fue Manuel Pérez, quien en su participación en la experiencia de escuela nocturna intentaba promover la educación de los artesanos, elogiando las tendencias asociacionistas entre éstos, compatibles con la misión “civilizatoria” que había asumido la Asociación frente a las clases populares:

Reunidos con fines útiles y amenos, poseen dos clubs sociales y asociaciones de socorros mutuos. Todo ello es un buen síntoma que induce a pensar bien de los artesanos.

En esos centros que siempre debieran estar abiertos por la noche, convendría en sumo grado que hubiera un pequeño salón de lectura que contuviera las publicaciones más importantes del país, para servir de solaz a los asociados al tiempo que de fuente poderosa de ilustración.

Podría también hacerse un esfuerzo para formar pequeñas bibliotecas de obras de enseñanza útil y sana, con el objeto de fortificar el espíritu que decae y flaquea tantas veces. Las instituciones mencionadas constituyen buena base para proseguir la obra comenzada ya. [...] Estar asociado con fines útiles es sinónimo de civilización.²⁰

Esa programática civilizatoria que tenía en la educación una herramienta insustituible se combinaba con un ideal de ciudadano (y aquí aparece indisimuladamente la impronta sarmientina) asociado a la promoción de la figura del pequeño propietario agrícola, condición que también podía difundirse a través de la educación:

No basta pues tener agrónomos para tener agricultura, es preciso también poseer un pueblo que sea inteligente en este arte y sienta por él el entusiasmo y el cariño a que es acreedor.

Enseñando al niño a cultivar la tierra, al mismo tiempo que se desenvolvesen su elasticidad y su fuerza, encontraría en la naturaleza las mejores estampas, las figuras más positivas y reales de los fenómenos naturales que el maestro le ha explicado y que él no puede entender.

[...] Acostumbrado a cultivar una pequeña propiedad, habiéndose sentido dueño de aquel pedazo de terreno y de los productos extraídos de su trabajo, no puede menos de experimentar simpatía hacia aquello que consumió sus horas de recreo, y cualquiera sea la profesión que después ejerza, cualquiera la posición social que ocupe, esta simpatía lo inclinará siempre a fomentar el progreso de la agricultura.²¹

En 1890 se decidió realizar un concurso “histórico, científico y literario” que tendría como jurado a especialistas de las tres ramas contempladas, encargados de definir un tema y luego elegir los trabajos ganadores. El proyecto pretendía involucrar a otras sociedades literarias, así como al gobierno de la provincia, los que también podían proponer temas. Las categorías definidas eran tres: temas literarios, temas históricos y temas científicos, consistiendo los premios en medallas de oro y plata y en la lectura pública de los trabajos distinguidos en un acto especialmente convocado para tal fin.²²

El trabajo propuesto para el premio en la categoría científica se titulaba

“Procedimientos científicos más eficaces, fáciles y económicos para el saneamiento de las comarcas palúdicas en Tucumán y Salta”, lo que no carece de importancia dado la fuerte incidencia del paludismo en las clases populares de las áreas rurales (Carter, 2010). Pero las demás comisiones encargadas de proponer los premios en las otras categorías no lo hicieron y el concurso fracasó. No obstante, la idea no sería abandonada. Aunque el certamen no se llevó a cabo en los dos años siguientes, en 1892 se propuso festejar el IV Centenario del descubrimiento de América con otro certamen, uniéndose para este propósito con el Centro Médico. No hay muchas noticias sobre los resultados del concurso, aunque en 1894 se publicó un folleto (incluido diez años más tarde en una compilación de Manuel Pérez titulada “Tucumán intelectual. Trabajos de los socios de la Sociedad Sarmiento”) con el ensayo ganador en una de las categorías, autoría de Julio P. Ávila, “Medios prácticos para mejorar la situación de las clases obreras”. En el mismo el autor anticipaba las ideas sobre la condición social de los trabajadores rurales que desarrollaría en 1895 en el debate ya mencionado. De acuerdo a Ávila, el obrero tucumano

[...] trabaja con exceso; no es bien pagado; come muy mal; vive en *ranchos* miserables, como el indio de las pampas o los negros del centro de África, es decir en casuchas construidas con totora, tierra cruda, paja o despunte de caña de azúcar; durante la mitad del año no le es permitido descansar ni aún el día festivo [...] (CAMPI, 2005, 136)

A diferencia de otros socios de la Sarmiento y sin abandonar una perspectiva paternalista, la mirada de Ávila sobre los trabajadores está cargada de simpatía, comprensión y respeto, y su diagnóstico y propuestas tenían tanto puntos de contacto como de ruptura con los de la burguesía del azúcar, muy reacia a conceder mejoras en lo que hace remuneración y condiciones de trabajo. Por un lado Ávila se pronuncia contra la extensa jornada laboral (de “sol a sol” en el las tareas rurales) y los exiguos salarios,²³ cuestiones para las que reclama una “reglamentación severa” que garantizara a los trabajadores, además, alimentación sana, viviendas higiénicas y hasta el reconocimiento de haberes en caso de enfermedad. Y aunque Ávila no condenaba de manera explícita a la “ley de conchabos” ni hacía ninguna referencia a su fundamento, la obligatoriedad del trabajo como condición de una existencia legal para los pobres, la aplicación de sus recomendaciones implicaba en esencia la negación de sus aspectos más regresivos, como también lo eran otros componentes del régimen laboral que la mencionada ley consagraba, la “ración” (el componente “natural” o no monetario del salario que tuvo vigencia hasta la huelga de los trabajadores azucareros de 1904), el trabajo infantil y el peonaje por deudas. Es decir, sin decirlo las reformas que proponía atacaban un punto neurálgico de la ingeniería laboral represiva, en

tanto preveía para el Estado un nuevo rol, muy diferente al que desempeñaba como mero regimentador de los trabajadores, el de una intervención directa como garante de derechos sociales hasta entonces no reconocidos. (CAMPI, 2005)

Por otro lado, coincidía en parte con los empresarios azucareros en que las reformas a impulsar debían ser graduales y formar parte de todo un programa de disciplinamiento y “moralización” de las clases populares. La falta de referencias a la legislación del conchabo obligatorio, fuertemente cuestionado y en crisis en esos años, cobra aquí sentido.

En relación al cuerpo de ideas que expuso entonces Ávila, una pregunta elemental se impone: ¿cuáles eran las fuentes de inspiración de “Medios prácticos para mejorar la situación de las clases obreras”? El texto no remite de manera explícita a autores ni a doctrina alguna, como tampoco su manifiesta simpatía por los trabajadores implica que el autor haya profesado ideas socialistas o socializantes. Las referencias a la Iglesia Católica, a su vez, son escasas, aunque respetuosas. Lo que sí sobresale son las alusiones a las virtudes republicanas y la exaltación al patriotismo, lo que engarza con el discurso y las prácticas de la Sociedad Sarmiento, que –como ya se ha dicho– comenzaba a cumplir el rol de institución asociada íntimamente al Estado en la tarea de forjar un sentimiento de nacionalidad a partir de la organización de actos patrióticos y la custodia de paradigmáticos “lugares de la memoria”, como la casa de la jura de la Declaración de la Independencia de 1816. Es innegable, pensamos, que el reformismo de Julio P. Ávila (sin duda compartido por un sector importante de la Sociedad si tenemos en cuenta la votación con la que se cerró el debate de 1895) era el del progresismo liberal de la época, no exento de contradicciones, pero al que hay que acreditar las reformas laicas de la década de 1880, como (en el plano estrictamente social) el proyecto de ley del trabajo propuesto en 1904 por Joaquín V. González, a la postre frustrado.

De todos modos, no sería impropio suponer que este tipo de posturas críticas ante la condición obrera podrían haberse radicalizado en un contexto en el que las crisis del azúcar hicieron su aparición con virulencia y brotes espasmódicos, con fuertes impactos sociales, a partir de 1895/1896. Sin embargo, ello no ocurrió. De alguna manera la genuina vocación de la elite cultural para impulsar reformas que redundaran benéficamente en las condiciones de existencia de los trabajadores y los pobres en general encontró serios escollos para desarrollarse, predominando la moderación extrema en nuestros reformadores. Al respecto es muy ilustrativa la postura asumida por Paulino Rodríguez Marquina en 1894, desde las páginas de *El Tucumán Literario*, frente a los debates en torno a la inicua y ya agonizante Ley de conchabos.

Aunque a cada día eran más evidentes las dificultades para seguir aplicando en Tucumán las disposiciones laborales coactivas y el rechazo (tanto por

consideraciones de tipo moral como económicas) que despertaban las mismas en la opinión pública, un sector de la elite seguía aferrado a las antiguas prácticas del conchabo obligatorio, reglamentadas, como ya se dijo, por la ley de 1886. Como tantos, Rodríguez Marquina acordaba con la necesidad de aplicar con urgencia ciertas reformas, pero sin desestimar el recurso, presentado como necesidad, del uso de la fuerza para asegurar a los patrones planteles de dóciles y disciplinados trabajadores. Según este inmigrante gallego, rápidamente integrado a la vida política y social de la provincia, las reformas eran deseables siempre que no se renunciara al principio de la coacción, imprescindible para “moralizar” a una clase trabajadora corrompida por todos los vicios. La extensión de la cita se justifica por su riqueza argumental y porque expresa de manera diáfana la contradicción entre el respeto del principio de la libertad (que conllevaba el derecho al trabajo en lugar de la obligación al trabajo) y el recelo que le despertaba el goce del mismo por las clases populares que todavía no podía resolver el liberalismo criollo de fines de siglo XIX:

No debo concluir sin dedicar unas palabras a la ley de conchabos, defendida por unos, atacada por otros, tiránica hasta cierto punto pero necesaria hasta tanto el peón jornalero adquiera otros hábitos que los que hoy por desgracia tanto le afean y envilecen. [...]

¿En qué país no se persigue la vagancia? ¡Desgraciado el pueblo que no tenga leyes que obliguen al trabajo! La mendicidad, el robo, todos los vicios en fin caerán sobre él cual plagas devastadoras. [...]

Para censurar dicha ley, pueden esgrimirse armas poderosas, cual es la libertad, esa hermosa libertad tan decantada, tan útil, tan buena, tan sagrada cuando tiene un límite y tan desastrosa cuando semejante al corcel que se desboca o al torrente desbordado corre a su libre albedrío. [...]

No se explota al peón con obligarlo a tomar conchabo por que la ley misma garantiéndolo contra toda explotación lo autoriza para tomar conchabo hasta por un día.

No es un esclavo, por que esclavo no puede llamarse al que tiene derecho a pedir ante la autoridad rendición de cuentas a su patrón y quedar libre de todo compromiso si éstas no están no están con toda legalidad, y si es esclavo, lo es solamente de sus vicios.

Lo que corresponde hacer a los que censuran tan sin piedad a esa ley dura pero moralizadora, que si bien tiene algunos defectos en su forma es inmejorable en su fondo, es instruir al peón en su interpretación; hacerle ver las ventajas de no pedir jornales adelantados, como asimismo que exija del patrón la cuenta semanal en la correspondiente libreta; hacer propaganda para que se nombre un defensor de peones; aconsejar la reforma de la ley para que en vez de la policía pueda haber apelación ante los jueces letrados para que corrijan muchos errores que aquella comete por no saber

interpretar la ley, y entonces la misión será santa y buena, pero pretender santificar al peón condenando la ley; pretender dar al mismo libertad absoluta para que trabaje o atorre, es un absurdo.²⁴

Está de más decir que esta tensión entre los principios liberales y la necesidad se manifestó también en las evidentes contradicciones entre el discurso de los hombres públicos y sus actos, como también en las cambiantes posiciones de la prensa frente la ley de conchabos.²⁵

3. Colofón: el Debate de 1904 sobre el Proyecto Código de Trabajo en la Revista de Letras y Ciencias Sociales y la Visita de Biolet-Massé

El tenor de los artículos publicados en *El Porvenir* y *El Tucumán Literario* vinculados a la cuestión social preludian el clima de debate sobre la cuestión obrera que tuvo lugar en 1904 en la sociedad tucumana. En efecto, en ese año (el año de la primera huelga organizada de los trabajadores azucareros que concluyó con la aceptación de la patronal de las demandas obreras) se llevaron a cabo numerosas conferencias organizadas por la Asociación (Bravo, 2000). Algunas estuvieron a cargo de religiosos, como los padres Tula, Villalva y Yani. Pero también se refirieron a la cuestión social el dirigente socialista Adrián Patroni, Juan Biolet-Massé y el industrial Pedro Alurralde (que presidía ese año la Sociedad), entre otros.

La preponderancia que adquirió esta cuestión no se vincula sólo con el movimiento huelguístico, sino con el clima de debate que había generado el propio socialismo respecto de esta cuestión y por sobre todo la iniciativa impulsada por el Poder Ejecutivo Nacional que proponía un Código Nacional de Trabajo elaborado a instancias del ministro Joaquín V. González.

En junio de 1904, el dirigente socialista Adrián Patroni dio una conferencia en los salones de la Sociedad. Sobre esta disertación no hubo referencias en el diario *El Orden*. Sin embargo, un mes después apareció otro disertante que evidentemente rebatía las aseveraciones de Patroni. En efecto, el cura Joaquín Tula no privó a la audiencia de críticas al socialismo. Según *El Orden*,

El distinguido sacerdote puso de relieve en el curso de su disertación el estudio concienzudo que ha hecho de la cuestión social, sosteniendo con argumentación sólida la justicia de los principios de la Democracia Cristiana cuya superioridad sobre las doctrinas socialistas explicó a su auditorio.²⁶

Dentro del socialismo, entre enero y marzo se había planteado un debate (que tenía como principales protagonistas a los dirigentes Patroni y Dickman)

respecto a la táctica que llevaría adelante el partido frente a la serie de luchas obreras que se desarrollaban en la ciudad de Buenos Aires. Si bien en el seno del Partido Socialista la postura de Patroni, proclive a la vía política y parlamentaria para resolver los conflictos, era considerada más moderada frente a la de Dickman, quien rescataba alguna de las tácticas anarquistas (Belkin, 2007), los oradores eclesiásticos que disertaron en la Sociedad Sarmiento, lejos de considerar esta opción por la legalidad burguesa de Patroni, lo acusaban de “agitador” y de difundir “farsas y mistificaciones” que serían perjudiciales “para los intereses de clase que dice defender”.²⁷ Sin duda, la última palabra del debate fue otorgada por *El Orden* a los más pertinaces adversarios de las reformas sociales promovidas desde el socialismo, aunque éstas fuesen moderadas.

En paralelo, en la *Revista de Letras y ciencias sociales*,²⁸ antes de la llegada de Bialet-Massé, quien justamente publicitaba el proyecto de ley del trabajo de Joaquín V. González, aparecen una serie de críticas al mismo. Uno de los críticos era Juan B. Terán, futuro fundador de la Universidad de Tucumán y para entonces una de las figuras del grupo que se había consolidado en la dirección de la Sociedad Sarmiento luego de la escisión de 1903:²⁹

El proyecto ha incurrido en este defecto especialmente en el Título XI ‘sobre condiciones de higiene y seguridad en la ejecución del trabajo, en que se legisla el número de veces que los establecimientos industriales deben ser blanqueados anualmente y las previsiones especiales para panaderías, fábricas de vidrios, de fósforos, espejos, etc.

[las mismas] Son materias propias de la acción municipal, y deben desaparecer del proyecto.

Es un estudio que está por hacerse el que se ocupará de explicar la tendencia seguida por los poderes centrales en las materias de posible conflicto con las jurisdicciones locales.

La ley de trabajo es por naturaleza, una ley de fondo, como ella misma lo establece en su Art.2º, como tal debe alcanzar un aspecto de generalidad y permanencia que la reserve de cambios frecuentes, como ha de suceder si se la sanciona con el cúmulo de detalles que contiene en su forma originaria.

Reducida y generalizada recobraría fácilmente su verdadero puesto de reforma del Código Civil.

Esta ley de trabajo no debía ser, a la verdad, sino un capítulo incorporado a aquel cuerpo legal, a la manera que la ley de matrimonio civil.³⁰

En el mismo número de la revista, otro importante referente del grupo, Julio López Mañán, consideraba que,

La propalada colaboración de los socialistas del país ha contribuido grandemente a que el público atribuya al proyecto del Ministro González un

alcance que, por cierto, no ha estado en la mente de su autor y que, dada la común carencia de informes, por lo que a la cuestión social se refiere, conviene esclarecer en primer término.

¿Cómo adoptar en nuestro país los progresos legislativos extranjeros sobre salubridad en las fábricas, accidentes de trabajo, conflictos de trabajadores y patronos, etc., etc?

En los pueblos de su origen estas instituciones han sido regladas por leyes fragmentarias, de incesante ensayo.

Su aplicación y práctica en el nuestro no puede resultar sino de un trabajo igual [...] Lo indicado es prepararles vías de manifestación en las municipalidades, las legislaturas locales y el mismo congreso nacional para que, según los casos, tomaran sus formas justas y adecuadas al lugar y al momento.³¹

La conferencia de Biale-Massé a Tucumán fue el 3 de agosto de 1904. La reunión, que fue presidida por Pedro Alurralde, contó con la presencia de varios industriales azucareros. Según la crónica periodística,

[Biale-Massé] Sostuvo que entre nosotros no tienen razón de existir las ideas del socialismo colectivista ni del anarquismo, que en su concepto son plantas exóticas, cuya aclimatación no es posible en la Argentina.

Aconsejó a los patronos preocuparse del estudio de la cuestión obrera, para hacer las concesiones a que tiene derecho el trabajador y que redundarían en provecho del industrial, desde que el peón bien remunerado y bien alimentado produciría más y mejor.

Lamentó que nuestros fabricantes no se hubieran dado cuenta de la necesidad de unirse é hizo resaltar que no había encontrado dos ingenios en los que se diera igual tratamiento al peón, ó se hiciera igual trabajo, empleando idénticos procedimientos para llegar a tal fin.³²

Aunque la “vía al socialismo” de Biale-Massé contemplaba más las reformas “desde arriba” (en especial las asumidas por las patronales) que la acción obrera (Campi, 2004), eran muy conocidas sus opiniones críticas sobre los industriales azucareros, sector que tampoco veía con buenos ojos el proyecto de ley de González, el que había sido elaborado sobre la base del exhaustivo “Informe sobre el estado de las clases obreras en el interior de la República Argentina”, elaborado por Biale-Massé en 1904. (Biale-Massé, 1985) La respuesta del sector industrial no demoró. Le correspondió a Juan B. Terán, que aunaba su condición de industrial azucarero con la de abogado de sólida formación jurídica e histórica, responder al médico catalán:

El más sencillo problema de Tucumán ha de resolverse interpretando sus condiciones particulares, físicas, sociales, antropológicas, etc.

Tucumán constituye por razón de ese factor una entidad social inconfundible, dentro de la República. Es la zona industrial por excelencia. Tiene por consecuencia todos los accidentes que cortejan al industrialismo. La densidad es mayor en Tucumán, fuera de toda proporción, que en todos los demás distritos de la República. Es, por tanto, la aglomeración más grande de almas, y centro de intensas y complejas relaciones vitales. [...] El hacinamiento de la población alrededor de las fábricas, y las consecuencias anti-higiénicas de la elaboración con sus residuos y evacuaciones, explican la insalubridad, que agregada al empobrecimiento y extenuación del obrero, causan su mortalidad y mortinatalidad excesivas. Pero no queda fijada la entidad demográfica de Tucumán si no agregamos que representa el núcleo mas compacto de población nativa [...] En consecuencia la supervivencia del viejo carácter argentino será más apreciable en Tucumán que en ninguna otra parte de la República. [...] Al publicar una impresión del conjunto sobre la ley de trabajo, manifestaba la necesidad de dejar librada a los estados locales, ya que no la sanción de normas generales, por lo menos la reglamentación del contrato de trabajo y de las instituciones conexas con la cuestión obrera.³³

La argumentación de Terán, hábilmente, no rechazaba la necesidad de leyes que se ocuparan del mundo del trabajo. Pero impugnaba la pertinencia de un instrumento respaldado por la fuerza del Estado nacional, frente al cual debería optarse (en homenaje a las particularidades de las regiones) por normativas provinciales o municipales, en las cuales las posibilidades de incidir de las clases patronales eran mayores. Más allá de cualquier sutileza intelectual, la elite tucumana –esta vez con el ornato de la intelectualidad local que se expresaba en la Sociedad Sarmiento y en la *Revista de Letras y Ciencias Sociales*– se sumaba a las fuerzas que harían naufragar el progresista proyecto González.

Si en las décadas de 1880 y 1890 el reformismo de la naciente elite intelectual, nucleada en la joven entidad cultural denunciaba –aunque con contradicciones– las míseras condiciones de vida de los trabajadores y proponía políticas y reformas tendientes a mejorarlas, en la primera década del siglo XX, bajo otra dirección en la que se perfilaba ya como figura casi excluyente Juan B. Terán, había abandonado toda pretensión crítica y se presentaba en lo que hacía al tratamiento de la cuestión social como una variante más dentro del pensamiento conservador argentino.

Bibliografía

AGULHON, Maurice. *Historia vagabunda*. México: Instituto Mora, 1994.

_____. *La sociabilité méridionale (confréries et associations dans la vie collective en Provence orientale à la fin du XVIII siècle*, 2 vols., Aix-en-provence : La Pensé Univesitaire, 1966, reeditado en 1968 y 1984.

BELKIN, Alejandro. "El Debate Patroni-Dickmann (1904). Partidos y sindicatos en el socialismo argentino", ponencia presentada en XI Jornadas interesuelas Departamentos de Historia, Tucumán, 2007.

BIALET-MASSÉ, Juan. *Informe sobre el estado de la clase obrera*, Madrid: Hyspamérica, 1985 (primera edición, 1904).

BRAVO, María Celia. "Liberales, socialistas, Iglesia y patrones frente a la situación de los trabajadores en Tucumán", en Juan Suriano (Comp.), *La cuestión social en Argentina, 1870-1943*, Buenos Aires: La Colmena, 2000.

CAMPI, Daniel. "Captación y retención de la mano de obra por endeudamiento. El caso de Tucumán en la segunda mitad del siglo XIX", *Ciclos*, Año 1, N° 1, Buenos Aires, 1991.

_____. "Captación forzada de mano de obra y trabajo asalariado en Tucumán, 1856-1896", *Anuario IEHS*, N° 8, Universidad Nacional del Centro de la Provincia de Buenos Aires, Tandil, 1993.

_____. "Bialet-Massé y los trabajadores tucumanos del azúcar. Comentarios". En M. Lagos, M. S. Fleitas y M. T. Bovi, *A cien años del Informe Bialet-Massé. El trabajo en la Argentina del siglo XX e inicios del XXI*, S. S. de Jujuy: UNIHR/EDIUNJU, 2004.

_____. "Comentarios a 'Medios prácticos para mejorar la situación de las clases obreras', de Julio P. Ávila, 1892". *Estudios del Trabajo*, N° 30, Asociación Argentina de Estudios del Trabajo, Buenos Aires, 2005.

CARTER, Eric. "Paludismo, sociedad y medio ambiente en el Noroeste argentino a principios del siglo XX, *Travesía. Revista de historia económica y social*, N° 12, 2010.

LIZONDO BORDA, Manuel. *La Sociedad Sarmiento en su cincuentenario 1882-1932*, Tucumán: Violetto & Cía., 1932.

SANTAMARÍA, Daniel. *Azúcar y sociedad en el Noroeste argentino*, Buenos Aires: IDES, 1986.

VIGNOLI, Marcela. "Asociacionismo, cultura y política en tiempos de crisis, la Sociedad Sarmiento de Tucumán, 1900-1909" en *Travesía*, núm. 11, 2011.

_____. "Sociabilidad y cultura política en Tucumán, 1880-1916", tesis doctoral inédita, Universidad Nacional de Tucumán, 2011.

Notas

¹ *Libro de Actas de la Sociedad Sarmiento*, 1.2.1895, T. II, Pp. 349-354.

² El Reglamento de la asociación era claro en este aspecto al referirse a los derechos y obligaciones de los socios en el Artículo 31: "Para llenar los fines de la asociación sus miembros se comprometen a ofrecer conferencias escritas u orales en las reuniones de cada semana, debiendo alternar los trabajos originales con lecturas escogidas" (BORDA, 1932, p. 37-41). Luego esta obligación se flexibilizó aunque continuó siendo requisito obligatorio para quienes quisieran ser socios activos. Entre otros derechos, la pertenencia a esta categoría permitía a los socios participar en las elecciones de la Comisión Directiva de la asociación.

³ Algunos de los trabajos publicados (varios de ellos con seudónimos), originados en estas conferencias, son: "Comerás el pan con el sudor de tu rostro", de Norma Sfortor; "Reflexiones sobre el origen y actualidad de nuestra educación industrial", de C; "A los artesanos" y "Tucumán, industrias a fomentar", de Manuel Pérez; "La invernada" y "Agricultura y zootecnia" de P.P.; "Emancipación de la mujer y la mujer agrícola, reflexiones dedicadas a una labradora", sin firma; "Trabajar para vivir y vivir para trabajar", de Pedro N. Almonacid; "Porvenir de Tucumán", sin firma; "Industrias necesarias", de Franco; "Las clases obreras. La mano de obra, costumbres, vicios y virtudes de las clases obreras y medios de mejorar sus condiciones", de P. Rodríguez Marquina; "Cuestión dulce. Charla azucarera", de Cobden (h), "Escuelas de artes y oficios", de Orlando; "Escuelas nocturnas de la campaña" y "La agricultura", de Margarita Todd. Algunos de los trabajos que no llegaron a ser publicados en las mencionadas revistas fueron: "La empleomanía y los obreros", "Educación doméstica de la mujer" y "Artes y oficios" de Tobías Córdoba; "Carácter de los campesinos", de Guillermo Shikendantz; "Las clases obreras", de Ramón V. López; "Importancia de una caja de ahorro para la clase obrera", de Waldino Fernández.

⁴ No está de más apuntar la curiosa modalidad de "resolución" de la discusión, sobre el que los socios debieron pronunciarse en votación, siendo asumida por la Sociedad los argumentos de Ávila.

⁵ "Sociabilidad", un concepto proveniente de los estudios sociológicos, fue introducido en el terreno de la historia a fines de los años sesenta y en la década siguiente por Maurice Agulhon (AGULHON, 1966) Según este autor, la sociabilidad es "una aptitud especial para vivir en grupos y para consolidar los grupos mediante la constitución de asociaciones voluntarias" (AGULHON, 1994, p. 55).

⁶ De acuerdo a las Actas de la Sociedad Sarmiento, en 1884 habrían aparecido algunos números de *El Porvenir* que no hemos podido ubicar. En septiembre de ese año, luego de reducir su periodicidad a una vez por mes, se decidió "suspender temporalmente" la publicación considerando los altos costos que demandaba su impresión. *Libro de Actas de la Sociedad Sarmiento*, 20.9.1884, T. I, p. 170.

⁷ Norma Sfortor (Román Torres), "Comerás el pan con el sudor de tu rostro", *El Porvenir*, N° 17, diciembre de 1882, pp. 133-134.

⁸ El conjunto de normativas coactivas que intentaban reglar las conflictivas relaciones entre trabajadores y patrones se sistematizaron en 1856 y 1877 en sendos reglamentos de policía. Sobre esa base se diseñó en 1888 una controvertida "Ley de Conchabos", la que reafirmaba el rol de la policía como garante de la disciplina laboral al servicio de los patrones. (CAMPI, 1991; 1993).

⁹ C, "Reflexiones sobre el origen de nuestra educación industrial" en *El Porvenir*, N° 39, mayo de 1883, pp. 372-374.

¹⁰ *El Porvenir*, N° 43, agosto de 1883, p. 405.

¹¹ *El Porvenir*, N° 43, agosto de 1883, p. 406.

¹² *El Porvenir* n° 43, agosto de 1883, 407.

¹³ *Libro de Actas de la Sociedad Sarmiento*, 19.7.1884, T. I, p. 144.

¹⁴ Periódico *El Orden*, 6.08.1884.

¹⁵ *El Orden*, 6.08.1884.

¹⁶ *El Orden*, 21.08.1883.

¹⁷ *El Orden*, 2.09.1884.

¹⁸ Manuel Pérez, "A los artesanos", *El Tucumán Literario*, Nº 2, pp. 13-14, 15.7.1888.

¹⁹ Proyecto escuela primaria elemental nocturna Domingo F. Sarmiento, *Libro de Actas de la Sociedad Sarmiento*, 2.5.1889, T. II, p. 85.

²⁰ Manuel Pérez, "A los artesanos", *El Tucumán Literario*, Nº 2, pp. 13-14, 15.07.1888.

²¹ *Ibidem*.

²² *Libro de Actas de la Sociedad Sarmiento*, 4.11.1889, T. II, p. 123.

²³ Sobre estas dos cuestiones los propietarios de ingenio se mostraron irreductibles, a punto tal que todavía en 1923 resistían, impugnándolas por inconstitucionales, dos leyes provinciales, una que establecía la jornada laboral de ocho horas en los ingenios y otra que fijaba un salario mínimo. (SANTAMARÍA, 1986)

²⁴ Rodríguez Marquina, Paulino, "Las clases obreras. La mano de obra, costumbres, vicios y virtudes de las clases obreras y medios para mejorar sus condiciones", *El Tucumán Literario*, Nº 17, Tucumán, 9.7.1894. Este artículo se publicó, por partes, en los números 9 (11.3.1894), 10 (25.3.1894), 11 (8.4.1894), 12 (22.4.1894), 15 (10.6.1894) y 17 (9.7.1894).

²⁵ Lídoro Quinteros, quien asumió la gobernación en 1887, ha pasado a la historia como el arquitecto de esa ley, pese a que sólo un año antes de presentar el proyecto se había manifestado contra la coacción laboral porque "las disposiciones sobre el trabajo a jornal [...] son contrarias a la libertad del trabajo mismo, a la garantía del salario y aún a la independencia individual" (Provincia de Tucumán, 1916, Vol. XII, p. 277).

²⁶ Conferencia dictada en la Sociedad Sarmiento por parte del Presbítero Joaquín Tula, *El Orden*, 15.7.1904.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ Esta revista, editada por Juan B. Terán, Julio Lopez Mañán y Ricardo Jaimes Freire, comenzó a circular en Tucumán hacia 1904. Si bien no era el órgano de difusión de la Sociedad Sarmiento, sí podemos considerarla como la voz del grupo más influyente dentro de la Asociación durante esos años.

²⁹ En 1903 se desencadenó una crisis, producto de tensiones que se venían acumulando en el seno de la Sarmiento, en las que confluían factores de política partidaria (la crisis del "roquismo" tucumano, dirigido por el gobernador Lucas Córdoba) y las contradicciones entre representantes de la élite política y social y los sectores medios que se sentían desplazados por los primeros de los cargos más expectantes de la Asociación. (Vignoli, 2011)

³⁰ Juan B. Terán, "La ley de trabajo y el código civil", *Revista de Letras y Ciencias Sociales*, Nº 1, julio 1904.

³¹ Julio López Mañán, "El trabajo y la propiedad. El proyecto González", *Revista de Letras y Ciencias Sociales*, Nº 1, julio 1904.

³² *El Orden*, 4.8.1904.

³³ Juan B. Terán, "Problemas públicos de Tucumán. Población-tierra y democracia", *Revista de Letras y Ciencias Sociales*, Nº 5, noviembre de 1904.

**A “Questão Social” no Brasil e no
Rio Grande do Sul na Década de 1930:
Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais***

Diorge Alceno Konrad

Professor Adjunto no Departamento de História e do PPGH- Mestrado em História da UFSM. Licenciado em História pela UFSM, Especialista em História do Brasil pela UFSM com a monografia “A vitória na derrota - A Frente Brasil Popular nas eleições de 1989”, Mestre em História do Brasil pela PUC-RS com a dissertação “1935: a Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul”, orientada pela Prof. Dra. Sandra Lubisco Brancatto e Doutor em História Social do Trabalho pela Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP com a tese “ O fantasma do medo - O Rio Grande do Sul, a repressão policial e os movimentos sócio-políticos (1930-1937)”, orientada pelo Prof. Dr, Michael Mcdonald Hall. Linha de Pesquisa: Migrações e Trabalho. Pesquisador de movimentos sociais e mundos do trabalho no Brasil e Rio Grande do Sul republicanos.. Pesquisador de movimentos sociais e políticos e de partidos e movimentos de esquerda no Brasil e Rio Grande do Sul republicanos. Professor colaborador do Doutorado da UNMDP, Argentina. Participou da Escala Docente da AUGM -UFSM/UNMDP em 2012.

A “Questão Social” no Brasil e no Rio Grande do Sul na Década de 1930: Mundos do Trabalho e Movimentos Sociais

Diorge Alceno Konrad

Um dos debates mais freqüentes na política e na sociedade brasileira, na década de 1930, deu-se em torno da chamada “questão social”. Como o tema foi entendido pelos diversos segmentos da sociedade civil, foi um problema que dividiu a população, fez exacerbar a luta de classes, movimentou forças sociais do capital e do trabalho, colocou o governo de Getúlio Vargas e o Estado, enfim, toda a sociedade política no centro da discussão.

Muitos, talvez a maioria, aceitaram o discurso governamental de que com o Movimento de 1930, a “questão social” tinha deixado de ser “caso de polícia” para tornar-se “caso de política”; outros tantos acreditaram inicialmente no discurso do governo, mas com o desenvolver da política social do “Governo Provisório” voltaram atrás; outros tantos, não viram diferença entre o governo da Primeira República e a “República Nova”. De qualquer forma, quase ninguém se omitiu do debate.

Os estudos sobre o período têm refletido esse debate e as posições teóricas, até hoje, na historiografia, na sociologia e na ciência política expressam, no geral, as posições assumidas pela sociedade civil e pela sociedade política do período.

Ainda em 1936, José Maria Bello escreveu *A questão social e a solução brasileira*, afirmando na época que a questão social era a grande questão contemporânea. Mas ao mesmo tempo fazia a pergunta clássica se na verdade existia a “questão social”, pois entendia que “toda questão que importa à sociedade humana, é por definição, social”. Para o autor, entretanto, “dentro do Estado, forma superior da disciplina da sociedade, o ‘social’ opõe-se, na dialética como

na prática, ao ‘político’”, enquanto que se aproxima do econômico até com ele confundir-se como se fossem simples revestimentos diversos do mesmo fato” (BELLO, 1936. p. 5). Criticando os primeiros adeptos do materialismo histórico, ao reduzir o problema a “questão do estômago”, tornando a questão incompleta, portanto falsa, afirmou que embora a questão significasse essencialmente “melhor distribuição das comodidades materiais da vida”, envolvia “uma ideia de justo e injusto, e assim, um julgamento de valores morais”. Por isso, o Estado, por “mais egoísta e negativo” que pretendesse ser, não poderia ficar indiferente a “um dissídio de interesses sociais” que de perto o atingisse. Por outro lado, as massas proletárias “por si só somente nada poderiam conseguir”, pois “os recursos da violência de que por ventura, desejassem usar, seriam contraproducentes, não só em princípio, como na prática, pois provocariam a reação do Estado, cujo dever primário é o de garantir a ordem pública”. É nesse sentido que para o autor, o Estado teve que intervir diretamente “como mediador dos interesses em choque”. Aqui estaria para Bello a “gênese da questão social”

A partir dessas considerações teóricas, e também políticas, José Maria Bello passa a argumentar que a legislação social era a obra mais importante do governo de Getúlio Vargas, sendo ao mesmo tempo preventiva e construtiva, pois mesmo que não houvesse uma legislação operária original, as leis sociais brasileiras eram distintas pelo “espírito nacional, no sentido de procurar compreender às condições peculiares do Brasil” (tendo o sindicato, sob o controle do Estado como a base social do governo). Por isso, no aspecto político, a sua principal característica residia no “espírito de conciliação entre os empregadores e empregados ou patrões e operários”. Isto “estimulava os sentimentos de solidariedade entre o capital e o trabalho”, dando ao Estado “o papel conciliador, o que ‘entorpeceu as desconfianças recíprocas’, oriundas dos tempos anteriores” (Idem, *ibidem*, p. 9 e 22-3).

Esse tipo de compreensão em relação ao tema é um dos marcos teóricos do período 1930-1937, pois identifica parte da intelectualidade com o discurso do próprio governo Vargas, criando escola a partir dali. Não foi diferente com os principais aliados de Getúlio Vargas.

I. A Questão Social e Lindolfo Collor

Depois de um longo período no exílio, aquele homem insuspeito voltava à sua terra natal, o Rio Grande do Sul. Desembarcava em Porto Alegre, cinco dias após ter aportado em Rio Grande. Era um dia frio de 24 de agosto de 1934.

Logo ao chegar, dava declarações sobre o tema que tanto tratara nos últimos anos. Declarava lamentar que no estado sulino “a mentalidade policial” continuava “vigilante ao redor e dentro dos sindicatos profissionais”. Denun-

ciava que poucos dias antes, um delegado de Polícia invadiu de mão armada um sindicato, em pleno funcionamento, em Pelotas¹, justificando, assim, a reação dos operários diante da violência sobre a sua associação de classe. Denunciava também que o Rio Grande do Sul ainda não saíra do ambiente policial que envolvia as reivindicações proletárias. Afinal, bastava que alguns operários pretendessem percorrer o Estado em propaganda de seus interesses coletivos, para que voltassem a Porto Alegre, presos e postos em incomunicabilidade².

Diante dessa situação defendia o “espírito que animou a reforma social no Brasil”, sobre a qual se reconhecia tanto aos trabalhadores como aos patrões, “o mais livre direito de associação e de defesa de seus interesses”. Para ele, este espírito era “absolutamente inconcebível com a velha mentalidade” sobrevivente, segundo a qual cabia à polícia resolver as questões decorrentes entre o capital e o trabalho. Dizia mais: permanecendo esta concepção “não teria valido a pena criar-se o Ministério do Trabalho” e a elaboração das “leis de caráter social”.

Alguém que desconhecesse aquele homem, mas tivesse um bom entendimento das lutas políticas e sociais daquele tempo, poderia achar que o discurso, muito bem articulado, pudesse ser de um líder operário de alguma organização socialista, comunista ou anarquista, que voltava do exílio, após a anistia aos expurgados políticos, prática continuada no Brasil pós-1930. Afinal, recém havia sido promulgada a Constituição e nova anistia política fora decretada.

Entretanto, quem chegava a Porto Alegre era ninguém mais nem menos que Lindolfo Leopoldo Bockel Collor, criador do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (MTIC) do “Governo Provisório”, após o Movimento de 1930³ quando reiterava a máxima de que no Brasil “a questão social havia deixado de ser caso de polícia”⁴. Cumprira-se, assim, a plataforma eleitoral da Aliança Liberal, que dentre seus pilares, apresentara a solução governamental para o problema dos conflitos entre capital e trabalho, tão comuns na época da Primeira República.

Mas nesse dia de agosto, em Porto Alegre, Lindolfo Collor, exilado após o Movimento de São Paulo de 1932, chegava ressaltando que quando construíram o ideal da Aliança Liberal e a “Revolução” de Outubro de 1930, haviam sustentado “em alto e bom som” que combatiam a “asserção oficialista de que a questão social, no Brasil, era um mero caso policial”⁵.

Dias depois, em entrevista ao *Correio do Povo*, Collor voltaria a enfatizar as declarações feitas no seu retorno ao Brasil. Depois de falar que um dos argumentos dos reacionários era de que no Brasil não existia a “questão social”⁶, reconhecia que seu trabalho no Ministério havia sido imperfeito, mas tinha o mérito de ter trazido “a questão social das delegacias de polícias e do fundo das enxovias para o pleno ar e de conceder-lhe a dignidade inerente a todos os assuntos que ocupavam a atenção dos governos”.

Mas, ao mesmo tempo, ressaltava que a reação policial se dava no cotidia-

no. Como exemplo, afirmou que no Rio, sucediam-se as violências e os operários eram trucidados em plena rua. Sobre o assunto, complementou:

Dizem os jornais do governo que os operários trucidados são comunistas. Na República Velha os processos não eram outros: operários que não concordam com o governo são sempre comunistas. No Rio Grande do Sul não saímos ainda do ambiente policial que envolve as reivindicações operárias. Basta que alguns operários queiram percorrer o estado com propaganda dos seus interesses coletivos, para que voltem a capital presos e sejam postos em incomunicabilidade dias a fio.

Essa é, infelizmente, a atmosfera em que se pretende resolver aqui as questões (...) entre operários e patrões. Nesse prolongamento do governo discricionário em nosso estado, o operário nunca tem razão. E quando resolve protestar e fazer valer os seus direitos, ele é comunista e vai para a cadeia (...)⁷.

2.A Questão Social e os Governantes da Segunda República

Alguns pesquisadores têm demonstrado que, diferente do que sempre propalaram os vencedores de 1930, Washington Luiz nunca dissera a famosa frase para justificar as iniciativas governamentais na área social e trabalhista do governo Vargas⁸. O conteúdo da frase teve um valor simbólico para a oligarquia dissidente que assumiu o governo em outubro de 1930⁹, pois marcava uma tentativa de rompimento com o passado, passado este que a própria dissidência oligárquica esteve metida até o pescoço.

Assim, desde a campanha da Aliança Liberal, a máxima atribuída a Washington Luiz foi constantemente repetida em discursos e programas de seus líderes. Mas, mesmo assim, como mostra Eulália Lobo, só em 2 de janeiro de 1930, ao apresentar a plataforma da Aliança Liberal, foi que Getúlio Vargas tratou da “questão social”, colocando a necessidade de uma legislação para os trabalhadores. No entanto, diz a autora, o discurso “revestia-se de caráter vago, eleitoreiro e referia-se a essa política como uma necessidade de concessões a serem feitas pela classe dominante”. Tanto que nem mesmo “tenentes” ou integrantes da Aliança Liberal aceitaram claramente o discurso de Vargas¹⁰.

Antes disso, Getúlio Vargas proferiu um discurso na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul (ALERGS), em 17 de outubro de 1929, ainda como presidente do estado. Neste, antevia-se a conciliação social que ele pregaria a partir do Movimento de Outubro, e que já era típica do coronelismo gaúcho pré-1930. Ou seja, fora a questão de que o Estado não devia envolver-se nas relações entre o capital e o trabalho, o positivismo rio-grandense, idealizado por Júlio de Castilhos e seguido por Borges de Medeiros e Getúlio Vargas, já

defendera durante anos a harmonia social e o paternalismo em relação aos trabalhadores, a fim de “incorporá-los à sociedade”. Quando estes buscavam ultrapassar esses limites estabelecidos pela classe dominante, a repressão aparecia como a solução lógica dos problemas e conflitos sociais. Esta lógica não mudou após 1930, quando foi levada por Vargas e seus aliados ao Palácio do Catete. Mesmo que dali em diante o Estado passasse a tratar da “questão social”.

O argumento sobre as especificidades do Rio Grande do Sul no tratamento da “questão social”, dado aos operários no período pré-1930, é insuficiente para explicar o papel dos positivistas gaúchos no tratamento da problemática. Parte do pressuposto de que existia no estado uma ilha diferenciada do restante do país. Sabemos, também, que a classe dominante gaúcha foi, por quase quarenta anos, um dos sustentáculos da política nacional do “coronelismo”, principalmente através do borgismo. Tampouco se pode falar de especificidade gaúcha no período pós-1930. Maria Elizabeth Lucas a respeito dessa questão dizia que:

Embora na década de 30 o Rio Grande do Sul seja um estado basicamente agropecuário e de incipiente industrialização isto não significa que o movimento operário gaúcho nas suas lutas e reivindicações, se distancie do operário do centro do país, onde o setor industrial estava mais desenvolvido. Ele acompanha as mesmas tendências do operariado do resto do país ao nível de organização e interesse de classe. (...) O que se quer salientar é que no plano das idéias que circulavam entre o operariado da época não há distâncias significativas. A própria centralização do estado, acabando com o regime federativo vigente na República Velha e tornando a “questão social” um assunto de competência exclusiva da esfera federal, contribui para unificar, em certa medida, o comportamento da classe operária (LUCAS, 1981, p. 51).

Por isso, falta consistência em certos tipos de estudos, centrados apenas em análises discursivas de documentos “oficiais”, tendentes a transformar os mesmos discursos, como se fosse o conjunto do processo histórico. Seguindo este caminho, a historiografia acaba assumindo o discurso dos poderes constituídos, como no exemplo do governo pós-1930, para quem a “questão social deixou de ser caso de polícia”.

Justificando os objetivos da Aliança Liberal, Vargas ressaltava a reunião de todas as classes, de todas as profissões: “todas as atividades úteis ao corpo social”, como os operários e industriais, os empregados e os comerciantes, a mocidade das escolas e os professores, os funcionários, os soldados, os artistas e os mestres das profissões liberais, os clubes e as diversas associações, os representantes políticos e a opinião pública acima dos partidos. Enfim, o Rio Grande do Sul, “exaltado no milagre da união sagrada”. A plataforma da Aliança

Liberal afirmava, então, que não podia negar-se a existência da questão social no Brasil, um dos problemas a ser encarado pelos poderes públicos (*Apud WASSERMAN*, 2002, p. 139 e 141).

Os diversos movimentos sociais e políticos, principalmente grevistas, durante a Primeira República, fizeram com que a “questão social” entrasse na ordem do dia¹¹, não apenas dos conflitos sociais, mas também dos conflitos políticos.

Com a vitória do Movimento de 1930, em 24 de outubro daquele ano, um dos temas mais recorrentes, continuou a ser o da “questão social”. O novo governo e a maior parte da imprensa passaram a abordar constantemente a problemática¹².

Nesse momento, Lindolfo Collor ainda não havia assumido o Ministério do Trabalho, que seria criado em 26 de novembro. A posse só iria ocorrer em 1º de dezembro de 1930, no prédio do Ministério da Justiça, no Rio de Janeiro. Juntamente com ele assumiram o Ministério Horácio Cartier, seu secretário, e Heitor Muniz, como oficial de gabinete. Concretizava-se a promessa de Getúlio Vargas de criação do Ministério, quando assumiu o “Governo Provisório”, em 3 de novembro de 1930¹³.

Na sua posse, Collor prometeu atacar, fundamentalmente, o problema dos sem-trabalho, começando pelos estados do Rio e São Paulo. Ressaltando o Manifesto da Aliança Liberal de 20 de setembro de 1930, afirmou que seu Ministério era o “Ministério da Revolução”, dizendo que “a mentalidade do governo deposto, de que no Brasil as questões sociais são meros problemas de polícia (...) já opusera, de há muito, a consciência liberal da Nação o mais justificado e peremptório dos protestos”. Para Collor, o Brasil, como signatário do Tratado de Versalhes, obrigava-se a cooperar na Organização Internacional do Trabalho, a fim de melhorar as condições de existência das populações operárias, marcadas pela miséria, pela injustiça e pelas privações, o que dava causa a descontentamentos que perturbavam a “ordem social, com grande perigo para a paz e harmonia universais”¹⁴.

Mas a greve dos trabalhadores de São Paulo, iniciada em 11 de novembro, pelos operários das fábricas Jaffet, Gênova, Maluf e Mouselli e Cia, em função da redução dos salários em 25%, justificada pelos patrões desde a “Revolução de Outubro”, também trouxe novos discursos em torno da questão operária.

O movimento grevista de São Paulo, que se alastrou por várias cidades do estado, atingindo milhares de operários tecelões, ferroviários e outros, reivindicava seis dias de trabalho por semana e retorno aos salários anteriores ao Movimento de 1930. Mas os operários não foram atendidos pelos patrões, nas medidas definidas pelo interventor João Alberto. Em editorial, o *Diário de Notícias* alertava que o movimento, que parecia ter assumido proporções graves, “devido ao enorme número de operários que haviam aderido à parede”, devido à intervenção do governo de João Alberto, começara a declinar. Dessa forma, para que os trabalhadores voltassem ao trabalho, “entreviu-se sem violência,

sem medidas coercitivas e imposições, mas com elementos pacificadores, atendendo a uns e outros, operários e patrões, procurando atender a defesa de seus interesses”. O editorial continua:

(...) Não houve necessidades de patas de cavalos, de perseguições, de assaltos da polícia às sedes das associações de classe, de prisões e espancamentos, como acontecia sob o regime em que a questão social era assunto entregue à polícia. E apesar das proporções que o movimento paredista havia tomado, não se verificou nenhuma desordem, nem nenhuma das tais “tentativas comunistas” que a polícia do Sr. Júlio Prestes descobria em cada greve que surgia em São Paulo, por mais restrita que fosse.

(...) Não há dúvida de que essa atitude conciliadora por parte dos poderes públicos é a mais eficaz para se evitar a perturbação da ordem, se consegue conciliar interesses e, o que é importantíssimo, para despertar a confiança do proletariado na boa vontade do governo¹⁵.

Assim, a estratégia de setores da classe dominante brasileira, em relação aos movimentos sociais, se consolidava. A imprensa auxiliava nesse papel, defendendo as medidas tomadas pelo novo governo em torno da “questão social”. Os discursos dos governantes e de boa parte da grande imprensa tinham o mesmo conteúdo. Mas, também, muitos operários aderiram a ele.

Em manifestação organizada por operários da Light, em homenagem a Getúlio Vargas e Lindolfo Collor, ocorrida em 24 de janeiro de 1931, centenas de trabalhadores, após desfile pela avenida Rio Branco, no Rio de Janeiro, se dirigiram ao Palácio do Catete. No trajeto, os estabelecimentos comerciais fechavam as portas. À frente deles, em um carro, foram Evaristo de Moraes e Joaquim Pimenta, antigos defensores de uma legislação trabalhista para solucionar a “questão social”.

Ao som do “Hino João Pessoa”, Vargas esperava-os na sacada do palácio. Ao acenar para a multidão, foi aplaudido demoradamente. Dois operários discursaram longamente. Os dois destacaram a diferença entre o governo iniciado recentemente e o anterior, no tratamento dos problemas sociais. Para eles, na administração passada, tais problemas eram considerados como meros casos policiais. Falaram que Vargas, em vez de trazer em sua túnica de soldado, perseguições e vinganças, criava o “paradoxo de uma ditadura liberalíssima”. Ao responder, da sacada do palácio, Collor, ao referir-se à “questão social”, argumentou que a revolução fora feita, antes de tudo “para garantir a liberdade do povo”, conclamando aos operários que defendessem junto com o governo o lema “Tudo pelo Brasil, tudo contra os inimigos do Brasil”. Para Collor, quem dentro das fronteiras brasileiras se erigisse em inimigo, “não dos governos, não das classes, mas do Brasil”, seria indigno “de viver à sombra das nossas leis e de respirar o ar da nossa pátria”. Pedia, então, ao operariado presente no Catete

que observasse a diferença entre dois Estados: o Estado policial que via os fenômenos sociais pela ótica dos interesses econômicos dos patrões e pelas necessidades públicas da ordem material e o Estado que integrou as altas finalidades da assistência social, examinando os conflitos do trabalho através dos anseios de justiça e da necessidade de amparo das classes trabalhadoras. Este último era o Estado do governo de Getúlio Vargas¹⁶. Era um discurso de conteúdo diferente daquele que ele faria, de forma oportunista, quase quatro anos depois, ao voltar do exílio. Mas não muito diferentes do que pensava a classe dominante brasileira, inclusive no pré-1930.

Pouco tempos depois, em reunião com o empresariado carioca no Ministério, enquanto acontecia a greve dos operários da indústria de Adib Naber, Collor falou aos presentes que estranhava que os operários fizessem greve e depois apelassem a ele. Assim, utilizando uma linguagem policialesca, solicitava aos operários se manifestassem com clareza:

(...) Ou aceitam a ação do Ministério do Trabalho, que traz uma mentalidade nova, de cooperação... Ou se consideram dentro de uma questão de polícia, no sentido do antigo governo. Ou abandonam a mentalidade bolchevista e subversiva, ou se integram no corpo social a que pertencem. (...) as classes operárias estão sendo fomentadas por elementos subversivos – comunistas, para dizer a palavra perigosa – notei não há a menor dúvida. E muito menos do que esses elementos são agitadores internacionais, conhecidos e que apenas podem prejudicar a conquista dos direitos do operário, pelos quais sempre tive o maior desvelo¹⁷.

Nos dias seguintes ao ato de apoio ao governo, os editoriais dos jornais davam destaque aos pronunciamentos. O *Correio do Povo*, em editorial, afirmava que “a vasta e complexa ‘questão social’, suscitada por uma poderosa corrente de revisão da velha mentalidade” que não ultrapassava o “estrito limite dos casos de polícia”. Assim, superava-se uma época em que “as relações entre as classes patronais e as classes trabalhadoras (...) eram reguladas pelo arbítrio policial”. Com a criação e instalação do Ministério do Trabalho, os “homens do Estado” voltavam-se “com a melhor simpatia, para os elementos que na sua honesta obscuridade”, eram os “criadores da riqueza nacional, os forjadores da grandeza econômica do Brasil”. Dessa forma, continuava o editorial, “a magnífica demonstração dos operários do Rio de Janeiro, ligou esses humildes heróis do trabalho ao espírito renovador da Revolução”¹⁸. Ato como esse, na capital federal, tinham a simbologia de serem relevantes e ter repercussão nacional, pois o Rio de Janeiro era fonte de irradiação de temas e debates em torno de questões sociais e políticas.

No discurso de Collor, se resumia as bases das políticas sociais do “Governo Provisório”¹⁹. Collor iniciou destacando que só os governos despóticos e

fracos sentiam necessidade de interferir na opinião partidária das associações de classe, pois a desordem estava na ausência destas, sejam patronais ou obreiras. Disse mais: que a desordem estava “no desamparo dos patrões contra exigências ruinosas dos operários, assim como na impotência dos operários contra imposições descabidas dos patrões”; a desordem estava “na falta de aparelhamentos sociais caracterizados para garantir a liberdade, a remuneração econômica e o amparo jurídico do trabalho no Brasil”. E, enquanto esses aparelhos não existissem, as relações entre os patrões e os trabalhadores, seria de luta e não de cooperação. Assim, o conceito de luta de classes deveria ser substituído pelo de cooperação entre as classes. Collor continuava:

(...) Reparem os representantes do operariado na diferença profunda entre esses dois quadros: no primeiro, o Estado policial encara todos os fenômenos sociais pelo prisma restrito das conveniências econômicas dos patrões e das necessidades públicas da ordem material; no segundo, o Estado se integrou nas suas altas finalidades de assistência social e examina os conflitos do trabalho, não apenas através das lentes dos interesses capitalísticos, mas ainda das aspirações de justiça e das necessidades de amparo das classes trabalhadoras.

(...) que a nenhum governo sucessor do nosso será possível retroceder no caminho iniciado e volver à antiga situação de afrontosa injustiça em que as questões sociais eram consideradas simples casos de polícia.

(...) Eis, porque (...) deve receber toda a condenação, eis porque deve receber a vossa condenação mais veemente toda agitação encaminhada à sombra de princípios subversivos, contra a integridade do Brasil, contra a sua soberania (...)²⁰.

Estava dada a estratégia do governo Vargas. Para os apoiadores, a complacência. Para os “agitadores”, os “subversivos”, os “adversários”, a marca de “antipatriotas a serviço de potências estrangeiras”. A nacionalidade não comportava, pela fala de Collor, a oposição ao governo. Aliás, para estes governantes o governo era a síntese da nacionalidade. O discurso servia para combater aqueles que tinham “Moscou como modelo”.

O mesmo tom de discurso aparecia no Rio Grande do Sul. Borges de Medeiros, o principal líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR), logo após o pronunciamento de Collor, dizia, em entrevista para *A Federação*, jornal oficial do Partido, que o Brasil e o estado passavam por uma “grave questão social”. Diante disso, o país necessitava de “uma legislação moderna e completa sobre o trabalho” e de uma organização que pusesse fim “à luta de classes”, a exemplo da Itália, a fim de colocar em bases seguras, a “perfeita harmonia entre o operário e o patrão”. Para Borges, esse era o meio mais eficaz para “comba-

ter as ideias exóticas e perigosas”, como o bolchevismo, o anarquismo e outras doutrinas, diante das quais, o operariado nacional “por índole”, seria avesso²¹.

Em editorial do *Correio do Povo*, o tom de crítica aos movimentos que se opunham ao governo Vargas e a política do Ministério do Trabalho começava a ficar mais claro. Os avanços das lutas sociais pós-Movimento de 1930 e a oposição crescente de parcelas do operariado ao governo Vargas explicitavam o que antes aparecia nas entrelinhas dos discursos. O jornal opinava que com a criação do Ministério do Trabalho, o “Governo Provisório” integrou o Brasil na corrente dos países de idéias vencedoras, contra aqueles em que “a chamada questão social” era “encarada sob o aspecto simplista do mero antagonismo de interesses entre patrões e operários”, onde era “um caso apenas suscetível de sumárias e violentas interferências policiais”. O editorial do diário gaúcho prosseguia afirmando que a orientação arbitrária mudara e outros eram os métodos e o tratamento que se dava à comunidade operária. Porém, alertava que se “a revolução liberal de três de outubro não criou um novo paraíso social, com o recurso do ópio de Moscou, soube compreender e canalizar as aspirações do proletariado nacional para um plano de humana justiça”. Assim, quando o operário reclama “o poder público não manda espingardeá-lo pela polícia ou dissolver-lhe os comícios com o expediente russo das patas de cavalo”. Ao contrário, quando os trabalhadores, prosseguia o editorial, entram “em litígio com os diretores das fábricas, o governo procura auscultar-lhe a opinião, ponderar-lhe as razões, para depois resolver com o melhor espírito de equidade, por intermédio dos órgãos competentes”.

Nesse momento, maio de 1931, Collor estava em São Paulo, pela primeira vez como ministro, visitando associações de classe e círculos operários. Para o *Correio do Povo* este era um sinal da “máxima cristã da ‘cooperação de classes’”, contra a “fórmula errônea, explorada pelos adventícios envenenadores da consciência proletária da ‘rivalidade das classes’”, pois o “Governo Provisório” não podia “decretar o paraíso para o operário nacional conforme o bárbaro charlatanismo estadista que os reformadores da escola de Lenine puseram em voga”. O governo só poderia “dentro das exigências do momento e de acordo com o ritmo das tradições sociais e jurídicas da nacionalidade” reconhecer-lhes os direitos e traçar-lhes as obrigações, mas dentro de uma linha de delimitação até então nunca alcançada no Brasil.

Collor, na verdade expressava apenas uma ideia de adaptação ao novo, momento histórico em que para conservar velhos costumes, se tornava necessário se trazer velhos modelos com novos fins, reafirmando a fidelidade às tradições.

Vargas em seu “Manifesto à Nação”, ao comemorar o primeiro ano do “Governo Provisório”, comemorado em 3 de outubro de 1931, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, voltou a referir-se a “mentalidade predominante do

regime passado”, quando o “problema operário no Brasil era simples caso de polícia”. Ali, Vargas exaltou as realizações do governo em torno da questão operária, sobretudo em torno das ações do MTIC e da legislação social, a qual era dotada do “alto espírito de conciliação, sem extremismos de escolas, antes seguindo orientação conservadora, adequada ao nosso meio e às tendências pacíficas do fator humano” que nela imperava (*Apud* WASSERMAN, op. cit., p. 148).

Em 17 de novembro de 1931, pela primeira vez como ministro do Trabalho, Lindolfo Collor desembarcava no Rio Grande do Sul. Na recepção, uma Comissão da Classe Trabalhadora Organizada de Porto Alegre²². No dia 21, uma homenagem foi prestada a ele pela Associação dos Ferroviários Sul Rio-Grandenses. No dia 27, outra homenagem, nesse instante do patronato, através do Centro Industrial Fabril Rio-Grandense.

Em longo discurso, o presidente do Centro, Anton Jacob Renner, argumentou, entre outros temas, que as leis sociais elaboradas pelos parlamentares pré-1930, além de serem inexecutáveis, no lugar de trazerem vantagens ao operariado, apenas conseguiram provocar a desordem dos centros industriais, acarretando em choque entre patrões e operários²³.

O discurso poderia parecer uma crítica à política social da Primeira República, mas na verdade, escondia também a resistência da classe dominante gaúcha em relação às mudanças mais profundas, reivindicadas pela classe trabalhadora, ou menos ainda, pelo simples cumprimento da legislação social.

No dia 18, por iniciativa do Clube Caixeiral, Collor recebeu nova homenagem, dessa vez de parcela do operariado porto-alegrense. Ali, João Lattuada, representando a Comissão Central de Homenagem, pronunciou um discurso em torno da “questão social”. Iniciou dizendo a Collor, que a pena que o ministro utilizou para “legislar sobre a questão social”, também “serviu de chave” para abrir os portões dos corações dos trabalhadores. Dentro do mais puro espírito liberal, Lattuada afirmou que se Collor limitou a liberdade dos trabalhadores até onde começava a liberdade da classe patronal, também limitou a liberdade desta classe, até onde iniciava o direito à vida dos trabalhadores. Por fim, alertou o ministro, referindo-se ao cumprimento das leis sociais:

(...) permita-me, antes de terminar (...) que eu diga algo aos inimigos da pátria, aos inimigos da ordem e do progresso. O fiel cumprimento dessas leis amanhã será o estímulo, será o incentivo que fará brotar nos corações operários o mais puro sentimento de amor à pátria. Porém, se o egoísmo vencer e esta lei for burlada (...) nós não iremos esperar que os nossos corações se despedacem de dor em ver nossos filhos definharem na mais extrema penúria. Absolutamente, não! Milhares de vezes preferível (*sic*) tombarmos metralhados no meio da rua, gloriosamente empunhando a bandeira rubra das nossas reivindicações!(...).

Collor respondeu que a revolução viera para ratificar os destinos da pátria em relação à organização do trabalho, alegando que o “Governo Provisório” já havia feito o que era possível, até então, em benefício do trabalhador nacional. E concluiu:

Nada existia feito, antes da revolução, no terreno da nossa legislação social. (...) O eminente Dr. Getúlio Vargas imediatamente levantou as questões sociais do Brasil dos porões da polícia para o pleno ar das discussões e para o terreno das realizações. (...) Compreendamos, que sem garantir ao operariado nacional a perfeita e ampla liberdade de palavra e de ação, dentro da ordem, não seria possível pensar jamais na nacionalização do trabalho (...)²⁴.

No dia três, no Grande Hotel, no centro da capital, ocorreu mais um banquete oferecido pelas lideranças políticas (Flores da Cunha, Sinval Saldanha, Maurício Cardoso e outros) e pelas lideranças empresariais (A. J. Renner, Ernesto Neugebauer, Walter Gerdau, etc). Nesta homenagem, o operariado estava de fora. Em 8 de dezembro, Collor retornou ao Rio de Janeiro.

Dois dias depois, o *Diário Carioca*, no editorial “A nossa legislação social”, defende Collor, afirmando que ninguém ignorava que “no regime que antepôs à vitória da Revolução de Outubro, os governos deste país consideravam a questão social como caso de polícia”, e que se algum membro do operariado ousasse protestar contra “um esbulho ou injustiça, recebia como castigo a detenção na geladeira ou o destino em paragens distantes, conduzidos nos porões de navios fantasmas, estigmatizado com o passaporte de bolchevique ou coisa que o valha”²⁵. Na seqüência, o editorial defendeu Collor afirmando que ele “olhava a questão operária por um prisma diferente”, com a “preocupação patriótica de arrancar o nosso trabalhador das torturas da geladeira e das algemas do cativo mascarado (...) para reintegrá-lo na sociedade (...) na obra titânica de reconstrução nacional”. Por isso, Collor “não criou as ‘questões sociais’”. Apenas reconheceu (...) que no Brasil existia essa questão, já proclamada em 1919 pelo gênio de Rui Barbosa na plataforma civilista”, por que, em nosso país, “os nossos trabalhadores sempre tiveram com os patrões uma luta desigual”, tendo, ao lado destes, “a força da polícia e o apoio do governo. Para o *Diário Carioca*, Collor teria “iniciado uma política de defesa proletária (...) para tornar o operariado uma corporação autônoma e livre, dentro do terreno da ordem e da disciplina”. Só os maus patrões, continua o editorial, poderiam ficar alarmados. Por trás disso, estaria “um esforço misterioso para transformar a questão social em luta de ódio entre patrões e operários”, esforço de “certas ‘forças ocultas’, às quais não devem ser estranhas ao Sr. Salgado Filho”²⁶.

A estratégia estava dada. As falas de Lindolfo Collor e de setores da im-

prensa, como o *Diário Carioca*, passavam a coincidir. O discurso em torno da “questão social” era o mesmo de 1930. Mas outro, em torno da questão política, diferenciava os integrantes do governo Vargas e seus ex-aliados, os quais rumavam para a oposição liberal. Nesse momento, construía-se a Revolta Paulista de 1932. Os discursos de Collor seriam, logo, apropriados por Vargas, mas sem Collor. Ele iria para o exílio. Ao voltar, em 1934, o conteúdo de sua oratória não seria mais o mesmo: para ele, a “questão social” voltaria a ser “caso de polícia”. Para o governo, continuaria a ser “caso de política”.

Referências

ARAÚJO, Rosa Maria Barbosa de. *O batismo do trabalho: a experiência de Lindolfo Collor*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

BELLO, José Maria. *A questão social e a solução brasileira*. S/c: s/ed., 1936. p. 5, Biblioteca Nacional (BN)/RJ.

CARONE, Edgard A *República Nova (1930-1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976, p. 134.

COLLOR, Lindolfo. *Lindolfo Collor e a questão social*. Artigos de 1917-1941, Brasília: Ministério do Trabalho, 1989.

D'ARAÚJO, Maria Celina. Estado, classe trabalhadora e políticas sociais. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil Republicano*. O tempo do nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

GAMA, Mozart da e HENRIQUES, Gilson de Mendonça. *Que tem feito o presidente Vargas?* Rio de Janeiro: Borsoi, s/d.

LIMA, Mário de Almeida (Org.). *Origens da legislação trabalhista brasileira. Exposições de motivos de Lindolfo Collor*. Vol. 7. Porto Alegre: Fundação Paulo do Couto e Silva, 1990.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer (Coord.). Rio de Janeiro *Operário: natureza do Estado, conjuntura econômica, condições de vida e consciência de classe*. Rio de Janeiro: Access, 199.

LUCAS, Maria Elizabeth. Legislação social e independências ideológicas no movimento operário gaúcho (1930-1937). In: *O processo revolucionário de 1930*, v. VII, n. 1-2. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 1981.

MAESTRI, Mário. *Uma história do Rio Grande do Sul*. República Velha. Vol. 3. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001.

MOREIRA, Sílvia. São Paulo na *Primeira República: as elites e a questão social*. Coleção Tudo é História, n. 125. São Paulo: Brasiliense, 1988.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha. Imaginários anticomunistas brasileiros (1930-1934)*. Porto Alegre: Ed. PUC-RS, 2001.

WASSERMAN, Cláudia. *Palavras de presidente*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2002.

Notas

¹ Era uma referência a agressão da polícia sofrida pelos operários estivadores e motorneiros de Pelotas.

² Significava uma alusão às caravanas da Liga Eleitoral Proletária (LEP), que percorria o Rio Grande do Sul em campanha eleitoral e cujos líderes haviam sido presos em Cachoeira do Sul.

³ Utilizo aqui o conceito de Movimento de 1930, no lugar da tradicional denominação “Revolução de 1930”, por entender que a chegada ao poder da dissidência oligárquica não resultou em mudanças estruturais na forma do capitalismo dependente da formação sócio-econômica brasileira.

⁴ Gama, Henriques, s/d. Ver especialmente o capítulo “As leis sociais”, escrito por Gilson Henriques, após o início do Estado Novo, no qual se acha bem desenvolvida a tese de que foi Getúlio Vargas o responsável por o Brasil ter deixado de tratar a “questão social como caso de polícia”. Ver, sobretudo, p. 27-44.

⁵ Ver: Chegou, ontem, o Dr. Lindolfo Collor. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 25/08/1934, p. 9, Museu de Comunicação Social Hipólito José da Costa - MCSHJC/RS. Cf. A questão social no Brasil, reprodução da entrevista na íntegra em Lima, 1990, p. 205-11.

⁶ Assis Brasil, primeiro ministro da agricultura de Vargas, durante boa parte da Primeira República, defendeu que no Brasil não havia a “questão social”, já que faltavam no país as condições estruturais para tal, devido a “abundância de trabalhadores e a falta de trabalho” e ao fato de não se ter no país “classes irreversivelmente separadas em uma terra em que a fortuna ou a representação social” podiam sorrir a todos quantos não eram “incapazes por natureza” (*Apud* MAESTRI, 2001, p. 55).

⁷ Sobre os operários presos, Collor fazia nova referência a LEP, cuja caravana divulgava seu programa e candidatos às eleições de 1934 em viagem pelo interior do estado e fora também detida pela polícia comandada por Flores da Cunha em passagem por Santa Maria. Cf. A questão social no Brasil - entrevista com Lindolfo Collor. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 29/08/1934, p. 16.

⁸ Mário de Almeida Lima considera que a “formulação correta e que foi deliberadamente adulterada”, já constava em carta do deputado Carlos Penafiel, do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) escrita a Borges de Medeiros em 30/10/1920 (cujo original encontra-se no Arquivo Lindolfo Collor, no CPDOC/FGV. Cf. “Por muito tempo ainda no Brasil (...) a questão operária será, entre nós, uma questão de ordem pública, e não de ordem social”. Ver: A proteção ao trabalho e a contribuição de Lindolfo Collor. In: LIMA, op. cit., p. 21 a 23.

⁹ Araújo (1981, p.46) explica que a frase atribuída a Washington Luiz surgiu a partir da plataforma de sua candidatura presidencial em 1925. Na ocasião, ele afirmou: “entre nós a questão operária é uma questão que interessa mais à ordem pública que a ordem social”. Um jornalista europeu, de nome Wanderwelt, espantado com a afirmativa e a frase fez com que ela caísse no domínio da imprensa oposicionista, transformando-a na máxima atribuída a Luiz desde então.

¹⁰ Ver: A situação do operariado no Rio de Janeiro em 1930. In: Lobo (1992, p. 27).

¹¹ Sobre a questão social na Primeira República, mesmo que numa análise mais restrita ao caso paulista, ver Moreira (1988).

¹² Silva (2001, p. 19) defende a idéia de que, na discussão sobre a “questão social”, a imprensa apa-

recia como “uma variável da interação entre Estado e sociedade civil”.

¹³ Sobre a experiência de Lindolfo Collor como primeiro ministro do Trabalho, ver ARAÚJO, Ângela. Op. cit., 1981. No que nos interessa aqui, uma das principais teses da autora é considerar que o movimento operário desenvolvido na Primeira República era “o grande responsável pelo novo comportamento do Estado face à chamada ‘questão social’ no processo de revolução de 1930”. Cf. idem, p. 44. Entretanto, para Evaristo de Moraes Filho, no prefácio do livro de Rosa Araújo, no pós-1930, a verdade “era que a questão (agitação) operária continuava sendo uma questão de polícia, com numerosas prisões de trabalhadores tidos como subversivos e suas expulsões, ou do território nacional ou da sua localidade de trabalho”. Ver idem, p. 21.

¹⁴ Cf. Tomou posse da pasta do Trabalho, Indústria e Comércio o Sr. Collor e O Ministério do Trabalho - Foi solene a posse do Sr. Lindolfo Collor. In: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 02/12/1930, p. 1, MCSHJC/RS.

¹⁵ Cf. Nos métodos. In: *Diário de Notícias*, Porto Alegre, 04/12/1930, p. 5. Artigos e pronunciamentos de Collor em torno da “questão social” podem ser visto em Collor, (1989).

¹⁶ Ver: Realizou-se ontem, na capital da República, revestindo-se de grande imponência, a manifestação promovida pelos operários aos srs, Getúlio Vargas e Lindolfo Collor. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 25/01/1931, p. 1. Ver a íntegra do discurso de Collor em LIMA, Mário de Almeida, op. cit., p. 195-9, MCSHJC/RS.

¹⁷ Edgard Carone cita a fala de Collor aos empresários a partir de matéria sobre o encontro extraída do *Jornal do Comércio* de 18/04/1931. Cf. *apud A República Nova (1930-1937)*. 2ª ed. São Paulo: Difel, 1976, p. 134.

¹⁸ Ver: A solidariedade do operário. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/01/1931, p. 3.

¹⁹ Um resumo das políticas sociais do período, em estudo que se estende até o final do Estado Novo, ver D’Araújo (2003, p. 213-239).

²⁰ Ver: O brilhante e substancioso discurso que o ministro Lindolfo Collor proferiu, em nome do governo, para agradecer a manifestação das classes operárias. In: *Correio do Povo*. Porto Alegre, 28/01/1931, p. 12.

²¹ Cf. a entrevista A questão social. In: *A Federação*. Porto Alegre, 24/02/1931, p. 2, MCSHJC/RS.

²² A comissão era composta por Arlindo Bauer (representando A Cosmopolita, uma associação interclassista), João Lattuada (da Associação dos Repartidores de Pão), João Farias de Souza (presidente da União dos Operários Estivadores) e major Xavier da Costa (presidente do Conselho Consultivo dos Trabalhadores de Porto Alegre). O ministro foi recepcionado, na lancha que o trouxe do aeroporto, por Sinval Saldanha (secretário do Interior do governo estadual), Alberto Bins (Prefeito de Porto Alegre) e Florêncio de Abreu (chefe de polícia do Rio Grande do Sul). Ver *Correio do Povo*, Porto Alegre, 18/08/1931, p. 8.

²³ Ver: O ministro do Trabalho em Porto Alegre - À noite, o Centro Industrial Fabril Rio-Grandense ofereceu a sua excelência, um banquete no Clube do Comércio. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 28/11/1931, p. 7.

²⁴ Os pronunciamentos de João Lattuada e Lindolfo Collor foram publicados na íntegra. Cf. Por iniciativa do Clube Caixeiral, o Sr. Lindolfo Collor recebeu, ontem, grandiosa manifestação de apreço. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 29/11/1931, p. 10.

²⁵ O editorial sinalizava uma tomada de posição do diário gaúcho, influenciado pela diretriz dos integrantes do PRR e do PL, apesar do discurso editorial de isenção. In: *Correio do Povo*, Porto Alegre, 27/04/1932, p. 12.

²⁶ Salgado Filho assumiu como ministro do Trabalho em 06 de abril de 1932, em substituição a Lindolfo Collor.

**A Intervenção do Clero
Católico Sul Rio-Grandense no
Mundo do Trabalho (1920-1950)**

Marta Rosa Borin

Doutora em Estudos Históricos Latino-Americanos pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (2010). Professora Substituta do Curso de Relações Internacionais, Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM); membro do Diretório de Pesquisa do Curso de História, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/CNPq), Grupo de Pesquisa - História Platina: sociedade, poder e instituições; membro do Diretório de Pesquisa do Núcleo de Estudos de Memória e Cultura (NEMEC/PPGH), Universidade de Passo Fundo (UPF/CNPq); Vice-Coordenadora do GT de História das Religiões e Religiosidades do Rio Grande do Sul (GTHRR/RS – ANPUH/RS); Coordenadora do Núcleo de Documentação e Pesquisa do Museu Sacro de Santa Maria. Tem experiência de pesquisa na área de História Latino-Americana e Brasil República atuando principalmente nos seguintes temas: instituições, religião, política, poder, memória e patrimônio.

A Intervenção do Clero Católico Sul Rio-Grandense no Mundo do Trabalho (1920-1950)

Marta Rosa Borin

O tema deste trabalho estimula-nos a refletir sobre alguns desdobramentos relacionados ao catolicismo social, introduzido no mundo do trabalho a partir da *Rerum Novarum* (1891). Esta Encíclica papal propunha reformas à sociedade capitalista contemporânea visando impedir a exploração dos trabalhadores, muito embora defendesse a distribuição mais ampla da propriedade privada e rejeitasse o socialismo revolucionário. Foi o primeiro de uma série de alertas, consubstanciados em Encíclicas que compõem a chamada Doutrina Social da Igreja.

Como um elemento cultural definidor de atitudes e posicionamentos da Igreja romana frente ao mundo do trabalho, o catolicismo social “se impôs no Brasil ao longo de décadas até tornar-se, nos dias atuais, presente nos discursos de lideranças de classe e nos textos normativos das relações trabalhistas, assistenciais, previdenciárias e sindicais” (Souza, 2002).

Este texto, como um desdobramento da nossa tese de doutorado, tem por objetivo analisar no processo de operacionalização da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, uma das estratégias elaboradas pelo clero católico sul rio-grandense, através do catolicismo social, os Círculos Operários Católicos.

Nosso enfoque prioriza o Estado do Rio Grande do Sul e a realidade religiosa de Santa Maria, pois entendemos que tal devoção vai ser (re)conhecida, nesta cidade e no Estado, a partir de um fato histórico ocorrido na Revolução de 1930.

Esta devoção mariana foi difundida em Santa Maria, no final dos anos de 1920, com o então seminarista da Companhia de Jesus, Inácio Rafael Valle. A cidade plural no campo das crenças, já no início do século XX também foi um centro de circulação de ideias graças à ferrovia, e local de mobilização de muitos operá-

rios, segmento social disputado entre o clero católico e líderes de outras crenças.

Em relação à questão social, o padre Valle considerava que o futuro da classe operária dependia de sua organização estar fundamentada na Doutrina Social Cristã. E, para tanto, a atuação da Igreja católica em Santa Maria se estendia à educação dos filhos dos ferroviários e também a outros segmentos do próprio operariado, pois, segundo Rambo (In: Dreher: 1998, p. 156), a ideia de cuidar do operariado urbano também estava balizada no Projeto de Restauração Católica.

Sobre o trabalho operário na Encíclica *Rerum novarum*, o papa defendeu os direitos dos trabalhadores e as responsabilidades do capital e do trabalho; tratou do trabalho como uma atividade destinada a promover o ser humano e defendeu os direitos dos trabalhadores à organização de associações com o intuito de conseguir condições de trabalho e salários mais justos.

A Igreja católica, através da Santa Sé, atuava claramente contra o liberalismo, o anarquismo e o comunismo para que essas ideologias não se enraizassem no meio operário. Dita posição era expressa, também, na Encíclica *Divini redemptoris* que considerava o comunismo como sendo uma ideia falsa de redenção, com um pseudo-ideal de justiça, de igualdade e de fraternidade no trabalho. Considerava que referida ideologia iludia as massas com falsas promessas e com um entusiasmo contagioso, numa época em que, conforme o Papa destacava, a população vivia numa defeituosa distribuição da riqueza.

O movimento circulista (DIEHL, 1990, p. 7- 10) que surge no Rio Grande do Sul também aparecerá em outros Estados brasileiros, visando fortalecer o operariado e suas famílias. Tornou-se um movimento influente e muito apoiado pela Igreja que, na década de 1930, assume-o nacionalmente. O circulismo em Santa Maria, além de lutar pelos direitos trabalhistas, buscou, na educação e na formação moral cristã, as metas para a vida dos operários e seus familiares. O intuito era afastá-los das ideias comunistas e dos anticlericais, integrando trabalhadores de várias áreas a partir de momentos de lazer, de esporte, de educação e de reivindicação trabalhista.

Nesse sentido, a Igreja católica além de promover a vinda de religiosos para atuarem na educação dos filhos dos operários, em 1920, fundou o Círculo Operário Católico em Santa Maria,¹ no Colégio São Luiz. Tal fato refere-se à instrução dos operários que, através da Doutrina Social Cristã, diferenciava-se da União Operária, esta apoiada por membros da maçonaria e anglicanos. Numa época de greves, de disputas político-ideológicas, o clero católico acreditava ter motivos para arregimentar um número significativo de operários e livrá-los daqueles que considerava falsos líderes.

A preocupação do clero católico em relação à classe operária era respaldada pela imprensa que informava sobre a agitação que acontecia na cidade desde 1906, sendo o período de 1912-1916 assinalado por inúmeras greves no Rio Gran-

de do Sul. Em 1920, por exemplo, os operários da União Geral dos Trabalhadores de Santa Maria ameaçaram fazer greve se colegas demitidos das oficinas em Rio Grande não fossem reintegrados ao trabalho. Só foram readmitidos os “mais ordeiros e respeitosos”.² O movimento grevista em torno da permanência de escriturários nas oficinas da Viação Férrea de Santa Maria também foi vitorioso.³

Segundo Beltrão (1979), as greves dos ferroviários somente irão cessar em fevereiro de 1921, quando as oficinas são reabertas, sendo demitidos “os cabeças do movimento” e proibida a admissão de filiados à União Geral dos Trabalhadores por ser considerada foco de greves, desordens e perturbações na vida dos operários. Um indício de que essa associação não tinha muito prestígio pelos conservadores e, conseqüentemente, seus apoiadores.

No mesmo ano da fundação do Partido Comunista, 1922, o clero católico se mobilizava contra a descristianização da sociedade e contra o comunismo fundando a Confederação Católica, a qual, mais tarde, se transformará na Ação Católica Brasileira.

Assim como o avanço das ideias comunistas entre os operários preocupava as elites dirigentes (civis, militares e eclesiásticas) os episódios político-militares dos anos de 1920, Tenentismo, também. No entanto, um fato histórico ocorrido na Revolução de 1930 reverteria a situação de tensão na cidade de Santa Maria. Este fato, segundo a literatura popular e os manuscritos do padre Valle (1954), está relacionado à devoção a Nossa Senhora Medianeira que iniciou em Santa Maria, como súplica à proteção e mediação de Maria contra a eminência de uma guerra civil. A manifestação ficou conhecida na cidade e moveu um grupo de pessoas a pedir às autoridades eclesiásticas a organização de uma romaria oficial a Virgem Medianeira, por ter atendido ao pedido dos devotos para que os quartéis locais não aderissem à Revolução de 1930. Como não houve mortes na ocasião, a graça foi atribuída a Virgem Medianeira. Padre Valle (1954) enfatiza: *o “terror da cidade transformou-se em festa. Não houve um tiro nem uma gota de sangue. E o povo clamou: a Virgem Medianeira nos salvou!”*

Nesse sentido, o Bispo D. Antônio Reis, publica uma Carta Pastoral, clamando o povo a auxiliar nas obras do Santuário da Medianeira, pois dedicou especial atenção aos Círculos Operários, a Cidade dos Meninos, ao Pão dos Pobres, instituições da diocese criadas *“com a finalidade de recuperar menores e habilitá-los para a vida, transformando-os em operários”*. Incentivou também, dentre outras agremiações, a Ação Católica e a Ação Social Rural.

No desdobramento dessas estratégias, lê-se no *Diário do Interior*, que no Seminário São José estavam sendo rezadas missas, a pedido de fiéis, para que se definisse, o quanto antes, o dogma da Mediação Universal de Maria Santíssima”. A nota fez uma breve explicação sobre o início da devoção à Medianeira com o Cardeal Mercier, da Bélgica, e mencionou publicamente que, por seu

pedido, o Papa Pio XI havia concedido a festa e a missa de Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças. Anunciou também as comissões, com mais de 450 bispos europeus, que haviam sido organizadas para o estudo do dogma, sendo que, no Brasil, cerca de 20 dioceses haviam pedido a festa da Medianeira. Informou também que o maior centro de pró-devoção a Medianeira estava em Santa Maria e que a população esperava o Santuário.⁴

A par da afirmação do catolicismo, através da devoção a Nossa Senhora Medianeira e da ação do clero junto aos operários o governo varguista une forças com a Igreja católica no combate ao adversário comum, o comunismo. Um dos meios utilizados pelo clero católico para combatê-los foi através dos Círculos Operários.

Souza (2002, p. 141), que trabalhou com documentos do próprio padre Brentano, fundador do Círculo Operário Católico de Pelotas, considerado o precursor do circulismo no Brasil, cita fragmentos do documento que previa disciplinar os trabalhadores, oferecendo-lhes uma alternativa político-organizativa que garantisse sua participação no cenário político em gestação e, ao mesmo tempo, legitimasse a presença católica no espaço do trabalho e promovesse a organização corporativa de todos os trabalhadores católicos do Brasil.

Se a ação social do Estado diante da questão social era inspirada na Doutrina Social da Igreja e no programa social da *Rerum novarum*, tinha por objetivo dizer aos operários do Brasil que eles também poderiam e deveriam ser católicos e que o catolicismo também fazia parte do mundo do trabalho, pois, com base nas Encíclicas a Igreja visava disciplinar o trabalho e reconhecia que a questão operária era um caso a ser tratado com urgência, pois advertia que o empregador deveria dar condições dignas aos seus operários.

O perfil esperado do operário estava explicitado, por exemplo, na estrutura e no programa do Círculo Operário Porto-Alegrense⁵, onde dizia que ele deveria ser “cristão e anticomunista”.⁶

Na Estrutura⁷ do Circulismo ficava registrado, em letras garrafais, que os Círculos Operários Católicos receberam do chefe da nação, Getúlio Vargas, o título de “*Órgão Técnico Consultivo do Ministério do Trabalho*”. Dito órgão foi instituído em novembro de 1930 como “Conselho Consultivo composto de individualidades iminentes, sinceramente integradas na corrente das ideias novas”.⁸ Dentre suas realizações, orientava, construtivamente, o sindicalismo, “colaborando com as autoridades e patrões, livrando os trabalhadores dos despóticos chefes comunistas que tiranizam os operários e criam um ambiente permanente de instabilidade pública”. A página da notícia está ilustrada com uma foto de Getúlio Vargas examinando o álbum das atividades circulistas, explicitando o alinhamento entre a Igreja e o Estado, nesse caso, contra a propagação das ideias comunistas entre a classe operária, além de reafirmar a credibilidade da Igreja católica junto ao governo Varguista, principalmente no que dizia respeito

à questão da educação e organização da classe operária.

Os Círculos Operários Católicos no Rio Grande do Sul ficaram, então, sob tutela da Igreja que também não tinha muita experiência com o circulumismo, mas que tentava desvencilhar-se de uma imagem que a caracterizava como instituição alheia aos anseios dos trabalhadores. Porém, esse cenário político preocupava e, ao mesmo tempo, estimulava o grupo de padres jesuítas que iria coordenar as iniciativas dos Círculos Operários Católicos no Rio Grande do Sul, dentre eles o padre Valle. Este sacerdote, enquanto agente social do campo religioso católico pretendia, também, que Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças fosse reconhecida como padroeira dos Círculos Operários Católicos do Brasil e “do mundo”. Para tanto, passou a incentivar os operários do Círculo Operário Porto-Alegrense a lotarem os trens e dirigirem-se a Santa Maria por ocasião das romarias em honra a Nossa Senhora Medianeira. Isso fortaleceria o catolicismo na cidade.

Para Rausch (1997, p. 58), os jesuítas desempenharam um papel importante nos Círculos Operários, pois, temendo o comunismo, manipulavam as votações e, ainda, devido às iniciativas dos sacerdotes, criaram, entre os operários, certa dependência que acabava por supervalorizar a figura do padre, causando certa antipatia em relação aos sacerdotes jesuítas.

As iniciativas do clero católico e dos religiosos da cidade foram moldando a forma de conquista do catolicismo em Santa Maria. O jornal *Diário do Interior*, de 1934, informa que, naquele ano, o Círculo Operário de Santa Maria contava com 410 sócios efetivos e mantinha uma escola diurna com 64 alunos matriculados.⁹

Percebe-se que o clero católico local foi se articulando e, ao se movimentar entre os operários e o Estado, estava lutando não somente pelo reconhecimento do catolicismo no espaço da cidade e do mundo do trabalho, mas também entre as famílias, para conquistar e salvar *almas* através da catequese cristã, implícita na condução da classe operária pelos dirigentes eclesiais dos Círculos.

Para exemplificar a preocupação do padre Valle com relação à situação dos operários e como ele via a situação de alguns grevistas, citamos um fragmento da carta que ele enviou, nos anos de 1930, à Madre Geral e às Madres Capitulares da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus:

O operário era totalmente dominado pelos anarquistas e comunistas, sendo que no dia 1º de maio não era permitido sair à rua, pois as cidades eram tomadas pelos militares para impedir a desordem. Por esse motivo, o padre Brentano fundou o primeiro Círculo Operário Católico, mas inicialmente foi muito perseguido, pois os operários, dominados pelos comunistas, não queriam ver a batina entre os operários.¹⁰

Nessa citação, nota-se o chamado “terrorismo de direita” como justificava à repressão do governo revolucionário aos operários de tendência esquerdista.

No entanto, na mesma carta, o padre Valle contava que, quando foi presidente dos Círculos Operários, descobriu que “os operários queriam fazer passeata com a finalidade de fazer uma grande matança de patrões. Avisamos o governo e imediatamente a cidade foi dominada pelos militares e nada aconteceu”. Era a parceria da Igreja e Estado contra o inimigo comum, o perigo *vermelho*.

Esse relato não especifica o ano do protesto, mas é importante observar que o sacerdote estava se referindo ao mesmo objetivo do padre Brentano quando fundou o Círculo Operário Católico Pelotense, em 1934: “combater os comunistas e anarquistas”. No tocante à “passeata com a finalidade de matar os patrões”, não pudemos precisar a data nem o local, pois, segundo Rausch (1997, p. 50-54), a partir de 1937 o padre Valle viveu em Porto Alegre, onde dirigiu o Círculo Operário Portoalegrense, até seu falecimento, em 28 de maio de 1982.

Em discurso proferido em 1936, Getúlio Vargas, ao condenar o comunismo, as ideias marxistas e o espírito anticristão, dava margem às manifestações da Igreja católica contra o comunismo. Ele o considerava inimigo do Estado:

Desencadeador das forças do mal e do ódio que campeiam sobre a nacionalidade, ensombrado o espírito amável de nossa terra e de nossa gente (...) alicerçado no materialismo constitui-se o inimigo mais perigoso da civilização cristã (...) uma espécie de primitivismo, às furnas elementares da organização social, caracterizado pelo predomínio do instinto gregário e cujo exemplo típico são as antigas tribos do interior da Ásia.¹¹

O discurso evidenciava o comunismo como proposta de uma sociedade retrógrada e oposta ao progresso “condenado a manter-se em atitude de permanente violência” visando a desordem a fim de implantar o poder “tirânico em nome, e em proveito, de um pequeno grupo de ilusos e audazes exploradores contra os interesses e com o sacrifício dos mais sagrados direitos da coletividade”.¹²

Outra iniciativa dos jesuítas, narrada pelo padre Rausch (1997, p. 53), foi a criação da Escola Noturna para operários que funcionava no Seminário Central em São Leopoldo. Ela estava a cargo da União de Moços Católicos que ministravam aulas de catolicismo aos alunos. Dita Escola foi o ponto de partida do padre Brentano e do padre Rausch para a dedicação aos Círculos Operários, criados para combater o comunismo na classe operária. Neste sentido, percebe-se que, nos anos de 1930, a preocupação dos jesuítas, neste caso, não era somente devocional, também se preocupavam com a transformação social, com as mudanças sociais da classe operária, indo ao encontro do discurso varguista.¹³

Os padres jesuítas, então parceiros do Estado, traçaram suas próprias regras para a *salvação* da família operária. Suas relações com o operariado foram sendo apoiadas pelo governo, pois a Igreja colaborou nas distintas estratégias de Getúlio Vargas para combater o comunismo.

Souza (2002, p. 152-155 e 187) refere que o Pe Brentano inicia o Movimento Circulista no Rio Grande do Sul para lhes “inspirar uma alma cristã” e não para combater ou substituir os sindicatos. A ideia era sacralizar a política social implantada após 1930, com a preocupação de restaurar a dignidade do trabalhador, de manter a nação católica e afastar a sociedade de experiências radicais vindas pelo sindicalismo e pelo capitalismo liberal.

Com as eleições de maio de 1933 e a instalação da Assembleia Constituinte em 15 de novembro, a Igreja Católica, em nível nacional, destacou-se pelo seu apoio ao Estado, através do Centro Dom Vital, um núcleo de debates e difusão de ideias que, para a ocasião, organizou a Liga Eleitoral Católica (LEC). Sua atuação consistiu em supervisionar, selecionar e recomendar ao eleitorado católico os candidatos aprovados pela Igreja, mantendo uma postura apartidária. Argumentava-se não haver necessidade de um partido católico, quando as mais variadas agremiações partidárias aceitavam os postulados da Igreja.

Em Santa Maria, Dom Antônio Reis irá se posicionar favoravelmente frente ao Estado que se apresentava à sociedade civil como a solução de desenvolvimento e progresso da nação. O bispo pretendeu, junto com o clero católico da cidade, contribuir espiritualmente nesse processo. Para tanto, convidou os devotos a participarem da romaria em honra a Nossa Senhora Medianeira, em 1933, para apelar à mãe de Jesus por “um novo Brasil e uma nova Constituição.”¹⁴

Se as preces contribuíram no processo constitucional não é possível mensurar mas, ao governo Vargas se deve à iniciativa da criação de importantes leis sociais. Diferente da República Velha, as leis que foram criadas a partir do governo revolucionário irão amparar o trabalhador, indo ao encontro da Doutrina Social da Igreja.

A catequese católica entre os operários também resultou na incorporação da confiança na mediação mariana, invocada como Nossa Senhora Medianeira, a partir de Santa Maria, porque o padre Valle, no período em que esteve nesta cidade, difundiu a devoção e atribuiu a ela poder de interseção a Deus em benefício da classe operária. Isso facultava à Igreja o poder de acumular bens de salvação.

Assim, para o Estado, a devoção mariana irá servir também para congregar a massa proletária e suas famílias, “defendendo-as do comunismo”, uma estratégia usada em favor da política. Para o clero, a Igreja estava oferecendo à classe operária uma devoção onde ela poderia depositar suas esperanças e sua confiança num mundo mais justo para o proletariado. Na imaginação simbólica, uma *poderosa Senhora*, o símbolo significado e significante, que faria a intermediação dos pedidos desses homens a Deus, um colo materno para o consolo nos momentos de dor, de aflição e de perigo, a exemplo do que a população local já havia experimentado por ocasião do episódio de 1930 (DURAND, p. 12-15).

Para a Igreja Católica, o momento era de afirmação e de maior intervenção na vida política do país. Já para os grupos oligárquicos, a nova Constituição

deveria assegurar aos Estados um papel importante. O maior desafio dos constituintes foi tentar encontrar caminhos capazes de atender a uma gama variada de projetos e interesses (GOMES, 1991, p. 9-75).

Outro exemplo que podemos citar, de aproximação da Igreja católica ao Estado, refere-se aos pronunciamentos do Arcebispo de Porto Alegre, Dom João Becker. Em 1934, por exemplo, o prelado defendeu a obediência da classe operária ao Estado, recordando os princípios cristãos, bem como a fidelidade dos operários à Igreja. Juntos, Estado e Igreja católica colocavam-se como defensores dos interesses da classe operária cristã. No entanto, os discursos de Dom João Becker sinalizavam as preocupações da Igreja e do Estado com relação à possibilidade de rebeldia dos operários influenciados pelas ideologias de esquerda.

Em 1935, ano da Intentona Comunista, o Arcebispo metropolitano destacou, em seu discurso proferido no Círculo Operário Porto-Alegrense, os princípios da Doutrina Social da Igreja, manifestados pela voz dos papas acerca da questão social e econômica. Era o Dia Internacional do Trabalho. Dom João Becker citou as Encíclicas *Rerum novarum* e *Quadragesimo anno* no intuito de, não somente demonstrar o apreço da Igreja pela questão social, como também o poder papal já que, “através do princípio da infalibilidade papal Deus confiou ao Papa o depósito da verdade e o encargo de divulgar toda a lei moral, devemos interpretá-la e fazer cumprir”. Dom João Becker também deixava claro que, no Rio Grande do Sul, a religiosidade ocupava um lugar especial junto aos operários que, assim, queriam comemorar o dia dedicado ao trabalho.¹⁵

Os discursos de D. João Becker denotam o quanto a Igreja católica estava preocupada com o comunismo e com o anticlericalismo, pois o arcebispo procurava advertir sobre a necessidade de não dissociar a festa profana do culto divino. Ele enaltecia os operários católicos, porque obedientes ao dirigente eclesiástico, não dissociavam a missão apostólica da Igreja do poder público, colaborando para a “reconciliação do Estado, antes liberal e agnóstico com a Igreja “apostólica e evangelizadora”, galgado pelo arcebispo desde a Revolução de 1930 (ISAIA, 1993, p. 94).

No entanto, Dom João Becker lembrava também que o Papa “não condena o capitalismo, mas reprovava o capitalismo que se arvora em dominador dos Estados e das nações, que escraviza os povos, impondo-lhes a sua vontade, na paz e na guerra”. O marxismo, o comunismo e o socialismo também são reprovados nos discursos: “nenhum desses sistemas pode salvar o operariado nem a sociedade, abalada nos seus alicerces”. Ao enaltecer a Constituição Federal da República brasileira, a Constituição Estadual do Rio Grande do Sul e os governos dos Estados e municípios que “respeitam e garantem os direitos do operariado”, sublimava a Igreja católica como “a maior força protetora de todo o operariado, através de todos os séculos da era cristã.”¹⁶

O ensinamento da Doutrina Cristã seria condição “*sine qua non* para a edi-

ficção de uma verdadeira civilização cristã. O avanço do capitalismo era visto como o advento de uma era de dominação pela mecanização, pelo primado da técnica, capaz de acelerar o processo de laicização em curso” (ISAIA, 1998, p 166-170).

Em seus discursos, Dom João Becker demonstrava o alinhamento do arcebispo com o Estado como, por exemplo, no I Congresso Operário Católico organizado pelo Círculo Operário Porto-Alegrense. Esse Congresso, presidido pelo Arcebispo metropolitano, fez parte das comemorações do Centenário da Revolução Farroupilha, quando foram discutidos assuntos referentes ao capital e ao trabalho, cujo equilíbrio, segundo o orador do discurso inaugural, estava na “justiça, na caridade e na equidade.”¹⁷

No discurso de encerramento desse Congresso, também proferido por Dom João Becker, ele tratou sobre o cristianismo e o bolchevismo, considerando como se fossem as duas forças antagônicas do mundo moderno. Advertiu para os perigos que os operários da nação brasileira enfrentariam se aderissem ao bolchevismo.

Outro desdobramento da operacionalização da tradição feita pelo padre Valle irá surgir em 1937, em nível nacional e terá grande repercussão e significado para a Igreja católica. A invocação da devoção mariana gaúcha quando Dom Sebastião Leme chamou o padre Leopoldo Brentano ao Rio de Janeiro para fundar o *Movimento Nacional dos Círculos Operários Católicos*. Esse movimento, em nível nacional, teria resultado da fusão de duas iniciativas dos padres, Valle e Brentano: os Círculos Operários e a devoção a Nossa Senhora Medianeira. Para Rausch (1977, p. 55-61).

Nesse ano, no Rio de Janeiro, durante o Primeiro Congresso de Operários Católicos do Brasil, os intelectuais do Centro Dom Vidal fundaram a Confederação Nacional dos Operários Católicos. Mas, segundo Rausch (1977), os confederados ostentavam somente o título, pois não possuíam membros e nem a experiência dos jesuítas com o operariado.

Segundo os escritos do padre Valle, no Congresso foi ainda escolhida a bandeira e o programa da Confederação Operária, foi eleito o presidente da primeira diretoria e *Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças* foi escolhida como “Rainha e Advogada de todos os Círculos Operários do Brasil”, ou seja, a padroeira da Confederação dos Círculos Operários Católicos. O resultado dessa eleição foi enviado pela *Confederação Nacional de Operários Católicos* aos Bispos católicos do Brasil, que se reuniram no Rio de Janeiro, em 1939, em Concílio Plenário Brasileiro, onde aprovaram o pedido feito e estabeleceram que a festa em honra a Nossa Senhora Medianeira seria introduzida em todo o território nacional.¹⁸

Esse Concílio, segundo Isaia (1998, p.153), “representou uma oportunidade para mútuas manifestações de estima e entendimento entre os dirigentes católicos e Vargas”, e seu resultado foi uma “conquista moral” entre o Cardeal Leme e o Presidente da República. Nesse sentido, segundo o padre Valle, em todos os Estados circuliistas deveria encontrar-se Nossa Senhora Medianeira como padroeira

e advogada dos Círculos Operários, como ele e o padre Brentano pretendiam.¹⁹

A devoção mariana, que no Brasil se consolidou a partir de Santa Maria, em 1931, tomava dimensões nacionais em 1939. O empenho em externar e reforçar a catolicidade da nação através dos operários resultou na criação da Confederação dos Operários Católicos, mesmo sendo poucos os recursos humanos. O impacto de tal acontecimento fortalecia a Igreja católica e a confiança do governo na sua atuação, a qual detinha a doutrinação de operários dentro dos princípios e da moral cristã. As ideias do comunismo não deveriam encontrar espaço na citada Confederação.

Assim, se o apelo à devoção do padre Valle tinha origem na sua própria fé, também estava na sua convicção de que o apoio do Estado oficializava a importância de Nossa Senhora Medianeira enquanto capital simbólico no campo religioso católico. Um poder difícil de ser combatido pelo seu valor subjetivo, religioso, sentimental e sobrenatural. Um *bem de distinção religiosa* para a Igreja e um trunfo poderoso a favor do estadista. “O Estado aproveitava-se da ascendência desfrutada pela Igreja ante uma massa urbana ainda presa aos valores tradicionais próprios de suas raízes rurais, utilizando-a como força legitimadora do autoritarismo varguista”, (ISAIA, 1998, p. 151-152) por um lado. Por outro, a Igreja católica via-se prestigiada por um regime que se mostrava como inspirado em seus ensinamentos e comprometido com as “raízes cristãs da nossa nacionalidade”, o que era retratado na estrutura da política social do Estado Novo e na doutrina da Igreja (ISAIA, *Ibid*, p. 152).

A Igreja católica, através dos Círculos Operários, contribuiria, assim, para forjar um trabalhador “disciplinado, despolitizado e produtivo”. Então, na visão do Estado e da Igreja, “o negativo conceito de luta de classes” deveria ser substituído pelo conceito positivo de colaboração de classes”. O Estado Novo, como sabemos, nunca se entusiasmou por disseminar uma participação política ativa de massas, ao contrário, voltou-se muito mais para bloquear e impedir esse tipo de manifestação por parte de seus adversários. No entanto, usou de outros meios “não convencionais de adesão das massas [a devoção popular] e efetivou a centralização do poder simbólico” (LENHARO, 1986, p. 22-53)

Dentre os novos canais de comunicação do Estado Novo, entendemos que, no campo religioso, a devoção popular no Rio Grande do Sul foi usada estrategicamente no jogo político. A Igreja católica se articulou com o Estado sem deixar de lado, obviamente, o seu discurso teológico, pois, através dele, legitimava sua posição na sociedade civil. A pompa das procissões, com a presença de representantes do poder público, retratava publicamente o prestígio da hierarquia eclesial.

Como resultado dessa conquista, em 1951, padre Brentano entregou ao Papa sete volumes contendo 117 mil assinaturas de operários encabeçadas pelo Presidente da República, Getúlio Vargas, altas autoridades federais e pelo cardeal do

Rio de Janeiro. As assinaturas angariadas entre operários de vários países passaram de 30 mil. Essas assinaturas foram acompanhadas de fotografias dos respectivos seminaristas e reunidas em três volumes para serem entregues ao Papa. Essa iniciativa, segundo o padre Valle (1954), partiu do Círculo Operário de Porto Alegre, que organizou junto ao Seminário Central de São Leopoldo o “*Plebicitum Seminaristicum Mundiale*”, pela definição do dogma de Medianeira de Todas as Graças.

Para revitalizar a fé ao dogma suplicado, no dia 01 de maio de 1950, Dia Internacional do Trabalho, a imagem de Nossa Senhora Medianeira foi levada do Santuário de Santa Maria e recebida “*pelo povo com júbilo e prece na estação de trem*”, de Porto Alegre.

Naquele contexto histórico, a Igreja católica local obtinha, com a devoção mariana, a oportunidade de convencer os devotos sobre a ação divina a partir de um acontecimento concreto – o episódio de 1930 – e, com isso, desconstruir o discurso dos descrentes do poder da mãe de Jesus, catalisando a devoção para um projeto maior no campo religioso. Estava em jogo, desde o Projeto de Restauração Católica em Santa Maria, o prestígio da Igreja e seu capital de bens de salvação.

Neste campo religioso, o capital cultural como conjunto de bens acumulados, como por exemplo, o conhecimento dos bispos e sacerdotes, creditava poder de monitorar a devoção através de cursos e palestras, bem como das missas. Assim, a Igreja católica acumulava capital de bens de salvação. O poder simbólico, representado pela devoção a Medianeira, agia como sobreposto à autoridade, ao reconhecimento, ao prestígio, o que agregava valor à Igreja, conferindo a ela um poder que lhe era fundamental para a conquista de fiéis e para o seu reconhecimento como preponderante no espaço da cidade. Podemos entender assim, que o poder simbólico é uma forma irreconhecível, transfigurada das outras formas de poder. Ele exige pensá-lo relacionalmente (BOURDIEU, 1998, p. 55-56).

Aqui, então, redefine-se o conceito de interesse da Igreja que, nesse caso, significava especificamente a legitimação social do capital religioso na cidade, pois estava investindo no jogo de trocas: a *Medianeira que salvou* a cidade da revolução, salvaria também o proletariado da ignorância religiosa e do agnosticismo. Para tanto, era imprescindível a fidelidade dos devotos.

O poder simbólico como poder de constituir o dado pelo vocativo, “*a Medianeira nos salvou!*”, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão daquele episódio de 1930 e, por extensão, a catolicidade do operário sul-rio-grandense, exerce um poder quase mágico de obter benefícios. Este poder é exercido somente se ele for reconhecido, ou seja, com a adesão da população, ignorando o poder como arbitrário. Assim, a divulgação do crescimento desta devoção através da imprensa e o apoio do Estado corroboraram para sua legitimação.

Referências

- BOURDIEU, Pierre. *Economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1998.
- BORIN, Marta Rosa. *Por um Brasil católico: tensão e conflito no campo religioso da República*. (Tese) Programa de Pós-Graduação em Estudos Históricos Latino-Americanos, UNISINOS, 2010.
- DIEHL, Astor. *Círculos Operários no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1990.
- DURAND, Gilbert. *A imaginação simbólica*. São Paulo: Cultrix/ EdUSP, 1988.
- GOMES, Ângela Maria de Castro. Confronto e compromisso no processo de constitucionalização (1930-1935). In: FAUTO, Boris (Org.) *O Brasil Republicano: Sociedade e política (1930-1964)*, 5. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, Tomo III, v. 3, n. 10, 1991, p. 9-75. (História Geral da Civilização Brasileira).
- ISAIA, Artur. Catolicismo e desenvolvimento varguista: nexos do apoio da Arquidiocese de Porto Alegre ao Estado brasileiro no período pós-30. In: Revista Estudos Ibero-Americanos. Pós Graduação de História, PUCRS, Porto Alegre: EDIPUCRS, v. XIX, n. 2, dez. 1993.
- _____. *Catolicismo e Autoritarismo no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: EdPUCRS, 1998.
- LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. Campinas/SP: Papyrus, 1986.
- SOUZA, Jessie Jane Vieira de. *Círculos Operários: a Igreja católica e o mundo do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.
- VALLE, Inácio Rafael. *Com Maria Mãe de Jesus: cruzadas de santas missas em honra e nas intenções da Virgem Medianeira*. Santa Maria: Pallotti, 1952.
- _____. História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças, *Copa em Revista*, Porto Alegre, 1954.
- VARGAS, Getúlio. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembleia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004.

Notas

- ¹“Círculo Operário de Santa Maria”, *Diário do Interior*, Santa Maria, 03 ago. 1920, ano X, n. 175, p.2, Arquivo Histórico Municipal (AHMSM), Santa Maria.
- ²“Rumores de Greve”, *Diário do Interior*, Santa Maria, 26 set. 1920, ano X, n. 219, p. 3, AHMSM.
- ³“Viação Férrea: os escriturários não sairão de Santa Maria. Uma greve”, *Diário do Interior*, Santa Maria, ano X, 11 set. 1920, p. 3, AHMSM.
- ⁴“Vida Religiosa”. *Diário do Interior*, Santa Maria, 27 jun. 1931, n. 144, p. 2, Acervo Casa de Memória

Edmundo Cardoso (ACMEC), Santa Maria.

⁵ “Programa, Estrutura e realizações. Trabalhador Alerta! Leia com atenção e decida”. Círculo Operário Porto-alegrense, *COPA*, Porto Alegre: Tipografia do Centro, [19--?], p.1. Arquivo da Província dos Padres Jesuítas de Porto Alegre (APPJPA).

⁶ Correspondência expedida em 15 de abril de 1978, pelo padre Rafael Valle, da Universidade do Trabalho em Porto Alegre, para a Madre Geral e Madres Capilares da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, APPJPA.

⁷ Ibid.

⁸ “A nova organização administrativa do país”. Discurso de posse da chefia do Governo Provisório, novembro de 1930”. In: VARGAS, Getúlio. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembleia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 62-64.

⁹ *Relatório da Federação dos Círculos Operários Católicos do Rio Grande do Sul*, Santa Maria, 1946, p. 6-21. APPJPA.

¹⁰ Correspondência expedida pelo padre Rafael Valle, da Universidade do Trabalho em Porto Alegre, para a Madre Geral e Madres Capilares da Congregação das Filhas do Sagrado Coração de Jesus, 1978. APPJPA.

¹¹ “O levante comunista de 27 de novembro de 1939, saudação ao povo em 01 de janeiro de 1936”. In: VARGAS, Getúlio. *O pensamento político de Getúlio Vargas*. Porto Alegre: Assembleia legislativa do Estado do Rio Grande do Sul/ Museu Júlio de Castilhos, 2004, p. 87-91.

¹² Ibid.

¹³ “As classes trabalhadoras e o governo da Revolução, discurso proclamado em 29 de outubro de 1932”. In: VARGAS, 2004, p. 79.

¹⁴ “Festa da Medianeira”. Seção “Vida Religiosa”, *Diário do Interior*, Santa Maria, 24 mai. 1933, n. 113, ano XIX, p. 2. AHMSM.

¹⁵ Discurso de D. João Becker, “O dia do Trabalho”. In: *UNITAS, Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre*, Seção Doutrinária e Noticiário, jun-jul, n. 6-7, ano XVII, 1935, p. 126 a 128. Acervo da Cúria Metropolitana de Porto Alegre (ACMPA)

¹⁶ Discurso de D. João Becker, op. cit., p. 129-131.

¹⁷ *Revista Honestas*, set-out, 1935, p. 48.

¹⁸ *Histórico do Movimento em torno da Mediação Universal de Maria Santíssima*, [19--], p. 8. APPJPA.

¹⁹ VALLE. Inácio. *Com Maria Mãe de Jesus: cruzadas de santas missas em honra e nas intenções da Virgem Medianeira*. Santa Maria: Pallotti, 1952, p. 11; “História da devoção a Nossa Senhora Medianeira de Todas as Graças”, *Copa em Revista*, Porto Alegre, 1954.

Universidade Federal de Santa Maria – UFSM
Departamento de Ciências da Comunicação
FACOS-UFSM

Reitor	Felipe Martins Müller
Vice-reitor	Dalvan José Reinert
Diretor do Centro de Ciências Sociais e Humanas	Rogério Ferrer Koff
Chefe de Departamento	Flavi Ferreira Lisbôa Filho
Diretora da Editora Facos	Ada Cristina Machado da Silveira
Editora Executiva	Marília de Araujo Barcellos

COMISSÃO EDITORIAL

Dra. Ada Cristina Machado da Silveira, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
Dr. Eduardo Andrés Vizer, Universidade de Buenos Aires (UNILA), Argentina
Dra. Eugênia Maria Mariano da Rocha Barichello, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
Dr. Flavi Ferreira Lisbôa Filho, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
Dra. Gisela Cramer, Universidad Nacional de Colombia (UNAL), Colômbia
Dra. Maria Ivete Trevisan Fossá, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
Dra. Marina Poggi, Universidad Nacional Quilmes (UNQ), Argentina
Dra. Monica Maronna, Universidad de la Republica (UDELAR), Uruguai
Dra. Sonia Rosa Tedeschi - Universidad Nacional del Litoral (UNL), Argentina
Dra. Susana Bleil de Souza, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Brasil
Dra. Valentina Ayrolo, Univ. Nacional de Mar Del Plata (UNMDP), Argentina
Dra. Veneza Mayora Ronsini, Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Brasil
Dr. Paulo César Castro, Universidade do Rio de Janeiro (UFRJ), Brasil

CONSELHO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Dra. Claudia Regina Ziliotto Bomfá
Dra. Liliane Dutra Brignol
Dra. Marília de Araujo Barcellos
Dra. Rosane Rosa
Dra. Sandra Rúbia da Silva

Título	História, Regiões e Fronteiras
Capa	Diâne Borin
Projeto Gráfico	Disciplina de Produção e Edição de livros do Curso de Produção Editorial da UFSM
Diagramação e fechamento de edição	Estevan Garcia Poll
Revisão	Valéria Garlet
Orientação de revisão	Maria Medianeira Padoin
Edição das biografias	Bruna Lima
Coordenação Editorial	Ada Cristina Machado da Silveira Flavi Ferreira Lisbôa Filho

A obra foi impressa na Gráfica e Editora Pallotti - Santa Maria - RS
Fontes: Gill Sans MT / Palatino Linotype
Formato: 16x23
Papel Capa: *Offset* 250g
Papel Miolo: Pólen 90g